REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

REVISTA 0 -2008 (ITENS 9 e 10 ANO 2008)
ISSN 2183-9115

ÍNDICE DO 9-10 COLÓQUIOS

1. ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2008 ITEM 9

ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2008 ITEM 10

NOME	TÍTULO DO TRABALHO
1. António V. Bento	Continuidade e perenidade do "falar" Madeirense
2. Conceição Figueira	Continuidade e perenidade do "falar" Madeirense
3. Augusto de Abreu	A força da literatura açoriana na voz de Daniel de Sá
4. Cristina Vianna	A força da literatura açoriana na voz de Daniel de Sá
5. Chrys Chrystello	Do genocídio linguístico à literatura açoriana (e a Daniel de Sá)
6. Deolinda Adão	Pedaços de Nós: a saudade como elemento de construção na literatura da diáspora portuguesa da Califórnia
7. Graça Castanho	A linguagem sexista no espaço lusófono e o futuro acordo ortográfico
8. Helena Anacleto-Matias	Legendagem versus dobragem na Tradução e Interpretação na Europa de Hoje (impacto sociolinguístico em Portugal e outros países europeus
9. Tiago Anacleto-Matias	Legendagem versus dobragem na Tradução e Interpretação na Europa de Hoje (impacto sociolinguístico em Portugal e outros países europeus
10. Ilyana Chalakova	Sedutividade nas estratégias de titularização na obra de João de Melo. Traduzibilidades possíveis num contexto eslavo
11. Inez Garbuio Peralta	Os cinco casais açorianos de Cubatão
12. Isabel Condessa, 13. Graça Castanho	A criança, a cultura regional açoriana: contributos de um olhar sobre o brincar
14. João Figueiredo	Cultura da língua açoriana, uma identidade lusófona
15. José Jorge Peralta	Antônio Vieira Nos Açores, Ecos Do 4º Centenário
16. Márcia Regina T da Encarnação	Um breve estudo do léxico conservador presente no falar ilhéu do distrito de Santo António de Lisboa, litoral de Santa Catarina
17. Mª Gabriela Costa	Entre a mágoa e o sonho: memórias de uma "Gente Feliz com lágrimas"
18. Mª Zélia Borges 19. Regina de Brito	Haverá possibilidade de tradução dentro da própria língua?
20. Mário Moura	Uma certa Dona Margarida: uma proposta de biografia
21. Patrícia Sérgio	Português língua não materna (PLNM), crianças não nativas (CNNs), representações, integração.
22. Rafael Fraga e 23. Augusto Macedo	*Songbook* de autores açorianos: apresentação e contextualização. Processos para a sua realização. Potencialidades e limitações
24. Roberto Medeiros	O Presépio de Lagoa
25. Rosa B. Madruga Pinheiro	Ensino a distância, surgimento de uma nova perspetiva educacional: a atuação da UNISUL virtual
26. Rosário Girão e 27. Manuel José Silva	Natália Correia e Carlos Wallenstein: o tema da metamorfose
28. Rosemeire Faccina	A última tentativa em educação brasileira
29. Rui M. C. T. de Faria	A preservação dos contos populares portugueses da Califórnia: o contributo da investigação de Manuel da Costa Fontes
30. Susana Marques Sá	Que lusofonia em contextos de sala de aula plurilingues e pluriculturais: relato de uma experiência com uma turma multicultural do 1º CEB
31. Neusa Bastos, 32. Regina Brito	Identidade lusófona e globalização
33. Vilca Marlene Merízio	"Eu também escrevi cartas de amor"
34. Walcir Cardoso e 35. Mª Getty Contente	O apagamento do / *u* / final de palavras no português faialense. Uma abordagem sociolinguística

TEMAS ITEM 9

Tema 1: Açorianidade e Lusofonia

Acordo ortográfico e suas implicações no seio da lusofonia açoriana. O que muda e o que importa salvaguardar.

O Ensino da língua portuguesa no MUNDO como forma de preservação dos falares e da cultura

As representações dos espaços ilhéus

Açorianos no mundo: uma maneira de ser ou de estar?

Autores açorianos (nas ilhas e na diáspora). Perspectivas.

Interculturalidade e Diversidades Culturais

Tema 2: Tradução

Traduzir de/para Português

A tradução de autores açorianos comprova uma literatura açoriana. Idiossincrasias açorianas na tradução.

O ensino e a tradução

1. **ANTÓNIO V. BENTO, - Deptº Ciências da Educação, Universidade da Madeira.** ***bento@uma.pt***
2. **M.ª DA CONCEIÇÃO FIGUEIRA DE SOUSA, Deptº Ciências da Educação, Universidade da Madeira mcsousa@uma.pt**

CONTINUIDADE E PERENIDADE DO "FALAR" MADEIRENSE, ANTÓNIO V. BENTO E CONCEIÇÃO FIGUEIRA,

Quando alguém se refere à linguagem da Ilha da Madeira, logo nos vem à mente a pronúncia dos seus habitantes. Nesta, ainda existe um vocabulário próprio e rico. O nosso povo, especialmente o que vive em espaços rurais, ainda usa uma linguagem com formas arcaicas, ou entre o arcaico e o moderno.

Os dialetos das Ilhas Atlânticas falados nos arquipélagos dos Açores e da Madeira representam a história do povoamento dessas Ilhas e um prolongamento dos dialetos portugueses continentais. O dialeto difere de região para região, a linguagem varia conforme as tradições históricas e os falares regionais com que nos deparamos em diversas situações e nos são transmitidos / adquiridos ao longo da vida.

Com este trabalho pretendemos o seguinte:

1) rever alguns aspetos da linguagem popular madeirense, apresentando um conjunto de palavras / expressões que traduzem fielmente os sentimentos e volições do povo madeirense;
2) Analisar junto de um público específico o conhecimento de certos vocábulos e expressões e os modos como são transmitidos através das gerações.

0. A ILHA DA MADEIRA

O Arquipélago da Madeira situa-se no Oceano Atlântico entre os 30 e os 33 graus de latitude norte, a 978 quilómetros a sudoeste de Lisboa e a cerca de 700 quilómetros da costa africana, quase á mesma latitude de Casablanca. A Ilha da Madeira faz parte do Arquipélago da Madeira (origem vulcânica) que é composto pelas seguintes ilhas: Madeira (740,7 quilómetros quadrados); Porto Santo (42,5 quilómetros quadrados); Desertas (14,2 quilómetros quadrados); e Selvagens (3,6 quilómetros quadrados).

A Ilha da Madeira foi redescoberta em 1419 pelos descobridores portugueses Tristão Vaz Teixeira e João Gonçalves Zarco.

Segundo o censo de 2001, o arquipélago da Madeira tinha uma população total de 245 011 habitantes. Apesar de possuir uma densidade populacional de cerca de 300 habitantes por km², 75% da população da Ilha da Madeira habita em apenas 35% do território, sobretudo na costa sul, onde se encontra a cidade do Funchal (capital) que concentra 45% da população (130.000 habitantes), com uma densidade populacional de 1.500 habitantes por km².

Administrativamente, o arquipélago da Madeira está dividido em 11 concelhos: Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

1. INTRODUÇÃO

Todas as línguas estão sujeitas a variações internas que se manifestam sincronicamente na variação geográfica e na variação social as quais têm sido alvo de estudo privilegiado da dialetologia e geografia linguística por um lado, e da sociolinguística por outro.

O conhecimento consciente de uma língua implica o reconhecimento dessa dinâmica evolutiva e diversificante que torna qualquer língua resistente à normalização. Na verdade, as variedades nacionais de uma língua não apresentam uma uniformidade interna, mas são constituídas por variantes geográficas que denominamos de dialetos.

Os dialetos do português europeu não são muito distintos entre si, talvez por razões de caráter histórico entre as quais ressalta o facto de Portugal ser o país europeu com as fronteiras mais antigas. De facto, essa aparente uniformidade fez com que, durante muito tempo se considerasse o mirandês como um dialeto do português, dada a estranheza que as pessoas sentiam nessa forma de falar. Afinal, essa estranheza era devida ao facto de o mirandês ser um dialeto de uma língua diferente, o asturiano ou asturo-leonês, que tem caraterísticas distintas do português. A confusão desapareceu a partir de 1997,

ano em que o mirandês foi considerado oficialmente uma língua minoritária com estatuto reconhecido no território linguístico português.

Assim, Portugal deixou de ser um país monolingue e os mirandeses passaram a ser indivíduos bilingues. Por outro lado, o dialeto não é hoje considerado uma forma "diferente" e até desprestigiante de falar uma língua, mas é qualquer forma de falar uma língua conforme a região a que se pertence.

No território português, e de acordo com Cintra (1971) podem considerar-se os dialetos agrupados da seguinte forma:

1. Dialetos setentrionais
2. Dialetos centro meridionais
3. Dialetos dos Açores e da Madeira.

Os dialetos das ilhas Atlânticas remontam á história do povoamento dessas ilhas e representam um prolongamento dos dialetos portugueses continentais (sobretudo dos dialetos dos grupos centro meridional).

Constituem casos excecionais a ilha de São Miguel e a ilha da Madeira: independentemente uma da outra, ambas se afastam do que se pode chamar a norma centro meridional por lhe acrescentar um certo número de traços muito peculiares. Esta linguagem é geralmente formada por corrupção, deformação dessas mesmas frases ou palavras.

Para Celso Luft (1971) um dialeto é "*uma língua regional ou uma variedade regional de uma língua*" (p. 61).

Por outro lado, Mattoso Câmara (1978) afirma que os dialetos *"são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais" (p.95).*

Portanto, podemos entender como dialeto uma modalidade de uma língua caraterizada por determinadas peculiaridades fonéticas, gramaticais ou regionais diferindo de região para região. A língua varia conforme as tradições históricas, os falares regionais, pois são muitas as variações que ela pode assumir, diante de um vasto mundo de informações que nos são transmitidas e adquiridas durante toda a nossa vida.

Na área vasta e descontínua em que é falado, o português apresenta-se, como qualquer língua viva, internamente diferenciado em variedades que divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário. Tal diferenciação não compromete a unidade do idioma: apesar da acidentada história da sua expansão na Europa e, principalmente, fora dela, a língua portuguesa conseguiu manter até hoje apreciável coesão entre as suas variedades.

2. METODOLOGIA

Após a leitura do livro de Abel Marques Caldeira *"Falares da Ilha: dicionário da linguagem popular Madeirense"* (2ª edição) (1993), selecionamos 50 expressões que nos pareceram mais caraterística da Ilha da Madeira.

Seguidamente, pedimos a dois professores universitários Madeirenses que analisassem as 50 expressões e assinalassem as que lhe parecessem mais típicas. Ficamos com um conjunto final de 27 expressões as quais foram integradas num questionário.

O questionário integrava as 27 expressões selecionadas, perguntas sobre dados demográficos dos inquiridos, perguntas sobre a origem da aprendizagem das expressões e a frequência de arraiais e festas populares.

Foram inquiridos 45 sujeitos, 3 do sexo masculino (6,7%) e 42 do sexo feminino (93,3%). A amostra era constituída por quatro grupos etários: o primeiro com 20 ou menos anos (26,7%), o segundo com idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos (22,2%), o terceiro com idades entre os 31 e os 40 anos (20%) e o quarto com mais de 41 anos (31,1%). A média geral de idades dos inquiridos era de 30 anos, variando as idades entre os 18 e os 53 anos.

As habilitações literárias dos inquiridos eram as seguintes: 29 sujeitos (64,4%) tinham o 12º ano e 16 sujeitos (35,6%) tinham o bacharelato. Os inquiridos eram naturais de 22 freguesias, sendo as freguesias mais assinaladas

as seguintes: São Pedro (22,2%); Santa Luzia (11,1%); Monte (11,1%); Machico (6,7%); Imaculado Coração de Maria, Gaula e São Martinho (4,4%, cada).

Havia sujeitos naturais de todos os concelhos da Ilha da Madeira (Santa Cruz, Machico, Santana, Câmara de Lobos, S. Vicente, Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Porto Moniz e Funchal), sendo o mais representado o concelho do Funchal (57,8%).

A totalidade dos sujeitos reside em 24 freguesias, sendo as mais representadas as seguintes: Santo António (11,1%); São Martinho e Caniço (8,9%, cada); Funchal e Machico (6,7%, cada).

Quanto à residência, por concelho, a maioria dos inquiridos (53,3%) reside no Funchal, seguindo-se Santa Cruz (17,8%) e Câmara de Lobos e Machico (6,7%, cada)

Quanto às expressões selecionadas, foram as seguintes:

1. *À sê´ beiçola* - o mesmo que *à sê diabo, sê´ reles*. Maneira brusca de admoestar a pessoa quando pratica algum erro
2. *Á senhor, vá rezar* – Resposta dada a pessoas que fazem perguntas indiscretas. Exº *Cuma* vais tão bonita hoje. *À senhor, vá rezar*
3. *A chaminé do Hintes ´tá fazendo uma fumegada*. Diz-se quando a Fábrica do Torreão está em laboração
4. *A festa vai ser molhada* – Diz-se quando há prenúncios ou sinais de chuva nas vésperas do Natal.
5. *A gaja é um cabrão* – Referindo-se à mulher de má reputação
6. *A Gata desemborralhou* – A gata deu à luz. Exº Tia, a gata desemborralhou, teve seis gatinhos todos pretinhos
7. *Aborrecer os coelhos* – Diz-se quando alguém nos importuna com exigências
8. *Acho muita manteiga na ponta do espeto* – O mesmo que Acho muita manteiga junta. Assunto duvidoso. Exº: Ele vai-te dar casa e comer*? Acho muita manteiga na ponta do espeto*.
9. *Adeus, soidades tuas são alívio meu*. Rima usada na ocasião da despedida entre pessoas que convivem na maior intimidade.
10. *Afinar o reijão* – Discutir com veemência.
11. *Agarra-te às orelhas* – Diz-se quando alguém tropeça, escorrega e cai.
12. *Amarrem ei filhas q´os cabritos andam à solta…* Aforismo que se ouve algumas vezes quando se nota que no casal há filhas levianas, que gostam de conviver com pessoas masculinas.
13. *Andar às trincas* – Andar de mau humor com qualquer pessoa.
14. *Andar a besôirar* – Andar a importunar constantemente as pessoas; pedinchar instantemente.
15. *Andar assado* – Sentir inflamação com ardume entre pernas em volta dos testículos.
16. *As camacheiras ´tão abanando ai saias* – Diz-se quando o vento é bastante agreste: vento da direção nordeste.
17. *Bilhardeiro de estalo* – Pessoa que conta o que sabe a toda a gente. Diz-se também com referência à mulher. Estalo substitui o adjetivo grande. Exº: Tua irmã é uma *bilhardeira de estalo.*
18. *Buziu? Uviu?* – Confidência. Segredo. Exº: ´Lá ´tás tu a despeito do que se falou. Búzio! Uviu?
19. *Da companhia do passa sempre* – Diz-se quando passa algum navio ao largo que não entra no porto.
20. *Dar um coice na morte* – Livrar-se da morte. Escapar da morte, melhorando duma doença gravíssima. Exº: Parabéns ti Antôino. Foi uma sorte tê´ melhorado. *Amecê soube dar um coice na morte*.
21. *Dia de capacete* – Dia sombrio, abatumado. Muito nublado.
22. *Do leste à chuva é um salto de pulga* – Aforismo que quer dizer que atrás do leste vem as chuvas. O mesmo que: O leste nunca morreu à sede.
23. *Esta vida não chega a netos nem a filhos com barba* – Expressão que se ouve quando a pessoa se sente aborrecida ou contrariada em assuntos da vida.
24. *És Cuma vilão, nan vês nada sem tocar c´a mão* – diz-se quando a pessoa toca numa coisa que não se quer que se mexa.
25. *Fazer crucefixo* – Fazer um sacrifício.
26. *Andar ái cristas* – Andar às turras; brigar.
27. *Gaivotas na serra é sinal de mau tempo* – Presságio aproveitado pelo povo, quando vê as gaivotas voarem a caminho da Serra.

3. RESULTADOS

A amostra deste estudo era constituída por 45 sujeitos Madeirenses. Apresentam-se os resultados das expressões mais conhecidos e das expressões conhecidas pelo menor de número de sujeitos.

Seguidamente, estabelece-se a relação entre as habilitações literárias e o conhecimento das expressões e a relação do conhecimento das expressões com o concelho de naturalidade dos sujeitos. Estabelece-se, ainda, a relação entre as habilitações literárias e a origem do conhecimento das expressões.

As expressões mais conhecidas pela maior parte dos inquiridos foram as expressões nº 2 (97,8%), expressão nº 27 (88,9%), expressão nº 24 (86,7%), expressão nº 4 (80%), expressão nº 5 (80%) e expressão nº 12 (71%). As expressões menos conhecidas pelo menor número de inquiridos foram as

expressões nº 9 (28,9%), nº 17 (28,9%), nº 25 (26,7%), nº 19 (17,8%) e nº 7 (13,3%).

Quanto à distribuição da amostra segundo as habilitações literárias e o conhecimento das expressões mais referidas verificou-se que são os detentores de bacharelato que mais conhecem as expressões sublinhando-se as expressões nº 2, nº 4, nº 24 e nº 27 que são conhecidas pela totalidade dos detentores de bacharelato.

Quanto à distribuição da amostra segundo o concelho de residência e o conhecimento das expressões mais conhecidas, verifica-se que é nos concelhos rurais que mais residem os inquiridos que afirmam mais conhecer as expressões, nomeadamente as expressões nº 4 (90,5%), nº 5 (81%), nº 12 (71,4%) e nº 27 (95,2%).

Quanto à distribuição da amostra segundo a frequência em arraiais / festas populares: 96,6% dos inquiridos conhece a expressão nº 2 e frequenta arraiais / festas populares, 89,7% que dizem conhecer a expressão nº 24 também frequentam arraiais / festas populares e 86,2% conhecem a expressão nº 27 e frequentam arraiais / festas populares.

Do total da amostra, 64,4% dos sujeitos indicou frequentar arraiais e festas populares. Quando se perguntou aos inquiridos se creem que a Madeira tem dialeto próprio, 91,1% afirmou positivamente.

Quanto à origem de aprendizagem das expressões, 84,4% afirmam aprender com os avós e pais, 40% com outros familiares, 37,8% com colegas e 35,6% com livros e televisão.

4. CONCLUSÕES

Este estudo sobre a continuidade e perenidade do "falar" Madeirense tinha como objetivo essencial analisar o conhecimento de um conjunto de 27 expressões caraterísticas do dialeto Madeirense numa amostra específica e averiguar o modo ou origem da aprendizagem das referidas expressões.

Após a análise dos resultados chegámos às seguintes conclusões:

a) São os inquiridos da amostra, detentores de Bacharelato que mais conhecem as expressões típicas madeirenses.

b) São os grupos de idade mais avançada (31-40 e mais de 41 anos) que mais conhecem as expressões apresentadas.

c) São os inquiridos da amostra residentes nos concelhos fora do Funchal (concelhos rurais) que afirma mais conhecer as referidas expressões.

d) Foi através dos familiares (pais e avós) que a maioria dos inquiridos (84,4%) aprendeu as expressões.

e) Os familiares e a participação em arrais / festas populares contribuem muito para a transmissão e a aprendizagem do dialeto madeirense.

e) A grande maioria dos inquiridos concorda que a Madeira tem um dialeto próprio.

5. BIBLIOGRAFIA

Boléo, M. P. & Silva, M. H. (1962). "Mapa dos dialetos e falares de Portugal Continental". *Boletim de Filologia,* XX. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

Câmara, M. J. (1978). *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Académica.

Caldeira, A. M. (1993). *Falares da Ilha: Dicionário da linguagem popular Madeirense.* Funchal: Editora E.E. F.

Cintra, L. F. (1971). "Nova proposta de classificação dos dialetos Galego-Portugueses". *Boletim de Filologia, 22* (pp. 81-116). Lisboa: Centro de Estudos Filológicos

Luft, C. P. (1971). Gramática *resumida* (2ª ed.). Porto Alegre: Globo.

Segura, L. & Saramago, J. (1999). "Açores e Madeira: autonomia e coesão dialetais". In Isabel Hub Faria (Org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. pp. 707-738.

3. AUGUSTO DE ABREU, Academia São José de Letras e
4. CRISTINA VIANNA, Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses

A FORÇA DA LITERATURA AÇORIANA NA VOZ DE DANIEL DE SÁ.

"Há personagens que nos pegam à alma"[1].

Diríamos que esses personagens nos pegam à alma, quando neles descobrimos que em suas almas há fragmentos de uma ainda maior, a alma do escritor.

Ao conhecer a obra de Daniel de Sá, nasce a paixão pelo arquipélago dos Açores e, particularmente, a curiosidade e o grande desejo de pisar em solo açoriano, buscando, em cada habitante, um pedaço do romeiro João, que nos fora apresentado pelo autor em *Ilha Grande Fechada,* porque nele continha fragmentos de um lugar mágico, de um povo com cheiro de avós, que preenchia o lugar onde habita muita saudade. Naquela obra, apesar da angústia humana da juventude, o personagem carregava a valiosa humanidade de seu autor.

Ficou para nós, escritores catarinenses, a curiosidade de conhecer como seria o brilho do olhar daquele escritor. Movidos por esse encantamento, fomos ao seu encontro, pisamos o solo açoriano, e, aos poucos, descobrimos que os personagens que nos foram apresentados através de sua literatura, caminhavam pelas ruas, debruçavam-se em janelas e nos ofertavam sorrisos e cumprimentos calorosos.

A ilha era mágica como nos descreveu tão bem; e, ao contrário de seu personagem, não queríamos partir e sim ter asas para retornar. A força com que a literatura açoriana nos assolou, através de Daniel de Sá, influenciou outros autores catarinenses a ler, a estudar, a pesquisar e a apaixonar-se por sua obra. Sabemos que as histórias, enredos, personagens, tramas, jamais seriam as mesmas se fossem descritas por outro autor, porque em cada parte há um fragmento da alma, inteligência, experiência de vida, humanidade e caráter de Daniel de Sá.

Esta comunicação será apresentada em dois momentos. Na primeira parte, Cristina Vianna relatará como conheceu a obra de Daniel de Sá e como se iniciou a amizade entre ela e o escritor. A segunda parte será apresentada por Augusto de Abreu, que discorrerá sobre a divulgação das obras de Daniel de Sá nas agremiações literárias onde participa. Na apresentação desse trabalho mostrará relatos de escritores catarinenses sobre Daniel de Sá e sua obra.

Daniel Augusto Raposo de Sá nasceu na Maia, São Miguel, Açores, em 02 de março de 1944, como ele mesmo relata a partir do que considera o início possível de um "mau romance": *"Nasci numa noite escura e tempestuosa".* Lembra o autor: exatamente *"quando o apocalipse da guerra contava já os seus últimos milhões de mortos e o petróleo ia substituindo o azeite de gata, que dava mais cheiro que luz*." (Sá, 2007b).

Aos dois anos teve que deixar a Maia, porque o pai fora, como muitos mais, procurar a imitação do "Eldorado" em Santa Maria, pois as ilhas estavam então separadas por alfândegas e outras dificuldades, como se fossem estados independentes. Começava a cumprir-se o fado de uma família de emigrantes, que haveria de esboroar-se toda, nessa e nas décadas seguintes, por este mundo de Deus e de legítimas ambições humanas.

Daniel exerceu funções como docente e ocupou diversos cargos públicos. Foi secretário Regional da Junta Governista e deputado nas duas primeiras legislaturas da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Tem várias obras publicadas, quer na ficção (romance, conto e novela), quer no ensaio, em crônicas e no teatro.

Quando acabei de ler *Ilha Grande Fechada,* o primeiro livro dele que me chegou às mãos no Brasil, mais precisamente na ilha de Santa Catarina, Florianópolis, ofertado pela coordenadora do projeto Missão Açores, Prof.ª Doutora Vilca Marlene Merízio, para que conhecêssemos melhor a ilha e o seu universo literário, estava por demais emocionada e, dificilmente conseguiria descrever o que sentia. A Ilha de São Miguel agora povoava os meus sonhos. A ilha havia penetrado minh'alma e aquele escritor roubava para si o lugar absorvido pela Ilha. Encontrava-me apaixonada pelo seu fazer literário: a forma,

[1] Daniel de Sá, em correspondência eletrónica endereçada a Cristina Vianna, 23 de junho de 2007.

como construía as personagens e dava-lhes vida através de enredos para mim até então desconhecidos, em cenários de uma realidade doída. Na língua que eu também falava, o desenho traçado agora era outro.

A voz que, na obra de Daniel me falava, repleta de sensibilidade, me dizia de um autor que, centrado no homem, escrevia diretamente para o coração de seus leitores. Sua voz criativa esculpia a condição humana. E o seu fazer literário, sério... denso... fluía leve, doce e terno, num estilo singular. Sua literatura alimentava-se da história social, viajava pelo tempo e espaço geográfico. Estava eu deslumbrada! Precisava conhecer os Açores e esse mundo tão bem a mim revelado.

E Daniel tornava-se universal por sua autenticidade.

> *Através do personagem protagonista de Ilha Grande Fechada, o romeiro João apresentou-me uma ilha de penitências e de sacrifícios a serem compensados pelo esforço da tradicional romaria da quaresma. João, que retornara de uma guerra que não era dele, agora enfrentava os seus próprios inimigos internos: parecia-lhe que, passando a pão e água, com os pés feridos e a alma sulcada já pela saudade, a sua emigração para a América apagaria os anos de luta infrutífera que tivera na sua terra natal. Os costumes de seu povo, as suas inquietudes, as riquezas da sua cultura açoriana, os entes queridos e os desafetos ficariam agora numa outra dimensão. Cheguei mesmo a sofrer no peregrinar obsessivo de João, por alcançar o lugar que o levaria para fora da ilha, onde, pensava ele, encontraria a si próprio*.

Comecei, então, a sair do livro, a construir o autor, que se apresentava a mim, através da sua literatura, numa contextualidade contemporânea, mas que discutia os conflitos atemporais do homem sem perder seus valores íntimos, conservando, sobretudo, a ética de nossos ancestrais. Era ficção e, no meu pensamento, não poderia haver distanciamento entre o autor e seus personagens. A despeito de toda a teoria literária, eu sentia a presença do escritor que também sofria. Via-o criando suas histórias o mais próximo da realidade a que a ficção pode chegar e reconhecia nesse ato o seu desprendimento em relação à sua própria condição humana. Seus personagens, por mais trágicos que sejam, não são julgados, e o leitor mesmo, conduzido pelo narrador, não reage contra a atitude desses personagens. Aceita-os. Compreende-os. Mesmo assim, em toda a obra, embutida nas entrelinhas subjaz uma constante defesa da moral, do caráter e da dignidade de quem os vive e os cria. E aí, senti-me, eu mesma, um personagem.

Os trágicos (e tão possíveis) fins dos contos e novelas de Daniel de Sá nos prendem a alma. O caminhar simples de uma vida cotidiana, verosímil, capaz de ser vivida por qualquer mortal, nos aproxima, em igual nível, dos seus personagens, que não são heróis do ponto de vista clássico, mas heróis pela sua condição humana. Em *Ilha Grande Fechada,* num gesto definitivo, o protagonista sacrifica sua cadela, a fim de não deixar afetos na ilha, numa tentativa, quase à beira da loucura, do gesto extremo que lhe permitiria partir, com remorsos sim, mas com a certeza de que ninguém, nem mesmo um animal, sofresse a dor da distância. O que ele não sabia era que a pior maneira de continuar na ilha era saindo dela, como afirmava o autor nas palavras do narrador.

Era um modo de viver Ilhéu. Era, provavelmente, o dilema atroz que perturba quem almeja partir. Uma reprodução (quase) fiel dos usos e dos costumes e do sentir açoriano que se martiriza em todas as vésperas. Registro minucioso, quase documental. Passou-me que essas histórias construídas pela imaginação fundamentavam-se nas lembranças e registros do autor. Seria a realidade o alicerce da sua ficção?

Diante daquele mosaico de emoções eu tentava desvendar a alma do seu autor empírico, esse que fala do homem que carrega, dentro de si, Deus e o mundo.

Conheci outras obras do escritor Daniel de Sá, e em todas percebi um paralelo entre a ficção e a história. Particularmente uma obra me comoveu: *Deus teve medo de ser homem*, novela que alcança a dimensão dos caminhos percorridos pela humanidade. Nela, o autor retrata as contradições, as tragédias da humanidade; detalha a dor que segue do físico a alma e vice-versa. O homem ultrapassa a vontade de seu Deus e, querendo sê-Lo, apenas homem, teme o incognoscível. Novela densa, narrativa impecável, profunda e audaciosa pela

sátira (um Cristo diante da própria crucificação e a renegava). História e fixação num misto de testemunho que se está a ouvir e não somente a ler.

Daniel, em *Deus teve medo de ser homem,* cria um espaço para que, ao lado de uma vasta reflexão teológica, a moralidade religiosa seja pressentida segundo a ética existencial. Como leitora, mergulhei em profunda amargura por conta de minha impotência frente àquela guerra desumana contra os judeus. A carga afetiva dos personagens, apesar do grande sofrimento, nos conforta a alma, como é o caso do sobrevivente que consegue escapar aos fuzilamentos e ao forno crematório. Tenho, então, a certeza de que Daniel de Sá, amando os seus personagens, jamais os abandona.

> *Em maio de 2007, desembarquei com o grupo Missão Açores em São Miguel e, conhecendo a ilha, reconheci dela cada pedaço que eu, junto com João de Ilha Grande Fechada, percorri. Era o povo açoriano, a sua gentileza, a sua fé...*
>
> *Fui tomada de assalto por uma paisagem que me absorveu por inteiro. O mar provocava meu imaginário, apontando rotas e aproximando vidas. Passei, então, a buscar um encontro com o "fazedor" daquele mundo que me roubara à alma. Desejava, mesmo por instantes, encontrar o olhar que soubera acarinhar os personagens que cresciam sob o esmero da sua linguagem, sob a força da sua imaginação. Não estava enganada. A voz serena que ouvi nos diálogos da sua obra era a mesma que viria ser a que me dava boas vindas. Eu queria segurar, com muito respeito, aquelas mãos abençoadas que bordam a língua portuguesa, abrilhantando seu valor, enriquecendo a forma e harmonizando a melodia da nossa língua.*

O universo parecia conspirar a meu favor. Durante um passeio cultural, indo de Ribeira Grande à Povoação, passando pelo Nordeste, vi-me de repente acordada pelas exclamações:

-Estamos na Maia. É aqui que Daniel de Sá mora.

Não acreditei. O ônibus parara e, vinte e três pessoas, integrantes do grupo Missão Açores, me incluindo, desciam a ladeira em direção à casa de número oito da Rua dos Foros. Uma jovem senhora, doce, bonita, sorridente, acolhedora, nos recebia. Era Maria Alice, a esposa de Daniel de Sá. Depois, veio filho, o Rodrigo.

Entrando naquele santuário (era ali que nasceram João, o Manuel Cordovão, o Torre Velha e Maria da Graça...) a emoção não coube dentro de mim. Lágrimas de contentamento escorreram-me pela face, embargaram a minha fala. Estava diante de mim, com a sua família, e com parte da minha (meu esposo Augusto) o escritor que me fazia ser parte desta ilha. Era um sonho! Eu me encontrei dentro do seu olhar. No abraço que trocamos, senti como se o autor estivesse acolhendo um dos seus personagens.

Levávamos para ele, além do nosso carinho, admiração e amizade, um diploma de "Amigo da Academia São José de Letras" e um poema de minha autoria, em consequência da leitura de *Ilha Grande Fechada.*

O sonho de ser ilha.

O poeta disse:
Digo ilha
E sou poeta.
Eu afirmo:
Também sou ilha
E sou poeta

O poema
a ponte
a encurtar a distância
das ilhas

O mar
Com largos braços
No seu abraço
A nos ilhar
Impõe distância
E saudades.

Poeta tua coragem de ser ilha
É a mesma que a minha
Ilha
Que abriga lendas
Mistérios

Princesas
Pastores
Hortênsias
Orquídeas
E borboletas azuis
Aqui estou
A construir a ponte
Acariciando o basalto
Que encobriu
Safiras e esmeraldas.

Alço voo
Nas asas da gaivota
Rasgo a bruma
No alto da colina
observo a vida das hortênsias
Que circundam a ilha
Volto
Piso em solo açoriano
E lhe digo:
Doce poeta
Agora sou
Meu próprio sonho

Sabemos que os humanos percebem, biologicamente, o mundo da mesma maneira pelos órgãos dos sentidos; entretanto, cada povo e mesmo cada indivíduo, faz sua análise do mundo de forma diferente, em razão do seu particular universo de princípios e valores éticos. Daniel de Sá era exatamente como eu o decifrara em sua literatura; o autor fazia jus à captura de minh'alma.

Maravilhei-me ainda mais, pois, agora, usava também os órgãos dos sentidos. Confirmei o seu profundo humanismo, o sorriso maroto, a seriedade, a serenidade e a responsabilidade com que apresenta seu fazer literário. Um clima de cumplicidade e camaradagem pairou no ar. Parecia que o Atlântico, agora pequeno na sua imensidão, nos oportunizava a construção, naquele instante, da ponte, do atalho que encurtava as distâncias de nossa vivência literária. Conhecer Daniel e sua obra foi – e continua sendo – um mergulhar no tempo, o alcance do entendimento sobre o processo cultural desenvolvido nos Açores, e mais: é constatar a existência de um escritor sem limites, sem fronteiras e amarras. Retornamos à Ilha de Santa Catarina, com o coração repleto de saudades e imagens inesquecíveis.

Mais tarde, já no Brasil, recebi um novo livro de Daniel, a novela O Pastor das casas mortas, lançado no final de junho, em São Miguel. Novela emocionante. O protagonista, o pastor Manuel Cordovão, nos prende no relato de suas memórias e, mais uma vez, sinto o empréstimo da alma de Daniel de Sá a seu personagem: um homem íntegro, sensível na defesa das amizades, no lamento do amor perdido, na luta contra o despovoamento das ilhas.

É um diário escrito pelo pastor e retomado pelo narrador: são relatos, pedacinhos de vida onde o narrador re-escreve a história de um pastor. Com sensibilidade aflorada, o narrador deixa entrever nas entrelinhas do diário o que não é dito e o próprio silêncio do pastor. É um livro repleto de amor, um amor jamais vivido, só pressentido (seriam assim todos os amores vividos nesta ilha?) Muitas vezes, durante a narrativa me emocionei com a honestidade e a bondade de Manuel Cordovão. Ou seria de Daniel de Sá?

Enfim, quando se espera que o sonho daquele amor se realize e, finalmente, Manuel e Maria da Graça unam suas vidas, ambos compreendem que esse tempo passou. O sonho era demasiado grande para caber na realidade da vida. Viver aquele amor sonhado, ano após ano, seria como condená-lo (o amor) à morte.

A renúncia o tornaria eterno.

Em um de seus *e-mails* endereçados a mim, Daniel afirmou: "Às vezes há personagens que nos pegam a alma". O que temos a dizer é que, mais do que os personagens, existem escritores que, por meio do seu universo literário, também nos roubam a alma para, em pleno mistério, devolver-nos uma alma nova, fortalecida mais preparada para as contingências da vida. Sem dúvida alguma, foi o que aconteceu entre a leitora e o escritor através da força de sua literatura, neste caso, a Literatura Açoriana. Daniel de Sá capturou as nossas almas brasileiras.

Pena tenho eu, de não ser versada em Letras. Sou da área da saúde. Mas vivo poesia. Por isso, não me acanho de tecer estas palavras. Daniel de Sá, com sua obra, desvendou-me um mundo vibrante onde a dor existe, mas a destreza

de aceitá-la com dignidade ou afastar-se dela, torna o homem mais hábil na conquista do seu dia-a-dia.

Cristina Vianna teve o privilégio de ser apresentada a Daniel de Sá antes de mim. Eu apenas conheci Daniel após visita à sua casa, em maio de 2007. Quando regressamos a Florianópolis, iniciei a leitura da obra de Daniel pelos mesmos caminhos de Cristina Vianna, ou seja, pelos mesmos livros que ela lera até o momento. Da mesma maneira que ela, eu, também, me apaixonei pela vasta obra do escritor em questão. Tanto que comecei a levar seus livros para apresentá-los nas agremiações literárias das quais participo.

A literatura de Daniel de Sá já havia chegado a escritores catarinenses há muito mais tempo do que imaginávamos, como foi o caso do escritor Júlio de Queirós, da Academia Catarinense de Letras (ACL) que nos confidenciou que Daniel de Sá o influenciou em sua escrita. Como Júlio de Queirós, muitos outros escritores que não haviam tido a oportunidade de ter lido Daniel de Sá, passaram a lê-lo e a partir de então começaram a admirá-lo.

Referências Bibliográficas

Sá, Daniel. (1982) *Gênese* (novela), D. R. A. C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.

Sá, Daniel. (1985) Sobre a Verdade das Coisas (crónicas-contos), Junta de Freguesia da Maia, 1985.

Sá, Daniel. (1987) *O Espólio* (novela), Signo, Ponta Delgada.

Sá, Daniel. (1990) Um *Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.

Sá, Daniel. (1992*) Ilha Grande Fechada* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1992

Sá, Daniel (1993) *A Criação do Tempo, do Bem e do Mal* (ensaio), edição Salamandra, Lisboa.

Sá, *Daniel (1997) E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997: Vinte séculos de humanidade não ensinaram ao Homem a ser humano. O lobo de si mesmo continua tão pérfido como os crucificadores romanos.

Sá, Daniel**.** (2007) *O Pastor das Casas Mortas* (novela), edição Açor.

2007b Internet: Sá, Daniel de " (Autorretrato e bibliografia").

Disponível em: http: / / alfarrabio.di.uminho.pt / vercial / danielsa.htm

5. CHRYS CHRYSTELLO

DO GENOCÍDIO LINGUÍSTICO À LITERATURA AÇORIANA (E A DANIEL DE SÁ), CHRYS CHRYSTELLO (COLÓQUIOS DA LUSOFONIA)

O número de línguas está a diminuir drasticamente. Trata-se de genocídio linguístico: as línguas são sistematicamente abatidas. Os países ocidentais têm silenciado centenas de línguas. Algumas podem ter já desaparecido sem que ninguém se tenha apercebido da sua extinção. Metade delas desaparecerá até ao fim do século. A tradição oral preserva formas verbais e não-verbais. A História australiana não nos diz qual o papel desempenhado pelos intérpretes e nativos, vital para o desenvolvimento da colónia.

Embora tenham caraterísticas únicas, os dialetos dos arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira podem, agrupar-se nos dialetos meridionais. "O debate académico em torno da expressão «literatura açoriana», é antigo, nada causava tantos embaraços como falar em literatura açoriana. Hoje, é questão arrumada. A Universidade de Brown tem uma cadeira de Literatura Açoriana.

Recentemente tive a honra e o privilégio de ter de aprender as idiossincrasias micaelenses e do triângulo quando traduzi obras de Daniel de Sá, Manuel Serpa e Vítor Rui Dores. Trata-se de desvendar as ilhas como mito paradisíaco recuando na sua essência até à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se abriram ao peso do presente e não podem ser apenas perpetuadas nas suas memórias.

No plano da linguagem, o Autor dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio, numa verdadeira apologia da solidão física e mental. Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe darmos o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. O resultado é rico, denso e tenso, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a interrogar como é fiquei órfão intelectual ao traduzir o livro. ...

Sinto uma síndroma de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captores...e agora? As línguas têm de ser mantidas, tratadas e estimadas. Elas não dividem países, a intolerância sim. A sobrevivência dos idiomas neste século depende de todos nós[2], pelo que devemos aproveitar as novas tecnologias para *também descobrir esta nossa rica cultura açoriana.*"

1. Genocídio linguístico

A **Linguística** é o estudo científico da linguagem verbal humana. Um linguista é o que se dedica a esse estudo. A pesquisa linguística é feita por muitos especialistas que não concordam harmoniosamente sobre o seu conteúdo. Russ Rymer[3] disse, ironicamente: *"A Linguística é a parte do conhecimento mais fortemente debatida no mundo académico. Ela está encharcada com o sangue de poetas, teólogos, filósofos, filólogos, psicólogos, biólogos e neurologistas além de também ter um pouco de sangue proveniente de gramáticos*".

Como linguista quero falar-vos hoje do número de línguas atualmente faladas em todo o mundo que está a diminuir drasticamente, não por acidente ou por morte natural. Trata-se de genocídio linguístico facto que sucede quando as línguas são sistematicamente abatidas tal como acontece no caso do genocídio físico.

Nos meios académicos encontram-se facilmente aqueles que simultaneamente promovem e destroem a diversidade linguística. Há mesmo quem ainda hoje negue a existência de línguas tais como a gestual – que tradicionalmente foi sempre menosprezada – enquanto outros Darwinistas linguísticos proclamam alto e bom som que as línguas mundiais mais faladas, como o inglês são suficientemente poderosas e mais bem preparadas para a comunicação internacional global.

Quando falamos de direitos linguísticos podemos falar de Direitos Humanos Linguísticos nos quais se incorporam os direitos humanos básicos e aquilo que Skutnabb-Kangas denomina *"os direitos necessários, apoiando a identidade com a língua-mãe e, a nível coletivo, permitindo a existência de grupos e a reprodução da sua língua e cultura. Quando é negada a identidade associada ao uso duma língua própria e os indivíduos e grupos são "psicologicamente" transferidos para outro grupo existem graves danos psicológicos."* [4]

Os países ocidentais têm contribuído para silenciar centenas de línguas. A última edição do "Ethnologue Languages Of The World 2005"[5], afirma existirem 6 912 línguas em todo o mundo. Dessas, 5% (cinco por cento = 347) têm pelo menos um milhão de falantes e representam 94% da população mundial. Todas as outras (95% do total) são faladas por uns meros 6% da população mundial.

Há dez anos havia 420 línguas ***quase extintas***, e esse número subiu agora para 516:

- África (46)
- Américas (170)
- Ásia (78)
- Europa (12)
- Pacífico (210)

Total: 516

Algumas destas, podem até ter já desaparecido sem que ninguém se tenha apercebido da sua extinção. Duas centenas e meia delas eram apenas faladas por dez ou menos pessoas, na altura em que estes dados foram coligidos. Por exemplo, a língua "***evak***" nativa do noroeste do Alasca tinha apenas uma falante cuja morte foi recentemente noticiada. Antes de morrer, colaborou com a Universidade do Alasca para a elaboração de um dicionário e, assim, ao contrário de muitas outras línguas que apenas existem na cabeça dos anciãos esta pode não ter morrido com a sua última falante.

[2] http://www.whyy.org/91FM/radiotimes.html The work of David Harrison and Gregory Anderson is the subject of a new film, which was screened at Sundance, "The Linguist." The film tells the story of their travels and research around the globe to document endangered languages. Both are affiliated with the "Living Tongues Institute for Endangered Languages."

[3] http://pt.wikipedia.org/wiki/Russ_Rymer

4 '*…necessary rights, supporting identity with the mother tongue and, on a collective level, allowing groups to exist and reproduce their language and culture. Serious psychological damage is done when the identity associated with use of one's own language is denied, and individuals and groups are 'psychologically' transferred to another group.*"

5 Gordon, Raymond G., Jr. (ed.), 2005. Ethnologue: Languages of the World, Fifteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International.: http://www.ethnologue.com/ . http://www.ethnologue.com/nearly_extinct.asp

A maioria das línguas em risco de extinção não consta de dicionários ou de gramáticas. Em África existem quase 2400 línguas (35% do total), na Ásia 2000, Australásia (Oceânia 1200), Américas (1000) e Europa (200). Apenas 15 países têm só uma língua (Bielorrússia, Bermudas, Bósnia-Herzegovina, Cuba, Coreia do Norte, Maldivas, Turquemenistão e Vaticano)[6].

Os autores Nettle e Romaine[7] afirmam que "*Quase cem das línguas nativas originalmente faladas na Califórnia estão extintas e pelo menos*, "***metade das línguas faladas em todo o mundo podem desaparecer neste século.***" Para tornar mais explícito o elo entre a sobrevivência linguística e os assuntos ambientais, estes autores arguem "*A extinção linguística faz parte do colapso quase total dos ecossistemas mundiais*."

As batalhas para preservar os preciosos recursos ambientais – tais como as florestas tropicais – não podem nem devem separadas da luta para manter a diversidade cultural, e as causas da morte das línguas que à semelhança da destruição ecológica assenta na interligação entre a ecologia e a política. A todos os níveis, existe um desconhecimento profundo sobre as línguas – desde o seu número e tamanho, aos seus nomes e locais onde são faladas.

Embora a ameaça à diversidade linguística seja maior que a ameaça à biodiversidade[8], existem causas indiretas entre o solo, clima, ecossistemas, etc., e línguas. Metade das línguas mundiais desaparecerá até ao fim deste século, e entre 80 a 90 por cento[9] desaparecerá nos próximos duzentos anos. Em números concretos, em cada quinzena, morre uma língua.

Os antropólogos lamentam o massacre das línguas: para eles, cada língua e como uma catedral imponente, um objeto de beleza e o produto de um enorme esforço criativo, cheio de ricas tapeçarias do conhecimento.

Não permitiríamos que a Capela Sistina ou a Mona Lisa desaparecessem sem guardar todos os traços e registo dessas obras-primas, e o mesmo se deve aplicar às línguas. Na Austrália os colonizadores europeus trouxeram, com eles, virulentas pragas e quase exterminaram na totalidade os povos aborígenes das suas próprias terras.

No século XX tentaram "civilizar" os aborígenes dando-lhes valores e padrões ocidentais, escolas e vestuário, misturados com Cristianismo e Inglês. Isto foi ainda mais notório quando raptaram literalmente uma em cada dez crianças aborígenes para as forçarem a assimilar, pela força, os valores da sociedade branca[10].

6

Indonésia	694 línguas (9,5% do total),
PNG (Papua Nova-Guiné)	673
Nigéria	455
Índia	337
Camarões	247
Austrália	226
Rep. Dem. Do Congo	206
México	188
China	186
EUA	165
Brasil	150
Vanuatu	104
Rússia	90
Angola	37
Moçambique	35
Itália	30
Turquia	30
França	27
Alemanha	22
Guiné-Bissau	15
Espanha	13
S. Tomé e Príncipe	4
Macau	3
Cabo Verde	2
Timor-Leste (talvez 36)	não consta desta lista

7 Daniell Nettle & Suzanne Romaine, Vanishing Voices: The Extinction of the World's languages Oxford University Press 2000

8 Skutnabb-Kangas, Tove, (2000) Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights', Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback

9 Daniell Nettle and Suzanne Romaine, op cit

10 "Aboriginal Stolen Generation" descrita na peça "Stolen" encomendada pela Companhia de Teatro Ilbijerri Aboriginal and Torres Strait Islander em 1992, e representada no London's Tricycle Theatre, Julho 4-15, 2000. Originalmente descrita numa célebre canção de Archie Roach em 1987 "Took the children away".

De igual modo, nos EUA, os governos obliteraram da face da terra tribos de Índios e forçaram as crianças nativas americanas a frequentarem escolas nas quais era proibido o uso de qualquer língua que não a inglesa. Pensava-se na altura que se estava a fazer um favor aos nativos dado que as outras línguas, as deles, eram obviamente línguas inferiores.

A situação reverteu nas últimas décadas em ambos os países. A Lei Nativa de 1990[11] promove os direitos dos nativos americanos para desenvolverem as suas línguas à custa de alguns subsídios governamentais. Na Australia, os governos subsidiaram programas de preservação de línguas aborígenes existentes e de promoção daquelas que estavam em vias de extinção.

Culturalmente, a Austrália foi colonizada com gente vinda de Inglaterra e de mais 26 países.[12] Quando os primeiros colonos arribaram em 1788 havia 250 línguas aborígenes incorporando cerca de 600 dialetos aborígenes, dos quais sobrevivem, hoje, cerca de 250. Tinham vocabulários complexos descrevendo os intrincados meandros das suas sociedades. Algumas delas tinham mais de dez mil étimos, com terminologias específicas para as cerimónias de iniciação ou para aqueles com quem o contacto devia ser evitado. Alguns casais falavam mais do que um idioma e as pessoas identificavam-se quer pela geografia como pelas línguas.

A tradição oral preservou formas verbais e não-verbais, incluindo danças, canções e pintura. Cada grupo linguístico era uma nação com fronteiras, cultura e regras grupais. Os casamentos intertribais eram a regra para a preservação socioeconómica da identidade do grupo. A História não nos diz qual o papel desempenhado pelos intérpretes e nativos, que foi vital para o desenvolvimento da colónia. Sabemos, por exemplo que o Governador King[13] publicou uma espécie de quadrinhos desenhados nos quais explicava as regras legais e penais da colónia, mas sabe-se que a presença branca extinguiu pessoa e dialetos. Uns e outros foram dizimados quer por mera aniquilação física da população, quer por fatores exógenos como a doença, a deslocação forçada, a proibição de utilização dos seus dialetos, a assimilação forçada, etc.

Atualmente cerca de 10% da população aborígene australiana fala um dos remanescentes 250 dialetos tribais. Destes, cerca de 160 já desapareceram ou são falados apenas pelos anciãos. Dos restantes 90 dialetos apenas vinte (20) têm uso corrente diário, por novos e velhos, sendo transmitidos para a próxima geração.[14]

De todos os que sobrevivem, metade deles tem apenas entre 10-100 pessoas capazes de os articularem.[15] Em 1996, um dos mais brilhantes relatórios governamentais indicava que a nossa diversidade linguística na Austrália era o resultado mais notável da política de emigração seguida a partir da década de 1970. Em 1991, 15% da população australiana falava uma língua que não era inglês. Esse número mais do que duplicou hoje e as línguas comunitárias não param de aumentar enquanto línguas nativas como Karara, Warlpiri, ou Wiradjuri se extinguem.

Mas o campeão da extinção de línguas nativas é o Brasil, segundo o jornal "O Liberal[16]" de Belém. Das 1 100 línguas indígenas, apenas 180 sobrevivem após cinco séculos, sendo mais de 80% faladas por índios. Em cinco séculos de ocupação portuguesa, o Brasil perdeu a maior parte das línguas indígenas. O processo de extinção continua. Pelo menos um terço desses idiomas é considerado 'língua quase extinta', ou seja, fadada ao desaparecimento. São idiomas com menos de 100 falantes e com transmissão considerada de alto risco pois não são usadas para a comunicação de pais com filhos. Na Amazónia, agonizam 45 dessas línguas. A maioria não chega a ter dez falantes, todos eles com idade avançada. É o caso de quatro línguas indígenas do Pará como o kuruáya, praticado em Altamira, com três falantes - todos com idade aproximada de 80 anos. Carmen Lúcia Reis Rodrigues, professora de Linguística da

11 The 1990 Native American Language Act in Newsweek, The Sounds of Silence, p.62-63, June 19,2000
12 Grécia, Itália lia, Escócia, Gales, Irlanda, Áustria, Canadá, Gibraltar, Holanda, Hungria, Índia, Madagáscar, Maurícias, Polónia, Rússia, Suécia, EUA; Índias Ocidentais, Cabo da Boa Esperança, Dinamarca, Egito, França, Alemanha, Pérsia, Portugal e Lituânia. (Records of the First Fleet, Jan. 26, 1788.)
13 King, Philip Gidley (1758 - 1808)

14 Dr. Annette Schmidt, 1990. os quatro maiores grupos de idiomas sobreviventes têm entre 3 – 4 mil falantes, e as restantes seis línguas têm mil falantes. 15 mil pessoas falam Aboriginal Krill e Crioulo das Ilhas Torres.
15 In Aboriginal Australian Encyclopedia, Canberra: Aboriginal Studies Press for the Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies, 1994.
16 http://www.oliberal.com.br/index.htm

Universidade Federal do Pará (UFPA), há 20 anos estuda o xipáya e terminou recentemente um dicionário para evitar a sua extinção. Os xipáyas deixaram de utilizar o seu idioma quando abandonaram a tribo para irem viver na cidade. Hoje, nem um tem fluência no idioma nativo. O principal sinal do fim de uma língua é quando ela deixa de ser ensinada para as novas gerações. No Pará ainda há quatro falantes do idioma anambé, mas já nenhum fala amanayé.

O ano de 2008 foi definido como o Ano Internacional dos Idiomas pela ONU, mas esta data passa despercebida porque a extinção das línguas não se sente da mesma forma que uma inflação ou uma depressão económica. O desafio é tentar retardar ao máximo o desaparecimento das línguas em risco com um pequeno número de falantes que não a conseguem transmitir.

A longo prazo a tendência é a extinção, mas convém lembrar que não só as línguas morrem, com elas perde-se um conjunto de hábitos culturais, ancestrais conhecimentos de gerações. Com a sua morte esse conhecimento também fica inacessível. A língua é parte integrante da cultura. Este aspeto cultural é frequentemente negligenciado, dado ter-se em conta apenas a função da comunicação. É através da linguagem que se acede à cultura de um povo, ao seu modo de pensar e de vida, às suas tradições, ao seu saber.

2. As línguas de Portugal

Portugal tem duas línguas oficiais, dentre as sete línguas vivas que segundo o Ethnologue ali são faladas:

Asturiano Mais info.	***[ast]*** 25 039 em Miranda do Douro. *Nome Alternativo:* astur-leonês. *Dialeto:* Asturiano ocidental, Asturiano central (Bable). *Classificação* Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, Ibérica ocidental, astur-leonês
Calo Mais info.	***[rmr]*** 5 000. *Nome Alternativo:* Calão, Gitano, Romani Ibérico. *Dialeto:* Calo espanhol, Calão português (Calão, Lusitano-Romani), Calo Catalão, Calo Vasco, Calão Brasileiro. *Classificação:* Mista, Romani Ibérico
Galego Mais info.	***[glg]*** 15 000 em Trás-os-Montes (1994 SIL). Províncias de Entre-Minho-e-Douro e Trás-os-Montes. *Nome Alternativo:* Galego, Gallego. *Classificação:* Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, Ibérica ocidental Português-Galego
Mirandês Mais info.	***[mwl]*** 15 000 (2000). 10 000 usam-na regularmente, 5 000 usam-na quando regressam à região, sudeste de Trás-os-Montes na fronteira com a Espanha, latitude de Zamora, cidade de Miranda. *Nome Alternativo:* mirandesa. *Dialeto:* Relacionado com Asturiano e Leonês. Provavelmente separados aquando da invasão moura. *Classificação:* Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, Ibérica ocidental, astur-leonês
Português Mais info.	***[***ISO 639-3: ***por]*** 10 000 000. Falado por 177 457 180. Península Ibérica, Açores, Madeira. Também falado em Andorra, Angola, Antígua e Barbuda, Bélgica, Brasil, Canadá, Cabo Verde, China (Macau), Congo, Timor-Leste, França, Alemanha, Guiné-Bissau, Guiana, Índia, Indonesia, Jamaica, Luxemburgo, Malaui, Moçambique, Namíbia, Oman, Paraguai, São Vicente e Granadinas, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Espanha, Suriname, Suíça, Reino Unido, Uruguai, EUA. *Dialetos:* Beirão, Galego, Madeira-Açores, Estremenho, Português do Brasil. O padrão baseia-se no dialeto Estremenho (Lisboa e Coimbra). *Classificação:* Indo-europeia, Itálica, Românica, Italo-Ocidental, Ocidental, Galo Ibérica, Ibero-romana, ibérica ocidental Português-Galego
Português Gestual Mais info.	***[psr]*** usada por uma parte dos 8 000 surdos; 1986 Gallaudet Univ. *Nome Alternativo:* Língua Gestual Portuguesa. *Dialeto:* Lisboa, Porto. Não deriva da língua portuguesa. Dois dialetos diferentes em duas escolas de surdos em Lisboa e no Porto. Relacionada com a Língua Gestual da Suécia. *Classificação:* Língua Gestual
Romani, Vlax Mais info.	***[rmy]*** 500 Kalderash. *Dialeto:* Kalderash. *Classificação:* Indo-europeia, Indo-iraniana, Indo-Ariana, Zona central, Romani, Vlax

Outras fontes[17] são mais abrangentes e consideram a existência de treze dialetos, a saber:

Meridionais e Centrais – Incluem o da capital, Lisboa, que tem as suas próprias peculiaridades. Embora tenham caraterísticas únicas, os dialetos dos

[17] http://en.wikipedia.org/wiki/Languages_of_Portugal

arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira podem, agrupar-se nos dialetos meridionais.

1 - Açoriano — *Açores*

2 - Alentejano — *Alentejo*

3 - Algarvio — *Algarve* (existe um dialeto pequeno na área ocidental)

5 - Baixo-Beirão; Alto-Alentejano — *Centro de Portugal (interior)*

6 - Beirão — *centro de Portugal*

7 - Estremenho — *Regiões de Coimbra e Lisboa* (podendo subdividir-se em dois: Lisboeta e Coimbrão)

8 - Madeirense — *Madeira*

11 - Barranquenho - Na vila de Barrancos (em plena fronteira da Estremadura, Andaluzia e Portugal), é um dialeto fortemente influenciado pelo Estremenho e é designado como *Barranquenho*.

Os dialetos nortenhos incluem obviamente o dialeto do Porto.

4 - Alto-Minhoto — *Norte de Braga (interior)*

9 - Nortenho — *Regiões de Braga e Porto*

10 - Transmontano — *Trás-os-Montes*

12 – Mirandês - Um dialeto astur-leonês falado na região de Miranda do Douro, no nordeste de Portugal.

13 – Língua Gestual Portuguesa.

O português beneficiou da globalização. Na internet, o Inglês representava 75% em 1998 e 45% do total em 2007. O português era 0,82% em 1998 e estava em sexto lugar em 2007 com 1,39% de pois de ter atingido 2,25% em 2001. O espanhol com 2,5% em 98, atingiu 5,5 em 2001 e atualmente tem 3,8%. O acordo ortográfico tem a intenção política manifesta de incrementar o "valor de mercado" do português.

David Crystal chama ***netspeak***[18], à *"língua da rede"*.

Segundo Crystal

"O crescimento das grandes línguas do mundo funciona como um trator, esmagando os idiomas que se põem no caminho. Isso não é um fenómeno restrito a duas ou três línguas. Não é apenas o inglês que ameaça línguas nativas na Austrália, ou o português que põe em perigo idiomas indígenas no norte do Brasil. O chinês, o russo, o hindi, o suaíli – todas as línguas maioritárias ameaçam idiomas de comunidades pequenas. O futuro dessas línguas minoritárias está vinculado a políticas regionais. Nos lugares onde sobrevivem, há uma série de práticas políticas e económicas que valorizam a diversidade.

A globalização e a revolução tecnológica da internet originam um "novo mundo linguístico". Entre os seus fenómenos estão as subversões da ortografia presentes nos blogues e nas trocas de correio eletrónico e o aumento no ritmo da extinção de idiomas.

Estima-se que em cada quinzena desapareça um. Cresce a consciência de que as línguas bem faladas, protegidas por normas cultas, são ferramentas da cultura e também armas da política, além de serem riquezas económicas. A reforma do português ora em curso vai-se defrontar com um desafio inédito. Outras mudanças foram feitas em situações em que era bem menos intenso o ritmo de entrada de palavras e conceitos na corrente da vida quotidiana. Na era da internet, as línguas, por natureza refratárias a arranjos de gabinete e legislações impostas de cima para baixo, podem comportar-se como potros indomáveis. Quem se preocupará com as novas regras de uso do hífen quando mantém longas e satisfatórias conversações na internet usando apenas interjeições e símbolos gráficos como os consagrados "emoticons" para alegre:-) ou triste:- (? A comunicação escrita tornou-se mais ágil e veloz.[19]*"*

Em correspondência com o autor[20] David Crystal afirmava-nos há alguns anos que

[18] David Crystal cunhou o termo *netspeak* para designar as formas inéditas de expressão escrita que a internet gerou

[19] Entrevista a David Crystal, in **revista VEJA – CAPA – 12/09/07**

[20] Troca de correspondência com o autor em 2001-2002: David Crystal: Thank you for your message. Portuguese, it seems to me, has a very strong and positive future - guaranteed by its extensive population base and the wide range of functions which it expresses, from parliamentary formality to grass-roots samba. At the same time, Portuguese speakers need to recognize that their language will be subject to change - as all languages are - and this process should not be opposed unthinkingly. When I was in Brazil last year, for example, I heard that there was a movement to try to keep English words out of Portuguese. To ban loan words from other languages can actually be a harmful step, in the development of a language, as it cuts the language off from international trends. English itself has borrowed words from over 350 other languages - including Portuguese -

" O Português tem um futuro forte e positivo, garantido pela sua extensa população e pela vasta gama de funções da sua expressão, desde a formalidade parlamentar ao samba popular. Simultaneamente os falantes de Português precisam de reconhecer está sujeita a mudanças – como todas as línguas – e não nos podemos opor impensadamente a esse processo.

No Brasil ouvi falar dum movimento para manter os anglicismos fora da língua portuguesa. Banir palavras de empréstimo pode causar danos no desenvolvimento duma língua dado que a afasta das tendências universais. O Inglês tomou de empréstimo palavras de mais de 350 línguas – incluindo o Português o que se traduziu numa língua extremamente bem-sucedida e rica.

O Português tem, a força de assimilação quer do inglês como doutros idiomas e com isso não perderá a sua caraterística identitária distinta. Espero que o desenvolvimento da língua portuguesa faça parte duma ética multilíngue nos países em que é falado a fim de que as línguas indígenas sejam respeitadas e apoiadas, o que no caso do Brasil é crítico dado o estado das línguas índias nativas."

3. Da literatura açoriana traduzida a Daniel de Sá

Deixando de lado estas classificações o que nos interessa aqui é lembrar que "o debate académico em torno da expressão «literatura açoriana» é antigo – e chegou a contaminar ao longo dos anos 80 os próprios autores, quando estes se reuniam em encontros, congressos e simpósios construindo lentamente a intensa rede de amizades, afinidades intelectuais e intertextualidades que hoje marca o grupo. Onésimo escreveu dois livros e coordenou outro em torno do assunto, a saber: *A Questão da Literatura Açoriana (1983), Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço (1986)* e *Açores, Açorianos, Açorianidade (1989).* Nesses anos, falava-se em artesanato açoriano, folclore açoriano, até cultura açoriana – mas nada causava tantos embaraços como falar em literatura açoriana.

O problema colocou-se primeiro por razões políticas. Em 1975, três anos antes de morrer, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista hoje formalmente extinto, como candidato a Presidente da futura República – e, ao longo dos anos seguintes, e contra a vontade da maioria dos autores, os separatistas que ainda restavam no arquipélago insistiram em usar a literatura das ilhas como um dos sinais da identidade nacional destas.

Depois, vieram modas e tendências. Hoje, é questão arrumada para a maioria dos autores. Cristóvão de Aguiar contesta o uso da expressão, outros agarram-se a ela com ambas as mãos, um terceiro grupo olha-a com bonomia e cita Wittgenstein para explicar que se trata sobretudo de uma expressão útil – já não é uma questão central, no fundo. Se há literatura cabo-verdiana ou literatura

---

and the result has been an extremely rich and successful language. Portuguese has the strength to assimilate loan words from English or any other language, and still retain its distinctive identity. I would also hope that the ongoing development of Portuguese would be part of a multilingual ethos for the countries where it is spoken, so that indigenous languages are respected and supported. In the case of Brazil, this is critical, given the perilous state of so many Indian languages. I hope these observations are of some assistance to you in your work. Loan words do change a language's character, but they don't as such cause it to deteriorate. The best evidence of all is, of course, English itself, which has borrowed more words from other languages than any other language in the world - and look at what has happened to English! In fact, about 80% of English vocabulary is not Anglo-Saxon in character, but comes from Romance and Classical origins - including Portuguese. (It's ironic that some of the words which the French, for example, are currently trying to ban, came from French and Latin in the first place!) You have to look at what happens, when words enter a language. In the case of English, we have such triplets as kingly (from Anglo-Saxon), royal (from French) and regal (from Latin). Now that we have all three, the language is much richer, because there are now all kinds of stylistic nuances which would not otherwise have been possible. Loanwords increase a language's richness of expression. No attempt to keep loanwords out of a language has ever succeeded. Languages can't be put under control. No academy has ever stopped languages changing. All this is very different from the situation of endangered languages, as I discuss for example in my book, Language Death. If languages are borrowing words it shows they are alive to social change and trying to keep pace with it. It is a healthy sign, as long as the loan words supplement and don't replace local equivalents (as in the English example above). What is worrying is if a dominant language begins to take over the functions of a less dominant language - for example, if you found English being used as the language of higher education when previously Portuguese was used. That is where legislation can help, by introducing various protective measures, supporting broadcasting in the minority language, and so on. There does need to be a policy, especially in a world where things are changing so fast, and this policy has to address the core issues, which are all to do with the functions of multilingualism. It must also be remembered that English is not alone in its displacement of other languages. In Brazil, hundreds of Indian languages have not been displaced by English - but by Portuguese. And all major languages - Spanish, Chinese, Russian, Arabic ... have affected minority languages in this way. Hope these remarks help. Professor David Crystal

são-tomense, contestar a existência de uma literatura açoriana é sinal de um «*um restinho de Inquisição*», diz Onésimo.

«*É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa*», diz Eduardo Bettencourt Pinto, 51 anos, um angolano que se tornou «escritor açoriano» por escolha própria e que já publicou no Campo das Letras o seu mais recente romance, A Casa das Rugas (2004). Feitas as contas, o que prevalece é a opinião de Pedro da Silveira, poeta da ilha das Flores (1922-2003) e autor, entre outros, de A Ilha e o Mundo (1953): «A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Apenas precisa, o que é diferente, de sair do gueto que lhe tem sido a sina», escreveu na entrada «*Açores*» do Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado em 1977 por João José Cochofel para a Iniciativas Editoriais. A verdade é que, lentamente, os escritores foram encontrando o seu espaço[21].

A Universidade de Brown tem há anos uma cadeira chamada Literatura Açoriana – e na Universidade dos Açores, Urbano Bettencourt ministrava o curso de literatura açoriana (enquanto unidade curricular das licenciaturas) com a duração de dois semestres; havendo outro curso, "*Portugal atlântico e a açorianidade*" que era um módulo de 10 horas integrado nos Cursos de verão da Universidade.

O próprio Urbano nos declarava há dias que de momento não sabe se, "*para lá do que o Onésimo leciona na Brown, existem outros cursos de iniciação à Literatura açoriana; na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Assis Brasil orienta um curso de literatura açoriana, mas já em pós-graduação. Há, no entanto, trabalhos e projetos aqui e ali; em França está a ser desenvolvido um projeto de doutoramento sobre o suplemento literário "Glacial" (Angra do Heroísmo, 1967-1973). O programa da disciplina de 2002[22] não se alterou desde então, apenas se atualizou a bibliografia crítica e foi variando o leque das obras obrigatórias, embora mantendo o Mau Tempo no Canal. Os trabalhos individuais dos alunos permitiam abordar as obras de autores mais recentes e que aparecem na bibliografia fornecida.*"

Podíamos citar dezenas de outros autores relevantes[23].

Eu sou um recém-chegado a estas ilhas com menos de três anos de aprendizagem, mas tive a honra e o privilégio de aprender as idiossincrasias micaelenses e picoenses quando recentemente traduzi as últimas obras de Daniel de Sá e de Manuel Serpa. Deparei-me com noções etimologicamente novas contrastando com o uso ancestral que o Português do continente lhes apõe nos dicionários. Trata-se aqui de desvendar as ilhas como mito paradisíaco recuando na sua essência até à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se abriram ao peso do presente e não podem ser apenas perpetuadas nas suas memórias. Muitas vezes a obra dum autor sofre drasticamente quando, em vez de ser tomada apenas como obra, é erigida ao estatuto regionalista, que não pretendeu para si própria.

Podem deduzir-se da leitura destes autores, algumas caraterísticas relevantes para a açorianidade:

1. O modo como o clima inculca um caráter de torpor e de lentidão em que a pressa é amiga da morte;
2. O modo como a História define os habitantes deste arquipélago ainda hoje quase tão afastados da metrópole como há séculos atrás;
3. A forma como se recortam todos os estratos sociais: vincadamente feudais apesar do humanismo que a revolução dos cravos alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;
4. O modo como a proximidade da terra se manifesta ainda de forma sobrejacente fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo.

[21] http://joelneto.blogspot.com/2005/12/reportagem-literatura-que-farei.html Joel Neto.

[22] Ver anexo I

[23] Adelaide Baptista, Álamo Oliveira, Daniel de Sá, Dias de Melo, Eduardo Bettencourt Pinto, Urbano Bettencourt, Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus, Carlos Wallenstein, Santos Barros, Martins Garcia, Emanuel Félix, Natália Correia, João de Melo, Maria Luísa Soares, Cristóvão de Aguiar, Eduardo Jorge Brum, Judite Jorge, Rui Machado, Mário Cabral, Nuno Costa Santos, Luís Filipe Borges, Alexandre Borges, Tiago Prenda Rodrigues, Emanuel Jorge Botelho, Fernando Aires, Ivo Machado, Norberto Ávila, Onésimo Teotónio de Almeida, Vamberto de Freitas ou Victor Rui Dores, Frank X. Gaspar ou Katherine Vaz (entre muitos outros), e no passado Gaspar Frutuoso (século XVI) Vitorino Nemésio (séc. XX), Antero de Quental (séc. XIX), Roberto de Mesquita (sécs. XIX e XX), Armando Côrtes-Rodrigues (séc. XX)
http://joelneto.blogspot.com/2005/12/reportagem-literatura-que-farei.html

Neste universo tão idílico não busquei - ao traduzir essas obras - a essência do ser açoriano, que de certeza existe, em miríade de variações insulares, cada uma vincadamente segregada da outra, se o homem se adaptou às ilhas ou se estas se continuam a impor condicionando a presença humana, para assim evidenciar a sua diferença específica, neste caso a açorianidade? Estando a açorianidade presente num escritor, explicá-lo é tarefa para estudos mais complexos do que a mera atividade de um tradutor, por mais empenhado ou apaixonado que este possa estar pelo objeto da sua tradução.

A existência, ou não, de literatura açoriana não passa, necessariamente, pela existência desta açorianidade[24]. Natural da ilha das Flores, Pedro da Silveira (1923-2003) captou "*as mundividências açorianas",* abrangendo na sua poesia "*as inquietações e os sonhos de gente viva de todas as partilhas e um verdadeiro compromisso social*", enquanto eu apenas tive a oportunidade de captar uma fotografia da alma dos escritores que traduzi.

Luiz Antônio de Assis Brasil[25] analisou a obra de Daniel de Sá[26] e em especial à narrativa de ficção, que revela facetas da identidade insular, em especial da ilha de origem.

> *"Coloca-se assim a evasão como um destino ao qual o açoriano se entrega com a fatalidade do cumprimento de um dever. O resultado é a errância, a transitoriedade e o permanente desejo da volta. Quando acontece, essa volta nunca é satisfatória: o emigrado jamais poderá deixar de ser americano, e mesmo que construa uma casa suntuosa em sua freguesia original, contribua para a igreja e participe das festas coletivas, todos lhe conhecem a história. Intentando uma análise mais ampla, percebemos quanto os componentes tradicionais da literatura açoriana estão presentes nessa obra: a sensação de estar-se numa prisão, o desejo de evadir-se, a saudade a roer os calcanhares, a estreiteza do ambiente insular, a desconfiança das terras estrangeiras. Daniel de Sá[27] mostra-nos uma outra realidade: aqui já não há quem abandone a ilha, mas todos são prisioneiros desse cárcere que se circunda de infinitude por todos os lados. O título, grafado no singular, o é naquele sentido antigo: então temos crónicas, onze no total, que tratam dos teres e haveres açorianos, nomeadamente da ilha de São Miguel, mas cujos interesses vão além. "*

No plano da linguagem, o Autor do livro *"O Pastor das Casa Mortas"* (edição VerAçor 2007) dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para uma das regiões mais interiores e montanhosas de Portugal, a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio numa verdadeira apologia da solidão física e mental que é o retrato de Manuel Cordovão esse lusitano de um amor só para toda a vida. Como o autor diz a começar trata-se de um livro dedicado *"Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal*."

A narrativa utilizando terminologia não insular acaba por poder ser lida como uma ode ao açoriano isolado de si e do mundo, neste amor perdido que se encontra apenas quando Caronte ronda.

Como diz o autor "*Embora eu vivesse numa ilha pequenina, a cinco minutos de um passeio calmo até ao aeroporto de quase todas as companhias aéreas que havia no Mundo, isso para o caso pouco importa*! Aliás esta transposição da naturalidade geográfica do personagem deixa-nos permanentemente na dúvida se a Teresa do "*Pastor*" não será irmã gémea da personagem feminina que acompanha os seus passos na digressão por "Santa Maria: a Ilha-Mãe". Em ambas as obras "*as palavras [*são] *tratadas suavemente, amenizando as arestas da fonética, como se com elas não pudesse nunca ofender-se alguém*."

Trata-se de uma visita não ao "*despovoamento das ilhas",* mas ao despovoamento do país real, montanhoso, interior e árduo de Portugal. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um

[24] http://www.revista.agulha.nom.br/MACHADO%20PIRES.pdf página 4, Mário Cabral em MACHADO PIRES, A.M.B., *Vitorino Nemésio: Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória: Câmara Municipal Praia da Vitória, 1998, 92 pp.

[25] http://www.geocities.com/ail_br/discussaodaidentidadeacoriana.html

[26] Sá, Daniel de. Ilha grande fechada. Lisboa: Salamandra, 1992.

[27] Sá, Daniel de. Crónica do despovoamento das Ilhas. Lisboa: Salamandra, 1995.

apascentador de cabras. Aqui não há a memória plural, que vem de Gaspar Frutuoso, mas sim uma ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza apenas nesta digressão pela Beira Alta.

As *Casas Mortas* são-nos apresentadas como um resultado inevitável e inelutável ao longo da vida do personagem principal, sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão. Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe darmos o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. De início pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada.

O resultado é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a interrogar como é que fiquei órfão intelectual desde que acabei de traduzir o livro.

As suas personagens e a sua escrita fazem de tal modo parte da minha vida que sinto uma espécie de síndroma de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captores...e agora, como vai ser?

Já o outro livro intitulado "*Santa Maria Ilha-Mãe"* (também editado pela VerAçor em 2007) é uma viagem ao passado, permeada de nostalgia quase lírica e pela magia da infância e das suas cores simples, mas bem nítidas.

Fala-se de como os Açores conviveram com o isolamento ao longo dos séculos, dos ataques de piratas, uma ameaça constante a inculcar ainda mais vincadamente as crenças de origem religiosa — numa ilha que felizmente não foi muito assolada por terramotos nem explosões piroclásticas. Essa *mundividência*, leva-nos naquilo que pode ser considerado o mais interessante guia ou roteiro turístico jamais escrito.

O próprio título gerou controvérsia, quer na versão portuguesa quer inglesa (*Santa Maria: Ilha-Mãe; Santa Maria, Island Mother"*, ou como o próprio autor notaria:

> *"Não se trata de "mãe" com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen em Português. Como bem entendeu, uma ilha que é mãe também. Não é o caso de Ilha Verde, por exemplo..."*

Diz-nos Daniel de Sá "*O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Os outros três, também sagrado um deles, eram a capela de Nossa Senhora do Ar, o Externato e o Atlântida Cine. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro*" e todos nós - ao lê-lo - sentimos com ele, os cheiros, as cores e as toadas que nos descreve.

Estes dois livros pertencem a um mesmo tempo, em que "*falar do passado açoriano é, também, falar do seu presente, e referir-se ao presente é remeter inapelavelmente ao passado, o que mostra a unidade e a solidez de propósitos do livro*", como diria Assis Brasil, referindo-se ao notável e quase único traço constante de profundo humanismo que informa os textos. Todas as suas personagens, são de tal forma credíveis que nos sentimos transportados ao local e vivemos partilhando os sentimentos dos interlocutores.

Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, "*A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte.* [28]

[28] "*Translation, like writing, is both art and craft, with a touch of alchemy. When translator and author actually get to meet, the result can be inspired. Nuance is what translates language into art."* Ann-Marie is a Toronto-based writer and actor. She has received accolades for her playwriting, acting and writing. Her play Goodnight Desdemona (Good Morning Juliet) won the Governor General's Award for Drama, the Chalmers Award for Outstanding Play and the Canadian Authors' Association Award for Drama. She won a Gemini Award for her role in the film Where the Spirit Lives and was nominated for a Genie for her role in I've Heard the Mermaids Singing. Her first novel, Fall on Your Knees, was published in 1995 to much critical acclaim in Canada and abroad. Her latest book, The Way the Crow Flies, was shortlisted for both the Giller Prize and Governor General's Award. http://www.banffcentre.ca/programs/93_words/2007/biltc/past_programs.aspx

A tradução do livro de Manuel Serpa "*Da pedra se fez vinho / When rock became wine*" foi outro exercício inesquecível. Apesar da ajuda de vários conterrâneos do autor houve ocasiões em que as explicações à guisa de glossário se sobrepunham umas às outras, aumentando as já profusas notas de tradutor.

Tudo isto porque para um mero leitor do continente o texto seria incompreensível, ou seja, era necessário haver mesmo uma intertradução, do falar picoense para o falar continental, antes de ser vertido num inglês pouco shakespeariano. Criou-se involuntariamente um novo glossário a adicionar à Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa que estes Colóquios estão a inventariar desde o ano passado.

Vejamos algumas dessas notas e respetiva tradução:
Translator's Notes:

Picaroto is what you call a person from Pico.
Pique, a pickaxe.
Luva, gloves made of ox or pig leather to protect against brambles.
Foicinho, abbreviation for foice (scythe) is a short-handled scythe.
After a certain altitude on the rocky hills, there was the need to clean up the rocks. Since there were too many of these, even after building up the delimitating walls, they created "maroiços". The rocks were laid one on top of the other, in steps or ramps, enabling people to carry stones for the upper levels that ended up sometimes in a conic conglomerate of stone.
Curral, pl currais, stone-walled plots where wine grows. The area in the canada between two contiguous traveses was called curral.
Canada is a narrow track or pathway allowing access to the currais.
Traveses or travesses, transversal walls or partition wall on the vineyard. The space in the Canada between two contiguous traveses was called curral.
Jarões (girões), the grouping of all canadas were called jarões or girões adding up to the entire vineyard.
Portais literally portals, made of loose lava stone, which could be torn down whenever need.
Bocainas passage, where tracks or passageways converge.
Acaculados in the original, from acacular (Brazilian terminology) – Fill up, overfill. The basket of grapes overfilled in conic form or helmet (in the original sense of caculo or cuculo), is a sign of wealth (even the bottom was filled up with leaves…).
Cestos de asa, are grape carrying baskets with side handles.
Feitor is a foreman in charge of the vineyards.
vinho passado is a wine past its prime that smells mouldy or tastes to vinegar, somewhat repulsively. However, in Pico, the "passado", not being rare, entered the specialty scale and was obtained by allowing the grapes to reach the state of raisins, intentionally, being harvested long after harvesting time.
The original text creates a new verb "moirar" meaning working like a Moor, in the sense of slave work.
Pastel in Portuguese, Woad (Isatis tinctoria) was important as a source of a blue dye. Pastel dyers woad and canary moss or "urzela" were exported to Flanders and other European countries.
"Salto" immigration, literally meaning "jump immigration" as it has been widely known, is the name given to all Portuguese who illegally crossed borders or moved to other countries to escape their fate.
"Engajadores" Illegal immigration agents or human traffickers who conned potential emigrants, taking their money and promising them to land and work on a foreign country.
"Vinho Americano" Hybrid red-wine grape that is the result of a cross between Vitis Labrusca and Vitis Vinifera. It can be vinified into rosé wine. Isabella has an unattractive FOXY character. It's also known as Americano and Bellina.
Ermida pl Ermidas, are privately built small churches or chapels which in Pico always.
Rilheiras, name given by the locals to the indentation on the basaltic lava rock created by the wheels of the ox carts, after numerous trips carrying the grapes to the cellars.
Rola-pipas literally rolling-casks or rolling-barrels, are the coastal rocks carved as ramps so that the wine barrels could roll down to the boats or ships which would carry them to the world.
"Poços de Maré" – literally tidal wells that were built due to the shortage of water.
Froca / froca de angrim from the English frock, meaning a sheepskin coat or frock.
Albarcas corruption of the word alparca, alparcata, alpargata, alpercata, all meaning a type of cheap sandal used in rural areas.
Saudade, pl saudades (pron. [seu'dad(i)] in European Portuguese, is a Portuguese / Galician word for a feeling of longing for something that one is fond of, which is gone, but might return in a distant future. It often carries a fatalist tone and a repressed knowledge that the object of longing might never return. Saudade has no direct English translation; its translation is dependent on context. It originates from the Latin word solitatem (loneliness, solitude), but developed a different meaning. Loneliness in Portuguese is solidão (a semi-learned word), from Latin solitudo. Few languages in the world have a word with such meaning, making it a distinct mark of Portuguese culture. It has been said that this, more than anything else, represents what it is to be Portuguese.
Lapilli is a size classification term for tephra, which is material that falls out of the air during a volcanic eruption.

David Crystal[29] sempre salientou que a língua inglesa "*tinha substituído muitos idiomas nativos como o Cambriano ou Câmbrico, Cornualhês, Norn e o galês Manx, embora esteja nas últimas décadas a ser ela mesma substituída pela sua variante norte-americana*".

[29] Cambridge Encyclopedia of the English Language, David Crystal Cambridge University Press ISBN 0521530334

Ao ler trabalhos na língua original da autoria do português **Saramago**, do colombiano **García Marquéz**, do egípcio **Naguib Mahfouz**[30], uma pessoa deve ser sempre humilde em relação aos nossos colegas ***tradutores*,** capazes de penetrarem até às mais recônditas minudências das línguas de origem e transformarem-nas nas mesmas tonalidades na nossa língua de leitura.

Foi isso que tentei fazer ao descobrir a Açorianidade da língua e cultura destes autores que ora traduzi e que me permitem afirmar sem sombra de dúvidas que a literatura açoriana está viva, de boa saúde e recomenda-se.

Não posso, porém, senão lamentar, que parte dos editores portugueses continue infelizmente a preferir o trabalho fácil, rápido, barato e pouco profissional de tantos aprendizes de feiticeiro tradutor.

Cito um velho exemplo (datado de 1998) do jornal *The Boston Globe*, em que as vendas de um ***'depilador'*** na Rússia tinham sido objeto de uma promoção como sendo um ***'tónico capilar'*** para desespero de todos os recém-transformados em carecas.

Outros exemplos estrangeiros abundam como o da água mineral "*Blue Water*" anunciada em Ucraniano como "***bluvota"*** **[vómito]** ou ainda o anúncio do champô "***Wash and Go***" que em Russo soa a '***vosh'*** ou **piolho.**

Admitamos que traduções semelhantes em português são infelizmente correntes em material promocional do arquipélago como aconteceu há poucos anos com o belo livro turístico promocional intitulado "Triângulo Dourado" editado pela Clássica Publicações.

Começamos esta apresentação dando-vos conta da extinção das línguas e dialetos, passando depois à vitalidade da escrita açoriana exemplificada pelos livros que recentemente tive o privilégio de traduzir para inglês, para os mercados da Norte América.

Deixem-me, pois, concluir que as línguas têm de ser mantidas, tratadas e estimadas. Elas não dividem países, a intolerância sim. Muitos de nós ignoramos a perda diária de dialetos e línguas e nem sequer sentem a sua falta, outros há que acreditam que a pluriexistência de línguas é uma praga que assola a humanidade desde os tempos da Torre de Babel, que nem vez de ajudar a comunicar apenas serve para confundir pela sua diversidade.

Felizmente há já muitos clamores alegando que a extinção das é uma ameaça à espécie humana, e que, tal como a diversidade biológica é vital para a saúde da Terra, também vitais são a diversidades intelectuais e culturais. Isto é cada vez menos falacioso devido à globalização desenfreada.

A sobrevivência dos idiomas neste século depende de todos nós[31], pelo que devemos aproveitar as novas tecnologias neste mundo de ondas hertzianas sem fronteiras onde a tirania dos governos não penetra. Usemos, pois, a internet para proteger e recriar as nossas línguas e culturas antes que elas se extingam.

> "*A tradução é hoje essencial para reconhecer uma Nova Europa de 27 países, e dezenas de línguas pondo-nos em contacto direto e instantâneo com diferentes culturas de vários países*[32]. Possam eles também descobrir esta nossa rica cultura açoriana.

ANEXO I, DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LITERATURAS MODERNAS, LITERATURA E CULTURA AÇORIANAS 2001-02 - INTRODUÇÃO

A disciplina tem como objetivo fundamental proporcionar um conhecimento sistemático da Literatura Açoriana, procedendo a um estudo mais aprofundado de algumas das suas obras de maior importância.

Nestes termos, entende-se que a aprendizagem se deverá organizar numa perspetiva diacrónica, em que a ordem cronológica se articule com uma

[30] Nem sequer metade das suas obras foram traduzidas para Português (apenas 4 livros...).

[31] http://www.whyy.org/91FM/radiotimes.html The work of David Harrison and Gregory Anderson is the subject of a new film which was screened at Sundance, "The Linguist." The film tells the story of their travels and research around the globe to document endangered languages. Both are affiliated with the "Living Tongues Institute for Endangered Languages."

[32] Palazón, Reina, covencedor do Prémio Nacional de Tradução de Espanha no ano 2000, pelo seu trabalho com as Obras Completas de Paul Celan, traduzidas do Alemão para o Castelhano.

componente de história literária, de modo a situar as obras individuais no seu contexto estético e social.

Daí, a necessidade da descrição teórica, mesmo que não exaustiva, de alguns movimentos, períodos e estéticas literárias que possibilite o enquadramento da escrita açoriana e a compreensão do modo como esta deles se aproxima e os reelabora. Este aspeto torna-se tanto mais pertinente e lógico quanto se constata a inexistência de uma História da Literatura Açoriana, apesar de importantes abordagens parcelares como as de Pedro da Silveira, João de Melo, Eduíno de Jesus, Onésimo T. Almeida ou Assis Brasil, referenciadas na Bibliografia.

De tudo isto resulta que o Programa de Literatura e Cultura Açorianas se organiza como um percurso com início no século XIX, por ser este o momento em que a introdução da tipografia e da imprensa nos Açores e o desenvolvimento da instrução pública, entre outros fatores de natureza histórica e cultural, começam a proporcionar os meios para a formação de um subsistema literário, cuja visibilidade se torna, aos olhos do estudioso, (mais) manifesta exatamente a partir dessa altura.

Os alunos terão à disposição um Dossier de textos que, além de colmatarem algumas lacunas bibliográficas, servirão de base às Aulas Práticas. Serão objeto de estudo particular as narrativas Mau *Tempo no Canal*, *Gente Feliz com Lágrimas* e *Terra de Lídia,* pelo que se torna obrigatório o seu conhecimento prévio.

A avaliação de conhecimentos rege-se pelas disposições que, em particular, constam do Regulamento de Atividades Académicas, que prevê no seu Art.º 5 as modalidades de avaliação contínua e periódica, especificadas nos dois artigos seguintes.

No caso de opção pela avaliação periódica em Literatura e Cultura Açorianas, aos dois elementos de avaliação previstos acresce a realização de um trabalho escrito individual, de dimensões, tipologia e tema a definir em cada ano, com o apoio e orientação do docente, podendo os alunos escolher o autor dentre os que constam da Bibliografia ou optar por outro do seu interesse.

Este trabalho será apresentado e discutido no decurso das aulas e poderá, eventualmente, substituir a segunda frequência.

PROGRAMA

O conceito de Açorianidade
De Nemésio (a geografia e a história) a Eduardo Lourenço (os séculos, a distância, os homens).
Limites e polivalência do conceito.
A Literatura Açoriana
Uma panorâmica histórica.
Do séc. XIX para o séc. XX
Entre o Parnasianismo e o Simbolismo.
Garcia Monteiro e Roberto de Mesquita: da "ironia alegre" à "solidão atlântica" (V. Nemésio) ou da "açorianidade solar" (Carlos Jorge Pereira) ao "spleen florentino". O intertexto anteriano em *Almas Cativas*.
Os «contistas da Horta».
Rodrigo Guerra, Florêncio Terra, Nunes da Rosa.
A poetização do mundo (rural) *versus* a representação da sua violência.
Impressionismo descritivo *versus* narração.
A ficcionalização multifacetada do mundo açoriano.
De Armando Côrtes-Rodrigues a Pedro da Silveira
A deriva estética e ideológica de A.C.R: entre o *Orpheu* e o "franciscanismo campestre" (F. Pessoa).
O rasto do neorrealismo (Dias de Melo).
Uma releitura dos modernismos português e cabo-verdiano.
Poesia e história.
Vitorino Nemésio narrador e poeta
5.1 Mau Tempo no Canal.
"Romance resumo da minha experiência de vida" (Vitorino Nemésio).
5.1 Mau Tempo no Canal.
"Romance resumo da minha experiência de vida" (Vitorino Nemésio).
5.1.1 A intriga e a "moldura" síntese da açorianidade: informação histórica e científica; a vivência do tempo; espaço físico e social; cultura erudita e cultura popular.
Narrador e personagem central. Uma visão do mundo.
Recursos discursivos.
Escrever é reler.
"Mundo abreviado" e destino humano (trágico).
A simbólica de Mau Tempo no Canal.
A Poesia de Vitorino Nemésio.
5.2.1 Uma "voz" que se busca no decurso do Tempo, nele se molda e se (des)faz em palavras: de *La Voyelle Promise* (1935) a *Sapateia Açoriana* (1976).
Ritmos e registos; fluência e contenção.

Experimentação verbal. Recontextualização (lírica) do léxico científico.
Citação e ironia.
Metapoesia e (auto)questionamento depreciativo.
A metaforização do ato poético e da poesia: canto, concha, casa.
A construção do Sujeito Poético: o "bicho harmonioso" no seu "buraco vil".
"Ilha ao Longe": distância e rememoração.
O "ovo" como génese, proteção e renovação.
Partida e regresso(s).
Passado e presente: da infância / inocência (na ilha) perdida à consciência do pecado. A culpa e o perdão (pedido).

Olhares sobre a atualidade

Viagem, iniciação e aprendizagem do mundo. Errância e permanência.
A emigração: imagens e "miragens de América".
Rumores de guerra.
Re-escrever a história e o seu texto. O diálogo intertextual.
A sátira e a paródia (ainda e sempre).

BIBLIOGRAFIA

1. Textos de Teoria e Crítica

AAVV, *Vitorino Nemésio – Vinte Anos depois* (Atas do Colóquio Internacional de Estudos Nemesianos, 1998), Lisboa e Ponta Delgada, Ed. Cosmos e Seminário Internacional de Estudos Nemesianos, 1998.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra, Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC), 1983.

———, *Da Literatura Açoriana* (Org. e Intro. De...), Angra, SREC, 1986.

———, *Açores, Açorianos, Açorianidade*, Ponta Delgada, Signo, 1989.

BATISTA, Adelaide, *João de Melo e a Literatura Açoriana*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1993.

BETTENCOURT, Urbano, *O Gosto das Palavras III*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1999.

BRASIL, Luís António de Assis, "A Narrativa Açoriana pós-Vinte e Cinco de abril", in *Organon*, Vol. 8, n.º 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, pp. 71-79.

FERREIRA, Manuel, *O Segredo das «Almas Cativas»*, Ed. da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, [D.L. 1991].

FREITAS, Vamberto, *O Imaginário dos Escritores Açorianos*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1992.

———, Mar Cavado. Da Literatura Açoriana e de Outras Narrativas, Lisboa, Ed. Salamandra, 1998.

———, *A Ilha em Frente – Textos do Cerco e da Fuga*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1999, especialmente as páginas 15-40.

GARCIA, José Martins, *Para uma Literatura Açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

———,*Exercício da Crítica*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1995.

GOUVEIA, Maria Margarida, Maia, *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP / MEC, 1986.

JESUS, Eduíno de, "Breve notícia histórica da poesia açoriana de 1915 à atualidade", in *Estrada Larga*, vol. 3, Porto Editora, [s / d], pp. 425-430. O artigo termina referenciando livros de finais dos anos 50.

LOURENÇO, Eduardo, "Da Autonomia como Questão Cultural", in *A Autonomia como Fenómeno Cultural e Político*, Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1988, pp. 51-62.

———, "O novo espaço lusófono ou os imaginários lusófonos", in *A Nau de Ícaro* seguido de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp. 183-192.

MELO, João de, *Toda e Qualquer Escrita*, Lisboa, Vega, 1992.

———, A produção literária açoriana nos últimos dez anos (1968-1978), Sep. de Colóquio / Letras, n.º 50, Lisboa, Fundação Gulbenkian, julho / 1979.

NEMÉSIO, Vitorino, "Açorianidade" in *Insula*, n.º 7-8, Ponta Delgada, julho, 1932.

———, "O Açoriano e os Açores", in Sob *os Signos de Agora*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1995.

———, "Açores: De onde sopram os ventos", in *Açores. Atualidade e Destinos*, Angra, Ed. Atlântida, 1975.

PIRES, António M. B. Machado, *Raul Brandão e Vitorino Nemésio*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

———, *Vitorino Nemésio – Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 1998.

RIBEIRO, Luís da Silva, *Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade*, Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1964.

SILVA, Heraldo Gregório da, *Açorianidade na Prosa de Vitorino Nemésio*, Angra, SREC, 1985.

SILVEIRA, Pedro da, "O conto açoriano e os seus caminhos", in *Estrada Larga*, vol. 1, Porto Editora, [s / d] , pp. 545-547.

———, "Açores", in João José Cochofel, *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 35-46.

TRIGO, Salvato e ROSA, Victor M. Pereira da, "Da Insularidade à Açorianidade: Algumas Reflexões", in *Arquipélago* / Ciências Sociais, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, pp. 187-201.

2. Antologias

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *The Sea Whithin*, Providence, Gávea-Brown, 1983.

BOTELHO, Emanuel Jorge, Sempre disse tais coisas esperançado na vulcanologia – 12 poetas dos Açores, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

MELO, João de, Antologia Panorâmica do Conto Açoriano, Lisboa, Vega, 1978.

PINTO, Eduardo Bettencourt, *Os Nove Rumores do Mar – Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea*, 3.ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2000.

SILVEIRA, Pedro da, *Antologia de Poesia Açoriana – séc. XVIII a 1975*, Lisboa, Sá da Costa, 1977. ~

3. Autores

3.1 Poesia

BARROS, J.H. Santos, *S. Mateus, outros lugares e nomes*, Lisboa, Vega, 1981.

BOTELHO, Emanuel Jorge, *Mas o Território não é o Mapa*, Angra, SREC, 1981.

CANDEIAS, Marcolino, *Na Distância deste Tempo*, Angra, SREC, 1984.

CORREIA, Natália, *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias, I, II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

CÔRTES-RODRIGUES, Armando, *Antologia de Poemas*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989.

COSTA, Vasco Pereira da, *Ilhíada*, Angra, SREC, 1981.
FÉLIX, Emanuel, *A Viagem Possível*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1993.
FÉRIN, Madalena, *A Cidade Vegetal*, Angra, SREC, 1987.
FIRMINO, Almeida, *Narcose*, Angra, SREC, 1982.
GARCIA, José Martins, *Temporal*, Providence, Gávea-Brown, 1986.
MARTINS, J. H. Borges, *Nas barbas de deus*, Lisboa, Salamandra, 1999.
MEDEIROS, João Teixeira de, *Do Tempo e de Mim*, Providence, Gávea-Brown, 1982.
MESQUITA, Roberto de, *Almas Cativas* e *Poemas Dispersos*, Lisboa, Ed. Ática, 1973
MONTEIRO, Garcia, *Rimas de Ironia Alegre* – antologia, (Org. e Intro de Carlos Jorge Pereira), col. Brevíssima, Lisboa e Porto, Liv. Civilização e Contexto Ed., 1997.
NEMÉSIO, Vitorino, *Poesia I, II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989.
OLIVEIRA, Álamo, *Impressões de Boca*, Angra, SREC, 1992.
PINTO, Eduardo Bettencourt, *Menina da Água*, Ponta Delgada, Editorial Éter, 1997.
QUENTAL, Antero de, *Sonetos*, 5.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1976.
RODRIGUES, Rui Duarte, *Com Segredos e Silêncios*, Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1994.
SILVEIRA, Pedro da, *Fui ao Mar Buscar Laranjas*, Angra, Direção Regional da Cultura, 1999.

3.2 Narrativa

AGUIAR, Cristóvão de, *Raiz Comovida – A Semente e a Seiva,* Coimbra, Centelha, 1978.
AIRES, Fernando, *Memórias da Cidade Cercada*, Lisboa, ed. Salamandra, 1995.
ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «*Sapateia Americana*, Lisboa, Vega, 1983.
BORGES, Maria de Fátima, *A Cor Cíclame e os Desertos*, Lisboa, Cotovia, 1989.
COSTA, Vasco Pereira da, *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*, Coimbra, Câmara Municipal, 1984.
GARCIA, José Martins, *Memória da Terra*, Lisboa, Vega, 1990.
GUERRA, Rodrigo, *A Americana*, Angra, SREC, 1980.
MELO, Dias de, *Pedras Negras*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1985.
MELO, João de, *Gente Feliz com Lágrimas*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1988.
NEMÉSIO, Vitorino, *Mau Tempo no Canal*, 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.
OLIVEIRA, Álamo, *Com Perfume e com Veneno*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1997.
ORRICO, Maria, *Terra de Lídia*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1994.
ROSA, Nunes da, *Gente das Ilhas*, 2.ª ed., Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1978.
SÁ, Daniel de, *Ilha Grande Fechada*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1992.
TERRA, Florêncio, *Contos e Narrativas*, 2.ª ed., New Bedford, Promotora Portuguesa, 1981.
VAZ, Katherine, *Saudade*, Lisboa, Asa, 1999.

Ponta Delgada, 15 de setembro de 2001,

O docente, Manuel Urbano Bettencourt Machado

6. **DEOLINDA M. ADÃO,** Coordenadora - Portuguese Studies Program, University of California, Berkeley

PEDAÇOS DE NÓS: A SAUDADE COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO NA LITERATURA DA DIÁSPORA PORTUGUESA DA CALIFÓRNIA, DEOLINDA MARIA ADÃO. PH. D. UNIVERSITY OF CALIFORNIA, BERKELEY

Este trabalho tem o objetivo de fazer um percurso da produção literária da comunidade portuguesa residente na Califórnia, tentando encontrar tendências ou temáticas que de uma forma ou outra a possam ter marcado e a aproximem ou afastem de manifestações literárias de outras diásporas portuguesas, e como o tema da saudade é abordado por cada um dos autores em questão.

Em particular, abordarei as obras de Alfred Lewis e de Katherine Vaz, dois escritores da diáspora cuja obra está publicada por casas editoriais americanas, e portanto, acessível não só à comunidade portuguesa, mas também ao público americano em geral. A pergunta fundamental que abordaremos é como estes dois escritores se inserem dentro do panorama literário da comunidade portuguesa da Califórnia, e quais são as particularidades que lhes permite acesso ao universo literário dos Estados Unidos da América em geral.

Adicionalmente, pretendo considerar, vários autores que residem e produzem para a comunidade portuguesa da Califórnia, assim como um dos vários autores que embora residam nos Açores, trabalham a temática da saudade e da imigração, particularmente a imigração portuguesa na Califórnia.

Cada indivíduo ou grupo tenta construir uma voz através da qual expressa a sua capacidade criativa, as suas alegrias, e as suas angústias. Ou seja, uma forma de autoconstrução. Para qualquer comunidade emigrante este processo é ainda mais complexo pois é através deste que frequentemente se desenvolvem estratégias de sobrevivência e adaptação à sociedade e à cultura do país de acolhimento. Este trabalho visa traçar o percurso da produção literária da comunidade portuguesa residente na Califórnia com o intuito de observar esse processo de autoconstrução, assim como encontrar tendências ou temáticas que de uma forma ou outra a possam ter marcado e de certa forma a aproximem ou afastem de manifestações literárias de outras diásporas portuguesas.

Para além de efetuar uma leitura panorâmica de diversos autores da comunidade, com particular ênfase no texto Beijo de Abelha de Maria das Dores Beirão, assim como textos de Alfred Lewis e de Katherine Vaz.

Esta escolha deve-se ao facto de ambos autores ter sido publicada em Inglês por casas editoriais americanas, e, portanto, estarem acessíveis não só à comunidade portuguesa, mas também ao público anglófono em geral. Em particular, interessa-nos ponderar como o processo de construção de identidade é desenvolvido por estes dois escritores e forma como a identidade coletiva da comunidade portuguesa é representada nos seus textos.

Para além de textos produzidos pela diáspora, incluiremos nesta analise um romance cujo autor que embora reside nos Açores, mas trabalha a temática da saudade e da imigração, especificamente a emigração portuguesa na Califórnia.

O objetivo concreto destas leituras é relacionar a forma como o vocábulo *saudade* é utilizado por cada um dos textos considerados e analisar o teor cultural e estético que cada um dos autores confere a este vocábulo. Em particular, interessa-nos observar como a noção cultural associada ao vocábulo *saudade* se converte num elemento de construção de identidade particular à comunidade portuguesa. Assim como de que forma o peso cultural deste marco identitário se altera consoante a aproximação de cada um dos autores ao espaço cultural de origem.

1. A Saudade

Durante uma apresentação do Rancho Folclórico das Furnas, São Miguel o poema de uma das modas descrevia a saudade da seguinte forma: "Perguntas o que é saudade / pois então vou-te dizer / Saudade é tudo o que fica / depois de tudo morrer. Em realidade, a *Saudade* é considerada por muitos como uma das caraterísticas fundamentais dos portugueses, ou melhor dito, dos falantes de português. Ou seja, a *Saudade* é praticamente sinónima de lusitanidade, pois nós, como ninguém, interiorizamos toda a ambivalência deste vocábulo.

Assim, pensar-se-ia que seria fácil para qualquer um de nós responder à pergunta: Afinal, o que é saudade? Efetivamente, ao tentar dar resposta a esta pergunta, não somos tão eloquentes como o Racho Folclórico citado, e frequentemente encontramo-nos com falta de palavras que descrevam adequadamente o vocábulo em questão. Melhor dito, a nossa dificuldade assenta em encontrar forma de descrever adequadamente o paradoxo cultural englobado por um simples vocábulo.

Derivante da palavra latina *solitas*, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, *saudade* significa o seguinte:

1. Recordação de alguma coisa que foi agradável, mas que está distante no tempo ou no espaço;
2. Sentimento de tristeza pela morte de alguém ou perda de alguma coisa a que efetivamente se está muito ligado.
3. Já o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define o termo da seguinte forma:

   *Sentimento mais ou menos melancólico de incompletude, ligado pela memória a situações de privação da presença de alguém ou de algo, de afastamento de um lugar ou alguma coisa, ou à ausência de certas experiências ou determinados prazeres já vividos e considerados pela pessoa em causa como um bem desejáve*l. (2525)

Ora se a ausência é um dos elementos básicos à *saudade*, toda a literatura de diáspora está inerente e intrinsecamente vinculada à mesma. Assim, a temática da saudade é uma das mais recorrentes na produção literária da diáspora lusitana na Califórnia. Em realidade, e embora a palavra "saudade" seja quase exclusiva à língua portuguesa, a noção de nostalgia pelos lugares e pelas gentes do local de origem, é um tema presente em muita da literatura de diáspora em geral, particularmente a de primeira geração. No entanto, e como abordaremos em maior pormenor, no caso da literatura da diáspora portuguesa na Califórnia, essa tendência parece alastrar-se para além dessa primeira geração de imigrantes, que sofrem na pele a angústia de perda de vínculos de identidade com o seu local de origem e a frustração de uma assimilação dificultosa no novo

local de residência, que no caso da Califórnia é agravada pelo reconhecimento da improbabilidade do regresso.

Como afirma Eduardo Mayone Dias em A Literatura Emigrante Portuguesa na Califórnia

> *A faceta da literatura de emigração mais abertamente arreigada à tradição literária importada é constituída por um ciclo de poesia saudosista em moldes singelos, quase monocórdica na sua nostálgica evocação da vida deixada para trás. (p. 21)*

Obviamente, para os emigrantes de primeira geração, tal como Alfredo Luís[33] (Alfred Lewis), Artur Vieira Ávila[34], Ramiro Dutra[35], Rosa Maria Simas[36], Machado Ribeiro (Décio de Oliveira), e Maria das Dores Beirão, entre muitos outros que se tem ocupado a escrever em verso ou em prosa, muito do que lhes vai na alma, o tema da saudade era e, continua a ser um tema que lhes permite exprimir a sua relação com a terra natal, sem menosprezar o local de acolhimento.

Desta forma, consistentemente encontramos textos nostálgicos que evocam a terra natal dos seus respetivos autores, como é evidente nos fragmentos que seguem e que parecem progredir de forma paralela à da comunidade. Como tal, em primeira instância encontramos poemas que podem ser considerados de despedida do local de origem.

Um destes casos é o poema *Adeus À Ilha Terceira* de autor desconhecido e que data de 1941:[37]

Ó tempo, que tudo levas,
Já o tempo me levaste.
Do Tempo que foi meu tempo
Só a saudade me deixaste.

Por sua vez, Frank Nunes em 1953 despede-se da sua terra através do poema Despedida À Ilha das Flores:[38]

Saudades a toda a gente
Desta Ilha natural,
A todos muitas saudades,
Aqui faço ponto final.

Após esse primeiro momento de despedida, continuamos a encontrar a temática da saudade, mas agora não como uma dor fresca e superficial, mas como uma vivência, ou seja algo inerente à identidade da comunidade.

Assim em 1962 o conhecido e prolífico Artur Ávila exprime a omnipresença desse sentimento no poema *O Emigrante*:[39]

Meu deus! Que voz teimosa é a voz da verdade
A martelar sem dó a ferida da saudade
Que sente todo o emigrado como eu.

Como podemos verificar nos próximos exemplos, com o passar do tempo, o peso simbólico de saudade continua a sua mutação, pois agora passa a incluir uma vertente de perca, pois começamos a encontrar frequentes referências à impossibilidade do regresso.

O primeiro exemplo é uma criação de Manuel Bráulio Costa Fontes que em 1973 escreve o poema *Saudade*:[40]

Tinha saudades;
Mas como voltar, se ele não podia
Os filhos deixar?

[33] Mayone Dias, Eduardo. Cem anos de Poesia Portuguesa na Califórnia. Porto. Secretaria do Estado das Comunidades Portuguesas, 1986.
[34] Idem
[35] Idem
[36] Idem
[37] Idem
[38] Idem
[39] Idem
[40] Idem

Ainda nesse mesmo ano Alfred Lewis escreve no poema *Saudade da Terra*:[41]

O bordão liso do passado
Numa esquina do meu quarto
Parece acentuar o meu desejo
(se o pudesse fazer) de voltar lá
Para matar saudades e pagar promessas
E sentar-me no Rossio
Sem baleeiros agora.

Em 1979 no poema *Sou Imigrante* Margarida Soares associa a saudade com a amargura:[42]

O imigrante velhinho
Já só vê a sepultura
E vai desfiando saudades
Num rosário de amargura.

Já Machado Ribeiro (Décio de Oliveira) no poema *Balada da Saudade* incluído na coletânea Pó publicada em 2002[43] restabelece o vínculo entre a saudade e o afastamento da terra natal:

Tão longe da minha aldeia,
Do Torrão onde nasci,
Trago minha alma cheia
De saudades de ti

Ai que saudade
O tempo ao passar deixou,
Ai que saudade
Da terra que me gerou.

Finalmente, em Beijo de Abelha publicado por Maria das Dores Beirão em 2003 mais uma vez encontramos a saudade como a base temática de vários dos textos ali incluídos, como é o caso do poema *Retrato do José da Lata*:

Saudades da vida
Que apressada passou.
Prelúdios da morte
Que pouco durou.

Antes de entrarmos numa análise mais detalhada de alguns dos textos que pretendemos referenciar, convêm fazer um pequeno aparte sobre dois autores importantes no universo literário português, ambos com percursos de vida e de produção literária na Califórnia, nomeadamente Jorge de Sena e Eduardo Mayone Dias.

Não obstante, tanto devido às circunstâncias sobre as quais ambos imigraram, como ao facto de ambos estarem estreitamente associados à vida académica e com produção literária que precedia a sua chegada à Califórnia, optei por não os incluir neste trabalho, sem que de nenhum modo, isso implique que a sua obra literária não seja sumamente importante, e que por vezes aborde o tema da saudade.

Em realidade, a magnitude e importância da produção literária de qualquer um destes dois autores é de tal forma considerável que todas as intervenções deste congresso poderiam ser exclusivamente à obra de qualquer um deles. De todas as formas, os textos de Sena e Mayone Dias não podem ser considerados dentro dos parâmetros normalmente estabelecidos para a literatura de diáspora, tanto no que diz respeito à sua temática, como à sua forma e estrutura, que mais propriamente os inserem dentro do panorama de produção literária do seu país de origem, neste caso Portugal.

Mas também, porque de facto, a sua experiência de emigração foi marcadamente diferente da partilhada pela maioria dos autores de diáspora,

[41] Idem
[42] Idem
[43] Ribeiro, Machado. Pó. San José, CA: Portuguese Heritage Society of California, 2002.

visto que a sua saída de Portugal não se vinculava, como na maioria dos casos, com uma tentativa de melhoramento de condições financeiras.

2. A Primeira Geração

Originária da Ilha Terceira, Açores, foi lá que Maria das Dores Beirão completou os seus estudos e trabalhou como professora até 1967, ano em que emigrou para a Califórnia, onde também se dedicou ao ensino por vários anos.

Durante a década de 80 começa a dedicar-se a tempo inteiro à empresa familiar que dirige com o seu marido e filhos. Desde o momento da sua chegada à Califórnia, Maria das Dores Beirão, conjuntamente com o seu marido, tem mantido uma intensa atividade cultural, contando com participações em jornais dos Açores e da Califórnia, conferências, colóquios e simpósios. Assídua investigadora do folclore Açoriano, faz parte de um grupo coral que se ocupa de interpretar temas tradicionais. Presentemente, vive em Napa, Califórnia. É casada com Hélio Beirão e tem três filhos e três netos. Beijo de Abelha, publicado em 2003 reúne poesia e prosas que Maria da Dores vinha produzindo por vários anos.

No prefácio a Beijo de Abelha José Luís da Silva descreve o texto da seguinte forma:

> *A presente obra de Maria das Dores Beirão representa uma nova visão na literatura luso-americana pelo seu equilíbrio e clarividência. Numa pequena coletânea de poemas e prosa poética, a autora consegue retratar magistralmente o seu processo de adaptação à experiência da emigração, ao mesmo tempo que vai dando uma imagem autêntica de si própria*. (7)

De uma forma ou outra todos os textos inseridos na coletânea, Beijo de Abelha, (2003)[44]abordam o tema da saudade. Assim, podemos encontrar diversas facetas deste sentimento mesmo nos textos que parecem ter uma temática que se distancia dos temas referentes à terra natal e familiares deixados atrás, como é o caso do poema *Mulheres Minhas Irmãs* que apresenta caraterísticas de saudades de um futuro em que a igualdade de género seja uma realidade a todos os níveis e em todos os lugares.

Mulheres

Mestras de suas filhas
E das filhas de outras mulheres
Que já perderam a voz
Ah minhas irmãs
Fabricantes de vergonha e de humilhação
Mulheres do mundo inteiro
Operárias da criação
Levantai os braços em sinal de vitória
De força de beleza
Mulheres do todo o mundo
Mulheres de todas as cores
Mulheres de todas as classes
Mulheres de todas as crenças
É urgente!
Vamos recomeçar a luta!
Já lá vão séculos de tanto uso
De tanto abuso
Nada há para vender
Nada há para comprar
Vamos vencer as injustiças
Vamos proclamar a paz
Estender as mesas p'ra penúria
Das crianças de todos os lugares
Vamos enfim ser mulheres
corpo de terra que germina
corpo de mar que embala
chuva de mel
que adoça a sementeira.

[44] Beirão, Maria das Dores. Beijo de Abelha. San José, CA: Portuguese Heritage Society of California, 2003.

No entanto, como podemos facilmente evidenciar pelos títulos da maioria dos textos inseridos nesta coletânea, muitos destes estão diretamente vinculados com a ausência dos lugares e pessoas amados pela autora e deixados atrás no local de origem. Assim, poemas como *Canto da Décima Ilha*, que trata da reconstrução da insularidade no local de acolhimento:

"*Sou desta Ilha, Décima de rimas, / De poetas loucos, língua inventada. / Navega serena em marés de espuma, / Minha Ilha Mátria reencontrada*." (17);

Minha Gene É Minha Ilha: "*Minha Gente é minha ilha / que trago bem escondida / no meu lenço de cambraia / que acenei na despedida*" (19);

A Casa que já não é; *Ilha* em que autora diz: "Ilha fêmea, escrava da tua solidão / sapateia em terra de Bravos / cercada p'lo mar amante / e já de mim tão distante */ que p'ra me calar, então / me envia a saudade / em vão!";* e *Retrato do José da Lata* referido anteriormente.

Para além dos poemas, Beijo de Abelha inclui ainda pequenas prosas líricas, nomeadamente *O Velho Álbum* e *Vocês Não Sabem* na qual a autora claramente define o que é para ela a saudade:

> *Vocês não sabem que o ilhéu leva consigo a Ilha, não às costas como pesadelo, mas como pérola formada pela saudade na concha do coração. Vocês não sabem que o emigrante, onde quer que viva, cria espaços que lhe falam doutros espaços abandonados no nevoeiro da sua memória. (…)*
>
> *Vocês não sabem que os filhos e os netos do emigrante, embora com fraco domínio da língua portuguesa, são criados escutando a nossa música, os nossos contos, absorvendo a cultura e os valores dos pais (…) Vocês não sabem que a maior diferença entre quem parte e quem fica é que quem parte ama a dobrar. Vocês não sabem… (60)*

Portanto, o que Maria das Dores Beirão parece dizer-nos, é que a totalidade cultural de saudade só é verdadeiramente conhecido por aqueles que partem. Pelos imigrantes de primeira geração, os que conhecem no corpo a dor da ausência e do desterro. Talvez a razão pela qual este vocábulo tenha um peso cultural tão significante na cultura portuguesa, seja precisamente, porque os portugueses, mais que qualquer outro povo, tem sido sujeito a partidas e longas ausências desde os primórdios do século XV. Em suma, em Maria das Dores o termo saudade paradoxalmente engloba ternura e dor e está diretamente vinculada com a memória.

Tal como Maria das Dores, Alfred Lewis (Alfredo Luís) é emigrante de primeira geração, ou seja, também ele nasce em Portugal, mais precisamente na freguesia da Fajãzinha na ilha das Flores, e emigra para os Estados Unidos em 1922, com 19 anos de idade.

Desde o momento da sua chegada, Alfred Lewis começa a conjugar a sua atividade económica, com a sua atividade literária, e após um breve período de emprego nos campos do Vale de São Joaquim e num restaurante português em São Francisco, vemo-lo permanentemente ligado às letras portuguesas na Califórnia, pois é convidado por Pedro da Silveira, editor do *Jornal de Notícias*, para trabalhar na *Revista Portuguesa*.

Posteriormente, virá a participar no Jornal de Tulare *Lavrador Português*. Para além dos inúmeros artigos, poemas e pelo menos dois contos que foram publicados nas páginas de praticamente todas os periódicos em língua portuguesa na Califórnia, assim como em diversos jornais e revistas em língua inglesa, Lewis escreveu vários romances, dos quais, obviamente, o mais conhecido, é *Home is an Island*. Este foi seguido por um romance autobiográfico *The Land is Here, e* depois por *Sixty Acres and a Barn, Rockville California, The Mark of the Trespasses,* e *A Ship Full of Corn*[45].

Com exceção de *Sixty Acres and a* Barn que foi publicado em 2005 pela casa editorial da Universidade de Massachusetts, Dartmouth, e da coletânea Poesias organizada por Donald Warrin e publicada em 1986 pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Direção de Serviços Sociais do Governo Regional dos Açores, todos estes romances, assim como alguns dos seus contos

[45] Warrin, Donald. *Alfred Lewis: Romance e Poesia em Dois Idiomas.* Alfred Lewis: Escritor de Emoções. Açores: Direção Regional das Comunidades, 2002.

permanecem inéditos, e talvez sejam merecedores de mais uma vista de olhos, já que não seja, pela imprensa em língua portuguesa na Califórnia.

De todos os emigrantes portugueses que na Califórnia se ocuparam de escrever e publicar, quer seja em livros ou jornais, Alfred Lewis foi sem duvida um dos mais conhecidos, e o primeiro a alcançar publicação do seu romance *Home is an Island* por uma editora americana, a Random House.

Tal como verificámos anteriormente em Maria das Dores Beirão, também o tema central do romance de Lewis é a saudade, tema este que se transforma no fio condutor do enredo assim como no principal marco identitário do protagonista.

3. A Saudade dos que não partiram

Como afirmámos no início deste trabalho, a frequente presença da temática da saudade na produção literária da primeira geração de imigrantes portugueses na Califórnia, não é surpreendente. O que nos parece mais relevante, é a contínua exploração deste tema por aqueles que não partiram, ou seja, por Luso-Americanos e por Portugueses que nunca emigraram.

Um dos casos emblemáticos é a escritora Luso-Americana Katherine Vaz, que até este momento publicou em Inglês e por editoras americanas ou inglesas, dois romances - Saudade e Mariana, e um livro de contos – Fado and other stories. Todos eles subsequentemente traduzidos ao português e publicados em Portugal.

Se em *Home is an Island* Alfred Lewis recriou um mundo através de referências de que ele próprio tinha conhecimento devido as suas experiências de infância e juventude, em Saudade, Katherine Vaz recria o mundo de Clara, a sua protagonista surda, não utilizando referências culturais adquiridas através da sua própria experiência cultural, mas sim aquelas que lhe foram transmitas pelos seus familiares, particularmente o seu pai e família paterna, visto que a família materna de Katherine Vaz é de descendência Irlandesa.

Adicionalmente, a escritora fez várias viagens a Portugal, particularmente aos Açores, onde adquiriu muitas das referências culturais e geográficas utilizadas nos seus textos. Assim, a narrativa de Vaz, tanto em Saudade como em Fado and other stories apresenta várias particularidades culturais que são utilizadas pela autora para recriar nas suas obras um mundo, ou um espaço cultural português ou luso-americano.

Em todos os seus textos Vaz utiliza múltiplas referências à cultura portuguesa, desde os nomes de quase todas as suas personagens, especialmente as protagonistas, até as descrições de instrumentos musicais e de trabalho, assim como alimentos tradicionalmente portugueses. Inevitavelmente, uma das particularidades da cultura portuguesa amplamente utilizada por Vaz é o saudosismo e o fatalismo português tipicamente associados à saudade e ao fado. Desta forma, uma das caraterísticas das personagens de Katherine Vaz é a situação trágica das mesmas, pois estas vivem entaladas entre duas culturas e como tal, continuamente em busca da sua identidade cultural

> *"I'm not Portuguese, she thought not any more. I'm Hawaiian."* [46]
> *[Eu não sou Portuguesa, pensou, já não, agora sou Havaiana*][47]

Em realidade, praticamente todos as personagens de Vaz, são irremediavelmente trágicas sem terem qualquer possibilidade de fugir ao seu fado

> *"Xica Adelinha Costa had tried to escape Portuguese fate by moving halfway across the world, to a dry inland patch, but there she was for the second time in her life on a shoreline wailing over the body of a dead man."*[48] *[Xica Adelinha Costa tinha tentado fugir à sina portuguesa mudando-se para o outro lado do mundo, para um árido pedaço de terra, mas, aqui estava ela, pela segunda vez na sua vida, abraçada a um corpo inerte, cuja vida tinha sido arrebatada pelas águas*.][49]

[46] Vaz, Katherine, Fado and other stories. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1997. (114)
[47] Minha tradução
[48] Idem (105-106)
[49] Minha tradução

No entanto, por vezes a narrativa levanta a dúvida se a tragédia das personagens é simplesmente derivada do facto de elas serem portuguesas ou de descendência portuguesa, e como tal fadados para a desgraça"*But I do have one Lusitanian quality that has the strength of instinct in me, without my faking it or pumping it up Portuguese fatalism gravitates to the absolute"*[50]*[Mas eu tenho uma qualidade Lusitana que tem força de instinto, pois sem necessidade de fingimento ou esforço, o fatalismo Português atinge em mim magnitude absoluta]*[51] ou pelo facto que as personagens vivem dentro de uma sociedade, mas mantendo a estrutura cultural de outra sociedade que entra em conflito e muitas vezes é incompatível com a cultura da sociedade onde vivem, neste caso, as personagens são, ou emigrantes portugueses ou Luso-Americanos que vivem nos Estados Unidos, nomeadamente na Califórnia e no Havai, mas conservam fortes vínculos culturais com o seu lugar de origem ou o lugar de origem de seus antecedentes.

Em suma, todas as personagens de Katherine Vaz, são personagens saudosas, que se mantêm amarradas à sua cultura tradicional pois esta é a única forma de manterem ligação com o seu local de origem e talvez a única forma de atenuar a dor da saudade.

Um dos contos emblemáticos da coleção é o conto *Original Sin* que propõe que a tragédia de Miranda reside no facto de que ela é oriunda de uma cultura onde o silencio, a solidão e as crenças religiosas são fundamentais, ou seja, o facto de que ela é portuguesa

> "*My father once explained to me the solitude of the Portuguese: We would rather go out to sea alone in a small boat than fish together on a big one…We bought land for power but mostly for isolation."*[52] *[Uma vez, o meu pai falou-me sobre a solidão dos Portugueses: nós preferíamos deitarmo-nos ao mar sozinhos numa pequena embarcação do que pescar em grupo numa embarcação maior… Nós compramos terra para adquirir poder, mas mais que nada para adquirir isolação*.][53]

Em realidade, Miranda tem muito pouco em comum com qualquer jovem que viva na Califórnia fora da comunidade portuguesa, ela é uma personagem que vive isolada dentro de uma comunidade isolada que está organizada de acordo a um conjunto de referências culturais ancoradas no passado e num local distante, ou seja uma comunidade que culturalmente, pertence a um espaço e um tempo que não corresponde à sua realidade física.

Este facto é enfatizado pela estrada que separa a comunidade Portuguesa dos outros habitantes da pequena cidade, e que embora possa ser considerada como o ponto de contacto entre os membros da comunidade portuguesa com a comunidade em geral, aparece como o local que provoca a morte do pai e do irmão da protagonista, e implicitamente como o obstáculo insuperável que mantém Miranda e o resto da comunidade portuguesa completamente isolada

> "*my father and brother died in a car wreck, in the stretch were we converged with outsiders. The road, like most of the ones in California, always smelled like blood."*[54] *[o meu pai e o meu irmão morreram num desastre de automóvel, nesse pedaço de estrada onde nós nos encontrávamos com os que não pertenciam à nossa comunidade. A estrada, como quase todas as outras na Califórnia, cheirava a sangue*.][55]

Desta forma, Katherine Vaz constrói narrativas através da utilização de numerosas referências culturais, que projetam a polaridade cultural da comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos, particularmente na Califórnia, e propõe que a impossibilidade de reconciliar estas duas culturas - a portuguesa e a americana, e de superar o desolador sentimento de saudade que marca as personagens, provoca nelas uma amargura insuperável, resultando na sua eventual destruição.

Assim, parece plausível afirmar que em Vaz, a saudade perde a ternura projetada pelos autores que abordámos anteriormente, para ganhar amargura e solidão. As personagens de Katherine Vaz têm saudades de um tempo e lugar

[50] Idem (20)
[51] Minha tradução
[52] Idem (3)
[53] Minha tradução
[54] Idem (2)
[55] Minha tradução

longínquo de acordo com os quais elas se constroem, mas este sentimento revela-se como a força catalítica da sua destruição.

Em último lugar, outro caso emblemático, é o de Álamo de Oliveira, que embora não resida na diáspora, pois é originário e residente da ilha Terceira no Arquipélago dos Açores, tem frequentemente abordado a temática da imigração, particularmente da imigração açoriana para a Califórnia. Reconhecido poeta, dramaturgo, ensaísta e romancista, Álamo de Oliveira, no seu romance de maior fólio, Já não gosto de chocolates trabalha o tema da saudade de uma forma subtil mas no entanto desoladora.

No romance, Oliveira transporta o leitor ao pequeno quarto do lar de terceira idade, onde o protagonista José Silva (Joe Sylvia) está internado há quatro anos. É lá, que Joe Sylvia, nostalgicamente relata a história da sua família, particularmente esposa e filhos, à sua enfermeira mexicana, a Rosemary. Assim, Joe Sylvia dá voz aos milhares de emigrantes portugueses que abandonaram as suas aldeias de origem e viajaram para o Estado Dourado, a Califórnia. Este relato, inerentemente nostálgico, guia o leitor pela trajetória do processo de emigração, desde a euforia da partida, até à tragédia da perda de identidade e desintegração da família.

Embora Joe Sylvia tivesse, aparentemente, conseguido alcançar o enigmático 'sonho americano', fá-lo em troca de tudo o que fazia parte da sua identidade cultural e afetiva. Joe Sylvia, não só tem saudade da maneira como se vive na sua terra natal, mas também da morte, ou seja da forma de morrer na sua ilha "'*Se morresse na minha ilha*…'

Joe Sylvia pensava na morte ditosa dos pais, embora roesse o remorso da ausência. Mas, na ilha, era outro o morrer – mais pobre, sem dúvida - mas com direito a lágrimas sentidas, salgadas de saudades novas que só desvaneceriam com o decorrer do tempo."[56]

Assim, a saudade que em Katherine Vaz aparecia fortemente marcada pela amargura e pela solidão, em Álamo de Oliveira aparece carregada pelo peso do desencanto e da desilusão, pois em Já não gosto de chocolates, a saudade da terra e das gentes perdidas no outrora, é fortificada pelo reconhecimento que o imigrante perde muito mais do que ganha, e que as recompensas económicas não conseguem compensar a perda de identidade e o perpétuo sentimento de deslocamento que o assolam.

O protagonista de Já não gosto de chocolates, não só tem saudade da terra e das gentes da sua juventude, mas sim de si mesmo, ou seja, tem saudade de José Silva, o que ficou na memória da ilha, o que gostava de chocolates. Em suma, Joe Sylvia tem saudades de ter saudade.

Em conclusão, é óbvio que, tal como muitos dos diversos autores da diáspora lusitana na Califórnia, Alfred Lewis e Katherine Vaz, amplamente desenvolveram o tema da saudade nos seus textos, como podemos, pois, explicar o facto de só estes dois escritores merecerem publicação das suas obras por editoras americanas? Uma das possibilidades mais plausíveis, é o facto que a notável diferença entre a produção literária destes dois escritores e os outros escritores da diáspora lusitana na Califórnia, é que ambos escreveram na língua do país de acolhimento, neste caso o Inglês, o que facilitou o processo de conhecimento das mesmas por parte das editoras americanas, e resultou na eventual publicação das mesmas.

Desta forma, podemos ponderar, que, caso outros dos autores que há mais de um século mantêm uma prolífera produção literária na Califórnia, tivessem escrito em Inglês, possivelmente também teriam visto as suas obras serem alvo do interesse de editoras americanas.

No entanto, presentemente uma outra tendência se solidifica na literatura da diáspora e na literatura sobre a diáspora – a hibridez linguística como metáfora da hibridez cultural – o que, talvez não contribua para a divulgação da literatura da nossa diáspora no 'main stream' das letras americanas, mas, sem dúvida lhe concederá uma vertente inovadora que por ventura lhe poderá vir a conceder identidade e valor próprio.

Mas esse será um tema a desenvolver num futuro colóquio da Lusofonia.

[56] Oliveira, Álamo. Já não gosto de chocolates. Lisboa: Edições Salamandra, 1999.

7. **GRAÇA CASTANHO** Universidade dos Açores

A LINGUAGEM SEXISTA NO ESPAÇO LUSÓFONO E O FUTURO ACORDO ORTOGRÁFICO

Como todos bem sabemos, o atual acordo ortográfico não contempla qualquer medida para a abolição da linguagem sexista de que está impregnado o Português, idioma de comunicação de quase 250 milhões de pessoas espalhadas pelos quatro cantos do mundo.

Uma vez que a questão do sexismo na linguagem usada por todos os falantes dos países lusófonos nos obriga a excluir dos nossos atos de fala e produções escritas mais de metade dos utentes do idioma luso – as mulheres – está na hora certa de começar a trabalhar nas mudanças linguísticas, que, a nosso ver, deverão encabeçar as preocupações de um futuro acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa.

A luta por sociedades democráticas e paritárias será uma falácia se a essa luta não se juntar um esforço justo de representação do género masculino e feminino na comunicação entre os povos e no seio das próprias comunidades. Sendo a língua a expressão do ser, do estar e do sentir, há que garantir que essa mesma língua traduz sem equívocos a vontade de construir um mundo cada vez melhor para todos os seres humanos, independentemente da raça, da cor, da religião e do género.

Este texto constitui uma reflexão sobre a dimensão sexista da língua portuguesa, aspeto que, a nosso ver, merece ser questionado e concertado entre os países lusófonos, em futuras negociações linguísticas, sob pena de os povos falantes do idioma luso estarem a perpetuar conceções e práticas desfasadas dos valores e princípios democráticos que devem nortear as sociedades dos nossos dias.

A tese de que a linguagem que utilizamos, nas interações orais e nos desempenhos escritos, contribui para a perpetuação de mentalidades e práticas sociais discriminatórias de género, leva-nos a defender que é urgente repensar a linguagem utilizada no espaço lusófono, universo geográfico que integra países onde os direitos humanos, de modo especial os direitos das mulheres, são diariamente desrespeitados.

1. Discriminação de género: perspetiva histórica

A desigualdade e a discriminação contra as mulheres nem sempre conheceram eco na história da humanidade. Segundo Muraro (2000), a existência de uma sociedade matrilinear ou matriarcal, onde as mulheres detinham o poder e eram respeitadas na sua condição feminina, foi uma realidade histórica que caraterizou o maior período da nossa presença na terra. Ainda de acordo com a mesma autora, a opressão sobre as mulheres é uma situação bastante recente, compreendendo apenas 0,5% da existência humana.

Foi com o estabelecimento do patriarcado que a discriminação de género contra a mulher se instituiu, perpetuando-se até aos nossos dias. Durante séculos, o eixo cultural fez do homem o núcleo das relações familiares, comerciais, profissionais e intelectuais. A sobrevalorização da masculinidade, simbolizada na virilidade e no falo, ganhou proeminência com o episódio bíblico em que Eva, criada a partir da costela de Adão, sofre o castigo pelo pecado original. No livro do Génesis, Deus diz à mulher: "*Darás à luz teus filhos com dor e estarás sob o poder do teu marido. Ele te dominará*". Assim se instaurou simbolicamente a dominação masculina, processo através do qual as mulheres passaram a ser definidas como seres secundários e submissos, limitados ao lar e à tarefa de procriar e servir os outros.

Também a democracia grega reforçou a dicotomia público / privado, ao destinar a *polis* aos homens e a esfera do *òikos* às mulheres. É assim que a rua e a cidade surgem, em tempos idos, como espaços de intervenção masculina, onde o homem produz para garantir o sustento da família. Paralelamente, cabe às mulheres, no lar, trabalhar para alimentar os membros da família. Lembra Alves, J. (2001) que tradicionalmente, o espaço da produção (monopolizado pelos homens) sempre teve mais poder e prestígio do que o espaço do consumo (monopolizado pelas mulheres).

Nesta linha de raciocínio, Carlos Fontes (2008), na sua página da *internet*, dedicada ao Curso de Formação para a Cidadania e Formação Cívica, lembra que

"Platão considerou as mulheres e os escravos como seres destituídos de razão. Aristóteles, embora as considerasse inferiores aos homens, preocupou-se sobretudo em precisar a melhor idade em que deviam procriar e serem educadas pelos maridos. Rousseau, símbolo máximo do iluminismo, mais de dois mil anos depois, continua a repetir o mesmo tipo de discurso sobre a inferioridade das mulheres" (p. 1).

A Idade média foi o período em que uma verdadeira homofobia em relação ao sexo feminino se verificou. Nesta época assistiu-se à maior perseguição contra as mulheres, a chamada 'caça às bruxas', onde milhares de mulheres no mundo experienciaram as chamas da fogueira.

Uma duradoira tradição europeia, que avançou pelos séculos XVIII e XIX, considerou as mulheres seres inferiores, por serem emotivas e pouco racionais, não obstante o papel decisivo que as mulheres foram desempenhando ao longo da história, nomeadamente nas revoluções de 1688 em Inglaterra, 1776 nos EUA, 1789 em França e 1820 em Portugal.

Nos EUA, em 1869, as mulheres começaram a reivindicar direitos políticos iguais aos homens, dando início a uma longa caminhada de defesa pela igualdade de oportunidades para o género feminino, onde as questões sociais ganharam um papel de relevo.

Com efeito, o estatuto de inferioridade das mulheres revelava-se em muitos outros aspetos para além da dimensão política: (1) as mulheres casadas viviam na dependência dos maridos, os quais dispunham das suas vidas. Só nos anos 70 do século XX é que esse quadro legal foi alterado; (2) as mulheres que desempenhavam trabalho igual recebiam salário inferior, isto acompanhado da impossibilidade de as mesmas exercerem qualquer função; (3) às mulheres era-lhes vedado o acesso à contraceção, à liberdade de abortar, e à escolha de parceiros.

Apesar de, na atualidade, os direitos das mulheres e dos homens estarem consagrados em documentos internacionais como a Declaração dos Direitos Humanos, bem como na maioria das constituições das nações (do conjunto dos países lusófonos, a Guiné-Bissau é aquele que mais lacunas apresenta a nível legislativo, faltando leis de defesa das mulheres, as quais vivem desprotegidas de comportamentos abusivos perpetrados pelo sexo oposto), a verdade é que, à margem das leis em vigor, os direitos das mulheres continuam a ser sistematicamente violados, graças a comportamentos milenares que teimam em persistir.

2. A linguagem sexista no contexto internacional

A linguagem sexista, pela carga depreciativa e discriminatória que dedica às mulheres, tem sido objeto de estudo aos mais diversos níveis: governos, estabelecimentos de ensino, movimentos feministas, instituições e organismos internacionais, chegando inclusivamente às Nações Unidas. Na 24ª sessão da Assembleia Geral da UNESCO, foi apresentada a necessidade e a conveniência de se eliminar dos registos escritos e dos discursos orais *"todas as formas discriminatórias de linguagem"* em relação à mulher. Juntamente com outras questões relativas ao novo estatuto que a mulher adquiriu, foi proposto um conjunto de normas e resoluções, editados manuais de estilo e de redação e implementadas regras diversas em relação à questão. A UNESCO publicou, inclusivamente, uma série de *Diretrizes para uma Linguagem Não-sexista.*

Para além destes dois marcos, na história da discriminação de género e da linguagem sexista, outro evento de grande envergadura foi, certamente, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995 em Pequim, na China, que contou com a presença de 184 países e mais de 40 mil mulheres, representantes dos movimentos de mulheres a nível mundial. Em resultado desta conferência, foi criada a Plataforma Mundial de Ação, orientada para proteger os direitos humanos das mulheres respeitando as suas caraterísticas individuais de raça, etnia, idade, condição física, social, estado civil e cultura. Na área da educação, fator basilar para a promoção das mulheres no mundo, a Plataforma aponta para os seguintes objetivos:

- Assegurar a igualdade de acesso à educação para as mulheres de todas as idades;
- Erradicar o analfabetismo, assegurando o acesso universal das meninas ao ensino primário e secundário antes do ano 2015;

- Aumentar o acesso das mulheres à formação profissional e criar programas educativos para mulheres desempregadas;
- Velar para que as instituições educacionais respeitem os direitos das mulheres e meninas à liberdade de consciência e religião;
- Promover uma educação não discriminatória, eliminando toda e qualquer disposição legal que estabeleça diferenças por qualquer forma de discriminação;
- Elaborar currículos e livros didáticos livres de estereótipos para todos os níveis de ensino, inclusive para a formação de pessoal docente.

Mais tarde, em 2000, a UNESCO, na V Conferência de Educação de Jovens e Adultos, com lugar em Hamburgo, chamou a atenção para a necessidade de revisão total dos nossos padrões mentais, com vista ao desenvolvimento de novas atitudes e competências para uma partilha justa entre mulheres e homens. Neste contexto, surge o repensar de forma crítica a linguagem, na sua expressão mais abrangente de representação social da cultura e mentalidade dos indivíduos.

No Brasil, Paulo Freire (1989) foi, sem dúvida, o intelectual mais proeminente a escrever e a defender uma nova linguagem para um novo ser humano e lembrou que tal não é fácil, uma vez que a mente do oprimido hospeda o opressor, o que vitimiza grande parte das mulheres (in Conte, I., 2007).

Enquanto outras línguas têm vindo a dar passos consideráveis na busca incessante de linguagens consentâneas com a modernidade, o Português continua à margem dessa dinâmica linguística, não obstante a vasta literatura sobre o tema, ações de formação, estudos universitários, de modo especial em Portugal e no Brasil.

Tudo indica que os restantes países de língua portuguesa, cada vez mais atentos e despertos para a luta e defesa dos direitos das mulheres e homens, estão arredados destes problemas linguísticos. Poucas são as pessoas que, nesses países, questionam a língua falada e escrita, nos seus aspetos discriminatórios. Poucas são as pessoas que sabem que a linguagem por nós usada continua a fazer com que as mulheres sejam consideradas inferiores ou até inexistentes.

3. A gramaticalidade da linguagem sexista

Segundo Castanho (1993), a linguagem sexista consubstancia-se em duas dimensões básicas. Trata-se, por um lado, de um conjunto de vocábulos que, sendo primariamente do género masculino, simbolizam ambos os sexos em situação de comunicação e, por outro, de mensagens estereotipadas e discriminatórias de ambos os géneros, com base em convenções preestabelecidas pela cultura, que nada têm a ver com condicionalismos biológicos intrínsecos aos seres humanos.

Ao estudarmos a dimensão sexista na linguagem, temos, portanto, como primeira preocupação o género – masculino e feminino – de todos os nomes (substantivos) que servem para nomear não os seres em geral, mas, sim, apenas as pessoas. Tal acontece porque estas são os únicos seres vivos portadores da capacidade de linguagem e de raciocínio e, por conseguinte, passíveis de entenderem a subtileza dos textos, e, neste caso concreto, a conotação sexista e discriminatória que a gramática, ao longo de séculos, tem imposto aos falantes do Português.

Neste sentido, não nos preocupa se vidro é masculino, caderno também, hipopótamo igualmente. Nestes vocábulos não se omite, nem se maltrata um "género" em favor do outro.

A linguagem sexista efetiva-se, com toda a clareza, na classe gramatical dos NOMES (ou substantivos) e noutros vocábulos com que fazem concordância (artigos, pronomes, adjetivos), bem como em expressões impregnadas de estereótipos, desigualdades, desrespeito, inverdades científicas, preconceitos, no que diz respeito a mulheres e homens.

Segundo os gramáticos Celso Cunha e Lindley Cintra (1984), a língua portuguesa, quanto ao género dos nomes, apresenta três tipos:

4. Formas masculinas e femininas dos mesmos radicais ou de radicais diferentes.

Trata-se de nomes em que a gramática ou os utilizadores da língua já consagraram a forma masculina e feminina, como o que acontece com os seguintes vocábulos: filho / filha, aluno / aluna, professor / professora, herói / heroína, leitor / leitora, pintor / pintora, campeão / campeã, maestro / maestrina, ator / atriz, mulher / homem, nora / genro, mãe / pai, esposa / marido, dama / cavalheiro, comadre / compadre, fêmea / macho, madrasta / padrasto e madrinha / padrinho.

Não obstante a existência de duas formas, cada uma delas com significações distintas (uma refere-se ao feminino e a outra ao masculino), deparamo-nos, muitas vezes, com o uso do género masculino com o valor semântico dos dois géneros. Os exemplos abundam. À laia de ilustração, apresentaremos, já de seguida, um *corpus* demonstrativo do anteriormente exposto:

- O homem é um ser inteligente.
- Os alunos devem estudar para passar no exame.
- Os pais são os primeiros professores dos filhos.
- Os médicos salvaram-lhe a vida.

Se atentarmos nos exemplos acima referidos, vemos que, indevida e abusivamente, a palavra *homem* significa homem e mulher; *alunos* poderá englobar alunas; *pais* tem um valor duplo – pais-homens e mães; *professores* refere-se a ambos os sexos; *filhos* reporta-se a rapazes e raparigas; e o vocábulo *médicos*, neste contexto, substitui equipa médica que, certamente, comportará elementos de ambos os sexos.

5. Nomes comuns de dois géneros.

Estes são nomes que apresentam uma só forma para os dois géneros. É o caso do seguinte corpus: a artista / o artista; a colega / o colega; a agente / o agente; a cliente / o cliente; a dentista / o dentista; a estudante / o estudante; a imigrante / o imigrante; a gerente / o gerente; a jovem / o jovem; a cliente / o cliente; a jornalista / o jornalista; a mártir / o mártir; a selvagem / o selvagem; a indígena / o indígena.

Apesar da possibilidade de diferenciarmos a forma feminina da masculina, através do artigo, o masculino continua a poder representar os dois géneros no singular e, de forma inequívoca, quando se encontra no plural. Vejamos:

- Os artistas invadiram o palco
- É preciso ouvir os estudantes antes de aplicar um castigo
- Os jovens têm problemas de inserção social
- Os jornalistas chegaram atrasados
- Ainda existem mártires

6. Nomes sobrecomuns.

Estes são nomes que só têm um género para representar o feminino e o masculino. São exemplos disso os seguintes vocábulos: a criança, o ser humano, a pessoa, o indivíduo, a vítima, a criatura e a testemunha. Todos estes nomes carecem de formas correspondentes ao género oposto, particularidade esta que faz deste *corpus* uma exceção no tocante à linguagem sexista.

Na ausência de outro género, utilizamos os vocábulos tal qual eles se nos apresentam, uma vez que não está em causa apenas a identificação do género da palavra mas sim se no léxico estão previstas formas de expressão que, deliberada e inexplicavelmente, foram ignoradas. Ora, o facto de sabermos que, à partida, estas palavras, independentemente do seu género original, comportam ambos os sexos e que, portanto, não omitem formas lexicais existentes para designar o outro género, oferece ao utente da língua correção e precisão de linguagem. Qualquer indivíduo que utilize, na sua performance, tais vocábulos sabe que, inequivocamente, se poderá referir aos elementos dos dois sexos, cabendo ao contexto em que a comunicação ocorre determinar possíveis especificidades.

Quanto ao número dos nomes, a gramática faz referência a três possibilidades: singular, plural e coletivos. Como veremos já a seguir, o singular e o plural jogam um papel importante ao nível do caráter impreciso que carateriza a linguagem sexista. Se é verdade que na frase “O seu filho chegou”,

não há dúvida que se trata de um rapaz, o mesmo não podemos dizer da mesma afirmação no plural "Os seus filhos chegaram". Neste caso, o masculino plural pode estar a referir-se a rapazes apenas, bem como a um rapaz e uma rapariga, como a um rapaz e várias raparigas, ou até mesmo a uma rapariga e vários rapazes. Situação contrária acontece com a frase "Os homens foram para o trabalho".

A particularidade de ir trabalhar confere um único sentido aos homens. Trata-se, sem sombra de dúvida, de indivíduos do sexo masculino. E se a frase for "Os homens estão a destruir o planeta" ou "O homem está a destruir o planeta"? Certamente aqui estarão representados homens e mulheres, quer se trate do plural ou do singular. Uma coisa é certa: a forma como nos expressamos peca por indefinição e pela dúvida.

7. Nomes coletivos.

São palavras no singular que designam um conjunto. Palavras como caravana (peregrinos / as ou viajantes no deserto), povo, regimento, coro, companha (tripulação de um barco), leva (presas / os, recrutas), quadrilha (ladras / ladrões; salteadoras / es), rancho (crianças, filhas / os, grupo de pessoas), tripulação (pessoas que trabalham num barco, num avião), multidão (conjunto de pessoas) devem ser usadas, sempre que possível, em substituição de formas verbais menos claras, como as que apresentamos e exploramos anteriormente. À semelhança dos nomes sobrecomuns, também os coletivos têm a vantagem de não excluírem um género a favor do outro, particularidade que faz deste *corpus* um bom exemplo de como contornar a linguagem sexista.

A frase "A discriminação à mulher está presa à tirania das palavras e imagens", da autoria de Vieira, V. (2006) atesta bem a necessidade que existe em aprofundar o conceito de linguagem sexista para, de seguida, se perceber quão importante é partir para a sua discussão e abolição no espaço lusófono. Para a consecução destes objetivos, nada mais esclarecedor do que a análise contrastiva da dicotomia homem – mulher e o respetivo uso destes vocábulos. Consultado o dicionário, os utentes da língua aprendem que *homem* é um "mamífero primata, bípede, sociável que se distingue de todos os outros animais pelo dom da palavra e desenvolvimento intelectual; ser vivo composto de matéria e espírito; ser humano, pessoa adulta do sexo masculino; varão; humanidade, marido, sujeito, indivíduo; - de Deus: bom homem".

Relativamente ao vocábulo *mulher*, ficam a saber que é o "feminino de homem; pessoa adulta do sexo feminino; pessoa do sexo feminino pertencente à classe inferior; esposa; espécie de jogo popular; homem efeminado; - da vida: prostituta; rameira; -de virtude: bruxa, feiticeira.

Enquanto o homem é apresentado como um ser superior, munido de capacidades, competências e inteligência, o que o afasta de todos os outros seres vivos, a mulher surge como um ser inferior, na sua condição secundária de "feminino de homem". É caso para perguntar: quem é que decidiu que mulher é feminino de homem e homem não é feminino de mulher? Quem é que decidiu que o feminino existe na relação submissa do masculino? Como se isso não bastasse, para se perceber ainda melhor o tratamento indecoroso a que estão sujeitas as mulheres, na definição da sua essência, o que se apresenta a seguir no dicionário relativo a homem e mulher é, no mínimo, abominável.

Nos vocábulos derivados de mulher, fomos encontrar palavras e definições que diminuem a condição humana do género feminino, ou todos os seres que, não sendo mulheres, têm caraterísticas femininas, como os homossexuais, indivíduos também alvo das maiores atrocidades linguísticas:

- Mulheraça ou mulherão – mulher alta e corpulenta
- Mulherengo – aquele que é muito afeiçoado a mulheres; mulherico
- Mulher-homem – mulher de aspeto varonil
- Mulhericas – mulherico; maricas
- Mulherinha - mulher pequena e ordinária; bisbilhoteira; mulher de má nota; rapariga que, pelo seu desenvolvimento físico, parece uma mulher
- Mulherio – grande quantidade de mulheres; as mulheres
- Mulherum – mulherio

Relativamente ao homem, pouco ou nada se diz. O *corpus* reduz-se a Homenzarrão – homem alto e corpulento e Homenzinho – homem de pequena estatura; homem insignificante; rapaz que vai entrando na adolescência.

Outro aspeto relevante, relacionado com o par dicotómico em análise, prende-se com o conceito de maternidade / paternidade e do poder paternal. A maternidade, passível de ser comprovada no ato do nascimento da criança, sempre se contrapôs à paternidade, de impossível confirmação até aos recentes testes de ADN. Como forma de controlar a descendência, ao longo dos tempos, foram surgindo diferentes formas de controlo da prática sexual da mulher, visando a garantia da descendência paterna e a transmissão da herança através dos seus genes.

A predominância da figura do pai sobre a figura da mãe tem sido assegurada na ascendência do lado paterno sobre o lado materno, existente em todos os aspetos da vida social. Do conceito de paterno, derivou: pai, padre, pátria e patrão. O predomínio do pai sobre os outros membros da família, o Pátrio Poder, tem sido uma constante ao longo da história. O nome do pai é que passa para as novas gerações e serve de referencial para uma estirpe. A expressão homem público praticamente não é usada, mas sim homem de Estado, que significa homem de prestígio, isto é, estadista.

Por seu turno, mulher pública tem uma conotação de desprestígio e é sinónimo, segundo os dicionários, de mulher da vida, meretriz, vadia, mulher à-toa, horizontal, perdida, decaída, cortesã, mulher da rua, mundana, vigarista, vagabunda, prostituta, etc. O reconhecimento público, de homem ou mulher, costuma dar-se através de uma homenagem (homem-nagem), pois só os homens eram objeto de veneração e respeito". No Estado Novo, as mulheres passaram a ser referidas pelo nome do marido, tornando-se invisíveis: Sr.ª de Joaquim Santos. Ainda hoje em dia são as esposas de...:"O Sr. Eng.º Morais e esposa".

No domínio dos insultos e da violência sexual, de referir que os mesmos têm como ponto de partida ou de chegada as mulheres. A generalidade dos insultos está associada ao corpo, sexualidade e dignidade das mulheres: "sua puta", "sua rameira", "sua cabra". Até os homens, quando insultados, são-no através de uma mulher: "filho da puta", "és um corno", vai fo... tua mãe". Outros há que são maltratados verbalmente precisamente por serem como mulheres: "és um maricas", "não tens os tomates no lugar".

Apesar do anteriormente exposto, não se julgue que a linguagem sexista penaliza apenas as mulheres. Com efeito, os homens também sofrem discriminação nos textos orais e escritos produzidos pelos outros seres humanos. Expressões como:

- Os homens não choram, são fortes e viris
- O homem é o cabeça de casal
- A mulher educa e o homem disciplina
- A cozinha não é lugar para homens
- Das crianças e da casa trata ela
- Quem trabalha é quem manda
- Os homens é que garantem o sustento
- Homem que ganha menos do que a mulher vale pouca coisa
- Azul para os rapazes, rosa para as raparigas
- Nada de rapazes maricas
- Homem não limpa a casa
- A cozinha é para as mulheres
- As mulheres têm um dom natural para tratar de crianças
- A tropa, a marinha e a polícia não são coisas para mulheres
- A política é assunto para homens
- Não se brinca com homem de barba rija
- Os ladrões arrombaram o cofre
- Os drogados são cada vez em maior número
- Os pedófilos deviam ir todos para a cadeia
- Os alcoólicos não se controlam
- Os viciados em drogas estão a dar cabo das suas vidas
- Os doentes mentais precisam de medicação

são bem o exemplo de como os homens estão enredados em conceções estereotipadas que restringem as suas práticas com base nos papéis sociais que lhes são atribuídos, sob pena de serem classificados de menos capazes e viris.

Com efeito, a sociedade espera que os mesmos ajam em conformidade, segundo os parâmetros de masculinidade. Caso tal não aconteça, o seu estatuto social pode sair fragilizado.

No corpus acima apresentado, abundam os exemplos, no masculino, que mancham a reputação de muitos homens. Os ladrões? Os pedófilos? Os alcoólicos? Os viciados? Os doentes mentais? E para quando a representação, no discurso, das mulheres ladras, pedófilas, alcoólicas, viciadas e doentes mentais?

A linguagem sexista, como fruto de dinâmicas sociais discriminatórias e antidemocráticas, cristalizadas por uma *educação sexista* recebida na família, na escola, nas igrejas, no ambiente de trabalho e de lazer ou, inclusivamente, nos meios de comunicação social, tem contribuído para o estado atual de negação e de invisibilidade da mulher e para a preservação de estereótipos que muito têm prejudicado os homens na sua relação com as mulheres, com os filhos, e com o seu mundo interior.

É do conhecimento geral que não é fácil alterar os estereótipos, pois as pessoas resistem à mudança. E fazem-no, segundo Neto, A. Et al. (2000), por um motivo: "Um dos fatores que poderá potenciar a conservação dos estereótipos de género reside no facto de o processo de estereotipia ser geralmente inconsciente e dificilmente reconhecido por parte dos indivíduos portadores".

8. Re-escrevendo...

Nos últimos anos, a presença feminina em funções cada vez mais diferenciadas no mercado de trabalho, na política, na administração, entre outros, impôs a necessidade de traduzir lexicalmente o que vem sendo vivido no terreno.

Os novos desempenhos da mulher e o seu novo *status* trouxeram outras exigências, as quais nos levam a questionar o que nos foi ensinado na família e depois na escola, tanto ao nível do conteúdo como da linguagem usada.

Como consequência, emergiu a necessidade de rever a linguagem, nas suas múltiplas formulações, exemplos e imagens que contribuem para perpetuar os estereótipos sexuais. A revisão da linguagem tornou-se, assim, um tema obrigatório na formação de crianças, jovens e pessoas adultas, independentemente do percurso académico a que tiveram acesso.

Não há dúvidas, hoje em dia, que o reconhecimento da igualdade de direitos humanos de homens e mulheres, na sua diversidade de condição humana, passa também pelas questões da linguagem não-sexista. Existem caminhos alternativos para expormos as nossas ideias e convicções

O uso de uma linguagem inclusiva no que se refere à questão de género é um exercício que exige uma permanente atenção. Sendo a língua um organismo vivo, em constante evolução, não se justifica uma atitude passiva face à mesma.

Cada vez menos faz sentido dizer que a gramática exige o uso do masculino quando nos referimos a homens e mulheres. Chegou a hora de desmistificar crenças antigas e regras em perfeito desajustamento com a realidade atual *porque "é importante compreender que a linguagem é uma forma de representação da realidade e, neste sentido, não é um dado da natureza, é construção cultural, que revela os sentidos e valores que atribuímos às coisas e às pessoas".* (Pandjiarjian, V., 2006).

As propostas de reescrita da linguagem sexista para uma linguagem inclusiva e não-discriminatória podem ser muitas. O uso do símbolo @ como uma "soma" de a + o, tal como vem sendo feito por diversas publicações feministas para englobar o masculino e o feminino, é cada vez mais popular e aceite.

Outra alternativa é repetir as palavras no masculino e no feminino quando queremos abranger os dois géneros. Por exemplo: As ***trabalhadoras e os trabalhadores devem lutar pelos seus direitos.*** A possibilidade de usar os nomes sobrecomuns e os coletivos afigura-se como uma excelente opção na oralidade e na escrita.

Uma vez que a linguagem sexista se consubstancia também em conceções estereotipadas da existência humana, devemos, a todo o custo, evitar que esses estereótipos não se perpetuem. Hoje em dia, meninos e meninas podem vestir-se de qualquer cor, podem brincar, indistintamente, com carrinhos e bonecas, homens podem ser pais cuidadosos e carinhosos, responsáveis pela gestão do lar, enquanto as mulheres apostam na sua carreira profissional.

Com o passar dos anos, as oportunidades de fugir ao preestabelecido e ao estereótipo são cada vez maiores. Com efeito, a reitoria de uma universidade pode estar a cargo de uma reitora, a Câmara Municipal pode integrar vereadoras, o senado senadoras, a Assembleia da República deputadas, as empresas de consultoria consultoras, os gabinetes de arquitetura arquitetas.

Por consequência, o Homem, no sentido universal, não existe mais. O que existe é o ser humano. A par e passo, os médicos passam a ser o corpo médico, os idosos as pessoas idosas, os chefes a chefia, os diretores a direção, os coordenadores a coordenação, os eleitores o eleitorado, os jovens a juventude, os professores a classe docente, a língua materna a língua de origem, reunião de pais reunião de pais e de mães, os negros a raça negra, os portugueses o povo português, os descendentes a descendência, afeminado delicado suave, meigo, aquele que fala quem fala, etc.

Para uma melhor compreensão desta matéria, passamos a apresentar vários exemplos de re-escrita, a partir de um enunciado com caraterísticas sexista:

Enunciado Sexista	Formas de Re-escrita
- O Homem é responsável pela evolução tecnológica	- O homem e a mulher são responsáveis... - A mulher e o homem são responsáveis... - O ser humano é responsável ... - A humanidade é responsável ... - As pessoas são responsáveis ... - Os indivíduos são responsáveis ... - As sociedades civilizadas são responsáveis ...
- Os trabalhadores são explorados	- A classe trabalhadora é explorada - As trabalhadoras e os trabalhadores são explorados - As / os trabalhadoras / es são exploradas / as - A exploração operária é uma realidade - As pessoas que trabalham para outrem são exploradas - As empresas exploram a classe operária
- Os pais compareceram à reunião	- Os pais e as mães compareceram ... - Os / as progenitores / as compareceram ... - As / os progenitoras / as compareceram ... - Os progenitores e as progenitoras ... - Os familiares das crianças ... - Representantes das famílias ... - As pessoas responsáveis pela educação das crianças compareceram à reunião
- Os professores castigaram os alunos por mau comportamento	- Os / as professores / as castigaram os alunos - A classe docente castigou os alunos e as alunas por ... - Os professores e as professoras castigaram a classe por ... - A turma foi castigada por mau comportamento - A turma foi castigada pelas professoras e professores por...

9. Conclusão

O espaço lusófono, caraterizado por uma grande diversidade cultural e linguística, encontra-se em diferentes patamares de vivência democrática. Apesar disso, existem aspetos que nos unem, nomeadamente o papel secundário atribuído às mulheres nos diferentes países e o tratamento discriminatório que a linguagem lhes reserva.

Em todos os países de língua portuguesa, existem, em maior ou menor escala, problemas de distribuição da riqueza, educação, saúde, preservação ambiental, comunicação, exercício do poder e participação política. Nenhum destes aspetos poderá, em circunstância alguma, justificar a perpetuação de conceções e comportamentos estereotipados e discriminatórios contra as mulheres.

A pobreza não pode servir de desculpa para que as mulheres sofram violência física, psicológica e linguística, como se de algo natural se tratasse. Infelizmente, em todo o espaço lusófono, há quem promova e considere normal a vinculação da mulher ao antigo pátrio poder masculino, primeiro do pai, depois do marido, em relações onde não há espaço para o crescimento pessoal e profissional, o prazer e a alegria de viver não existem.

A linguagem sexista ao transmitir conceções do mundo e dos seres humanos que tomam como norma o homem ou o masculino e ao ver as mulheres como criaturas insignificantes, está a desrespeitar, anular e excluir mais de metade da população de língua portuguesa espalhada pelos quatro cantos do mundo.

Através da valorização de expressões estereotipadas e de vocábulos na sua forma masculina, pondo-os ao serviço de ambos os géneros, sob a capa da neutralidade, a linguagem masculina cria estruturas mentais que limitam e

condicionam o pensamento e o agir individual e coletivo. Ao não nomear as mulheres, a linguagem que todos usamos condena o género masculino à inexistência.

É caso para afirmar que, dadas as consequências dos nossos atos de fala e das nossas produções escritas, esta problemática merece uma reflexão simultânea nos oito países que compõem a CPLP e deveria ser alvo de regulamentação num próximo "acordo ortográfico" entre os diferentes países.

Sem esse esforço coletivo, dificilmente, ultrapassaremos este défice linguístico que constitui um entrave sério à implementação de sociedades democráticas nos países de língua portuguesa.

10. BIBLIOGRAFIA

Alves, J. E. (2001). O discurso da dominação masculina. Ouro Preto: UFUP.

Castanho, G. (1993). A gramaticalidade da linguagem sexista. Ponta Delgada: Revista Informar.

Castanho. G. (1993). Para quando a abolição da linguagem sexista? In Açoriano Oriental de 2 de julho. Ponta Delgada.

Conte, I. (2007). Construindo a igualdade de género. Rio Grande do Sul: UERGS.

Cunha, C. & Cintra, L. (1984). Nova gramática do Português contemporâneo. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Fontes, C. (2008). Curso de educação para a cidadania e formação cívica – os direitos das mulheres com direitos humanos. Disponível em http: / / alvalade.no.sapo.pt / CursoCidDirHum10.htm.

Magalhães, M. J. (2005). Mulheres, espaços e mudanças: o Pensar e o fazer na educação das novas gerações. Tese de Doutoramento. FPCEUP.

Muraro, R. (2000). Textos da fogueira. Brasília: Letraviva.

Neto, A. et al. (2000). Estereótipos de género. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres.

Pandjiarijian, V. (2006). O mundo no masculino e no feminino: Plural dos géneros. Brasil: CLADEM.

Romão, I. (1998). A escola como ator de mudança. In Albertina Palma & Marques, R. (Coord.) Escola não Sexista: Utopia e realidade. Setúbal: Escola Superior de Educação de Setúbal.

Vieira, V. (2006). A discriminação à mulher está presa à tirania das palavras e imagens. In Linguagem inclusiva - Coletânea de Textos. São Paulo: USP / ECA.

8. **HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, porto, hanacleto@iscap.ipp.pt**
9. **TIAGO ANACLETO MATIAS, Parlamento Europeu, tiago.ferreira@europarl.europa.eu**

LEGENDAGEM VERSUS DOBRAGEM NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NA EUROPA DE HOJE. IMPACTO SOCIOLINGUÍSTICO EM PORTUGAL E OUTROS PAÍSES EUROPEUS,

Nos dias de hoje, o Inglês é cada vez mais a *lingua franca* em todo o mundo. Não só os programas e os filmes nos canais que encontramos na nossa TV por cabo utilizam maioritariamente o Inglês, mas também a Internet. Mas será esse um sinal negativo para as línguas com menos expressão no mundo? Será o Português uma delas? E como é com outras línguas menos faladas no mundo do que o Português?

Esta proposta pretende aflorar o impacto que a tradução pode ter na sociedade, ou seja, qual será o efeito - se positivo ou negativo - de numas sociedades se utilizar a legendagem, e noutras a dobragem de filmes, programas e / ou notícias. Tendo como base a nossa experiência pessoal em vários países, onde a legendagem ou, ao invés, a dobragem são uma constante, focaremos algumas teorias contrastantes. Discutiremos também hipóteses que justifiquem a preferência de cada povo ao escolher uma das técnicas e a influência que cada uma tem na sua própria sociedade.

Será também discutida a influência da televisão no quotidiano de cada povo e a técnica utilizada na Europa no mundo televisivo ligado às crianças. A que ponto um programa para crianças deve ser legendado ou antes dobrado? Será que a criança aprenderá mais facilmente uma língua estrangeira se a ouvir, tendo a possibilidade de ler as legendas na sua língua materna? Terá ela mais facilidade em aprender a ler se os programas que ela visionar forem regularmente legendados em vez de dobrados? Ademais, convém referir nesta abordagem a importância da legendagem ou dobragem para pessoas com necessidades especiais. Será igualmente abordado o impacto da influência anglo-saxónica no dia-a-dia linguístico do indivíduo; se haverá risco para uma determinada língua começar a inter-relacionar-se com o Inglês, unicamente porque se apostou mais na dobragem do que na legendagem ou vice-versa.

1 – Introdução: Propostas de Problemática, Hipótese e Metodologia

A questão de determinadas instituições, tais como estações de televisão ou empresas de exibição cinematográficas preferirem a legendagem à dobragem de programas televisivos, bem como DVD ou vídeos constitui a nossa principal preocupação na perspetiva deste artigo. Escolher a dobragem ou a legendagem? – Eis a questão.

Apresentaremos algumas caraterísticas e alguns fatores que levam à escolha de uma em detrimento da outra. A formulação da hipótese seguinte é a nossa proposta: se a legendagem é mais respeitadora do original e, portanto, mais adequada à satisfação do público-alvo, então deverá ser preferida em relação à dobragem de programas. A metodologia que seguiremos será baseada na observação de factos em diversos países, na análise de teorias interpretativas relacionadas com a problemática e na leitura de dados relativos àqueles países.

Parece-nos importante explorar a questão da decisão da escolha da legendagem em detrimento da dobragem de programas. Deveremos ter em conta a definição teórica dos dois conceitos, a tipologia dos programas a serem difundidos e sobretudo os objetivos funcionais que visam chegar ao público-alvo. Partamos, portanto, para uma possível definição dos conceitos "Legendagem" e "Dobragem". Entendemos por legendagem e dobragem a seguinte definição: "*As duas formas mais comuns de tradução no ecrã são dobragem, em que o texto falado no programa é retirado e substituído por um novo na língua do público recetor, e legendagem, em que a banda sonora é mantida intacta, mas em que um texto com a tradução do diálogo em forma condensada aparece na base inferior do ecrã.*" (Broddason, 2006: 2)

Seguindo a Convenção de Berna, o Decreto-Lei número 15 / 99, de 15 de janeiro de 1999, aprova a intervenção do Estado nas atividades cinematográfica, audiovisual e multimédia, nos aspetos relacionados com as atribuições específicas do Ministério da Cultura, advogando que é obrigatória a legendagem ou dobragem em português de filmes destinados à exploração comercial falados originalmente noutras línguas; excluem-se do disposto no número anterior os filmes destinados exclusivamente à projeção em salas de cinema especializadas na exibição de filmes estrangeiros na língua original. Além disso, as legendas, a locução e o diálogo dos filmes e videogramas publicitários deverão ser, obrigatoriamente, em língua portuguesa, sem prejuízo de se poder admitir a utilização excecional de palavras ou de expressões em língua estrangeira, quando necessárias à obtenção do efeito visado na conceção do anúncio.

Portanto, vamos mais à frente defender que, se a legendagem respeita em todos os sentidos muito mais o original do que a dobragem, então é extremamente importante nos dias de hoje que a tecnologia nos possibilite escolher num DVD entre selecionar a dobragem ou a legendagem no visionamento de qualquer filme, programa ou documentário ou até ambas as técnicas juntas, também para pessoas com necessidades auditivas especiais.

2 – As Línguas Francas e a Necessidade de Tradução

A língua inglesa não é, por definição ou por qualquer inerência linguística a mais adequada a ser a língua franca do presente; seja por motivos políticos, históricos, sociológicos ou de outra ordem, o facto é que a língua franca da economia da atualidade é indubitavelmente o Inglês, já para não falar na importância e utilização maioritária desta língua no mundo das novas tecnologias de informação. Mas é sabido que o Português também é uma das línguas mais faladas no Mundo, se tivermos em conta o número de falantes nativos. Em termos de língua materna, o Português é uma língua falada na totalidade dos continentes, mas, "*No entanto, na prática geoestratégica, não tem conseguido adquirir a visibilidade de outras línguas como é o caso da inglesa ou da espanhola.*" (Filipe, 2004)

Ademais, não podemos deixar de pensar que, embora os Estados Unidos da América do Norte estejam a ultrapassar uma recessão económica, continuam a influenciar culturalmente o mundo globalizado. Aí as duas línguas mais faladas são precisamente aquelas que Filipe definiu como as que mais visibilidade detêm no mundo de hoje – o Inglês e o Castelhano, embora esta última não seja oficial nos EUA. No entanto, não podemos esquecer que dos países da América Latina, que se distribuem desde a América do Norte até à do Sul, passando pela central, apenas o Brasil não fala o Castelhano e é curioso notar que o idioma castelhano aparece de igual forma espalhado pelos quatro cantos do mundo tal como o Português.

O certo é que não foram estas duas línguas latinas que conseguiram impor-se no mundo globalizado de hoje, mas sim o Inglês. Não só os programas e os filmes nos canais que encontramos na nossa TV por cabo utilizam sobretudo o Inglês, mas a produção cinematográfica de *Hollywood* e *Bollywood* são em Inglês. Daí que as necessidades pedagógicas no ensino das línguas vivas, nomeadamente do Inglês sejam cada vez mais sofisticadas e imperativas, como por exemplo nos meios audiovisuais – todos os produtos legendados constituem-se, indubitavelmente, num significativo apoio didático à aprendizagem da língua original daquele produto, neste caso da língua inglesa.

Mas será esse um sinal negativo para as línguas com menos expressão no mundo? Parece-nos que não; pelo contrário, a legendagem ajuda à preservação e emancipação de línguas nacionais, até minoritárias que se veem projetadas nos países em que os produtos são difundidos.

Pensamos que é muito mais importante cada estado ou nação tentar defender a sua língua, principalmente as minoritárias, para que estas não desapareçam, pois parece-nos que não é o facto de um produto estrangeiro ser legendado que vá influenciar ou pelo menos fazer desaparecer uma língua, independentemente do número diminuto de falantes que tenha. Deve haver incentivos para a preservação dessas línguas minoritárias, como é o caso do Mirandês em Portugal, e à produção audiovisual, à publicação de literatura assim como à aprendizagem nas escolas dessas línguas.

Na Bélgica, por exemplo, onde coexistem pelo menos três línguas nacionais oficiais – Alemão (3%), Francês (40%) e Neerlandês (57%) – há sempre o cuidado de manter a língua alemã como língua viva, apesar de haver uma percentagem pequena de falantes nativos. Durante a nossa pesquisa na Internet, encontrámos um blogue que discutia precisamente o facto de as regiões francófona e alemã não apostarem mais na legendagem, como forma de compreenderem e aprenderem melhor a língua mais falada na Bélgica, o Neerlandês. A região Flamenga, também devido à influência dos Países Baixos, aposta sobretudo na técnica da legendagem, pelo que os nativos desta região têm mais facilidade em aprender outras línguas estrangeiras.

Por todas estas razões, podemos afirmar que a tradução serve como ponte transcultural entre as línguas de partida e a de chegada. Não só os tradutores são agentes transculturais, como os produtos finais do seu trabalho se tornam documentos fundamentais para a comunicação e a preservação das línguas, bem como a sua difusão.

3 – Legendagem e Dobragem – Oposição ou Complementaridade?

A tabela abaixo pretende aflorar o impacto que a tradução pode ter na sociedade e qual será o efeito da adoção da técnica de legendagem ou dobragem nas diferentes sociedades, principalmente no caso de programas, notícias, filmes, documentários, entre outros. Quanto à problemática da preferência da dobragem versus legendagem, gostaríamos de apresentar um quadro contrastivo das caraterísticas de ambos os tipos de tradução. Segundo Fátima Dias, que se expressou em Inglês, as principais caraterísticas são as seguintes (Dias, 2006: 2 – nossa tradução do Inglês):

DOBRAGEM	LEGENDAGEM
Caro	Barato
Perde-se o diálogo original	Respeita a integridade do diálogo original
Mais demorado	Relativamente rápido
Finge ser um produto nacional	Promove a aprendizagem de línguas estrangeiras
Dobrar as vozes dos atores pode ser repetitivo	Qualidade das vozes originais dos atores
É bom para os maus leitores	Adequado aos surdos / Ajuda os imigrantes
Respeita a imagem do original	Polui a imagem
Fornece mais informação original	Requer maior redução de informação original
Permite sobreposição de diálogos	Não permite sobreposição de diálogos
O espetador pode centrar-se nas imagens	Dispersão de atenção: imagem e texto escrito
O espetador pode seguir o sentido, mesmo se estiver distraído da visão	O espetador perde o sentido se distraído
Exigências de sincronização labial	Limitado pelo tempo e pelo espaço
Apenas um código linguístico	Dois códigos linguísticos diferentes simultaneamente podem desorientar
Permite maior ilusão cinematográfica	Pode desviar a atenção da ilusão cinematográfica

Quanto à tabela acima apresentada, oferece-nos tecer os seguintes comentários em favor da técnica da legendagem:

a) A legendagem é mais barata e requer menos mão-de-obra relativamente à dobragem;

b) Na legendagem o original é respeitado integralmente, ao passo que na dobragem o diálogo acaba por sofrer interferências, não só devido ao registo linguístico, mas também na voz do original, influenciando igualmente a velocidade no diálogo, que acaba por ser mais rápido na primeira técnica;

c) A legendagem incentiva à leitura e ajuda, tanto os surdos como os imigrantes e também os estudantes de uma língua estrangeira a compreenderem o conteúdo da mensagem e a aprenderem mais rapidamente a língua que esteja a ser utilizada naquela técnica.

d) A legendagem não permite a sobreposição de diálogos, mas deixa que ouçamos o som do original, sendo mais elucidativo;

e) Por último, a questão da manutenção do original favorece o ouvinte na aprendizagem de línguas estrangeiras, ajudando-o a encontrar o equivalente na sua língua materna através da legendagem.

Cabe-nos concluir que a legendagem é em geral mais positiva do que a dobragem, pois acaba por favorecer a leitura, fornece a possibilidade de aprendizagem àqueles que estão a aprender uma qualquer língua estrangeira e dá a hipótese aos surdos de poderem desfrutar integralmente do visionamento de um filme, programa ou documentário. Aliás, hoje em dia já existe a preocupação de qualquer emissão televisiva dispor e disponibilizar a legendagem especializada no teletexto de qualquer televisor mais sofisticado. E, embora não seja tanto uma razão assinalável, mas quem pode ver um determinado filme legendado, acaba por não perturbar o vizinho, amigo ou familiar, porque o televisor pode estar num volume mais baixo, já que a interpretação das imagens pode ser feita recorrendo à leitura da imagem e da legenda. Podemos também focar o facto de um programa estar a ser exibido num local barulhento e ainda assim, com as legendas, qualquer telespetador conseguir acompanhar e captar a informação.

Quando em 2000 tivemos uma visita de uma amiga nossa das Ilhas Canárias e tivemos por acaso a oportunidade de ver um filme em que um dos atores principais era o Eddy Murphy, ainda nos recordamos da forma espantada em que exclamou: "finalmente posso conhecer a voz original deste ator". Ora, mesmo sabendo que nessa altura já havia DVD com a possibilidade de ver filmes na versão original e com legendas ou optar pela versão dobrada em Castelhano, pois em Espanha qualquer filme estrangeiro tem sempre essas duas opções, conseguimo-nos aperceber que a influência e a cultura enraizada da dobragem na sociedade espanhola acabam por escolher maioritariamente a versão dobrada na sua língua materna.

Além disso, para um português comum é estranhíssimo não conhecer uma voz tão peculiar como a daquele ator ou outro qualquer que possua tiques e expressões tão próprias que acabamos por usar no nosso dia-a-dia, não só entre amigos, como também na escola ou até mesmo em publicidade. O mesmo nunca se passaria na Islândia: "*Para um Islandês, a ideia de uma estrela de cinema inglesa ou norte-americana, ou uma personagem da televisão expressar-se em Islandês num ecrã, pareceria absurda*." (Broddason, 2006: 5)

No entanto, talvez a preferência pela dobragem aconteça mais entre os nacionais dos países onde se pratica a dobragem do que propriamente quanto aqueles além-fronteiras. Trabalhamos diariamente com espanhóis, por exemplo, e constatamos que estes, talvez devido ao facto de se terem desabituado do processo da dobragem adotado na Espanha e por normalmente terem acesso direto a emissões com recurso à legendagem na Bélgica, acabam por preferir a versão original com legendas em relação à dobrada, principalmente quando vão ao cinema. O mesmo acontece com os emigrantes alemães, italianos ou até franceses com quem trabalhamos, mesmo que estes últimos tenham acesso mais rápido à versão dobrada por se encontrarem ao lado da Alemanha ou da França e as televisões belgas francófonas apostarem na dobragem por excelência, pois também se torna mais barato.

A verdade é que a dobragem não adultera unicamente a sincronização labial entre a imagem e o discurso ouvido. Como o recetor está a falar numa língua diferente daquela que está a ser ouvida, utiliza uma linguagem corporal e gestual em consonância com a sua cultura linguística. Portanto, não basta apenas

dominar na perfeição a técnica da dobragem; se o autor dos textos traduzidos os transformou em diálogos adaptados e se o ator conseguir na perfeição sincronizar a sua própria voz com a do ator na imagem então isso seria genial, ainda assim os gestos e a mímica associados à língua de chegada não estarão presentes na imagem do filme de partida, pelo que a dobragem nunca poderá ser ideal.

Obviamente que em ambos os casos se recorre à arte de bem traduzir, mas ao aplicar a legendagem ou a dobragem, cada técnica acaba por exigir diferentes métodos e o impacto para o público-alvo é indubitavelmente diferente. Temos conhecimento que nalguns países a dobragem é feita com muito profissionalismo e perfeição, como é o caso do Brasil ou até mesmo da Alemanha, mas há variadíssimos programas que sofrem pelo facto de muitas dobragens serem feitas por qualquer pessoa, sem o mínimo de formação na arte de representar e / ou profissionalismo, pelo que adultera e quebra a qualidade desse programa.

Muitas vezes estamos a assistir a um filme e reparamos que as vozes não são consentâneas com o movimento labial dos atores, o que torna a qualidade da dobragem do filme medíocre. Lembramo-nos que antigamente, mesmo não sendo fãs de telenovelas, houve uma fase na televisão portuguesa em que se apostava na importação de séries televisivas provenientes de países da América Latina, excetuando obviamente o Brasil, em que a dobragem dessas séries era feita para Português, com uma qualidade mínima e com desrespeito pelos diálogos do original. Obviamente que tiveram pouco sucesso entre o comum dos telespetadores, não só pela insuficiente qualidade, como também pela confusão que fazia ao telespetador ouvir vozes em Português do Brasil e ver os lábios dos atores articularem em Castelhano e não em simultâneo.

"*Considerando que a dobragem é mais de dez vezes mais cara do que a legendagem, é óbvio que a televisão Galesa é vista como um bem essencial na preservação da língua falada e implicitamente no sentido de identidade nacional*". (Broddason, 2006: 2) Pratica-se de facto esta técnica de dobragem no País de Gales, que se sente "uma Nação sem Estado", porque ajuda a manter a língua Galesa, a sua identidade cultural e a sua personalidade nacional.

Como análise conclusiva à tabela acima apresentada, podemos afirmar que os indivíduos que nasceram e foram habituados a assistir a programas com recurso à técnica da dobragem, em geral preferem-na em relação à legendagem e vice-versa. Temos como exemplos da primeira técnica, a França, a Alemanha, a Itália e a Espanha, enquanto outras nações, tais como os países nórdicos, as relativamente recentes repúblicas da ex-Jugoslávia, a Flandres na Bélgica, os Países Baixos, a Grécia, Portugal e Israel preferem a legendagem.

No que toca particularmente ao caso da Polónia, é ainda mais gritante esta questão da dobragem versus legendagem, pois naquele país ainda nos dias de hoje se pratica uma técnica completamente desatualizada: independentemente do programa estrangeiro que esteja a ser exibido, há apenas e sempre uma única voz para traduzir todos os atores e os seus diálogos e esta *voz-off* é sobreposta à banda sonora original que se continua a ouvir ao fundo. Esta situação é inaceitável e provoca no telespetador um cansaço mental extremo e muita confusão.

Os habitantes das nações mais economicamente poderosas da Europa ocidental justificam normalmente a sua preferência pela dobragem única e exclusivamente pelos dois últimos fatores apresentados no fundo da tabela, ou seja, porque se estiverem a ver algo legendado não conseguem ler rapidamente e ver a imagem em simultâneo; além disso alegam que acabam por se distrair, pura e simplesmente porque estão a ouvir uma língua estrangeira e a ler na sua própria língua.

Ora, esta última razão é aquela que precisamente os linguistas defendem como mais importante para o desenvolvimento da literacia na língua materna e para a aprendizagem de línguas estrangeiras. Talvez por essa razão, por exemplo, um Português normalmente consiga compreender um cidadão espanhol e um espanhol tenha verdadeiras dificuldades em entender um cidadão português.

4 – Os Media Audiovisuais:
4.1 – Na educação e cidadania

Está estatisticamente provado que o espetador Português é um dos que, dentro da União Europeia, mais horas passa em frente ao televisor e que o efeito

deste meio de comunicação no quotidiano social de cada cidadão é avassalador. As opiniões são formadas a partir dos programas de televisão e a guerra das audiências, juntamente com os patrocínios e publicidade ditam as caraterísticas dos programas difundidos no horário nobre. Estas necessidades acrescem à responsabilidade civil e de cidadania que os meios de comunicação social desempenham entre as populações locais, as comunidades civis e a sociedade em geral.

Os jornais, livros e a imprensa escrita deixaram de ter o impacto que dantes havia, potencialmente devido às caraterísticas técnicas de difusão não terem tido a dimensão que hoje têm. Hoje em dia também os blogues, os sítios personalizados na Internet e os *self-media* têm vindo a substituir a imprensa escrita na sua importância na formação de opinião. Tendo em conta que os cidadãos leem cada vez menos livros, jornais ou revistas, é imperioso apostar cada vez mais na legendagem e na utilização de vocábulos de origem portuguesa para a divulgação e a promoção da nossa língua.

Contrariamente, a dobragem acaba por não incentivar a população mais jovem à leitura nem à aprendizagem da língua de Camões, nem de qualquer outra língua através da legendagem. A dobragem pode ser um veículo de comunicação tal como a legendagem, mas acaba por tornar o visionamento dos programas televisivos mais passivo quanto ao esforço intelectual, não obrigando a pessoa a processar a informação de uma maneira crítica e educativa. Além disso, o telespetador acaba por não poder aprender a descodificar a leitura implícita numa legenda ou lançar-se na interpretação de dados e na opinião crítica de como se escreve ou não uma palavra ou uma expressão.

Nos últimos anos tem havido uma discussão acesa sobre a questão da tradução de versões estrangeiras na República Checa. Mesmo não sendo um país multilingue, como são a Bélgica, o Luxemburgo ou a Suíça, os checos estão a optar sobretudo pela legendagem nos cinemas, embora se levantem vozes a favor da dobragem. David Horacek afirma "*a dobragem é uma solução comercial indispensável e para atrair um público mais numeroso, é preciso difundir em checo*". (Horacek, 2004) Horacek continua afirmando que na Hungria, a título de comparação, onde há 10 milhões de habitantes como na República Checa, a dobragem leva muito mais pessoas ao cinema na Hungria.

No entanto, segundo Martin Malik, responsável pela distribuição de filmes da Warner Bros no mercado Checo, *"só faz sentido dobrar os filmes para um público mais familiar e não haverá interesse em fazê-lo a nível geral, pois é muito mais caro e não seria rentável*." Foi devido a este facto que a Warner Bros, depois de receber várias mensagens eletrónicas contra, decidiu anular a dobragem da trilogia "O Senhor dos Anéis".

Concluindo, Horacek volta a defender que a dobragem seria apenas 20 a 30% mais cara do que a legendagem e que esses custos seriam compensados com o aumento de público checo nas salas de cinema, excluindo apenas os estrangeiros que deixariam de ir, pois os checos já estão habituados a ver toda a programação estrangeira dobrada na televisão. Por este motivo os checos vão pouco ao cinema, já que não conseguem acompanhar o filme e ler as legendas em simultâneo.

Estes argumentos afiguram-se-nos falaciosos, pois nada garante que o público aumentasse significativamente nas salas de cinema, no caso checo ou noutro qualquer, caso se passasse a dobrar os filmes no cinema. Há quem vá ao cinema precisamente porque pode assistir à versão original, como acontece em Bruxelas onde a legendagem no cinema é bilingue (Francês e Neerlandês) e ao mesmo tempo praticar a aprendizagem da língua estrangeira original do filme. As versões dobradas em Bruxelas são exclusivas dos públicos infantis e normalmente têm menos público nas salas do que nos originais legendados.

Ademais, parece-nos que a versão de Horacek seria muito negativa na sociedade portuguesa, pois a presença de estrangeiros em Portugal de língua materna diferente da nossa é bastante numerosa e importante para a nossa economia.

Seria negativo para a comunidade estrangeira em Portugal, e pensamos em todos os países, principalmente a imigrante e a estudantil, não poder ter acesso à língua oficial escrita nos meios audiovisuais do país onde residem. Desta maneira, têm mais facilidade em aprender a escrever a língua de Camões, integrando-se melhor na comunidade de acolhimento, apesar de manter as suas especificidades da sua identidade cultural. A dobragem mostra-se portanto

desadequada e inútil para esta comunidade, pois já tem acesso diariamente aos programas em língua portuguesa falada, seja através dos noticiários, programas de entretenimento, de debate, de reportagem, telenovelas, entre outros.

Com a adoção da técnica de legendagem por parte dos meios de comunicação, as pessoas desenvolvem as suas capacidades de cidadania, ao instruir-se e educar-se numa perspetiva multicultural respeitadora de outrem. Criando cidadãos mais aptos, estes tornam-se mais críticos quanto ao sistema no qual estão inseridos. Frequentemente ouve-se falar que este ou aquele vocábulo foi mal escrito ou mal traduzido.

Não só quem aprende línguas estrangeiras, mas também o senso comum acha-se no direito de criticar: "*Poucas especificidades de nossa profissão são tão comentadas e, muitas vezes, tão difamadas e criticadas como a tradução de filmes tanto para dobragem como para legendagem. Todo mundo tem uma historinha para contar de um erro ou outro que já viu em um filme (…)*" (Soares, 2006)

4.2 – Na Instrução Precoce

A legendagem tem sido criticada como inadequada para os públicos mais jovens, principalmente na primeira infância. Se atentarmos nas opiniões citadas no fórum belga recente (2007) "*Eendracht maakt macht… L'union fait la force*", os belgas que aí intervêm mostram-se a favor de, pelo menos, se legendarem as notícias de cada telejornal das duas principais regiões linguísticas (Flamenga e Valã) para haver um maior contacto cultural entre as mesmas e se aprender mais facilmente as línguas tão distintas uma da outra pelos telespetadores.

Atendendo às razões até agora expostas, convém referir que as atitudes que não promovem o ensino precoce da população telespetadora, nomeadamente as crianças na primeira e segunda infâncias são contraproducentes; as crianças são obrigadas a aprender a outra língua oficial do seu país de origem, pelo menos nos casos Belga, Finlandês, Luxemburguês e Suíço.

Se bem que concordemos que para crianças com idades inferiores a 5, 6 anos, seja mais cómodo ter acesso aos seus programas favoritos na sua língua materna, pois desenvolve o seu vocabulário, a sua capacidade de comunicação e compreensão, bem como descodificação e codificação de mensagens, julgamos que o visionamento acompanhado por adultos deverá ser a regra geral para a importância na legendagem sobre a dobragem. Numa palavra inequívoca, julgamos que a dobragem deverá ser reservada para públicos especiais, nomeadamente para públicos com necessidades visuais especiais, tais como cegos e amblíopes, ou pessoas idosas já com dificuldades na leitura rápida e à distância do aparelho televisivo.

Quando em Portugal nos anos 50 se deu o aparecimento das primeiras televisões ainda a preto-e-branco, discutiu-se intensamente a problemática da aplicação da técnica de dobragem versus legendagem, tendo-se optado consensualmente pela legendagem, sobretudo devido aos custos financeiros que uma equipa de profissionais implicaria se se escolhesse a dobragem.

Na nossa opinião, se essa foi a principal razão da escolha, damos os parabéns àqueles que assim decidiram naquela época, embora não defendamos que esse seja o motivo mais relevante. Não só se mantém e respeita o trabalho original, como se obriga o público telespetador a aumentar a velocidade na leitura, a desenvolver a sua literacia e a compreender a contextualização cultural dos programas na língua original.

Não obstante, pensamos que a seguinte opinião é radical demais:

> *"(…) De facto, dobragens só para mentecaptos. Não há dúvida e não tem a ver com questões de habituação ou costumes. É mau, é errado, é de gente intelectualmente reduzida, cujo cérebro não consegue ou não quer processar dois eixos de informação: o que está a ver no filme e as legendas* (…)". (Ribeiro, 2005)

Ainda nos recordamos que em crianças pedíamos aos nossos Pais ou até aos Avós que nos lessem as legendas para melhor compreendermos aquilo que estávamos a ver. Por vezes critica-se a televisão como causadora de afastamento entre as gerações; mas neste caso havia proximidade. Talvez o facto de hoje em

dia as pessoas terem menos tempo seja um fator para que o visionamento acompanhado por adultos não aconteça tão frequentemente. No entanto, é comum ver os Pais a acompanharem os seus filhos ao cinema infantil – normalmente decidem levá-los a ver a versão dobrada e a original é preterida para os horários mais tardios, pois os adultos preferem-na.

Num país como Portugal não se poderia ter escolhido melhor técnica do que a da legendagem, pois incentiva a criança a desenvolver aquilo que aprende na escola, além de aperfeiçoar a velocidade de leitura e acima de tudo influencia psicologicamente a criança a querer aprender a ler e a escrever na sua língua materna. Infelizmente, Portugal continua a ser um dos países europeus onde há maior iliteracia funcional, já para não falar no analfabetismo, especialmente nos meios rurais e entre as populações mais idosas.

Tendo em conta a nossa experiência pessoal em vários países onde a legendagem ou, ao invés, a dobragem são uma constante, podemos afirmar que um alemão tem muito mais dificuldade em aprender uma língua estrangeira do que um holandês, pois no primeiro caso a técnica da dobragem é utilizada desmedidamente, ao passo que nos Países Baixos, o povo holandês pode sempre visionar qualquer filme, programa ou documentário na língua original com recurso a legendas em Neerlandês.

Por curiosidade, podemos pensar que, de certa forma, a democracia também teve alguma influência na escolha de ambas as técnicas em vários países da Europa. Enquanto os países nórdicos e a Holanda optaram nos anos 30 pela legendagem, países como a Alemanha, Espanha e Itália optaram pela dobragem. Koolstra referiu que os líderes destes três últimos países optaram pela dobragem, pois era um subterfúgio para a censura que permitia que as opiniões e ideias vindas do estrangeiro pudessem ser controladas e eram assim filtradas antes de chegar ao seu povo. (Koolstra et al. 2002: 330)

Ora, atentando à questão da facilidade em aprender línguas, temos como caso mais flagrante a Bélgica dos dias de hoje. Os habitantes da parte norte da Bélgica, que geograficamente é definida como Flandres e que falam uma variante dialetal do Neerlandês (língua oficial), o Flamengo, conseguem muito mais facilmente aprender uma língua estrangeira do que os habitantes da parte sul, geograficamente definida como Valónia, em que a sua língua materna é o Francês e em que os seus canais apostam na dobragem, devido também à influência do país a sul, a França, que recorre igualmente àquela. Isto torna-os menos aptos para a aprendizagem de outra língua estrangeira e a nível pedagógico, os Belgas do sul têm mais insucesso escolar do que os seus homólogos do norte neste campo.

Mas isto não acontece apenas no caso francófono; sabendo que a influência anglo-saxónica é uma realidade no mundo globalizado de hoje e que, como resultado, os programas, documentários e filmes são maioritariamente realizados em língua inglesa, até mesmo em países que a língua oficial não é o Inglês, os países Nórdicos e do Norte da Europa têm muito mais facilidade em aprender esta língua do que os países latinos do sul da Europa em que a técnica da dobragem é utilizada a 100%, pelo menos nos canais televisivos daqueles países, com exceção de Portugal. Pensamos que foi uma das decisões mais acertadas de Portugal aquando do aparecimento da televisão no nosso país, não só no contexto sociocultural, como também na aprendizagem de qualquer disciplina a nível escolar.

Por essa razão, por exemplo, Portugal está à frente de muitos países ditos mais intelectualmente desenvolvidos no que toca à aprendizagem de línguas estrangeiras, tais como França, Alemanha ou até mesmo Espanha ou Itália. Não só estes países se encontram na cauda da Europa em termos de aprendizagem de línguas estrangeiras, tendo apenas atrás o Reino Unido ou a Irlanda, em que a língua oficial principal é o Inglês, como a sua pronúncia é marcadamente acentuada por uma influência das suas línguas maternas, por obviamente não terem contacto com essa determinada língua estrangeira mesmo no seu dia-a-dia extraescolar.

Como curiosidade, gostaríamos de salientar que os Gregos, embora possuam igualmente uma pronúncia marcadamente grega, começam a aprender o Inglês em tenra idade e tornam-se mais proficientes, pelo que hoje em dia, tem-se bastante facilidade em encontrar nas ruas de Atenas um Grego que fale o Inglês. De notar que a legendagem é a técnica utilizada maioritariamente no seu país.

No espaço Europeu existem dois países multilingues em que as crianças aprendem muito mais facilmente várias línguas, já que estas têm acesso à programação televisiva dos vários canais em diversas línguas oficiais desses mesmos países. Estamos a falar da Suíça ou do Luxemburgo, onde existem quatro e três línguas oficiais, respetivamente. Acontece que muitas crianças, mesmo na ausência dos seus pais, e porque normalmente acordam antes dos mesmos, se colocam à frente da televisão e começam a visionar vários desenhos animados, escolhendo aqueles que eles mais gostam independentemente da língua que estejam a escutar. Assim, as crianças começam a ter contacto com diversas línguas diferentes e com palavras básicas que vão retendo e utilizando mesmo no seu quotidiano. Ademais, estes países possuem uma política multilinguística em que uma determinada criança estuda não somente na sua língua materna, como também começa em tenra idade a lidar com uma segunda ou até mesmo terceira língua.

No Luxemburgo, por exemplo, as crianças desde o início da sua vida escolar têm algumas disciplinas em língua Francesa, outras em Alemão e outras numa terceira língua, a Luxemburguesa. O Inglês aparece dois anos mais tarde como quarta língua.

No entanto, há algo paradoxal entre estes dois países que utilizam habitualmente a dobragem em vez da legendagem e que são bons linguistas, e outros que, embora utilizem a legendagem são igualmente bons na aprendizagem de línguas estrangeiras. Defendemos que apenas isto é possível porque as crianças são obrigadas desde sempre a estudar em mais que uma língua, ao passo que nos casos dos países do Norte da Europa, Nórdicos inclusive, uma segunda língua estrangeira começa num estádio escolar mais tardio, mas possuem o contacto desde a sua infância até à idade adulta em várias línguas estrangeiras, já que recorrem à legendagem.

"*É indubitável que ler legendas é benéfico para a compreensão das línguas estrangeiras, tanto para as crianças como para os adultos*". (Broddason, 2006: 2) Concordamos com esta afirmação e podemos acrescentar que este processo de legendagem pode até mesmo auxiliar um aprendente a entender o que está a ouvir na sua língua materna lendo-a ao mesmo tempo que a ouve. Os CD e DVD disponibilizam nos dias de hoje essa opção.

Não podemos esquecer que as camadas juvenis europeias dominam as tecnologias atuais e praticam o envio de mensagens escritas por telemóvel com abreviaturas e letras de outros alfabetos, pelo que a leitura das legendas se torna cada vez mais necessária para o conhecimento da ortografia correta e a defesa da sua língua materna.

De facto, não podemos deixar de comentar que o Inglês, estando presente nestas tecnologias de ponta e particularmente na Internet, acabe por influenciar também a utilização de termos anglo-saxónicos na língua materna de cada povo, o que não é propriamente negativo, na nossa opinião, mas é notoriamente um motor da globalização. Não obstante, todos sabemos que a riqueza de uma língua também passa pelos seus estrangeirismos e neologismos que muitas vezes podem ser ou não adaptados à língua materna.

Os franceses são uma referência nesta questão, pois tentam sempre adaptar os termos novos, normalmente de origem anglo-saxónica, à sua língua materna, mas os italianos, principalmente nos termos ligados à informática mantêm as palavras estrangeiras. Pensamos que esta última questão não está relacionada com o facto de se escolher a legendagem ou, contrariamente, a dobragem, pois estes dois últimos países usam sempre a técnica da dobragem.

5 – Legendagem / Dobragem e os Cidadãos com Necessidades Especiais

Gostaríamos agora de referir quanto à problemática tradutiva a importância da legendagem ou dobragem para pessoas com necessidades especiais. A legendagem é tanto mais importante para as pessoas com dificuldades auditivas porquanto muitos dos sons descritos nas legendas referem-se a ruídos que não se passam na cena vista naquele preciso momento. Também devemos fazer a distinção entre televisão digital e analógica; nesta última existe a possibilidade de usar o sistema de teletexto, o que permite, ou pelo menos facilita, o acesso à legendagem dum filme, dum documentário ou noticiário.

Por outro lado, no sistema digital, a televisão não conta com o teletexto, pois as legendas são emitidas automaticamente. Além disso, este sistema não

existe em todos os países europeus, para já, o que mostra que o teletexto e a legendagem são apoios necessários e úteis ao visionamento de programas televisivos para pessoas com necessidades auditivas especiais e não só.

Gostaríamos de acrescentar que a história do cinema excluiu durante 80 anos as pessoas com necessidades auditivas especiais, marginalizando-as enquanto público cinéfilo potencial. Hoje em dia até um musical ou mesmo uma peça de teatro podem, e devem, ser legendadas na língua nacional, para uma melhor compreensão do que se passa durante a ação e fora de cena.

Ainda nos recordamos que há dois anos assistimos em Bruxelas a um musical que tinha legendas bilingues, ou seja, o original era interpretado em Inglês e as legendas eram apresentadas em Francês e Neerlandês: duas das três línguas oficiais da Bélgica.

Provavelmente esta técnica foi especialmente adotada e aplicada devido ao facto de ser numa língua estrangeira, mas só o facto destas pessoas com necessidades específicas poderem assistir e compreender o espetáculo é um facto louvável.

Pensamos que isto ainda não acontece em grande escala no teatro em Portugal, mas a televisão portuguesa começou a apostar na legendagem de noticiários com recurso a um sistema de reconhecimento automático de fala que transcreve para texto o áudio produzido nos telejornais, ou seja, transforma sons em palavras e em números escritos. Este sistema pretende cumprir com o serviço público a fim de promover o maior acesso destes cidadãos à informação.

Obviamente que a legendagem é desadequada nos casos de necessidades visuais especiais. Para o caso dos cegos e dos amblíopes, é claro que uma dobragem de um programa é muito mais apropriada.

No entanto, e mediante a nossa experiência enquanto voluntários junto desta população, notamos que a dobragem deverá ser muito mais do que a substituição de um código por outro.

Na realidade, deve haver uma descrição da imagem, que não está claramente a ser vista, tratando-se portanto não só de uma dobragem tal como a conhecemos, mas uma tradução adaptada àquelas necessidades específicas, sendo intralinguística e transcodificada, isto é, passa-se do símbolo visual para o auditivo.

Não podemos deixar de lamentar que os serviços públicos de televisão ainda não tenham disponíveis estas ferramentas, que acabariam por ser uma variante tradutiva à legendagem que já existe, principalmente através do teletexto.

6 – Conclusão

Tendo em conta todas as premissas supracitadas, podemos concluir veementemente que a legendagem tem qualidades superiores à dobragem, tanto a nível do respeito pela obra original, como pelos custos, como pelas capacidades instrutivas que desenvolve nos aprendentes, jovens e adultos em geral, no que respeita à língua materna, como a línguas estrangeiras que queiram e venham a aprender.

O objeto de partida, o objeto de chegada, o método da técnica, o propósito e o processo da legendagem é mais positivo que a dobragem em toda a sua dimensão.

Desta forma, o processo da legendagem contribui favoravelmente para a coexistência das várias línguas mundiais e para a prática do multilinguismo, bem como o multiculturalismo e o respeito pelos costumes do próximo e do distante, numa perspetiva de tolerância e promoção da diferença.

Num mundo globalizado como o nosso é nos dias de hoje e numa Europa unida cada vez mais, o papel da legendagem é incalculável na solidificação da democracia e na promoção das minorias e da preservação de qualquer língua.

Finalmente, gostaríamos de acrescentar que a cidadania se constrói com recurso à responsabilização dos indivíduos na sua inserção no sistema em que vivem. Os cidadãos devem ser críticos quanto à sua posição pessoal, individual e

coletiva no conjunto em que são inseridos, com vista em melhorar o sistema, nas suas falhas mais visíveis de injustiça social.

Concluamos que a legendagem é geralmente positiva e a dobragem não tanto, pois aquela favorece a leitura, fornece a possibilidade de aprendizagem àqueles que estão a aprender a sua língua ou a praticar uma outra. Por todas estes motivos, afirmamos que a tradução é e será sempre uma ponte transcultural entre línguas e culturas.

Num país como Portugal é, ainda bem que se optou prioritariamente pela legendagem, pois também incute nas crianças a vontade de aprender sempre, tendo em vista o aperfeiçoamento da sua literacia para que possamos continuar a promover a língua portuguesa como uma das línguas mais faladas e mais geoestrategicamente importantes no mundo.

6. Bibliografia

Broddason, Thorbjörn, "*The Instructional Value of Subtitles*", Reiquiavique, Islândia, 2006

Destak, fonte Lusa, edição de 18 de março de 2008

Diário de Notícias, Edição em Papel de 7 de março de 2008, acedido em 20 de março de 2008, in http: / / dn.sapo.pt / 2008 / 03 / 07 / media / rtp_lanca_legendagem_para_surdos_dir.html

Dias, Fátima, "*Special Features – Some Basics on Audiovisual Translation*", The British Council, 2006.

Filipe, Vera Lúcia, http: / / www.diario-online.com / noticia.php?refnoticia=34796, acedido em 20 de março de 2008.

Horacek, David, "*Radiopraha*", 2004, in http: / / www.radio.cz / en / article / 56333, acedido na versão francesa

http: / / esseclive.com / cinema / histoires-du-cinema / les-arts-du-cinema / doublage-et-sous-titrage.htm em 20 de março de 2008.

Malik, Martin, "*Radiopraha*", 2004, in http: / / www.radio.cz / en / article / 56333, acedido na versão francesa

http: / / esseclive.com / cinema / histoires-du-cinema / les-arts-du-cinema / doublage-et-sous-titrage.htm em 20 de março de 2008.

Ribeiro, Ricardo, fórum

http: / / foruns.dvdmania.co.pt / viewtopic.php?t=19133&start=0&sid=9e27e802fafbcccbf26aae5d53a19026, acedido em 20 de março de 2008.

Soares, Danielle, sítio Ideias www.abrates.com.br in http: / / wsl.cemed.ua.pt / blogs / 36472 / , acedido em 20 de março de 2008.

10. **ILYANA CHALAKOVA IVANOVA - Universidade de Sófia "St. Kliment Ohridski"**

SEDUTIVIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE TITULARIZAÇÃO NA OBRA DE JOÃO DE MELO. TRADUZIBILIDADES POSSÍVEIS NUM CONTEXTO ESLAVO, ILYANA CHALAKOVA IVANOVA,

O presente trabalho insere-se na área da investigação a textos pertencentes à literatura portuguesa do ponto de vista do processo de tradução com o fim de lançar pontes de ligação entre uma cultura ibérica e outra eslava. Nesta tarefa de aproximar povos e culturas o trabalho discute problemas da presente e possível tradução da obra de João de Melo para uma língua eslava – o búlgaro. A investigação põe em foco as questões da *traduzibilidade* e *não-traduzibilidade* do título como um dos paratextos da obra.

Por meio de uma análise de todo o corpus dos livros do autor, o trabalho primeiro tenta sistematizar as diferentes estratégias na intitulação da obra, bem como definir e discutir a força sedutora que as mesmas exercem sobre a capacidade de receção estética do leitor.

Numa segunda fase, a investigação faz proposta, debate e avalia várias possibilidades de aplicação de procedimentos no processo da tradução, com o objetivo de obter uma variante adequada para o funcionamento dos livros, junto com os seus títulos, no contexto cultural búlgaro.

Neste sentido, o trabalho dialoga com o proposto debate da identidade lusófona açoriana no que se refere às suas formas de expressão artística e aproximação do consumidor da arte, e, ao mesmo tempo, insere-se na discussão da tradução como uma forma de divulgação cultural.

1. O exótico na proposta de tradução

Por muitos livros portugueses que já se tenham traduzido para o búlgaro, todas as propostas de tradução de obras de autores desse país continuam a representar *o acordar* da literatura portuguesa para uma vida num espaço cultural eslavo dotado de caraterísticas quão próximas tão diferentes do espaço primordial. Nesse sentido, a proposta de tradução de autores portugueses põe o foco sobre uma nova era no interesse literário do público búlgaro – a era da

atração pelo exótico.

A proposta de tradução de autores portugueses no contexto cultural búlgaro, só por si, é uma demonstração de como cada vez mais vozes, até ao atual momento distantes, quase incompreensíveis nas especificidades marcantes, e sufocadas de preconceitos de cariz racial, sexual ou colonial, são descobertas, estudadas e divulgadas. Nesse processo os autores marginais ou marginalizados pela força que os tradicionalistas exercem sobre o espaço cultural no respetivo país, começam a aproximar-se do centro que, por sua vez, se desdobra num novo centro múltiplo e a literatura torna-se polifónica.

Nas sociedades contemporâneas a que pertencemos e onde as economias nos arrastam para uma globalização cada vez mais agressiva, a arte pluraliza-se por meio de uma visão omniabrangente e multicultural, na qual o outro deixa de ser considerado um exotismo distante. Este facto constitui um dos pontos mais fortes da proposta de tradução de autores portugueses para o búlgaro: como pertencentes a um país distante de tradições e mentalidades (à primeira vista) bastante diferentes e a uma literatura de cânone significativamente diferente do da literatura búlgara, os autores portugueses, para o consumidor da arte na Bulgária, inserem-se sem qualquer hesitação na sua noção do exótico.

Assim, a tradução tem a capacidade de tirar para fora da esfera do exótico o autor português tornando *o outro* que se lhe contém dentro mais próximo e mostrando como mentalidades são diferentes somente à superfície. Outro ponto forte é a possibilidade, através da tradução, de serem discutidos problemas da carga temática da obra dos autores portugueses num contexto social onde a versão original da sua produção literária é acessível unicamente para os representantes dos limitados círculos de professores-investigadores e estudantes nos poucos departamentos que se dedicam ao ensino-aprendizagem do português. A tradução nesse caso fará possível a comparação e a subsequente afirmação da existência de muitas zonas de contacto entre os problemas discutidos nas obras dos autores portugueses e as maneiras de receção da realidade pelos leitores búlgaros.

Em suma, o encontro do leitor búlgaro, na sua função de simples consumidor de arte ou de investigador, com os exemplos da escrita criativa em português só é possível na zona do entrecruzamento das culturas onde é preciso sentir-se parte das duas culturas, tentar compreendê-las e ter confiança no pluriculturalismo. Tal encontro na zona de contacto entre as culturas é intermediado pela tradução, com a ajuda do tradutor que traduz entre mundos.

Quer dizer que, no sentido das conceções dos estudos culturais, a tradução afirma-se primeiramente com a sua função mediática. A mediação opera-se a diferentes níveis, claro está, e faz com que surjam as condições necessárias de partir para o debate da identidade, seja esta lusófona, açoriana, lusófona-açoriana ou eslava e búlgara. A tradução pressupõe a expansão do conhecimento da identidade a seguir desse debate e leva à aproximação imediata dos povos e das culturas. Intercâmbio de experiências e vivências, troca de emoções, partilha de mundividências, convívio cultural são as palavras-chave no processo da tradução.

No caso concreto da lusofonia e do presente trabalho, o método tradutivo de transferência de conteúdos culturais leva à construção de um espaço onde a língua e cultura portuguesa se conjuga com outra comunidade cultural, histórica e linguística, eslava – o búlgaro. A tradução como forma de divulgação cultural, portanto, levará a lusofonia, em geral, e os Açores, concretamente, ao mundo da perceção búlgara. Tal encaixamento dum exemplo de obra literária portuguesa e açoriana no contexto cultural búlgaro, trabalhará, no que se refere ao exótico, para superar os preconceitos, os medos e as cobardias, as circunstâncias opressivas, a estranheza deconstrutiva do olhar crítico do leitor, e deixará que vença a aproximação entre as sensibilidades humanas por muito variadas que sejam.

1.1. O exotismo e a função sedutiva exercida pelo estranho

Um exemplo específico de sensibilidade humana é o caso da escrita criativa de João de Melo. Sendo português e açoriano, ele junta-se indiscutivelmente às propostas exóticas de leitura do ponto de vista do contexto cultural búlgaro. Umas breves referências à obra dele porém fazem com que este exotismo se aproxime das práticas comuns de receção literária na Bulgária e que seja possível, por meio dessa mesma aproximação, o exercício da força sedutiva do conteúdo temático e particularidades estéticas do autor.

As breves referências esboçam a rede de várias linhas básicas, capazes de moldar o quadro da obra de Melo. Partindo da identidade açoriana de nascença do autor, chega-se a uma explicação possível do seu imaginário específico e consciência crítica. A infância vivida na terra açoriana surge como experiência extremamente forte. Daí o potencial de gerar muitos momentos de retratação do universo primordial e mágico das comunidades rurais açorianas, levando à construção dentro dos seus livros de um espaço ancestral e mitificado, na interpretação de Álvaro Manuel Machado (1996: 307-308). Dessa maneira é que Melo escapa à paisagem citadina tão caraterística dos autores portugueses, ou pelo menos, da maioria deles traduzidos para o búlgaro.

Os efeitos combinatórios da memória reprodutiva e, ao mesmo tempo e sobretudo, produtiva de Melo vem condicionada pela força da imaginação dentro do processo de conhecimento do real e da passagem da experiência vivida para a escrita. São práticas elaboradas nos anos de publicações nos principais periódicos dos Açores e da participação no movimento literário **Glacial** considerado ponto de passagem da geração dos novos escritores e poetas açorianos, afinal anos marcados pela discussão da identidade açoriana e os problemas da afirmação dessa mesma.

Do ponto de vista do contexto literário nacional, Melo inscreve-se na geração de ficcionistas de pós-25 de abril que trouxe para o espaço da literatura a vivência no sentido individual e coletivo do processo da Revolução. No entanto, Melo diferencia-se dessa geração abrindo perspetivas para novas temáticas e por conseguinte enriquecendo o imaginário da literatura portuguesa. Ele fez incursão em quase todos os géneros literários – publicou poesia, crónica, literatura de viagem, antologias, ensaio, crítica literária, mas distinguiu-se sobretudo no romance e no conto. Afirmou-se como escritor de vasto universo ficcional, fundamentado na experiência açoriana, nas vivências do seminário e na guerra colonial como pontos principais. O *andaime* construído por estes temas básicos serviu de partida para a discussão das questões do sofrimento dos humilhados e ofendidos, da solidão, da vulnerabilidade humana, da solidariedade, do humanismo, do amor, da morte, da terra natal como símbolo de uma infância mitificada e perdida, da mulher como arquétipo de mistério e ambivalência entre o bem e o mal. Vêm a seguir as reflexões sobre a questão profissional, a problemática conjugal, o imaginário feminino. A obra dele é espaço de denúncia, acusações e desmitificações com toda a força de uma personalidade que acredita nos sentimentos e nas paixões. São os pontos de referência de que se nutre a escrita de Melo, dotada de extraordinária dimensão elegíaca, rigor e concisão da linguagem.

As reflexões dos temas propostos partem para uma viagem ensimesmada até ao mais profundo íntimo à procura da identidade do indivíduo. Encontrar-se consigo mesmo, sentir-se completo, atingir a "metamorfose espiritual" (Melo: 2006, 283) apresentam-se afinal como uma forma de autocrítica da situação contemporânea, conseguida com muita ironia e conduzindo, em certos sentidos, para a própria diluição da identidade.

A construção da metamorfose é feita no contexto de um universo fantástico na obra de Melo.

A influência estrangeira do realismo fantástico ou mágico projeta-se em numerosos atos inverosímeis sempre acompanhando a viagem para o íntimo, cujo princípio e fim são muitas vezes indistintos. O fantástico na produção literária de Melo conjuga o macabro e o horror, as crenças populares acerca dos vivos e dos mortos, imagens de terror levando à destruição, degeneração e decadência. E tudo isso acrescido por uma sensibilidade apocalítica, por uma imagética dilacerante, exibidas na retórica luxuriante de uma linguagem simbólica e poética, e ao mesmo tempo sarcástica.

Como extremamente interessante do ponto de vista não só da leitura amadora mas também da interpretação literária profissional, afirma-se a intertextualidade, a capacidade de estabelecer níveis de relacionamento com outros textos literários ou textos e fenómenos extra literários da obra de Melo. Essa mesma intertextualidade será tomada como ponto de partida, mais à frente no presente trabalho, na parte do comentário das principais caraterísticas do processo de intitulação das obras do autor.

Dentro do contexto da intertextualidade insere-se também o problema da perceção, interpretação e transposição para o espaço da escrita criativa do problema da fronteira. Nesse sentido, a obra de Melo, com a especial atenção

sobre **O Mar de Madrid**, propõe o debate do limite e da passagem de um espaço ou espaço-língua para outro, do distanciar e diferenciar, da incompatibilidade entre as culturas, da contraposição de universos, até à construção da estranheza linguística e cultural. É neste ponto que a obra de Melo pode ser encaixada na discussão da identidade, os seus modos de afirmação, diferenciação e ao mesmo tempo encontro com o "outro" na zona da passagem de um espaço linguístico cultural para outro, passagem assegurada pela tradução.

2. Abordagem através do título

O texto literário, como o próprio exemplo da obra de João de Melo no contexto das específicas apresentadas até aqui mostra, mantém relações explícitas com o real material, com o real social e histórico, com as ideologias, com os sistemas de crenças e convicções do espaço extratextual.

Como Aguiar e Silva sublinha (2004: 189-192), tanto semântica como pragmática e sintaticamente, o texto literário só pode ser produzido e só pode ser lido e interpretado, porque o contexto e o cotexto são radicalmente indissociáveis, porque funcionam, numa determinada sociedade, porque são sistema sígnico que manifesta e gera a cultura dessa sociedade possibilitando a produção dos textos dessa cultura.

O conjunto das obras de um dado autor, independentemente da relativa autonomia das unidades textuais ou do grau maior ou menor de homogeneidade semântica e formal que manifestam, apresenta determinados carateres temáticos e formais, uma disposição tipológica e outra cronológica que tornam justificável que se fale, a seu respeito, de macro texto.

Fique relembrado que o macro texto se explica pela combinação de elementos temáticos e / ou formais, tendo em consideração que, nesse caso, os exemplos literários constituintes não perdem as suas caraterísticas de identidades textuais autónomas, mas simplesmente funcionam duma maneira informativamente indissociável das restantes entidades textuais, quer dizer que o significado de uma pode pressupor ou modificar o significado de outra.

2.1. O paratexto como chave para racionalizar a leitura

Existem várias maneiras de abordar um texto literário, ou melhor, o conjunto das obras de um dado autor, vistas como um macro texto. O modo imediato de abrir para uma leitura é através da perceção do título. O último define-se por *paratexto* de acordo com a terminologia introduzida por Gérard Genette (1987: 7). Considerado como designação do conjunto de mensagens e sinais, da responsabilidade do autor, do editor ou terceiros, que acompanha materialmente o texto enquanto livro, o paratexto compreende elementos como títulos, prefácios, prolóquios, avisos ao leitor, dedicatórias, epígrafes, notas, etc. São todos esses elementos que acompanham a leitura fazendo com que as condições em que a última se desenvolve se tornem mais próximas das sensibilidades que conceberam a escrita.

2.2. O título como paratexto e o processo da intitulação

Sem dúvida o principal de entre os elementos compreendidos no termo *paratexto* é o título. Ficando fisicamente à frente do texto, o título nomeia o texto, engloba todo o significado ou significados do mesmo, identifica-se com o texto. Mesmo que antecipe o texto, o título funciona antes, durante e depois do texto, tomando em consideração o facto que acompanha todas as fases da leitura. Quanto ao relacionamento com o conteúdo temático, o título representa redução do grande ao pequeno, adensamento, concentração. O último é válido tanto para o autor da obra que inventa o título, como para o leitor que o recebe. É por isso que Krjijanovski (1997: 20-39) define o título como *livro in restricto*, enquanto o livro é considerado *título in extenso*.

Se bem que seja limitado no espaço, o título é o principal responsável pelo direcionamento da leitura. O título é o intermediário entre o autor e o leitor, bem como entre o texto, por si só, e o leitor. A posição do título como antecipador do texto atribui-lhe funções complementares. Sendo colocado antes do texto, o título apresenta o texto e sugere expetativas acerca do mesmo. É nesse caso que o título entra na função de sedutor, cuja tarefa principal é atrair o potencial leitor para que ele efetue o ato da leitura. Numa fase posterior, já dentro da leitura, as expetativas criadas pelo título entram em diálogo com o próprio texto. Desde o princípio até ao fim da leitura, o leitor inevitavelmente regressa ao título, procurando explicação da escolha da intitulação. A interpretação do título

continua também depois da leitura num processo retroativo.

O estudo das funções do título e a sua posição relativamente ao texto, como Protohristova (2003: 253-279) sublinha, hoje em dia continua a ser um vazio de tamanho considerável. Entretanto, é extremamente importante e necessário que o texto ou o macro texto literário seja discutido através da perspetiva deste método, à primeira vista auxiliar, que é a prática da intitulação, sobretudo quando tomado em consideração o facto que junto com o título para a superfície vai toda a realidade paraliterária. Resumidamente, a interpretação literária não se pode privar de prestar atenção ao título que não deixa de representar um elemento significativo do texto literário, contendo uma quantidade considerável de informação em forma extremamente concentrada, informação esta que dialoga com a obra literária, bem como com as orientações estéticas do momento histórico concreto em que a última se insere.

Todo este vasto conteúdo e funções significativas do título explica a necessidade de uma análise aprofundada do processo de intitulação do texto literário. A mesma análise, como será mostrado mais à frente, sempre pode e deve ser estendida ao macro texto da obra completa do autor, a fim de serem sistematizadas e comentadas práticas concretas de intitulação particular.

É uma tarefa nada fácil quando se procede com a consciência de que na zona específica do título se dão encontro dois tipos de códigos: uns literários que produzem e regulam o texto, e outros sociais que condicionam o funcionamento dos textos. Isto não quer dizer que as observações acerca das práticas de intitulação e discussões dos modelos propostos de poética e retórica do título sejam impossíveis. É preciso também não esquecer interpretar o título na perspetiva do seu potencial hermenêutico.

A tentativa de sistematizar toda a multiplicidade dos títulos explica-se pela necessidade de estabelecer orientações dominantes que, por sua vez, sejam capazes de serem analisadas na perspetiva do seu sintomatismo. Por meio dessa análise será possível traçar o caminho da evolução nas práticas de intitulação, indo sempre buscar o caráter das inquietações espirituais ou o estilo dominante em cada época.

De acordo com este critério histórico de análise, as práticas de intitulação mostram uma grande variedade, indo da fórmula informativo-esclarecedora caraterística da antiguidade até à escolha consciente nas orientações pós-clássicas. A afirmação da escolha consciente no processo da intitulação é relacionada com a passagem para o tipo reflexivo de cultura, na qual a adoção de autoconsciência pelo autor, mesmo que esta seja subordinada a um sistema de regras rigorosamente estipuladas, manifesta a própria individualidade. Aqui uma das possibilidades de demonstrar a própria força da vontade é através da escolha do título. O último começa a ser associado cada vez mais às maneiras de estabelecer a pertença da obra literária à autoria do autor concreto. É aqui que a relação entre o título e o conteúdo literário se torna obrigatória, restringindo a possibilidade de intitulações casuais ou alternativas. Isto é, o título começa a funcionar como imagem da obra literária, como equivalência da sua unidade e perfeição. É o momento da instituição dos títulos de autor.

Com a aparição da imprensa dá-se a passagem da perceção do livro como concentrador de conteúdo intelectual para mercadoria. A partir desse momento é que o nome do autor e o título da obra começam a funcionar como marca comercial, começa a ser afirmada a função sedutiva e o marketing literário ao nível das práticas de intitulação.

As novas tarefas atribuídas ao título são cruciais: o título torna-se responsável pela legitimação do texto literário com a obrigação de suscitar o interesse do potencial leitor, de facilitar a receção da obra, de estruturar os pensamentos que se lhe contêm dentro, de assegurar a presença do código no qual a obra deve ser lida e interpretada, afinal do título exigem também que seja reconhecível. Ao mesmo tempo as práticas de intitulação tornam-se cada vez mais individualistas com o aparecimento de muitos títulos auto referenciais.

Tendências que se afirmam a seguir são a invenção de fórmulas de designação que sublinham a autenticidade das narrativas apresentadas, nomeadamente a criação de títulos a partir de *a historia, as memórias, as aventuras, a vida de*. Todos estes aludem para uma pseudo-história ou pseudobiografia. É preciso sublinhar entre as tendências também o movimento progressivo da forma explicativa para a forma abstrata dos títulos, bem como o aparecimento de títulos-dicotomias e a afirmação da extensão mais reduzida e

afinal a forma mais compacta do título.

O período antitradicionalista já na época moderna abre o caminho para a escolha de títulos de funcionamento intertextual. É importante sublinhar que as caraterísticas intertextuais dos títulos pela primeira vez começam a sair fora do próprio terreno da tradição literária. As práticas de intitulação na época moderna muitas vezes são orientadas para temas tradicionais ou mitos literários que, levados para o espaço do título, submetem-se a uma conceptualização completamente nova dentro da obra. Dá-se especial preferência aos títulos-citações, títulos-símbolos, ao uso de metáforas dominantes que servem de centro significativo do texto literário. No período antitradicionalista, como é de esperar, a escolha de autor é fortemente acentuada.

A forma mais caraterística deste procedimento criativo consiste na reconsideração ativa da tradição, introduzida por meio do título e ajudada por manifestações de intertextualidade irónica de diferentes tipos. O caráter intertextual dos títulos-citações sobretudo, forma a consciência da construção de uma noção-expetativa (Protohristova 2003: 276) na perspetiva imaginária do pré-texto que inevitavelmente entra em comparação geradora de sentido com o texto literário. Uma das manifestações mais fortes de intertextualidade na intitulação, caraterística da época moderna, é o título-autocitação, previamente funcional somente na área da poesia e transferido agora para o espaço da prosa. A força da sedutividade deste tipo de títulos-citações e autocitações contém-se sobretudo no seu caráter enigmático.

As práticas de intitulação, sobretudo aquelas atuais, representativas das reflexões pós-modernas, ficam fechadas dentro dos limites da virtuosidade complexa, do jogo intertextual paródico, desenhando novas orientações sintomáticas acerca dos movimentos no pensamento da literatura, do livro e da leitura no contexto de crise na contemporaneidade.

3. O exemplo intitulatório de João de Melo

Muitas das práticas de intitulação anteriormente expostas confirmar-se-ão quanto ao exemplo intitulatório que representa a obra de João de Melo. Isto quer simplesmente dizer que o autor não difere das tendências nas práticas definidas tanto para o contexto moderno de produção literária como para certos fenómenos específicos de outras épocas.

Partindo de **Gente Feliz com Lágrimas**, que aliás é o único romance do autor traduzido para o búlgaro, logo sai à vista a forma compacta do título, assinalada como uma das caraterísticas da época moderna no ponto anterior. O compacto do título, porém entra irremediavelmente em contraste com a narrativa de estrutura complexa e caráter polifónico da obra.

O romance representa verdadeira viagem ao fundo da memória de uma infância dramática (Machado 1996: 307), contando a história de uma família açoriana que pode com sucesso ser interpretada como a história de um povo ou da própria experiência humana. Esta universalidade é alcançada através da transcendência do tempo e do espaço vividos, bem como pela dimensão lírica da linguagem por meio da qual o texto atinge a dimensão estética.

A atração imediata para o espaço controverso da existência humana onde se entrecruzam felicidade e sofrimento, exercida pelo título, conta com uma estrutura nominal oximorónica responsável pela introdução do debate existencial. Mesmo que não seja título da fórmula dicotómica, **Gente Feliz com Lágrimas**, através da função opositiva do oximoro, já condiciona para uma perceção do contraste agudo e doloroso nas vivências relatadas na narrativa.

A tradução búlgara que funciona no respetivo contexto cultural eslavo de há já oito anos atrás, conserva a mesma força opositiva do título na variante **Щастливи хора със сълзи**. Se bem que seja conseguido o momento crucial opositivo, a versão apresenta-se incompleta do ponto de vista do funcionamento em búlgaro do sintagma “com lágrimas”, que para ser completo, precisa inevitavelmente da continuação “nos olhos” – “на очи”.

Conservando mais um bocado a atenção sobre o caso de **Gente Feliz com Lágrimas**, vale a pena assinalar certa retrospetiva na estratégia de intitulação quanto aos subtítulos das partes constituintes do romance. Regista-se uma regressão das caraterísticas de intitulação modernas para um momento passado para o qual eram válidas as estruturas do tipo “livro”, ou melhor “livro de”.

Sendo uma fórmula muito estável caraterística do período do tradicionalismo reflexivo, esta estratégia de intitulação estabelece forte relacionamento com a camada meta literária que se contém dentro do texto literário. Deste ponto de vista, isto é, no que se refere ao conteúdo significativo e o seu relacionamento com circunstâncias meta literárias, merecem ser destacados **Livro Primeiro** e **Livro Quarto** de **Gente Feliz com Lágrimas**, testemunhos pungentes de cenas pateticamente realistas e reveladores de admirável sensibilidade no registo da psicologia feminina, respetivamente.

Semelhantes alusões intitulatórias de fórmulas caraterísticas de outras épocas, diferentes da moderna, manifestam também o romance **A Memória de Ver Matar e Morrer** e os contos **Histórias da Resistência**. Própria do período pré-reflexivo, a construção "história(s) de" sugere imediatamente para a autenticidade do relato. O momento da autonarrativa, do autorrelato, ou em certas ocasiões, como aliás foi exposto, pseudoautobiografia, de **A Memória de Ver Matar e Morrer** insere-se na mesma perspetiva da autenticidade sublinhada. Esta, por sua vez, é uma maneira extremamente funcional no que se refere à atração da atenção do leitor, contando sempre com a sinceridade partilhada.

Ao passo que a possível tradução para o búlgaro de **Histórias da Resistência** (**Истории за съпротивата**) pode ser conseguida sem qualquer sobressalto quase feita à letra, o caso de **A Memória de Ver Matar e Morrer** apresenta uma dificuldade principal relativa à estrutura "ver matar e morrer". Uma possibilidade de resolver tal dificuldade é a aplicação do método da transformação por partes do discurso, trocando a fórmula verbal por uma estrutura incluindo o respetivo particípio passado combinado com dois substantivos. Em resultado poderá ser proposta uma variante em búlgaro do tipo **Спомени за видени убийства и смърт**.

A proposta troca por partes do discurso leva a análise das estratégias de intitulação na obra de João de Melo para a seguinte observação: na sua maioria, os títulos do autor contêm elementos nominativos dando preferência aos nomes comuns em lugar dos próprios. Mesmo assim, **O Homem Suspenso** e **As Manhãs Rosadas** servem como exemplos de exceções nesta linha de conclusões, bem como **Açores, o Segredo das Ilhas** onde é usado um dos únicos dois topónimos[57].

Seja do ponto de vista da tradução, como do da perceção, ao nível da interpretação apresentam curiosidade o particípio passado "suspenso" e o adjetivo "rosadas". Existem várias possibilidades significativas, todas no mesmo campo semântico claro, de transferir o primeiro exemplo para o búlgaro. Umas e outras porém seriam sempre questão de interpretação e perceção sensacional estritamente individual. No caso de "rosadas", por outro lado, surge em búlgaro uma oportunidade interessante de introduzir um particípio presente muito expressivo que dialogará com sucesso com o corpo significativo do texto acentuando o ritmo calmo e progressivo do processo narrativo.

O fantástico, como um dos traços distintivos da obra de João de Melo, vem explicitamente anunciado nos títulos **Autópsia de um Mar de Ruínas**, **Entre Pássaro e Anjo**, **Navegação da Terra**, **O Mar de Madrid** e **A Nuvem no Olhar**. Em todos estes exemplos a atração sobre o leitor é exercida ou por meio do mágico, ou por meio simplesmente do abstrato com a ajuda do metafórico.

Como pode ser feita e quais os resultados duma autópsia de mar, qual o plano fictício em que este está situado, existe ou não e o que é aquilo assemelhado simultaneamente a pássaro e anjo, qual a maneira de navegar na terra, como pode e que espaço é capaz de ocupar um mar na capital espanhola, qual o tamanho e o sentido da nuvem no olhar, são umas das perguntas que surgem logo depois de se deparar com os respetivos títulos. A sua principal tarefa, neste caso e em função com as considerações atribuídas pela análise das práticas modernas de intitulação, é desafiar o potencial leitor para uma leitura no contexto do extremo mágico ou do abstrato.

O problema do fantástico e o processo da sua construção no texto literário surge com toda a força na interpretação de **O Meu Mundo Não È Deste Reino**. Este aliás é o título que se apresenta como um dos momentos mais interessantes da análise. A opção pela modalidade do fantástico parece constituir-se como um desafio aos limites que são normalmente impostos para a leitura do real, procurando indagar um mundo cuja existência estará para além dos limites do possível.

[57] O outro pertence ao título do romance **O Mar de Madrid**.

Quer dizer, o romance afirma-se como uma narrativa que quebra permanentemente os limites do universo considerado como possível. O mundo de construção exclusivamente fantástica do romance é introduzido logo pelo título que é bastante sugestivo e já indicia o caráter estranho e transgressor que atinge todos os níveis da narrativa. Tempo e espaço são estranhados para serem recuperados na sua dimensão mítica.

O eixo central do romance refere outra vez à identidade açoriana como é constituído pela gente das ilhas. Suas misérias, sofrimentos, tradições e superstições são relatados ao longo da narrativa numa linguagem transfiguradora em que se misturam o real concreto e o real imaginário. No entanto, como o próprio autor afirma, o momento fantástico pode ser encarado como enraizado na própria realidade étnico cultural da população açoriana. A retórica luxuriante da acumulação gera no texto e, consequentemente, no leitor que sobrevive à leitura, a sensação de um sistema esgotado, em rutura, em que o caos se instala, caos inicial ou final, uma sociedade esgotada que urge ajudar a consciencializar.

O texto desafia a capacidade sensitiva do homem por consciencializar a desmesura, o terror suscitado, as imagens que anunciam o fim ou ambiguamente o ponto de partida. Ambiguidade essa de um sistema construído à beira do fim ou anunciando já o nascimento de um novo sistema a partir da dissipação do existente. Tal sensibilidade perante o mundo construído é reveladora de uma confiança na renovação, na medida em que o fim parece anunciar o princípio de uma nova era (Gonçalves 2002: 2).

Na sua variante de título-citação, **O Meu Mundo Não È Deste Reino** coloca o leitor perante um cliché clássico do discurso evangélico que atribui a sentença "O Meu Reino não é deste mundo" à figura de Jesus Cristo, quando colocado perante o tribunal romano, segundo vem relatado no Evangelho segundo São João. Ao citar o texto bíblico, João de Melo subverte-o, obrigando o leitor a um esforço de transposição. Opera-se um trocadilho que importa questionar enquanto objeto de intenção significativa.

Os elementos com os quais é conseguido o trocadilho são reino e mundo. O enunciado que Melo constrói porém altera os dados e subverte o texto evangélico, negando um Reino promissor e centrando a atenção não no Reino, mas no mundo concreto. Por outro lado, o trocadilho é gerador de ambiguidade e o leitor poderá ler o enunciado à luz do complemento metafórico se mundo se circunscrever à vivência insular do enunciador e Reino remeter para o mundo exterior a essa vivência, onde a vida parece estar submetida a uma ordem diferente e menos humilhante. Neste sentido, o cruzamento com o texto do Evangelho obriga à construção de uma inferência implícita do discurso.

O mundo da vivência insular é percebido como sub-mundo e o mundo exterior assume proporções desse reino messiânico de que fala o texto bíblico. O leitor fica assim condicionado desde logo para um encontro com um mundo afastado de um universo ideal.

O título é, pois, a primeira indicação de uma subversão através da qual se põe em causa a verdade evangélica. Desde as primeiras páginas do romance que o leitor se sente mergulhado num universo que ora remete para as origens, ora remate para o anúncio dos fins, construindo uma noção esmagadora de que entre princípio e fim não parece haver ou ter havido nada.

A própria construção temporal, onde está ausente uma sequência cadenciada, com constantes avanços e recuos, transpõe o leitor para um tempo em que passado, presente e futuro parecem fazer parte do mesmo retrato onde acontecimentos são lavrados indistintamente, como se nada fosse sujeito a evolução.

Toda esta conceção introduzida pelo título, mesmo pertencente ao grupo dos assim chamados títulos-citações, manifesta outras caraterísticas específicas, como capacidade distorciva.

É necessário sublinhar que a manifestação da intertextualidade irónica por meio do título em **O Meu Mundo Não È Deste Reino** não funciona simplesmente ao nível da citação absoluta, mas mais precisamente funciona ao nível da citação parafraseada, sendo através da paráfrase que se consegue o efeito sarcástico.

A paráfrase, porém, não dificulta a possível tradução do título que se verá

realizada na variante na citação no texto bíblico em búlgaro onde os elementos constituintes somente serão conjugados da maneira oposta à do original que foi proposta pelo autor.

Tenha-se em consideração o facto, entretanto, que na tradução da palavra "reino", mesmo existindo duas variantes significativamente iguais – крал e цар, – mas funcionando em contextos culturais diferentes – um ocidental e outro oriental, – terá de se optar pela variante oriental, sendo essa a funcional não só na tradução búlgara do texto bíblico, mas também na globalidade do contexto cultural na Bulgária.

Um caso extremamente desafiador do ponto de vista da tradução para o búlgaro representa o título dos contos **Bem-Aventuranças**, onde em funcionamento entra a capacidade forte de invenção criativa tão própria das práticas de intitulação modernas.

É neste caso que a tradução conta muito com as capacidades geradoras da língua e especialmente com a riqueza da mundividência e capacidade interpretativa e inventiva do tradutor.

O processo inventivo, analisador e conclusivo resultará na escolha de uma versão do género **Доброкоприключенства**.

4. Níveis de sedutividade dentro das estratégias de intitulação de João de Melo

Já se viu até aqui como a capacidade sedutiva, só por si, é baseada na função intermediária do título, na preparação para a perceção da arte, na proposta prévia de parâmetros valorosos, na retórica manifestada no encadeamento texto-leitor.

Elementos extratextuais que acompanham o processo da sedução pelo título são a fonte, o tamanho e a cor das letras.

Sem dúvida que a capacidade inventiva manifestada logo na abertura do texto literário representa um dos pontos mais fortes de sedução, como é o caso de **Bem-Aventuranças** de João de Melo. A sedutividade no que diz respeito ao título da produção literária vai, porém por mais caminhos diversificados no contexto da obra do autor.

A autenticidade estabelecida por meio de fórmulas como "memorias" ou "histórias" é garantia para proximidade com o leitor no momento da escolha durante o período da pré-leitura e mais tarde no início do próprio ato da leitura.

O abstrato, o fantástico, o mágico e irracional que se contêm nos títulos de Melo são outro nível de sedução que pertence não só ao título enquanto paratexto, mas também ao corpo narrativo dos textos.

É importante destacar também a sedutividade ao nível do léxico, onde à parte da já referida invenção lexical em **Bem-Aventuranças**, vale a pena mencionar a preferência por palavras do campo semântico do mar, sobretudo, e do ar (por meio de **Entre Pássaro e Anjo** e **A Nuvem no Olhar**).

Estes vocábulos parecem responsáveis pela tarefa de levar o leitor para o espaço aberto, deixando-lhe a sensação de liberdade, de possibilidade de livre reflexão e interpretação do mundo em geral.

A intertextualidade introduzida pela citação bíblica, por sua vez, convida para uma nova e diferente leitura deste discurso no contexto da contraditoriedade dos acontecimentos na época pós-moderna.

Resulta que, por muito diferentes linguisticamente que sejam a língua portuguesa e a búlgara, e por muito fortes que sejam as especificidades dos dois contextos culturais, existem possibilidades consideráveis para o sucesso da transferência do conteúdo cultural que os títulos da obra de Melo apresentam.

Mais ainda, é fortemente possível que junto com a dita transferência do conteúdo se faça a assim procurada conservação da sedutividade nas estratégias de intitulação.

5. Considerações finais

Sendo o título, como já vimos, um paratexto e reconhecendo-se à dinâmica paratextual a feição condutora do leitor no seu exercício de leitura entendida como procura de um sentido a atribuir ao texto, é obrigatório que se exerça uma atividade de questionação acerca da seletividade do título.

No caso concreto da produção literária de João de Melo esta seletividade apresenta estratégias relativamente bem definidas e uma preferência específica pela semântica dos vocábulos escolhidos.

A seletividade do título no exemplo literário de Melo é simultaneamente produto e produtora de noções e sensações de limitação e abertura, insularidade, açorianidade.

A identidade açoriana de nascença muitas vezes vê-se reproduzida com a intenção de discutir a questão da insularidade espiritual humana, bem como aquela cultural.

Neste sentido, a obra de João de Melo, como um todo, e os títulos com os quais desafia, em concreto, pode ser considerada como produtora de efeitos óticos de olhar sobre a realidade, efeitos semelhantes aos jogos de espelhos, o prazer pelos quais o leitor é convidado a partilhar.

6. Referências bibliográficas

1. Aguiar e Silva, V.M. (2004) *Teoria e Metodologia Literárias*: Universidade Aberta.
2. Genette, G. (1987) *Seuils*: Paris.
3. Gonçalves, H.M. (2002) *A Construção do Fantástico em* ***O Meu Mundo Não È Deste Reino*** *de João de Melo*, in V Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação, no Departamento de Letras da UTAD, disponível em alfarrabio.di.uminho.pt / vercial / zips / henriqueta01.rtf.
4. Machado, A.M. (1996) *Dicionário de Literatura Portuguesa*: Editorial Presença.
5. Melo, J. de (2006) *O Mar de Madrid*: Publicações Dom Quixote.
6. Кржижановски С. (1997) *"Поетика на заглавието"* in *Език и литература* 5-6, 20-39.
7. Протохристова, К. (2003) *"Практики на озаглавяването в историята на западноевропейската литература"* in Протохристова, К. *Западноевропейска литература. Съпоставителни наблюдения, тезиси, идеи.* Пловдив: Хермес.

11. INEZ GARBUIO PERALTA Faculdade Interlagos – 2003 / 2008.

OS CINCO CASAIS AÇORIANOS DE CUBATÃO, INEZ GARBUIO PERALTA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO – BRASIL

Os colonos açorianos tiveram uma presença marcante no Brasil. Chegaram à Capitania de São Paulo em 1813.

O primeiro grupo composto por cinco casais era originário da ilha de São Miguel e o segundo por vinte casais, veio das ilhas Graciosa e Terceira e aqui chegou em 1815.

Ambos dirigiram-se para Casa Branca. Fortes afirma que esses ilhéus *"...eram muito mais inteligentes e laboriosos do que os filhos do continente"* (FORTES, apud TREVISAN, 1982, p.76).

Tanto o vigário de Casa Branca padre Francisco Godoi Coelho, quanto viajantes que passaram por aquela Freguesia ressaltam as qualidades dos açorianos em oposição aos habitantes daquele sertão. Dadas as dificuldades de derrubarem a mata virgem de perobeiras para poderem plantar, alguns casais pediram para saírem para o Cubatão de Santos (TREVISAN, p. 79)

Como a autorização demorou para ser dada no mês de março de 1816 cinco casais fugiram do distrito. Só após essa fuga é que o Conde de Palma autorizou a mudança. Assim partiram do núcleo de Casa Branca cinco famílias numerosas para povoar Cubatão.

Os chefes das famílias eram: Manuel Antônio Machado, Manuel do Conde Paes, Manuel Espínola Bitancourt, Manuel Correia de Mello e Antônio Raposo. A demora da emissão das Cartas de Sesmarias levou os ilhéus a dirigirem-se diretamente ao Rei pedindo a concessão de meia légua em quadra a cada um dos suplicantes.

Esses laboriosos ilhéus enfrentaram diversas dificuldades e só receberam suas cartas de sesmarias em 1819. Tentaram, colonos a cultura do trigo e do linho, mas sem obter bons resultados. Tiveram melhor sorte com a plantação de café, arroz, cana, mandioca. Entretanto não conseguiram mais que agricultura de subsistência (PERALTA, 1971, p.32).

Vamos encontrar vinte anos mais tarde as sesmarias desses ilhéus abandonadas conforme informação encaminhada ao Presidente da Província de São Paulo.

1 – A CAMINHO DO DESTINO: OBSTÁCULOS

Os colonos egressos das ilhas dos Açores, que se dirigiram para a capitania de São Paulo, tiveram uma trajetória bastante acidentada até chegarem finalmente em suas sesmarias. Os colonos açorianos encaminhados para a capitania de São Paulo viviam desde 1813 no núcleo de colonização, criado por ordem do governo real de D. João em Casa Branca.

Dessa Freguesia saíram cinco famílias para irem para Curitiba, contudo decidiram ficar em Cubatão – Santos. No núcleo de Casa Branca as famílias deveriam receber terras para cultivar, casa, ferramentas agrícolas e certa quantia em dinheiro para se manterem enquanto as terras não produzissem.

O rol dos benefícios que os ilhéus deveriam receber consta das Instruções assinadas pelo Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros Daniel Pedro Müller e estão anexadas a Portaria ao senhor Anselmo de Oliveira Leite, Diretor dos Ilhéus da Povoação de Casa Branca, datada de 7 de fevereiro de 1816, do conde de Palma – Governador e Capitão General de São Paulo.

Nessa portaria Francisco de Assis Mascarenhas afirma que os ilhéus devem conhecer e cumprir suas obrigações e que o Diretor cuide para que não falte aos mesmos socorro algum que lhes tenha sido prometido no Real nome.

As doze instruções do Tenente-coronel Daniel Pedro Müller, englobam todos os benefícios oferecidos aos ilhéus. Na 1ª consta que cada casal deverá receber

> *" 600 braças em quadra pelo menos contanto porém, que cada porção seja habitável, reunindo as propriedades de água, mato de cultura e campo de pastagem..."* (D.I., 1967, v. 90: 24).

A segunda Instrução manda que o Diretor

> *"... nos lugares mais próprios para as moradas ... faça levantar uma casa de palha de 40 palmos de frente e 30 de fundo ..."* (D.I., 1967, v.90: 24).

A instrução quinta ordena:

> *" O Diretor fará a compra do gado e ferramentas, constante da Relação Junta, e mandará igualmente completar os Arados necessários, e fará enfim as distribuições competentes, procurando que tudo seja a contento dos Ilhéus."* (D.I., 1967, v.90:24).

A 7ª instrução afirma:

> *" Receberá cada cabeça de casal cem réis por dia e além disso mais 40 réis para cada filho entrando neste grau, por seis vezes as famílias dos Ilhéus Manuel Rapozo, Antônio Raposo e José da Costa"*. (D.I., 1967, v.90:24).

A oitava instrução isenta os filhos destes colonos de

> *"... Recrutas de Tropas de Licença e Milícias, cuida dos serviços das Ordenanças exigindo-se deles unicamente aplicação a agricultura; e o bem de seus interesses."* (D.I., 1967, v.90:25).

Permeia tanto a Portaria ao Diretor dos Ilhéus de Casa Branca, como as instruções do Tenente-coronel Daniel Pedro Müller conselhos e orientações que devem ser dadas aos Ilhéus para que não saiam da povoação sem licença, trabalhem, não se entreguem ao ócio e sejam morigerados, pois resultará

> *"... da conduta contrária o ressentimento do nosso Ilmo. e Exmo. Sr. General que com toda justiça procederá aos castigos de que se fazem dignos os vassalos de S.A.R. inúteis pela sua preguiça e devassidão."* (D.I, 1967, v. 90: 25).

Contudo, as instruções não foram cumpridas com a rapidez que os açorianos desejavam e ainda dada as dificuldades em derrubarem as árvores de "perobas" para poderem plantar, alguns casais, no mês de março de 1816 fugiram do distrito de Casa Branca.

Diante do fato, o Presidente da Capitania de São Paulo, D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, aceitou a proposta de Daniel Pedro Müller acolhendo os casais açorianos que desejavam sair de Casa Branca.

Na verdade não havia mais condições de alguns casais permanecerem em Casa Branca, após a fuga de cinco deles do distrito para irem à Corte exporem sua situação conforme informou o tenente-coronel Daniel Pedro Müller, ao Conde de Palma em 10 de abril de 1816.

Esses ilhéus, irredutíveis em seu propósito de mudar de local, estavam

> *"... amparados nas determinações de D. João, de 22 de janeiro de 1816, que lhes facultava escolher as terras que desejavam para seu estabelecimento."* (Trevisan, 1982:96).

Alguns dias depois, em 20 de abril, o Presidente da Província assina uma portaria ordenando que se preste auxílio a alguns casais de ilhéus. O teor da Portaria é o seguinte:

> *" Por ser conveniente que se mudem para a vila de Coritiba os Casais de Ilhéus, que estão na freguesia de Casa Branca, cujas cabeças são* ***Manuel Antônio Machado, Antônio Rapozo, Manuel do Conde e Manuel Espínola Bitencurt*** *e sendo do meu agrado e consideração que isso se faça da melhor maneira possível espero que as autoridades civis e militares, a quem esta for apresentada lhe prestem o necessário auxílio para o seu transporte até esta cidade. São Paulo, 20 de abril de 1816. Com a Rubrica de S. Exa."*. (D.I., 1967, v.90:30).

Embora os açorianos reiterassem os pedidos de doação de sesmarias e as reclamações de promessas não cumpridas, eles eram bem quistos e respeitados em Casa Branca.

Conforme informação do capelão da Freguesia de Casa Branca, padre Francisco Godoy Coelho, em Ofício ao Governador da Capitania de São Paulo, Conde de Palma, os ilhéus eram bem recebidos e aceitos pela população local que os admirava.

Escreve o dito Padre Francisco em 20 de fevereiro de 1816:

> *O povo deste sertão, me pede rogue a V. Exa. o seu valimento e patrocínio a fim de que sejam conservados estes ilhéus, nesta terra tão fértil e abundante em razão de se aproveitarem e aprenderem as manufaturas e plantações do linho, vides e mais serviços que desejam aprender, e todos mui contentes ficaríamos com o estabelecimento deles nesta terra ao menos por 4 anos, e neste tempo ficariam os povos com alguma tintura daqueles benefícios e plantações de suas fábricas. Igualmente este sertão não ficaria desacreditado. Sim convidaria para o futuro maior número de ilhéus para se tornarem essas povoações felizes e industriosas e todo este aumento do Estado.* (D.I. Caixa 14, ordem 241).

Os ilhéus de Casa Branca deram um novo alento à Freguesia. Em Casa Branca "... *as filhas dos ilhéus deixaram fama de grande beleza".* (Trevisan, 1982:76). Contudo, na opinião de algumas autoridades como o Conde de Palma os ilhéus *" eram invejosos e vadios, sem préstimo algum, chegando mesmo a vender o gado e ferramentas para alimento de seus vícios..."* (Trevisan, 1982:89).

Tal opinião é compartilhada pelo capelão de Casa Branca que na parte inicial da Carta de 1816, enviada ao Conde de Palma faz afirmações desabonadoras de alguns ilhéus. Diz o referido padre que as grosserias dos ilhéus têm na verdade servido de sacrifício à sua paciência.

O padre afirma que "*não tem descuidado em instruí-los para que sejam bons cristãos e bons vassalos, lembrando-os das obrigações que lhe são anexas como a fidelidade, o amor, a obediência ao soberano e a subordinação aos seus chefes e governadores*. " E ainda que " *não pode ser bom cristão quem não for bom vassalo*".

Diz o padre que tentou persuadi-los de se contentarem com o benefício que receberam do Regente e ainda que não desgostassem de S. A. com " *seus orgulhosos procedimentos*." O padre conclui a missiva desiludido. "*Nada Sr. Exmo., nada faria àqueles duros corações*"

Apenas quatro casais ficaram muito satisfeitos e contentes. São eles José D'Ávila Netto, Jozé das Rozas, José da Costa e Francisco Cardoso.

> "Os *demais, cujo cabeça é o ilhéu Mel. Espíndola Bitencourt, dizem que querem ir povoar Santa Cruz, ou Cantagalo, por ser perto do Reino, e decisivamente dizem que daqui nada querem*."

Uma série de desencontros, erros cometidos, enganos, injustiças sofridas e promessas não cumpridas levou os ilhéus a se mudarem de Casa Branca. Os casais, com suas famílias, cerca de 26 pessoas foram acompanhados pelo Coronel Engenheiro João da Costa Ferreira para uma nova localidade que lhes agradasse; e temendo fazer nova viagem por mar e *"... tendo eles visto alguns terrenos junto ao povoado de Cubatão, manifestaram-se interessados em formar ali suas culturas."* (Trevisan, 1982:94).

Os terrenos escolhidos pelos ilhéus, orientados por Daniel Pedro Müller, estavam desocupados e parte das terras, cobertas por mata virgem, haviam sido dos jesuítas até 1759, quando estes foram expulsos. Eram ainda terras devolutas e pertenciam à Fazenda Real.

O Coronel Engenheiro João da Costa Ferreira, que acompanhara os ilhéus até Cubatão, ao dar conta de sua missão *"... e para maior esclarecimento, desenhou um mapa topográfico assinalando as passagens pretendidas."* (Trevisan, 1982:94). O Conde de Palma, ao apresentar à Junta Real da Fazenda o projeto do estabelecimento dos casais de ilhéus nas terras da Fazenda do Cubatão afirma que aquelas terras pertenciam à Coroa.

Diz o referido Conde em 05 / 07 / 1816,

> *" De mais as terras que se pedem não tem benefício algum, são terras brutas sem cultura; a Fazenda Real nenhum interesse tem tirado delas até agora, os terrenos pedidos não obstam a pastagem dos animais que conduzem os gêneros do nosso comércio para Santos, antes o aumento de população naquele ponto é de suma utilidade para o mesmo comércio por muitas, e mais claras razões, que a todos são bem manifestas."* (Trevisan, 1982:95).

Ainda em 1816, por ordem do Conde Palma

> *" Foram construídas as casas nos respectivos terrenos, para os colonos residirem... e pagas pela Fazenda Real, ao preço de 82$800."* (Trevisan, 1982:95).

Esses colonos formavam um grupo significativo composto pelas seguintes famílias **Manuel Antônio Machado**, casado com Domingas da Conceição com os filhos Manuel e Maria; **Manuel do Conde Paes**, casado com Joana Francisca da Conceição com os filhos Manuel, Mateus, Maria, Rosa, Joaquina e Teodora; **Manuel Espínola de Bitencourt**, casado com Maria Antônia de Jesus com os filhos Antônio, Francisco, José, Maria, Rosa e Ana; **Manuel Correa de Melo**, casado com Maria Josefa e com os filhos Manuel, Domingos, Maria, Mariana e Francisca e **Antônio Raposo** conhecido também como Manuel Raposo por engano do escrivão que registrou sua carta de sesmaria com o nome de Manuel ao invés de Antônio. Antônio raposo era casado com Ana Maria e tinha quatro filhos: Manuel, Maria, João e José.

Como o tempo passava e o Conde de Palma não deferia os inúmeros requerimentos dos ilhéus pedindo suas cartas de sesmarias estes dirigiram-se em 1817 ao Rei pedindo a Concessão de meia légua em quadra para cada um dos suplicantes. Alegavam, Manuel Antônio Machado e outros que já tinham feito "algumas feitorias e plantações para sustento de suas famílias", mas precisavam dos títulos

> *"... cada um saber até que limite chega a sua posse e domínio, e até onde podem trabalhar, pois que, não terem os suplicantes títulos, estão sofrendo vexames e prejuízos de uns homens que andam cortando madeiras nas terras onde os suplicantes residem, com o que tem arruinado*

suas plantações, dizendo eles que as madeiras são para o serviço de S. Majestade" ...

" e não obstante terem os suplicantes requerido ao Exmo. Conde General para que lhes mande passar os seus títulos ou Cartas de Sesmaria, nunca foram deferidos, motivos estes por que alguns dos suplicantes empreenderam vir pessoalmente por si e por todos prostrar-se aos augustos pés de V. Majestade, a fim de que lhes faça a graça de mandar passar Carta de Sesmaria de meia légua, em quadra, a cada um dos suplicantes, para não só ficarem com seus títulos, como para saberem o que lhes pertencem e aos seus filhos para não terem embaraços e dúvidas para o futuro com outros sesmeiros..." (Costa e Silva Sobrinho 1957:128-131)

A resposta do Rei foi a ordenação ao Conde de Palma para conceder as cartas de sesmaria aos ilhéus nos sítios em que tivessem suas plantações e a imediata expedição dos respectivos títulos.

O governador e capitão general de São Paulo justificando a demora na concessão das sesmarias e revelando seu desagrado a proteção real dada aos ilhéus e ainda irritado com a atitude de independência e altivez dos açorianos envia um Ofício ao Rei em 15 / 11 / 1817 fazendo-o ponderar que:

"A Fazenda do Cubatão é cortada de um largo Rio, que precisa de Ponte, ou de Barca para se passar, e então é obrigada a dar de um dos lados dele terreno para pastos das tropas de quase toda a capitania, que ali vão embarcar os gêneros do Comercio para a Vila de Santos, e pagar os direitos de passagem: o que fica da Fazenda não é tanto, que sem maior detrimento da mesma Fazenda se possa conceder a cada um dos Suplicantes o determinado terreno mas somente aquele cuja posse lhes for concedida, com bastante conhecimento de causa: porém pela Junta da Fazenda se lhes passarão os títulos de domínio absoluto na forma que requerem logo que S. Majestade assim o determine ampliando a primeira ordem." (Trevisan, 1982:97).

Como podemos notar, o Conde de Palma chama atenção do Rei para as dificuldades do terreno para a concessão dos títulos de posse aos sesmeiros. A situação dos ilhéus de Cubatão não se encaminhava para uma solução satisfatória. Eles queriam suas cartas de concessão pois o título era a garantia da posse das terras.

Um novo fato provocou a irritação do Rei com relação a esses colonos. O fato se deu pela associação do nome de Miguel Espínola Bitencourt de Curitiba com o de Manuel Espínola Bitencourt de Cubatão. Este e os demais, já acomodados no Cubatão queriam apenas seus títulos definitivos de posse e aumento de pensões enquanto aquele e os demais de Curitiba que ainda não haviam-se estabelecido queriam ir para a capitania de São Pedro. A associação dos nomes provocou a confusão e fez com que o Rei acreditasse que todos queriam se mudar novamente. Tal acontecimento resultou num Ofício agressivo da Corte encaminhado ao triunvirato que governava interinamente São Paulo, uma vez que o Conde de Palma assumira o governo da Bahia em 19 de novembro de 1817.

O Ofício enviado por Thomas Antônio de Villa-nova Portugal à Junta Governativa de São Paulo, em 02 / 06 / 1818 revela uma grande irritação para com os ilhéus.

" Illmo. e Exmos. Srs. Foram presentes a El Rey Nosso senhor os Ofícios números 26 e 27 de 15 de novembro do ano passado, que o Conde de Palma me dirigiu, sendo Governador e Capitão General desta Capitania, relativamente à mudança de terreno e prorrogação da Pensão por mais dois anos com o aumento de três vinténs diários, que requererão Miguel Espínola Bitencourt, Manoel Antonio Machado e outros colonos vindos das Ilhas dos açores: E verificando-se na Augusta Presença do mesmo Senhor pelos referidos Ofícios, e pelo que também expôs o Intendente Geral da Polícia sobre estas pertenções, que os suplicantes não têm correspondido com os fins para que foram mandados vir das Ilhas, e se colocaram nessa Capitania a custa de grandes despesas, que com eles se tem feito, pois que entregando-se à ociosidade, não tem cuidado da Lavoura das Terras, que lhes foram concedidas e inutilizarão as sementes, os auxílios de gados, e até venderão os Instrumentos aratórios que se lhe distribuirão: tendo também, por condescendência do sobredito Conde Governador, e com despesa dele, sido mudados da primeira sesmaria, que

tiveram na Freguesia de Casa Branca, que pela sua situação na Estrada Geral dessa capitania para Minas e Goyazes, e pela fertilidade do seu terreno lhe poderia ser mais vantajosa, se quisessem trabalhar; e não se contentando ainda com as que atualmente tem na Fazenda e Terras do Cubatão de Santos, que foram dos extintos Jesuítas, e na de Santa Anna, que lhes podem também ser mui proveitosas até pela proximidade dessa Cidade e daquela Villa, mostram bem que a nova pertenção da mudança do Terreno nasce do gênio volúvel deles, e a da prorrogação da Pensão tem por fim contarem com hum meio para poderem continuar na ociosidade, e fazerem independente do trabalho a sua subsistência: Não se dignou sua Majestade Deferir-lhes, e Revogando as ordens expedidas por Aviso de 21 de outubro do ano dito passado a favor dos suplicantes, é servido que eles se conservem aonde ultimamente se estabelecerão, que esse Governo lhes dê os seus Títulos gratuitamente, e lhes ponha um Inspetor que os faça conter na ordem, sujeição e trabalho das suas Lavouras; e quando assim o não pratiquem, larguem as Terras e vão para onde quiserem, com tanto que não emigrem fora deste Reino. O que participo a V. Exa. e Mces. para assim o tenham entendido, e façam executar.

Deos Guarde a V. Exa. e Mces. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de junho de 1818. – Thomaz Antônio de Villa-nova Portugal – Sr. Bispo e mais Governadores Interinos de São Paulo

A demarcação oficial dos limites dos terrenos de cada família só foi feita em 1820. Embora esses açorianos tenham recebido as Cartas de Sesmaria em 1819 (07 / 01), tomaram posse interinamente das mesmas, sem domínio, em 1816. (Ata da Junta da Real Fazenda, São Paulo, 5 de julho de 1816).

Manuel Antônio Machado recebeu 400 braças de terra, cujo início era no cruzamento do caminho da serra com a estrada de Cubatão e chegava até o morro que ficava à margem da mesma estrada. Divisavam suas terras ao norte com a estrada de Cubatão; ao sul, com o citado morro que ia até o rio; a leste com as escarpas desse morro que deitavam para oeste, com a picada que ia de norte a sul, isto é, da encruzilhada até o rio Cubatão.

Manuel do Conde Paes recebeu 46 braças de frente, com o início junto à povoação de Cubatão rio abaixo; iam até a foz do riacho Cafezal. Divisavam a leste, com o mesmo riacho até a forquilha; ao norte com o braço da forquilha, que corria para oeste; ao sul com o rio Cubatão e a oeste com os morros que iam dar no rio Cubatão. Embora menor que as outras sua gleba possuía a vantagem de ter casa próxima à povoação. Possuía outra mais distante mas logo abandonada.

Manuel Espínola Bittencourt recebeu terras com 190 braças de frente, iniciando junto ao riacho Cafezal, indo até a foz do Perequê. Limitava-se ao leste com o rio Perequê; ao norte com a Serra Geral; ao sul com o rio Cubatão; a oeste com o riacho Cafezal, seguindo até as terras de Manuel Conde.

Antônio (Manuel) Raposo recebeu 400 braças. A picada aberta para delimitar as terras de Manuel Espínola servia para extremar as de Antônio Raposo, em direção oeste. Como não podia fazer frente pra o rio Cubatão, devido aos charcos ali existentes, fora colocado no Perequê um marco para divisório. Deste marco saia uma linha reta de 400 braças, no fim das quais saía outra, da Serra Geral até a beira do rio Cubatão.

Manuel Correa ficou com 400 braças frente ao rio Cubatão acima do povoado contada a partir da região chamada "Cortumes", em direção rio abaixo: do extremo dessa linha seguiam duas outras rumo norte e sul que chegavam até os contrafortes da serra.

Em todos os pontos demarcados foram colocados marcos pela Fazenda Real (Costa e Silva, 1957:134-135).

No mapa em anexo (p. 10), de 1852, encontram-se assinalados os nomes dos sesmeiros e o local dos respetivos sítios. Esperavam os ilhéus receber ajuda para sobreviverem até que as terras começassem a produzir. Contudo a ajuda oferecida pelo governo não chegou. Os colonos não tiveram auxílio para vencer as dificuldades. Tentaram a cultura de trigo e linho mas não conseguiram ter sucesso. Plantaram café, arroz, cana-de-açúcar, mandioca *"... e as árvores de espinho com sucesso. Pois estas se desenvolveram vigorosamente e com melhores resultados.*

Dois dos produtos cultivados pelos ilhéus estavam em alta nessa época, o café que na primeira metade do século XIX, estava se desenvolvendo bem no Brasil, e o açúcar produzido no quadrilátero açucareiro que já ultrapassava 400 arrobas anuais. Em 1826 passou pela Barreira do Cubatão de Santos 154.166 arrobas de açúcar e 8.831 arrobas de café; em 1828 foram 489.650 arrobas de açúcar e 22.640 de café. (Peralta, 1971:68).

Em 1833 graças ao movimento comercial, entre outras razões, bem como a produção agrícola local Cubatão foi elevado a município. (Peralta, 1973: 71). Contudo o município não chegou a ser instalado. A povoação de Cubatão foi em 1841 incorporada à cidade de Santos.

2 – A POSSE DAS TERRAS: DIFICULDADES SUPERADAS

Cubatão, a povoação para qual dirigiram-se cinco casais, - os chamados cinco manuéis na primeira metade do século XIX, era um pequeno povoado. Sua população vivia da venda de fumo e de aguardente, além de explorar a navegação das barcas. O porto de Cubatão contudo era bastante movimentado. Localizado no continente recebia e / ou remetia para Santos, os produtos do exterior e ou do interior de São Paulo.

> *A população de Cubatão em 1813 era de aproximadamente 100 pessoas, num total de vinte e três (23) famílias, das quais onze vivia do comércio* (Peralta, 1971:31).

Os viajantes que ali estiveram, no século XIX, atestam o movimento do porto. Gustavo Beyer que passou por Cubatão em 1813 afirma que presenciara no local *"…uma centena de mulas para serem arreadas e carregadas com as mercadorias que em canoas chegavam de Santos."* (Peralta, 1971:31).

Beyer afirma ainda *que " Defronte da casa do guarda, (havia um) grande espaço plano, cujos lados são ocupados por armazéns e outras casas..."* (Beyer, 1908:24). O posto alfandegário de Cubatão centralizava a vida da população local. Havia no povoado ranchos para tropeiros e estalagem de pedra. (Peralta, 1973: 23)

Hercules Florence, ao passar por Cubatão em 1825 afirmou encontrar-se ali um ponto de comércio bastante desenvolvido.

Diz o referido viajante:

> *"Via diariamente chegar três a quatro tropas de animais e outras tantas partiam. Cada tropa compõe-se de 40 e 80 bestas de carga ... As tropas, ao descerem de São Paulo vem carregadas de açúcar bruto, toucinho e aguardente de cana e voltavam levando sal, vinhos portugueses, fardos de mercadorias, vidros, ferragens, etc..."* (Florence, s / d)

Um outro viajante, Daniel Parish Kidder escreveu em 1839

> *"os animais descem a serra carregados de açúcar e outros produtos agrícolas, trazendo em sua volta, sal, farinha e toda a espécie de artigos importados..." (*Kidder, 1940:168).

Cubatão, portanto, não era à chegada dos casais açorianos uma região de intensa prática agrícola. A tônica dos viajantes é sempre colocada na atividade comercial.

Em 1825 / 26 passava pelo posto alfandegário do Cubatão de Santos de 500 às 550.000 arrobas de açúcar por ano. (Peralta, 1973: 23).
Florence,

> *"presenciando a atividade de Cubatão afirma que conheceu quanto é frequentado, embora fosse um núcleo de 20 e 30 casas mal construídas."* Conclui o autor *"... é o entreposto entre São Paulo e Santos"* (Florence s / d).

Em 1825, existiam no Cubatão Geral de Santos, os seguintes prédios: 08 no cais novo (todos de paisano); 11 na Praça (1 de Sargento mor, 2 de pardos, 1 de alferes, 7 de paisanos); 8 em frente da estrada (4 de paisanos, 1 de capitão mor, 2 de pretos forros, 1 de alferes); 1 no rio da Pedra - pertencente a paisanos; 05 no Rio Aborino (SIC) (1 de preto forro, 1 de capitão, 2 de paisanos, 1 de preto);

4 áreas pertencentes a paisanos; 1 além do Rio pertencente a um preto. = 38 (Peralta, 1973:24)

É ainda de H. Florence a informação que o clima não era e nunca seria totalmente salubre e que a região poderia tornar-se muito comercial. Nesse entreposto comercial foram viver os cinco casais açorianos em 1816. Os ilhéus logo começaram a fazer benfeitorias em suas terras e iniciar as plantações. Desses colonos os que melhor proveito tiraram foram Manuel Antônio Machado e Manuel Espínola Bitencourt.

Wendel afirma em seu texto Caminhos Antigos nas Terras de Santos que:

> *" O engenho velho e o aqueduto de alvenaria com 200 metros de comprimento de Manuel Machado, cujas terras começavam nas proximidades do Cruzeiro atual, são ruínas históricas de Cubatão"* (Wendel, 1966: 219)

Manuel Espínola Bitencourt, colono açoriano, sesmeiro de Cubatão, descendente da família Espínola de Gênova emigrados para os Açores...era em 1830, um dos três homens mais ricos do Cubatão.

No recenseamento de 1836, quando trata de Cubatão, aparece Manuel Espínola com 77 anos de idade, branco, livre, naturalizado, casado, agricultor com sítio próprio e com 600$000 de renda. E ainda que vive de sua lavoura e colhe 400 alqueires de arroz.

Apenas duas pessoas possuíam renda igual a de Espínola. O sargento reformado João Vicente Pereira Rangel, empregado na Barreira e José Joaquim da Luz sargento-mor, inspetor das obras da estrada (Costa e Silva Sobrinho 1957:136).

Com certeza esses colonos passaram por dificuldades de várias origens. As terras de Manuel Espínola Bitencourt foram em 1837, vinte anos depois de ele ali residir, invadidas por posseiros obrigando seu proprietário a requerer nova demarcação de sua sesmaria. Em 25 de novembro de 1837 foram colocados marcos de pedra nas divisas da sesmaria de Espínola,

> *"... Gravados com uma cruz baseada em duas hastes formando um delta; seu desenho encontra-se nos autos da referida demarcação."* (Trevisan, 1982:102)

No ano seguinte o Presidente da Província de São Paulo manda proceder a uma inspeção nas terras pertencentes aos açorianos de Cubatão. Em 28 de fevereiro de 1838, o capitão José Marcelino do Amaral, cumprindo a Portaria de 09 de fevereiro do mesmo ano, do presidente da Província de São Paulo, Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, que o mandava ir a Cubatão para *" fazer os exames necessários nas terras e matas que foram conferidas aos colonos vindos da ilha dos Açores "* dá a seguinte informação:

> *"... Os colonos Manoel Antônio, Manoel de Espíndola Bitencourt, edificaram casas, n' elas estão residindo e tem cultivado os terrenos em partes, mas não com arado; Manoel Correa existe com vida, mas não tem cultivado as terras que lhes foram dadas, por isso que se acha em abandono; Manoel do Conde tendo-se ausentado muitos anos, os terrenos que lhes foi dado achando-se portanto em abandono, chama-se a posse delas, Antônio José Machado, filho do dito Espíndola sem que tenha título algum; Manoel Raposo tendo-se também ausentado a anos e achando-se as terras em abandono, chama-se a posse delas, José de Sigra. (Siqueira?), genro do sobredito Espindola igualmente sem título algum."*

Após descrever a situação produtiva das sesmarias de alguns colonos açorianos de Cubatão mais de vinte anos após a ocupação das terras, o representante do Presidente da Província de São Paulo informa sobre as condições das matas (paus) da região, uma das preocupações das autoridades, no século XIX.

Diz o referido autor do Ofício

> *" Quanto aos paus Reais de construção... Tendo corrido as matas pertencentes aos mencionados colonos, toda ela... (donde se acha inteiramente desfalcada se deduz) que*

...

Eles não têm respeitado a proibição de cortarem os ditos paus. O Ofício vem datado de Cubatão 28 de fevereiro de 1838, endereçado ao Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto.

Os Espínola e os Machado, ambos da ilha Graciosa continuaram em Cubatão. Manuel Espínola faleceu de idade bastante avançada em seu velho casarão no sítio em 10 de abril de 1845. Tinha-se casado duas vezes. A primeira com Catarina de Santo Antônio e a segunda com Maria Antônia de Jesus. Esta faleceu um mês após a morte de seu esposo.

Os sucessores de Manuel Espínola venderam o sítio para o alferes Francisco Martins Bonilha, no mesmo ano de 1845. A descrição da propriedade revela o que nela existia.

Diz o contrato

" a parte que a cada um tocar no sítio e terras da finada Maria Antônia de Jesus (viúva de Manoel Espínola), avó deles, o qual é denominado Cafezal, situado no Cubatão, com casas de morada, terras lavradias e pastos de aluguel, cujo sítio tem as divisas que constam da carta de data ou sesmaria concedida a seu finado avô Manuel Espínola Bitencourt, como colono do Brasil por el Rei D. João VI..." (Costa e Silva Sobrinho, 1957:136).

Manuel Antônio Machado que viera para o Brasil em 1814, com 25 anos era casado com Domingas de 20 anos, ambos naturais da ilha Graciosa. Possuíam apenas um filho Manuel Antonio Machado Júnior com 5 anos, natural da ilha Terceira; no Brasil tiveram nove filhos.

O primogênito Manuel Antonio Machado Júnior, morador de Cubatão,

" arrematou em praça pública desta cidade, no dia 9 de julho de 1856 um sítio e terras citas no lugar denominado Casqueiro, na Estrada que segue para São Paulo..." (Costa e Silva Sobrinho, 1957:127)

A agricultura iniciada pelos açorianos nos primórdios do século XIX será um suporte econômico de Cubatão quando este perde sua função alfandegária com a extinção da Barreira em 1866, devido a construção da ferrovia que desloca o comércio do povoado de Cubatão.

Até à extinção da Barreira Fiscal com seu rancho grande onde os tropeiros descarregavam seus animais e pagavam as tachas manteve-se o comércio e o movimento da povoação de Cubatão.

Com a implantação da ferrovia em 1867 o povoado vai pouco a pouco decaindo. Os sítios e as pequenas fazendas, cuja produção, composta de bananas, tangerinas, canas, pinga e rapadura era negociada com os tropeiros de passagem para Santos ou para o Planalto foram, aos poucos, decaindo e desaparecendo.

Os herdeiros do sesmeiro Manuel Antonio Machado passaram a residir em Santos e até nossos dias encontramos naquela cidade descendentes deste açoriano

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Beyer, Gustavo (1908) Ligeiras Notas de Viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a Ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada. Rev. do IHG. São Paulo, vol. XII, Tip. do Diário Oficial, São Paulo.

Costa e Silva Sobrinho, José da (1957) Romagem pela terra dos Andradas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Florence, Hercules (s / data) Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829. São Paulo: Melhoramentos.

Kidder, Daniel P. (1940) Reminiscência de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo) São Paulo: Martins.

Peralta, Inez G. (1973) O caminho do mar – subsídios para a história de Cubatão. S.P.: Prefeitura Municipal de Cubatão.

Peralta, Inez G. (1971) O caminho do mar como fator de localização, progresso e decadência de Cubatão – subsídios para a história de São Paulo, Dissertação de Mestrado. USP-FFLCH São Paulo.

São Paulo - Secretaria de Educação – Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (1967) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios e Bandos do capitão general Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, aos funcionários da capitania no período de 1814 à 1817. vol. 90. São Paulo.

São Paulo - Divisão de Arquivo do Estado. Ofício do Conde de Palma à Junta da Real Fazenda. São Paulo, 28 de junho de 1816. Ms. Inéditos. Caixa 15, ordem 242.

São Paulo – Divisão de Arquivo do Estado. Ofício do sargento-mor José Garcia ao governador da capitania – Engenho da Graça (Casa Branca) 8 de julho de 1819. Ms. Inéd. Caixa 87, ordem 333.

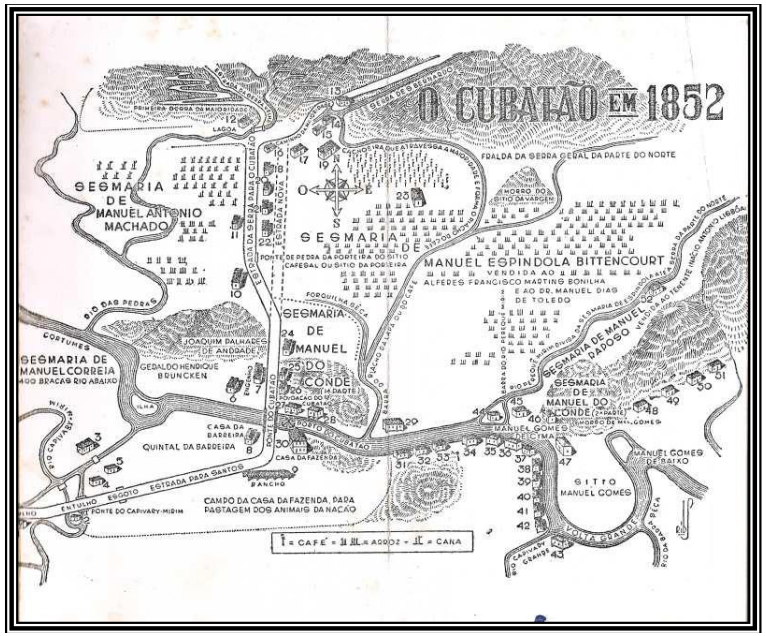
São Paulo – Divisão de Arquivo do Estado. Carta de Francisco Godoy Coelho, capelão de Casa Branca ao conde general Francisco de Assis Mascarenhas de 20 de fevereiro de 1816. Caixa 14, ordem 241.

São Paulo – Divisão de Arquivo do Estado. Maços de população de Santos (1830) Ms. Inéd. Microfilme 176.

São Paulo – Departamento do Arquivo do Estado. (1838) Ofício do capitão José Marcelino do Amaral ao brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Presidente da Província. Cubatão, 28 de fevereiro de 1838.

Trevisan, Amélia F. (1982) Casa Branca a povoação de ilhéus. São Paulo: Edições Arquivo do Estado. (Coleção Monografias 4).

Wendel, Guilherme (1966) Caminhos Antigos na Serra de Santos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Santos vol. 2.



MAPA DE CUBATÃO – SÃO PAULO EM 1852 (COSTA E SILVA SOBRINHO, 1957:137)

12. CONDESSA, I, Universidade dos Açores – Departamento de Ciências da Educação e

13. CASTANHO, G. Universidade dos Açores – Departamento de Ciências da Educação

"A CRIANÇA E A CULTURA REGIONAL AÇORIANA: CONTRIBUTOS DE UM OLHAR SOBRE O BRINCAR",

Com a presente comunicação pretendemos divulgar o *Projeto de Investigação, Recolha e Análise de Tradições Açorianas: da Cultura do Brincar (*P.I.R.A.T.A. - C.B.), propósito que nos convida a recuar no tempo, a fazer uma pausa no uso das tecnologias educativas, e a descobrir a magia daquilo que de mais genuíno herdámos dos nossos antepassados – o brincar, o expressar e o aprender através do recurso a jogos, a rodas cantadas e a lengalengas, que são parte integrante da nossa memória da infância.

Neste estudo, ainda numa fase inicial, pretendemos conhecer a Cultura Infantil na Região Autónoma dos Açores, partindo da dupla suposição de que:

1. *Nestas brincadeiras encontramos a raiz social das atividades que, no arquipélago e na diáspora, possibilitaram a construção de uma "Cultura Popular", expressa, mais tarde, em danças e jogos populares, identificadores de um povo e parte integrante da cultura portuguesa;*
2. *através da atividade lúdica, expressiva e comunicativa, adaptada ao seu desenvolvimento, a criança contacta com "as primeiras formas de literacia", que constituem as aprendizagens basilares para o desenvolvimento da sua capacidade de expressão e comunicação.*

Analisando os recursos culturais das comunidades açorianas, no que respeita às suas produções de cariz artístico e popular, esta investigação procurará reverter a favor de uma escola que atue em pleno diálogo com a comunidade envolvente e que pense na dupla vertente da educação das crianças: individual e social.

Primeiro, pelo desenvolvimento das capacidades expressiva e comunicativa; segundo, pela aquisição de conhecimento sobre o património cultural açoriano.

1. INTRODUÇÃO

Enraizando-se na cultura açoriana (na sua pesquisa e compreensão) os propósitos que induziram à conceção deste projeto - Projeto de Investigação, Recolha e Análise de Tradições Açorianas: Da Cultura do Brincar - fundamentam-se nas ideias de que nestas brincadeiras encontramos a raiz social das atividades que possibilitam a construção de uma "Cultura Popular", dando mais tarde origem às danças e aos jogos populares; e que, através da atividade lúdica, expressiva e comunicativa adaptada ao seu desenvolvimento, a criança contacta com a primeira forma de literacia.

A rápida transformação das sociedades humanas, a que assistimos, dá-se em dois sentidos: no sentido da mundialização, mas também no sentido da busca de múltiplas raízes particulares (Delors, 1996: 40) através da memória coletiva aqui apresentada pelas experiências vivenciadas pelas crianças, as quais, enquanto futuros adultos, receberão as bases culturais enraizadas no grupo social de onde provêm (Vidigal, 1996). São essas bases que a Sociedade lhes proporciona, pela Educação, que lhes permite interpretar e reconstruir os acontecimentos inseridos na história do conjunto.

Desta forma, os objetivos do estudo são:

– *Realizar uma recolha do "Património Cultural Regional" relacionado com a Infância, a saber lengalengas, rodas cantadas, jogos populares infantis, aproveitando as suas potencialidades no domínio da vivência nas várias áreas de comunicação, expressão artística e atividade lúdica;*

– *Proceder a uma análise das implicações desse Património no desenvolvimento e aprendizagem da criança à luz das atuais orientações programáticas;*

– *divulgar e dinamizar a Cultura do Brincar nas Escolas de JI / EB da região.*

Baseando-se nas vivências açorianas, no que concerne às suas produções de cariz artístico e popular, este estudo procurará investir numa escolaridade que se assuma mais próxima dos contextos de vida das crianças. Além disso, pretenderá favorecer uma aproximação entre gerações e promover uma maior abertura da escola à comunidade que a envolve. O projeto direciona-se para pressupostos essenciais de pesquisa e dinamização de uma componente pedagógica assente em atividades lúdicas e expressivas, cruciais ao fortalecimento da expressão e comunicação das crianças e jovens, através da realização de uma análise interdisciplinar a partir dos vários domínios de expressão e comunicação - oral, musical, corporal e dramática. Deste modo, a criança adquire conhecimentos, capacidades e atitudes, elementos fundamentais às "aprendizagens basilares" da vida em sociedade, da sua cultura, e da sua capacidade de expressão e comunicação.

Pela exploração de diferentes formas de movimento, a criança toma consciência do corpo e das suas possibilidades e limitações num espaço em que as relações interpessoais e o ritmo do movimento em danças de grupo (tais como as rodas cantadas acompanhadas do canto e da comunicação não-oral) ganham primazia.

Por outro lado, o conhecimento e a preservação da cultura e o desenvolvimento da sensibilidade estética e da criatividade são preconizados e organizados logo desde o Jardim-de-infância, das meras brincadeiras de recreio até às atividades organizadas em sala de aula. É também um desafio para os profissionais da Educação redescobrirem as enormes potencialidades pedagógicas do nosso património cultural e encontrarem, nos jogos tradicionais, rodas cantadas e lengalengas, um novo sentido. Este sentido refere-se à capacidade de mobilizar competências e potenciar inúmeras e significativas aprendizagens no domínio das expressões artísticas.

Na educação artística, a dualidade entre tradição e criatividade e o desenvolvimento social e individual são um bem que persiste e acompanha a necessidade de dinamismo de uma educação cultural e artística da contemporaneidade.

Deste modo, esta comunicação visa analisar as intenções do Projeto P.I.R.A.T.A-C.B. quanto:

⇒ *À procura da importância do património cultural (atividade lúdica na infância / brincar) na Identidade dos Açorianos;*

⇒ *ao seu papel interdisciplinar nas expressões artísticas ao promover o desenvolvimento da capacidade lúdica, de expressão e comunicação da criança, tendo por base o Património Cultural do Brincar;*

⇒ *à metodologia a adotar face às informações recolhidas nesta fase inicial de pesquisa.*

2. O PROJETO P.I.R.A.T.A.-C.B.: REVISITANDO O PASSADO DO BRINCAR NA CULTURA AÇORIANA

A cultura de um povo *engloba "todo um património assente em valores humanos e sociais, sendo marcada por ritos profanos e religiosos que vão desde a vida à morte das pessoas, determinando e definindo essas sociedades"* (Torres, 1998: 22).

O património cultural, conjunto de bens, tangíveis ou inatingíveis, e de valores que se herdam por transmissão humana da cultura de um povo e / ou grupo social, é uma forma de manter o contacto de uma geração para a(s) seguinte(s). Numa visão menos tradicional, este património inclui não só os bens artísticos tangíveis, como obras de arte de escultura, pintura e arquitetura, mas também os bens artísticos inatingíveis. Estes últimos assumem-se como manifestações culturais, nomeadamente as tradições orais, a música, as festividades e as línguas (Ballart y Tresserras, 2001, in Merillas, 2003: 42), ou ainda, os costumes e o comportamento emocional. São esses bens artísticos inatingíveis que constituem os elementos chave da nossa memória e da nossa capacidade de construção de cultura (Martin, 2001 in Merillas, 2003: 42.), pois cada vez mais há a consciência que estamos num mundo global e que a este estão inerentes relações, positivas ou negativas, que podem afetar a comunidade.

Esta noção de "passado" é um conceito abstrato, sem uma delimitação temporal implícita, em que o passado é tudo o que já sucedeu, enquanto o presente é algo que está a suceder (Merillas, 2003: 31). Na realidade cultural, o património é uma verdade que não está sujeita apenas à delimitação entre presente e passado, mas é antes uma realidade que obriga a mudanças, que tem uma origem, um desenvolvimento e, ocasionalmente, um final. O património para além de uma materialização de uma parte da história, baseada em datas e acontecimentos que permanecem ao longo dos tempos, reporta-nos igualmente para um plano emocional e cognitivo, onde são contempladas as sensibilidades e as relações do(s) indivíduo(s) com o exterior.

Por exemplo, os brinquedos tradicionais, ligados à atividade lúdica da criança, são propriedade real ou simbólica de um povo, património do coletivo, que gera sensações e sentimentos. O valor de um "pião" ou de um "boneco" é realçado na dimensão simbólica comum relacionada com o sentir, o expressar, o comunicar e o pensar.

Para muitos, o jogar, recorrendo às atividades tradicionais, é fulcral para o desenvolvimento de uma criança pois coloca-a num contexto de interação (com os pares, com os objetos, …) e assume-se como uma prática em que a realidade e a fantasia se encontram ligadas. Desde as primeiras formas de jogo por imitação (Piaget, 1974, 1975 in Sousa, A., 2003: 43), em que a criança brinca utilizando a representação mental, passando pelos jogos imaginativos (Gesell, 1946, in Sousa, A., 2003: 47), a criança desenvolve-se, em jogos dramáticos, pelo desempenho de papéis que traduzem a relação do indivíduo com o mundo social em que vive e pela improvisação, tendo por base a imaginação e a criatividade, elementos fundamentais à sua capacidade de adaptação e mudança. Pelo jogo, que é sempre uma atividade séria para a criança, ela borda o mundo que a envolve e as regras da sua sociedade.

No jogo tradicional, aos objetos utilizados e pertencentes ao património da cultura do brincar associam-se inúmeros valores: o material, o utilitário, o simbólico ou relacional, o histórico e o emotivo (Merillas, 2003: 45). Esses valores associam-se à forma (estética e criativa) e a sua composição (qualidade dos materiais); à indispensabilidade de satisfação de necessidades individuais ou coletivas; à capacidade de estabelecer relações com outros elementos (relações essas que são essencialmente de caráter educativo e que podem fazer transparecer uma ideologia); à necessidade de relacionar o passado com o presente e ser fruto de uma manifestação cultural; e, por fim, à capacidade de produzir emoções de um indivíduo, a partir de todos os valores anteriormente mencionados.

A ação cultural em geral e a ação educativa em particular interferem na construção da identidade cultural, individual ou coletiva. Este ideal é defendido

também na arte para a vida, mas de diferentes formas. Por exemplo, se atendermos às premissas do Tradicionalismo, verificamos que esta é mais centrada na importância atribuída ao núcleo social do que no indivíduo, sendo assim uma fonte de sabedoria e autoridade. A maioria da arte tradicional é mais conservadora do que criativa, daí que a "tradição" sobrevalorize o controlo social, considerando-o algo positivamente vital para a cultura.

A procura da identidade cultural dos açorianos, no seio da Cultura Lusófona, distingue-se pelas seguintes caraterísticas do arquipélago:

- *território e geografia – as nove ilhas que constituem o arquipélago localizam-se na zona ultraperiférica da Europa. A identidade coletiva associa-nos a um povo com uma cultura sui generis, que, embora de pequena dimensão, apresenta diferenças, reflexo da sua dispersão pelas nove ilhas e do isolamento geográfico a que o seu povo está sujeito;*
- *Sociedade - na maioria das ilhas, grande parte da população tem profissões que estão em consonância com a natureza: a riqueza dos solos e do clima promove o desenvolvimento da agricultura e pecuária; do vasto mar profundo envolvente, brota a atividade piscatória. O setor industrial dedica-se à transformação de produtos do setor primário, a produção de barro, os vimes, as folhas de milho, as escamas de peixe, os bordados e os ossos de baleia metamorfoseiam-se em verdadeiras obras de arte;*
- *religião - as Festas Populares do Divino Espírito Santo que decorrem por todo o Arquipélago deixam claro o compromisso entre o passado e o presente;*
- *demografia -a diáspora açoriana ao atingir o quádruplo da população que atualmente vive no arquipélago confere às ilhas idiossincrasias dignas de estudo.*

Para transmitir o património da Cultura do Brincar é preciso conhecer, compreender, explicar e valorizar a cultura através do ensino da / pela arte, na expressão pela música, pela dança e pelo jogo.

Numa tentativa de mostrar quão relevante é analisar as atividades tradicionais, integradas na cultura do Brincar da Criança, lembramos que:

Brincar é …

- *… natural nas crianças pequenas;*
- *… fazer algo sem fazer esforço;*
- *… distrair-se com jogos infantis, representando papéis fictícios;*
- *… entreter-se com uma atividade qualquer;*
- *… correr, saltar, pular, rir, cantar, exprimir;*
- *… divertimento, passatempo, distração;*

Mas brincar é também …

- *…raciocinar, descobrir, persistir e preservar; esforçar-se, ter paciência, não desistir facilmente;*
- *…aprender a ganhar e a perder;*
- *…envolver-se nas atividades voluntariosamente;*
- *…aprender a aprender;*
- *…desenvolver-se em vários domínios: motor, afetivo, cognitivo e social.*

Embora o impulso para brincar e jogar possa ser biológico é o contexto social e cultural que define a sua natureza.

A natureza lúdica de uma atividade, além de proporcionar a preservação da cultura de uma região, acaba por favorecer a socialização e, ainda, potenciar muitas das suas possibilidades de aprendizagem.

3. O PROJETO P.I.R.A.T.A.-C.B.: CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES LÚDICAS; DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO

Partindo de recursos culturais das comunidades açorianas, no que respeita às suas produções de cariz artístico e popular, este projeto procurará reverter em prol de uma educação que se assuma mais próxima dos contextos de vida das crianças, favorecendo uma aproximação entre gerações e promovendo uma maior abertura da escola à comunidade que a envolve.

É verdade que há uma consciência de dever educacional para com as nossas crianças: "o direito de se exprimirem, de brincarem e de jogarem", daí que seja claro considerar como relevantes as atividades lúdicas, visto a estas estarem inerentes uma série de vantagens. Para a faixa etária infantil, divertir é mais do que natural, pois as crianças, ao brincarem, distraem-se com jogos infantis, representando, por exemplo, papéis fictícios. Com a "brincadeira", as crianças entretêm-se, divertem-se, exprimem-se, aprendem e desenvolvem-se. Como já foi referido, o ser infantil participa na atividade do brincar espontaneamente, pois está inerente à sua natureza. Cabe, contudo, ao contexto social e cultural, definir a natureza dessa atividade, bem como os mecanismos para que a mesma contribua para a preservação da cultura de uma região.

O Projeto pretende oferecer alguns contributos no âmbito da reflexão acerca das potencialidades pedagógico-didácticas, e respetivas implicações relacionais, quer numa fase exploratória ao nível da formação inicial, numa altura em que os futuros docentes se começam a familiarizar com as linhas condutoras iniciais da sua prática profissional; quer numa fase posterior nas escolas, na prática pedagógica e junto dos profissionais ligados ao ensino.

Sendo a nossa civilização contemporânea dominada por novas tecnologias sente-se a necessidade de recuperar aqueles que são os aspetos espontâneos do gesto humano, entretanto alterado pela mecanização excessiva da vida moderna. Voltar às origens, requestionando conceitos de progresso e de civilização, é redescobrir curiosas analogias entre a arte dita primitiva e a arte contemporânea (Gonçalves, 2000: 107)

"*Em Educação Artística, tem-se frequentemente a tendência para separar os elementos constitutivos da expressão criativa. É uma das consequências da conceção tradicional do ensino*" (Fontanel-Brassart & Rouquet, 1977: 32). Procurando inverter esta tendência, desde cedo, percebemos a importância de contemplarmos os contributos das várias áreas de expressão num projeto integrado, capaz de aglutinar os diferentes domínios tornando-os significativos e promotores de múltiplas aprendizagens, relevantes para o desenvolvimento da criança.

Quadros Ferreira (2006:65) coloca como sendo um falso dilema a contradição existente entre criatividade e património. Inicialmente, embora releve a importância de se tratar a cultura de uma forma dinâmica, acentuando o papel da criação em detrimento da sua forma estática, conclui que o conhecimento das referências que o património nos proporciona também nos conduz à criação propriamente dita. A atitude cultural, promotora do património, torna-se o suporte da ação criativa pela aprendizagem de escolhas estéticas que promove e pela reordenação da cultura entendida como memória.

> "*A área de expressão e comunicação engloba as aprendizagens relacionadas com o desenvolvimento psicomotor e simbólico que determinam a compreensão e o progressivo domínio de diferentes formas de linguagem. Esta é a única área em que se distinguiram vários domínios. Domínios que se consideraram dever estar intimamente relacionados, porque todos eles se referem à aquisição e aprendizagem de códigos que são meios de relação com os outros, de recolha de informação e de sensibilização estética, indispensáveis para a criança representar o seu mundo interior e o mundo que a rodeia*" (in Orientações Curriculares, 1997: pp.).

As canções tradicionais, as rodas cantadas, as lengalengas e os jogos populares reúnem em si a memória de uma cultura, que faz a ligação entre o passado e o presente. O seu contributo é interdisciplinar e reúne as caraterísticas da Educação da criança pela Expressão e pela Arte. De facto, o Projeto P.I.R.A.T.A.-C-B., de natureza transdisciplinar, tem como elemento aglutinador a expressão e comunicação mas diferentes formas - oral, musical, corporal e dramática. O património cultural infantil é rico e o seu contributo realça-se, por exemplo, no desenvolvimento: de traços de memória auditiva e cinestésica; do sentido rítmico do movimento; da coordenação motora geral e do equilíbrio; da reprodução de gestos e movimentos; da capacidade de cantar; das interações verbais; de vocabulário na língua materna.

Não será inocente a associação que as novas orientações curriculares têm vindo a fazer, de forma gradual e cada vez mais evidente, entre a área das expressões e a educação. No caso da Educação Básica, as quatro manifestações

desta área curricular assumem presentemente designações como: expressão e educação dramática, expressão e educação musical, expressão e educação plástica, expressão e educação físico motora (Fialho, 2003: 48).

Do mesmo modo, Condessa *et al* (2005) concluíram que apesar das expressões artísticas aparentemente fazerem parte da prática letiva das crianças do 1º ciclo, a implementação de um trabalho integrador tem um impacto pedagógico positivo no seu quotidiano. Esta integração poderá ser considerada uma matriz assimiladora das várias áreas curriculares e, inequivocamente, uma linha de orientação ao processo de educação artística, pela estimulação das nossas crianças, quer no sentido estético; quer na expressão e adaptação criativa.

4. O PROJETO P.I.R.A.T.A.- C.B.: UMA FASE INICIAL DE PESQUISA

Numa fase inicial de pesquisa exploratória, a investigação tem sido realizada através da recolha etnográfica em contexto local. Para o efeito, foram enviados questionários para as Câmaras Municipais (18), Juntas de Freguesia (152) e Casas do Povo (93), Museus (8) e Bibliotecas (14) de todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores, no sentido de se averiguar o desenvolvimento de atividades sobre danças e rodas cantadas, jogos tradicionais, brinquedos e lengalengas, e de eventuais espólios existentes (registo documental, fotográfico ou digital).

As informações recolhidas até ao momento permitem-nos deduzir que existem poucos registos produzidos na Região Autónoma dos Açores sobre esta matéria. Contudo, é de realçar um excerto do testemunho do Diretor do Museu de Ponta Delgada sobre a importância do legado tradicional da cultura açoriana no que concerne às suas práticas artísticas e culturais.

> *"Há que preservar aquilo que é nosso, aquilo que nos distingue das outras culturas. O Museu recolhe músicas, textos, danças, entre outros, e é função da escola caminhar com o aluno, educá-lo de modo a que essas tradições se mantenham. O professor não se deve limitar a transmitir conhecimentos. Cada vez mais se devem integrar estes temas nas escolas de modo a formar pessoas capazes de assumir as suas raízes. (…)"*
> (Testemunho do Diretor do Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 2007)

Para a preparação de uma segunda fase de pesquisa, de recolha de brincadeiras e jogos tradicionais, realizada através das *"memória da população"*, foi utilizado um segundo questionário. Este instrumento foi aplicado aleatoriamente a cerca de quatro centenas de indivíduos de população adulta e idosa de algumas ilhas do arquipélago.

Esta amostra é predominantemente de São Miguel (59%), do sexo feminino (61,3%), do meio rural (57,4%) e a maioria tem mais de 50 anos (89,3%). Foram inúmeros os exemplos de atividades mencionadas e descritas pelos inquiridos (fig. 1).

Sobre a tipologia de atividades apresentadas pudemos verificar a existência de diferenças significativas quanto à idade (χ^2= 59,9 a p =0,000) e ao sexo / género (χ^2= 13,3 a p =0,039) dos indivíduos (Quadros 1 e 2).

Por outro lado, sublinhemos o teor de alguns testemunhos deixados por alguns dos inquiridos que nos permitem realçar outros aspetos, tais como, pequenas (dis)semelhanças entre meio rural e urbano, a singularidade dos materiais utilizados nestas brincadeiras e a criatividade que lhes estava associada.

Por exemplo, a Dona Delfina Paula, natural da cidade de Ponta Delgada, descreveu os jogos que, nesta cidade, jogavam, fazendo coincidir a sua narração com a de outras pessoas, naturais do meio rural. Salientamos, porém, a diferença entre os acessórios dos jogos, como, por exemplo, as saquinhas de tecido que Dona Delfina usava para jogar "Às Pedrinhas" enquanto as pessoas do meio rural usavam mesmo pedrinhas.

Exemplos de Atividades Tradicionais do Brincar Apresentadas pelos Inquiridos		
Atividade Tradicional	Jogos Tradicionais	Pião, berlinde, pedrinhas, malha ou malhão, tiro à lata, botão ou marca, bilro, saltar à corda, tração à corda, apanhadas, escondidas, cabra-cega, saltar o elástico, lenço, corridas de sacas, corridas de arcos, pau ensebado, macaca ou dama; Barra do lenço, stop, dominó, cartas, queimado ou mata, (…);
	Brinquedos Tradicionais	Corridas de carrinhos de milho, corridas de carros de esferas, bonecos de milho, bonecas de trapos, bolas de trapos, (…);
	Rodas Cantadas	A Teresinha de Jesus; Indo eu, indo eu; Rosa Branca ao Peito; As Pombinhas da Caterina; A viuvinha; Ò Rosa Arredonda a Saia; Machadinha; (…);
	Lengalengas	Era Uma Vez Um Cuco; O Gato Maltês; O Lagarto Pintado; Sape Gato; Sapateiro; Senhor Condutor; Senhora Lavadeira; Pico-pico Serapico; (…).

Fig. 1 – Atividades Apresentadas pelos Inquiridos

	Idade:	Menos de 50	Dos 50 aos 64 anos	65 anos ou mais	Total	Menos de 50	Dos 50 aos 64 anos	65 anos ou mais	Total
Atividade Apresentada	Jogos Tradicionais	32	56	80	168	32 17,4%	63 34,2%	89 48,4%	184 100,0%
		19,0%	33,3%	47,6%	100,0%				
	Brinquedos Tradicionais	0	7	9	16				
		0,0%	43,8%	56,3%	100,0%				
	Rodas Cantadas	7	19	39	65	13 12,9%	39 38,6%	49 48,5%	101 100,0%
		10,8%	29,2%	60,0%	100,0%				
	Lenga-lengas	6	20	10	36				
		16,7%	55,6%	27,8%	100,0%				

Quadro 1 – Atividades Apresentadas pelos Inquiridos – Análise por Idade

QUADRO 2 – ATIVIDADES APRESENTADAS PELOS INQUIRIDOS – ANÁLISE POR SEXO / GÉNERO

		Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Atividade Apresentada	Jogos Tradicionais	140	94	234	149 59,6%	101 40,4%	250 100,0%
		59,8%	40,2%	100,0%			
	Brinquedos Tradicionais	9	7	16			
		56,3%	43,8%	100,0%			
	Rodas Cantadas	54	13	67	102 76,7%	31 23,3%	133 100,0%
		80,6%	19,4%	100,0%			
	Lengalengas	48	18	66			
		72,7%	27,3%	100,0%			

O Sr. Manuel Vitória contou-nos como ele próprio elaborava a sua bola com folhas de milho e meias para depois jogar descalço. Contou-nos também como improvisava o jogo de berlindes sem berlindes; não tendo como os comprar, substituía-os com botões roubados da máquina de costura da mãe. Já o Sr. Jacinto falou-nos de corridas em carrinhos de esferas, jogos de futebol com bola de bexiga de porco e jogos de berlindes.

Estes depoimentos são reveladores de que a Cultura do Brincar se constrói na dupla vertente da educação das crianças: nas suas construções individuais, fruto das suas vivências em brincadeiras e atividade lúdica; e também, nas interações que estabelece com a sociedade em que se insere (indivíduos, ações, objetos, materiais, crenças, valores, …).

De facto, durante a sua infância a criança age e interage genuinamente através da atividade espontânea, pois está inerente à sua natureza.

É o contexto social e cultural, no entanto, que define a natureza desta atividade, daí a importância que assume a natureza lúdica de uma atividade que proporciona a preservação da cultura de uma região. Além disso, este tipo de ação potencia muito as suas possibilidades de aprendizagem de interação social na comunidade. A rua e a escola são os locais mais mencionados para a prática habitual destas brincadeiras. As brincadeiras mais abordadas apresentam uma maior relação com as estações mais amenas de primavera e verão e são poucos os que associam estas ações às festas populares regionais ou religiosas. Na sua maioria as brincadeiras e jogos são realçadas pelo divertimento e prazer que proporcionaram durante a infância.

Analisados os conteúdos sistematizámos as brincadeiras e jogos em nove categorias (fig. 2) que nos permitiram ordenar a grande variedade de atividades nomeadas.

Categorias	%	Atividades Apresentadas (N)

1. *" Atividades e Jogos de Motricidade fina"* - a componente percetiva e motora fina é dominante, isto é, a agilidade, a coordenação motora fina.	*21,0*	Pião (26); Pedrinhas (12); Anel (10); Berlinde (9); Bilro e Botão / Marca (7); Malha / Malhão (2); Carica e Tiro à Lata (1).
2. *"Atividades e Jogos de Motricidade Global"* - a componente motora global é dominante, isto é, o equilíbrio, a agilidade, a coordenação motora grossa, velocidade e força.	*25,9*	Macaca – 24; Corridas e Perseguições (19); Cabra-cega e Lencinho (roda) (9); Elástico e Escondidas (6); Saltar à Corda e Tração à corda (4); Salto ao Eixo e Aro (2).
3. *"Jogos com Regras"* - incluem atividades em que a regra é predominante.	*3,1*	Jogo do Mata ou Queimado (13); Barra do lenço (3); Stop (2); Jogos com Bola (3); Damas (1).
4. *"Jogos de Simulacro"* - integram as fantasias e as imitações: de atividades sociais (cerimónias e festividades), atividades caseiras (brincar às casinhas e às bonecas), animais e outras.	*0,5*	Jogo das Estátuas e das Mães e Filhas (1).
5. *"Jogos e Cantigas de Roda"* - atividades em que as crianças dão a mão e cantam, usando o ritmo da canção para impor o ritmo do movimento. Podem realizar passos, fazer batimentos do corpo (palmas, bater os pés no solo, …) exprimir emoções através de gestos ou mimar no seu desenvolvimento.	*16,3*	A Teresinha de Jesus (8); Chamarrita (7); Pézinho da Vila (3); Indo eu, indo eu (3); Baile da Povoação (3); Rosa Branca ao Peito (2); As Pombinhas da Catrina (2); Olhos Pretos (2); A Viuvinha (2); Ò Rosa Arredonda a Saia (2); Machadinha (1); Malhão, malhão (1); Papagaio Louro (1).
6. *" Atividades e Jogos de / com Lengalengas e / ou Cantigas Populares"* - a atividade / jogo faz-se acompanhar de um ritmo próprio de lengalengas ou de melodias.	*24,4*	Macaquinho chinês; Mamã, dá licença? Tão-balalão; Se tu visses o que eu vi (1) Cabra-cega, rodas e saltos acompanhados de lengalengas e melodias (3).
7. *"Atividades e Jogos de Construção"* - construção de brinquedos e instrumentos musicais.	*2,3*	Bonecas de trapo e de folha (7); bolas de trapos (1) animais de barro (1); flautas de canas (1).
8. *"Jogos de Sorte e Azar" - jogos e brincadeiras cujo resultado é fruto do acaso.*	*1,0*	Moedas (3), Cartas (2).
9. *"Outros Jogos / Atividades" - jogos e brincadeiras que não estão contemplados nas categorias anteriores*	*5,4*	Pilhas de mãos (3); Jogos dos Países ou o Intelectual (1).

FIG. 2 – CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES APRESENTADAS PELOS INQUIRIDOS

As atividades e jogos de motricidade global, as lengalengas e cantigas populares, os jogos e rodas cantadas foram das atividades mais mencionadas, sobretudo, pelos inquiridos do sexo feminino.

Por outro lado, as atividades e jogos, de motricidade fina foram mais mencionados pelos inquiridos do sexo masculino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assume-se como o objetivo central do Projeto P.I.R.A.T.A. – C.B. a promoção de uma dinâmica entre a escola e a comunidade, no sentido de criar um espaço de diálogo que aproxime a instituição escolar dos bens e valores de um património cultural do "brincar"; no que concerne à atividade lúdica, expressiva e comunicativa.

A sua natureza transdisciplinar tem como elemento aglutinador a expressão e a comunicação infantil nos seus diferentes domínios: oral, musical, corporal e dramática, áreas de eleição para a educação das nossas crianças, já que é um desafio redescobrir as enormes potencialidades pedagógicas do nosso património cultural infantil.

Estamos numa fase inicial de pesquisa etnográfica sobre registos existentes em contexto local cuja informação recolhida nos parece ainda insuficiente.

Contudo, da aplicação dos questionários a uma amostra da região, verificamos a existência de semelhanças entre as brincadeiras e jogos apresentados no contexto tradicional, com destaque para as cantigas de roda e lengalengas, assim como, os jogos tradicionalmente adotados pelos meninos e

meninas. Neste sentido, prevemos ter de alargar o estudo a um maior número de adultos / idosos para se perceber se a "cultura do brincar" nos Açores é similar em todo o arquipélago e reflete as formas de brincar de uma Cultura Lusófona a que, globalmente, pertencemos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Anderson, T. & Milbrandt, M. (2005). *Art for Life.* Authentic Instruction in Art. Nova Iorque: McGraw-Hill.
2. Batalha, A.P. (1981). Das Rodas Cantadas às Danças Coletivas, in *Coletânea de Textos, 20,* Lisboa: Publ. Associação de Estudantes.
3. Condessa, I. (2006). "*O Movimento criativo*". pp.: 37-52. In Castro, G. & Carvalho, M. (Ed.), Ata do Colóquio *A Criatividade na Educação*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
4. *Condessa, I.; Branco, M.J.; G. Medeiros e Hudec, F. (2006). "As Expressões Artísticas no Desenvolvimento de Algumas Competências do 1º Ciclo. Uma Análise do Recurso a Atividades de Expressão Corporal"* pp. 80-86 *in* Maçara, A. E Batalha, A.P. *Livro de Textos e Resumos do Seminário Internacional "Dança e Movimento Expressivo".* Faculdade de Motricidade Humana – U.T.L. Lisboa: Edições F.M.H.
5. Fialho, A. (2003). Sentidos para uma Formação Dialogada: O Trabalho Colaborativo na Formação Inicial de professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. *Dissertação de Mestrado*. (documento policopiado). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
6. Fontanel-Brassart, S. & Rouquet, A. (1977). *A Educação Artística na Ação Educativa*. Coimbra: Livraria Almedina.
7. Gonçalves E. (2000). A Arte Descobre a Criança, a Criança descobre a arte. In *Educação Pela Arte – Estudos em Homenagem ao Dr. Arquimedes da Silva Santos*. Lisboa: Livros Horizonte.
8. ME-DEB (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Editorial do Ministério de Educação.
9. ME-DEB (2006). *Organização Curricular e Programas do Ensino Básico – 1º Ciclo*. 5ª Edição. Lisboa: Editorial do Ministério de Educação.
10. Merillas, O.F. (2003). *La educación patrimonial. Teoria y práctica en el aula, el museo e internet*. Gijón: Ediciones Trea, S.L.
11. Morin, E. (2002). *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*. col. Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.
12. Quadros Ferreira, A. (2006). *Pensar a Arte, Pensar a Escola.* Porto: Edições Afrontamento.
13. Reis, R. (2003). *A Educação pela Arte.* Lisboa: Universidade Aberta.
14. Simões, H. (2006). *Animação Cultural.* col. Biblioteca do Educador. Lisboa: Livros Horizonte.
15. Sousa, A. (2003). *Educação pela Arte e Artes na Educação*. 1º Volume. col. Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.

14. JOÃO LEONARDO BAIROS FIGUEIREDO. GRUPO NOVA GRÁFICA, CULTURA DA LÍNGUA AÇORIANA, UMA IDENTIDADE LUSÓFONA, JOÃO LEONARDO BAIROS FIGUEIREDO. PUBLIÇOR DO GRUPO NOVA GRÁFICA

Todo o processo cultural, valores e costumes de um dado território exprime a imagem que os restantes espaços circundantes possam ou devam ter relativamente a este.

Num contexto, em que se retrata e exalta um conceito vasto como a Lusofonia, então estas nove ilhas são nove paraísos enraizados de estados lusófonos.

Por outro lado, e baseando-me no *slogan* do projeto *Festa Redonda*, que promove o Festival "9 Ilhas, 9 Artes", saliento que este poderia ser um ou o lema. Nove Ilhas, Nove Artes, Nove Dialetos, Nove Espíritos, Uma Lusofonia de combate à insularidade das "Ilhas de coesão económica".

A região em que vivemos irrompe da disparidade de dialetos tão ímpares que de certo modo têm uma coisa em comum. O sentimento lusófono que nos guia à nação de que fazemos parte. "*A língua que eu quero é essa que perde função e se torna carícia. O que me apronta é o gosto pela palavra, o mesmo que a asa sente aquando o voo. Meu desejo é desalisar a linguagem, colocando nela as quantas dimensões da vida E quanto são? Se a vida tem é idimensões*." – Mia Couto.

Como exalta Mia Couto, na idimensionalidade da vida subscrevo que todos os "desusos" da língua portuguesa e que fazem parte de mim e daquilo que sou, do grupo a que faço parte, do meu mundo particular e tão global são a chama desta comunidade que fala, expressa e evidencia o bom português.

Somos uma parte que torna o todo, a Lusofonia, permanecer no nosso conto luso. Porque tudo o que é certo acaba por se tornar errado para que o rio da vida jorre e contemple a simplicidade do existencialismo.

1. ENQUADRAMENTO CULTURAL DE UM FALAR TÍPICO

Todo o processo cultural, valores e costumes de um dado território exprime a imagem que os restantes espaços circundantes possam ou devam ter relativamente a este. Num contexto, em que se retrata e exalta um conceito vasto como a Lusofonia, então estas nove ilhas são nove paraísos enraizados de estados lusófonos.

Por outro lado, e baseando-me no *slogan* do projeto *Festa Redonda*, que promove o Festival "9 Ilhas, 9 Artes", saliento que este poderia ser um ou o lema. Nove Ilhas, Nove Artes, Nove Dialetos, Nove Espíritos, Uma Lusofonia de combate à insularidade das "Ilhas de coesão económica".

A região em que vivemos irrompe da disparidade de dialetos tão ímpares que de certo modo têm uma coisa em comum. O sentimento lusófono que nos guia à nação de que fazemos parte.

Nos dias de hoje, ao falar do Açoriano e dos Açores devemos ter em conta a sua realidade insular e o seu enquadramento numa época onde a informação se generaliza e o Homem, obrigatoriamente, tem de estar à altura.

Todavia, a "debilidade" das fronteiras entre o citadino e o rural, a fraca densidade de população, a importância dos transportes e as suas dificuldades, o isolamento de algumas populações, a mentalidade bairrista, são caraterísticas que designam a estruturação social de diversas ilhas, a incapacidade de desenvolver a economia e as fontes de riqueza própria, como caraterização do viver dos açorianos.

Mas é de exaltar que, maioritariamente, nas zonas rurais aumenta uma consciência de preservação das tradições. "*As modalidades de índole, costumes, maneiras, acompanham esses matizes com uma precisão magnífica...*"

Nemésio (citado artigo sobre "O Açoriano e os Açores") pensa mesmo haver uma interdependência entre as modalidades dos falares e as origens e o caráter das populações dispersas pelo Arquipélago.

Na dialética do homem das ilhas versus o homem do continente existe um fator de incompreensão tradicional e estrutural que convém esclarecer. Viver nas ilhas tem o seu preço: preço no sentido real, concreto, e preço no sentido moral. Apreciar a condição de viver nas ilhas - o seu clima, a sua paisagem, as vantagens do seu grau de isolamento, a saturação citadina, a sua dimensão mais humanizada – implica, também, renunciar aos mitos das grandes urbes e o seu consumismo, a sua intensidade de vida, o seu prestígio para certas carreiras.

O lado conterrâneo de Nemésio exprimiu o mistério do desafio de viver em ilhas e seu encanto. "A Esfinge do mar é a ilha, levanta-se no deserto de águas como a pétrea cabeça que afrontava Édipo na estrada de Tebas...".

A distinção do falar "continental" ou "açoriano" pode resultar de dois fatores. A evolução da aproximação do "falar açoriano" ao português língua mãe resulta, por um lado, das viagens ao Continente e a televisão. A chegada da RTP Açores e depois da TV Cabo levou aos lares açorianos o português uniforme, ou pelo menos o continental. Daí que se registe uma progressiva dissolução de expressões locais em favor de uma generalização que aumentou com o número de horas de exposição televisiva. Poderá o falar açoriano estar no mesmo caminho do mirandês?

No entanto, iremos sempre ouvir uma expressão típica, o uso do verbo consolar. Tanto em "estás-te consolando", ou seja, estás bem ou não fazes nada ou qualquer coisa que surja no contexto, como "estou consolado", isto é, estou satisfeito.

> "A *língua que eu quero é essa que perde função e se torna carícia. O que me apronta é o gosto pela palavra, o mesmo que a asa sente aquando o voo. Meu desejo é desalisar a linguagem, colocando nela as quantas dimensões da vida E quanto são? Se a vida tem é idimensões*." – Mia Couto.

Como exalta Mia Couto, na idimensionalidade da vida subscrevo que todos os "desusos" da língua portuguesa e que fazem parte de mim e daquilo que sou, do grupo a que faço parte, do meu mundo particular e tão global são a chama desta comunidade que fala, expressa e evidencia o bom português. Somos uma parte que torna o todo, a Lusofonia, permanecer no nosso conto luso.

Porque tudo o que é certo acaba por se tornar errado para que o rio da vida jorre e contemple a simplicidade do existencialismo.

2. FALAR DO HOMO AÇORENSIS

Os Açores são uma população dispersa por nove ilhas e pela diversidade destas ilhas, onde o clima e a orografia são semelhantes. Assim, a própria população assume-se de forma distinta. O isolamento fixa hábitos, costumes e exalta lealdade afetiva / bairrista ao local da família e dos antepassados.

Os povoadores das "ilhas de bruma" vieram um pouco de todas as partes de Portugal. Vindos, inicialmente, para Santa Maria e S. Miguel do Sul do País, depois um pouco de todo o país e uma parte de flamengos. Na obra *Esboço Histórico dos Açores*, salienta-se que "Santa Maria, como primeira terra açoriana a ser povoada, teve gente do Algarve e do Alentejo. S. Miguel, a seguir, beneficiou de famílias norte-alentejanas, estremenhas e já madeirenses".

As teses linguísticas sobre os falares dos Açores poderão ser uma peça fundamental sobre o povoamento açoriano.

O povoamento dos mouros em S. Miguel resultou da sua separação dos cristãos. Também, os negros e os escravos foram excluídos a esse contacto cristão. A emigração da Madeira para os Açores trouxe à Terceira, Pico e Flores novos habitantes.

A relevância dos Flamengos, sobretudo no Pico e Faial (também um pouco na Terceira e S. Jorge) e dos espanhóis, exclusivamente, na Terceira deve ser posta em foco. Na toponímia, a cultura flamenga, deixou nomes significativos (Ribeira dos Flamengos, Espalamaca).

Enquanto, na antroponímia (Terra, Goulart, Silveira, Brum); Jos Van Huertere deu Horta. Por outro lado, na tipologia, deixa homens e mulheres com uma estatura, uma cor de olhos e pele e um somatismo caraterísticos. Dos espanhóis sobrepõe-se a origem da palatalização do 1 (um) na Terceira: família (1 junto de i semivogal), isto é, ouvindo-se *familhia*.

Os falares dos Açores e Madeira devem ser agrupados como falares do Português Meridional, pois não se verifica traços caraterizadores do Português Setentrional, nos arquipélagos da Madeira e Açores.

O falar de São Miguel constata traços importantes do Português Meridional. Enquanto, na Terceira assiste-se à palatização do 1, onde Castela dominara. Por outro lado, a influência espanhola deve ter-se feito sentir sobre o caráter do povo, dado às touradas e ao seu lado bastante festeiro. Os falares das ilhas centrais têm semelhanças e alguns particularismos, nomeadamente, na entoação.

Neste arquipélago denotam-se em grande número variantes fonéticas e há algumas variantes lexicais. Uma *burra de milho* na Terceira chama-se em S. Miguel uma *cafua*; uma *claraboia* na Terceira chama-se em S. Miguel um *alboio*, termo de provável origem árabe. Em todo o arquipélago, à exceção da Terceira, usa-se o termo *manjedoura* ou *maçaroca*. Na Terceira chama-se de *baia* e *soca*, respetivamente. Também, o *vinho abafado* só é usado no Grupo Oriental (São Miguel e Santa Maria), sendo que nas restantes ilhas o mesmo termo tem a designação de *angélica.*

A influência francesa, em S. Miguel, pode ser vista, através, dos povoadores do Centro-Sul do Continente, onde a influência francesa já é um facto, bastando olhar aos topónimos Vila Velha de Ródão, Proença, Nisa, Tolosa e a zona de influência dos Templários. Por outro lado, os topónimos Bretanha e João Bom (Jean Bon) podem ser referência desta. No estudo sobre o falar da Bretanha, Maria Clara Rolão Bernardo, reafirma esta convicção. Lacerda Machado confirma que o fundo étnico da população micaelense é originário do território meridional, com predomínio do Alto-Alentejo. Como fundamento desta afirmação estão os elementos linguísticos e antropológicos, nomeadamente, cefalométricos.

Em 1924, Leite de Vasconcelos, no Corvo, encontrara um ü (u francês) semelhante ao de S. Miguel. João Saramago, também, na sua tese confirma este ü, embora na sua posição não ser tão evidente como o de S. Miguel.

O *homo açorensis* designa-se através de um trio. Por um micaelense, sendo este o mais trabalhador, o mais introvertido e talvez mais rude nos tipos rurais; o terceirense que é bem menos trabalhador, mais festeiro e convivente, com traços de certa manha rural, que agrupa com um tipo mais genérico de o açoriano das "ilhas de baixo", e o picaroto, que é uma ramificação do grupo anterior, mas que lhe oferece grande distinção - "nata do insulano", pois são vistos como os homens do mar, homens de palavra, dando conta da vida com frontalidade e brio.

A *psique* do açoriano resulta da alma rural à citadina desta população pela aptidão para a emigração. A emigração derivava da disponibilidade, da necessidade, do risco e espírito de aventura, do apelo de um parente. Contudo, devemos considerar três tipos de emigração nos Açores: uma emigração histórica (a para o Brasil, sobretudo nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em meados do século XVIII); uma emigração norte-americana e canadiana (a partir do final do século XIX e, em grande número, a tal ponto que há mais açorianos e seus descendentes nos E.U.A. que nos Açores) e uma "emigração" continental, ou seja, uns milhares de açorianos e seus descendentes que, sobretudo por razões de carreira e estudos superiores, se fixaram no continente português.

Após, o surgimento da Universidade dos Açores e do Governo Regional, que criaram postos de trabalho mais qualificados, atraindo ou fixando quadros superiores, a deslocação para o Portugal Continental diminui.

Não obstante do “sotaque açoriano” (micaelense), existe outra ilha que obtém influências pelo facto de a ilha ter um porto onde muitos barcos estrangeiros reabasteciam, em particular americanos, levando o faialense a adotar termos e palavras estrangeiras, anglicismos.

Para além da abundante utilização do gerúndio, lembrando o falar brasileiro, raras são as vezes que sente-se aquele enrolar da língua e o cantar das palavras. Conversas com açorianos indicam o facto de que o tal famoso sotaque, na verdade, não ser açoriano, mas sim micaelense (de S. Miguel).

Conservação e inovação fazem parte do léxico micaelense, quando se fala no vocabulário de cariz popular. A permanência de vocábulos do Português Antigo revela o conservadorismo cultural e social da população açoriana, até há 30 anos atrás. Assim, assiste-se à existência de palavras e expressões medievais.

A inovação verifica-se na formação dos regionalismos, ou melhor, neologismos – matrizes linguísticas do Inglês-americano e do Português. A título de curiosidade existem 2016 palavras pertencentes ao dialeto micaelense, segundo a obra *O Falar Micaelense, Fonética e Léxico.*

Numa forma muito geral, os processos derivacionais (nominal, adjetival e verbal) são a constante presença na criatividade lexical do falar micaelense.

Eis algumas palavras pertencentes a este estudo.

AMANHADO: *1. pessoa que nunca se revolta, pessoa conformada com tudo. É um amanhado. É uma bem amanhada. 2. (adjetivo) Cheio, referindo-se ao estômago bem confortado.*
ACADELADO: *Comprometido.*
BANDOLIM: *Líquido que se extrai das pevides de marmelo.*
BESUGA: *Jovem bonita e de formas elegantes.*
BICA: *1 peça da azenha; 2 fonte, torneira. 3 chupeta.*
BOCETA: *nariz.*
BRINDEIRA: *pão pequeno de trigo ou de milho.*
CHAMARRITA: *balho popular.*
CHIBANA: *cabra jovem antes de ter a primeira cria.*
CORISCO: *relâmpago; pessoa natural de São Miguel.*
CORROAÇAO: *cortejo do Espírito Santo.*
DRAIVAR: *guiar, conduzir.*
ÉME*: interjeição que demonstra desagrado ou desinteresse.*
ESPARTO: *jato da baleia a respirar.*
ESCLADAR: *magoar, ferir, bater.*
FINEZA: *debilidade, fraqueza.*
GAMA: *pastilha elástica.*
INTENICAR: *brigar, aborrecer, provocar.*
LOURO: *planta endémica dos Açores.*

MALASSADA: *pequeno bolo que leveda ao fritar, polvilhado em açúcar. Confecionado no Carnaval.*
MAPA: *esfregona.*
MÓNIM: *dinheiro.*
NICA: *pequena quantidade.*
ORAÇAL: *araçá.*
PALHITO: *fósforo.*
PETCHENO: *criança pequena.*
PULO: *susto.*
REPISA: *vingança, desforra.*
SAPATEIA: *balho popular.*
SINÓ: *neve.*
TARELO: *juízo.*
VARA: *medida de comprimento de terras.*
ZOADA: *marulho das ondas.*

O estudo publicado por Maria Clara Rolão Bernardo e Helena Mateus Montenegro, feitos para as restantes ilhas, permitiriam, por um lado, estabelecer o que constitui a unidade do falar açoriano, e por outro lado, destacar as especificidades de cada ilha e até de determinada localidade.

3. AÇORIANIDADE NO MEIO DO ATLÂNTICO

O conceito Açorianidade nasce do tão nosso grã e ilustre Vitorino Nemésio, em 1932. A açorianidade é a alma do ser-se açoriano emergente em quase toda a sua obra de poeta, romancista e contista. Este não só exprime a qualidade e a alma do ser-se açoriano, dentro ou fora dos Açores, mas o conjunto de condicionantes do viver insular: a geografia, o vulcanismo, as limitações económicas e a própria capacidade de uma "economia" tradicional de subsistência, as suas manifestações da cultura e da religiosidade popular, a sua idiossincrasia, os seus falares, tudo o que contribui para conferir identidade.

Assim, na atlanticidade, a delimitação das margens atlânticas e dos povos que entre elas circulam, prevalece a açorianidade, condição do ser-se e do viver nos Açores.

"A Açorianidade é a alma que se transporta quando se emigra, como também aquilo que de cada um de nós se espera quando nós vivemos fora. A ilha em que nascemos é um eixo do Cosmos, uma pequena pátria, um mundo de referências matriciais. A ilha que somos obrigados a abandonar é um ponto de referência, um ponto de regresso ideal, uma Ítaca em que cada um é o Ulisses da sua própria e secreta mitologia". "Este arreigamento, quando exacerbado, pode gerar sublimações como desesperos, amores ou ódios, "o apego ferrenho às ilhas, a doença do açoriano".

4. SENTIMENTO LUSÓFONO, UMA IDENTIDADE REGIONAL

Em tom conclusivo, o micaelense mostra uma afinidade lexical com Santa Maria, e uma não tão evidente com São Jorge. Também, as zonas dos Mosteiros e Rabo de Peixe (São Miguel) apresentam uma afinidade lexical com a ilha de S. Jorge, nomeadamente, com a Calheta e Rosais. Enquanto, Ponta Garça (São Miguel) denota uma menor afinidade com os restantes pontos inquiridos por João Saramago e José B. Gonçalves.

Apesar de, com Santa Maria e os restantes três da ilha assistir-se esta afinidade. Nordeste apresenta uma afinidade com oito pontos inquiridos (não incluindo os seis pontos dos Mosteiros e Rabo de Peixe, nem os quatro pontos de Ponta Garça).

Os pontos analisados foram: Grupo Oriental, São Miguel (Mosteiros, Rabo de Peixe, Ponta Garça e Nordeste) e Santa Maria (Santo Espírito); Grupo Centra, Terceira (Altares e Fontinhas), Graciosa (Carapacho), São Jorge (Calheta e Rosais), Pico (São Roque e Terras) e Faial (Cedros e Castelo Branco); Grupo Ocidental, Flores (Fajãzinha e Ponta Ruiva, e Corvo (Corvo).

A variedade na distribuição do léxico oferece não só ao linguista, mas também ao etnógrafo e historiador uma abundância e grande interesse de motivos para reflexão e pesquisa.

Agora, faço questão de evidenciar um caminho traçado por um grupo que tem vindo a conquistar um mundo que nutre há 25 anos por um espírito de pertença bastante lusófono. Assim, o Grupo Nova Gráfica, para além, de difundir os valores dos autores regionais, promover obras e o dia-a-dia açoriano, tem vindo a ser premiado por tão nobre atitude. Como exemplo destes factos, exalto a edição do maior livro da Europa intitulado "*O Açor eterno, trilogia de uma ave e de um povo"* de Manuel Ferreira, e os demais abraços às edições históricas, culturais e sociais açorianas.

Assim sendo, saliento que o falar açoriano não será uma língua a estudar como fonte de "comunicação real" no quotidiano lusófono nas gerações vindouras, mas este dialeto tão distinto será uma linguagem utilizada no espaço lusófono como fonte cultural de um povo que vive enraizado em tradições, costumes e valores muito próprios.

Este lado comum da vivência e do culto ao antigo, somado a uma pitada de espírito aventureiro levam a bom porto aquilo a que estamos, consecutivamente, à procura.

Sermos aquilo que, verdadeiramente, somos e ambicionamos ser, sem ter de cortar com as raízes.

Pode não ser tão belo à vista ou, melhor, ao ouvido. Todavia, soará sempre bem, porque faz parte da minha identidade e da imagem lusófona que todos preservamos.

> "*Não é a natureza que determina a cultura, mas sim a vontade livre. Não é o passado que determina a cultura, mas sim a vida que se faz, que se quer ter. E a cultura não se restringe à arte e a arte pode muito bem funcionar como rutura cultural, e muitas vezes assim tem sido*."

5. BIBLIOGRAFIA:

MONTENEGRO, Helena M. e BERNARDO, M.C. Rolão – I Encontro de Estudos Dialetológicos (Atas), Ponta Delgada, 2006, pp. 107-120; pp. 207-229; pp. 293-324; pp. 325-344.

MELO, João de, *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano – Séculos XIX e XX*, junho de 1978, pp. 11-36.

MONTENEGRO, Helena M. e BERNARDO, M.C. Rolão, *O Falar Micaelense – Fonética e Léxico*, 2003, pp. 131-310.

http: / / www.ceha-madeira.net / canarias / hia33.html

http: / / www.revista.agulha.nom.br / MACHADO%20PIRES.pdf

---

15. JOSÉ JORGE PERALTA, Universidade de São Paulo – USP e Instituto Edubrás, S. Paulo Brasil

ANTÔNIO VIEIRA NOS AÇORES, ECOS DO 4º CENTENÁRIO,

Antônio Vieira, um patriarca da cultura e da civilização lusofônica, viveu três meses nos Açores. O destino o trouxe para este arquipélago. Aqui ele pregou o **"Sermão de Santa Teresa"**.

Vieira chegou aqui após trágico naufrágio: numa tempestade, a nau tombou e os passageiros ficaram tentando sobreviver agarrados ao casco. Aproximou-se uma embarcação de corsários holandeses que pilharam a carga de açúcar do Brasil e roubaram os pertences e até as roupas dos passageiros. Deixaram-nos na ilha Graciosa.

No Sermão, referido, proferido nesta ilha de São Miguel Vieira narra o trágico naufrágio. Considera que ter chegado aqui, não é obra do acaso: é obra do "grande Conselho da Providência Divina". O Sermão é um magnífico panegírico à Santa venerada pelos açorianos. Neste Sermão o Pe. Vieira, revela alguns dos traços básicos de seu espírito "**com os olhos no Céu, com os olhos na Terra e com os olhos no Evangelho**". Mostra seu compromisso com o bem-estar terreno das pessoas que é a tônica da obra **"Clavis Prophetarum"**.

Neste trabalho abordaremos as grandes coordenadas e definições deste Sermão, situado entre dois magistrais sermões de Vieira: o Sermão de **Santo Antônio aos Peixes** (das Verdades), pregado no Maranhão, três meses antes, e o **Sermão da Sexagésima**, pregado em Lisboa, no início de 1655.

Falaremos aqui da articulação deste Sermão com a obra global de Vieira. Vieira, na ocasião, dirigia-se a Lisboa para tratar da liberdade dos indígenas do Brasil. Este é o contexto. Este Sermão nos revela outras grandes dimensões da

obra de Vieira, que foi um político sagaz, um dos melhores escultores da nossa língua.

Foi também grande humanista, filósofo, diplomata, conselheiro, estrategista e historiador. Foi um ardoroso lutador pela justiça social e pelo respeito à dignidade do ser humano. Foi um incansável guerreiro da esperança. Este Sermão marcou para sempre a presença de Vieira nos Açores.

I – INTRODUÇÃO. O PODER DO HOMEM GENIAL

I.1. O 4º CENTENÁRIO

No ano em que o mundo celebra o **4º Centenário** de nascimento do P. Antônio Vieira faz bem à alma, ao coração, à inteligência e à civilização, recordar a ação e os méritos de um homem tão ilustre e de tão altos serviços à nação e à humanidade.

É mais auspicioso celebrar tão faustosa data no arquipélago dos Açores onde por forças imponderáveis ele foi chamado para dar algum recado, retemperar seu espírito, recompor seu psiquismo, ordenar suas ideias. Após isto, prosseguiu sua missão em outras plagas. Vieira nos Açores não é ato banal, segundo supomos. É um encontro "marcado".

Vieira nos Açores, é um acontecimento feito de episódios **incrivelmente épicos**: desde a tragédia no mar; o saque dos piratas; o roubo do navio; o lançamento dos tripulantes, despidos, na Ilha Graciosa; a recomposição de todos; a ida a Igreja do Santo Cristo; o diálogo com o Sr. João de Sousa Pacheco; o Sermão na capela do Colégio; a procissão e o Sermão na Sé, são tudo momento memoráveis de alto poder visual e semiótico.

É um enredo cinematográfico de grande sedução, poder de atrair a atenção e provocador de alta reflexão.

No meio de toda essa tragédia e da popular exaltação, surge um herói e um profeta, sempre enérgico e sempre meigo, sempre solidário e sempre enigmático. Ele chegou ali "por acaso", mas deve haver alguma razão oculta que aqui o chamou. Enfim, os Açores parecem ser um espaço onde agem poderes especiais

Escutemos algumas linhas do Sermão de Vieira nos Açores: " (...) *Acaso e bem acaso, aportei às praias desta ilha; acaso e bem acaso entrei pelas portas desta cidade; acaso e bem acaso me vejo hoje neste púlpito (...). E quem me disse a mim ou a vós, se debaixo deste acaso se oculta algum grande conselho da Providência Divina*?" (Vieira, vol. X, 1951:362) – Anexo 1

Escutemos mais duas frases do Sermão nos Açores

> "*Com os olhos no céu, com os olhos na terra, e com os olhos no Evangelho determino pregar hoje...". "Senhor, não vos dou graças por me livrardes do perigo, senão por meterdes nele. Quando por tal causa me meteste no perigo, então me livraste*". (Vieira, ibidem: 364 e 390) Anexo 1 e 3.

Cada um descubra ou tente suas hipóteses para compreender tudo isso que não cabe nas dimensões desta comunicação...É auspicioso rememorar aqui o grande Vieira, não só pela grandeza humana e moral da pessoa, mas ainda pelo fato de ele ter estado aqui, nos Açores, deixando suas marcas indeléveis de grandeza, simplicidade, disponibilidade e senso profético, com seu poder transformador.

Como homem genial, como herói arriscando a vida, como cultor dos grandes valores da humanidade, como lutador pela liberdade, pela justiça e pela dignidade das pessoas, como orador e humanista e como missionário na Amazônia, Vieira é um **GIGANTE**. Como homem arrojado, persistente, de grandes ideais, de imenso discernimento intelectual e de grande coração Vieira é uma **ÁGUIA** de altos voos, de arroubos descomunais e de grandes ousadias.

Para além de sua realidade humana, Vieira é a **VOZ** da humanidade lutando por valores perenes, que sobrevivem acima das pessoas e do tempo, na busca de uma existência mais digna e solidária, com mais bem-estar...

I.2. VIEIRA – UMA VISÃO PANORÂMICA

Quem foi o Antônio Vieira que aportou aos Açores em julho de 1654? Efetivamente o P. Antônio Vieira dispensa grandes apresentações. É bastante conhecido, apesar de correrem muitas informações distorcidas. Não foi fácil ser Vieira, mas foi sua Missão. É que os grandes líderes na sociedade dos humanos, costumam sofrer traições e injúrias, pois não podem atender a "gregos e troianos". A opção e o custo é de quem deve decidir.

Foi talvez um dos primeiros homens da terra de dimensões mundiais. Atuou no Brasil, em Portugal, em Roma, Nápoles e Florença, na França e seu nome e sua fama de homem sábio, enérgico e decidido e de grande orador correu todos os países hispânicos, toda a Europa e América, África e Ásia, onde atuavam os Jesuítas.

Defendeu o Brasil contra as Invasões Holandesas; Defendeu Portugal livre contra a dominação da Espanha; Defendeu a liberdade e a dignidade dos índios e dos negros. Foi conselheiro real, diplomata, filósofo, humanista, missionário, escritor. Para levar à frente seus altos ideais cultivou grandes utopias. Dedicou-se sem limites a seu povo, a seus ideais e a seu rei, muitas vezes arriscando a própria vida. Acreditou e fez acontecer.

Vieira é o grande Patriarca **da Lusofonia;** Fernando Pessoa lhe deu o título magnífico de **Imperador da Língua Portuguesa.** É também chamado **Príncipe dos Oradores Sacros** e **Imperador do Púlpito.** Foi um dos maiores oradores de todos os tempos. A humanidade produziu poucos homens da estrutura moral e do arrojo, coragem e generosidade de Vieira. Vieira viveu de 1608 a 1697. 90 anos (quase) bem vividos. Encheu o século XVII com seu saber e com sua ação transformadora.

Como sábio atuante teve uma multidão de amigos e até alguns inimigos vorazes. Foi processado pela Inquisição e condenado por vias políticas, sem que tivesse cometido crime algum. Mas recorreu ao Papa e foi eximido de qualquer culpa, no meio de grandes elogios do Papa que equivalem a uma grande consagração. Vieira, como todos os seres humanos mais sábios e empreendedores, teve acertos e desacertos. Nunca decretou a própria infalibilidade. Mas sempre fez por acertar e nunca desistiu da busca do melhor e mais justo...

Sua principal produção literária são seus SERMÕES e suas CARTAS. São monumentos para a eternidade. Dignificam a humanidade. Dividimos a vida de Vieira em 7 (sete) fases:

1ª – 1608 a 1626 – Lisboa e Bahia – (18 anos)
(nascimento, estudo)
2ª – 1626 a 1641 – Pernambuco e Bahia – (15 anos)
(Magistério em Pernambuco. Sermões na Bahia)
3ª – 1641 a 1652 – Portugal e Europa – (12 anos)
(Diplomata e Conselheiro na Corte de Portugal. Embaixador na Europa)
4ª – 1652 a 1661 – Missionário: Maranhão, Pará, Portugal – (9 anos)
5ª – 1661 a 1669 – Inquisição – Portugal – (8 anos)
(Processo em Coimbra. Condenação)
6ª – 1669 a 1681 – Roma e Lisboa – (11 anos)
(Reabilitação em Roma pelo Papa. Notoriedade de seus Sermões).
7ª – 1681 a 1697 – Bahia – (16 anos)
(Revisão e publicação de sua obra; Visitador Geral do Brasil e Maranhão)

I.3. UM NAUFRÁGIO É O SINAL – O TEXTO E O CONTEXTO

Vieira foi trazido aos Açores após terrível naufrágio, seguido de saque por navio de piratas holandeses. Vieira vinha das Missões da Amazônia, de São Luís do Maranhão e dirigia-se para Lisboa. Este é o contexto.

Estamos no mês de agosto de 1654. Vieira tinha 46 anos. Saiu de S. Luís em meados de junho; em meados de agosto naufraga na altura dos Açores; no dia 15 de outubro prega o Sermão de Santa Teresa; no dia 24 de outubro embarca para Lisboa, onde chega em novembro; no dia 16 de abril de 1655 embarca de volta para o Brasil.

Nesses poucos meses Vieira agiu incansavelmente. Ele está num dos ápices de seu gênio profético, abalando estruturas débeis e provocando abalos nas torpezas de certas pessoas de grande status na sociedade. De agosto de 1654 a abril de 1655 foram oito meses de grande tensão e produtividade.

Vieira estava mergulhado nas atividades incansáveis das Missões no Amazonas. Havia grandes embates de Vieira, na defesa dos índios contra os colonos. Em momento de grande tensão e contendas, no dia 13 de junho, Vieira pronunciara um dos mais belos e veementes Sermões: **O Sermão de Santo Antônio aos Peixes**, em São Luís do Maranhão. Poucos dias depois embarcou com destino a Lisboa para pedir proteção ao Rei D. João IV, para os índios do Brasil. No caminho acontece o naufrágio nos Açores e os fatos seguintes aqui narrados.

Nos Açores pronuncia o grande **Sermão de Santa Teresa.** Após três meses nos Açores, retoma a viagem para Lisboa (24 de outubro). A ação nos Açores marca um dos pontos altos da trajetória a Vieira. Após a tragédia inicial no mar, em terra Vieira passa três meses amenos, de grande produtividade. Pode assim preparar-se para as dificuldades e conspirações que iria encontrar em Lisboa.

No dia 1º de janeiro de 1655 pronuncia, na Capela Real, o magnífico **Sermão da Sexagésima,** que produziu um grande impacto na sociedade Lisboeta. Prega ainda o **Sermão da 5ª Dominga da Quaresma,** na Capela Real e o **Sermão do Bom Ladrão,** na Igreja da Misericórdia. Os cinco Sermões aqui citados marcaram época. Consegue do Rei os documentos sobre a liberdade dos índios que era seu objetivo primeiro desta viagem tão tumultuada e tão fértil. Em 16 de abril de 1655 embarca em Lisboa de regresso ao Brasil. Volta às suas **Missões Amazônicas,** com o aval do Rei na defesa dos índios.

II – OS ACONTECIMENTOS:

II.1 ARTICULAÇÃO E FORÇA VITAL NA OBRA DE VIEIRA – A TRAGÉDIA DO NAUFRÁGIO

Vieira aqui esteve em circunstâncias excecionais e não programadas, mas **"não por acaso"** diz ele, no **Sermão de Santa Teresa.** Vieira aqui desembarcou após terrível naufrágio na altura da ilha do CORVO. Após passarem a mais extrema angústia, com o navio sem mastros e sem velas, com a proa já submersa e açoitado por grandes ondas, baloiçando no mar, sem rumo, "na paragem mais tormentosa do Oceano". Parecia certo e iminente o desfecho fatal.

As circunstâncias desse naufrágio são descritas pelo próprio Vieira, no **Sermão de Santa Teresa.** Vieira tudo fazia para manter a esperança de um milagre para salvar aquela gente da morte que se apresentava como inevitável. Era uma situação desesperadora. Eram 41 (quarenta e uma) pessoas num barco à deriva, despedaçado e naufragando sem uma tábua de salvação e sem perspetivas.

Nesta situação trágica surge no mar, ao longe, também açoitado pela tormenta, um navio que em seguida desapareceu. Pareceu a visão do fogo de santelmo, diz Vieira. Conseguiu aproximar-se dos náufragos no dia seguinte. Era um navio pirata holandês. Vinha roubar o navio dos náufragos. Roubaram o navio que estava carregado de açúcar e roubaram todos os náufragos, suas bagagens e inclusive suas roupas. Mas salvaram-nos. Como era mercadoria sem preço, depois de nove dias deixaram todas as pessoas, despidas, na Ilha Graciosa. O prestígio de Vieira salvou a tripulação

No Sermão de Santa Teresa que pregará mais tarde, Vieira diz que o navio pirata o deixou na ilha, como Jonas da Bíblia que foi vomitado em Nínive. E que isso não foi por acaso. Nova missão inesperada o aguardava. Seu caráter foi posto à prova.

II.2. PÓS-NAUFRÁGIO E SAQUE

Vieira consegue roupas para todos, na ilha. Em seguida foram fazer "ação de graças pelo milagre na **Igreja do Santo Cristo**." Eram quarenta e uma (41) pessoas os passageiros desta embarcação. Todos se salvaram. Vieira foi O grande herói nestes momentos trágicos. Dele diz o seu grande biógrafo, André de Barros, no contexto desta narrativa, em sua célebre biografia do grande personagem, que Vieira tem um "coração verdadeiramente maior que o mundo, a quem nenhum perigo acovardava nem adversidade oprimia" (Vida do P. Antônio Vieira, p. 153).

Os 41 (quarenta e um) náufragos mantiveram-se na Ilha Graciosa por dois meses recompondo-se e cuidando de suas vestes, todas pagas pelo P. Vieira. Cuidou para que nada faltasse a toda aquela gente, tripulantes e passageiros, padres e leigos. Cuidou de tudo como servo de todos. Enquanto esteve na

Graciosa não se descuidou: prosseguiu sua obra missionária entre o povo da ilha. Implantou aí a devoção do Rosário. O Pastor conhece suas ovelhas. Esta é a verdadeira imagem de um Vieira: uma pessoa ágil, generosa, e dedicada aos outros pensa na dimensão física e na espiritual. Vieira cuidou de todos, inclusive da alimentação, até embarcarem para Lisboa. É um pastor atento. Deste naufrágio levou lições vitais que lhe serviram por toda vida. Dele fala com destaque em três Sermões.

Após este tempo passado na Ilha Graciosa, já recompostos e recuperados todos, seguiram para a Ilha Terceira. Aqui Vieira cuidou de recuperar seus livros e papéis escritos que eram os seus bens mais preciosos que os piratas holandeses lhe roubaram. Através de amigos conseguiu resgatar de Amsterdã esse material precioso para ele. É preciso sublinhar: Vieira não reclamou nada do que os piratas lhe roubaram. Apenas pediu de volta, da Holanda, seus verdadeiros tesouros. Estava disposto a pagar o que pedissem para os resgatar. Da Ilha Terceira dirigiu-se para a Ilha de São Miguel.

II.3. VIEIRA NA ILHA DE SÃO MIGUEL

> *"A Ilha de S. Miguel teve nesta passagem maior fortuna: ouviu no seu púlpito a este **Divino Orador,** como Creta e Malta o Grande Paulo, Mestre do Mundo e pregador das gentes*".

Assim com este entusiasmo, André de Barros introduz a narração da ação de Vieira nesta Ilha. Em S. Miguel, Vieira hospedou-se no Colégio da Companhia de Jesus. Aí prosseguiu sua obra missionária entre o povo.

Na ocasião, por um novo "acaso" da Providência, procurou-o um homem de nome João de Souza Pacheco que por voto, em caso de grave doença, fazia celebrar anualmente a festa de Santa Teresa, em data próxima. João era casado com D. Mariana do Canto, filha de Antônio de Faria Maya e de D. Luíza do Canto que entre os seus familiares conta o P. João Batista Machado, da Companhia de Jesus, que em 1617 deu a vida pela fé, sendo degolado no Japão.

Neste ano de 1654, a festa seria celebrada na Igreja do Colégio dos Jesuítas, onde estava Vieira, cuja fama de grande orador já percorria a Ilha. Este portentoso orador, por modo tão incomum, estava agora ao alcance providencial do Sr. João. Ele logo foi procurar o Grande Padre, para pronunciar o Sermão da festa. Dizia-lhe que "poucas palavras suas farão da Seráfica Madre o mais alto elogio."

João argumentou

> *"que toda a Cidade e toda Ilha se abalavam para ouvir um missionário que por baixo das ondas vinha buscar remédio para as almas: que desse consolação às daquele povo, desejosos de ouvir de sua boca o Evangelho: que agora cresceriam aqueles montes e seriam cultas aquelas praias, quando por elas se ouvisse repetido o eco de suas vozes: que queria deixar aos herdeiros de sua casa a glória de que, a seus rogos, pregara naquele púlpito o P. Antônio Vieira*. "

Vieira não poderia negar tão sincero pedido. Logo correu a notícia por toda a Ilha. Todos estavam ansiosos por escutar "Aquele Oráculo Peregrino".

II.4. VIEIRA E O SERMÃO DE SANTA TERESA

Chega o dia 15 de outubro. Vieira põe-se no púlpito como se estivesse "no seu zênite o sol", diz André Barros.

O Sermão é uma peça memorável, cheia de paradoxos. Vieira Justifica a ousadia pelo bem comum. Aqui Vieira inclui, como leitura "paralela", a justificativa de todas as suas ousadias e de todas as perseguições que recebe e de que é vítima. "Quem se arrisca pela caridade não pode correr risco." (Vieira, 1951:392) – Anexo 2.

Vieira em sua eloquência "exprimia aqueles incomparáveis resplendores da sabedoria, erudição e zelo de que estava cheia a sua grande alma" como assevera André de Barros.

No Sermão falava a força e credibilidade do homem que chegou a ilha, como Jonas, vomitado pelo mar em nome de Deus

A solenidade da manhã foi seguida de aplausos nunca ali ouvidos.

À tarde o Pe. Vieira foi pregar na Sé da Cidade. O povo superlotou o Templo que foi pequeno para acolher tanta gente que enchia uma cidade.

Vieira "heroico Pregoeiro do Céu" atendendo a uma "turba ansiosa", pregou sobre a reforma dos costumes.

Vieira "soltou neste ponto toda aquela sua nativa eloquência, envolta a voz em chamas, de tal sorte acendeu os corações..." André de Barros diz que as ondas que destroçaram o navio que trouxe Vieira, "parecia que davam mais fogo ao orador".

Vieira antevê no Sermão os embates que o esperavam em Lisboa: "*Grandes perigos que ainda me restam e me ameaçam neste tão tenebroso golfo, e mais em inverno tão verde e em ano tão tormentoso. Mas como há de temer os perigos quem neles leva a mesma salvação que vai buscar por meio deles?*" (Vieira, 1951:390) – Anexo 2.

Com estes atos memoráveis no dia de Santa Teresa, Vieira completou sua missão não programada aos Açores. Marcou sua presença para sempre.

III – CONCLUSÃO: INTERVENÇÃO DE FORÇAS SUPERIORES?

III.1. VIEIRA SEGUE SEU DESTINO: LISBOA

No dia 24 do mesmo mês de outubro, Vieira embarcou para Lisboa, onde o esperavam momentos épicos de ação. Os meses que passou em Lisboa, após Açores e antes de retornar ao Brasil marcaram época. No dia 1º de janeiro surgiria com o Magnífico **Sermão da Sexagésima** que representou um autêntico abalo sísmico na sociedade Lisboeta.

Não podemos deixar de mencionar que ao sair dos Açores, novamente o mar se levantou em fúria quase levando o navio ao naufrágio.

Diz Barros que "*talvez temiam os espíritos malignos a guerra que havia de lhes fazer aquela vida. Como não puderam afogá-lo no primeiro naufrágio, intentaram o segundo*".

III.2. A LUTA CONTINUA

Vieira está preparado como nunca para prosseguir sua luta pela justiça e pela dignidade da pessoa humana nos grandes fóruns do mundo. Tem força e engenho capaz de enfrentar qualquer obstáculo, por mais privilegiado que seja. Ainda irá enfrentar terríveis "tempestades" políticas e psicológicas. Como venceu no mar, vencerá também na terra. Apenas o inimigo estará mais camuflado e mascarado. (Vieira, 1951: vol. VIII) – Anexo 3. Peregrino por destino, deixemos Vieira prosseguindo no seu caminho. Ainda irá muito longe realizando uma obra fantástica que só será encerrada com a sua morte, aos 18 de julho de 1697, com 89,5 anos.

Vieira, o incansável guerreiro da esperança, prossegue sua missão. Muito trabalho ainda o espera. Ainda irá semear muitas e boas sementes na sua missão de contribuir pra construção de um mundo melhor para todos.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Azevedo, João Lúcio (1931) *História de Antônio Vieira,* Lisboa: Liv. Clássica.
2. Barros, André (1746) *Vida do Apostólico P. Antônio Vieira,* Lisboa: N.O. Sylviana.
3. Lins, Ivan (1956) *Aspetos do P. Antônio Vieira,* Rio de Janeiro: Liv. São José.
4. Lopes, Antônio (1999) *Vieira o encoberto,* Cascais: Principia
5. Peralta, José Jorge (2008) *Vieira, Arauto do Humanismo.* Disponível em www.vieira400anos.com.br
6. __*Antônio Vieira um grande mestre a descobrir.* Disponível em www.vieira2008.com.br
7. - _*Celebrando Antônio Vieira.* Disponível em www.vieira400anos.com.br
8. - *Vieira na Bahia.* Disponível em www.vieira400anos.com.br
9. Vieira, Antônio (1951) *Sermões*, vol. VIII. Porto: Lello.

Consulte ainda: Bibliografia Básica sobre Vieira in www.vieira400anos.com.br

Nota: Você pode ler **o Sermão de Santa Teresa,** reproduzido no sítio: www.vieira400anos.com.br Aí você encontra editado os demais Sermões aqui citados.

V. ANEXO 1 - SERMÃO DE SANTA TERESA

Quinque autem ex eis erant fatuae, et quinque prudentes.

E quantas vezes os que pareceram acasos foram conselhos altíssimos da Providência divina! Acaso parece que estava Cristo encostado sobre o poço de Sicar, e era conselho da Providência divina, porque havia de chegar ali uma mulher a Samaritana que se havia de

converter. Acaso parece que entrava Cristo pela cidade de Naim, e era conselho da providência divina, porque havia de sair dali um moço defunto, que havia de ressuscitar. Acaso parece que passeava Cristo pelas praias do Mar de Galileia, e era conselho da Providência divina, porque havia de chamar dali a dois pescadores, que, deixadas as redes e o mundo, o haviam de seguir. Parece-me, senhores, que me tenho explicado. Acaso, e bem acaso, aportei às praias desta ilha; acaso e bem acaso entrei pelas portas desta cidade; acaso e bem acaso me vejo hoje neste púlpito, que é verdadeiramente o poço de Sicar, onde se bebem as águas da verdadeira doutrina. E quem me disse a mim nem a vós se debaixo destes acasos se oculta algum grande conselho da Providência divina? Quem nos disse se haverá nesta Naim algum mancebo morto no seu pecado, que por este meio haja de ressuscitar?

Quem nos disse se haverá nesta Samaria alguma mulher de vida perdida, que por este meio se haja de converter? Quem nos disse se haverá nesta Galileia algum Pedro ou algum André, engolfados no mar deste mundo, que por este meio haja de deixar as redes e os enredos? Bem vejo que a força dos ventos e a violência das tempestades foi a que me trouxe a estas ilhas, ou me lançou e arremessou nelas. Mas quem pode tolher ao autor da graça e da natureza, que obre os efeitos de uma pelos instrumentos da outra, e que com os mesmos ventos e tempestades faça naufragar os remédios para socorrer os perigos? Obrigado da tempestade e do naufrágio chegou S. Paulo à Ilha de Malta, e do que ali então pregou o apóstolo, tiveram princípio aquelas religiosas luzes com que hoje se alumia e se defende a Igreja. Bem conheço quão falto estou da eloquência, e muito mais do espírito de São Paulo; mas na ocasião e nas circunstâncias presentes, ninguém me pudera negar uma grande parte de pregador, que é chegar a esta ilha vomitado das ondas.

Uma das coisas mais admiráveis, ou a mais admirável de todas as que se leem em matéria de pregação, é o grande e universal fruto que fez a do profeta Jonas em Nínive. As maldades da cidade eram as mais enormes, o povo gentílico e sem fé, o pregador estrangeiro e não conhecido, o sermão brevíssimo, desarmado e seco, sem prova de razão nem de Escritura, e, contudo, que este sermão e este pregador convertesse o rei e a corte, e a populosíssima cidade a uma penitência tão geral, tão extraordinária, tão pública? Mas era Jonas um pregador vomitado pelas ondas. Pregava nele a tempestade, pregava nele a baleia, pregava nele o perigo, pregava nele o assombro, pregava nele a mesma morte, de que duas vezes escapara. Por certo que não foi tão grande a tempestade de Jonas como a em que eu e os companheiros nos vimos. O navio virado no meio do mar, e nós fora dele, pegados ao costado, chamando a gritos pela misericórdia de Deus e de sua Mãe. Não apareceu ali baleia que nos tragasse, mas apareceu não menos prodigiosamente naquele ponto um desses monstros marinhos que andam infestando estes mares. Ele nos tragou, e nos vomitou depois em terra. Vomitado assim em terra Jonas, o tema que tomou foi: Adhuc quadraginta dies, et Ninive subvertetur (Jon. 3, 4): Daqui a quarenta dias se há de soverter Nínive. Em terra onde os terremotos são tão contínuos e tão horrendos; em terra onde os montes são vivos, e comem e se sustentam de suas próprias entranhas, e estão lançando de si os incêndios a rios; em terra onde o fogo é mais poderoso que o mesmo mar oceano, e levanta no meio dele ilhas e desfaz ilhas; em terra onde povoações inteiras em um momento se viram arruinadas e sovertidas, que tema mais a propósito que o de Jonas: Adhuc quadraginta dies, et Ninive subvertetur? Se Nínive se sovertesse, seria milagre e castigo, mas, se se sovertesse o que Deus não permitirá esta cidade, podia ser castigo sem milagre. Supostas todas estas circunstâncias, mui a propósito vinha o tema ao pregador e ao lugar; mas é o dia mui de festa para assunto tão triste e tão funesto.

Gloriosa Teresa, terra onde vós estais e onde a devoção dos moradores tanto vos venera, segura pode estar de ser sovertida. Convertida, sim; sovertida, não. Por meio de Jonas converteu Deus a Nínive, e era Jonas tão imperfeito naquele tempo, que desobedecia a Deus e fugia dele. Mas tanto pode a força da graça! Quando vós, santa, vivíeis na terra, o maior emprego de vossas orações era encomendar os pregadores a Deus, para que convertessem e levassem a ele muitas almas, como vós levastes tantas. Oh! quem merecera nesta hora um raio da vossa luz e um assopro do vosso espírito! Não é menor hoje a vossa caridade, nem menos poderosa a vossa valia. Intercedei, gloriosa virgem, com a virgem e Mãe de vosso Esposo, para que me alcance do seu esta graça.

Bem sabeis, santa, que graça é a que eu desejo: não aquela graça que faz soar bem as palavras nos ouvidos, não aquela graça que deleita e suspende os entendimentos, senão aquela graça que acende as vontades, aquela graça que abranda, que rende, que fere, que inflama os corações. Desta graça nos alcançai da Virgem Santíssima quanta ela vê que há mister a dureza de nossas almas e a frieza da minha. Ave-maria.

II

Com os olhos no céu, com os olhos na terra e com os olhos no Evangelho determino pregar hoje, que é o modo com que nas festas dos santos se deve pregar sempre. Deve-se pregar com os olhos no céu, para que vejamos o que havemos de imitar nos santos; deve-se pregar com os olhos na terra, para que saibamos o que havemos de emendar em nós; e deve-se pregar com os olhos no Evangelho, para que o Evangelho, como luz do céu na terra, nos encaminhe ao que havemos de emendar na terra e ao que havemos de imitar no céu. (...) (Vieira, 1951:361 a 364)

V. ANEXO 2 - SERMÃO DE SANTA TERESA

Notai: Qui amat periculum, in illo peribit: quem ama o perigo perecerá nele. Uma coisa é entrar no perigo amando o perigo, outra coisa é entrar no perigo amando a Deus: quem entra no perigo por amor do perigo perece nele, porque o mesmo perigo, a quem ama e por quem se arrisca, o perde; mas quem entra no perigo por amor de Deus, não perece nem pode perecer, porque o mesmo Deus, a quem ama e por quem se arrisca, o guarda. Se vós entrais no perigo por amor da cobiça, quem vos há de guardar? A cobiça? Se vós entrais no perigo por amor da soberba, quem vos há de guardar? A soberba? Se vós entrais no perigo por amor do amor, quem vos há de guardar? O amor profano e cego? Entrai vós nos perigos por amor de Deus e do próximo, e vereis como Deus vos livra e vos segura neles.

Ah! Senhor, bendita seja e infinitamente bendita vossa bondade! Falta-nos neste passo o exemplo do Evangelho, porque faltaram as virgens prudentes no conhecimento desta verdade e no exercício desta confiança. Mas a prova que não temos no Evangelho, temo-la no pregador. Mui ingrato seria eu, e serei a Deus, se assim o não confessara e assim o não confessar toda a vida e toda a eternidade. A quem aconteceu jamais depois de virado o navio e depois de estarem todos fora dele sobre o costado, ficar assim parado e imóvel por espaço de um quarto de hora, sem a fúria dos ventos descompor, sem o ímpeto das ondas o soçobrar, sem o peso da carga e da água, de que estava até o meio alagado, o levar a pique, e depois dar outra volta para a parte contrária, e pôr-se outra vez direito, e admitir dentro em si os que se tinham tirado fora? Testemunhas são os anjos do céu, cujo auxílio invoquei naquela hora, e não o de todos, senão daqueles somente que têm à sua conta as almas da gentilidade do Maranhão. Anjos da guarda das almas do Maranhão, lembrai-vos que vai este navio buscar o remédio e salvação delas. Fazei agora o que podeis e deveis, não a nós, que o não merecemos, mas àquelas tão desamparadas almas que tendes a vosso cargo. Olhai que aqui se perdem também conosco. Assim o disse a vozes altas, que ouviram todos os presentes, e supriu o merecimento da causa a indignidade do orador. Obraram os anjos, porque ouviu Deus a oração. E não podia Deus deixar de a ouvir, porque orava nela o mesmo perigo. Sabe o mesmo Senhor que por nenhum interesse do mundo, depois de eu o ter tão conhecido e tão deixado, me tornara a meter no mar, senão pela salvação daqueles pobres tesouros, cada um dos quais vale mais que infinitos mundos. E como o perigo era tomado por amor de Deus e dos próximos, como podia faltar a segurança no mesmo perigo? O mesmo perigo nos livrou, ou se livrou a si mesmo. Os perigos da caridade são riscos seguros, e nos riscos seguros não pode haver perigo. Assim que, Senhor, mudo o estilo, e não vos dou já as graças por me livrardes do perigo, senão me meterdes nele. Quando por tal causa me metestes no perigo, então me livrastes. Grandes são os perigos que ainda me restam e me ameaçam neste tão temeroso golfo, e mais em inferno tão verde e em ano tão tormentoso! Mas, como há de temer os perigos quem neles leva a mesma salvação que vai buscar por meio deles?

Quem cuidais que tirou do perigo a Jonas e quem cuidais que o meteu no perigo? O não querer ir buscar a salvação dos próximos o meteu no perigo, e o meter-se no perigo pela salvação dos próximos o tirou dele. Mandou Deus a Jonas que fosse pregar aos gentios de Nínive; não quis Jonas, e para fugir da missão, e ainda do mesmo Deus que lha encomendava, embarca-se de Jope para Társis. E que lhe sucedeu a Jonas

nesta viagem ou nesta fugida? O que lhe sucedeu foi que, indo todos os navios com vento a popa e mar bonança, só contra o de Jonas se levantou uma tempestade tão terrível, que não bastando amainar velas e calar mastros, não bastando alijar ao mar a carga, não bastando tudo o mais que sabe e pode a arte em semelhantes trabalhos, deixado já o leme e o navio à mercê dos mares e dos ventos, e, desconfiados até do socorro do céu, o piloto e marinheiros, que eram gentios, desceram ao porão onde vinha Jonas a pedir-lhe que fizesse oração ao seu Deus, pois os seus deuses não lhes valiam. Tal era a tempestade, tal o perigo, tal a desesperação de todos. E bem, profeta Jonas, e vós não quereis ir pregar e salvar as almas dos gentios a que Deus vos manda, pois, quando cuidáveis que fugíeis do trabalho, incorrereis no maior perigo, e perecereis onde vós quisestes, porque não quisestes salvar os próximos onde Deus queria. De maneira que o não querer ir buscar a salvação dos próximos foi o que meteu no perigo a Jonas. E que fez Jonas para sair daquele perigo? Notável caso! Para Jonas sair daquele perigo, mete-se noutro perigo maior pela salvação dos próximos. E este segundo perigo o salvou e livrou do primeiro. Ora vede.

Subido Jonas ao convés do navio, reconheceu que ele era a causa da tempestade, e para que os demais se salvassem e ele só perecesse, pediu que o lançassem ao mar. De sorte que aquele mesmo Jonas, que pouco há se embarcou neste navio por não ir salvar os gentios de Nínive, esse mesmo pede agora que o lancem do navio ao mar para que se salvem os gentios do navio. Fazem-no assim por último remédio os marinheiros, vai Jonas ao mar, traga-o uma baleia, mergulha para o fundo o monstro, somem-se e desaparecem ambos. Pode haver maior perigo? Pode-se imaginar maior? Não pode. No mar podia-o salvar ou entreter uma tábua; no ventre da baleia a morte e a sepultura tudo foi junto. Mas Jonas não se arrojou a este perigo por salvar os mareantes do seu navio, próximos, ainda que gentios? Sim. Pois, tende mão, que ainda não desconfio de sua vida. Perigo tomado pela salvação dos próximos, não pode ser perigo em que se perigue. Arrojado do navio, e naufragante, sim; tragado e engolido do monstro-marinho, sim; metido no profundo do mar e sepultado nos mais escuros abismos, sim; mas afogado, mas morto, mas digerido ou mastigado da baleia quem se lançou ao mar pela salvação dos próximos, não pode ser. Torno a dizer que não pode ser; e já o vejo.

Olhai para as praias de Nínive. Passados três dias e três noites, aparece ao romper da alva diante do porto de Nínive uma galé de forma nunca vista à vela e só com dois remos. A vela era a nuvem de água que respirava a baleia, e umas vezes parece que subia, outras que se animava; os remos eram as duas grandes barbatanas com que, batendo a compasso, ia vogando. Abica à praia o desconhecido baixel, levanta aberto pelo meio o castelo de proa, que então se conheceu que era boca, estende a língua como prancha sobre a areia, e sai de dentro vivo e sepultado Jonas. Pasmais do caso? Não pasmeis. Não vos dizia eu que não podia perigar quem por salvação dos próximos se entregou ao mar e aos perigos? Pois, assim lhe aconteceu ao felicíssimo Jonas. Levado de um perigo em outro perigo, uns o livraram dos outros. No navio perigava dos ventos, no mar perigava das ondas, na baleia perigava do aperto da respiração e de tudo, mas como o primeiro perigo foi tomado por caridade, todos os outros perigos eram remédios. O perigo do mar livrou-o do perigo do navio, o perigo da baleia livrou-o do perigo do mar, e este perigo, como era o último e o maior de todos, livrou-o de si mesmo. Há mais seguro perigar? Há menos perigosa segurança? Com razão disse São Zeno Veronense que foi Jonas mais venturoso no sepulcro que no navio: Felix magis in sepulchro quam navi porque, uma vez que a baleia lhe guardou a vida, muito mais seguro navegava nela que no navio: o navio podia perigar nos mares e nos ventos, a baleia era embarcação segura das tempestades.

Maior tempestade padeceram as virgens no óleo das suas redomas do que Jonas em tanto mar. Todas naufragaram, porque todas deram em seco: as néscias no das suas lâmpadas, e as prudentes no da sua avareza. Forte ne forte foi aquele! Perderam-se cinco, quando se puderam salvar todas, porque não tiveram caridade as outras cinco para se arriscarem com elas. Tanto perigaram as néscias no seu perigo, como na demasiada segurança das prudentes. Se as prudentes se quiseram arriscar por elas socorrendo-as, nesse mesmo risco se salvariam umas e outras: as néscias, pelo socorro que recebiam, e as prudentes, pelo socorro que davam, ou,

para o dizer com mais certeza, as néscias pelo risco de que se tiravam, e as prudentes pelo risco em que se metiam, que quem se arrisca pela caridade não pode correr risco. Nenhuma comunidade esteve jamais tão arriscada como o povo de Israel, quando Deus o quis acabar no deserto; e o que fez Moisés para o livrar daquele risco foi arriscar-se também com ele: Aut dimitte eis hanc noxam, aut dele me de libro tuo (Êx. 32,31 s): Senhor, ou haveis de perdoar ao povo, ou riscai-me do vosso livro. É certo que Moisés não podia licitamente querer ser riscado dos livros de Deus, e foi este o mais arriscado lanço em que se meteu nenhum homem. Contudo, pediu este risco, e meteu-se nestes riscos Moisés, seguro de que Deus o não riscaria por ele se arriscar, quando o fazia pela caridade dos próximos, porque os riscos da caridade nem riscam nem arriscam. Tão longe esteve Moisés de ser riscado dos livros de Deus por esta causa, que antes mandou Deus que se escrevesse em seus livros que chegara Moisés por caridade a pedir que o riscassem deles. Se Moisés se não arriscara, salvara-se ele e perecera o povo; mas porque se quis arriscar pelo povo, ele e o povo, todos se salvaram. O mesmo havia de suceder às nossas prudentes se elas o souberam ser e se souberam arriscar; mas, porque lhes faltou esta ciência e esta prudência, em que Santa Teresa foi tão eminente, por isso eu em comparação dela digo que foram néscias. Em comparação das néscias do Evangelho foram prudentes as prudentes, porque as néscias cuidaram que havia outrem de fazer por elas o que elas não fizeram por amor de si, e as prudentes não quiseram fazer por amor de outrem o que outrem não havia de fazer por elas. Mas estas mesmas prudentes, comparadas com Santa Teresa, foram néscias, porque elas cuidaram que, arriscando-se por amor de Deus e dos próximos, corriam perigo, e Santa Teresa entendia e sabia por experiência que tudo o que se arrisca pela caridade, quando mais se arrisca, então se segura mais. (Vieira, 1951: 388 a 393) (...)

VI. ANEXO 3 - SERMÃO DE SANTA TERESA

(...) *As perseguições a que Santa Teresa se expôs quando empreendeu reduzir a regra carmelita moderada ao antigo rigor e inteireza de seu primeiro instituto foram maiores do que se podem imaginar e do que parece se podiam sofrer. Armou-se contra ela a religião, e armou-se o mundo, e, o que mais é, que os bons do mundo e os melhores da religião posto que com bom zelo eram os que mais a perseguiam. Raros eram os que defendiam seu espírito, todos o tinham por ilusão e enredo do demônio, muitos por fingimento e hipocrisia, e não faltava quem lhe desse ainda mais escandalosas censuras. Tudo ocasionavam os tempos, que com as novas heresias de Lutero andavam mui perigosos e cheios de temores. Mas, como a santa se arriscava a todos estes descréditos pela salvação e perfeição dos próximos, em que veio a parar tudo? Os descréditos pararam em maior estimação, as injúrias em maior honra, as perseguições em maiores aplausos, e os mesmos religiosos que tinham a Teresa por indigna filha, a receberam depois por digníssima mãe, e como de tal se honram e a veneram.*

Finalmente, houve muitas pessoas timoratas e doutas que aconselhavam a Santa Teresa que se retirasse do magistério espiritual das almas, e que na vida particular e solitária, a que a mesma doçura da contemplação a inclinava, vacando somente a Deus e a si, seria maior o aproveitamento de seu espírito. Foi esta a maior prova, por lhe não chamar a mais apertada tentação, que podia ter a alma de Teresa, cujos mais prezados interesses, cujas mais amadas delícias, cujos regalos, cujas ânsias, cujos suspiros, era aquela íntima união com Deus, quieta e suavíssima, em que, elevada sobre todas as coisas da terra, tão celestialmente o gozava. Continuou, contudo, a santa prosseguindo na mesma empresa começada, sem reparar nestes riscos de sua maior perfeição, e noutros ainda maiores que lhe ameaçavam; e, como todos eram tomados pela caridade, quanto mais parece que arriscava os dons do céu, tanto mais se achava rica e favorecida deles. Era muito o que arriscava, mas muito mais o que recebia.

Mercês sobre mercês, favores sobre favores, glórias sobre glórias, como se os mesmos riscos fossem degraus para mais subir e crescer. Em suma, que arriscando Teresa por amor de Deus e dos próximos saúde, honra e perfeição, dos perigos da saúde saia mais forte, dos perigos da honra mais acreditada, dos perigos da perfeição mais santa Oh! quantos e quão seguros louvores se puderam agora discorrer sobre todos estes perigos, e muito mais sobre o terceiro.

Parece que pugnava nele o espírito contra o espírito, a virtude contra a virtude, a santidade contra a santidade, mas necessária era tão gloriosa peleja para tão excelente vitória. Corto o fio, e não sem dor, ao que quisera dizer. Peço-vos, contudo, licença, para concluir o sermão na forma em que o propus ao princípio: suposto que vos não hei de cansar outra vez, perdoai-me esta. (...) (Vieira, 1951: 394 a 395)

16. **MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO,** da Universidade de São Paulo, Brasil.

UM BREVE ESTUDO DO LÉXICO CONSERVADOR PRESENTE NO FALAR ILHÉU DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA, LITORAL DE SANTA CATARINA,

Segundo Soares (1979), o falar ilhéu de Santa Catarina,

" (...) tem o som cantado português que sonoriza melodiosamente com o vocábulo como no Minho, no Douro, Trás-os-Montes e, de modo particular, nos Açores. O nativo ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século XVI, que podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas".

Instigado por essa afirmação, esse trabalho de pesquisa traz como objetivo uma breve descrição do falar conservador dos habitantes das comunidades do distrito de Santo Antônio de Lisboa. A sede deste Distrito, de raízes açorianas, está situada na parte oriental da Ilha de Santa Catarina, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa.

É provável que os primeiros açorianos tenham chegado por volta de 1689, mas a colonização só teve início efetivo no século XVIII. Desenvolveu-se como um tradicional vilarejo de pescadores e ainda hoje preserva as tradições e costumes dos imigrantes provindos dos Açores aí radicados, graças ao isolamento em que viveu nos últimos tempos. Essa preservação pode ser vista na apresentação de festas religiosas, de danças folclóricas, como a dança do boi-de-mamão e, na herança linguística, percebida no vocabulário e no modo de falar de seus habitantes.

O tema desse trabalho justifica-se pela urgência em registrar os fatos linguísticos antes de ocorrer por completo o nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, principalmente entre os jovens. Esse registro trata a língua como veículo de comunicação, informação e expressão de uma cultura que por ali se firmou, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade, confirmando que fatos linguísticos se permeiam com fatos históricos.

1. Introdução

Vilela (1994:6) afirma que:

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na coincidência dos falantes duma comunidade.

Reitera-se que a natureza dos estudos de base lexical, por sua natureza básica, seja a de estabelecer, organizar e veicular os signos na relação do homem com o mundo que o rodeia, e assim, instrumentam um maior e melhor conhecimento da língua falada, ao mesmo tempo em que nos propiciam o reconhecimento das diferenças culturais que compõem a realidade de um mesmo país.

Segundo Houaiss (1991), as línguas são fatos sociais, históricos e culturais, naturais e históricos e se registram como tal. Contribuem para formação da identidade cultural de povos e de nações integrando-se e interagindo conhecimento de mundo, dentro do que é dado como unidade e diversidade – espaço aberto para produção e registro de um saber.

Toda língua, seja qual for a sua natureza, passa a veicular situações de uso, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade e pela possibilidade de se definir no contexto mundial. A palavra torna-se fonte de produção de conhecimento. Abre-se para a descrição e definição das relações da língua no eixo da interação comunicativa. Revela o modo de ser do grupo que dela se utiliza, reconduzindo o universo social e político de sua história. Marca, em consequência, o jeito de pensar o mundo.

O tema deste trabalho de pesquisa justifica-se por diversas razões. Primeiro, porque é comum acontecer o desaparecimento gradativo dos falares regionais. Depois, e em consequência disso, ocorre a aceleração do processo de nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, exercida pela cidade grande. Também se torna urgente resgatar a cultura açoriana que ainda subjaz nessas localidades, pois conhecendo a sua formação histórica e cultural, os habitantes poderão rever a própria realidade, no sentido de aprender a amá-la e valorizá-la, descobrindo-se nela e por ela.

Silva Neto (1957) diz:

> *Que se fiquem os manuscritos, não importa; o que, sim, importa, é salvar o que daqui a pouco já não poderá salvar-se. As tradições regionais são testemunhos da história de um país, que devem respeitar-se como qualquer documento histórico de valor. Daí a necessidade e, mais do que isso, a urgência da recolha dos traços culturais que são, a bem dizer, o retrato de um povo, a sua personalidade coletiva*.

2. A natureza social da linguagem

As pesquisas linguísticas contemporâneas demonstram que a variação é um fato explicável a partir da natureza da comunicação humana e, de forma concreta, a partir da natureza variável das circunstâncias que cercam o fato linguístico. Em diferentes países, de uma forma geral, houve um momento em que os estudos linguísticos privilegiaram os fatos da língua em relação ao sistema linguístico, em unidisciplinaridade. Mais tarde, verificou-se que os estudos da linguagem e das línguas exigiam interdisciplinaridade e, muitas vezes, multi e transdisciplinaridade. Dessa forma, os linguistas que privilegiam os fatos sociais em seus estudos passam a diferenciar os fatos da língua em relação a seu sistema, desses mesmos fatos em relação à sociedade, abrindo espaço para os estudos sociolinguísticos; o mesmo ocorre com a relação língua e cultura, para os estudos etnolinguísticos.

A variação linguística está inscrita nos usos que são feitos da língua e por princípios de constâncias, em que, dentre todas as variedades, uma das mais conhecidas é a variedade geográfica. Os estudos dialetais realizados demonstraram que os usuários de um dialeto podem representar, por diversas razões, um subconjunto de povoação com características sociais específicas dentro da comunidade global.

Nesse sentido, afirma-se que a principal função da língua é permitir a comunicação em sociedade, considerando que tanto a língua quanto a sociedade são estruturas que mantém relação entre si, sem haver uma simples recopilação de unidades. Assim, demonstra a sistemática covariação entre a estrutura linguística e as relações interpessoais e assume a existência de uma variedade linguística social para essas comunidades que vivem na região estudada. Para tanto, apresenta essas variações do ponto de vista geográfico, étnico e histórico. É reconstruindo a história sobre as localidades pesquisadas que se busca mostrar uma variedade social, como um subdialeto dessa região.

3. O povoamento açoriano no sul do Brasil

Para que se possa entender a herança sócio-linguística-cultural deixada pelo povo açoriano na formação da sociedade brasileira, é preciso conhecer um pouco desta história. A história da região de Santo Antônio, anterior à ocupação de origem europeia, não deixou resquícios escritos nem na memória, pois os sambaquis da região ainda não foram estudados de modo a nos oferecer dados concretos de como viviam os primeiros habitantes desta terra. O nome da localidade foi dado em homenagem a Santo Antônio de Lisboa, também chamado de Coimbra ou de Pádua, mas também foi conhecida como Rerituba, devido à abundância de ostras na região.

Sabe-se que, ao primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes, coube a missão de fortificar pontos estratégicos do litoral para garantir a posse do território reclamado pelas coroas de Espanha e Portugal e, segundo o relato de Fortes (1932:21), o governador enviou a Portugal o seguinte pedido: "ao seu rei que mandasse vir do Arquipélago Açoriano alguns casais de Ilhéus daquela gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência lídimamente portuguesa que elas exigiam". Ou seja, precisava com isso, não só uma medida para o assentamento de um povo, mas também de uma delimitação de fronteira no sul do Brasil. Fortes (1932) afirma ainda que foi "um concerto de circunstâncias felizes", pois, com a emigração, o governo português solucionava o problema econômico dos Açores, povoava "rapidamente e com eficiência de número, as terras onde urgente se tornava a fixação de seu predomínio" e também fazia a "felicidade dos povos que se ia criar e incrementar". Para isso foram selecionados colonizadores "pelos seus antecedentes morais e étnicos".

Em 1746, a Provisão Régia abre o alistamento nas Ilhas e oferece vantagens aos açorianos que desejassem migrar para o litoral meridional do Brasil. Entre 1748 e 1756, os imigrantes espalharam-se pelo litoral catarinense, estabelecendo-se principalmente na Ilha de Santa Catarina. A seguir, apresentaremos, segundo historiadores, um quadro comparativo entre os números de açorianos chegados a Santa Catarina.

TABELA 1: QUANTIDADE DE AÇORIANOS MIGRADOS PARA SANTA CATARINA SEGUNDO OS AUTORES

Autor	Quantidade de transportados
BRITO (1829)	2.627
ALMEIDA COELHO (1877)	4.024
MATTOS (1917)	4.021
FORTES (1932)	5.545
BOITEUX (1953)	4.893
CABRAL (1950)	4.525
PIAZZA (1992)	6.000

FONTE: FERREIRA (2006)

Percebe-se que os números variam muito de um autor para outro. Mais tarde, admite-se que os números que mais se aproximavam da realidade eram os coletados por Piazza (1992) em fontes primárias nos arquivos açorianos.

4. Localização do Distrito de Santo Antônio de Lisboa

Localizada na porção centro-noroeste, foi a primeira freguesia da Ilha de Santa Catarina. A área do Distrito de Santo Antônio de Lisboa é de 22,45 km². A sede deste Distrito está situada na parte oriental, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. A população é de 5.367 habitantes e a densidade demográfica é de 239,1 habitantes / km².

Destacava-se das demais por ter porto próprio, estrategicamente situado, favorecendo com isso o comércio entre o norte da ilha e o porto de Desterro. O traçado urbano seguiu o modelo das vilas portuguesas, construídas a partir de uma ou duas ruas principais paralelas ao mar e, entre si, algumas transversais, com uma praça central ladeada pela igreja, pela cadeia e pela intendência.

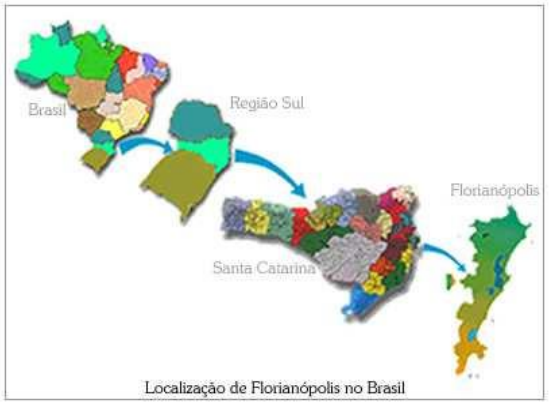


FIG. 1: RECORTE GEOGRÁFICO. FONTE: FERREIRA (2006)

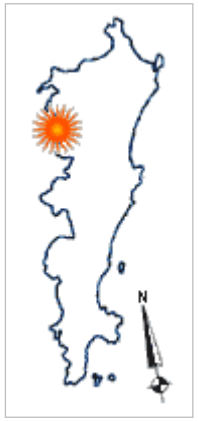


FIG. 2 LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.
FONTE: FERREIRA (2006)

5. O falar do Manezinho da Ilha

Ao iniciar esse registro no vilarejo de pescadores nota-se que, o homem do litoral, dentro de seu espaço físico, possui um linguajar singular à região. Graças ao isolamento que sofreu, este lugar é repleto de elementos passíveis de serem submetidos a análises, tanto de caráter semântico lexical como também sociolinguísticos.

Ele recebe o nome de "Manezinho da Ilha" e, segundo Cascaes (1981), atualmente, na região Florianopolitana, a palavra *manezinho* veicula mais de um sentido. Estes sentidos variam, naturalmente, de acordo com a relação do indivíduo com a sociedade e com a história.

Nos meios em que circulam indivíduos nascidos e criados na Ilha, o uso da palavra ainda se reveste de uma forte carga pejorativa. Porém, o mesmo indivíduo, em contato com pessoas julgadas estrangeiras ao local, pode eventualmente dizer: *Sou Manezinho*, para explicitar suas origens e sua ligação com o meio. Afirma ainda que "*No interior da Ilha, o termo ainda pode ser tomado como ofensivo, quando empregado no seio destas comunidades*".

Para este trabalho de pesquisa, fizemos um estudo com quatro lexias de alta frequência que determinam a norma da região. Ao estudar o léxico, estaremos nos referindo ao conjunto de *leituras* (*sememas*) em que se estrutura o espaço conceitual da língua.

Neste estudo, a língua é vista como um instrumento de expressão cultural e de intercomunicação social. Toda alteração semântica é considerada fruto das mudanças históricas e socioculturais que atuam numa comunidade e ainda, das influências que essas mudanças exercem sobre as características funcionais de um dado sistema linguística.

ARENGA

De acordo com Guérios (1979), significava, outrora, "fala, discurso, conferência", e porque, frequentemente, se abusa do auditório, **arenga** passou a significar "discurso fastidioso, difuso", isto é, passou a ter sentido pejorativo.
O vocábulo provém do gótico *harihringn* (com haplologia), "reunião (*hrings*) do exército (*hari*)" para discutir assuntos militares. Passou, depois, a significar tão só "reunião" e daí "conferência, alocução, discurso" e foi muito usado no âmbito jurídico.
Morais (1922) registra no seu dicionário a frase feita "ter arengas com alguém", isto é, "ter longas razões com alguém", "discutir demoradamente". Diz ainda que **arenga** veio também a ser "fala ou conversa ininteligível".
Em regiões de Portugal, **arenga** → trabalho enfadonho.
Brasil→ mexerico, intriga, enredo.
De **arenga** se fez **arengar** → discursar, arrazoar.
De **arenga + -ada**, se fez arengada, que no Brasil segundo Ferreira (2001), quer dizer conversa longa, fastidiosa, lenga-lenga.
Na fala coloquial do Brasil, **arengar** significa também ato de implicar, criar confusão com outra pessoa
Exemplos:
"-**Toin deixe de arengar com seu irmão!"**
"-Não suporto os meninos da minha sala, eles gostam de arengar".
Brasil→ Lula orienta PT a não trepidar com arenga golpista contra Renan
http: / / rizzolot.wordpress.com / 2007 / 06 / 29 / lula-orienta-pt-a-nao-trepidar-com-arenga-golpista-contra-renan /
Portugal→ **Arenga sobre Hinos (e até sobre a Europa)**
http: / / ma-schamba.com / sociedade-portuguesa / arenga-sobre-hinos-e-ate-sobre-a-europa /
CORRICAR
Formado pelo radical de correr **+ -icar**, este verbo significa "correr a passo miúdo; andar ligeiro". De acordo com Guérios (1979), trata-se ou de formação vernácula como diminutivo de **correr** ou de um latim vulgar *curriccare*, com sufixo *–iccare* (com *–i-* longo e geminação expressiva). O mesmo sufixo, mas com o *–i-* breve sem geminação expressiva, acha-se em *excurricare*, donde surgiu o português **escorregar**.
Em regiões de Portugal → andar muito apressadamente, mas sem chegar a correr;
No Brasil → andar de um lado para outro, perambular, vagabundear.
Temos, ainda, formado por **corrico** + -ar → **pescar de corrico**, em que, segundo Ferreira (1986), **corrico** é uma modalidade de pescaria de anzol que consiste em o pescador imprimir à canoa a máxima velocidade, deixando a linha estendida à tona da água para que o peixe seja atraído pelos saltos da isca e venha prender-se ao anzol; pescaria de **corrico**. Possui a variação **corripo.** Exemplos:
Portugal → **CORRICO DIURNO**

As amostras de corrico noturno poderão ser aplicadas durante o dia, enquanto estas amostras que a seguir se apresentam, não se aplicam para a pesca noturna.
http: / / www.efsaportugal.pt / index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=30
O corrico na Foz do Arelho (e noutras rias, estuários e lagoas deste nosso Portugal) é uma pesca adequada a quem gosta de estar "dentro" do mar, sentir a ondulação por vezes até ao peito, andar à procura do peixe e atravessar para bancos de areia isolados onde o homem se envolve com a natureza de forma apaixonante.
http: / / pesca.do.sapo.pt / artigos / corrico.htm
Brasil →
Corrico próximo à costa, velocidade, distância das iscas, dicas em geral.
http: / / www.propesca.com.br / forum / viewtopic.php?p=6246&sid=53a7c7134053c7a4672b34aa532662a
DEFENDER
Significa "Preservar, proteger", e possui também o sentido de "proibir", mormente na linguagem arcaica.
Segundo Guérios (1979), o sentido de "proibir" é anterior ao de "proteger", visto como o significado primitivo do latim *deféndere* era "afastar, repelir, rechaçar", donde "proibir". Provém do latim:
defendere bellum → **repelir** a guerra;
defendere uim →**evitar** a força;
defendere frigus→ **livrar** do frio
Os verbos **repelir** ou **evitar** ou o **livrar** trazem, como consequência, a ideia de proteger, pois há uma semelhança por mudança de função e essa transferência possui, para a semântica, um caráter mais objetivo que as baseadas em semelhança de efeito perceptivo ou emotivo.
Dessa forma, deféndere passou a ter também o sentido de "proteger". Mas, no português arcaico era muito comum o uso no sentido de "proibir", conforme aparece em Gil Vicente, no Auto da História de Deus (1527):
"Fructa da arvore sancta per Deus defendida".
Este sentido, ainda vige em **defeso** → **proibido**
Brasil → **"O Ibama do Pará definiu os três períodos de defeso do caranguejo-uçá em 2008".**
http: / / www.faunabrasil.com.br / sistema / modules / news / article.php?storyid=1481
Portugal → **"Começa na baliza, passa pela defesa e meio-campo e termina na linha avançada. ... e o defeso promete ser intenso para os principais craques portugueses."...**
www.dn.sapo.pt / 2007 / 06 / 02 / dnsport / seleccao_portuguesa_cobicada_meia_eu.html - 43k
E ainda:
Armas defesas → armas proibidas;
Lugar defeso→ lugar proibido.
É defeso → Nos termos e nas expressões jurídicas, esta expressão aparece em vários artigos e aplica-se no sentido de proibido, vedado.
Brasil → **Dispõe o artigo 460 do CPC: "é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi condenado".**
http: / / trtcons.srv.trt02.gov.br / consulta / votos / turmas / 20060912_20050071925_R.htm
EM BOA HORA, EMBORA
A superstição de que na vida existem horas boas e horas más, acha-se documentada na língua portuguesa, pelo menos desde o séc. XV, originariamente nas locuções **em boa hora, em má hora ou em hora má**, e, a custo de muito uso, foram abreviadas em **embora, aramá, eramá, ieramá**.
Exemplos:
Gomes Eanes de Zurara (1410-1474): **"Que dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse".**
Bernardim Ribeiro (1482? — 1552?)**: "Amador, pois que te vás, as boas horas vam comtigo, Comigo fiquem as maas..."**
Gil Vicente (1465 — 1536): **"Paga-lho seu, va-se embora ou ma ora..."**
Provérbios:
"Em má hora nasce, quem má fama cobra".
"Em bons dias boas horas".
Em Pero da Ponte, trovador do século XIII, há o registro de em **forte hora**, como sinônimo de **em má hora**.
Em vista da circunstância que exprimia, portanto era um advérbio, **embora** passou a ser conjunção concessiva, porque se empregava também para "detonar que se concede a possibilidade do fato ou que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento."
Gil Vicente → **"Ria embora quem quiser, que e em meu siso estou".**
Pe. Vieira (1608-1697) **"Mateme embora, contanto que seja imperador"**
De acordo com Ferreira, **embora** vem de "de em boa hora, com aglutinação" e aparece como advérbio. Compara estes dois exemplos, um do século XVI e outro do séc. XIX.
Gil Vicente → **Paio Vaz se queres gado / dá ó demo essa pastora / paga-lho seu, vá-se embora / ou má hora / ou põe o teu em recado.**
Machado de Assis (1839- 1908) → "**Tinha vontade de ir embora ou de ficar"**
Aparece, hoje, não raro, com caráter afetivo, Ir **embora** é ir em boa hora**: " Vou embora".**
Apresenta-se como partícula de realce, ou, em alguns casos, totalmente esvaziada de conteúdo semântico, como neste exemplo:

Foi embora, e no caminho o mataram.
Como conjunção, significa ainda que; bem que; se bem que; conquanto:
Embora confesse que não, o memorialista sempre encontra em trechos históricos (...)

Ou ainda como nos textos antigos:
Portugal → **Mau tempo: Chuva veio em boa hora para cereais de inverno**
http: / / www.agroportal.pt / x / agronoticias / 2008 / 02 / 18f.htm
Brasil → **Recuperação externa do café chega em boa hora**
www.revistacafeicultura.com.br

6. Considerações finais

Segundo Santos (2004), "*a abordagem do aspecto semântico lexical de uma língua natural passa necessariamente pelo estudo dos diferentes modos de apreensão da realidade por parte dos interlocutores, num dado universo cultural*". A todo instante, os membros de uma mesma comunidade linguística servem-se de léxico para produzir e interpretar os atos da fala.

Uma das preocupações que sempre permeou a pesquisa foi procurar encontrar, em dados históricos, quais as forças sociais que poderiam ter incidido sobre a língua para a formação das variações encontradas.

Uma enumeração completa dessas forças excede o alcance desse estudo, mas entre as situações sociais mais importantes que possivelmente influenciaram a linguagem falada na região, figuram as seguintes:

a) a formação das comunidades com elementos portugueses, vindos principalmente dos Açores;

b) os fatores político-econômico-administrativos: no século XVIII, Santo Antônio de Lisboa alcançou gradativa projeção econômica, pois já contava com uma expressiva indústria, composta por fábricas de açúcar, engenhos de aguardente e de mandioca, fábricas de moer trigo e curtumes de couro.

Destacava-se também por ter porto próprio, estrategicamente situado. Aos poucos, Santo Antônio foi substituindo suas atividades agrícolas e artesanais por outras mais ligadas ao comércio. Em decorrência do declínio do porto de Florianópolis e das melhorias nos eixos de ligação terrestre, o porto desta freguesia também decaiu e a comunidade foi gradativamente se adaptando a novas atividades, buscando alternativas para sua sobrevivência; c) o efeito nivelador dos meios de comunicação, incluindo a televisão e principalmente o rádio.

É certo que essas forças sociais interferiram, com maior ou menor intensidade, na modalidade linguística utilizada pelos moradores da região. A partir desse levantamento, foi possível obter uma visão mais clara da realidade étnica, social, cultural e linguística e, como Bakhtin (1986: 80-81) afirma, "a nova concepção de se estudar a língua não exclui de seu campo de investigação, o aspecto formal, estrutural da linguagem: apenas o situa na sua integralidade histórica e social".

7. Bibliografia

ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d'. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. 2a. Ed. Desterro: Tip. De J. J. Lopes, 1877.

BAKHTIN, Mikhail M. / VOLOCHINOV, V.N (1986) "*Marxismo e Filosofia da Linguagem*", 3ª ed. trad. Michel Lahud

e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Ed. Hucitec. [1977, original].

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 219, 1953.

BORGES FORTES, João. *Casais*. Rio de Janeiro: Ed. Centenário Farroupilha, 1932.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os Açorianos*. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

CASCAES, F. *Vida e arte e a colonização açoriana.* Florianópolis: Raimundo Caruso Editora Insular, 1981.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Sérgio Luiz. *Nós não somos de origem*. Tese de Doutorado em História, Área de concentração História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2006.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

HOUAISS, Antônio. *O que é Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MATTOS, Jacinto Antônio de. *Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos* (1640-1916). Florianópolis: Tipografia d' O Dia, 1917.

MORAIS SILVA, Antônio de. *Grande dicionário da língua portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1813, ed. Fotografada pela RLP, sob a direção de Laudelino Freire, Rio de Janeiro, 1922.

PIAZZA, Walter Fernando. *A Epopeia Açórico-Madeirense*. Coedição: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, Florianópolis, 1992.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialetológicos.* 2. ed. melhorada e ampliada. Belém, CNPq / Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SOARES, Doralécio. *Folclore Brasileiro (Santa Catarina).* Rio de Janeiro, MEC / SEC / FUNARTE, 1979.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. *Análise do aspecto semântico lexical em cinco atlas linguísticos brasileiros.* In: Primeiro Seminário Regional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB-Rio). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

17. **Mª GABRIELA CARDOSO FERNANDES DA COSTA,** Universidade Federal de Alagoas,

ENTRE A MÁGOA E O SONHO: MEMÓRIAS DE UMA "GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS", MARIA GABRIELA DA COSTA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS,

Análise crítica do romance de João de Melo, *Gente Feliz com Lágrimas* (1988), a partir das personagens Nuno Miguel, Maria Amélia e Luís Miguel, enquanto representantes do viver insular.

Através da memória reavivada pela representação da casa e as recordações da infância, elas evocam a condição do ilhéu encarcerado num quotidiano marcado por sentimentos ou estados e inquietude, angústia e solidão, e tomado pelo sonho da evasão, da fuga de "um tempo de espera sem esperanças".

A memória é um campo de ruínas psicológicas, um amontoado de recordações.
Gaston Bachelard

Partir para longe é regressar.
Provérbio chinês

Fonte de numerosas imagens, o mar sempre teve um lugar de destaque no discurso literário, sobretudo no que tange o universo de língua portuguesa. "Via líquida" por onde singraram as primeiras caravelas em busca de um mundo novo, o mar, e o porto, como ponto de partida e de chegada, foram, são ainda, elementos privilegiados do imaginário de escritores e poetas da nossa língua.

A literatura enche-se então de imagens "encharcadas de mar"[58], um mar de "lágrimas de Portugal", guardião de sonhos emergentes e fiel depositário de saudades. Como afirma o narrador de *Ilha grande fechada*, romance de Daniel de Sá (1992:164), "*Não eram só da família, as saudades. Das suas coisas também, dos bichos, do mar... Tinham-lhe metido na cabeça aquela de que o mar dá saudades, que um homem das ilhas não pode viver sem ele".*

Sob a perspectiva dos portos outras viagens passam a ser intentadas, viagens que propiciem aos seus viajantes, entre outras coisas, uma descoberta de si próprios, o resgate da memória e dos sonhos:

> *De sorte, senhor, que daqui nos partimos ambos em demanda do destino levados, em diferentes anos e meses no mesmo navio-cargueiro, nos seus cheiros côncavos, resinosos e inseguros. Levados, repare bem, pelo chamamento da longínqua e difícil voz de Deus*
> *[...]*
> *Gostei tanto de Lisboa, daquele polvo azul sobre as colinas, das ruas planas que vão num círculo, desde o fim das docas até à baía de Cascais... Comecei aí a organizar dentro de mim todos os motivos que me levaram a gostar de estar viva, a ser mulher de novo, a recomeçar os meus dias a partir desse segundo mundo...*
> *(GFL,:16-19).*

Levando para a cena literária as inquietações e as angústias que caracterizam o homem da ilha, constantemente dividido entre o impulso de partir e o desejo de ficar, vivendo um contraponto de tensões geradas a partir dos sentimentos dicotômicos do estar longe e estar perto, o escritor João de

NOTAS:[58] Macêdo, Tânia Celestino. (1999) *Visões do mar na literatura angolana contemporânea.* In *Via Atlântica*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. n.3 (1999). São Paulo: Departamento, 49-57.

Melo faz jus às palavras de Adelaide Batista constantes do livro *João de Melo e a Literatura Açoriana* (1993: 41):

> *Curioso, porém, é notar que as narrativas mais focam os sentimentos e efeitos relativos às partidas e chegadas do que propriamente a experiência emigrante. É que nas ilhas, onde o tempo e o espaço se condensam, intensificando formas de estar e sentir, tal realidade impõe-se não tanto como fenômeno social em si, mas antes como marca de uma condição existencial de forte sofrimento, emoção e perspectiva universal.*

No romance, *Gente Feliz com Lágrimas* (1988), o eixo crucial da narrativa incide sobre o árduo itinerário das personagens Nuno Miguel, Maria Amélia e Luís Miguel, percorrido por caminhos cinzentos, porém grávidos de sonhos, a partir do solo que os viu nascer e crescer – o Rozário – indo desaguar num mar sem fronteiras, símbolo ao mesmo tempo, do encarceramento a que está votado o ilhéu, cercado de mar, e do sonho de alçar voo que o persegue. De acordo com Freitas (1999:97), "*O mar é a nossa prisão mas também a nossa passadeira".*

Num verdadeiro exercício de intertextualidade e metalinguagem marcado pelo diálogo entre as personagens e o senhor Franz Kafka, como a grande metáfora do escritor moderno, a ação narrativa de *Gente Feliz com Lágrimas* desenvolve-se numa temporalidade não cronológica entre passado, presente e futuro.

Através da voz do narrador em terceira pessoa e das vozes dos narradores / protagonistas por ele gerenciadas e distribuídas dialogicamente numa alternância repetida e cadenciada – Nuno Miguel, Maria Amélia, Luís Miguel –, são postos em causa os sentimentos dos viventes da ilha tomados muitas vezes pelo desespero da partida e pelo posterior desenraizamento.

O pequeno viver insular com o seu quotidiano desgastante e repetitivo alimenta o sonho americano da ida, fazendo do mar o seu lugar de passagem; o mesmo mar, no entanto, propicia também o sonho açoriano da volta porque, e citando uma vez mais o narrador de *Ilha grande fechada*, "*Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela"*; porque, como afirma Brasil (1992: 206):

> "[...]
> *a emigração [é] um caminho ao qual o açoriano se entrega com a compulsão do cumprimento de um dever. O resultado é a errância, a transitoriedade e o permanente desejo de volta*"; ou ainda porque "
> [...]
> *depois da viagem é à casa que nos apetece regressar, é só lá que repousam os eternos errantes à procura de tudo ou de nada*" (Freitas, 1992:82).

> *Sabia o que o tinha feito regressar ao Rozário, mas não por quanto tempo se dispusera a procurar ali o esquecimento dos seus males do mundo. A vida mudara de uma forma talvez definitiva, despovoada da presença e do amor de quantos a tinham podido explicar até ali. Porém não vinha refazê-la.*
> *[...]*
> *Ao fim de tanto tempo, era também certo que quase toda a gente decidira partir para muito longe do Rozário. Por isso mesmo não tinha ilusões quanto aos que pudessem ter ficado para trás. Voltar só lhe acontecia a ele, e desse modo cabisbaixo e soturno, como os mochos que amam as crateras escuras dos troncos, os moinhos abandonados e as casas em ruínas (GFL,:447).*

Essa tão almejada volta à casa, no entanto, que para uns se constitui no lenitivo da partida, na perspectiva já de uma viagem de mão dupla como consequência da consciência antecipadora da ausência de parâmetros na terra de adoção, nem sempre é passível de ser realizada e permanece no âmbito dos sonhos:

> " *Sonham com as vacas, as terras e os cavalos dos Açores, e fazem planos para casas vistosas à beira da estrada que liga o Nordeste a Ponta Delgada"* (GFL,353).

A Ilha, *"trouxeram-na, mantêm-na intacta dentro de si* "e, apesar da mudança de nomes – George, Mary, Lewis, Wiliiam, Frank –, *"[...] persistem no*

tempo obsessivo das procissões e romarias, no pudor da mais sagrada nudez, no vício de dizer mal dos vizinhos"(GFL,:353).

Para outros, como o escritor Rui Zinho, o duplo de Nuno Miguel, como ele próprio se intitula, a volta à casa não significa a realização do sonho catártico de uma infância pobre e sofrida, mas sim um momento de reflexão, uma busca de si mesmo e dos seus sentimentos postos em equação:

> *Sentado do lado da janela, tentou personificar em si o sonho desse regresso ao Rozário. Não tinha, não teria nunca a importância do mito do retorno à origem perfeita do Homem. Acontecia-lhe só um regresso talvez definitivo após vinte e cinco anos de ausência. Não uma ressurreição. Partira de um cais com navios. Estava de volta a um mundo sublimado, inexistente. (GFL,: 445)*

O seu regresso não corresponde, pois, ao universo proustiano da busca de um tempo perdido. Porém, como a casa, no dizer de Bachelard (1992:26), "maintient l'homme à travers les orages du ciel et les orages de la vie", é nela e através dela que as suas recordações tomam vulto:

> *O passar muito baixo dos navios cheios de gente feliz com lágrimas, em direção à América dos primeiros sonhos [...]. O silêncio incomparável do silêncio. A mágoa. O deserto do mar com água e o deserto da água sem mar. O peso insuportável das mãos do pai, que muitas, excessivas vezes lhe batera sem razão e depois morrera de cancro no Canadá [...] (GFL,:451-452)*

Entretanto, e como todo o homem tem o seu direito de sonhar ele alimentou um dia o sonho / devaneio de viver numa casa, a sua, com árvores em frente do mar,

> *que dê tanto para o repouso como para um encontro com o meu outro destino. Regressarei a Lisboa para me colocar do outro lado de mim, dono e senhor da casa metafísica fechada à chave, por dentro da escuridão e do vazio insuportável desta casa. (GFL,: 49).*

Ia assim ao encontro da teoria bachelardiana segundo a qual a casa é um dos maiores fatores de integração para os pensamentos, as recordações e os sonhos do homem, integração essa que tem como elo de ligação o devaneio[59].

A representação da casa e as recordações da infância são elementos comuns a histórias das personagens do romance de João de Melo, foco desta análise.

O mar que as atravessa é também o veículo de comunicação entre elas. Nuno Miguel e Maria Amélia partiram juntos para o continente, para longe da "maldição da [sua] infância na Ilha", determinados a deixar para trás "um passado sem história" e a esquecerem-se dele sem a menor sombra de sofrimento.

A fuga para a vida religiosa, em Lisboa, foi a saída que encontraram para se livrar ele, das pancadas do seu "pobre cão de pai", ela da fúria da mãe, dos beliscões nos braços e das bofetadas cheias de ódio. E foi na casa, "em que tudo foi sempre mais ou menos absurdo", que Maria Amélia encontrou, no "soalho", o nutriente para o seu devaneio:

> *Lembro-me de às vezes ficar ali a contar as nuvens e a imaginar-lhe formas de coisas conhecidas. Umas pareciam-se com vacas deitadas nos pastos, por causa das patas flectidas e das cabeçorras oblíquas. Outras, muito maiores, eram casas navegantes ou navios encalhados, talvez mesmo mapas que iam fundir-se noutros mapas e formavam países fantasmas – numa espécie de dança, voo planado ou arraial sem ruídos. (GFL,:60)*

Prenunciava-se, assim, através dessas imagens de mar e voo, o seu destino emigrante, em terras de África primeiro, e mais tarde, quando os filhos de Angola a chamaram de colonialista e a mandaram para o *Puto*, nas terras frias,

[59] Bachelard, Gaston.(1992) *La poétique de l'espace*. 5.édition. Paris: Presses Universitaires de France, p.26.

porém promissoras do Canadá. E ela, que não sabia ser feliz sem lágrimas, deixou a Ilha, a casa "*que era o que se pode chamar uma prisão sem grades: todos vivíamos de cócoras e com medo de tudo*", e onde *"na opinião do papá, nunca passaríamos desses seres rasteiros e defeituosos, os pássaros"*, e alçou voo rumo ao país dos seus sonhos perfeitos, onde deixou de ser a Maria Amélia e passou a ser Mary, só.

Para fugir também de uma vida mesquinha fruto de uma infância marcada pelas sovas do papá e da infelicidade e dor que elas lhe traziam, infância que, segundo Bachelard (1988: 119), "*permanece em nós como um princípio de vida profunda, de vida sempre relacionada à possibilidade de recomeçar*", para fugir de

> "*um tempo de espera sem esperança", Luís Miguel inscreveu-se como voluntário no serviço militar e acabou por ir, de castigo, para a guerra da Guiné de onde voltou curado de todos os males, ou pelo menos sem a sua memória, mas com "uma ferida aberta nos dois olhos e um arrepio de frio ao comprido da espinha...*"(GFL,:204)

Tendo emigrado para o Canadá embalado também pelo sonho de melhores dias e a conquista de alguns "dolas", a sua não-adaptação àquela terra onde era "canadiano à força" está patente nestas suas palavras:

> *Chorava como um cachorro perdido do dono, num país estrangeiro, a ser enxotado de job para job e a enregar sempre em trabalhos cada vez mais custosos. Quando mal me habituava à Company e ao ritmo daquela gente que falava inglês e bebia tigeladas de café para conseguir ressuscitar da morte de Toronto, vinha sempre um homem a quem chamávamos "bossa", muito sério e com voz compadecida, e dizia-me as palavras que os emigrantes mais depressa aprendiam e nunca mais podiam esquecer:*
>
> – *I'm sorry, Lewis... Lay off, lay off, Lewis! (GFL,:198-199)*
>
> –

Para Nuno Miguel, as recordações da infância são ainda mais dolorosas. O sótão, que para Maria Amélia era o lugar do devaneio, para ele significava o lugar de repressão e de sofrimento:

> *E foi quando papá perdeu a cabeça e decidiu fechá-lo no sótão às escuras. Íamos levar-lhe a comida, a mando dele, no testo de barro que servia para alimentar o cão.*
>
> *[...] À nossa aproximação, os ratos escapuliam-se pelas frestas, aos guinchos, como ovos a fritar [...].*
>
> *Quando se chegava ao cimo do sótão, o meu irmãozinho estava sentado no escuro, de mãos postas, e os olhos azuis lá no canto, acesos como faíscas de gatos. (GFL,:180)*

A ideia de suicídio começou, desde essa altura a invadi-lo. Anos mais tarde, no entanto, considerava que:

> "*O projeto de um suicídio sempre adiado deixara até de constituir-se na última esperança – porque a morte era difícil, exigia outra coragem e estava provado ser fria"*. (GFL,: 450)

Em Lisboa, longe da presença terrível do pai, dedicou-se à política, à Literatura, deixou de ser Nuno Miguel e passou a ser Rui Zinho, o escritor, casou com Marta, mas continuou infeliz. Separou-se dela mais tarde, porém nunca esqueceu esse amor fracassado. Como também não esqueceu a Ilha e a casa que um dia lhe coube por herança e à qual voltou com "*a sensação de ter vindo não da cidade de Lisboa mas de todas as cidades perdidas do tempo".*

O longe é para ele, metaforicamente, o retrato da doença que corrói o corpo e a alma: "*O pai morrera de cancro na próstata no Canadá; a mãe morrera de cancro linfático, também no Canadá; os irmãos podiam um dia vir a morrer de cancro porque estavam no Canadá*". E um sentimento identitário toma conta de si:

> *Se me perguntarem por que razão gosto tanto assim do meu país, respondo-lhes que me sobra sempre um motivo. Gostarei sempre do meu país enquanto o escarnecerem. Amá-lo-ei mesmo na sua nudez, nos vícios e nas coisas luminosas. Serei português com a moral e com o espírito, e com o sangue até de quem traz em si um verso, um cheiro a mar, um fruto da sua terra.*

Diante da casa vazia "de quem um dia se foi embora", Rui Zinho, no seu "Regresso invisível", é invadido pelo sentimento de consciência insular, aquele que, conforme Brasil (1999: 211),

> *se expressa pela distância, pela nostalgia, pela contemplação melancólica da paisagem, dos garajaus que voltam todo o ano, da bruma que tudo obscurece, do mar quase sempre crespo, das tempestades, das nuvens densas e baixas do inverno, do azorean torpor; significa uma espécie de resignação às inclemências* e dificuldades da vida insular, algo indizível mas profundamente experimentado.

Desse seu encontro do presente com o passado da casa Rui Zinho chegou à conclusão de ser ele mesmo a casa, "mas na primeira pessoa do singular. Soubera sempre que um dia viria não para habitá-la, e sim para a viver".

E não obstante o "*opressivo, o tormentoso, o excecional espetáculo de uma casa há muito fechada, consumida pelo abandono"*, ele conseguiu experimentar a sensação da imagem construída por Bachelard (1988:132-133) de que *"os quartos da casa perdida, os corredores, o sótão e a adega abrigam odores fiéis, odores que o sonhador sabe pertencerem somente a ele*". E chegar à conclusão, com o filósofo da imaginação, de que "*quando é a memória que respira, todos os cheiros são bons".*

No seu novo projeto literário, o passado dará lugar a um futuro cheio de promessas, a começar pela casa, onde erguerá janelas que se abrirão para o sol da manhã, à espera de uma *Gente feliz com Lágrimas.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bachelard, Gaston. (1992) *La poétique de l'espace*. 5. édition. Paris: Presses Universitaires de France.

_____.(1988) *A poética do devaneio*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes.

Batista, Adelaide Monteiro.(1993) *João Melo e a literatura açoriana*. Lisboa: Dom Quixote.

Brasil, Luiz Antônio Assis. (1999) *A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia*. in *Via Atlântica*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. n. 3 São Paulo: Departamento, 204-223.

Freitas, Vamberto.(1999) *A Ilha em frente*: textos de cerco e de fuga. Lisboa: Edições Salamandra.

Macêdo, Tânia Celestino.(1999) *Visões do mar na literatura angolana contemporânea,* in *Via Atlântica*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Nº 3 São Paulo: Departamento, 49-57.

Melo, João de.(1988) *Gente feliz com Lágrimas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Sá, Daniel de.(1992) *Ilha grande fechada*. Lisboa: Edições Salamandra.

18. M.ª ZÉLIA BORGES,

19. **REGINA HELENA PIRES DE BRITO -** da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

HAVERÁ NECESSIDADE DE TRADUÇÃO DENTRO DA PRÓPRIA LÍNGUA?

No exercício do magistério, chama-nos a atenção, sobretudo, a dificuldade dos alunos em compreender convenientemente os textos com que devem trabalhar. Tal deficiência parece advir, na maioria das vezes, do vocabulário pouco conhecido, o que leva, não raras vezes, à exigência de "tradução" em suas leituras.

É voz geral de especialistas na teoria da tradução que se traduz "não de uma língua para outra, mas sim de um ato de fala para outro. Isto por que o sentido "*não é nem está na língua, mas é, sim, uma representação mental*" (Garcia-Landa, 1984, p. 69).

Na visão deste autor (1984, p. 64) "*apenas a teoria da tradução pode desvendar a essência do fenômeno da fala, isto é, a produção coletiva de representações mentais*".

Para atuar com palavras é "*preciso que os interlocutores compreendam o que se lhes diz e a compreensão é a coprodução de representações mentais*". Insiste em que a tradução é um segundo ato de fala que reproduz o que já foi dito.

Não é preciso que o segundo ato de fala se processe em uma língua diferente daquela em que se realizou o primeiro, pois já é senso comum que há três tipos de tradução: intralingual, interlingual e intersemiótica – conforme distinção proposta por Roman Jakobson.

Com essa classificação, abaixo transcrita, o linguista russo ressalta a impossibilidade de se obter, por meio de uma tradução, a completa equivalência:

1. *A tradução intralingual ou reformulação (rewording) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.*

2. *A tradução interlingual ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.*

3. *A tradução intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais." (Jakobson, 1995, p.64-5).*

É no sentido dessa tradução intralingual que tratamos, neste artigo, da viabilidade da tradução em contexto lusófono, considerando as variedades do português ora dentro de cada país, ora nas relações com os demais países de expressão oficial portuguesa (português europeu, português brasileiro, português moçambicano e assim por diante).

Assim, uma vez que a língua portuguesa tem numerosos falares diferentes, fica bem verdadeira a afirmação de que devemos ser "*poliglotas dentro da própria língua*" (Bechara, 2006, p.14).

Disto decorre, muitas vezes a necessidade de tradução entre falares diferentes, sejam tais diferenças diacrônicas, diatópicas, diastráticas ou diafásicas. Não pretendemos nos alongar em questões teóricas sobre tradução, e sim mostrar, na língua portuguesa, como ela acontece. Então, vamos aos fatos.

1.

Analisamos, inicialmente, a necessidade de tradução de algumas falas em registros escritos:

1.1.

"Da pinima eu comia só o coração delas, mixiri, comi sapecado [....]" (Rosa 1985: 166).

mixiri

[Do tupi *mixira* ou *mixyra*, 'assado'] *Adj.* (LB)[1] e (SB) dão o significado de "assado'" STR a define como fritura de peixe e de carnes muito torrada, conservada em vasilhas na gordura que serviu para prepará-la. Bem preparada se conserva por muito tempo e já foi indústria muito explorada, especialmente no Solimões.

A mixira mais comum é a de peixe-boi e de tartaruga; mais rara a de tambaqui e outros peixes, assim como de caças. Registra-se tb. *mixire*, "fritado'" no mesmo dic.

pinima

[Do tupi *pi'nima* 'malhado, manchado, listrado, rajado'; cp. *pinimba* 'birra'; ver *-pinima*; f. hist. 1752 *penyma*, 1833 *pinímas*] (DH).

S. f. Rosa usa o vocábulo, como f. red. de jaguarapinima, para designar uma variedade de onça, descrita por Santos: carnívoro fissípede, da família dos felídeos *(Panthera [Jaguarius] onça)*, de coloração amarelo-avermelhada, com manchas pretas arredondadas ou irregulares, porém simétricas, em todo o corpo, encontrado (salvo no Chile e nos Andes) em toda a América, desde o SE dos E.U.A.

Tem cerca de 1,50 m de comprimento, afora a cauda, que tem 60cm, e 80 cm de altura.

É considerada a fera mais terrível da América, e alimenta-se da caça e da pesca de animais, preferindo grandes peças.

[Sin.: *acanguçu, canguçu, jaguarapinima, jaguaretê, onça, onça-pintada, pintada, tigre.*].

Santos (1984), apresenta as variedades de onça: *jaguaretê pinima ou iuaretê pinima, jaguaretê-pixuma ou iauaretê-pixuma ou onça-preta, jaguaretê sororoca ou iauaretê sororoca.*

Navarro (1998: 112) observa: com a colonização, o cachorro foi trazido para o Brasil, passando a receber o mesmo nome dado à onça, *jaguara* ou *îagûara*. Para se diferenciar um animal do outro, passou-se a usar o adjetivo *etê*

(verdadeiro, genuíno) com referência à onça (*a îagûara verdadeira*), em oposição à simples *îagûara*, que era também o cachorro.

1.2.

Vejamos um trecho de outro autor em que algumas palavras parecem necessitar de tradução. Digamos que seja uma tradução pontual, mas de todo conveniente para um número considerável de palavras da sequência:

> *[....] entre palanganas de canjica e munguzá, tabuleiros de lelê, pamonha, acaçá, milho cozido e docinhos de leite e ovos, sequilhos de goma, beijus e mingau de carimã, de milho e tapioca, alguidares de amendoim cozido, pé de moleque, alfele, mel de engenho, bolo de fubá, bolo chico filipe [....] (Ribeiro 1984: 146)*

canjica

[Orig. contrv; segundo DHTP, do P *canja*; para Gilberto Freire (*Casa-Grande e Senzala*), do "ameríndio" *acanijic*; segundo Nascentes, do quimb. *kandjika*; para NL, há tb. o quicg. *kanjika* 'papa de milho grosso cozido'; o emprego como eufemismo de *cachaça* é de orig. obsc.; f. hist. 1725 *quangiqua*, 1752 *canjica*] (DH).

FAB considera o voc. advindo do banto e DACB o aponta como advindo do quicg. com modalidades e nomes diversos em diferentes regiões do Brasil: no RS, comida feita de milho cozido, pouco sal, comido simples ou acompanhado com leite; na BA e PE, é apreciado com leite de coco, açúcar e canela, chamando-se *munguzá*, alimento ao gosto de Oxalá e Nana; em outros estados, chama-se *curau*.

Para o DH é S. f. Rubr. cul. Reg. 1. B. papa cremosa de milho verde ralado e cozido com leite e açúcar; corá, jimbelê, curau. 2. S do BR., MG, CO do B, m. q. *munguzá.* 3. ANG: ensopado de feijão com farelo de milho, temperado com azeite de dendê.

munguzá

Do quimb. *mukunza* 'milho cozido'. FAB o apresenta com étimo banto, B, (quicg., quimb.)]

S. m. Rubr. cul. espécie de mingau feito de milho branco com leite e leite de coco, temperado com açúcar e canela.

lêlê

O DH dá-lhe a etimol. prov. afr. e define: S. m. Rubr. cul. Reg. B. Bolo de tabuleiro, feito com milho e leite de coco. FAB o apresenta com advindo do kwe ou jeje e o DACB dá-lhe como equiv. *canjicão*, uma das comidas votivas de Yemanjá e doce de leite de coco com milho moído, comida votiva de Oxum.

acaçá

Segundo o DACB, do jeje *akatsa* 'espécie de pão de farinha de milho ou outro cereal, cozido na água, envolto em folhas'. Para FAB, originário do kwa (jeje), B. A autora dá como equiv. *eco* (kwa).

No DH, encontramos: S. m. Reg. B. Rubr. cul. 1. bolinho afro-baiano feito de farinha de arroz ou de milho, cozido em ponto de gelatina e envolvido, ainda quente, em folhas de bananeira. 2. bebida refrescante feita de fubá, arroz ou milho, fermentado em água açucarada. Deriv. por ext. de sent. 3. substância que refresca; calmante.

carimã

Do tupi *kari'mã* 'farinha de mandioca'; f. hist. 1554 *carimã*, 1587 *carimá*, c1594 *carima* S. m. Reg. B. 1. farinha de mandioca seca e fina. Rubr. cul. 2. bolo feito de farinha de mandioca. 3. bolo feito com massa azeda de mandioca mole, seco ao sol. 4. Reg. PA. espécie de mingau de farinha de mandioca dissolvida em água e açucarada que se dá às crianças 5. praga que ataca os algodoeiros adj. 2g. 6.que apresenta pelagem branca e alaranjada (diz-se de bovino).

beiju

Para DH, do tupi *mbe'yu* 'bolo de farinha de mandioca'; var. devidas a flutuações na língua geral de *-mb-* > *-m-* / *-b-*, evolução consonântica *-j-* ou vocálica *-i-* da assilábica *y*, timbre da vogal pretônica etc.; ver *beiju-*; f. hist. a1576 *beijús*, c1596 *beiius*, 1618 *bejús*, 1705 *beyjù*. Petter (2002) fala da origem controv. do voc., mas acrescenta que Schneider o aponta como originário do iorubá.

S. m. Rubr. cul. Reg. B. 1. Espécie de bolo de goma ('polvilho') ou de massa de mandioca assada, de que há diversas variedades. 2. acepipe feito com fubá, açúcar e manteiga, que se assa no forno ou em chapa. 3. MG. espécie de biscoito

doce muito leve e quebradiço, enrolado como canudo, ger. anunciado nas ruas pelo som de matraca ('instrumento de percussão'). 4. MG. farinha de milho grossa e torrada, com flocos, que se come ger. com leite. Tem como variante *biju*.

tapioca

O DH, citando Nascentes, registra o tupi *tïpï'og* 'sedimento, coágulo da mandioca crua coalhada'; o DHPT registra *tïpï'oka* 'fécula alimentícia da mandioca'; f. hist. 1618 *tapioqua*, c1631 *tapioquo*, 1663 *tapyoca* . Petter (2002) atenta à origem controv. do voc., mas acrescenta que Schneider o vê como originário do banto.

S. f. Rubr. cul. 1. Reg. B. fécula comestível, extraída das raízes da mandioca ou do aipim, com que se preparam pratos doces e salgados. 2. NE beiju feito dessa fécula e recheado de coco ralado. 3. CE. pão caseiro do sertão preparado com goma de mandioca, água e sal e por vezes temperado com coco.

mingau

Para Houaiss, do tupi *minga'u* 'comida que gruda', depois, com ditongação e deslocamento do acento, *mi'ngaw* 'alimento pastoso originado de farinha de mandioca cozida em leite ou água', p. ext. 'papa preparada de modo semelhante ou de consistência semelhante'; f. hist. c1584 *mingaos*, 1587 *mingau*, c1596 *mingaõs*, 1624 *mingào*, 1656 *minguao*, 1663 *mingaú*.

S. m. Rubr. cul. 1. alimento cozido, de consistência cremosa, pastosa, feito ger. de leite e açúcar, engrossado com cereais ou farinhas variadas (aveia, maisena, fubá de milho, arroz etc.); papa, papinha. 2. Deriv. por anal. qualquer substância com a consistência do mingau (acp. 1).

2. Analisaremos, a seguir, alguns casos de falas onde há palavras com sentido muito regional:

2.1.

Chegou ontem à Goiânia, vindo de São Paulo; voltou cheio de bandido.

"Bandido! você não deixa por menos, só faz coisas benfeitas".

Caso interessante acontece com o voc. bandido: dicionarizado no DH como S. m. 1. indivíduo que pratica atividades criminosas; assaltante, bandoleiro; 2 . Derivação: p. ext. de sent. Pessoa sem caráter, de maus sentimentos Adj. 3. relativo a bandido ou a banditismo 4. cruel, que faz sofrer, infeliz 5. que se bandiu; banido, desterrado.

Ortêncio (DBC) reconhece dois significados no CO: 1. dinheiro; 2. interjeição usada para elogiar ou amaldiçoar.

2.2.

O vocábulo *boqueirão*, dicionarizado no DH tem significados diversos para o B todo e de uma região para outra:

> *Para todo o território nacional – boca extensa ou muito aberta; bocarra; grande boca de um canal ou rio; entrada ou abertura cuja forma lembra a de uma boca; cova profunda e extensa; vala; quebrada entre montes, em muralhas de defesa, em valados; rua que dá para um rio ou ribeira*.

Mudando de uma região para outra – braço de mar entre uma pequena ilha e um litoral esbarrancado (MA); garganta estreita em serra, por onde corre um rio; bocaina (N do B); terreno próprio para o cultivo do cacau (BA); abertura larga para um campo após estrada estreita ou desfiladeiro (RS); terreno descampado entre dois matos, banhados etc.; clareira (RS); m.q. *brechão* (geomorf.) (S do B): brecha de grandes proporções; represa em que se estão a abrir valas (P); segmento do curso de um rio entre montanhas próximas e que corre em uma garganta ou canhão (B – SP e PR).

2.3.

Um brinquedo que consiste numa armação leve de varetas, recoberta de papel fino, à qual geralmente se prende uma tira, o rabo, que lhe dá certa estabilidade; quando empinado no ar por meio de uma linha é chamado papagaio em Portugal e no Brasil.

Em Portugal, é também conhecido como cometa, canoa, estrela, bacalhau, zoeira[3], no Brasil leva também os nomes arraia, cafifa, pandorga, pipa, raia. Entre mineiros ouve-se mais frequentemente o nome papagaio; entre gaúchos, pandorga; entre paulistas, quadrado e entre paraenses, pipa.

3. Todo um capítulo poderia ser ocupado por sintagmas cristalizados, tipicamente regionais, de sabor muito popular:

3.1.

O DBC aponta inúmeros:

•Bater carroceria – andar com caminhão vazio;
•Cara de jenipapo – rosto enrugado, envelhecido;
•Casar na igreja verde – amigar (igreja verde é o mato);
•Chamar o juca[2], por o juca pra fora – vomitar
•De jazinha – neste momento; já ,já;
•Invernar na pinga – passar todo o tempo bebendo;
•Irmão da opa – beberrão;
•Levar a lata – tomar o fora da nomarada
•Maria-isabel – prato feito de arroz misturado a pedacinhos temperados de charque. O dicionário afirma ser prato tradicional da culinária goiana;
•Maria vitória (CE) – palmatória; chicote-das-dores – chicote;
•Quebrar a munheca – emborcar o copo de bebida;
•De marca-serena / de marca-olho – coisa boa, qualificada;
•Queimar campo – mentir.

3.2.

O DN também apresenta expressões regionais pitorescas:

•A lei do pulso – na marra, sob pressão;
•Amarrar a cabra – tomar um porre, ficar bêbado;
•A locê (PI) a miguê (BA) – de qualquer jeito, no chute, de improviso;
•Alisar cabelo com brilho – passar em primeiro lugar, ser bamba no estudo;
•Guardabelo – manobrista, vigilante de casa noturna;
•De gota-sereno / de marca-olho – coisa boa, qualificada;
•Maria vitória (CE) – palmatória no CE; chicote-das-dores – chicote
•Morada-inteira (MA) – casa térrea com fachada principal situada no alinhamento da rua e janelas simetricamente dispostas em relação à porta de entrada;
•Não dizer uste nem aste – entrar mudo e sair calado;
•Não pedir pelanca a gato – não se humilhar, não pedir abatimento no preço;
•Necariu / nequinha – negação, de jeito nenhum;
•No rumo da venta (CE) – sempre em frente, em linha reta.

4. Se nos voltarmos para uma mesma palavra em diferentes países lusófonos o número de variantes é considerável.

4.1.

A palavra *amendoim*, *mindubi* do B, *mendubi* (RS) tem registradas no DH as variantes e os sinônimos:
•além de amendoim, alcagoita – P;
•manduína (corrup. De amendoim) e pinotes – nos AÇR;
•Amendoí, aráquide, caranga ou carango – em MOÇ;
•mandobi, mandubi, mendubi, mendubim, menduí, mepinda, mindubi, mpinda, jiguba, jinguba – em *ANG;*
•mancarra – em *CAB G-BS.*

4.2.

Qualquer tipo de material definido no (DH) como natural ou sintético, usado para banho ou lavação de utensílios apresenta também variantes e sinônimos diversos:

•esfregão, esponja, bucha – (B);
•esfregona, mapa (do ingl. amer. *mop*) (AÇR).

4.3.

Outro conceito nomeado diferentemente de um lugar para outro:

•Comida, refeição, repasto (no B – NO),

•NE do B, comumente se ouve: o de comer, com o diminutivo o de comezinho;

•Manjuca – nos AÇR.

•Vianda – em P: qualquer gênero de alimento, particularmente carne; **reg.** restos de comida para porcos, lavaduras; *plural* iguarias; parte do caldo que não é líquida; no RS: refeição em marmita fornecida a domicílio.

5.

Evitando alongar-nos em muitas explicações apontaremos, em tabelas, alguns outros casos de vocábulos com empregos e / ou sentidos diferenciados nas diversas regiões do Brasil:

Região **Palavra**	**N**	**NE**	**SE**	**CO**	**S**
Academia (N)		Academia Pular macaco (Ba)	Amarelinha (RJ) Maré (MG) Avião (RN)	Amarelinha; Amarelinho; Maré	(amarelinho, no RS, é variedade de fumo em rama, de boa qualidade e de coloração amarela)
Antipático, enjoado				Mangongo	
Asma	Piema (AP)				
Mau cheiro	Pitiú (AP)		Bodum, fedor, catinga, morrinha cecê		Murrinha, morrinha, budum, catinga, cecê
Capacidade de desconfiar quando se está sendo demais ou inconveniente; desconfiômetro, semancol, semancômetro			Chá de semancol		Chá de simancol ou chá de sifragol
Fechar com chave			Trancar, passar a chave		Chavear
Ficar ao sol para aquecer-se		Esquentar sol, aquentar sol	Tomar sol, Esquentar sol, quentar sol, jiboiar (digerir uma refeição ao sol)		Lagartear
Longa espera para uma audiência ou consulta			Chá-de-cadeira		Chá de banco
Mandioca	Macaxera Aipi ou aipim	Macaxera Aipi ou aipim	+ Aipim (RJ)	Macaxeira ou aipim (GO); Mandiopeba ou mandiopã (MT) é variedade de mandioca cujos tubérculos dão em pequena profundidade	Aipim (RS)
Mandioca mal Cozida				Ensoada	
Morrer	Ir para o Acre		Abotoar o paletó, bater a(s) bota(s), bater a caçoleta, bater a pacuera, bater as botas, dar com o rabo na cerca, bater o pacau, desinfetar o beco, esticar a		Bater com a cola na cerca, acabar com a casca(matar), bater o pacau, bater o timbó

			canela, esticar o cambito, ir para o andar de cima, ir para o beleléu, passar desta para melhor (vida), vestir o paletó de madeira,		
Pão francês		Cacete (BA) cacetinho – na Ba é pão menor que o cacete.	+ (SP) Pão de Sal (MG) cacetinho (BH)		Cacetinho (RS)
Pedaço de carne da região lombar, aderida a um pedaço de osso			Bisteca ou costeleta, t-bone (SP) coxão duro (SP) ou chã de fora (BH), coxão mole (SP) ou chã de dentro (BH)		Chuleta
Rabo			+		Cola
Tabaco ordinário		Macaia (Ba)	Macaio ou chuchu[4] (MG e SP)	Macaia	
Teia (tecido da aranha)	Paranho (AP)				
Teimosia				Engronga	

FIGURA 1: VOCÁBULOS DIVERSIFICADOS EM REGIÕES DO BRASIL

6. **Tabulamos também diferenças entre países:**

Região Palavra	Portugal (Continente)	Brasil	Açores
Aborrecimento	+	+	aberrunto
Local equipado com vaso sanitário	Quarto de banho	Banheiro Em P, banheiro é salva-vidas, indivíduo que prepara o banho	
Menino pequeno	Menininho, garoto, miúdo, puto, besnico, badameco	Garoto, petiz, pirralho curumim (AM), guri (sobretudo no S), pirralho Bacuri, piá, pitoco (RS)	Chincho (de chinchinho = pequenino)
Molho que se abrange com uma mão	Manojo	Manojo, manolho, mancheia	Mancho
Poder sobrenatural poder, prática atribuídos às feiticeiras	Bruxedo, Bruxaria, feitiçaria	Bruxedo, feitiçaria, coisa-feita, panela	Mando
Representação em escala reduzida de uma obra de Arquitetura / engenharia.	Maqueta, maquete	Maqueta, maquete	Maqueta (do ingl. amer. *market*) = loja, mercado

O que acabamos de expor procura ilustrar um pouco do levantamento que vem sendo realizado na elaboração da "DICIOPÉDIA Contrastiva da Língua Portuguesa", projeto idealizado e coordenado por Chrys Chrystello e que pretende registrar e confrontar vocábulos utilizados nos diferentes espaços em que o português é língua de expressão oficial. Fica aqui o convite para que visitem a Diciopédia Contrastiva (WWW.diciopedia.com.sapo.pt) e que tragam sua contribuição para que possamos, pelas palavras, saber um pouco mais dessa nossa identidade / diversidade lusófona.

7. NOTAS

1. Dicionários e vocabulários aparecerão abreviados: DH, para o dicionário Houaiss; AE-XXI, para o dicionário Aurélio Eletrônico, por exemplo. Não serão indicados número da página e data, porque a localização dos nomes é facilitada pela ordem alfabética.
2. Conforme a pesquisadora da UFU, Elisabeth Bernardes em Jogos e brincadeiras tradicionais: um passeio pela história. Disponível em http: / / www.faced.ufu.br / colubhe06 / anais / arquivos / 47ElizabethBernardes.pdf (acesso em 28 / 03 / 08).
3. Em Portugal, diz-se: *Chamar o Gregório; Chamar pelo Gregório; Gritar pelo Gregório*.
4. No B, por todo o país temos *chuchu*: 1. trepadeira (*Sechium edule*) da fam. das cucurbitáceas, nativa de regiões tropicais das Américas, com folhas cordiformes, lobadas, membranáceas e ásperas, pequenas flores amarelo-pálidas, e pepônios piriformes verdes, amarelados ou esbranquiçados, rugosos, de até 20 cm, comestíveis após cozimento, com uma semente grande; caiota, caxixe, chuchuzeiro, machucheiro, machucho, machuchu, maxixe, maxixe-francês, nachuchu, pimpinela (*STP*) ***2***. Rubrica: angiospermas. o fruto comestível dessa planta; caiota, caxixe, machucho, machuchu, maxixe, maxixe-francês, nachuchu 3. Regionalismo: Brasil. pessoa muito bonita, encantadora 4. preferido, favorito, queridinho 5. aguardente de cana; cachaça 6. *Xuxu*, no Cabo Verde, segundo o DH é reg. e significa quem é mau, endiabrado ou quem é sujo.

8.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo (2006). *Ensino da gramática: opressão? liberdade?* 12 ed., São Paulo: Ática.

BERNARDES, Elisabeth (s / d) Jogos *e brincadeiras tradicionais*. Disponível em http: / / www.faced.ufu.br / colubhe06 / anais / arquivos / 47ElizabethBernardes.pdf (acesso em 28 / 03 / 08).

CACCIATORE, O. G. (1998). *Dicionário de cultos afro-brasileiros.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária (DACB).

CAPELA, Loren Bernadete Gibson (2004). Vocábulos Regionais do Amapá: uma realidade. Dissertação de Mestrado na Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, inédita (para vocábulos do Amapá, região N do B).

CASTRO, Y. P. (2001). *Falares africanos da Bahia:* um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras / Topbooks. (FAB).

CUNHA, Antônio Geraldo da (1978 e 1999) Dicionário *Histórico das palavras portuguesas de origem tupi.* São Paulo: Melhoramentos. (DHTP)

FISCHER, Luís Augusto (2001). *Dicionário de porto-alegrês.* 12ed. Porto-Alegre: Artes e Ofícios (DP-A)

GARCIA-LANDA, Mariano (1984). "Análise do conceito de tradução" In *Tradução & Comunicação:* Revista Brasileira de Tradutores, nº 4, pp. 59-70.

HOUAISS, Antônio (2001). *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva. (DH).

LEMOS BARBOSA, A. (1956). *Curso de tupi antigo.* Rio de Janeiro: Livraria S. José. (LB).

_____ (1955). *Pequeno vocabulário tupi-português.* Rio de Janeiro, Livraria São José. (LB).

LOPES, Nei (2003). *Niovo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.

NAVARRO, Eduardo de Almeida (1999). *Método moderno de tupi antigo*: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 2ª ed., Petrópolis: Vozes.

NASCENTES, Antenor (1988). *Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras.* Rio de Janeiro: Bloch.

ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani (1983). *Dicionário do Brasil Central*: subsídios à Filologia. São Paulo: Ática (DBC).

PETTER, Margarida (2002) "Termos de origem africana no léxico do português do Brasil" In Nunes, José Horta, Petter, Margarida (org.) *História do saber lexical e constituição do léxico brasileiro.* São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP / Pontes.

RIBEIRO, João Ubaldo (1984). *Viva o povo brasileiro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ROSA, João Guimarães (1985). "Meu tio o Iauaretê". In *Estas estórias*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SANTOS, Eurico (1984). *Entre o gambá e o macaco*: vida e costumes dos mamíferos do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia.

SILVEIRA BUENO, Francisco da (1987). *Vocabulário tupi-guarani / português.* 5ª ed. rev. aum. São Paulo: Brasilivros, (SB)

STRADELLI, Ermano (s / d) – "Vocabulários da língua geral português-nheêngatu e nheêngatu-português, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirî e seguidos de contos em língua geral nheêngatu poranduua". *Revista do Instituto Histórico.* (adquirida em sebo, numa encadernação que não preservou os dados bibliográficos). (STR).

8.2. LISTA DE ABREVIATURAS

acp.	acepção
adj.	adjetivo
afr.	africano, africanismo
anal.	Analogia
B	Brasil, brasileirismo
cm	centímetro
cp.	compare
controv.	controversa
cul.	culinária
deriv.	derivado
dic.	dicionário
equiv.	equivalente
etmol.	etimologia
f.	forma; feminino(a)
ger.	geralmente
hist.	histórico(a)
infor.	informal
m.	masculino; metro
obsc.	obscuro(a)
orig.	origem
p. ext.	extensão
P	Português

prov.	provavelmente
quicg.	quicongo
quimb.	quimbundo
red.	reduzida
reg.	regionalismo
rubr.	rubrica
s.	substantivo
sent.	sentido
sin.	Sinônimo
tb.	Também
var.	variante
voc.	Vocábulo

8.3. SIGLAS DE NOMES DE PAÍSES E DE ESTADOS BRASILEIROS

AP	Amapá
ANG.	Angola
BA	Bahia
B	Brasil, brasileirismo
CAB	Cabo Verde
CE	Ceará
CO	Centro-oeste
E.U.A.	Estados Unidos da América
G-BS	Guiné-Bissau
MG	Minas Gerais
MOÇ	Moçambique
NE	Nordeste
PA	Pará
PE	Pernambuco
P	Portugal, lusitanismo
RS	Rio Grande do Sul
S	Sul
SE	Sudeste

8.4. SIGLAS DE NOMES DE DICIONÁRIOS

DACB	CACCIATORE
DBC	ORTÊNCIO
DHTP	CUNHA
DH	HOUAISS
DN	NASCENTES
DP-A	FISCHER
FAB	CASTRO
LB	LEMOS BARBOSA
NL	NEI LOPES
SB	SILVEIRA BUENO
STR	STRADELLI

20. **MÁRIO MOURA,** Chefe de Divisão de Ação Sociocultural da Câmara Municipal da Ribeira Grande

UMA CERTA DONA MARGARIDA: UMA PROPOSTA DE BIOGRAFIA

Quando nasceu em 1779 o termo de Batismo identifica-a com o nome de Margarida, ao falecer em 1858 o termo de óbito regista-a como Madre Margarida Isabel do Apocalipse. Entretanto, quem terá sido Margarida ao longo dos seus 79 anos de vida? A nosso ver, quatro aspetos articulam, logo explicam, a sua vida e obra:

- *Viu-se e era vista como freira clarissa até morrer, apesar de ter entrado para o mosteiro aos 20 anos e de ter sido forçada a sair do Mosteiro aos 53 anos.*
- *A separação definitiva dos pais em 1800 (confirmada com a demência do pai) marcou-a para toda a vida, obrigando-a inclusive a entrar para o Mosteiro mesmo sem vocação.*
- *Era uma Dona.*
- *Era uma artista sacra.*

Assim sendo, não só para a compreender melhor, mas também para explicar com maior clareza, esses quatro eixos definidores, existirão outros, da vida dela, precisamos de nos mover numa estrutura temporal flexível e num espaço abrangente, que ora avance ora recue nas diversas camadas do tempo, ao sabor da sua vida. Margarida nasceu na Conceição, Vila da Ribeira Grande, no seio de uma família, pelo lado materno, com nome, mas com poucos teres e haveres, e, pelo lado paterno, no seio de uma família com muitos teres e haveres, mas sem nenhum nome sonante.

I Regresso ao exílio

A 17 de maio, um Decreto dos liberais punha fim aos Mosteiros. Mas o seu Mundo começara de novo a vacilar há já alguns bons meses bem medidos: ia fazer precisamente um ano em agosto. Naquele glorioso dia, a usar as palavras com que os partidários se referiam ao evento, as tropas liberais haviam posto com êxito o pé em terra firme no Pesqueiro da Achadinha e, numa questão de dois dias, haviam tomado conta da Ilha da ponta da Madrugada à ponta da Ferraria. A sociedade encontrava-se dividida entre os que apoiavam ou aceitavam D. Pedro (entre os quais o próprio irmão Teodoro ou o cunhado deste) e os que lhe eram mais ou menos aberta ou veladamente hostis (Manuel Duarte Silva, filho de José Duarte, é citado como suspeito de simpatias miguelistas).[60]

Se a suspeita se confirma para 1835, não existem indícios para 1832. Entre eles, contavam-se também os moderados, tais como o irmão ou o marido da prima, José Duarte Pacheco. Este último, sendo Procurador, fora nomeado defensor de António Pinto Taveira e Neiva, um membro da velha elite local, acusado de num bailho ter dito uma quadra ofensiva à Constituição. A defesa de José Duarte conseguiu ilibá-lo em três tempos: provou não ser possível apurar com exatidão as palavras alegadamente proferidas, convenceu o júri de que o réu era não só morigerado como fora sempre amigo de homens liberais.[61] Mas havia-os também radicais, tais como o cunhado do irmão: José Maria. Que inclinações políticas teria a nossa freira? Seria uma liberal?

Num gesto que poderá ser visto tanto como de cortesia, como de calculismo ou até mesmo de pura adesão à causa dos novos Senhores da Ilha, ofereceria muito em breve uma composição floral simbólica à legítima rainha constitucional: D. Maria II. O certo é que ela se encontrava no seio de uma família dividida.

Ao cruzar o largo defronte do Mosteiro do Santo Nome de Jesus da Vila da Ribeira Grande numa carroça (ou em outro meio de transporte usado para a mudança), passou pelo Cruzeiro, pelo Passo Quaresmal, pelo granel e desceu a ladeira em direção à ponte Nova. Deixem-me imaginar que sim, enquanto se afastava daquela casa, de tão boa ou de tão má memória, qualquer coisa, talvez um som, se calhar um cheiro, ou uma palavra, mesmo até uma simples imagem, terá trazido à sua lembrança, desencadeado na memória, o trajeto em sentido contrário que fizera precisamente trinta e dois anos antes.

II Os três votos ou a morte para o Mundo

II.1 O Mosteiro

Atravessada a pequena ponte, teve de vencer a inclinada ladeira que conduz ao Campo das Freiras: um amplo espaço aberto; um terreiro em forma de quadrilátero, local escolhido para alardes militares na Vila. No meio deste descampado, também chamado de largo, ergueu-se até à primeira metade do século XIX um cruzeiro em pedra. Ao fundo, no lado virado a sul, correndo de nascente para poente, erguia-se o Mosteiro de freiras clarissas do Santo Nome de Jesus.[62]

II.2. Fim do seu mundo: Morrer aos poucos

Pelo menos já a dez de junho do ano de 1793, sete anos antes da entrada no Mosteiro, os pais estavam publicamente brigados, *de candeias às avessas* um com o outro, morando cada qual no seu canto.[63] Ana andaria então pelos dezanove anos a caminho dos vinte e Margarida fizera já catorze. Por esta altura, o casal tinha ao todo cinco filhos vivos: além de Ana e de Margarida, havia Teodoro, um ano mais novo que Margarida, Joana menos nove do que Margarida, e Mariana metade da idade da irmã Margarida. Os filhos andariam aos baldões, como quase sempre acontece nestas circunstâncias lamentáveis, uns com o pai, outros com a mãe, ou só com um ou com o outro, um a morar na rua de São Francisco, outro a morar na rua ao lado de São Sebastião.

Tudo muito perto, a terra era pequena. Tanto assim terá sido que, em 1800, só restavam três dos cinco filhos de 1793. Mariana acabaria a sua curta existência a catorze de outubro do ano seguinte. Iria fazer oito anos no mês seguinte. Desconhece-se por completo o paradeiro da infeliz Joana. As duas terão sucumbido durante o surto epidémico que grassara por toda a Ilha de São Miguel

[60] BPARPD, Crime, Ribeira Grande, R.E., n.º 132, fls. 146.
[61] BPARPD, Crime, Ribeira Grande, R.E., n.º 132, fls. 146.
[62] Baseio-me nas provas arqueológicas e documentais de que dispomos.
[63] BPAPD, Tabelionato, Ribeira Grande, Francisco Xavier Golhim, L 89, Mç. 14, fls. 11 v-12v..

por volta de outubro de 1793?[64] Deixadas pouco mais do que ao deus-dará, consequência inevitável das guerras conjugais dos progenitores, e ainda sem idade para cuidarem de si próprias, deixadas aos cuidados de criados pouco escrupulosos, Joana e Mariana terão ido desta para a melhor em dois ais? Supõe-se. Pode-se dar mesmo o caso de as coisas já estarem tremidas nove anos antes, em 1784.

Não sabemos quando exatamente, mas José Francisco seria considerado legalmente demente entre 1800 e 1803. Estando as coisas neste pé, o tio João Caetano Botelho, na primeira ocasião, de um modo discreto mas decisivo, terá acautelado a honra das sobrinhas. Além de pessoa influente era poderoso, bem colocado, conhecendo as pessoas certas, João Caetano teria dado o safanão certo no momento preciso. Aliás, Inês morava com o irmão. Possível evidência desta atuação discreta, será um pormenor do rol de 1800. Neste rol, o responsável fez riscar os nomes das irmãs na rua de São Francisco, mas lançou o nome da mãe em casa dos tios. Pelos vistos, estaria a par do facto de a mãe se ter mudado da casa do marido para a casa dos seus irmãos, mas desconhecia o facto de Ana e Margarida estarem já então no mosteiro?

Das duas, uma: ou só terão ido para o mosteiro pouco antes da Quaresma de 1800, ou tendo ido ainda algum tempo antes daquela data, haviam-no feito de um modo que não dera nas vistas. Mas se havia maneiras de se saber tudo o que se passava para além da cerca do mosteiro, os locutórios eram bastante concorridos, como teria sido possível guardar um segredo de tal monta numa comunidade tão pequena; onde todos se conheciam bem, ou presumiam conhecer-se bem, fora e dentro do mosteiro? Ainda por cima, tratava-se de uma conhecida família grada da terra. E perfeitamente destroçada. Era uma situação muito pouco vulgar.

Como terá Margarida vivido a separação dos pais? Ela e os irmãos? Em 1793, ou ainda antes, Margarida tinha feito catorze e o irmão treze. Mas como a situação presumivelmente viesse de trás, pouco ou muito tempo atrás, não sei, já então ambos experimentariam o tormento das discórdias entre os pais. Sentiriam o natural medo de perderem os pais? Mesmo sem culpa, culpar-se-iam pelo facto como o fazem normalmente os filhos? É bem provável. Nervos à flor da pele. Apreensão pelo seu futuro? É possível. E ainda por cima Margarida seria uma jovem bastante sensível. Acompanhou a mãe quando esta saiu da casa do pai para a casa da avó. Terá tirado parte por ela e acusado o pai? Como se costuma ver?

Seja lá o que Margarida tenha dito ou feito ou mesmo calado, nunca mais teria sido a mesma de antes: muito provavelmente fugiria a partir de então do casamento como se diz que o Diabo foge da Cruz. O matrimónio com Cristo terá sido uma união totalmente diferente: Cristo era o marido ideal. Não sei se com razão ou não, confesso, fica-se tentado a pensar se o trecho do **Arcano Místico** em que Abraão expulsa a escrava Agar e Ismael, filho de ambos, com Sara a assistir, poderá conter algo como um desabafo autobiográfico de Margarida, tanto mais que Margarida pôs a testemunhar a cena uma personagem que parece ser uma freira.[65] Uma freira oferecendo em uma bandeja um coração, o seu certamente, na cena do Portal de Belém (74-1 (1)), parece-nos menos equívoco: será a autora a oferecer-se, ou a explicar o seu sacrifício, a opção de entrar para o mosteiro, a Jesus? É bem provável. Era hábito os artistas fazerem-se representar na obra, será este o caso. Não será o também Arcano uma imagem do que Margarida foi ou quis ser, mesmo que não o tivesse sido? É também provável.

Com esta completa reviravolta na fortuna das irmãs, abria-se à frente das duas irmãs um capítulo completamente novo nas suas ainda curtas vidas. Viriam de certeza a sentir ambas muitas saudades da mãe, do pai, do irmão Teodoro e da prima Ana; mas sempre lhes restaria o consolo de os poder ver nas grades do Mosteiro. Exaustas, não terão tido sequer tempo para experimentar quaisquer estados de alma, bons ou maus, a não ser os próprios do dia do seu ingresso, muito menos para vacilar no seu sagrado dever de filhas obedientes. Vencidas pelo cansaço, ter-se-ão deixado levar pelo sono. Ao fazê-lo, foi como se houvessem regressado ao amparo acolhedor do útero materno: de onde haviam saído após as luas precisas.

III À espera do seu dia

[64] BPAPD, Vereação Câmara Municipal de Ponta Delgada, 9 de outubro de 1793, fl. 93.

[65] Moura, Mário, O Arcano da Ribeira Grande, Salamandra, 1999: 86-1(3); Gn. 21, 2-3; Gn. 21, 14-6.

Numa terra chamada Ribeira Grande, um remoto recanto insular de Sua Majestade Fidelíssima D. Maria I, aí por uma semana antes das Ladainhas de maio do ano de 1778, José Francisco terá cumprido mais uma vez uma das suas obrigações de homem como deve ser. Passadas nove luas e qualquer coisa, a consorte de José Francisco cumpriria o seu dever de mulher ao dar à luz a futura Madre Margarida Isabel do Apocalipse.[66] A mulher que emprenhara respondia pelo nome de Inês, **talvez em memória da virtuosa instituidora do convento dos frades, de nome Inês Pires.** Chamava-se de facto Inês Eufrásia Botelho, mas se quisesse fazer uso de todos os nomes a que tinha direito responderia a quem lhe chamasse de D. Inês Eufrásia da Glória Botelho Arruda Sampaio.[67] Só para mencionar alguns.

III.1. Já faltaria pouco

Chegara ao fim o ano de 1778, corria já o de 1779, o segundo do reinado da Senhora D. Maria I. Pela Senhora da Estrela, Dona Inês Eufrásia Arruda Botelho estava a três semanas de dar à luz a futura Madre Margarida Isabel do Apocalipse.

III.2. O corte do cordão umbilical

Já pairaria então no ar um cheiro inconfundível a festa; aí por alturas do Natal de 1778, por volta dos sete meses de gravidez, o formato do ventre, enovelado ou bicudo, levaria já D. Inês a pôr-se a adivinhar: viria a caminho menino ou menina?

III.3. Margarida Isabel Narcisa

É ponto assente aceitar-se que Margarida, antes de adotar em 1800 o nome religioso de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, respondia aos nomes de Margarida Isabel Narcisa, D. Margarida Isabel ou simplesmente D. Margarida.

Por que razão terá escolhido o sobrenome Apocalipse? Terá tomado esse nome, talvez por três razões, duas das quais me parecem óbvias. A começar era o nome da obra do santo objeto de culto familiar, além de ser o do santo patrono da Província Franciscana das Ilhas dos Açores: São João Evangelista. Porém, uma terceira razão remeterá para algo mais profundo: assim como João Evangelista apontava para o fim próximo do mundo, a separação dos pais apontaria para o fim imediato do seu mundo familiar? É uma hipótese a ter em conta.

Quanto ao de Margarida, tê-lo-ia ido buscar a três pessoas muito caras à família: a uma irmã de D. Inês, a uma irmã do pai e a Santa Margarida de Cortona. A sua irmã Francisca, a quem Inês convidaria para madrinha do seu próximo filho, tinha o sobrenome de Margarida.[68] Uma tia paterna, três anos mais velha que Inês, também parece ter usado aquele mesmo sobrenome.[69]

Aliás, é bom recordá-lo, Margarida nasceu no dia vinte e três de fevereiro, assim o diz o seu termo de Batismo, dia de São Pedro Damião. Contudo, tivesse ela nascido a vinte e dois e teria sido em dia de Santa Margarida de Cortona. Pode até dar-se o caso de o trabalho de parto ter começado na véspera do dia vinte e três, portanto ainda em dia de Santa Margarida.[70] Ou ter nascido a 22, mas por qualquer erro desconhecido o termo de Batismo regista vinte e três e não vinte e dois. Ainda antes de professar, caso o houvesse desejado, Margarida Isabel poderia ter acrescentado com toda a legitimidade apelidos tais como: Sousa, Pacheco, Moniz, Monte, Canto e Raposo, do lado do pai, e, do lado da mãe: Botelho, Arruda, Sampaio, Pimentel, Tavares, Amaral.

Todavia, não o terá feito. A escolha, ao contrário da de hoje, em que o uso onomástico dos apelidos herdados do pai e da mãe se encontra fixado por lei, ficava ao critério de cada um. Só para dar um exemplo: os pais de José Francisco Pacheco Moniz de Sousa, às vezes também referido por Raposo, chamavam-se Joana Baptista e Manuel de Sousa Monte, contudo, o irmão de José Francisco, assinava-se por Manuel João do Canto e a irmã por Maria Luísa Castelo Branco.

[66] AMRG. - R. D 32 – 1778, O que pagou a Câmara pelas procissões das Ladainhas de Maio, fls. 8 e 19. Fazendo as contas ao contrário às nove luas e mais qualquer coisa, com meses de 29 dias e meio, como então se fazia, as contas batem certo. Fazendo as contas às quarenta semanas, como hoje a ciência demonstra, a pontaria acerta também em cheio no alvo.

[67] O seu nome nem sempre surge assim grafado, todavia, trata-se de um uso corrente.

[68] BPARPD, Paroquiais - L 8 Batismo de Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande - 1770 - 1782, 31 outubro de 1780, f. 190.

[69] BPARPD, Batismos, Conceição, lv.5, 1738-1745, 23 de abril de 1746, fl. 179.v.

[70] Daix, George, Dicionário dos Santos do calendário romano e dos beatos portugueses, Terramar, Lisboa, 2000, p. 126.

IV Dar alminha à inocente criança

Os vizinhos da rua já se teriam acostumado a ver há dias os cueiros de Margarida estendidos a secar ao sol no fio da roupa do quintal.[71] Se calhar, cueiros feitos da fazenda de lençóis já gastos pelo uso. De umbigo bem curado, o que normalmente levaria uns bons oito dias bem contados, quinze dias redondos após o nascimento, Margarida foi levada à pia batismal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição; a mesma em que pais, irmãos e primos chegados ou menos chegados haviam sido lavados do pecado original.

V A Primeira Confissão

Para Margarida, os anos andariam a passo de boi cansado em dias de acartar milho da terra para casa do dono, Tondela acima, Tondela abaixo; para os pais, os anos correriam com a ligeireza do coelho fugindo à frente de furão teimoso; que nisto de tempo sentido, os miúdos não sentem o mesmo que os graúdos. Perto a fazer sete anos, Margarida aproximava-se a passos largos da idade da Confissão. Veja-se o quadro da confissão, na Igreja Militante (84-1 (3)).

VI Aos 12 anos já era uma mulher feita / 'Quem cedo aprende, nunca esquece.' Ditado Popular

De facto, pouco se sabe sobre a educação de Margarida. E é por aí que devo começar. O cunhado do irmão Teodoro José, seu autor, chamou **Tributo de Gratidão** a um elogio publicado escassos meses sobre o falecimento de Margarida. Aí, entre outros dados, José Maria, era este o seu nome, defendia a ideia de que Margarida fora *'(...) educada não diremos com esmero, porque nessa época não era possível em São Miguel, e ainda hoje* [16 de dezembro de 1858, data do artigo]*, desgraçadamente, o não é nesta Vila, não obstante achar-se melhorada a este respeito (…).'* Sem dados que o confirmem ou neguem, até novas provas, seguiremos com prudência o que José Maria deixou escrito, mas tentaremos esclarecê-lo à luz do que Margarida deixou no próprio Arcano acerca da educação de jovens mulheres.

José Maria não revela a idade exata em que isso terá ocorrido, mas aos 12, 13 anos, é muito provável que Margarida já lesse e escrevesse a sua língua materna. E, quanto a instrução, seria apenas isso que ela teria aprendido: *'(...) quanto porém ao que chamamos instrução apenas a ler e escrever, a língua portuguesa, como então se ensinava (...).'* A ideia com que se fica das palavras de José Maria é a de que ela o tenha feito como os da sua qualidade o faziam: '(…) *mas sim com os cuidados, recato próprios das famílias da sua qualidade (...).*' Mas onde? Em casa ou no Mosteiro? Apesar de sobre o assunto nada sabermos, é bom dizer-se que o recato não teria corrido qualquer perigo se parte ou a totalidade da aprendizagem tivesse sido feita no mosteiro, como era costume então fazer-se.

Ao relermos o passo do citado artigo que refere a educação de Margarida, somos de imediato levados às cenas que representam a educação quotidiana da jovem Maria, futura mãe de Jesus de Nazaré. Algo que mais tarde Margarida iria dar vida no seu **Arcano Místico**.[72]

Repare-se, com olhos de ver bem as coisas, no quadro do Arcano Místico dedicado à representação da educação da jovem Maria (87 b) – 1 (4)). Que vemos lá? Uma turma de jovens raparigas, a idade não vem expressa, mas pela aparência é plausível imaginar-se que a sua autora quisesse fazer representar jovens à volta dos doze anos. Nas cenas aí descritas por Margarida, as jovens desenvolvem diferentes atividades perante o olhar tutelar de uma matrona munida de palmatória, ou menina dos cinco olhos: a disciplina vinha do alto. E o que faz toda aquela legião de jovens raparigas? Umas estão absortas na leitura, outras dedicam-se à escrita, ou à composição musical, ou aprendem a tocar instrumentos musicais, ainda outras tecem ou bordam, ou passam roupa, ou cosem roupa, outras ainda exercitam os seus dotes musicais. Uma varre o recinto. Nenhuma parece estar a aprender algo relacionado com a cozinha. Vamos tentar sistematizar o que vimos (revimo-lo ainda em 5 de março de 2008).

[71]Exposição: Olhares sobre o Jesus Menino, Palácio de Belém, 2007.

[72]Moura, Mário, O Arcano da Ribeira Grande, Edições Salamandra, 1999, Levantamento do Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, I, p. 240: 87 a) -1(4); 87 b)-1(4); 87 c)-1(4); 87 d)-1(4). Significa: quadro número 87, que se encontra no piso 1 e na quarta face do móvel.

Poder-se-á, primeiro, agrupar um número de atividades sob a designação de aprendizagem de linguagens: linguagem falada e escrita da língua materna (como no-lo diz José Maria) ou também de língua estrangeira (como parece sugerir Thomas Ashe que por aqui andou cerca de 1810), linguagem musical e corporal (vocal e instrumental: de cordas – viola e violino -, de sopro – duas flautas e uma trompa -, e dança).[73]

Alguma relação entre o quadro da educação da jovem Maria, nos aspetos musicais, surge na descrição que Thomas Ashe faz de um serão musical que assistiu em 1810 na igreja do mosteiro de Jesus, por esta altura Madre Margarida estaria entre as cantoras e músicas, quando escreve:

> '*The performers consisted exclusively of nuns. They were thirty in number, and besides the instruments common to their sex, they played on violins, French horns, and flutes. The instrumental was judicial supported by vocal music (…).*'[74]

Que quererá isto dizer: haverá alguma relação entre a realidade representada no quadro do Arcano e a descrição de Thomas Ash? Ou melhor: o que se descreve no quadro e é comprovado em Thomas Ash terá sido o que Madre Margarida devia aprender e que efetivamente aprendeu? Não sabemos. Para além destas aptidões, surgem outras que têm os tecidos como matéria-prima: fazer o tecido (fiar) e transformar o tecido (bordar e coser). Passar o tecido (para mantê-lo utilizável ou para qualquer fase da sua transformação) ou lavá-lo (para quê), também fazem parte deste grupo. E, como que fora do baralho: alguém varre o recinto e ninguém aprende culinária. Seriam estas as atividades que uma rapariga da elite, Margarida, deveria saber? Destas, quais as que Margarida dominava?

Sabemos que sabia ler e escrever mas não sabemos se sabia ler música, escrever música ou executar algum instrumento musical. Ou se sequer tinha boa ou razoável voz. Dominava alguma língua estrangeira? Sabemos que fazia flores artificiais, e bem, e que sabia bordar, talvez mesmo fiar e tecer, ou que saberia orientar quem soubesse (veja-se testamento, rol e codicilo). O Arcano, apesar da ênfase dada na Paixão e Morte de Jesus, é também uma obra de música (muitos instrumentos musicais) de muito movimento (dança) e de muita vida (nascimento central de Jesus, da mãe de Jesus e do primo de Jesus). E de cores vivas, à primeira vista, como numa vista de olhos mais demorada, é uma obra alegre, uma apologia da vida.

VII Fio condutor / 'Existe um milagre em cada novo começo. ' Herman Hesse

Toda a sua vida a partir daquela altura, dos vinte anos até fechar finalmente os olhos quase aos oitenta, ficaria marcada por este facto: seria freira toda a vida até mesmo depois de o mosteiro ter sido fechado pelo liberalismo triunfante. É certo que em 1832, à data em que os mosteiros foram encerrados, terá tido à sua escolha várias opções possíveis de vida, o que não significa sequer que as tivesse ponderado; nem interessará muito para o caso: poderia ter simplesmente despido o hábito, não seria nem a primeira nem a última a fazê-lo; poderia também ter continuado a ser freira num dos dois mosteiros de Ponta Delgada deixados abertos (Esperança e Santo André); poderia até continuar a ser freira vivendo em casa de familiares (na do irmão ou na da tia sobrevivente ou ainda na da prima querida); poderia sê-lo com as outras freiras egressas que moravam espalhadas por casas da terra; ou então poderia continuar a sê-lo, mas sua própria casa.

Aos cinquenta e três anos de idade, talvez pela primeira vez em toda a sua vida, não seria nem o pai nem a mãe nem o irmão ou o tio, quem decidiria por ela, seria ela a decidir por si própria: escolheu voltar costas aos mosteiros mantidos abertos na Ilha; para ela, estes ficariam longe do seu cantinho sossegado, da sua terra natal; não quis também viver com familiares, irmão, tia ou prima, para inquietação já lhe teriam chegado e sobrado os trinta e dois anos no Mosteiro de convívio diário com outras trinta e tantas, mais servas, pupilas e noviças. Ainda terá esperado que o novo governo voltasse atrás na sua decisão e reabrisse os mosteiros? Não sabemos. Seja como for, não abandonou o hábito, alugou casa na rua da tia, pouco depois, quando já não parecia restar dúvidas a ninguém quanto ao destino final reservado ao Mosteiro, foi arrematado em finais

[73] A identificação dos instrumentos foi feita no dia 5 de março de 2008 pelo Sr. General José Alfredo Ferreira de Almeida.

[74] Ash, Thomas, History of the Azores or the Western Islands, London, Sherwood Neely, Paternoster Row, 1813, pp. 188-195.

de 1833, e pelo cunhado do irmão, comprou casas e preparou-se para viver o tempo de vida que Deus lhe desse ainda para viver. Ainda que sem provas, ancorado só em intuição, ou faro, não me parece que tivesse do fundo querido voltar ao Mosteiro. Ter-se-á sentido até, porventura, quem sabe?, um tanto aliviada por não ter de regressar ao seu antigo Mosteiro. Mas, em caso algum abdicaria dos votos que proferira em 1800: só não continuaria a viver em comunidade; o que, mesmo que quisesse, seria impossível a partir de 1833: continuou portanto a ser freira. A sua maneira de ser, alguém com carisma, e a sua obra, o Arcano Místico, não tardariam a fazer dela, ainda em vida, bandeira de identidade da Vila.

Há coisas que recordámos quando as quereríamos ver esquecidas e outras que esquecemos quando as deveríamos recordar. Madre Margarida desejaria decerto esquecer por completo as feias brigas entre os pais e porventura gostaria de recordar os momentos de felicidade que passara junto aos irmãos e primos; mas o tempo mandava altivo na sua cabeça: varrera da memória o que preferia ter presente e avivara o que desejava manter bem longe da memória. E eu, biógrafo, mais não faço do que tentar perceber uns e outros, sem sequer ter a companhia de Margarida, dos irmãos de Margarida, dos primos de Margarida, mas só o que o tempo e os homens se esqueceram de esquecer.

O cortejo fúnebre terá percorrido a passo lento e pesado o caminho da Pólvora – hoje rua do Rosário -, rumo à cova aberta no cemitério de Nossa Senhora da Estrela. Fora do mosteiro, de primeiro, morara numa casa da rua das Pedras, pouco depois, mudara-se para a rua ao lado, a de João da Horta, agora ia a caminho da sua última morada: o cemitério. Cemitério construído mesmo junto ao sopé do pico das Freiras. Era já primavera. Que tempo faria? Não sei e duvido de que haja quem saiba. Baixou o caixão à cova, hoje anónima, mas se calhar por perto da do irmão Teodoro.[75] Contudo, como boa Católica que fora em vida, Madre Margarida acreditava que iniciaria o seu nascimento no próprio dia em que dissesse adeus a este Mundo e fosse ter com o Seu Criador e Senhor no Outro.

Não nascera quando a mãe a tivera, nasceria no dia em que Deus a recebesse: no dia do Juízo Final. Se Ele a recebesse. Aliás, para quem como ela acreditava na Vida Eterna, seria esse o seu verdadeiro dia de nascimento. A morte, para ela, não era o fim, mas o verdadeiro princípio.

Ribeira Grande, 31 de março de 2008

21. PATRÍCIA SÉRGIO, Universidade de Aveiro Portugal
PATCCSERG@GMAIL.COM

IMIGRAÇÃO E LUSOFONIA: UM ESTUDO COM CRIANÇAS DA EUROPA DE LESTE

O presente estudo é o resultado de um projeto de Mestrado em Educação em Línguas, cujo objetivo foi verificar as representações de um grupo de sete CNNs face à aprendizagem da Língua Portuguesa (LP) e à sua integração em contexto escolar.

Estas representações foram analisadas a partir de documentos escritos, elaborados no âmbito de um Portfolio, o qual foi desenvolvido com aprendentes de uma escola do 1.º CEB do 4.º ano de escolaridade, no ano letivo 2005 / 06, na zona Centro.

Para o tratamento da informação, privilegiámos uma metodologia qualitativa, recorrendo à análise de conteúdo para interpretar os dados, que organizámos em três grandes eixos: Biografia Linguística; Aprendizagem da LP e Integração das CNNs.

A informação auferida evidenciou que o público-alvo da nossa investigação são crianças que, apesar de revelarem algumas dificuldades na aprendizagem da LP, se encontram, de uma forma geral, perfeitamente integradas e felizes no contexto escolar.

Sintetizando, consideramos que o Professor, como agente primordial da ação educativa, deve assumir um papel impreterível, na promoção de inclusão e

[75]Dias, Laurentino, 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil, Livros d'Hoje, Publicações Dom Quixote, 2008, p. 72: só em 1772 surgiu em Portugal o primeiro cemitério fora das igrejas. Ponta Delgada teve um ainda em finais do século XVIII e a Ribeira Grande só em 1835.

integração das CNNs na escola, bem como, no sucesso educativo, designadamente, em LP.

Por conseguinte, a sua ação passa por um conhecimento real e efetivo sobre quem são estas crianças, quais as suas maiores dificuldades na aprendizagem da LP, o que sentem e como veem este "novo mundo" que as acolhe, tendo em conta que, só deste modo, poderá, verdadeiramente, apoiar as CNNs a concretizar uma plena integração.

0. Introdução

Portugal, enquanto realidade étnico cultural, tem sofrido, ao longo dos tempos, podendo-se mesmo dizer desde os primórdios da nacionalidade, alterações importantes. Não obstante esta realidade, é nos finais do séc. XX, que assistimos à mais profunda manifestação de transição de um país essencialmente de emigração para um de acolhimento de imigração, começando a surgir entre nós algumas comunidades de imigrantes numericamente significativas, por outras palavras, um território de população diversificada na cultura, na língua, nas convicções, nos valores e na religião.

Perante a problemática da pluralidade linguística e cultural dos alunos, representada já nas escolas, o Ministério da Educação (ME) reconheceu o Português como Língua Não Materna e a importância e pertinência do seu ensino, para uma integração correta das CNNs, desenvolvendo condições para a aprendizagem da LP, mantendo o respeito e tendo em consideração as diferentes línguas maternas (LMs). Neste século, era da interculturalidade, os Professores têm, assim, diante de si o colossal desafio de combater e / ou evitar preconceitos e intolerância perante a diferença, tal como de fomentar a compreensão e a convivência pacifica entre a diversidade, que cada dia intensifica a sua interação. Este desafio passará, obviamente, não só pela capacidade de responder à heterogeneidade, como ainda por uma prática de abordagem intercultural do ensino da LP.

Neste âmbito, pretende-se compreender e colocar em evidência o que sentem e o que dizem sete crianças de Leste (Ucrânia, Roménia / Ucrânia) sobre a LP, no que diz respeito à relação afetiva que estabelecem com ela, à utilidade que nela dizem encontrar e, ainda, à facilidade / dificuldade face à sua aprendizagem.

Logo, uma vez que a integração (que se revela como a afirmação máxima do valor e da importância que a diversidade pode ter numa sociedade, onde cada um pode celebrar a sua diferença, que deve ser considerada como uma riqueza, um bem comum) e percurso escolar, dos alunos oriundos de outros países, designadamente em Português, a língua de ensino e acolhimento, nos trazem algumas dificuldades, revela-se de grande pertinência a realização de estudos que possibilitem, de algum modo, contribuir para que os docentes conheçam e compreendam melhor os seus alunos, e consequentemente, promovam a inclusão e plena integração dos mesmos no plano escolar e social.

1.- Presença de CNNs nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Tem-se vindo a assistir nas últimas décadas, em Portugal, como já foi anteriormente mencionado, a uma evolução das sociedades que cada vez mais se caraterizam pela sua complexidade e heterogeneidade. Crianças das mais diferentes origens sociais, culturais e linguísticas (cerca de 120 nacionalidades, sendo 80 o número total de línguas faladas) têm vindo a enriquecer as escolas portuguesas, designadamente, as do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) que se tornaram, assim, lugares privilegiados da crescente diversidade sociocultural (www.dgidc.minedu.pt / plnmater na / RelatórioFinal.pdf).

Os números apresentados revelam a mudança que ocorreu na sociedade portuguesa e apontam para a designação, atribuída por Bastos & Bastos (1999) de um "Portugal Multicultural". Contudo, este "colorido", ao contrário do que deveria acontecer, tem suscitado alguns "problemas" do intercâmbio linguístico e cultural, nomeadamente, no que diz respeito à reinserção na sociedade portuguesa, das comunidades imigrantes, pelo que os seus descendentes, na escola, são que enfrentam os maiores problemas no momento da sua instalação entre nós (Matos in www.ipv.pt / millenium.ect8-iam.htm). O seu grande obstáculo reside no desconhecimento da LP, na qual vão desenvolver todas as suas aprendizagens nas diferentes disciplinas, como sendo a sua LM.

No sentido de dar resposta às novas realidades escolares e avançar com medidas que permitam uma perfeita integração das CNNS no sistema educativo nacional, como já fora supracitado, têm sido levados a cabo, pelo ME, diversos documentos, entre os quais se destacam o art. 8.º do DL nº 6 / 2001, de 18 de janeiro e o Despacho Normativo nº 7 / 2006, do qual emerge o documento *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional*, que decreta as linhas orientadoras (com caráter de obrigatoriedade) de intervenção (http: / / www.dgidc.min-edu.pt / plnmater na / DN7 / PLNMDoc orientador.pdf). Tendo a escola o dever de cumprir um papel extraordinário na boa integração destas crianças, reduzindo o risco da sua exclusão social, torna-se impreterível que o ato de "*acolher e incluir*" parta muito mais dela do que do isolado esforço das crianças que procuram "*integrar-se*" (Gouveia & Solla, 2002: 64).

No ano de 2001, o Conselho da Europa e a União Europeia para quem a educação para a cidadania democrática se tornou uma prioridade, organizaram o Ano Europeu das Línguas, que teve como objetivo primordial celebrar a pluralidade linguística da Europa e motivar os cidadãos europeus para uma aprendizagem de línguas mais diversificada (Faria, 2001). Ainda nesse mesmo ano, foi lançado o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) com o intuito de tornar possível uma coordenação de esforços a nível internacional e uma maior congruência nos seus modelos de educação linguística na Europa. Baseado neste, foi lançou também o Portfolio Europeu das Línguas (PEL), que para além de ser um documento do reconhecimento de diplomas e qualificações através da definição de níveis de proficiência, é, similarmente, um documento de defesa da diversidade linguística; de promoção do plurilinguismo; facilitador da aprendizagem autónoma de línguas estrangeiras, na medida em que tem como propósito auxiliar qualquer cidadão a autoavaliar constantemente as aprendizagens e experiências que vai desenvolvendo no domínio das línguas (Fisher, 2001).

Como forma de valorizar a diversidade linguística e integrá-la nas práticas educativas, desponta a Educação Intercultural que é, no fundo, aquilo para que aponta a Recomendação da Conferência Internacional da Educação realizada, em Genebra, em setembro de 1992, onde os Ministros da Educação aceitaram como definição da interculturalidade "*o conhecimento e a apreciação de diferentes culturas e o estabelecimento de relações de trocas positivas e de enriquecimento mútuo entre os elementos das diversas culturas, tanto no interior de um país como do mundo*" (Conselho da Europa, 1994: 8). Neste âmbito, as interações culturais não se patenteiam como uma situação de dádiva, por parte de uns, e receção, por parte de outros, mas sim de um diálogo intra e interculturas onde cada uma se valoriza através de práticas que permitem um melhor conhecimento de si e o reconhecimento dos outros.

> *Visto que o tecido social e educativo da 'aldeia global' é definitivamente composto por uma estrutura heterogénea, a Educação Intercultural tem sido considerada por diversos autores, como a via preferencial para desenvolver a identidade étnica e nacional, permitindo às crianças e jovens adquirirem uma perspetiva de melhores cidadãos na comunidade mundial, na medida em que pressupõe que " (…) num mesmo espaço físico ou concetual coexistem pessoas diferentes, portadoras de diferentes culturas (em termos de memória, referências, valores, gostos e inclinações; projetos, expetativas, anseios; vivências, práticas, atitudes) mas que mutuamente reconhecem o seu direito a viver em comum" (Rocha-Trindade, 1988: 12). A Educação Intercultural surge, neste contexto, como uma proposta educativa que tem em conta a cidadania (igualdade de direitos e oportunidades), o direito à diferença (que significa o respeito pela identidade e os direitos de todos os povos, grupos étnicos e expressões socioculturais) e o princípio da unidade dentro da diversidade que se refere a uma identidade nacional voluntária e construída por todos (Ferreira, 2003).*

De acordo com Clanet (1990), a Educação Intercultural introduz a dimensão de reciprocidade na complexidade das relações entre culturas.

> "*Idées dont se trouve inducteur le prefixe «inter»…inter / entre qui tantôt traduit la liaison, la réciprocité (interpénétration, inter-action, inter-disciplinarité…) et tantôt la séparation, la disjonction (inter-diction, inter-rogation, inter-position…). Cette ambivalence jonction / disjonction, le prefixe «inter» l'induit pour interculturel. Ce sont d'interpénétrations, d'interférences, d'interactions… que sont faits les contacts entre cultures; mais aussi d'interrogations, d'interruptions, d'interprétations… "* (in Allemand-Ghionda, Goumoëns & Perregaux, 1999: 12).

Na mesma linha de pensamento Afonso (2002: 1) refere que a interculturalidade subentende "*um conhecimento fundamentado da própria cultura e da cultura estrangeira, bem como a capacidade de análise de estruturas e funções sociais e as suas diferenças em diferentes culturas*". Isto implica que cada indivíduo tome consciência do seu próprio sistema de valores, de convicções e de como eles são relativos perante as mais diferentes culturas, para não ter "*o pensamento erróneo de as avaliar, mas tão-somente de as conhecer e aceitar nas suas diferenças e semelhanças a fim de atingir o objetivo da comunicação intercultural*" (*ibidem*).

É à escola "*l'institution privilégiée pour enseigner à ces nouveaux venus la bonne maniére d'être citoyen*" (Abdallah Pretceille, 1992) e particularmente aos Professores que compete, como declara o ME, educar para a cidadania, de modo a contribuir para a formação de uma consciência cívica capaz de lutar contra a exclusão social, a discriminação e violência. Em forma de complementar o que foi relatado,

> *" il incombe en effet à la culture d'accueil et en particulier à l'ecole qui la représente de montrer aux jeunes imprégnés d'une autre culture tout le respect dû à celle-ci comme à tout autre, en suscitant en premier lieu une grande curiosité pour les plus interessantes de ses particularités"* (*ibidem* e ver também Allemand-Ghionda, Goumoëns & Perregaux, 1999).

Uma 'escola para todos', e em que 'todos são diferentes', exige de cada Professor a capacidade e a flexibilidade para inovar na linha de um paradigma que proporcione o êxito e a mudança, sem despersonalizar e aculturar. Sintetizando, desenvolver atitudes que favoreçam as relações interculturais: a abertura e interesse por diferentes culturas, outras línguas, outras pessoas, ou seja, novas experiências, torna-se condição *sine qua non* para uma didática em meios educativos plurilingues.

2. Lusofonia e Integração

Apresentando-se a língua como um dos veículos privilegiados de transmissão, cultura e, ao mesmo tempo, de afirmação da identidade, o seu uso inadequado pode constituir um dos principais fatores de discriminação social e cognitiva, pelo que, qualquer escola que se construa numa perspetiva intercultural tem de a visar com prioridade de intervenção. Portanto, a identificação das caraterísticas linguísticas dos alunos e o desenvolvimento de uma ação que propicie a consciencialização do funcionamento da língua são direções fundamentais que a prática pedagógica deve implementar.

Entre a enorme diversidade de abordagens que os temas relacionados com a integração têm por toda a Europa e pelo mundo, há uma unanimidade sobre a necessidade do domínio da língua do país de acolhimento para a criação de condições de inclusão das pessoas oriundas de outros países na sociedade. As competências linguísticas afiguram-se como sendo basilares no plano escolar, profissional, na formação de redes de conhecimento e como instrumento social e cultural. Ou seja, o aspeto linguístico desempenha, assim, um papel determinante no progresso e sucesso escolar das CNNs (Feytor Pinto 1998).

O aumento progressivo de CNNs pertencentes a contextos linguísticos diversos projeta a escola numa dimensão multilingue, composta pelas línguas de origem dos alunos, a LM; a língua do país de acolhimento, a língua segunda (L2) e outras eventuais línguas. Perante esta realidade, em que a situação escolar e a aula de Português tomam diferentes contornos, a (re)definição de LM, como afirma Ançã (1999) começa a fazer sentido visto que as perspetivas sejam de âmbito social, nacional, regional ou étnico se vão ampliando e os nossos alunos vão tendo proveniências distintas. Como questiona Kochmann : "*Y a-t-il une langue maternelle dans la classe* ?" (in Ançã, 2003).

Para a definição da lexia da LM, Ançã (1999) expõe três critérios propostos por W. MacKey: "***primazia***", a primeira língua apreendida e compreendida; "***domínio***" a língua que se domina melhor, e, "***associação***" pertença a um determinado grupo étnico. Bastaria verificar-se um destes semas para se assegurar a definição de LM. Contudo, qualquer um deles é facilmente discutível. Segundo Dabène (1994: 9-27), há uma "*verdadeira constelação de noções*" por detrás do termo LM: ***falar*** – que corresponde ao conjunto das potencialidades individuais dum sujeito e às práticas daí decorrentes; ***língua reivindicada*** – o conjunto de atitudes e de representações dum sujeito ou grupo, face à língua como elemento de identidade, e, ***língua descrita*** – conjunto de instrumentos

heurísticos de que dispõe o aprendente. Em situações monolingues, os três níveis estariam tão próximos que se poderiam confundir.

Como existem várias noções que estão por detrás do termo LM, torna-se difícil chegar a uma noção de LM unívoca, pois a sua situação varia com as épocas e as áreas geográficas. O que parece ser essencial na definição da LM é o facto de ser « celle dans laquelle s'est organisée la fonction langagière elle-même*, en tant que fonction symbolique primordiale, et celle qui a accompagné la construction de la personnalité* » (*ibidem* : 15).

Na integração das CNNs, há aprendizagens linguísticas que vão ser elementares e que se enquadram em dinâmicas mais latas, como sejam as interações sociais, para as quais é essencial ter em conta o reportório linguístico e comunicativo do aluno. Relatando Dabène (1992, 1994, in Ançã, 2005), em qualquer situação escolar e em contexto de migração, as línguas desempenham distintas funções:

_ ***A função de acolhimento***, em contexto educativo, o primeiro grande constrangimento tem a ver com o afastamento da LM do aluno da língua da instituição, pelo que é necessário que a linguagem verbal, num primeiro momento, se aproxime o mais possível da língua do aprendente e da família, para assim partir, posteriormente, para a língua de acolhimento e língua da escola. A realização desta missão far-se-á, então, com recurso às duas línguas;

_ ***A função de legitimação***, certifica a construção da identidade individual, social e escolar do aluno, pela dignificação da sua língua de origem. É importante que a criança possua uma autoimagem positiva e um 'bem-estar' na sua LM, pois vai repercutir-se beneficamente na língua segunda a aprender;

_ ***A função de estruturação***, confiada à língua da escola, desempenha um duplo estatuto – veículo de comunicação e objeto de estudo. Esta função pode realizar-se através das duas línguas em presença, para daí confrontar semelhanças e diferenças, desde que estejam adquiridas certas competências cognitivas. Estas competências vão mobilizar determinados níveis de consciência sobre a(s) língua(s): *langagière*, linguística e normativa, instituindo estes três níveis a consciência metalinguística (Dabène, 1994: 98-103). Esta perspetiva não está longe da corrente *Language Awareness,* desenvolvida, nos anos 80, no Reino Unido, por Hawkins, James & Garrett (in Ançã, 2003).

A língua, enquanto expressão de identidade de um povo, constitui-se um 'armazém' da linguagem humana, da capacidade de organizar e pensar o mundo. Apesar das diferentes funções e estatutos (de caráter subjetivo: língua materna, língua não materna, língua segunda, língua estrangeira, língua fonte, língua alvo, língua de referência, língua de pertença, e de caráter objetivo: língua nacional, oficial, standard, regional (Stern, 1984)) que as línguas podem desempenhar nas sociedades é imprescindível que se valorize essa diversidade linguística no sentido de aumentar atitudes de tolerância intercultural, favorecer posturas de respeito e de abertura ao diferente e promover em cada um dos aprendentes um espírito de cidadania global.

3. Metodologia

Para analisar e compreender o que sentem e exprimem as CNNs, foi adotada uma metodologia de cariz qualitativo, utilizando o inquérito por questionário, observações, recolha de produções escritas e ilustrativas, através das quais se procedeu à construção de Portfolios individuais (adaptação pessoal do PEL).

Destes Portfolios, foi recolhida informação alusiva à biografia linguística das CNNs e ao modo como decorreu a aprendizagem da LP. Assim, almejava-se investigar **a**s dificuldades mais significativas ou facilidades das crianças, tal como as representações e relações que estabelecem com a LP. Do mesmo modo desejou-se recolher dados relativos à integração das CNNs em contexto escolar e social.

Como do Portfolio faz parte integrante um dossiê onde deverão ser arquivadas as produções dos aprendentes, entre outros documentos, decidiu-se inserir nas técnicas de recolha de dados uma produção escrita e uma ilustração. A Produção escrita consistiu numa carta destinada a um grande amigo, tendo como objetivo a recolha de informações pessoais sobre as representações das CNNs acerca da LP, do país, dos costumes, das pessoas, das dificuldades da língua e dos seus sentimentos aquando da sua chegada a Portugal.

Pretendeu-se, analogamente, analisar as cartas, no que se refere à estrutura textual e conteúdo informativo, onde se verificou se as CNNs respeitavam ou não a estrutura básica de uma carta distinguindo de forma clara os diferentes momentos que lhe correspondem.

Analisou-se, também, o domínio, nas respetivas produções, da coesão textual, da morfossintaxe, da ortografia, da pontuação, entre outros aspetos de grande importância no processo da escrita. Além disso, outro aspeto que se teve em conta nesta produção, prendeu-se com a necessidade de comparar as informações que as CNNs foram fornecendo ao longo do questionário com aquelas que apresentaram nas suas produções.

A ilustração pessoal serviu como complemento da carta, na medida em que para a criança, o desenho pode aproximar-se de um diálogo, de uma confidência, através do qual é possível aceder aos seus sentimentos, às suas reações perante determinadas situações. Por outras palavras, a expressividade gráfica é um meio privilegiado de representação que pode prolongar e auxiliar a linguagem verbal. Como é mencionado por Debienne (1977: 139), "*a arte é o único meio de libertar a parte real e incomunicável de nós mesmos, de exprimir o inefável que é o nosso eu individual*".

4. Caraterização das CNNs: público-alvo do estudo

As crianças selecionadas para o presente estudo são provenientes: da Ucrânia, (a Nádia; a Vita; a Karolina; a Lina; o Anton e o Danilo) e 1 da Roménia, (a Michaela), perfazendo um total de 7 alunos, com idades compreendidas entre os 9 e 11 anos, que frequentavam o 1.º CEB numa escola da zona Centro.

Aquando da recolha dos dados, a Nádia vivia com os pais, irmão e tios em Pombal, tendo ingressado na escola do 1º CEB em janeiro de 2006. Até à data da sua chegada a Portugal em 2005 viveu sempre na Ucrânia; - a Vita residia com os pais e irmão em Pombal desde 2005, altura em que chegou a Portugal e entrou na escola portuguesa; - a Karolina chegou ao nosso país em 2004, ano em que ingressou na EB1 de Pombal, onde vive com os pais, irmão, tios e prima. Até ao dia da sua chegada, a Karolina viveu na Ucrânia e na Rússia; - a Lina habitava em Pombal com os pais desde 2003 tendo vivido até esta altura sempre na Ucrânia; - o Anton sempre viveu na Ucrânia até ao ano de 2004, data em que chegou a Portugal. Na altura do estudo vivia em Pombal com os pais, irmão e um tio; - o Danilo é ucraniano, apesar de se sentir russo, visto que a Rússia é o país de origem dos seus pais e porque em casa fala Russo. Até 2001, data da sua chegada a Portugal, viveu na Ucrânia e na Rússia. Ingressou no 1º CEB de Pombal, local onde permanecia com os seus pais e irmã; - por fim, a Mikhaela é uma menina de nacionalidade ucraniana que residiu na Roménia até 2003, ano em que chegou a Portugal. A aluna assumia-se como sendo romena, tendo apenas nascido num hospital ucraniano, motivo pelo qual tem nacionalidade ucraniana. A viver em Pombal, entrou para a escola do 1º CEB, do mesmo lugar, com 6 anos. Todas as crianças inquiridas iniciaram a sua escolaridade nos países de origem, sabendo já ler e escrever antes de chegarem a Portugal.

A preferência por estes alunos prendeu-se principalmente por duas razões: por um lado eram crianças do mesmo nível etário, por outro lado eram oriundas da mais recente vaga de imigração em Portugal – os Países de Leste. Apesar de existirem na escola CNNs originárias desta região em todos os anos de escolaridade à exceção do 3.º ano, decidiu-se limitar a análise aos alunos do 4.º ano de escolaridade, portanto último ano do 1.º ciclo, tendo em conta que são crianças que evidenciam já uma maior maturidade, conseguindo de melhor forma expor as suas ideias e opiniões.

É de salientar, que apesar da Mickaela se apresentar como a única aluna que não tem como LM uma língua eslava, sendo a sua LM o Romeno, considerou-se relevante integrá-la no estudo, uma vez que também a Roménia sofreu influência da URSS a nível económico e militar até 1978, tendo a língua russa desempenhando um papel importante na vida quotidiana desse país. De seguida, proceder-se-á, com base nos dados recolhidos nos Portfolios elaborados, à análise da informação auferida.

5. Análise e Discussão dos Dados

Neste estudo ponderou-se a presença de três categorias: ***a Biografia Linguística (C1)***, a ***Aprendizagem da Língua Portuguesa (C2)*** *e a* ***Integração das CNNs (C3)***, organizadas em subcategorias como se exemplifica no quadro 1.

***C1* Biografia Linguística**	1.1 Experiências relativas às línguas faladas pelas CNNs	
C2 Aprendizagem da Língua Portuguesa	**2.1 Representações das CNNs**	2.1.1 – Relação afetiva aluno-LP
		2.1.2 – Utilidade da LP
		2.1.3 – Facilidade / dificuldade face à aprendizagem da LP
	***2.2 Produções escritas das CNNs**	2.2.1 – Estrutura e conteúdo informativo
		2.2.2 – Coesão textual
		2.2.3 – Morfossintaxe
		2.2.4 – Vocabulário
		2.2.5 – Pontuação
		2.2.6 – Ortografia
C3 *Integração das CNNs*	3.1 – Relação afetiva com a comunidade escolar e país de acolhimento	
	3.2 – Dificuldades sentidas no meio escolar	

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

***** É importante realçar que na exposição dos dados referentes a cada aluno, no que toca à sua produção escrita (C2.2.2), foi adaptado o modelo de análise utilizado no PDLEP (desenvolvido pelo ILTEC em colaboração com a DGIDC e com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian), quando procederam à análise de textos de crianças de diferentes nacionalidades (2005).

5.1. Experiências Relativas às Línguas Faladas pelas CNNs

Após uma análise pormenorizada da primeira categoria – ***Biografia Linguística***, constatou-se que, de uma forma geral, as CNNs observadas são crianças plurilingues que estabelecem contacto com diferentes línguas (como por exemplo o Inglês, o Espanhol, o Francês, o Alemã, o Polaco, o Italiano e Austríaco) para além do Português e das línguas do país de origem, anteriormente mencionadas aquando da caraterização do público-alvo do estudo.

Apesar de utilizarem maioritariamente a LP na escola, a grande parte dos alunos não deixa de utilizar as suas LM, designadamente, em casa e na escola com os seus amigos. Nas suas atividades recreativas como ver televisão, ler livros, ver filmes e ouvir música, a LP, bem como a língua ucraniana e russa destacam-se por serem aquelas a que os alunos mais recorrem. Isto é um facto bastante positivo, na medida em que demonstram continuar a desenvolver as suas competências bilingues, com todas as vantagens e benefícios que provêm de se ser bilingue (Siguán, 2001).

As CNNs aprendem a LP, essencialmente, no contexto de aprendizagem formal, nomeadamente, na escola, mas também no contexto informal decorrente das suas atividades do dia-a-dia, nos mais variados contextos (recreio, televisão, grupos de amigos). No que se refere às suas LMs apurou-se que o lugar eleito de aperfeiçoamento é em casa com a família, tendo sido a sua aprendizagem feita nos países de origem. É de notar que a língua russa se destacou por ser utilizada por todas as CNNs independentemente das suas LMs, uma vez que esta teve grande importância na vida dos cidadãos dos países de leste.

5.2 Aprendizagem da LP

A segunda categoria**, *Aprendizagem da Língua Portuguesa***, *subdivide-se* em duas subcategorias: ***representações das CNNs (C2.1)*** e ***produções escritas das CNNs (C2.2)***, as quais foram organizadas em diferentes itens que passam a ser apresentados.

5.2.1.1 – Relação Afetiva com a LP

A grande maioria dos alunos considera a LP interessante e divertida, enquanto outros a encaram como sendo difícil.

Observemos alguns testemunhos das CNNs (transcritos, *ipsis verbis,* ao longo de todo o texto, sem qualquer correção ortográfica), que veem a LP de forma mais positiva:

- "*A Língua Portuguesa é engraçada…eu gosto falar em português, ler e ouvir*" (Karolina); - "*goste de aprendela é utilizala*" (Danilo); - "*Porque é bom saber esta língua*" (Anton); - "*Porque é divertida, interessante e porque também gosto de viver cá e gosto de falar na Língua Portuguesa*" (Lina); - "*Porque e*

divertida e interessada" (Vita); - "*Eu gosto da Língua Portuguesa porque a acho divertida, fácil e parecida com a minha língua Materna*." (Mikhaela).

A Nádia, por ter, no momento do estudo, chegado recentemente a Portugal, e consequentemente se encontrar na fase mais peculiar da sua integração, diz não gostar da LP "*Porque muito dificio".*

5.2.1.2 – Utilidade da LP

Todos os aprendentes reafirmam a utilidade da LP, explicando que a mesma é indispensável para comunicar, uma vez que querem viver em Portugal. Alguns alunos salientam a importância de saberem mais uma língua valorizando, assim, a comunicação intercultural.

5.2.1.3 – Facilidade / Dificuldade Face à Aprendizagem da LP

Relativamente à facilidade / dificuldade face à aprendizagem da LP, as CNNs sentem que lhes é mais fácil apreender a LP na escola incidindo e utilizando estratégias inerentes às macrocapacidades: ler, escrever, ouvir e falar. Para além disso, pode-se depreender a importância do papel do Professor com quem podem esclarecer quaisquer dúvidas que surjam.

De acordo com os resultados da análise das respostas ao questionário e conteúdo das cartas face ao estudo da LP constatou-se que, numa primeira fase, é ao nível da Compreensão e Expressão Oral que se anunciam as maiores dificuldades destes alunos, vejamos algumas citações:

> - "*As minhas maiores dificuldades em Língua Portuguesa foram perceber o que os meus colegas e professora diziam*." (Mikhaela); - "*…eu sitia medo cuando fui as primeiras vezes a escola porque não sabia falar nada…no início eu tinha mais dificuldades na fala. Comecei a perceber melhor mas era difícil falar.*" (Anton); - "*Nos primeiros dias na escola tinha muito medo, quando alguém perguntava qualquer coisa e eu não percebia nada. Nunca tive medo assim….*" (Nádia); - "*Eu senti vergonha, senti que eu não sabia falar.*" (Vita).

Depois, seguem-se dificuldades no domínio da Leitura e Expressão Escrita:

> - "*Eu quando cheguei e senti-me eu tinha vergonha falar, ler e escrever…Sabias que eu tenho alguns dificuldades a escrever e um quedito a ler.*" (Karolina); - "*…tive dificuldade em ler mas já melhurei.*" (Danilo).

Naturalmente, surgem, ainda, os obstáculos no Funcionamento da Língua como se pode observar pela análise da **subcategoria (C2.2), *as produções* escritas** das CNNs, a partir da qual se contemplou:

- *A Estrutura e conteúdo informativo* (C2.2.1), onde as CNNs demonstram conhecer e aplicar a estrutura básica de uma carta, respeitando a sua norma, se bem que não a dominaram completamente, nomeadamente na saudação inicial e no seu desfecho;

- **A Co*esão textual* (C2.2.2)**, que permitiu verificar que a maioria das CNNs não faz substituições nominais / pronominais, repetindo várias expressões. Na composição da carta, os alunos não utilizam elementos de coesão interfrásica e quando o fazem, apenas se confinam a empregar o "e" ou "mas";

- **A *Morfossintaxe* (C.2.2.3)**, que possibilitou visualizar que as CNNs utilizam, meramente, frases simples do tipo declarativas sem recorrer a frases interrogativas como se esperaria neste tipo de texto.

As produções escritas, de um modo geral, apresentam incorreções, como por exemplo: na concordância entre sujeito / predicado "*No início ficam a um canto sozinho*" (Anton); falta de concordância entre nome / adjetivo "…taradisões muito ingrasados" (Anton), "*…as pessoas são muito simpaticos*" (Vita); nas flexões nominais "*bons amigo*" (Danilo); a falta de concordância entre o género / número do artigo definido e do nome "*os cidade" (Anton)* assim como nas regências;

- **O *Vocabulário* (C.2.2.4)**, onde se analisou que os alunos usam um léxico adequado ao tipo de texto em questão, apesar de pouco diversificado e elementar. Não empregam estratégias substitutivas nem de diferentes procedimentos de modalização;

- **A Pontuação (C.2.2.5)**, que patenteou que, de um modo geral, estes alunos empregam de forma desadequada e exígua os sinais de pontuação, limitando-se a aplicar os pontos finais e vírgulas. Como exemplo, "*Sabes Ivan que aqui os cidade são muito limpas, e Peis é muito limpo e bonito e as pessoas são muito simpaticos*" (Vita); "Como acabaste escola" (Karolina);

- **A Ortografia (C.2.2.6)**, na qual as CNNs evidenciam imensas dificuldades dada a não correspondência direta entre fonia e grafia na LP. Assim, os tipos de erros que se registam com maior incidência são: -a nível da grafia de vogais (venhas; ingracados; chão; achu; teo; adeos; melhurei; cumeçou,…); -a nível da grafia de consoantes (conheso; viagar; dezorganizadas; conceguia; ingracados,...) e a supressão dos acentos gráficos (estas; sao; simpaticas; estão; ola; mes; estas; tambem; inicio; dificil; musica; ca,…) .

6. Integração das CNNs

Quanto à presente categoria**,** *Integração das CNNs (C3), que se* encontra subdividida em duas subcategorias: **R*elação afetiva com a comunidade escolar e com o país de acolhimento (C3.1)*** *e* ***Dificuldades sentidas no meio escolar* (C3.2)**, verificou-se que não obstante todas as dificuldades sentidas pelas CNNs nos primeiros tempos, a Escola Portuguesa apresenta-se, para estas, como um lugar afável que reverenciam. De acordo com declarações de alguns alunos: - "*gosto de andar na escola portuguesa para estudar*." (Anton); - "*tenho amigos, porque gosto dos professores e gosto de estudar a Língua Portuguesa e gosto de estudar a história de Portugal*." (Lina), subentende-se o quanto apraz à maioria destas crianças, o contacto estabelecido com os amigos e professores, bem como a aprendizagem de uma nova língua.

Relativamente à r*elação afetiva que estabelecem com Portugal,* à exceção da Vita que sente muitas saudades da sua família distante "… *eu quero ver todos os meus amigos da Ucrainha e avó e avô primo estarem aqui… eu tenho soldades da Ucrainha*", todas as crianças revelam aprovar a estadia no nosso país, não sofrendo quaisquer problemas de rejeição, humilhação ou discriminação, vejamos: "*Eu adoro passear, viver e conhecer o Portugal*" (Lina); - "*Eu gosto muito de estar aqui e não quero voltar para a Ucrânia*" (Nádia).

No que concerne às dificuldades sentidas no meio escolar, as CNNs apontam, como principais obstáculos, a compreensão e expressão da LP. Na opinião das mesmas, tais dificuldades poderiam ter sido aligeiradas com a ajuda de um mediador que lhes permitisse fazer "a ponte" entre as duas línguas, entre os dois mundos. Sintetizando os testemunhos - "*Para perguntar a ele as palavras que eu não sei*" (Anton); - "*Para me ajudar a percebere milhore a Língua Portugues*" (Nádia).

Lamentavelmente, conclui-se que a escola portuguesa não consegue, ainda, ativar todos os meios necessários ao desenvolvimento salutar de todas as crianças. Conforme o Relatório PLNM, levado a cabo pela DGIDC (2005), apesar de homologadas diferentes medidas de apoio à integração escolar das CNNs, como sejam, a título de exemplo (o apoio a PLNM, os projetos desenvolvidos na área da literacia ou da interculturalidade, o recurso a mediadores e tutores), apenas predominam determinadas medidas pontuais de apoio pedagógico acrescido (www.dgidc.min-edu.pt / plnmaterna RelatórioFinal.pdf).

7. Conclusão

O que sentem e testemunham sete CNNs do Leste Europeu sobre as suas maiores dificuldades de aprendizagem da LP e de integração no meio escolar, foi o que se almejou analisar no presente texto. Perante a profunda transformação testemunhada na escola portuguesa, com a presença do número crescente de alunos de outras origens culturais e linguísticas, torna-se premente reconsiderar, não só o lugar da escola no que respeita à evolução das conceções educativas, como também a função dos agentes na construção de uma Educação Intercultural.

Por isso, é necessário ponderar sobre o papel do Professor(a) no desenvolvimento do currículo, na sua capacidade e flexibilidade para inovar na linha de um paradigma que proporcione o êxito e a mudança quando se pretende atender à diversidade, não bastando, simplesmente, respeitá-la, valorizá-la e aceitá-la. O Professor deverá, de modo a proporcionar uma integração escolar destes alunos, tendo em conta as suas necessidades específicas, conhecer, na diversidade da sala de aula, cada um dos seus alunos, saber as suas origens, as línguas que falam ou escrevem e em que contextos, as línguas que dominam e

em que grau, as suas atitudes para com as diferentes línguas, os seus anseios e desejos particularmente para com a língua de acolhimento. Só desta forma poderá implementar uma Educação Intercultural gerindo o currículo pelo princípio de uma 'escola para todos' e em que 'todos são diferentes'.

8. Bibliografia

ABDALLAH-PRETCEILLE, M. (1992). *Quelle École pour Quelle Intégration*? Paris: Hachette.

AFONSO, C. (2002). *Competência Intercultural.* Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

ALLEMANN-GHIONDA, C., GOUMOËNS, C. & PERREGAUX, C. (1999). *Pluralité Linguistique et Culturelle dans la Formation des Enseignants*. Fribourg: Editions Universitaires

ANÇÃ, M. H. (1999). Português – da Língua Materna à Língua Segunda: Conceitos e Pressupostos, *Noesis*, nº 51, in www.dgidc.min-edu.pt / inovbasic / edicoes / noe / noe51 / dossier1 .htm

---------- (2003). "DPL2: Dos Conceitos Emergentes às Condições de Existência", in MELLO, C. et al Didática das Línguas e Literaturas em Portugal: Contextos de Emergência e Modos de Desenvolvimento - *Atas do I Encontro Nacional da SPDLL,* 2003, Coimbra: Pé de Página Editores, Lda, pp. 61-69.

---------- (2005). Português Língua Não Materna: Abordagens no 1º Ciclo do Ensino Básico, comunicação apresentada no *Congresso sobre Aquisição da Linguagem*. Guarda: ESE da Guarda.

BASTOS, J. P. & BASTOS, S. P. (1999). *Portugal Multicultural.* Lisboa: Fim de Século.

CONSELHO DA EUROPA (1994). "La dimension interculturelle. Facteur essentiel da la réforme de l'enseignement secondaire. Rapport dy symposiun", Strasbourg: Conselho de Cooperação Cultural, pp. 8.

DABÈNE, L. (1994). *Repères Sociolinguistiques pour l'Enseignement des Langues*. Paris: Hachette, Collection Références.

DEBIENNE, M. C. (1977). *O Desenho e a Criança*. Psicologia e Pedagogia. Lisboa: Moraes Editores (tradução).

FARIA, I. (2001). Inovação e Ano Europeu das Línguas, in *Noesis*, n.º 57, pp. 20-22.

FEYTOR PINTO, P. (1998). *Formação para a Diversidade Linguística na Sala de Aula de Português*. Lisboa: Instituto de Educação Educacional.

FERREIRA, M. (2003). *Educação Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta.

FISHER, G. (2001). Quadro Comum de Referência e Portfolio Europeu de Línguas. *Educação e Comunicação*, n.º 7, pp. 19-26. In (www.esel.ipleiria.pt / files / f1411.1.pdf)

GOUVEIA, A. & SOLLA, L. (2004). *Português Língua do País de Acolhimento*. Lisboa, in www.acime.gov.pt (consultado a 13 de janeiro de 2007).

MATEUS, M. H. M., et al. (coord.) (2003-2005) *Projeto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*, ILTEC. In http: / / www.iltec.pt / divling / index.html.

ROCHA-TRINDADE, M. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta

STERN, H. (1984). *Fundamental Concepts of Language Teaching.* Oxford: University.

Sites consultados

www.dgidc.min-edu.pt / plnmaterna / RelatorioFinal.pdf

www.dgidc.min-edu.pt / plnmaterna / DN7 / PLNMDoc_orientador.pdf

www.ipv.pt / millenium ect8-iam.htm

Legislação consultada

Art. 8.º do DL n.º 6 / 2001, de 18 de janeiro

Despacho Normativo n.º 7 / 2006

22. RAFAEL FRAGA

23. AUGUSTO MACEDO

SONGBOOK DE AUTORES AÇORIANOS, APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Este *Songbook* pretende ser um registo documental de parte do extenso património que é a música feita por autores açorianos, e incide particularmente nas composições que integraram as bandas sonoras das séries de ficção produzidas pela RTP – Açores entre 1986 e 1992. Inclui também outros temas, que, não fazendo parte dessas bandas sonoras, se enquadram no seu contexto histórico e artístico, representando parte significativa das canções mais emblemáticas junto de um público generalizado.

Assim, este livro não tem por objeto a história das canções de autor nos Açores; pretende ser uma ferramenta de trabalho para compositores, intérpretes e estudantes, ou uma fonte de referência adicional sobre música, pelo que se desenvolveram todos os esforços para otimizar as potencialidades de uma produção deste género. Daí surgir a designação de *Songbook*, em detrimento de "Cancioneiro" ou outra designação mais consensual, numa perspetiva de defesa de um património cultural português, bem como a opção de uma edição bilingue: pretende-se registar, documentar e divulgar um património já existente - as canções.

Sobre a importância destas canções numa perspetiva universal, achamos que ela é indiscutível, social e artisticamente, pois sintetizam os principais elementos que caraterizam a vivência insular, em geral, ao recorrer a objetos estéticos essenciais na compreensão da maneira de pensar e sentir do povo dos Açores, em particular.

Sob o ponto de vista estritamente técnico, são composições profundamente enraizadas na tradição popular da música portuguesa,

enriquecidas pelas inúmeras referências a outros contextos sonoros, como o *Rock* ou a música popular brasileira.

A música de autor nos Açores conheceu uma nova fase a partir de meados dos anos oitenta, após um mote inicial dado pelo grupo "Construção", com o álbum "Há Qualquer Coisa" (Disrego / 1982).

Em 1985, o "Festival RTP da Canção" apresentou-se num novo formato, em que as canções a concurso foram propostas por cada centro regional de emissão da RTP. Não existindo, à data, nenhum estúdio de gravação profissional nos Açores, a Direção da RTP – Açores da altura achou por bem financiar a deslocação a Lisboa dos compositores e intérpretes pelos quais se faria representar, de forma a realizar um registo sonoro digno. Desta iniciativa resultou a brilhante prestação do grupo "Rimanço", tendo a canção "No Vapor da Madrugada" assegurado o 2º lugar, a apenas um ponto da canção vencedora, o que projetou de forma ímpar a música feita nos Açores junto do público nacional, e confirmou as suas potencialidades perante os mais céticos. Confirmou também a necessidade de investir nos meios adequados de trabalho, nomeadamente estúdios de gravação profissionais.

Em 1986, iniciou-se uma fase de intensa produção na RTP- Açores, com a realização de séries de ficção como "Xailes Negros", "O Barco e o Sonho" ou "Mau Tempo no Canal", a par de outras, de caráter documental como "Balada do Atlântico" - todas com a assinatura do realizador José Medeiros, que desde logo optou pela utilização de bandas sonoras originais – um fator decisivo, como impulsionador de novas criações musicais. Assim, estavam reunidas todas as condições para, pela primeira vez nos Açores, compositores e intérpretes porem em prática os seus talentos em condições logísticas de nível profissional: como entidade patrocinadora, a RTP–A assegurava as despesas de produção relacionadas com a gravação das canções em estúdios adequados, em Lisboa, enquanto a radiodifusão das séries nos canais estatais assegurava a sua promoção e divulgação.

Ao longo dos anos, foram sendo editadas em vinil parte das canções que constituíram essas bandas sonoras, posteriormente selecionadas e compiladas no álbum "7 Anos de Música" (Disrego / 1992), que, recebendo já um suporte físico em CD, assegurou de forma inédita (no contexto açoriano) o sucesso comercial e artístico desta música. As músicas integrantes desta compilação são o ponto de partida para a realização deste *Songbook*, ao qual se juntaram outros temas, incluídos nos álbuns previamente editados.

Sobre as pessoas responsáveis pela conceção, interpretação e gravação da música, a lista de nomes é extensa; não sendo do âmbito deste livro uma referência exaustiva, não podemos deixar de nomear pelo menos alguns dos intervenientes mais relevantes, na sua maioria músicos amadores, com pouca ou nenhuma formação académica na área musical, mas dotados de um enorme talento e experiência, conhecedores profundos da música de raiz popular portuguesa, nomeadamente a feita nos Açores.

A primeira referência é necessariamente o realizador e compositor José Medeiros: como responsável artístico e técnico das séries de televisão. Depois, há a referir diversos nomes, dos quais se destaca Luís Gil Bettencourt (responsável, com José Medeiros, pela produção e conceção das primeiras bandas sonoras, fulcrais para a consolidação do teor estético das seguintes), Luís Alberto Bettencourt, Aníbal Raposo, Paulo Andrade, Manuel Medeiros Ferreira e João Miguel Sousa – é, essencialmente sobre a obra destes compositores que este livro incide. À música destes autores juntaram-se os textos de poetas como Álamo Oliveira, António Melo Sousa, Fernando Reis Júnior ou Victor Rui Dores.

Como intérpretes, surgem cantores como Susana Coelho, Vera Quintanilha, Piedade Rego Costa, José Ferreira, Luísa Alves, Nélia Freitas ou Minéla, a par de grupos ligados à música popular como "Rimanço" ou "Gente da Ilha". Dos instrumentistas, não podemos deixar de referir músicos como Carlos Frazão, Gil Alves, Álvaro Melo, João Lima ou Carlos Medeiros. Num outro plano, o trabalho de Raúl Resendes como técnico de som e produtor merece também referência.

É necessário referir que este conjunto de pessoas partilhava fortes ligações pessoais, que eram o ponto de partida essencial para a concretização dos projetos artísticos; quase todos participaram como atores ou figurantes nas séries televisivas, e todos deram o seu contributo de inúmeras formas, além da estritamente musical, na maior parte das vezes apenas pelo prazer de fazer, sem

receber qualquer outro tipo de contrapartidas – excetuam-se, obviamente, aqueles que estavam profissionalmente ligados às principais entidades envolvidas em todo o processo: a RTP – Açores, que produziu as séries televisivas e financiou a gravação das bandas sonoras, a Radiodifusão Portuguesa – Açores, em cujos estúdios, por exemplo, se gravou a primeira versão da banda sonora de "Xailes Negros" e a empresa privada *Disrego*, que ao longo dos anos assegurou a edição de muitos dos discos.

Gostaríamos de expressar, desde já, o orgulho que, para nós, representa poder fazer parte – ainda que indiretamente - da história desta música, bem como o enorme prazer que foi partilhar dos momentos ímpares que nos proporcionaram os seus principais intervenientes, compositores e intérpretes, aquando das inúmeras conversas em jeito de entrevista que tivemos.

Não podemos deixar de agradecer à Administração do *Teatro Micaelense* a confiança que depositou neste trabalho, nomeadamente a Dra. Ana Maria Teixeira da Silva e ao Dr. João Lima, cujo entusiasmo e empenho desde o primeiro momento foram decisivos para a sua concretização.

Enquanto artífices da realização deste *Songbook*, apraz-nos a ideia de que possa incentivar a produção de mais e cada vez melhor música em Português, eventualmente conferindo a uma parte significativa da música de autores Açorianos uma nova dimensão, decisiva para a sua eventual consolidação enquanto património intelectual e cultural.

1. SONGBOOK DE AUTORES AÇORIANOS, Processos para a sua realização. Potencialidades e limitações.

Este livro foi realizado a partir das gravações originais dos temas, transcritos para partitura, linguagem musical universal e relativamente rigorosa. Deparámo-nos com inúmeras dificuldades aquando do processo de transcrição, nomeadamente a liberdade de interpretação concedida nas gravações e a enorme heterogeneidade formal, estrutural e poética das canções. Na sua maioria, estes elementos estão relacionados com a base essencialmente empírica e intuitiva subjacente à composição e execução destes temas.

O trabalho de gravação era espontâneo: no estúdio, reuniam-se compositores e intérpretes; decidiam-se os temas a gravar (de acordo com as diretrizes de produção específicas de cada série), quem os cantaria e demais elementos de orquestração e arranjo; o trabalho prévio consistia, geralmente, em levar as canções previamente registados numa cassete gravada em casa, para facilitar a sua aprendizagem em estúdio; houve, inclusive, canções compostas já em plena sessão de gravação, como "Atlântico".

Embora as canções não sejam tecnicamente complexas, o facto de a base da sua criação ser puramente empírica potência dificuldades na sua transcrição, pelo que foi difícil estabelecer um compromisso entre a melodia base original, interpretação registada na gravação e facilidade de leitura das partituras. O facto de, na maioria dos casos, existir apenas uma gravação do tema, tornou ainda mais difícil distinguir arranjo de interpretação pontual. Assim, tivemos de optar entre a realização de uma transcrição rigorosa dos registos sonoros ou apresentar apenas os elementos fundamentais a cada composição; se a primeira opção apresentaria um alto grau de complexidade, sobretudo para quem quisesse utilizar este *Songbook* sem ter conhecimentos profundos a nível de leitura de partituras, etc., a segunda pareceu-nos manifestamente insuficiente para traduzir a essência da música gravada.

Para cada canção, optámos pelo que nos pareceu um meio-termo razoável entre as duas perspetivas: apresentar os elementos estruturais de cada tema (melodia, harmonia, orquestração, etc.) e acrescentar, sempre que necessário, demais elementos relevantes para conferir à transcrição o seu potencial musical e documental. Esta opção, a nosso ver prática e funcional, considera cada tema como um problema individual, em detrimento de um conjunto de soluções globais mais simplistas e homogéneas, como é típico em *Songbooks* desta natureza.

Todo o material transcrito foi posteriormente submetido às apreciações dos compositores, e as suas sugestões e correções foram essenciais para o registo adequado das suas intenções iniciais, nem sempre materializadas aquando das gravações. Desta forma, este livro pretende assegurar um suporte adequado e tecnicamente fiável para futuras abordagens a este património musical, permitindo também uma base de trabalho para posteriores estudos

analíticos e históricos. Complementa também a inexistência de gravações em formato digital de vários temas, assumindo assim um caráter documental adicional.

A opção de realizar uma edição bilingue (português / inglês) pareceu-nos fundamental para a otimização das potencialidades da obra enquanto veículo de divulgação cultural. Há, naturalmente, dois contextos distintos de tradução: o do corpo de texto e os poemas. Se o primeiro, informativo e sintético, tema sua missão claramente assumida, o segundo levanta questões que importa considerar.

Os textos poéticos são um dos maiores desafios no campo da tradução, pela dificuldade que representam enquanto objeto literário por excelência dotado de múltiplos significados e ambiguidades. No caso deste *Songbook*, optámos por fazer uma tradução dos textos poéticos que contextualizassem o leitor, em detrimento de uma tradução poética literal: em prejuízo de rima, forma, ritmo, etc., é beneficiada uma exposição, tão objetiva quanto possível, do conteúdo dos textos originais. As dificuldades encontradas resultaram geralmente da especificidade de alguns termos e expressões, próprias do universo linguístico português e açoriano em particular: palavras como *terreiro*, *sapateia*, *chamarrita*, *loas*, *cantador*, *mareantes*, *palheto*, *linguarejar*, *dolência*, *quebranto*, *desengano*, *lonjura*; expressões como *no derriço da nortada*, *que me faz cismar*, *saudar a várzea desse olhar*, *a teia desta vida mansa*, *beber pistolas à briga*, *tão surdo o teu zelo*, *quedam esperanças por medrar*, *curtir uma de amor em corpo nu*, *pelo mar do nosso chão*, representam desafios significativos ao tradutor, pela ausência de correspondência direta na língua inglesa e pelo conteúdo simbólico intrínseco à cultura açoriana, difícil de expressar num contexto distinto.

Este livro, não só pelas suas potencialidades enquanto fonte de material musical e literário, é um ponto de partida para a realização desta música em qualquer ponto do globo, incentivando a eventual tradução dos poemas noutras línguas. Constitui, em nossa opinião, um veículo privilegiado para a divulgação deste património, cuja riqueza e extensão não encontra paralelo no país, e contribui de forma significativa para a afirmação de uma parte essencial da cultura portuguesa em geral e açoriana em particular.

24. ROBERTO MANUEL LIMA MEDEIROS

O PRESÉPIO DA LAGOA, UMA TRADIÇÃO QUE SE MANTÉM, ROBERTO MANUEL LIMA MEDEIROS, CM LAGOA

A manufatura de bonecos de presépio nos Açores é uma tradição da Vila da Lagoa. A produção de figuras de presépio na Vila começou na segunda metade do século XIX, quando abriram as fábricas de Cerâmica que funcionaram no Concelho.

Muitas destas figuras de presépio eram produzidas em oficinas improvisadas no espaço doméstico, em horário pós-laboral, uma vez que muitos destes bonecreiros eram funcionários das Fábricas de Cerâmica da Lagoa. De resto, esta era a forma encontrada para angariar mais algum dinheiro para o sustento familiar e funcionava também como uma forma de ocupação dos tempos livres. Os bonecos natalícios da Vila da Lagoa, encontram-se espalhados por várias partes dos Açores e ainda pelas comunidades de emigrantes do Canadá e dos EUA.

No Museu do Presépio Açoriano – único museu de presépios nos Açores – podemos encontrar uma vasta coleção de figuras que representam e ilustram as cenas quotidianas da ilha de São Miguel. O processo técnico de feitura obedece a determinadas regras e técnicas, sendo um processo artesanal, o fabrico de peças é único e inigualável. A indústria da cerâmica é uma das mais antigas de São Miguel, já no fim do século XV, os açorianos usavam peças de olaria feitas nas ilhas, com influência Hispano-mouriscas, dados os métodos e as formas aplicadas serem semelhantes às das olarias de Valência, Paderna e Menisses.

Para além destas influências, outras se juntam, como a Grega e a Romana, dada a mistura de civilizações na Península Ibérica, que se revelam no traço e na cor de graciosa originalidade que se encontra na loiça quer de Santa Maria, quer de Vila Franca do Campo e mais tarde na loiça branca vidrada da Lagoa. As mais antigas olarias dos Açores são conhecidas em Santa Maria e Vila Franca, onde o aumento crescente da população e as exigências da vida social e doméstica

deram lugar ao aparecimento de 27 artificies em Ponta Delgada, em meados do século XVII.

Em 1862 é fundada a Cerâmica Vieira e em 1872 a Cerâmica Leite no Concelho de Lagoa, facto determinante para o aparecimento da tradição dos bonecos de presépio no Concelho.

No edifício dos Paços do Concelho de Lagoa, ao iniciarmos a visita ao MUSEU DO PRESÉPIO AÇORIANO, podemos visualizar um mapa, que mostra a distribuição geográfica, na Vila da Lagoa, de grande parte dos bonecreiros e a sua ligação às duas FÁBRICAS DE CERÂMICA DE LOUÇA VIDRADA existentes na Vila: Cerâmica Vieira, fundada em 1862, e ainda em funcionamento, sendo, por muitos considerada o ex-libris da Lagoa, e a Cerâmica Leite, fundada em 1872 tendo terminado a sua atividade em 1984.

Podem ainda observar fotografias dos artistas de figuras de presépio, onde se mostra, a par de uma fotografia de cada um destes artistas uma figura de presépio da sua autoria, despertando-se, deste modo, o público para a questão da produção individual, ligada ao estilo que cada bonecreiro vai desenvolvendo.

Numa vitrina, mostra-se o processo técnico de produção de uma figura de presépio, onde são apresentadas, de modo sistemático e sequencial, as diversas fases do processo de fabrico – com modelagem, aparamento e pintura -, pelo qual partindo de um pedaço de barro e, com o auxílio de moldes feitos em gesso, pequenos canivetes, tintas variadas, finos pincéis, e muita habilidade manual se produz um boneco de presépio.

De seguida observamos as Representações da natividade – A Sagrada Família, a representação da Gruta e da Cabana, a Vaca e o Burro, os Pastorinhos, os Reis Magos, os Anjinhos, a representação da "Fuga para o Egito", e algumas figuras do Oriente bíblico: árabes, soldados romanos, etc., ou não tivessem os Açores tradições religiosas muito fortes.

A representação do Oriente Bíblico pelos ceramistas e barristas da Lagoa, é feita através do fabrico de elementos da arquitetura: castelos, torres, casas, etc., aqui revelados num conjunto intitulado: Construções de Jerusalém. Existe ainda um espaço dedicado aos Presépios da Diáspora, onde estão expostos dois presépios de Florianópolis, Ilha de Santa Catarina no Brasil. Estes dois presépios são da autoria de Jone Cezar de Araújo e de Osmarina Maria Villalva, ambos naturais de Florianópolis.

Existe ainda um Presépio manufaturado dentro de um globo, oferecido pelo senhor António Costa, natural da Ilha de São Miguel que está, atualmente, emigrado na Cidade de New Bedford nos EUA

Podem-se ainda apreciar as Imagens do Quotidiano Insular, onde são expostas: uma Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, constituída por duzentas e vinte e oito figuras; além de outras cenas da vida quotidiana: o camponês a cultivar a terra, a criação; a matança do porco; as touradas; a recolha de água e a higiene do corpo e da roupa; a farinação do cereal e a feitura do pão; a prensa do vinho; a limpeza da via pública; a recolha de lixo; a venda de produtos num bar; a venda de gelados; figuras sarcásticas e de crítica social e uma da vida moderna – dois homens à lareira.

A análise das figuras de presépio, suportada nos conhecimentos da etnologia, permite-nos perceber como a criação destas figuras revela o conhecimento que os bonecreiros, juntamente com outras pessoas que com eles contactam, têm das Sagradas Escrituras; assim como a capacidade que os mesmos mostram de, com grande astúcia e sagacidade, captarem aspetos de vivências sociais que presenciam.

Neste sentido podemos dizer que a par da temática religiosa em causa – o Nascimento de Cristo -, a realização social é a fonte / modelo de inspiração para a produção de figuras de presépio.

Consequentemente, no espaço do presépio, além do tratamento do tema central da encenação – A Natividade -, são também transpostos momentos e situações da sociedade envolvente.

Deste modo, podemos dizer que os bonecos produzidos na Lagoa, destinados à ocupação do espaço do presépio, apontam para o conhecimento da

sociedade e revelam aspetos da interpretação popular do texto bíblico. Portanto, estudando as encenações montadas no Presépio podem inferir-se hábitos, práticas e costumes da sociedade passada e atual, uma vez que eles são o espelho de vivências quotidianas.

O MUSEU DO PRESÉPIO AÇORIANO tem como principais objetivos: ser um espaço de pesquisa etnológica; conservar e valorizar a atividade criativa dos barristas da Lagoa; ser um centro explicativo dos presépios dos Açores; ser um centro explicativo dos presépios dos Açores; ser um laboratório pedagógico vocacionado para a expressão e comunicação visual; ser um lugar de descoberta e de encontro de pessoas e culturas.

O MUSEU DO PRESÉPIO AÇORIANO foi inaugurado a 21 de março de 1996. Em setembro do mesmo ano, uma réplica em tamanho mais reduzido esteve em exposição na 10ª Semana Cultural Açoriana, em Toronto – Canadá e depois nos Estados Unidos, no "New Bedford Art Museum" em 1999; em Taunton, no "Old Colony Historical Museum" em 2000; em New Bedford, no Whaling Museum", na "ArtWorks Galleries" e no "Rotch-Jones Duff House" em 2001; na Biblioteca da Igreja de São Francisco Xavier em East Providence em 2002; em novembro de 2003, em Hyannis, Mass, o Presépio da Lagoa esteve representado na "Cape Code Creche Convention". O Presépio da Lagoa esteve em dezembro de 2003, no "Centro Comunitário dos Amigos da Terceira", em Pawtucket – Rhode Island, onde esteve também presente um cesteiro de Água de Pau, que desenvolveu a sua atividade criando artefactos natalícios. Em Taunton, MA o cesteiro de Água de Pau, o grupo de guitarras dos Amigos da Terceira de Pawtucket, R.I. e uma representação do presépio da Lagoa animaram o "Lights Festival".

No ano de 2004 o presépio da Lagoa esteve exposto em diversos locais dos EUA e do Canadá. Em novembro esteve exposto no Santuário "La Salette Shrine" em Attleboro, MA. EUA. Em seguida o presépio da Lagoa foi para New Bedford, onde esteve exposto na Biblioteca da Casa da Saudade. Em dezembro de 2004 esteve na Associação Cultural Lusitânia em Fall River nos EUA. Posteriormente foi exposto na Biblioteca da Câmara Municipal da Ville Sainte-Thérèse no Quebec – Canadá. Finalmente em Dartmouth, nos EUA, houve uma exposição intitulada "Intercâmbio da arte bonecreira" que foi composta por presépios realizados por bonecreiros da Lagoa a partir de moldes de Dartmouth.

No Natal de 2005 o Presépio da Lagoa esteve exposto na Fairhaven´s Millicent Library em Fairhaven, MA, na Dartmouth Library em Dartmouth e no New Bedford Whaling Museum em New Bedford. Em 2006 esteve exposto no Bristol Statehouse / County Courthouse em Bristol, no Campus da Roger Williams University, na Dartmouth Library, na Fairhaven´s Millicent Library, na Biblioteca da Casa da Saudade e no Santuário "La Salette Shrine" em Attleboro, MA. Esteve, também, presente em Óbidos, Portugal Continental, inserido no Projeto "Óbidos – Vila Natal", e de acordo com a organização do evento (Câmara Municipal de Óbidos) foi visitado por cerca de 155.000 visitantes.

No Natal de 2007 o Presépio da Lagoa esteve exposto no Belcourt Castle em Newport, uma das mansões mais famosas daquela Zona, e também esteve exposto no LAGOA – Luso – American Gallery of Antiques em Fall River. Em 2008 o Presépio da Lagoa vai estar em exposição, na Galeria de Arte do BCC – Bristol Community College, em Fall River onde na inauguração da exposição vai haver um concerto da Orquestra Sinfónica de Fall River. Ainda estará na mansão de Belcourt em Newport, EUA e ainda na Casa dos Açores do Ontário e na Galeria D'Arte do Oratório de S. José em Montreal, ambas no Canadá.

Desde 1990 que o pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lagoa promove a realização de concursos de presépios por altura da quadra natalícia. Participam nestes concursos não só várias famílias, como também as escolas e associações culturais de todo o concelho. Os participantes montam os presépios nas suas casas onde depois são visitados pelo júri.

Os artesãos bonecreiros também montam a sua própria exposição nos Paços do Concelho durante o período Natalício.

Em dezembro de 2002 a Lagoa promoveu a abertura de presépios em casas particulares em New Bedford, Fall River, Dartmouth, Taunton, Bristol, East Providence, na Califórnia, no Canada e também no Museu da Graciosa, nos Açores.

Todas estas iniciativas têm por objetivo a defesa e a preservação da arte bonecreira da Vila da Lagoa.

25. **ROSA BEATRIZ MADRUGA PINHEIRO,** Funcionária Pública Estadual, atuando na Secretaria de Articulação Internacional do Estado de Santa Catarina.

ENSINO A DISTÂNCIA, SURGIMENTO DE UMA NOVA PERSPECTIVA EDUCACIONAL: A ATUAÇÃO DA UNISUL VIRTUAL,

Torna-se difícil definir Educação a Distância, e mais ainda precisá-la como uma manifestação recente de nossa sociedade, pois segundo a consideração de alguns autores é um fenômeno que remonta a tempos muito longínquos, quem sabe à primeira pessoa que entregou a outra(s) pessoa(s) um conselho, uma observação ou uma instrução de forma não presencial. Como evidencia Lorenzo García[76]

"A dificuldade de encontrar uma definição (da Educação a Distância) pode advir dos diferentes conceitos atribuídos ao conceito 'distância', bem como à diversidade de formas metodológicas, estruturas e projetos de aplicação desta modalidade em função aos apoios políticos e sociais com os quais conta ou as necessidades educativas que descuida da educação convencional, ou o desenvolvimento de meios de comunicação e novas tecnologias ou, finalmente, pelo conceito de Educação a Distância que utilizam". Dentro das numerosas definições de Educação a Distância encontramos uma série de construções que se aproximam do fenômeno desde o conceito de "distância".

De outra perspectiva, se esclarece sobre os comentários de certos autores que veem na essência da Educação a Distância um processo que a define: o da capacidade de "autodidaxia" ou autoaprendizagem dos estudantes assistidos pelos diversos, e atualmente numerosos, elementos que conformam a rede de apoio da formação a distância. Quem adota esta visão não duvida em atribuir o incremento que experimenta hoje a Educação a Distância ao fato do desenvolvimento e progresso dos meios tecnológicos que mostra insuspeitos alcances.

Também encontramos definições que se baseiam no *modus* organizacional desta modalidade e assim concluem que a formação a distância resulta do planejamento, a orientação (instruções, atividades, etc.) e do enquadramento de uma organização de apoio. Também existe uma aproximação que propõe examinar a formação à distância sob o aspecto da educação a *secas* sem a preocupação com a defasagem espaçotemporal entre as atividades de ensino e as de aprendizagem.

Como aponta Shale "se não diferenciamos a formação à distância da educação em geral, a definição de educação se converterá em formação à distância. Somente o desenvolvimento tecnológico destrói os pontos de diferenciação entre a formação à distância e a educação tradicional".

Nota-se que esta autora acrescenta que a chamada educação virtual seria "*aquela que segue sendo à distância, mas que utiliza as novas tecnologias da informação e comunicação de maneira assídua, isto é, utiliza outro tipo de ferramentas ou materiais para a formação a distância".*

Nesse artigo, analisa-se a Educação a Distância como o surgimento de uma nova perspectiva educacional, que contempla estudantes em qualquer parte do mundo que tenham acesso a equipamentos conectados a rede mundial de computadores. Trata-se de um estudo pautado em pressupostos contemporâneos sobre a constituição dos saberes docentes, em especial nas áreas de educação e comunicação.

Na EAD, o distanciamento físico sempre exigiu recursos e estratégias didáticas e comunicativas diferentes dos convencionais. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora do professor tomou um forte impulso, provocado pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo 'espaço'. Nesse contexto, apresenta-se a UNISUL Virtual, campus da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) responsável por todos os projetos e programas na área de Educação a Distância.

A humanidade encontra-se imersa em um contexto, no qual, o rápido acesso à informação transforma radicalmente as rotinas das pessoas. Somado a isso, a junção das rotinas diárias, com os avanços tecnológicos interligam os

[76] Garcia, 1994.

indivíduos em "redes de comunicação global". Essa interconexão impulsionada pelos avanços das tecnologias é evidenciada a partir da máxima de que em virtude da alta velocidade com que as tecnologias avançam, o homem tende a assumir uma postura mais pró-ativa em seu meio, pois o acesso a novos canais de informação e comunicação é cada vez mais facilitado. Hoje, é difícil encontrar qualquer atividade que esteja desvinculada de uma variável tecnológica.

Concomitantemente a esta constante inovação tecnológica, percebe-se um crescente aumento por parte da sociedade no concernente a qualidade do ensino. Esta fusão entre ensino e tecnologia é um dos motivos que sustentam o crescimento do ensino a distância (EAD). Como evidencia Lorenzo García[77]

"A dificuldade de encontrar uma definição (da Educação a Distância) pode advir dos diferentes conceitos atribuídos ao conceito 'distância', bem como à diversidade de formas metodológicas, estruturas e projetos de aplicação desta modalidade em função aos apoios políticos e sociais com os quais conta ou as necessidades educativas que descuida da educação convencional, ou o desenvolvimento de meios de comunicação e novas tecnologias ou, finalmente, pelo conceito de Educação a Distância que utilizam".

Dentro das numerosas definições de Educação a Distância encontramos uma série de construções que se aproximam do fenômeno desde o conceito de "distância". Todas partem da evidente constatação de que existe uma divisão espaçotemporal que torna impossível a interação direta entre professor e aluno.

Há autores que enfatizam diretamente a noção de distância, observando como fato mais singular a principal característica que é a separação física entre professor e estudante[78]. Outros enfatizam a possibilidade de que o aluno na formação a distância não requer frequentar regularmente ao estabelecimento que difunde o saber[79]. Para outros é uma forma de ensino internalizado onde o ensino oral desempenha um papel subordinado e se limita a alguns períodos intensivos, espaçados durante a sessão ou ano acadêmico.[80] E ainda é uma característica relevante que alude à impossibilidade do encontro presencial paralelo entre professor e estudante, cremos que não atinge a abrangência essencial e real importância da Educação a Distância.

Para Casas Armengol[81], o termo Educação a Distância cobre um amplo espectro das diversas formas de estudo e estratégias educativas, que têm em comum o fato de não acontecerem mediante a tradicional proximidade física contínua, de professores e alunos em locais especiais para fins educativos: esta nova forma educacional inclui todos os métodos de ensino nos quais, devido à separação existente entre estudantes e professores, as fases interativas e pró-ativas do ensino, são conduzidas mediante a palavra impressa e / ou elementos mecânicos ou eletrônicos.

De outra perspectiva, se esclarece sobre os comentários de certos autores que veem na essência da Educação a Distância um processo que a define: o da capacidade "autodidata" ou autoaprendizagem dos estudantes assistidos pelos diversos, e atualmente numerosos, elementos que conformam a rede de apoio da formação a distância.

Assinalam que o ensino a distância "é uma forma de 'autodidaxia' assistida que permite ao estudante adulto acesso as fontes mediadoras de saberes, sem a intervenção clássica de um professor, mas com o apoio de uma rede de recursos que acompanham adequadamente sua aprendizagem" [82]. Constata-se, também, ao mesmo tempo em que se procurou uma definição de Educação a Distância acentuando outra de suas características constitutivas, que é a mediação. Esta foi progressiva e sustentada desde a invenção da tipografia, e a conseguinte democratização do conhecimento que impulsionou, até as atuais redes telemáticas que globalizaram com velocidade vertiginosa a informação e o saber. Quem adota esta visão não duvida em atribuir o incremento que experimenta hoje a Educação a Distância ao fato do desenvolvimento e progresso dos meios tecnológicos que mostra insuspeitos alcances.

Também encontramos definições que se baseiam no modus organizacional desta modalidade e assim concluem que a formação a distância

[77] Garcia, 2000.
[78] Rumble, 1979.
[79] Keegan, 1986.
[80] Willén, 1981.
[81] Casas Armengol, 1982.
[82] Henry y Kaye, 1985

resulta do planejamento, a orientação (instruções, atividades, etc.) e do enquadramento de uma organização de apoio.[83] Este último autor expressa que a Educação a Distância detém um verdadeiro caráter de comunicação em massa, pois "o curso produzido é utilizado facilmente por um grande número de estudantes e com um mínimo de gastos, a Educação a Distância pode ser, e é com frequência, uma forma de comunicação em massa".[84]

Também se aproximando desta vertente, temos a definição de Peters[85] para o qual o ensino a distância (*fernunterricht*) é um método de difusão do saber, das habilidades e atitudes, racionalizado pela aplicação da divisão do trabalho e dos princípios organizacionais, bem como pelo uso de meios tecnológicos com a finalidade de reproduzir material pedagógico de alta qualidade que permita atingir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, sem importar onde vivem.

Estas são aproximações tributárias dos princípios industriais da produtividade: contemplam o fenômeno contemporâneo da divisão do trabalho, a progressiva mecanização dos processos, a produção em grande escala, a crescente automatização, a primazia e controle do discurso científico, o planejamento sistemático e a paulatina concentração e centralização, características centrais da globalização.

De acordo com a legislação brasileira, pode-se conceituar ensino a distância como:

> *"... uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação"* (Diário Oficial da União decreto n.º. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998).

Considerando o EAD a partir desta perspectiva conceitual, entende-se que esta metodologia de aprendizagem dispensa o professor em seu papel de "expositor de conteúdos e conhecimentos".

No ensino a distância, os alunos e professores estão separados pela distância e algumas vezes também pelo tempo. Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que o EAD está vinculado à mídia e ao meio de comunicação que permite o contato entre as pessoas envolvidas nos cursos (relação aluno / aluno; aluno / professor).

O ensino a distância pressupõe o auxílio de algum tipo de mídia. Em virtude de os alunos e os professores estarem distantes uns dos outros, a utilização de algum tipo de tecnologia é necessária a fim de que o contato ocorra. Até os anos 80, as tecnologias disponíveis eram poucas e simples para produção, acesso e interação dos cursos a distância. As organizações do segmento de EAD baseavam seus métodos em material impresso, programas em áudio, vídeo ou transmissões em TVs e rádios educativas.

Historicamente, pode-se segmentar o EAD em três gerações: A primeira geração era composta por tecnologias rudimentares, como material puramente impresso, o que minimizava o processo de interação do aluno com o conhecimento. Já a segunda geração, promoveu as integrações dos recursos audiovisuais.

Nesta fase, o ensino a distância começou a utilizar meios com áudio e vídeo, como fitas cassetes e de vídeo, ensino através da televisão, dentre outros recursos. Entretanto, somente a partir dos anos 90 que o EAD entrou na terceira geração. Nesta fase, a integração de redes de conferência via computador e estações multimídia abriram maiores possibilidades de gerar comunicações bilaterais entre alunos e professores. Através da utilização de recursos como a Internet, satélites e diversos aplicativos eletrônicos, os alunos são capazes de participar de teleconferências, videoconferências e seminários *on-line* o que torna o EAD, nesta fase, altamente interativo.

[83] Holmberg, 1973.
[84] Holmberg, 1985.
[85] Peters, 1973.

Uma preocupação inerente à exploração devida do potencial da comunicação que as mídias da terceira geração oferecem é ancorada na proposta pedagógica dos cursos *on-line*. Pesquisadores e pedagogos buscam maneiras de criar espaços de interação que atendam as necessidades de professores e alunos. A criação desses ambientes virtuais de aprendizagem ocorre a partir da criação de cenários que compõem interfaces instrucionais para a interação de alunos. Estes ambientes incluem ferramentas que sustentam a aprendizagem através de interações, reflexões e troca de experiências. Conceitualmente, estes ambientes denominam-se *learning management system* (LMS) ou mesmo, ambiente virtual de aprendizagem. O desenvolvimento de plataformas LMS é hoje um desafio para todas as empresas que buscam se inserir em ambientes de EAD, devido à alta complexidade na construção de tais ferramentas.

Mesmo estando em uma posição de pleno destaque no âmbito internacional no que se refere ao ensino a distância, o Brasil precisa investir pesadamente na qualificação de pesquisadores nesta área de mercado a fim de assegurar uma vanguarda em pesquisa e desenvolvimento na indústria do EAD e, consequentemente, contribuir positivamente para uma maior e melhor capacitação no ensino no país.

Merece destaque a atuação da UNISUL Virtual é o campus da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) responsável por todos os projetos e programas na área de ensino a distância (EAD). A Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL é uma instituição comunitária, criada pelo poder público do município de Tubarão (SC) em 1964. Foi reconhecida como universidade pelo Ministério da Educação (MEC) em 1989. E, desde 2002 está credenciada pelo MEC para oferecer cursos de graduação e de pós-graduação a distância, com abrangência para atender alunos em todo o território brasileiro.

Atuando na oferta de educação a distância desde 2001, a UNISUL Virtual conta com uma equipe de alto nível e sedia em Santa Catarina, no município de Palhoça, um centro de referência para EAD em língua portuguesa para programas de cooperação internacional a distância ofertados pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A UNISUL Virtual é responsável pela oferta de cursos a distância e também o suporte para a oferta de disciplinas a distância para alunos dos cursos de graduação presenciais da universidade, a capacitação de docentes e técnicos para o uso pedagógico de metodologias de EAD e o desenvolvimento de tecnologias web para uso na EAD e no ensino presencial da UNISUL.

A UNISUL Virtual também atua através de cursos corporativos, dirigidos a empresas e instituições. Os cursos de pós-graduação, graduação tecnológica, de licenciaturas ou de bacharelados conferem diploma com validade em todo o país, e com total equivalência a diplomas dos mesmos cursos oferecidos na modalidade do ensino presencial.

A UNISUL Virtual tem hoje mais de seis mil alunos regularmente matriculados em cursos de graduação, de pós-graduação e de aperfeiçoamento profissional. Os cursos de graduação tecnológica conferem diploma a partir de dois anos de estudo. As licenciaturas conferem diploma ao final de 4 anos de estudo, e os bacharelados têm duração de três ou quatro anos. Assim, os candidatos que vierem a ser aprovados no processo seletivo terão a possibilidade de concluir um curso superior e obter um diploma de graduação a partir de dois anos de estudo.

Para atuar com educação superior a distância, em atenção ao parágrafo primeiro do artigo 80 da Lei 9.394 / 96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a UNISUL está devidamente credenciada pela União, conforme os seguintes dispositivos:

a) *Abrangência Nacional: Portaria MEC 2.146, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2004. Página 99, seção 1, autorizando a UNISUL a atuar em todo o território nacional na oferta de cursos superiores a distância.*

b) *Nível de Graduação - Portaria MEC n º 1.067, de 8 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 9 de maio de 2003.*

Na UNISUL Virtual, este processo de aprendizagem é enriquecido com a integração entre alunos e professores, dos alunos com os seus colegas e dos alunos com as equipes de apoio da UNISUL Virtual. A comunicação ocorre com o uso de tecnologias da comunicação e da informação, formando comunidades virtuais de aprendizagem. Os alunos contam ainda com materiais didáticos impressos e *on-line* que são disponibilizados no início de cada disciplina.

Recebem guias de estudo para orientar a aprendizagem na educação a distância, guias com as orientações específicas de cada curso e, ainda, contam com manuais de orientação e com equipes de monitores que auxiliam o aluno a utilizar os recursos da internet na educação a distância.

Fonte: www.unisul.br

A UNISUL Virtual auxilia os alunos para que eles possam alcançar sucesso na aprendizagem a distância. Orienta para que eles façam um planejamento com organização do tempo para o estudo individual e para a interação com professores e outros colegas do curso, além, é claro, de estratégias que o próprio aluno estabelece para estudar de acordo com suas características pessoais.

Nos cursos superiores os alunos participam de aulas inaugurais de integração à universidade, que são transmitidas via satélite para os diversos locais credenciados pela UNISUL em todo o Brasil.

Os professores oferecem atendimento para tirar as dúvidas dos alunos durante o período de oferta das disciplinas.

As etapas de avaliação presencial, acontecem ao final de cada bimestre letivo nos locais credenciados pela UNISUL, e que pode ser escolhido no processo seletivo ao início de cada curso. Atualmente são locais abrangidos: todas as capitais do Brasil, e também nas cidades de Ribeirão Preto (SP), Chapecó (SC) e Santa Maria (RS).

Considerações Finais

O principal foco desse artigo é apresentar ao 3º Encontro Açoriano de Lusofonia informações sobre a Educação a Distância, como uma ferramenta de transmissão e aquisição de conhecimento. A utilização dessa modalidade de ensino, oferecendo cursos de graduação, especialização ou dando suporte às aulas presenciais através do uso da EAD, proporciona aos alunos da UNISUL um ambiente de aprendizagem *on-line*, onde os alunos têm acesso a material específico das disciplinas, debatendo com outros alunos e com o professor sobre o conteúdo, tirando dúvidas, verticalizando o conhecimento através de leituras e material de apoio disponíveis no ambiente de aprendizagem.

Os benefícios, ou grande parte deles, alcançados com a implantação de uma metodologia de educação a distância em uma instituição, são indiretos e dificilmente podem ser avaliados qualitativamente com precisão, sendo necessário para tal que sejam considerados diversos aspectos da realidade do período que precedeu a implantação da EAD e comparados com os parâmetros e resultados obtidos após a utilização desta metodologia.

A experiência tem mostrado que a introdução da educação a distância nas instituições de ensino, assim como aconteceu com a inserção do *e-learning* nas empresas, permite um aprimoramento qualitativo no processo de aprendizagem

e uma expansão quantitativa na clientela atendida. Já se tornou senso comum o fato de que a EAD veio, não para substituir as formas tradicionais de ensino em sala de aula, mas sim para complementar a ampliar esses momentos de aprendizado.

Todavia, limitações inerentes ao domínio e à absorção da tecnologia informatizada, do enfrentamento de uma nova forma de ensinar e aprender, da mudança de paradigma educacional com a transformação de aluno em aprendiz e do professor em tutor e da afirmação da EAD como metodologia educacional de sucesso, ainda haverão de perdurar por algum tempo.

No modelo tradicional de educação, a transmissão de conhecimentos é totalmente centrada no professor. Ele exerce o controlo sobre o grupo de alunos e passa-lhes a informação sobre o tema em estudo. Os alunos acabam por reproduzir o ponto de vista do professor e adaptar-se ao seu ritmo de ensino, confinados em um determinado lugar e horário. A avaliação da aprendizagem se fundamenta em questões que o professor já conhece a resposta certa e o resultado vem em forma de uma nota. Nessa situação, há uma acomodação do aluno, já que o processo não exige, em sua maioria, envolvimento ou reflexão. Apesar do sistema educacional ser presencial, a interatividade é praticamente inexistente.

Na EAD se busca a interatividade que exige ações dinâmicas, envolve atividades complexas como comprometimento, reflexão, questionamento crítico, argumentação, resolução de problemas, busca de caminhos e respostas próprias, construção de proposições, elaboração e posicionamentos pessoais, estabelecimento de associações, comparações, análise, discussões, incentivo ao desenvolvimento da criatividade e responsabilidade sobre o próprio desenvolvimento, tirando o aluno da dependência do professor, aumentando a sua responsabilidade e encorajando-o ao controle do seu aprendizado, contribuindo para a sua autoconfiança. Portanto, pode-se afirmar que a análise e discussão sobre o futuro da EAD representam uma reflexão sobre o futuro da educação.

Espera-se que a experiência obtida com a implantação dessa modalidade de ensino pela Universidade do Sul de Santa Catarina possa ser utilizada para proporcionar apoio na definição de normas e recomendações para a utilização da educação a distância e que também possa fornecer suporte no estabelecimento de políticas educacionais a curto, médio e longo prazos, que culminem em um programa institucional de educação à distância acessível a outras instituições de ensino superior.

Referência Bibliográfica:

ARETIO, Lorenzo García (2000). Educación a Distancia: de la teoría a la práctica. 329 p. Barcelona: Ariel.

BALL, S. y Green, E.J. (1974). Aprendizaje, Enseñanza y Tecnología Educacional. Buenos Aires: Paidós.

CASAS ARMENGOL, M. “Docencias y Nuevas formas de Aprendizaje en Universidades a Distancia en Iberoamérica”. In: Revista Iberoamericana de Educación Superior a Distancia (RIED) 1, 2, 11-24.

CHADWICK, C. B. (1978). Tecnología Educacional para el docente. Buenos Aires: Paidós.

Diário Oficial da União decreto n.º. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.

Estrategias de enseñanza y aprendizaje. Formación del profesorado y aplicación en el aula. Editorial Graó, de Serveis Pedagógics. Barcelona. 1997.

GIASSON. G. 1 La lecture: De la theorie à la pratique. Gaëtan Morin éditeur. Montreal

HOLMBERG, Börje (1985). Educación a distancia: situación y perspectivas. Buenos Aires: Editorial Kapeluz.

KAYE, A. (éd.), Distance Teaching for Higher and Adult Education. Croom Helm, London, 1981.

KEEGAN, D. (1991) Foundations of distance education. 2a.ed. Londres: Routledge

MAYOR, j. Hacia una estrategia de búsqueda exhaustiva para la comprensión profunda de textos escritos. Intervención psicopedagógica. Edit. Pirámide. Madrid. 1993. p. 66-90.

MARTÍNEZ, Sánchez Francisco. (2003) Algunas consideraciones sobre comunicación ante una enseñanza por medio de las nuevas tecnologías Doctorado en Tecnología Educativa.

PERRY, W.; Rumble, G. (1987). A short guide to distance education. Cambridge: International Extension College.

PINA, Antônio R. Bartolomé. Concepción de la tecnología educativa a finales de los ochenta Departamento de Didáctica y Organización Educativa Universidad de Barcelona.

RODRIGUES, R. Modelo de avaliação para cursos no ensino a distância: estrutura, aplicação e avaliação. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1998.

RUMBLE, G e Oliveira, J.(1992) Vocational Education at a Distance. International perspectives. London: Kogan Page.

PARÍS. S.G. D y Lipson. Informed Estrategies for Learning. A program to improve children`s reading awareness and comprehension. Journal of Educational Psychology. 1984. p. 1239-1252

WILLÉN, H. Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

26. Mª do ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO dos SANTOS - Universidade do Minho
27. MANUEL JOSÉ SILVA Universidade do Minho

NATÁLIA CORREIA E CARLOS WALLENSTEIN: O TEMA DA METAMORFOSE,

Conquanto se afigure interessante a convergência de olhares de Natália Correia e de Carlos Wallenstein sobre a açorianidade, patente quer em entrevistas quer em crónicas, não é tanto a visão de uma realidade sociocultural balizada pelo tempo que de sobremaneira nos interessa, mas antes o estudo do tema da metamorfose - definida através das suas multímodas vertentes - nas novelas dos autores *super*arrefecidos, nascidos em 1923 e em 1925, respetivamente.

Assim sendo, e após breve 'digressão' pelas novelas de Wallenstein intituladas "Metamorfoses" e "A maravilhosa história do Internamento", quedar-nos-emos numa sinopse comparativa entre "O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas Pink", de Natália Correia, e "O Senhor Venâncio Não Quer Táxi?", de Carlos Wallenstein, enfatizando a importância capital do tema do 'duplo' e do motivo da máscara, ou, por outras palavras, a antinomia ilusão *versus* realidade.

É, então, que penetramos no fantástico, no reino das sempiternas dúvida e incerteza (no que respeita à intenção do autor, à técnica compositiva do texto e à receção por parte do leitor), no questionamento do estatuto ontológico do universo real, na implantação do mistério por entre as brechas da realidade convencional e na produção de um efeito de 'desterritorialização', tendente a um júbilo intelectual e hermenêutico advindo do domínio dos códigos da representação.

Um fantástico moderno açoriano traduzindo a revolta contra o desencanto do mundo? E, porventura, a superação desta revolta mediante produção indefinida de sentidos… suscetível de dar um sentido à existência? Em junho de 1981, Carlos Wallenstein escrevia, no Continente, o poema "Açórica 32", de que transcrevemos o *incipit* e a quarta quintilha:

"Nasci no limite das casas
entre mar e matagal. / […]
De milénios ilha impante
geme treme. Ronda infinda
maré a maré, as escunas
do que nos rói e destrói
nos arrepanha e cogita. / […]"
(Wallenstein, 1998a:165)

Do mesmo modo, em entrevista concedida a Edite Soeiro e publicada na revista *Notícia* (Luanda, 25 de janeiro de 1969), Natália Correia - que sempre manifestou, para nosso pesar, o seu desagrado por Colóquios[86] - expunha em discurso direto as suas origens:

> *" – Nasci em S. Miguel (Açores) e no ambiente da minha infância se podem encontrar alguns elementos que se vieram refletir na Madona. Não são reproduções exatas daquilo que se passou nesse período, mas representam impressões colhidas."* (Correia, 2004: 38).

Nesta sequência, não se nos afigura despicienda a abordagem, conquanto sucinta, da convergência de olhares de Natália Correia e de Carlos Wallenstein sobre a açorianidade: se, para a autora de *Mátria*, "S. *Miguel era um meio muito exíguo"* não propício ao desenvolvimento espiritual (Correia, 2004:39), para Carlos Wallenstein, ator, encenador e dramaturgo, o arquipélago açoriano é uma "*admirável terra que não tem culpa do atraso cultural a que está – e, segundo parece, continuará – votada."* (Wallenstein, 1998b:186).

Do mesmo modo, enquanto a ilha de Natália Correia prima por um "matriarcado incipiente", revelando-se a mulher açoriana "*um ser perfeitamente diferenciado e de grande personalidade, sobretudo naquilo que respeita a uma intervenção nas soluções de problemas da vida."* (2004:39), a mulher das ilhas vive, segundo Wallenstein, "consciente da sua luta, dos seus valores morais e da sua posição social", exercendo "*uma influência larguíssima, como não podia*

deixar de ser numa sociedade concebida, realizada e dominada pela Igreja Católica." (1998b:186).

Esta visão global não raro se particulariza em comparações secundárias, mas nem por isso pouco dilucidativas, de que constitui exemplo flagrante o paralelismo entre o Coliseu de Ponta Delgada e o Olímpia de Lisboa, quiçá ditado pela emergência, em Carlos Wallenstein, de uma "compensação afetiva".

"Sou uma devota espetadora dos filmes fantásticos. Devoção que durante anos me tributou com a pulga do Olímpia que tinha por missão punir os desertores dos écrans bem comportados." (Correia, 2004:149).

> "[…] *o Coliseu de Ponta Delgada também cheirava a creolina; e, como no Olímpia, também lá havia pulgas […] as matinés do Coliseu também eram turbulentas e a elas assistia um rapazio ruidoso - porém nos ócios do domingo; enquanto no Olímpia era nítida a vagabundagem da grande cidade e a ocorrência de trabalhadores, assíduos devido à mobilidade das sessões permanentes, adaptáveis a horários extravagantes*." (Wallenstein, 1998b: 237-238).

Não é tanto, porém, esta sociologia da açorianidade que de sobremaneira nos interessa nas novelas dos autores supracitados, mas antes o estudo do tema da metamorfose e da figura do duplo, suscetíveis de desaguarem quer numa fantasia insólita de cariz mais ou menos lúdico, quer numa freudiana "inquietante estranheza", quer no reino da sempiterna dúvida que é o fantástico[87].

Detenhamo-nos, em primeiro lugar, nesse *magnum opus* ovidiano, onde as metamorfoses descrevem a história da humanidade, desde o caos primitivo até aos tempos modernos, e onde o poeta da Antiguidade se entrega, com indubitável prazer, à conceção da literatura como jogo, mercê do seu talento experimental de explorador do universo pela linguagem, posto que "*la découverte du monde passe pour une prospection des possibilités verbales.*" (Jouteur, 2001:304).

De seguida, atentemos na indissociabilidade ontológica entre a mudança e o ser (Achard-Bayle, 2001:75), passando pela metamorfose exterior (transformação a que procede o olhar de outrem), pela metamorfose interior (transformação operada pelo olhar sobre si próprio) e desembocando na morte, como definitiva e absoluta metamorfose do corpo (Borel, 1992: 65).

Sem olvidar a diferenciação teorética entre metamorfose e anamorfose (implicando o primeiro conceito um processo de transformação, caraterizando o segundo uma relação de deformação), transitemos para a metamorfose moderna, definida tanto como expressão fixa e concreta dos *eus* múltiplos e conflituosos, como em termos de exteriorização de paixões recalcadas, passíveis de configuração de uma resposta ambígua às complexas questões que a identidade suscita.

Quedemo-nos, por fim, partindo do duplo princípio que a dualidade rege física e psiquicamente o nosso ser e que a estrutura binária remonta aos tempos primordiais de Mircea Eliade, no tema do duplo (do *alter ego*, do *sósia*, do *doppelgänger*, do *sobowtor*) e nas variegadas figuras que lhe subjazem. Movendo-se de modo 'anfíbio' entre a complementaridade e a concorrência, relevando da ilusão e da alucinação, afirmando-se como uma réplica imaginária do original ou como um simulacro de aparência sinónimo de construção do espírito, assumindo-se como o horizonte da mimese tendente para um ideal contraditório e fugaz, o duplo pode constituir não só um "être de regard" (Troubetzkoy, 1996:5) ou, por outras palavras, uma figura teatral, mas também re-enviar ao cerne do fantástico, arvorando-se como objeto de hesitação ou alvo de incerteza.

De facto, mediante a sua transição do teatro para o romance, é-nos dado assistir a uma interiorização do tema do duplo, que se volve em fantasma obsessor, colmatando a fissura entre o homem deserdado por Deus e o universo, carecente de sentido, que o ultrapassa, projetando sem controlo as suas mais profundas zonas de sombra, explorando os confins da dolorida consciência, exacerbando patologicamente a autoscopia e representando uma experiência tripartida cujos vértices são o corpo fragmentado, a sombra e o reflexo: neste

último caso, a *imago sui* funde-se e confunde-se com a *imago alii*, a identidade com a alteridade, o exterior com o interior e a pessoa com a *persona*, com a efígie e com o espetro.

Folheando a obra em prosa de Carlos Wallenstein - na qual se insinua não sub-repticiamente o campo lexical da ilusão a cruzar-se com aqueloutro da mudança[88] -, deparamos com uma novela intitulada "Metamorfoses", cuja título não deixa de gorar as nossas expetativas, por tão-somente traduzir a metamorfose caraterológica ou, plagiando a expressão barthesiana concernente à escrita, o 'grau zero' do fantástico: nela, conta-nos o narrador os seus três encontros (ocorridos na "Cidade Invicta") com Vitória, mestre na arte de uma argumentação capitosa que preside e justifica os inúmeros volte-face da sua existência.

No primeiro encontro, sustenta incondicionalmente Vitória a excelência da luta greco-romana, que seu marido e o narrador praticavam: "*O Futebol? - Uma selvajaria! O boxe? - Outra! A luta greco-romana, sim!*" (1998b:195); no segundo encontro, ocorrido anos indeterminados após o primeiro, surge em cena uma outra Vitória que, tendo contraído de novo matrimónio por falecimento do cônjuge, ostenta a sua admiração entusiasta pelo Benfica, já que "*se Portugal existe como país independente, deve-o […] à admirável existência do Benfica*." (1998b:196). No terceiro encontro, reaparece no palco uma Vitória perdida de amores por um jogador do Futebol Clube do Porto, "*uma organização que é não só uma honra para a Península Ibérica, […] mas também, para os milhões de adeptos, uma religião*." (1998b:197). E remata, assaz humoristicamente o narrador, a sua crónica pedindo-lhe "que se acontecesse outra *mudança* me [lhe] comunicasse. E daqui lhe lanço publicamente outra vez semelhante apelo porque preciso de temas para estas crónicas." (1998b:197). Assinalamos, de passagem, que o lexema *mudança* se encontra grafado em itálico…

Nos antípodas desta personagem caleidoscópica, dotada de uma volubilidade vertiginosa, situa-se o deuteragonista (ou protagonista?) da novela de Natália Correia intitulada "*O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink", protagonizada por um narrador que se vê confrontado amiúde por um indivíduo inominado que "não tinha sempre a mesma cara mas também não se pode dizer que as suas caras fossem diferentes. Havia uma unânime solicitude nessa diversidade. Solicitude ora rosa ora cinza que tanto se aprestava a satisfazer o nosso bem-estar como a não menos premente necessidade de nos sabermos infelizes."* (2003:379). Oportuno se torna realçar que, mau grado a sua metamorfose corpórea / facial, esta instável personagem firma, nas situações mais diversificadas, a sua identidade graças a uma identificação profissional que sobreleva as demais.

> *"- Eu sou o aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink. […]*
> *Foi em Lisboa. […] Apoiou as mãos na secretária e, inclinando-se para mim, identificou-se com orgulho:*
> *- Eu sou o aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink. […]*
> *Fique sabendo que me encontra no exercício de um dever profissional. Sou um dramaturgo. O aplaudido dramaturgo…*" (Correia, 2003: 381-382).

Vendedor de toda a gama de veículos requeridos pelo homem ao longo do seu percurso existencial (carro de bebé, carro nupcial, carro de corridas e carro funerário), prestimoso terapeuta da solidão do narrador ao lançar-lhe para os braços o erotismo sapiente de uma italiana e, contraditoriamente, puritano radical ao verberar junto do gerente do hotel, em tom moralizador, esse universo de corrupção para o qual ele contribuíra, jovem revolucionário que, lesto, adverte a personagem principal da infidelidade da esposa com um outro que não é senão ele próprio, sinedoquicamente caraterizado por uma "calva aterrada", o "aplaudido dramaturgo" revela-se uma personagem plural, enigmática e descoroçoante em termos hermenêuticos. Abatido pelo revólver justiceiro do marido enganado, mas logo ressuscitando, qual Fénix ou Hidra, sob a forma de agente secreto do Exército de Salvação, não se coíbe de sugerir ao narrador-personagem viúvo (entrementes, a mulher suicidara-se…)[89], em digressão turística pela Suíça, o obséquio de lhe tirar uma fotografia, com o escopo de

garantir a sua reputação para a eternidade. O *explicit* da novela não deixa de ser esclarecedor quanto ao seu não esclarecimento de sentido, espoletado por surpreendente reviravolta de matriz simbólica:

> "*No dia seguinte, quando fui ao estúdio onde mandara revelar a película, perturbou-me o facto tecnicamente* [sic] *inexplicável do dramaturgo não se encontrar na fotografia em que maliciosamente quisera figurar, assim como quem trama: 'Com que então, verme, querias a prova fotográfica da existência de Deus?'*" (2003:383).

Quem é, afinal, este dramaturgo ficcional e qual a razão das suas contínuas metamorfoses? Se o que a metáfora opera na linguagem é materializado, na vida concreta, pela metamorfose… não será lícito encarar as metamorfoses do "aplaudido dramaturgo" como metáforas da escrita? E, nesta ordem de ideias, não poderá identificar-se o solícito dramaturgo ao duplo de um narrador à procura de personagens e não ao duplo de personagens pirandellianas em busca de um autor? Nesta conjuntura, parece adquirir nova significação o discurso identitário (por parte do dramaturgo…) de cariz meta ficcional (ou, melhor dizendo, metateatral) que perpassa na novela em exegese.

> "*Falou* [o dramaturgo] *na lista telefónica que era uma aflição de personagens à procura de um autor, […] Porque a guerra não é mais do que um desenvolvimento lógico da libertinagem. Demonstro isso nas minhas peças. […] Sou um dramaturgo de vanguarda. Combato a velha dramaturgia que vive do triângulo clássico. Mas a vida persiste em ser académica. Impõe uma realidade que é a justificação da arte dramática conservadora. O senhor* [narrador] *é o perfeito exemplar do argumento que essa fauna reacionária usa para rebater as minhas teorias. […] O senhor é o culpado de tudo isto. Nunca percebeu que a sua mulher era uma personagem*." (2003:379-381-382).

Não estaremos, pois, perante o caso de um duplo objetivo revelando à saciedade, mediante a repetição compulsiva, uma intenção irónica (1996:100) inerente à relação irónico trágica do sujeito com o mundo? Todavia, pelo seu dom de ubiquidade e mestria de 'contorcionismo', não se fundirá este duplo externo, através da metamorfose, com o duplo subjetivo[90] do narrador? E não se afirmará este último como o duplo do autor que, por seu turno, duplica Deus? Se criar se aparenta a *dizer* e a *nomear*, com vista a *fazer existir*, e se a criação pressupõe o Verbo divino, o escritor poderá, eventualmente, tornar-se um demiurgo, um duplo de Deus, no que respeita à invenção de mundos outros: no entanto, enquanto Deus gerou um universo uno e único, o artista limita-se a inventar uma pálida réplica, um ténue simulacro do modelo, uma débil imitação do original, um 'fantasma' nostálgico da perfeição do "Início", veiculando uma aspiração frustrada à divindade (Troubetzkoy 2001:53).

Vem a propósito, neste contexto, revisitar a obra de arte, o retrato em particular (na senda quer desse assassínio pictórico que é *O retrato oval* de Edgar Allan Poe, quer dessa especularidade em sentido inverso que constitui *O Retrato de Dorian Gray* de Oscar Wilde), que pode exercer a função de duplo, exteriorizar o desejo nele deposto por um contemplador embevecido, augurar um destino, em geral maléfico, e entrar não raro em concorrência, sonegando-lhe o lugar, com a personagem que dá a sensação de duplicar.

É o caso de "O Segundo da Esquerda" de Carlos Wallenstein, em que o narrador, tendo feito a aquisição, instigado por sua esposa Ilda, de um quadro antigo[91] reproduzindo uma cena marcial - e bem significativamente pendurado na parede fronteira à cama do casal -, constata, mediante segmento proléptico, o caráter de profecia deste pictórico livro do *fatum*, onde se parecem irreversivelmente inscrever os estigmas de eventos futuros: "*Só muito depois relacionei* [o narrador] *o facto de ela ter insistido na compra com acontecimentos que se me vitimaram* [sic] *três ou cinco anos depois*." (1998b:131).

E é precisamente três ou cinco anos depois que Ilda abandona o marido, desaparecendo de casa sem lhe "*deixar outras palavras, além do nome e da morada do polícia"* (1998b:133), em companhia do qual se arvora ufana e no qual reconhece o narrador-personagem um certo ar de familiaridade. "- *Quem*

demónio será aquele polícia? – cismava eu." (1998b:133). Eis que, olhando casualmente para o quadro, a memória não lhe tarda a ser avivada por artes do maquiavelismo subjacente ao ato criador profético de um artista dos tempos idos:

> "[…] *o polícia: era o segundo da esquerda. Figurava no quadro que Ilda tanto insistira para eu comprar! […] Ultimamente tenho andado assoberbado por extensíssimas preocupações e tremido de medo: pois se em tempos recuados um artista pintou (e muito bem) prevendo que séculos depois um honrado cidadão seria vilmente atraiçoado pela mulher amada, bolas para a pintura, bolas para a humanidade, bolas para a vida, bolas para a morte!*" (1998b:133).

Oscilando no limbo do interior e do exterior, manipulando o *eu* e o *outro*, não se inibe o 'fenómeno' de sair afavelmente de uma moldura antiga, dotado de prodigiosa animação, a fim de invadir a dimensão convencionalmente designada por realidade, sobrevivendo, por vezes, ao original ou, então, desaparecendo por morte deste último. Afinal, o duplo, longe de se apresentar *bona fide* como figura inocente, detém valor de sintoma semântico, de espaço decisivo no qual se adivinha uma significância escondida (Morel 2001:23), em íntima correlação com os anelos não concretizados da psique, com as decisões reprimidas da vontade e com "*le degré extraordinairement élevé d'inquiétante étrangeté qui s'y rattache.*" (Freud 1988: 238).

A fim de reforçar a ambivalência do duplo, 'fenómeno' temático estritamente ligado a essa categoria estética que é o fantástico, debrucemo-nos na novela de Wallenstein intitulada "O Senhor Venâncio Não Quer Táxi". Na esteira de um ataque - "*Caiu verticalmente. […] ao meio-dia, na sombra*" (1998b:33) -, o Sr. Venâncio - que sempre cultivara o isolamento e mantivera incógnita a sua vida particular - apanha um táxi rumo à pensão na qual está hospedado, recolhe ao leito onde permanece longo tempo, paga a conta ao médico - como que dispensando os seus serviços… - e, na posse de bem poucas moedas, decide esperar… Dona Branca, dona da casa e sua hospedeira, apresta-se a 'assistir' aos últimos momentos, nem que seja com um mero chazinho, da *"criatura mais delicada que conhecera em toda a vida"* (1998b: 40). Tendo, porém, D. Branca saído do quarto - "*D. Branca retirou-se. Seguiu-a com os olhos. Mas ou fosse ilusão da sua vista ou o que quer que fosse pareceu-lhe que ela ficava no mesmo lugar, de pé, junto da cama."* (1998b:35) -, depara o moribundo com a *mesma* e, paradoxalmente, com uma *outra* D. Branca:

> "*E era de facto a mesma mulher […] a Senhora Branca. Somente o corpo parecia mais leve e correto (corpo nunca atingido pelos anos e pelas cinco gestações de que D. Branca tanta falava com orgulho e com drama); dir-se-ia que de dentro de D. Branca daquele momento tinha saído uma menina branca prematuramente envelhecida, E as roupas não eram o saio grosseiro e desbotado, mas uma espécie de malha negra que lhe cingia o corpo* […]" (1998b: 35-36).

Esta outra Dona Branca, depois de o conduzir aos maelström do seu subconsciente - com o fito de lhe facultar um louvável autoconhecimento até então escamoteado[92] - e de proferir um discurso anfigurítico - no qual se amalgamam o parlamento, o presidente do tribunal, os eclipses e o mito de Édipo -, marca-lhe um encontro para "*sexta-feira às quinze horas*", no qual o Sr. Venâncio decide pontualmente comparecer, após uma longa e sacrificial viagem, não de táxi, por falta de dinheiro, mas a pé.

> "*Chegaram a um extremo do cemitério onde já não havia mausoléus. Ela apontou um coval aberto. Venâncio olhou-a, sorriram. Ele encaminhou-se para a direção que apontava o braço dela. Sentou-se na beira da cova, com os pés pendentes para dentro. Acenou um adeus, sempre sorrindo e desapareceu na terra*." (1998b:56).

Urge, neste contexto, assinalar que o Sr. Venâncio sempre havia sentido horror por espelhos[93] e medo de espetros - tinha, aliás, "*aspeto de aspirante a espetro"* (1998b:34) -, evidenciando um inegável mal-estar perante "*as superfícies polidas, as montras, os tanques, os automóveis estacionados, os rios,*

a luz." (1998b:34). Ora, como afirmam Jourde et Tortonese (1996:9), enquanto o espelho "*insinue un doute sur l'indépendance du sujet*", o reflexo "*montre la subjectivité mêlée au monde des choses, inscrite dans la dureté polie des objets réfléchissants*." Assim sendo, o reflexo do espelho projeta um destino, anuncia uma infelicidade e prediz não raro a morte, visto que, na ótica de Otto Rank[94], é estreita a relação existente entre o medo do espelho e o medo da morte. É só, porém, a partir do momento em que a sombra e o reflexo diferem do original, porque deste último se apartam, conquistando almejada autonomia, que se começa a sentir uma profunda inquietação advinda da duplicação da identidade. Identidade e diferença subjazem, pois, ao reflexo, que é uma das mais antigas formas do duplo proteiforme; por um lado, o reflexo encarna um *alter-ego* criado pelo desejo do eu; por outro, reenvia à cisão individual, pela via de um excesso de identidade perturbada pela lei da diferença. Nesta ordem de ideias, não pouco interessante e original se torna o desdobramento, na novela em causa, não do Sr. Venâncio, mas de D. Branca, ou, melhor dizendo, a metamorfose da hospedeira a que assiste, intrigado, o hóspede não metamorfoseado, cuja hesitação é sobejamente traduzida pelas reticências...

> "*E os seus pensamentos, crescentes de ritmo, passaram a ser positivos, sistemáticos, quase utilitários:*
> *'Talvez não fosse D. Branca. Talvez fosse a cabeça da outra: elas têm cabeças iguais.'*
> *'Era com certeza D. Branca porque a outra ter-se-ia manifestado ativamente. […]'*
> *'Mas não podia ser D. Branca porque…'*
> *'Mas podia ser D. Branca porque…'*" (1998b:43-44).

Duplo de D. Branca, a *outra* (tipograficamente assinalada em itálico) mais não é, em termos psicanalíticos, do que a projeção de Venâncio, que à *outra* atribui o que no fundo deseja - mas vai adiando -, não sendo, contudo, capaz de o exteriorizar: a morte. Chega, porém, o instante em que o Senhor Venâncio - na sequência dos pensamentos da verdadeira D. Branca: "*A 'coisa' não podia demorar*." (1998b:47) - não acalenta quaisquer dúvidas no tocante à identificação da silhueta feminina duplicada: *"A mulher, a outra, era efetivamente quem ele supusera."* (1998b:49).

É então que dá início à sua célere e desenfreada peregrinação pelas ruas da cidade, cuja insensível harmonia contrasta com o esforço draconiano e respetiva humilhação de que são alvo quer as suas forças terminais, quer o seu sofrimento agónico.

> "*- Muito obrigado... – murmurou – não sei que foi isto... Já estou melhor... Não se incomode...*
> *- O senhor não quer um táxi?*
> *- Não obrigado...*
> *- O senhor não pode andar... Apanhe um táxi. [...]*
> *- Muito obrigado... Não tenho dinheiro... [...]*
> *- Olha o bêbedo! – gritou um dos rapazes. – Olha o bêbedo! [...]*
> *Escarneciam-no."* (1998b: 53-54).

Felizmente que a meta simbólica - para bem do Senhor Venâncio! - se aproxima da personagem e do leitor, traduzida por segmento descritivo, atravessado por sucessivos planos, que passamos a transcrever:

> "*Lá no alto uma avenida de sicómoros e depois o resto, e depois uma paisagem de ervas tenras com um rio azul serpeando desde o horizonte.*" (1998b:52).

Algumas conclusões podem ser, desde já, aventadas.

1. Tanto na novela de Natália Correia como na de Carlos Wallenstein temos presente o tema da metamorfose: enquanto na primeira a metamorfose é de cariz corporal, na segunda dá a sensação de ser mais caraterológica do que corpórea. Com efeito, a *outra* D. Branca tem "*uma voz metálica, dura, invencível"* (1998b:36) e não se furta a riscar um fósforo para acender um cigarro…No entanto, do ponto de vista do Senhor Venâncio, "*a semelhança dela com a boa D. Branca fora apenas um subterfúgio, uma forma enganadora, uma daquelas*

grandes artimanhas que os deuses costumam tramar para emaranhar os homens." (1998b:47).

2. Se na novela de Natália Correia parece ser lícito encarar o "aplaudido dramaturgo" em termos de duplo externo, com mais razão designaremos por duplo objetivo a *outra* D. Branca, atendendo a que o reconhecimento implica, por parte do sujeito, a deteção de diferenças provenientes do excesso de similaridade.

3. Porém, este duplo objetivo não raro se volve em duplo interno, através da figura da projeção que paulatinamente se vai escorçando: o aplaudido dramaturgo não duplicará o narrador-personagem? Não constituirá a *outra* D. Branca cópia quase fiel da D. Branca genuína, que "*tinha a certeza de que Venâncio havia de morrer delicadamente, como vivera*"? (1998b:41) Uma D. Branca, lutuosamente trajada, através da qual, graças ao oximoro, o Senhor Venâncio concretiza a união dos contrários?

4. Enquanto o narrador de "O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink" se firma como personagem, o Senhor Venâncio não passa de mera personagem em cuja interioridade penetra sagazmente o narrador.

5. Defluindo, porventura, dos itens precedentes, predomina na novela de Natália Correia um tom lúdico, contracarreado por efémera indignação e fugaz revolta, suscetível de ser delida pela compulsão da repetição do aplaudido dramaturgo nas mais caricatas situações; quanto à novela de Carlos Wallenstein, ela é perpassada por um crescendo de angústia, principiando na ânsia, passando pelo medo e terminando na serenidade face à "mulher admirável, a inesperada visitante que a tudo conduzira, suavemente como ela própria." (1998b:42).

6. Todavia, se o narrador de "O Senhor Venâncio Não Quer Táxi" vai passo a passo destilando indícios que facultam um protocolo de leitura alicerçado numa representação alegórica da morte - *"-[…] Tenho uma suspeita horrível… Mas se és realmente quem penso, diz! Oh! Não me deixes nesta horrorosa situação de não ter a certeza… Tu és… tu és… […]"* (1998b:40) -, Natália Correia parece comprazer-se em deixar à deriva o seu leitor, recusando-se a partilhar diretamente com ele o estatuto ontológico do universo real e jogando de contínuo com as não fronteiras entre verdade e ilusão, essência e aparência.

O certo é que, de braço dado com o "aplaudido dramaturgo", com o "Segundo da Esquerda" e com o Senhor Venâncio, vamos penetrando, pela pena dos dois escritores açorianos, no reino do fantástico: um fantástico sinónimo de intrusão brutal do mistério no quotidiano, como advogou Pierre-Georges Castex? (1951:8) Um fantástico em que o sobrenatural surge como uma rutura da coerência universal, segundo Roger Caillois? (1966:8-9)

Um fantástico caraterizado pela hesitação do leitor e por uma leitura que não deve ser poética nem alegórica, na ótica de Todorov? (1976: 36-37) Um fantástico definido em termos de confronto entre uma personagem isolada e um fenómeno perturbador, na peugada de Joël Malrieu? (1999: 48-49). Um fantástico contemporâneo veiculado, do ponto de vista de David Roas, pela "*irrupción de lo anormal en un mundo en apariencia normal*"? (2001: 36). Um fantástico moderno, na retentiva de Roger Bozzetto, implantado no espaço urbano, e onde as personagens *"sont réduits à n'apparaître qu'en tant que figures de l'impuissance, de la dépossession de soi."*? (1998:12).

Talvez um fantástico moderno, de cariz surrealista, que dita a Carlos Wallenstein "A Maravilhosa História do Internamento" (cujos protagonistas são Benjamim Elefante, John Cenoura e Hamlet Bacalhau, fundadores da fábrica), ou um fantástico mítico, que conduz Natália Correia a ouvir / contar histórias de "tritões e nereidas que não [nos] deixavam sair da ilha", pois "*só os maracujás podiam fazer-se ao mar."* (2001:14). Um fantástico moderno açoriano traduzindo a revolta contra o desencanto do mundo? E, porventura, a superação desta revolta mediante produção indefinida de sentidos… suscetível de dar um sentido à existência?

NOTAS

"Já que o escritor é um luxo, tem que ser usado de qualquer maneira e na sua qualidade de morto, a melhor maneira de o usar é em corpo presente. Chega-se, assim, à conclusão de que o escritor sempre serve […] para a senhora A dizer à senhora B 'amanhã lá nos encontramos no colóquio de fulano…'. Eis o vírus […] que está na epidemia dos

colóquios. Colóquios em Lisboa, colóquios no Porto, colóquios em Alguidares de Cima e também nos de Baixo." (2004:27-28). Com o escopo de corroborar o conteúdo deste texto intitulado "O Colóquio", ver, também, "O Colóquio ou o Plástico do Comício impraticável": "*O escritor ou artista passou a ter novas funções. Funciona como pretexto. […] desse mundanismo da opinião que é o colóquio* […]" (2004:55).

[2.] "*Mais le thème dynamique le plus efficient dans le milieu fantastique semble bien être la* ***métamorphose****, qui assure le passage du réel à ce qui l'excède et permet le prodige. […] Le fantastique s'attache d'ailleurs moins au résultat de la mutation qu'à l'instant de la transformation lui-même, laps où l'ordre du temps bascule."* (Steinmetz, 1990: 31).

[3] cf. "Os Pêssegos da Vida": "*Chamavam-lhes abusadores, chamavam-lhes doidos. Sim, as suas mãos tinham estado sempre unidas; seria lógico que dentro em pouco atingissem a petrificação real. Que* ***mudança*** *súbita, com todos os diabos! Psiquiatria! Manicómio*!" (1998b:27); cf. "Louros Cabelos em Sangue": *"Teresa contava ao povo a* ***transformação*** *que se passara em Ambrósio."* (1998b:83); cf. "Polícia e Talvez Ladrões": "*Uma estupefação geral, como se aquela mulher fosse bruxa e* ***tivesse transformado*** *a criança em elefante*." (1998b:118); cf. "A Prima Clara": "*Este aforismo ["Nem todas as verdades se dizem"] vem a ser afinal uma crítica semelhante à que Clara faz da realidade: dá-nos, portanto,* ***uma imagem retorcida****, […] O funcionamento do tal real é a prova de que devo continuar considerando a realidade um escândalo*." (1998b:94). O negrito é da nossa responsabilidade.

[4] "*E saí, atirando o revólver a minha mulher com um olhar que lhe recomendava a única utilização possível que aquele objeto podia ter nas suas mãos se queria realmente convencer-me do seu arrependimento*." (2003:382).

[5] Segundo Jourde e Tortonese (1996: 92), *"Le personnage principal du récit (éventuellement, et bien souvent, personnage-narrateur) est-il confronté à son propre double, ou bien à un autre personnage dédoublé? Dans le premier cas, nous proposons de parler de double subjectif, dans le second de double objectif. […] Nous proposons d'appeler les premiers doubles externes, les seconds doubles internes."* Ver também, a respeito da dicotomia identidade / alteridade, Bessière, Irène (2001:98): "Ambivalente, contradictorio, ambíguo, el relato fantástico es essencialmente paradójico. Se constituye sobre el reconocimiento de la alteridad absoluta, a la cual presupone una racionalidad original, 'otra' justamente."

[6] Vale a pena transcrever a ecfrase: "[…] *o quadro era na verdade belo: cena anterior à batalha, uma composição serena, apesar da violência do colorido e da ferocidade das figuras, não sei que espécie de militares de arma em riste, dispostos em fila, as fardas vistosíssimas sobre um fundo epopeico de montanhas azuladas, dissipadas pelas névoas e pela fumarada dum canhão que atroava à direita*." (1998b:132).

[7] " *- Ficaste só, eis o que conseguiste, mesmo doente, mesmo moribundo. Foste uma vítima tua…da tua sensibilidade, da fraqueza da tua voz. A bondade nada é sem a simpatia, sabes? […] Agora reconhece, Venâncio, que a existência é de si mesma uma perturbação…*" (1998b:37);
"*- Custa muito morrer – disse ele. Dá trabalho. […]*
- E viver é bom – disse ela.
- Quando há esperança…
- Mesmo que não haja esperança, vale a pena… O que é preciso é saber.
- E eu não soube." (1998b:55-56).

[8] Assinalamos de passagem que este pânico vai ser superado, constituindo trampolim para a prosopografia, ou seja, a caraterização física da personagem: "*Logo voltou ela [D. Branca] com o espelho […] A custo Venâncio levou-o ao alcance da face. E voltou-lhe o antigo medo dos fantasmas. Era um rosto pequeno cor de ossos amarelecidos, a barba crescida, mal semeada, uns raros pelos nojentos espetados ao acaso e olhos encovados e negros como o túmulo. Deixou cair o espelho sobre o peito."* (1998b:47). De realçar, nesta sequência, que o medo ou, melhor dizendo, a inquietação é um efeito fundamental do fantástico: *"Quizás el término 'miedo' puede resultar exagerado, o confuso, puesto que no acaba de identificar claramente ese efecto que, a mi entender, todo relato fantástico busca producir en el lector. [...] sería mejor utilizar el término 'inquietud', puesto que al referirme al 'miedo' no hablo, evidentemente, del miedo físico* [...]" (Roas, 2001:30).

[9] Ver, a este respeito, Rank, Otto (1973) *Le Double*.

Referências Bibliográficas:

Achard-Bayle, Guy (2001) *Grammaire des métamorphoses. Référence, identité, changement, fiction*, Bruxelles: Éditions Duculot, col. "Champs linguistiques".

Bessière, Irène (2001) 'El relato fantástico: Forma mixta de caso y adivinanza'. In David Roas (dir.) *Teorias de lo fantástico*, Madrid: Arco / Libros S.L., Serie Lecturas, Bibliotheca Philologica, 83-104.

Borel, France (1992) *Le Vêtement incarné. Les métamorphoses du corps*, Paris: Calmann-Lévy, col. "Essai *société*".

Bozzetto, Roger (1998) *Territoires des Fantastiques. Des romans gothiques aux récits d'horreur moderne*, Provence: Publications de l'Université de Provence.

Caillois, Roger (1966) *"De la féerie à la science-fiction"* in *Anthologie de la litérature fantastique*, Paris: Gallimard, 8-9.

Castex, Pierre-Georges (1951) *Le conte fantastique en France*, Paris: Éd. José Corti.

Correia, Natália (2001) *A ilha de Circe*, Lisboa: Editorial Notícias.

Correia, Natália (2003) *"O aplaudido dramaturgo curado pelas pílulas pink"* in *Antologia do conto fantástico português*, Lisboa: Arte Mágica Editores, 379-383.

Correia, Natália (2004) *A Estrela de cada um*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora.

Jourde, Pierre / Tortonese, Paolo (1996) *Visages du double. Un thème littéraire*, Paris: Nathan Université.

Jouteur, Isabelle (2001) *Jeux de genre dans les* Métamorphoses *d'Ovide*, Louvain-Paris-Sterling, Virginia: Peeters, col. "Bibliothèque d'Études Classiques".

Malrieu, Joël (1999) *Le fantastique*, Paris: Hachette Supérieur.

Morel, Michel. (2001) 'Théorie et figures du double: du réactif au réversible'. In Gérard Conio (dir.) *Figures du double dans les littératures européennes*. Paris: Cahiers du Cercle L'Age d'Homme, 17-24.

Rank, Otto (1973) *Le double. Don Juan*, Paris: Payot. Trad. S. Lautmann.

Roas, David (2001) 'La amenaza de lo fantástico'. In David Roas (dir.) *Teorias de lo fantástico*, Madrid: Arco / Libros S.L., Serie Lecturas, Bibliotheca Philologica, 7-44.

Sigmund, Freud (1988) *L'inquiétante étrangeté et autres essais*, Paris: Gallimard. Traduit de l'allemand par Bertrand Féron.

Sousa, Antónia de / Ponte, Bruno da / Guimarães, Dórdio / Soeiro, Edite (2004) *Entrevistas a Natália Correia*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora.

Steinmetz, Jean-Luc (1990) *La littérature fantastique*, Paris: Presses Universitaires de France.

Todorov, Tzvetan (1976) *Introduction à la littérature fantastique*, Paris: Seuil, col. "Points".

Troubetzkoy, Wladimir (1996) *L'ombre et la différence. Le Double en Europe*, Paris: puf, col. "Littératures européennes".

Troubetzkoy, Wladimir. (2001) 'Le double poiétique de Jaen-Paul à Dostoïevski'. In Gérard Conio (dir.) *Figures du double dans les littératures européennes*. Paris: Cahiers du Cercle L'Age d'Homme, 45-54.

Wallenstein, Carlos (1998a) *Obras Completas, 1 poesia*, Lisboa: Edições Salamandra.

Wallenstein, Carlos (1998b) *Obras Completas, 2 contos e crónicas*, Lisboa: Edições Salamandra.

28. ROSEMEIRE LEÃO DA SILVA FACCINA, Universidade Presbiteriana Mackenzie

A ÚLTIMA TENTATIVA EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA,

Este trabalho objetiva apresentar o modelo de ensino secundário adotado no Brasil, a partir da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN-9394 / 96) promulgada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e elaborada pelo Ministro da Educação Paulo Renato Sousa.

É chamada " *a mais democrática das leis educacionais*" a que o povo brasileiro submeteu-se desde o século XVI. Sob os princípios e procedimentos da Historiografia Linguística, procurar-se-á analisar o texto dessa lei, não só contextualizando-o, mas ainda observando os princípios da Imanência, da Contextualização e da Adequação, numa tentativa de compreender até que ponto esse documento oficial cumpre seu papel de estender a todos os jovens, um ensino (em geral) e um ensino de língua portuguesa de qualidade, propiciando aos estudantes uma igualdade de condições nas situações reais de empregabilidade e de acesso ao ensino superior, permitindo-lhe competir com os estudantes das escolas privadas brasileiras.

A primeira metade o século XX, para o brasileiro, terminou com um saldo negativo em relação à educação secundária, cujos cursos eram para poucos, portanto para uma pequena parcela da população em idade escolar. Ao restante da população, cursos técnicos, de segunda linha, já que não permitiam acesso aos cursos superiores. Isso foi motivo de muita polêmica e de muita discussão; inclusive, em 1948, numa tentativa de reversão desse quadro, foi para o Senado, para discussão, o primeiro projeto de lei que resultaria somente em 1961, na primeira Lei de Diretrizes e Bases, que, ao nascer, já estava defasada.

Já a segunda metade do século em questão primou por tentativas de descentralização e de democratização da escola secundária. Sob o comando de três grandes Leis de Diretrizes e Bases, (a de 1961, a de 1091 e a última, de 1996), a escola secundária passou a ter igual valor em todo o território nacional; pretendendo ser gratuita dos sete aos quatorze anos, ou mesmo, abrangendo os oito anos de ensino fundamental. Isso trouxe a grande maioria dos jovens à

escola, tirando-os das ruas, sem, no entanto, proporcionar-lhes uma educação boa qualidade. Quantitativamente, a população ganhou, porém, qualitativamente, a escola atual deixa muito a desejar.

Assim contextualizado, os anos 64 a 88 foram palco de infindáveis lutas, desmandos e radicalismos. No que se refere à educação, com a Revolução de 1964, a crise educacional agravou-se, chegando ao seu período mais crítico, urgindo que se fizesse uma reforma em vários níveis e modalidades educacionais.

O sistema educacional não atingiu totalmente seus objetivos, o país não dispôs, mais uma vez, de recursos financeiros suficientes e o existente foi mal-empregado, milhões de crianças continuaram sem escola, os currículos e programas não foram renovados com a velocidade desejada, o corpo docente, em sua maioria, não possuía qualificação necessária, o excesso de evasão e de reprovação continuava, formaram-se técnicos em áreas saturadas e não nas necessárias.

Todos esses problemas vieram de um passado longínquo, resultado de erros acumulados, de falta de visão e de planejamento adequados. Além de tudo isso, observou-se aqui o problema de um país em desenvolvimento. E a década de sessenta, o povo vivendo um período que mostrava um círculo vicioso em matéria de educação, que era necessário romper.

Segundo Sevcenko (2001:88-89), três fenômenos influenciaram uma nova revolução: a ascensão da cultura da imagem e do consumo, a desregulamentação dos mercados e a retração do Estado, a revolução microeletrônica e digital. Essas três combinações tiveram como consequência:

> *(...) uma situação na qual as imagens são mais importantes do que os conteúdos, em que as pessoas são estimuladas a concorrer agressivamente umas com as outras, em detrimento de disposições de colaboração ou sentimentos de solidariedade e, na qual as relações ou comunicações mediadas pelos recursos tecnológicos predominam sobre os contatos diretos e o calor humano. É um mundo vistoso, mas não bonito; intenso, mas não agradável; potencializado por novas energias e recursos, mas cada vez mais carente de laços afetivos e de coesão social.*

De volta ao Brasil, alcançamos, novamente, a democracia, em 1988, após duros anos de ditadura militar, marchando, o país, rumo à promulgação da nova Constituição, criando a comissão que de Educação da Câmara, que tratou da elaboração da LDB, rumo à nova lei, sancionada em 1996, sob nº 9.394. Por ser recente sua implantação, este estudo tem por objetivo observar, à luz dos procedimentos da Historiografia Linguística, tendo como foco os princípios da Contextualização, Imanência e da Adequação, o binômio teoria-prática na escola pública secundária nacional.

A respeito do referencial teórico, enfatizamos que a Historiografia Linguística é recente (década de 70) e busca uma metodologia. Os princípios e procedimentos a que nos referimos acima são norteadores dos adeptos dessa escola e, por meio deles, pode-se chegar a uma análise de qualquer documento escrito.

Segundo Bastos (2004:16-7)

> *... no campo historiográfico, a maior contribuição, na busca de um método, é dada por Lucien Frébvre e Marc Bloch, no início do século XX, com a fundação da revista Annales, cujo objetivo maior era o de promover um novo tipo de História e, certamente, de Historiografia*.

Nessa perspectiva científica, a Historiografia institui-se como método interdisciplinar, pelo fato de considerar a colaboração de outras disciplinas, quais sejam: a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Geografia, e também, a Linguística, revelando-se, assim, a intenção de registrar os feitos humanos em sua totalidade.

Se a Historiografia, segundo Köerner (1996:45) conceitua-se como "*o modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios científicos"* e não meramente como o modo de registrar a história da pesquisa linguística, entendemos que o historiógrafo, diferentemente do historiador, por meio de um novo olhar, agora interdisciplinar, passa a enxergar o documento a ser analisado, tendo em vista alguns princípios norteadores, que fazem da Historiografia uma disciplina.

Segundo o pensamento de Köerner (1996), e adotado por nós neste estudo, três são os princípios metodológicos da HL:

> *Contextualização, que permite ao historiógrafo o traçado do clima de opinião (espírito da época) sempre tendo em vista as correntes intelectuais, políticas, religiosas, sociais, econômicas e culturais do período destacado; Imanência, que permite estabelecer, dos pontos de vista histórico, crítico, filológico, um completo entendimento do documento em questão, cabendo ao historiógrafo manter-se o mais fiel possível o documento lido para poder estabelecer o quadro de definição da teoria e da terminologia usada (mantendo-os internamente como se apresentam, sem qualquer tentativa de trazê-los à qualquer teoria linguística atual;*
>
> *Adequação, que permite ao historiógrafo (após os dois princípios anteriores), " aventurar-se a introduzir, colocando de forma explicita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceitual do trabalho que permita a apreciação de um determinado conceito ou teoria, incluindo-se as constatações das afinidades de significação que subjazem a ambas as definições*." (Bastos, 2004:17)

Ressaltamos que todo e qualquer documento escrito, seja carta, rascunho, documento pessoal produzido por uma dada comunidade científica, passa a ser objeto da HL e, portanto, fonte primária de pesquisa. Para este estudo, a fonte primária é a LDBEN em questão. Serão fontes secundárias, outros escritos sobre essa lei.

A respeito do Método Historiográfico, cabe-nos entender que ainda não existem parâmetros metodológicos comuns de investigação dentro da Linguística, no entanto, alguns fatores como o espírito de época e o clima intelectual do período nos levam a entender o porquê de dados paradigmas científicos florescem e outros não.

Para o investigador, importam, ao analisar o clima de opinião, as correntes intelectuais impactantes, que lhe permitam construir o quadro de definição, não deixando de lado as mudanças paradigmáticas do campo científico.

Ora, se a HL ainda não tem um método definido, o historiógrafo deve buscar caminhos próprios para tal, não descartando a influência de outras disciplinas, já que nessa investigação, a análise do documento deve ser abrangente. Isso posto, passamos a analisar o documento em questão, qual seja, a LDBEN 9394 / 96.

Inicia-se esta análise pelo Princípio da contextualização. Depois da derrocada do regime de exceção, iniciado em 1964, o final da década de 80 é palco de democratização em todas as áreas do conhecimento, refletindo na vida prática do cidadão brasileiro nesse renascer intelectual e de liberdade há muito esquecida.

Em todos os setores, da vida pública à privada, o brasileiro sonhava com um mundo melhor. A escola secundária não ficou imune a esse clima de renovação, mesmo porque ela já não atendia aos anseios dos jovens, da comunidade científica, do setor produtivo em geral. Era uma escola ainda tateante em termos de adequação às realidades dos brasis existentes de norte a sul.

Para ilustrarmos o ocorrido em educação nacional desde a década de 50, tendo como norte o pós-guerra, tomemos alguns dados catalisadores da qualidade de vida de um povo, o nosso.

No setor educação, em 1953, o censo registrou quase 60% de analfabetos; em 1987, foi registrado um total que caiu para 30%. Isso não quer dizer que alcançamos a meta; pelo contrário, nas últimas duas décadas, obtivemos um crescimento no ensino de pós-graduação e no universitário muito maior do que a taxa correspondente ao ensino de primeiro e segundo graus (hoje Fundamental e Médio), o que vale afirmar que a nossa educação, seja por motivos políticos e por pressões trabalhistas, dentre outros, ainda privilegia uma elite: quanto mais o final do século se aproximava, maior era o nível de qualificação para o trabalho.

Jovens em idade de 18 a 25 deveriam estar cursando / terminando uma boa universidade, ter trânsito livre na Internet e falar mais de uma língua estrangeira (inglês e espanhol), além de boa desenvoltura, excelente postura comportamental. Isso significa que a educação e as exigências do mercado de trabalho não estavam e não estão em pé de igualdade. Presenciamos a abertura de inúmeros cursos secundários, superiores e de pós-graduação (nem sempre com boa qualidade) para atender à demanda jovem prestes a entrar na parcela produtiva brasileira e, paralelamente a esse quadro, observamos, ainda, um número de desempregados, um número de pessoas desqualificadas para o trabalho, exercendo a economia informal, ou ainda, tornando-se párias de uma sociedade desumana e altamente competitiva. A última década do século XX vivenciou uma avalanche, por meio da internet, acessível a grande número de brasileiros, de conhecimentos das mais variadas ordens, a ponto de velocidade de informação x velocidade de apreensão cerebral, por não serem as mesmas, fazendo com que o sistema educacional vigente ficasse, de repente, obsoleto, já que esta velocidade era e é mais lenta que aquela.

E o ensino da Língua Portuguesa, como ficou nessa mudança? Houve adequação da escola e do professor? Sabemos que nem tudo ocorreu em paralelo, houve discrepâncias e o surgimento da nova lei educacional era uma necessidade.

A escola continuou agindo de forma tradicional quanto ao ensino da língua materna, as novas teorias linguísticas não adentraram, como era o esperado e a evasão escolar, o baixo nível de conhecimento do jovem ao sair da escola de nível médio, entre outros agravantes, fizeram com que o governo federal, em 1996, numa tentativa radical de atender aos órgãos internacionais que exigiam a totalidade dos jovens em idade escolar, regularmente matriculados, resolvesse, por meio de mais um decreto-lei, regularizar, modernizar a escola secundária.

Tendo em vista o Princípio da Imanência, examinaremos o texto da lei 9394 / 96, fonte primária neste estudo. Sabemos que não havia mais lugar para a escola tradicional unificada de norte a sul. É mister informar que as leis anteriores (1961 e 1971), no papel, já alinhavavam e até alçavam esse voo rumo à diversidade nacional, talvez uma das únicas vias de acesso à aquisição de conhecimento; entretanto somente nessa última lei é que se pôde observar um novo tratamento dado à escola / ensino / aprendizagem.

Em relação aos objetivos propriamente ditos, a 9394 / 96 abarca outros níveis de conteúdo semântico da **palavra educação.** Um deles, é a chamada educação ministrada em estabelecimentos específicos, preparando o jovem para a vida em toda a sua plenitude. Mudam-se programas escolares para que eles se adequem ao cidadão moderno e participativo. Criam-se, em todos os recantos do país, uma educação igualitária, formando cidadãos para a autonomia, princípio básico de liberdade e tolerância que deve reger a escola do momento. Outro sentido é a mudança, no sentido de privilegiar o extraescolar, vinculando a grade curricular pelo currículo ativo, mantendo no ensino fundamental, como disciplina obrigatória, o ensino de Língua Portuguesa em todas as séries. Acrescenta-se a ela, outras tantas disciplinas capazes de ajudar o aluno a se situar no mundo físico e em sua cultura, ressaltando, em todos os níveis, a cultura brasileira, a educação física, e, principalmente, a formação do homem como cidadão inserido no mundo em que vive, salvaguardando todas as diferenças das inúmeras regiões brasileiras.

Quanto ao ensino médio, deve ser calcado em três princípios: a consolidação dos conhecimentos já anteriormente adquiridos; a preparação do cidadão produtivo; a implementação da autonomia intelectual da formação ética. Assim, ética e cidadania são duas palavras-chave dessa lei. O currículo deve levar em consideração o destaque para a educação tecnológica de base, a significação do significado de **Ciência, de Letras e de Artes.** Atentamos, ainda, para o destaque no processo histórico de transformação da sociedade e da cultura. **A Língua Portuguesa deve ser instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.**

A lei 9.394 / 96 deve oferecer ao educando não só o domínio dos princípios tecnológicos e científicos, mas deve capacitá-lo a demonstrar conhecimento das formas contemporâneas de linguagem, além de dominar os conhecimentos de filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. O educando deve receber informações contínuas, proporcionando-lhe reciclagem assim que se fizer necessária.

Para a execução do projeto, criaram-se os PCN (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS), uma série de publicações norteadoras do que fazer e como, nos diversos níveis de ensino e dadas as diversidades encontradas de norte a sul do Brasil. Assim, tendo em vista o texto dessa lei, sabemos que

Educação básica: **infantil, fundamental e médio e** Ensino superior são as metas dessa grande lei.

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Os currículos do ensino fundamental e médio deverão ter uma **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por **uma parte diversificada**, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Parágrafo 1 - os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

O Ensino Fundamental - mínimo de 8 anos - obrigatório e gratuito na escola pública, terá como objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

o desenvolvimento da capacidade de aprender, **tem como meios básicos o pleno domínio da leitura,** da escrita e do cálculo.

Art. 32, parágrafo 3: o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 anos, terá como finalidades:

I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relaciona a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36 - 1 - Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; **a língua portuguesa como instrumento de comunicação,** acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

Título IX - das disposições transitórias:

ART. 87. É instituída a **Década da Educação**, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

Parágrafo 1. A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, O Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Resolução número 2, de 07-04-1998: institui as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental

Entre outras coisas, salienta:

As PCN são o conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos da educação básica, expressas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas;

IV. Em todas as escolas, deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre educação fundamental e:

A) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos, como:

saúde; sexualidade; vida familiar e social; meio ambiente; trabalho; ciência e tecnologia; cultura e as linguagens.

B) as áreas do conhecimento:

língua portuguesa; língua materna para as populações indígenas e migrantes; matemática; ciências; geografia; história; língua estrangeira; educação artística, física e religiosa.

Com os PCN, o Ministério da Educação propõe um norteamento educacional às escolas brasileiras a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.

Aos lermos os textos dessa lei e dos PCN, ficamos certos de que, finalmente o Brasil tem uma lei de verdade que abrange todas as diversidades linguísticas e culturais.

Na prática, e agora, pelo Princípio da Adequação, tomamos a liberdade de inserir pensamentos nossos, como professora durante décadas, observando, a cada ano, a entrada na universidade de jovens, fazendo o curso de Letras, que vêm, cada vez, mais mal preparados, com uma bagagem superficial e uma dificuldade grande em ler e interpretar, ler e escrever, em fazer reescritura de textos, em elaborar resumos e resenhas, enfim, em acompanhar as leituras e os trabalhos que o curso propõe. Percebemos que esses jovens, a maioria da escola pública, não têm maturidade, preparo conteudístico, têm dificuldade no manejo da norma culta, pouca ou quase nenhuma leitura pertinente às ciências linguísticas atuais, desconhecimento da gramática normativa e das outras, tais como a de uso.

Essa descoberta traz à tona o objetivo deste estudo, cujo teor, desde o princípio, foi o de mostrar o quanto essa lei passou a ser antidemocrática e desumana, na medida em que o educando, pelas facilidades encontradas no decorrer do curso, hoje 13 anos de escolaridade obrigatória, a contar desde a primeira série do curso fundamental, já que lhe é permitida a passagem para a série seguinte, sem qualquer reprovação, e isso, de ano em ano, sem cobrança, sem repetições, evitando-se a evasão e, prendendo nos bancos escolares, alunos sem qualquer capacidade de estar cursando determinada série, uma vez que, lá atrás, ficaram suas primeiras dúvidas, suas primeiras dificuldades, que, ao não serem sanadas, levaram o estudante a terminar o curso médio sem as qualificações necessárias para o ingresso em boas universidades.

No afã de obter vagas para todos os alunos em idade escolar, o governo optou pela quantidade, em detrimento da qualidade do ensino que põe à mesa do jovem brasileiro, colocando-os aquém do necessário conteúdo, da necessária vivência e da capacidade exigidos num bom curso superior. Olhando a escola pública brasileira, neste início de século, espanta-nos o governo não repensar a qualidade de ensino que é oferecida aos jovens, espanta-nos, ainda, essa mesma escola, não repensar mecanismos de ensino que lhes possa competir, em igualdade de condições, com jovens que fizeram uma escola secundária privada.

Assim, com um olhar de quem vivenciou quatro décadas de educação, vendo deteriorar-se um ensino público de qualidade, vendo que o século XX desafiou toda e qualquer pesquisa pela diversidade, rapidez e multiplicidade de transformações ocorridas, tornando-se inviável qualquer encerramento, chegamos à conclusão que o homem desse século não se preparou adequadamente para o atual, quer do ponto de vista tecnológico e de descobertas, quer do ângulo sócio-político-ideológico-educacional; em resumo, se analisarmos as potencialidades e as consequências, as descobertas e as realizações quer na Terra como fora dela, perceberemos a multifacetada gama de variáveis impossível de ser totalmente analisada pelo homem.

O incerto e o possível foram as tônicas do início do século XXI, priorizadas pelas pesquisas genéticas e as possíveis e loucas tentativas da eugenia, quando super-raças tentarão dominar o planeta, culminando com uma possível "melhoria da espécie humana".

Referências Bibliográficas

BASTOS, Neusa Barbosa. (2004) "O Fazer historiográfico em Língua Portuguesa". *In*: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa em Caleidoscópio*. São Paulo: Educ / Fapesp.

KOERNER, K. (1996) "Questões que persistem em Historiografia Linguística". **In**: *Revista ANPOLL*, nº 2, p. 45-70.

SEVCENKO, Nicolau (org.). (2001) **República: da Belle Époque à era do rádio.** São Paulo: Cia das Letras,

29. RUI MIGUEL VENTURA DO COUTO TAVARES DE FARIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A PRESERVAÇÃO DOS CONTOS POPULARES PORTUGUESES DA CALIFÓRNIA: O CONTRIBUTO DA INVESTIGAÇÃO DE MANUEL DA COSTA FONTES,

1.INTRODUÇÃO

A presente comunicação visa apresentar e refletir sobre o papel que o açoriano Manuel da Costa Fontes teve (e tem) na investigação e consequente preservação do conto popular português nos Estados Unidos da América, em particular na Califórnia.

Terceirense de origem, o Prof. Doutor Manuel da Costa Fontes, especialista em Línguas e Literaturas Hispânicas da Kent State University, dedicou (e dedica) grande parte da sua investigação sobre a literatura oral, tendo centrado, há cerca de trinta anos, o seu estudo no conto popular português na Califórnia.

Neste sentido, centrar-se-á a reflexão sobre *Portuguese Folktales from California*, tese de doutoramento que apresentou, em 1975, à Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

Trata-se de uma obra de referência, mesmo contando com cerca de três dezenas de anos, pelo rigor e cientificidade com que o autor a concebeu. Instituição e preservação são, na perspetiva de Manuel da Costa Fontes, as palavras de ordem para que se opere uma espécie de emigração, imigração e cristalização do conto popular português na América do Norte.

No amplo universo da Lusofonia, entendemos que o trabalho de Manuel da Costa Fontes constitui um suporte de valor inquestionável no estudo da cultura portuguesa e açoriana nas comunidades emigrantes, não apenas pela sua importância patrimonial, mas também pela sua riqueza linguística.

2. Emigrar e transmitir para preservar

DOMINGOS REBELO, "OS EMIGRANTES" (1929)

Quando olhamos, observamos ou contemplamos o magnífico quadro de Domingos Rebelo intitulado "Os Emigrantes" (1929), tentamos pôr-nos na pele das personagens que o pintor imortalizou.

Como definir os seus rostos?
Como representar os seus gestos?
Como interpretar a sua partida?
O que levam consigo?
O que os leva para longe dos seus?
O que lhes dão os seus?
Para onde vão?
O que vão encontrar?

Essas questões, e muitas outras, surgem no momento em que nos fixamos nas imagens da tela. As respostas as essas indagações mentalmente formuladas seriam vastas e ultrapassariam os limites de uma comunicação como a que nos propomos apresentar.

Mas, detenhamo-nos um pouco mais na tela. Os seus rostos e os seus gestos imobilizados, petrificados pelo sentimento da despedida e da partida, aquele abraço, um último beijo são, visualmente, tudo o que levam consigo. Um baú com meia dúzia de peças de roupa axadrezada, um registo do Senhor Santo Cristo dos Milagres, uma sacola feita de retalhos são toda a sua bagagem material. Espera-os um barco rumo à Nova Inglaterra, ao Novo Mundo, à América; outros familiares aguardam-nos com alegria e todos formarão uma nova comunidade: os imigrantes.

Para além do pouco que levam consigo para iniciar a nova vida, os emigrantes são os transmissores de uma cultura, de uma língua que se congelou no momento da partida. Como imigrantes, tornam-se nos preservadores dessa cultura e dessa língua, de um modo de ser e de pensar que os demarca onde quer que estejam. Transmitem e preservam.

Assim aconteceu com os contos populares. Com efeito, os contos populares portugueses emigraram na memória dos seus transmissores e permaneceram na memória dos seus preservadores. Para além do baú, da sacola e da roupa que levam no corpo, os emigrantes, em particular os açorianos, levaram o caráter da sua identidade cultural. Isso não se desfaz, nem se apaga, mantém-se. *Portuguese Folktales from California* exemplifica sobremaneira a cristalização do património oral português como especial destaque para o que emigrou dos Açores, da Madeira e de África.

Começamos por refletir acerca do título e sobre o que se pretendia com uma recolha desta natureza. "Portuguese Folktales in California"? "Portuguese Folktales from California"? Ou, ainda, "Portuguese Folktales from Portugal to California". Como cada um dos três títulos comporta intenções diferentes, procurámos saber a intencionalidade do autor. Se optasse por "Portuguese Folktales from Portugal to California", teria de apresentar um *corpus* de exportação de contos e as respetivas fontes de receção / importação, situação que não se verificou, dado que a sua recolha é pioneira em variados aspetos, entre os quais o de se abordar e constatar a presença do conto popular português nos Estados Unidos da América (outros estudos sobre o folclore português na América do Norte já haviam sido feitos). Se o título fosse "Portuguese Folktales in California", ficar-se-ia com a sensação de se tratar de um conjunto de contos populares que foram ouvidos na Califórnia e que por aí passaram e não se fixaram. Intitulando-se "Portuguese Folktales from California", o autor transmite efetivamente a sua intenção: são contos populares portugueses saídos e ouvidos da boca de portugueses que se naturalizaram na Califórnia, são pertença da cultura oral portuguesa imigrante.

3. Manuel da Costa Fontes: um açoriano naturalizado norte-americano ao serviço da preservação da literatura popular portuguesa nos Estados Unidos da América

Manuel da Costa Fontes nasceu na ilha Terceira, Açores, em 1945, tendo emigrado para os Estados Unidos da América em 1961. Em 1972, é mestre em Estudos Espanhóis pela Universidade de Berkeley, Califórnia, tendo apresentado três anos depois, a sua dissertação de doutoramento, na área de Línguas e Literaturas Hispânicas, com o título de *Portuguese Folktales from California*.

Em 1975, Manuel da Costa Fontes iniciou a sua carreira como Professor na Kent State University; lecionando Língua e Literatura Portuguesas e Espanholas. A sua área de especialização é a Literatura Espanhola Medieval e Renascentista, com um especial interesse na relação entre o folclore e a literatura. Atualmente, é Professor Jubilado.

Ao longo da sua investigação, realizou diversos trabalhos no âmbito da balada e do conto popular junto dos imigrantes portugueses estabelecidos na Califórnia, Nova Inglaterra e Canadá, assim como nos Açores e em Trás-os-Montes. É autor de cinco recolhas de baladas, um índice temático e bibliográfico das Baladas portuguesas e brasileiras; e coeditar, ao lado de Samuel G. Armistead, do *Cancioneiro Tradicional de Trás-os-Montes*.

Um dos seus mais recentes trabalhos é *Folklore and Literature: Studies in the Portuguese, Brazilian, Sephardic and Hispanic Oral Traditions*. Para além de numerosos artigos sobre a balada, a sua investigação e bibliografia, que conta com cerca de centena e meia de publicações, tem-se centrado em estudos sobre Afonso X, o Sábio, Alfonso Martínez de Toledo, Fernando de Rojas, Francisco Delicado e Cervantes.

Estes artigos encontram-se publicados sobretudo em edições americanas, mas Manuel da Costa Fontes conta, também, com publicações em Portugal, Brasil, Espanha, México, França, Itália, Israel e Canadá.

4. Para uma abordagem de Portuguese Folktales from California

Apesar de numa separata de "Atlântida", volume XXI, número 2, Manuel da Costa Fontes (1977) ter referido que *Portuguese Folktales from California* se tratava de "uma coleção que estamos aumentando e revisando para publicação", a verdade é que tal publicação nunca saiu a lume, infelizmente para todos os portugueses radicados ou não nos Estados Unidos da América, e sobretudo para todos aqueles que se têm dedicado ao estudo do conto popular português.

Temos, porém, a edição da sua tese doutoral, publicada em 1975 "on demand by University Microfilms International", sendo de acesso bastante restrito ao público leitor.

Trata-se de uma coleção de contos populares portugueses cujo valor é inquestionável, não só junto das comunidades imigrantes, como também no espaço da Lusofonia, pela preservação do património imaterial português.

Na verdade, numa altura em que o estudo do conto popular português era quase inexistente, sem ser a quase contemporânea publicação póstuma do que coligiu José Leite de Vasconcelos, *Contos Populares e Lendas* (1964-1969), sob a coordenação de Alda e Paulo Soromenho, *Portuguese Folktales from California* assume-se como a recolha pioneira de contos populares da diáspora portuguesa ao circunscrever-se a um espaço geográfico preciso, a Califórnia.

A obra divide-se em quatro partes: uma introdução, a bibliografia, uma recolha de cinquenta e três narrativas e as conclusões. Na introdução, Manuel da Costa Fontes faz uma espécie de revisão da literatura sobre o que até àquele momento se tinha feito no âmbito dos estudos folclóricos portugueses nos Estados Unidos da América.

Explica, também, a forma como as narrativas se apresentam dispostas, fazendo pertinentemente referência a recolhas portuguesas e espanholas de contos populares. Apresenta, ainda, os informantes que lhe permitiram recolher os contos, assim como as metodologias usadas para uma melhor transcrição e preservação das narrativas da tradição oral portuguesa.

A bibliografia apresenta uma lista de abreviaturas empregues pelo autor ao longo da obra, uma secção relativa a índices, propostas de classificação, bibliografia específica, notas / artigos e estudos sobre o assunto em causa, e uma outra parte com as referências às diversas recolhas compiladas e dispersas de contos populares.

Quanto aos contos populares, Manuel da Costa Fontes classificou-os em **Animal Tales** (4); **Ordinary Tales: Tales of Magic** (21), **Religious Tales** (4), **Novelle** (7); **Tales of the Stupid Ogre** (5); **Jokes and Anecdotes** (8); e **Formula Tales** (4), perfazendo um total de cinquenta e três narrativas. Saliente-se que todos os contos apresentam um resumo em inglês e são classificados e anotados respeitando metodologias e tipos de classificação internacionais, sendo que, como nos é referido na introdução, "*with the exception of Luís da Câmara Cascudo, who usually refers to Antti Arne's and Stith Thompson's The Types of the Folktale, the texts presented here are the first in Portuguese to be classified and annotated according to international methods*" (1975: 4).

Na conclusão de *Portuguese Folktales from California*, o autor recorda as metodologias da recolha e reforça o valor das narrativas como sendo o reflexo de uma identidade cultural, literária e linguística. De acordo com a origem dos informantes que colaboraram neste projeto, Manuel da Costa Fontes pôde aperceber-se, ainda mais, de que o conto popular deve ser preservado, uma vez que encerra todo um legado que não se deve perder.

Para além disso, verifica, segundo o testemunho dos informantes, as funções principais a que está votado o conto: as funções lúdica e didática –

> "*According to our informants, the main reason for telling stories was to pass the time, although they could also be told for didactic reasons*" (1975: 397) – e as funções moral e pragmática – "*Maria Teotónia de*

Freitas Toste certainly had a moral purpose in mind as she turned towards her three-year old daughter, who was on her lap, while emphasizing how good Branca de Neve was (n.º 23). And Maria da Conceição Costa reported pragmatic reasons for telling tales such as keeping her daughter and nephews at home, out of mischief, and putting them to sleep" (1975: 397-398).

A encerrar a obra, há a lista de seriação dos contos em tipos e motivos, de acordo com a obra de Antti Aarne and Stith Thompson, *The Types of the Folktales*; e um glossário vocabular de grande valor etnolinguístico e dialetológico.

4.1. Da conceção de Portuguese Folktales from California

Subjacentes à conceção de uma obra como *Portuguese Folktales from California* estiveram objetivos que Manuel da Costa Fontes delineou com rigor e pertinência: mostrar se o conto popular português era preservado pelos imigrantes que se tinham fixado na Califórnia; verificar se os informantes saberiam mais contos no momento da recolha do que quando ainda viviam em Portugal; saber a razão pela qual alguns contos possam ter sido esquecidos; aferir se os contos eram narrados da mesma forma e com a mesma frequência como sucedia em Portugal ou se "esse ritual" ocorre menos frequentemente no país onde se fixaram os portugueses; analisar a forma de transmissão das narrativas no espaço circunscrito à Califórnia; apurar até que ponto os contos eram afetados pela comunidade falante inglesa e averiguar se os mesmos tinham sido ou não traduzidos para a nova língua como maneira de serem contados.

Neste sentido, Manuel da Costa Fontes levou a sua recolha a seis localidades: duas da costa norte da Califórnia – San Lorenzo e San Joaquin Valley – e quatro da costa sul – Artesia, Chino, Ontário e San Diego. O momento da recolha iniciou-se em 1973 e o autor pôde constatar que o conto popular permite reforçar e enriquecer a tradição oral portuguesa nas comunidades imigrantes. Contudo, também se apercebeu de que é uma tradição que se está a perder.

4.2. Revisão da Literatura, metodologias de classificação e informantes

Na introdução a *Portuguese Folktales from California*, Manuel da Costa Fontes dá conta dos trabalhos e estudos que até à data haviam sido feitos no âmbito do folclore português nos Estados Unidos da América. Henry R. Lang (1892) foi o primeiro a interessar-se e a escrever pela / sobre a cultura portuguesa nos Estados Unidos da América, mais especificamente sobre a presença dos açorianos em New Bedford e Massachusetts.

Publicou no *Journal of American Folklore* um artigo intitulado "The Portuguese Element in New England". Decorrido um quarto de século, Elsie Clews publicou, em 1923, dois volumes de narrativas cabo-verdianas de imigrantes na Nova Inglaterra com o título *Folklore from the Cape Verde Islands*. Em 1949, Leo Pap publicou um estudo sobre o discurso luso-americano nas comunidades imigrantes nos Estados Unidos, e em 1963 George Monteiro lançou uma recolha de provérbios portugueses com ocorrência no estado de Rhode Island.

Na Califórnia, zona a que se circunscreve a recolha de Costa Fontes, o interesse por questões folclóricas e etnográficas de origem portuguesa surgiu com o estudo que A. H. Gayton fez sobre a Festa da Serreta (ilha Terceira, Açores), em 1948. Na década de 70, os estudos intensificaram-se, sobretudo com a investigação de Francisco da Cota Fagundes que publicou trabalhos no domínio da linguística e da etnografia portuguesa presentes no espaço norte-americano.

Em 1975, Manuel da Costa Fontes apresenta *Portuguese Folktales from California*.

É, como já se referiu, a primeira recolha do género a ser levada a cabo fora do espaço geográfico português. O autor preparou uma obra segundo as metodologias internacionais, asseverando tratar-se de uma maneira mais funcional do enquadramento do conto popular português fora das fronteiras nacionais:

"(…) the texts presented here are the first in Portuguese to be classified and annotated according to international methods. In his foreword to José Leite de Vasconcellos's monumental Contos Populares e Lendas, Orlando Ribeiro writes that «a ordenação dos textos (feita apenas

em ciclos de assuntos dispostos por ordem alfabética) é meramente prática, porquanto se afigurou complicado e difícil dispô-los segundo a classificação internacional mais corrente)». This method makes it extremely difficult to locate the parallels of a certain text, for they are often scattered throughout the collection."(1975: 4-5).

Deste modo, Manuel da Costa Fontes anota todas as narrativas recolhidas, de acordo com a análise comparativa das obras de Aarne-Thompson e Stanley L. Robe, de maneira a indicar, também, além do tipo e motivo, as contaminações da tradição originalmente portuguesa quando apropriada.

Para a recolha propriamente dita, o autor fez, com efeito, trabalho de campo, servindo-se de gravações do que ouvia junto dos informantes, assim os contos "*were carefully transcribed, so as to preserve as faithfully as possible the regionalisms and archaisms characteristic of the Portuguese source-area."* (1975: XI).

Quanto aos informantes, estes foram vinte e dois no total, doze do sexo feminino e dez do sexo masculino, com idades compreendidas entre os doze e os setenta e dois anos de idade, estando a maior parte localizada na faixa etária entre os trinta e oito e os sessenta e quatro anos. Sobre a escolha destes informantes Manuel da Costa Fontes apresenta uma listagem, onde constam os seguintes elementos: nome, idade, profissão, local de nascimento, residência atual, data de chegada à Califórnia, comentários do autor e indicação dos contos populares narrados. Estas informações relativas aos informantes demonstram cientificidade e rigor na amostragem feita.

A partir dos dados fornecidos, pudemos aferir que apenas quatro dos vinte e dois informantes residem na Califórnia há menos de cinco anos, sendo que os restantes se fixaram aí há uma média de sete a oito anos. Excetuando os três colaboradores com as idades de 12, 14 e 15 anos, ainda estudantes, todos os que não estão aposentados pertencem a um meio socioprofissional de baixo rendimento económico, tendo em conta as profissões (talhante, jardineiro, porteiro, florista, domésticas).

Esta situação dever-se-á a dois fatores:

1.º a realidade da emigração obrigou muitos a terem este tipo de profissão, uma vez que não detinham instrução, nem dominavam a língua inglesa para desempenharem outras tarefas profissionais;

2.º a preocupação (in)consciente do autor em confirmar a origem popular (a das classes menos letradas do povo) do conto, afinal de contas as gentes do povo são as que melhor conservaram essa sabedoria popular.

3.2. Os contos – a recolha, a classificação e a catalogação

As cinquenta e três narrativas que constituem *Portuguese Folktales from California* contam com um resumo introdutório em inglês e com notas relativas ao nome do informante, data da gravação, classificação segundo o modelo internacional de Aarne-Thompson (tipos e motivos), a estudos sobre o conto transcrito (caso os haja) e, ainda, uma listagem com a ocorrência de outras versões do mesmo conto já publicadas. Trata-se de um trabalho meticuloso que confere à recolha de Costa Fontes um caráter científico e exato.

Assim, apresentaremos uma tabela dando a conhecer o título dos contos populares, o tipo e os motivos e a sua correferência (ATU) na atual classificação internacional graças ao recente trabalho de Hans-Jörg Uther, *The Types of International Folktales. A Classification and Bibliography* (2004), assim como o seu registo APFT (Archive of Portuguese Folktales) a partir do *Catalogue of Portuguese Folktales*, da responsabilidade de Isabel Cardigos.

Para uma melhor compreensão do que se pretende, importa, antes de mais, clarificar os conceitos de tipo e de motivo na ótica da classificação dos contos populares. Thompson (1946: 415) define tipo como:

"A type is a traditional tale that has an Independent existence. It may be told as a complete narrative and does not depend for its meaning on any other tale. It may indeed happen to be told with another tale, but the fact that it may appear alone attests its independence. It may consist

of only one motif or many"; e motivo "is the smallest element in a tale having a power to persist in tradition.[95]*"*

Esta classificação ajuda não só a catalogação exata dos contos, como também ilustra aspetos relativos à cultura etnográfica de uma dada comunidade, isto é, o predomínio de contos pertencentes a um dado tipo pode apurar caraterísticas culturais próprias e únicas, permitindo traçar um perfil do modo de ser de um povo, com uma maior exatidão.

A tabela que a seguir se apresenta é da nossa autoria, baseada nas referências de Manuel da Costa Fontes, revistas e atualizadas por nós, uma vez que o autor se baseou em *The Types of Folktales* de Aarne-Thompson, sendo que a referida obra encontra, desde 2004, um índice ampliado e atualizado da autoria de Uther, para além da existência de um catálogo do conto popular português, publicado por Isabel Cardigos, com a colaboração de Paulo Correia e Dias Marques.

Na secção onde se registam as ocorrências de outras versões nas recolhas portuguesas, circunscrevemo-nos às quatro obras que entendemos ser as de maior referência e importância no âmbito do estudo do conto popular português. Uma vez que a obra de Uther foi publicada antes do catálogo dos nossos contos, todos os tipos são assinalados em *The Types of International Folktale* como "Cardigos (forthcoming)". Porém, a recolha de Costa Fontes surge na bibliografia (Parte III) da referida obra e há a referência efetiva de duas entradas de exemplificação da recolha de 1975. As outras surgem referenciadas em "Cardigos (forthcoming)".

Título do Conto	Registo no *CPFT* – Catalogue of Portuguese Folktales (2006) – Isabel Cardigos Ref.ª ao TIPO ATU: Uther, *The Types of International Folktales* (2004)	Ocorrência de outras versões nas recolhas portuguesas de Adolfo Coelho (AC), Teófilo Braga (TB), Consiglieri Pedroso (CP) e Leite de Vasconcelos (LV)	N.º de REGISTO do APFT (Archive of Portuguese Folktales)
Animal Tales			
1. Conto do Leão	*CPFT* 92 – *The Lion Dives for His Own Reflection.* S / Ref.ª ATU 122A	----------	APFT 1692
2. Os Quatro Animais	*CPFT* 130 – *The Animals in Night Quarters* (includes ATU 210). S / Ref.ª ATU 210	LV 55, 59, cf. 507	APFT 1693
3. O Macaco Sem Rabo	S / Ref.ª *CPFT*; S / Ref.ª ATU 2034	LV 79	APFT 1694
4. A Mulher Casada Que Tinha um Amante	*CPFT* 237 – *The Talking Parrot*. C / Ref.ª ATU 237	----------	APFT 1695
Ordinary Folktales: Tales of Magic			
5. O Mama-na-Burra	*CPFT* 301B – *The Strong Man and His Companions*. S / Ref.ª *CPFT* 513 e ATU 513 – *Six Go Through the Whole World*	TB 47, AC 22, LV 316, 318	APFT 1696
6. Conto dos Sete Ladrões	*CPFT* 956B – *The Clever Maiden Alone at Home Kills the Robbers.* S / Ref.ª ATU 956B	TB 42, LV 376	APFT 1697
7. O Barba Azul	*CPFT* 312 – *Maiden-Killer (Bluebeard)*. S / Ref.ª ATU 312	AC 26, LV 613-614	APFT 1698
8. A Branca-Flor	*CPFT* 313A – *The Girl as a Helper*; 425 – *The Search for the Lost Husband*. S / Ref.ª ATU 313A-425	TB 31-32, AC 14, LV 117, 127, 128, 191, 193, 196	APFT 1699
9. O Conto do Medo	*CPFT* 326 – *The Youth Who Wanted to Learn What Fear is*. S / Ref.ª ATU 326	TB 2, AC 37, LV 171, 251, 252, 292, 295	APFT 1700
10A. [A Velha e as Crianças]	*CPFT* 327A – *Hansel and Gretel*. S / Ref.ª ATU 327A.		APFT 1701

[95] Bráulio do Nascimento (200:10) traduz as definições na introdução do seu *Catálogo do Conto Popular Brasileiro*: "O tipo é um conto tradicional que tem existência independente. Pode ser contado como uma narrativa completa e não depende para seu significado de qualquer outro conto. Na verdade, pode ocorrer que seja narrado com outro conto, mas o fato de aparecer isolado atesta a sua independência"; "Um motivo é o menor elemento no conto com poder de persistir na tradição."

10B. Os Pequenos Perdidos no Mato		TB 52, AC 28, LV 194, 195, 203, 267, 269, 273, 277	APFT 1702
11. As Botas de Sete Léguas	*CPFT* 327B – *The Brothers and the Ogre*. S / Ref.ª ATU 327B	TB 51, LV 270, 278	APFT 1703
12. O Conto da Morte	CPFT 332 – *Godfather Death*. S / Ref.ª ATU 332.	AC 23, LV 198-199	APFT 1704
13. [A Forçura do Morto]	*CPFT* 366 – *The Man from the Gallows*. S / Ref.ª ATU 366	----------	APFT 1705
14. O Conto da Mulata	*CPFT* 408 - * *The Three Citrons of Love (The Three Oranges)*. S / Ref.ª ATU 408	TB 45, 46, LV 214, 307, 310	APFT [1706] / 835
15. O Conto da Rosa e do Urso	*CPFT* 425 – *The Search for the Lost Husband*. S / Ref.ª ATU 425	TB 14, AC 29, LV 107, 111	APFT 1707
16. O Veadinho Branco	*CPFT* 450 – *Little Brother and Little Sister*. S / Ref.ª ATU 450	----------	APFT 1708
17. A Cadelinha	*CPFT* 451 – The Maiden Who Seeks Her Brothers. S / Ref.ª ATU 451	TB 36	APFT 1709
18. A Gata Borralheira	*CPFT* 510A – *Cinderella*. S / Ref.ª ATU 510A.	TB 19, LV 529, 530, 536, 545	APFT 1710
19. O Touro Azul	*CPFT* 511A - **The Blue Bull (The Little Red Ox)*. S / Ref.ª ATU 551A	AC 36, LV 531, 533, 535, 544, 545, 555	APFT 1711
20. O Conto das Pretas	*CPFT* 403 – *The Black and the White Bride*. S / Ref.ª ATU 403	TB 22, LV 538, 550, 551	APFT 1712
21. O José Pequenino	*CPFT* 570 – *The Rabbit-Herd*. S / Ref.ª ATU 570	AC 45	APFT 1713
22. [Os Meninos Com Duas Estrelas na Testa]	*CPFT* 707 – *The Three Golden Children*. S / Ref.ª ATU 707	TB 39, LV 282, 285	APFT 1714
23. Branca de Neve e os Sete Anõezinhos	*CPFT* 709 – *Snow White*. S / Ref.ª ATU 709	LV 329, 539	APFT 1715
24. O Tintim	*CPFT* 720 – *My Mother Slew Me; My Father Ate Me (The Juniper Tree)*. S / Ref.ª ATU 720		APFT 1716
Ordinary Folktales: Religious Tales			
25. Conto do Sapateiro Pobre	*CPFT* 754 – *Lucky Poverty*. S / Ref.ª ATU 754	TB 102	APFT 1717
26. O Conto da Madrasta	*CPFT* 780B – *The Speaking Hair*. S / Ref.ª ATU 780B	TB 27, 54, AC 40, LV 570, 572, 625, 626.	APFT 1718
27. [Conto das Adivinhas]	*CPFT* 851 – *The Princess Who Cannot Solve the Riddle*. S / Ref.ª 851	TB 56, AC 38, LV 169, 171	APFT 1719
28. O Irmão Toleirão	*CPFT* 853 – *The Hero Catches the Princess with Her Own Words*. S / Ref.ª ATU 853	----------	APFT 1720
Ordinary Folktales: Novelle			
29. O Beijo da Princesa	*CPFT* 879 – *The Basil Maiden*. S / Ref.ª ATU 879	TB 28	APFT 1721
30. [A Promessa do Rei]	*CPFT* 882*C – *Jealous Courtier Accuses Another*. S / Ref.ª ATU 882*C	TB 76, LV 386	APFT 1722
31. O Conto da Maria Sutilde	*CPFT* 883B – *The Punished Seducer*. S / Ref.ª ATU 883B	TB 33, AC 42, LV 176-177, 341-342	APFT 1723
32. Adão e Eva	*CPFT* 884B* - *Girl Dressed as Man Deceives the King*. S / Ref.ª ATU 884B	LV 345	APFT [1724] / 836
33. O Boi Formoso	*CPFT* 889 – *Wager on the Faithfulness of the Servant*. S / Ref.ª ATU 889	TB 58, AC 56	APFT 1725
34. O Conde Que Foi à Caça	*CPFT* 891B – *The Vineyard and the Grapes (The King's Glove)*. S / Ref.ª ATU 891B	TB 59, LV 348-349, 532	APFT 1726
35. O Conto do Céu	*CPFT* 910B – *The Observance of the Master's Precepts*. S / Ref.ª ATU 910B	TB 100, LV 606	APFT 1727
Tales of the Stupid Ogre			

36A. [As Fitas de Pele]	*CPFT* 1000 – *Bargain Not to Become Angry*; 1003 – *Plowing*; 1004 – *Hogs in the Mud*; 1115 – *Attempted Murder with a Hatchet*; 1563 – *Both?'Both?* S / Ref.ª ATU 1000, 1003, 1004, 1115, 1563.	TB 77, LV 409	APFT 1728
36B. O Conto das Correias	*CPFT* 1000 – *Bargain Not to Become Angry*; 1003 – *Plowing*; 1115 – *Attempted Murder with a Hatchet*. S / Ref.ª ATU 1000, 1003,115.		APFT 1729
37. O Conto do Aldeão e do Diabo	*CPFT* 1030 – *The Crop Division*. S / Ref.ª ATU 1030	TB 81	APFT 1730
38. O Patrão Que Tinha um Criado	*CPFT* 1049 - **The Long Rope (The Heavy Axe)*; 1115 – *Attempted Murder with a Hatchet*. S / Ref.ª 1049	Cf. contos 36A e 36B	APFT 1731
39. O Talhão de Prata e Ouro	*CPFT* 1138 – *Gilding the Beard*. C / Ref.ª ATU 1138	----------	APFT 1732
Jokes and Anecdotes			
40. O Conto do Sapateiro	*CPFT* 1360C - **The Chilros-Milros (Old Hildebrand)*. S / Ref.ª ATU 1360C	LV 364	APFT [1733] / 837
41. [O Sapateiro Que Confessa a Mulher]	*CPFT* 1410 – *Four Men's Mistress*. S / Ref.ª ATU 1410	----------	APFT 1734
42. O Conto do Corno	*CPFT* 1419H – *Woman Warns Lover of Husband by Singing Song*. S / Ref.ª ATU 1419 H	LV 365	APFT 1735
43. O João da Vaquinha	Sem entrada de catalogação (?)	----------	[APFT 1736]
44. O Padre e o Criado	*CPFT* 1562A – *'The Barn is Burning!'* S / Ref.ª ATU 1562A	LV 396-397	APFT 1737
45. O João Toleirão	*CPFT* 1696 – *'What Should I Have Said? (Done?)'*. S / Ref.ª ATU 1696	TB 75, LV 515, 639, 641, 643, 646	APFT [1738] / 838
46. As Três Palavras	*CPFT* 1697 – *'We Three; For Money'*. S / Ref.ª ATU 1697	LV 525, 527	APFT 1739
47. [O Suor do Seu Rosto]	*CPFT* 1805* - *The Priest's Children*. S / Ref.ª ATU 1805*	----------	APFT 1740
Formula Tales			
48. O Coelhinho Branco	*CPFT* 2015 – *The Goat Who Would Not Go Home*. S / Ref.ª ATU 2015	AC 3	APFT 1741
49A. O Conto da Carochinha	*CPFT* 2023 - **Little Cockroach (Little Ant Marries*. S / Ref.ª ATU 2023	AC 1, LV 60-63	APFT 1742
49B. Conto do João Ratão			APFT 1743
50. A Justiça	*CPFT* 2030A - **The Fallen Grain (Ant Plants Chickpeas)*. S / Ref.ª 2030A	AC 4	APFT 1744

A tabela apresentada dispõe os contos de acordo com a sugestão de classificação atribuída por Manuel da Costa Fontes, porém há alguns que, atualmente, têm outra classificação no *Catalogue of Portuguese Folktales*.

O conto n.º 6 classificado pelo autor como um **Ordinary Folktale: Tale of Magic** é catalogado no tipo 956B, o que corresponde a **Realistic Tales – Novelle**, subcategoria ***"Robbers and Murderers"***; os contos n.º 27 e 28, ambos editados como **Religious Tales**, foram catalogados como **Realistic Tales – Novelle**, subcategoria ***"The Man Marries The Princess"***.

O conto n.º 36A que se enquadra em cinco tipos é catalogado ora efetivamente como sendo um **Tale of The Stupid Ogre** (T1000, T1003, T1004 e T1115), ora como **Anecdote and Joke** (T1563), subcategoria ***"The Clever Man"***.

4. Conclusões

A obra *Portuguese Folktales from California* confirma o interesse, o rigor e a eficácia da investigação de Manuel da Costa Fontes. Como se pôde verificar, é uma recolha pioneira na forma como foi metodologicamente concebida.

Digna de muito mérito, deveria ser publicada como uma recolha efetiva de contos populares portugueses, em edição bilingue, para garantir duas intenções: a transmissão e a preservação do conto popular português dentro e fora de Portugal, confirmando-se o intento da Lusofonia: universalizar a língua, a literatura e a cultura portuguesas. Neste contexto preciso, é de louvar a mestria de Manuel da Costa Fontes que conseguiu antecipar esses intentos bem antes de se falar ou de se ouvir falar em Lusofonia. É um Açoriano no mundo!

Aproveito para endereçar um agradecimento muito grande e especial ao Professor Doutor Manuel da Costa Fontes, o qual leu esta minha comunicação, fez algumas sugestões, mas sobretudo garantiu a sua satisfação pela leitura feita.

5. Referências Bibliográficas.

5.1. Dicionários:

Casteleiro, João Malaca (coord). (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Verbo.

Costa, J. Almeida & Melo, A. Sampaio (coord). (1993) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora.

Coelho, Jacinto do Prado (coord). (1997*) Dicionário de Literatura*, Porto: Figueirinhas.

Reis, Carlos & Lopes, Ana C. (1994). *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Almedina.

5.2. Obras de Referência:

Aarne, Antti & Thompson, Stith. (1961) *The types of the folktale*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.

Cardigos, Isabel. (2006) *Catalogue of Portuguese Folktales*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.

Fontes, Manuel da Costa (1975) *Portuguese Folktales from California*, Los Angeles: University of Califórnia.

Fontes / Robe, Manuel da Costa e S. L. (1977) *O Conto Popular Português na Califórnia*, Terceira: Separata da Revista Atlântida XXI, n.º Nascimento, Bráulio do. (2005) *Catálogo do Conto Popular Brasileiro*, Rio de Janeiro: IBECC.

Uther, Hans-Jörg (2004) *The Types of International Folktales. A Classification and Bibliography*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.

Valière, Michel. (2006) *Le conte populaire. Approche socio-anthropologique*, Paris, Armand Colin.

30. **SUSANA MARQUES SÁ**[96] ssa@dte.ua.pt, Universidade de Aveiro, Deptº de Didática e Tecnologia Educativa

QUE LUSOFONIA EM CONTEXTOS DE SALA DE AULA PLURILINGUES E PLURICULTURAIS: RELATO DE UMA EXPERIENCIA COM UMA TURMA MULTICULTURAL DO 1º CEB.

Se pararmos e olharmos à nossa volta de forma atenta vemos que, na sociedade em que vivemos, se torna cada vez mais evidente a diversidade linguística e cultural, já que pessoas de diferentes nacionalidades, convicções, valores, línguas e culturas habitam os mesmos espaços.

Nesta linha, vários autores têm vindo a defender que o conhecimento e a valorização da diversidade são aspetos fundamentais para a construção de uma cultura de paz e para o desenvolvimento de valores democráticos, como o respeito, a solidariedade, facilitando, aos indivíduos, a compreensão e a aceitação do outro nas suas relações quotidianas, cada vez mais interculturais (Menchú in Imbernón, 2002). Indo um pouco mais longe, julgamos que na vida em democracia, em que a diversidade é a norma, é imprescindível que os cidadãos desenvolvam uma competência plurilingue e intercultural que lhes permita compreender o Mundo e, principalmente, compreender e interagir com os Outros, a partir da sua Língua Materna, da sua lusofonia.

Recaindo sobre a educação a responsabilidade de acolher e de valorizar a diversidade, consideramos que a sensibilização à diversidade linguística e cultural se constitui como um caminho para preparar, desde cedo, os alunos e a sociedade para lidar positivamente com diferentes línguas e culturas, predispondo para viver com o Outro e para a valorização da própria Língua Portuguesa. Neste artigo refletiremos sobre a importância da sensibilização à diversidade linguística e cultural no quadro de uma educação para a cidadania num mundo multicultural. Para tal, apresentaremos um suporte didático de sensibilização à diversidade linguística e cultural que se constitui apenas como um exemplo do modo como podemos criar situações de experimentação e de reconhecimento de diferentes línguas e culturas nos primeiros anos de escolaridade, a partir da Língua Portuguesa, desde os primeiros anos de

[96] Bolseira FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) POCI 2010, Formação Avançada para a Ciência, Medida IV.3

escolaridade. *Os re*sultados obtidos com o projeto "Vem conhecer... a minha língua e os alfabetos" mostram que o contacto com outras línguas e culturas contribui para o desenvolvimento de aptidões cognitivas, sociais e afetivas, nos alunos, e constitui uma forma de favorecer o respeito pelos outros, o sentido de entreajuda, de cooperação e de cidadania e de promover a própria Língua Portuguesa. Tendo a consciência de que as línguas são fundamentais no processo de valorização do Mundo e do Outro, terminaremos este artigo com algumas reflexões finais, acreditando que a diversidade linguística e cultural pode ser um pilar da educação para a cidadania, num espaço lusófono que se quer respeitador e promotor da interculturalidade.

1. Introdução

Integrar a diversidade e o pluralismo na educação nunca foi uma realidade tão premente como nos dias atuais em que os fluxos migratórios e o fenómeno da globalização exigem a convivência entre formas de ser e estar muito diferentes. Sobre a educação recai a responsabilidade de acolher, de modo inclusivo, toda esta diversidade e de preparar os alunos para viver com o Outro de forma harmoniosa e salutar.

É precisamente nesta lógica que se enquadra o projeto "*Vem conhecer... a minha língua e os alfabetos*" (Antunes, Dias, Sá & Andrade, 2004) que levámos à prática e que pretendeu ser uma proposta de organização flexível e dinâmica do currículo, valorizando a diversidade linguística e cultural dos alunos de uma turma dos primeiros anos de escolaridade.

Assim, propomo-nos neste texto, num primeiro momento, a tecer primeiramente, algumas considerações sobre a lusofonia e a diversidade linguística e cultural cada vez mais presente no nosso país, seguindo de uma reflexão sobre a importância da diversidade linguística e cultural nas sociedades contemporâneas, cada vez mais multiculturais e multilingues. Posteriormente, passamos a divulgar a nossa investigação, referindo os participantes do estudo, as sessões que desenvolvemos com as crianças e alguns resultados obtidos. Por fim, terminaremos com uma reflexão onde apontamos algumas considerações e recomendações finais sobre a educação para a diversidade linguística e cultural, valorizadora da lusofonia, que diz respeito a todos os falantes da Língua Portuguesa.

2. A Lusofonia e a diversidade linguística e cultural em Portugal

Desde o século XV que Portugal é um país tradicionalmente de emigração, sendo um fenómeno simultaneamente antigo e bem enraizado na sociedade portuguesa. No entanto, Portugal tornou-se igualmente, nas últimas décadas, um país de imigração, pois populações vindas maioritariamente de África, da Europa e da América fixaram-se no nosso país em busca de melhores condições de vida, sob os pontos de vista social, económico e de segurança pessoal.

Recorrendo aos dados da OCDE, vivem em Portugal 500 mil estrangeiros, representando 4,5% da população. A maioria é oriunda do Brasil (66700), Ucrânia (65 800), Cabo Verde (64 300) e Angola (34.995) (Serviços de Fronteiras e Estrangeiros, 2006).

Estes números apresentados refletem uma parcela da realidade cultural da população migrante que habita em Portugal, uma vez que as estatísticas não conseguem demonstrar todas as populações culturalmente diferenciadas que existem no nosso país no que respeita às suas línguas, religiões e costumes, contribuindo para a transformação da sociedade portuguesa e para a construção de um "Portugal Multicultural", um Portugal com múltiplas lusofonias (Bastos & Bastos, 1999).

A diversidade linguística e cultural, novidade no nosso país, reflete-se, como não podia deixar de ser, nas escolas portuguesas que têm de integrar públicos cada vez mais heterogéneos sob o ponto de vista cultural e linguístico. De facto, é visível em Portugal uma maior diversidade linguística e cultural o que leva à necessidade de, para garantir a igualdade de oportunidades no sucesso educativo, adequar a educação a esta nova realidade.

Desta forma, a diversidade linguística e cultural constitui-se como um desafio à capacidade das escolas e dos professores em prepararem os seus alunos para o contacto, a compreensão e valorização de outras formas de ser, de estar e de falar. É à escola e aos professores que cabe a imensa responsabilidade

de acolher esta diversidade e preparar estas crianças para se integrarem na nossa sociedade.

Para o ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio "*é indispensável investir no ensino do português como língua estrangeira, porque a vitalidade de uma língua mede-se também pela sua capacidade de cativar novos falantes*." (Jornal de Notícias, 7 de dezembro de 2004).

Importa referir que o Português é, também, língua de suporte de identificação de comunidades lusófonas em diversos países, tais como: Alemanha, África do Sul, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Luxemburgo, Suíça, Venezuela, entre outros. Dada a enorme dispersão da emigração portuguesa e atualmente da brasileira, é fácil encontrar um falante de Português em qualquer parte do mundo, mesmo nos sítios mais recônditos.

Assim, segundo Couto (2001), o Português é "*utilizado quotidianamente por cerca de 200 milhões de seres humanos"* e é língua de trabalho em várias organizações internacionais: Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), Mercosul, Organizações dos Estados Ibero-americanos (OEI), Organização de Unidade Africana (OUA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Europeia (UE), União Latina (UL), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), entre outras (Instituto Camões, 2004).

As projeções demográficas das Nações Unidas até 2050 têm impulsionado de tal forma a importância da Língua Portuguesa no contexto mundial que Couto chega a concluir que o nosso idioma encontra as maiores potencialidades de crescimento, enquanto língua de comunicação internacional, na África Austral e na América do Sul (2001). Por este motivo, consideramos que as visões neocolonialistas e lusocêntricas da Língua Portuguesa devem ser contrariadas. Assim, a lusofonia deve ser encarada "*como um complexo de espaços culturais diversificados, cada um com a sua riqueza e identidade próprias, que têm a uni-los um mesmo idioma. (...) Essa situação privilegiada cria condições ideais para a língua portuguesa se reinventar, enriquecer e perpetuar*" (Gomes, Jornal de Notícias, 10 de dezembro de 2004).

Por este motivo, consideramos que o desenvolvimento de projetos de valorização da diversidade linguística e cultural que convive nas nossas salas de aula a par da Língua Portuguesa deve ser uma prioridade, uma vez que *"compreender os outros, faz com que cada um se conheça melhor a si mesmo". E compreender a língua dos outros, faz com que cada um conheça melhor a sua própria língua* (Delors, 1996: 43).

3. Alguns pressupostos teóricos: a importância da diversidade linguística e cultural

Como afirma Zaragoza, "*la educación del siglo XXI deberá, por tanto, no sólo ser multilingüe, sino también abierta en su concepción a toda la riqueza del patrimonio lingüístico mundial*" (2001: 438). Nesta linha defende-se que as línguas desempenham um papel cada vez mais importante no mundo globalizado, facilitador da mobilidade de pessoas, bens, informação e conhecimento, devendo ser encaradas como um elemento fundamental no sentido de coadjuvar o contacto e o entendimento entre diferentes comunidades, uma forma de assegurar os direitos fundamentais de todos os indivíduos

Tendo em conta que fazemos parte da União Europeia e que os cidadãos têm o direito de viajar, trabalhar e viver em qualquer parte desse espaço, o domínio de línguas aparece como uma necessidade imprescindível que deve começar a ser fomentado desde os primeiros anos de escolaridade, através da sensibilização à diversidade linguística e cultural (SDLC). Esta constitui-se como um espaço de recetividade a outras línguas e outras culturas... ao convívio com outros modos de ser, estar e de viver (Ministério da Educação, 2001),...lugar de promoção de atitudes positivas em relação à alteridade, isto é, a outras línguas e culturas (Martins, Andrade & Bartolomeu, 2002).

As abordagens plurais, nos primeiros anos de escolaridade, favorecem o desenvolvimento de competências variadas tais como a metalinguística, a comunicativa, a plurilingue e a intercultural. Neste sentido, é imprescindível que a sensibilização à diversidade linguística e cultural seja um trabalho interdisciplinar e transversal, contribuindo para os objetivos de todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares do currículo.

A competência plurilingue e intercultural constitui-se na preparação para comunicar pela linguagem e para interagir culturalmente, predispondo para a aprendizagem de outras línguas e de novos encontros interculturais (Conselho da Europa, 2001).

Neste sentido, é importante que a educação para a cidadania, seja entendida como aquela que é capaz de preparar os indivíduos para aprender a viver em democracia, numa cultura da diferença.

A aprendizagem e valorização das línguas e culturas dos outros "constitue une voie vers la tolérance et la concorde et prend place dans l´èducation à la citoyenneté" revelando-se como um terreno favorável para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais indispensáveis ao exercício da cidadania (Dabène, 2000: 10). Deste modo, a SDL não é apenas uma questão instrucional, comparável ao domínio de outras matérias escolares, mas abrange dimensões sociais e culturais que são determinantes no desenvolvimento de aprendentes que se pretendem atores sociais ativos e reflexivos na construção de um melhor entendimento no mundo multilingue e multicultural em que vivemos (Banks, 2004).

Acreditamos que a SDLC se constitui como um meio de desenvolver, nas crianças, a capacidade de valorização de contactos com outras línguas, povos e culturas, e acima de tudo, perspetivamo-la como um caminho de abertura, de tolerância e de celebração perante a diferença. Como refere Ferrão-Tavares a este propósito, "*começa-se por uma disponibilização para as línguas, por uma sensibilização e uma consciencialização de aspetos linguísticos tanto da língua materna como de outras línguas*" e, simultaneamente, passa-se pela descoberta da pluralidade das línguas e culturas dos outros, como forma de evitar atitudes etnocêntricas (2001: 195).

A importância de sensibilizar para a diversidade linguística tem levado o Conselho da Europa e a União Europeia a desenvolver vários projetos, documentos e ações com o intuito de celebrar a pluralidade linguística do continente europeu e promover uma aprendizagem de línguas mais diversificada. Entre elas salientamos o Ano Europeu das Línguas (2001) e o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas o qual se constitui como um ponto de referência para a educação em línguas na Europa, descrevendo aquilo que os aprendentes de uma língua têm de aprender para serem capazes de comunicar nessa língua e quais os conhecimentos e capacidades que têm de desenvolver para serem eficazes na sua atuação (Conselho da Europa, 2001).

Em Portugal, têm sido também desenvolvidas algumas políticas linguísticas educativas como intuito de promover a diversidade linguística, sendo uma das medidas mais significativas a publicação do documento que orienta as aprendizagens no Ensino Básico (alunos dos 6 aos 15 anos), o *Currículo Nacional do Ensino Básico*, que declara a importância da sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade e da aprendizagem de línguas ao longo de toda a escolaridade básica (Ministério da Educação, 2001).

Nesta linha, a sensibilização à diversidade linguística não é destinada especificamente às crianças alófonas, nem para realizar somente nas turmas onde a presença de crianças oriundas de outros países seja significativa. Nas palavras de De Pietro *"n`est pas une pédagogie spéciale, encore moins une pédagogie compensatoire"* mas constitui-se como uma abordagem de consciencialização e de valorização que *"favorise la reconnaissance de toutes les langues qui sont ainsi inclues dans le travail en classe, et elles favorisent la reconnaissance de tous les élèves présents dans les classes et qui parlent ces langues, car les connaissances qu`ils apportent avec eux deviennent utiles à l´ensemble de la classe"* (1999).

O ensino deve estar ao serviço da valorização da diversidade linguística e cultural, favorecendo relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, artigo 23º, in Branco, 2001). Acreditamos que é urgente não só sensibilizar as crianças para a diversidade linguística, em geral, mas também promover e abordar as línguas das crianças imigrantes, cada vez mais presentes nas escolas portuguesas, com o intuito de contribuir para a sua valorização e integração e de desenvolver nas crianças nativas o respeito pelos outros, o sentido de entreajuda, cooperação e de solidariedade.

Assim, o projeto que desenvolvemos e passamos a explicitar, de seguida, baseia-se na premissa de que é possível sensibilizar para a diversidade linguística e cultural a partir do contacto com diferentes alfabetos e sistemas de escrita e das línguas que as crianças imigrantes de uma turma dominam, promovendo e desenvolvendo assim a lusofonia de todas as crianças da turma.

4. Apresentação do projeto "Vem conhecer... A minha língua e os alfabetos"

Este projeto foi concebido e desenvolvido por Paula Antunes, Susana Bernardes e Susana Sá, do curso de professores do Ensino Básico – 1º Ciclo (crianças dos 6 aos 10 anos) a frequentar o último ano do curso na Universidade de Aveiro em Portugal.

Foi posto em prática numa turma do 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, com crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 7 anos, correspondendo, em Portugal, ao primeiro ano de escolaridade obrigatória. A turma era composta por 13 alunos, sendo caraterizada por uma grande heterogeneidade ao nível linguístico e cultural, sendo que 46,2% dos alunos eram imigrantes ou filhos de imigrantes, provenientes, maioritariamente, de Portugal mas também da China, Angola, Moçambique e Venezuela.

A problemática em estudo foi compreender como implementar um projeto de sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade como estratégia para desenvolver:

- O gosto e a sensibilidade por outras línguas e culturas;
- Atitudes de abertura, curiosidade e respeito pelo Outro;
- A construção de uma competência plurilingue e intercultural;
- A participação e valorização das crianças alófonas no contexto de sala de aula

4.1- Desenvolvimento das sessões

O projeto foi desenvolvido em nove sessões onde se implementaram materiais pedagógico-didácticos de sensibilização à diversidade linguística e cultural sobre os alfabetos e os sistemas de escrita. As línguas abordadas foram o Espanhol, o Português, o Inglês e o Mandarim, línguas faladas e compreendidas por alguns alunos da turma. Assim, implementámos sessões de trabalho com cerca de 60 / 90 minutos cada, cujas atividades podem ser analisadas em pormenor em Sá & Andrade (2007), mas que apresentamos, de forma sintética no quadro 1 abaixo "Atividade desenvolvidas":

Sessões desenvolvidas	**Descrição das atividades**
1ª Sessão *Biografia Linguística*	Nesta primeira sessão as crianças refletiram sobre a existência de outras línguas, construindo uma biografia linguística em grupo-turma. Assim, reconheceram que línguas falavam, que línguas pensavam que existia, aquelas com as quais já tinham contactado (em registo oral ou escrito) e quais as línguas que eram capazes de compreender, mas não falavam.
2ª Sessão *Os Alfabetos*	Na segunda sessão, convidou-se as crianças a ver e ouvir a história "Os Alfabetos" numa apresentação em PowerPoint. Apresentou-se de seguida os alfabetos mais utilizados no mundo (árabe, cirílico, hebraico e latino) e para que as crianças contactassem com os códigos escritos destes alfabetos foram convidadas a observar e copiar a letra "*n*" nesses mesmos alfabetos.
3ª Sessão *Alfabeto Latino*	Numa terceira sessão, as crianças ouviram duas canções (uma em Inglês e outra em Espanhol) e tentaram identificar as línguas, recorrendo a caraterísticas fónicas e lexicais. Posteriormente, contactaram com os registos escritos naquelas línguas, identificando vogais e consoantes comuns ao registo escrito da Língua Portuguesa nas palavras "amigo", "pessoa", "árvore", "sol", "lua" e "chuva" e tentando descodificar o seu significado em Inglês e Espanhol. Neste seguimento, as crianças aperceberam-se de que o Inglês e o Espanhol utilizam o mesmo alfabeto que o Português – o alfabeto latino. Por fim, tentaram dizer / ler as seis palavras nas duas línguas trabalhadas, identificando semelhanças e diferenças.
4ª Sessão *Escrita Chinesa*	Nesta sessão, as crianças foram convidadas a ouvir duas canções em Mandarim e, posteriormente, a identificar a língua presente nas mesmas. Seguiu-se o jogo "Onde está o Outro?", onde se pretendeu que as crianças tivessem de associar a imagem ao caráter em Mandarim, com as palavras abordadas na sessão anterior, presentes em cartões afixados no quadro. Finalmente, fizeram uma ficha de trabalho, visando o treino de diferentes capacidades.
5ª Sessão *Pedipaper: À procura das línguas na cidade de Aveiro*	Numa quinta sessão, as crianças tiveram a oportunidade de identificar a presença de diferentes línguas na sua localidade através da realização de um pedipaper. Percorreram, de forma orientada, alguns locais na sua

	cidade, nos quais era evidente a presença da diversidade linguística e iam registando as suas observações numa ficha-guião do pedipaper.
6ª Sessão *Discussão do Pedipaper*	Esta sessão começou com o debate com as crianças sobre o que mais gostaram e o que aprenderam com a realização do pedipaper. De seguida foi afixado um mapa da localidade, com o objetivo de relembrar o itinerário percorrido. Distribuiu-se pelos alunos cartões com imagens de alguns locais percorridos no pedipaper para que elas os colassem no recetivo local no mapa.
7ª Sessão *As Três Línguas*	Nesta sessão foram distribuídos cartões com as seis palavras abordadas em Inglês, Espanhol, Mandarim e Português. As crianças tiveram de identificar a língua e o significado da palavra do seu cartão e afixá-lo no local correto no quadro.
8ª Sessão *Dramatização "Meninos de todas as cores"*	Esta sessão começou com a audição da história "Meninos de todas as cores" precedida por um diálogo acerca do conteúdo da mesma, de forma a sensibilizar as crianças para a importância da diversidade cultural. Seguiu-se a dramatização da história ouvida.
9ª Sessão *Jogo "Vem conhecer… a minha língua e os alfabetos"*	Com esta última sessão pretendeu-se que as crianças sistematizassem, de forma lúdica, alguns conhecimentos adquiridos nas atividades realizadas nas sessões anteriores. Neste sentido, convidámo-las a realizar o jogo "Vem conhecer… a minha língua e os alfabetos".

QUADRO 1 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

É de referir que todas as sessões foram iniciadas com um breve diálogo entre a professora e as crianças, de modo a relembrar as atividades realizadas nas sessões anteriores e as temáticas abordadas. As atividades privilegiadas nas diferentes sessões foram essencialmente a audição e representação de histórias, a realização de jogos didáticos e atividades com mais enfoque na oralidade, uma vez que estas crianças ainda se encontravam na fase inicial de aprendizagem da leitura e da escrita.

4.2- Discussão dos resultados

Para a recolha de dados deste projeto optámos por proceder à observação direta, através da videogravação das sessões com o fim de podermos captar, com mais rigor, as situações e comportamentos dos alunos, bem como a forma e o conteúdo da comunicação, isto é, das interações verbais e não-verbais (Andrade & Araújo e Sá, 1995). Com essas gravações, pudemos, assim, observar os comportamentos e atitudes dos alunos que só se conseguem captar no momento em que se produzem. É de salientar que todas as sessões foram transcritas para acedermos aos dados e podermos comentá-los de forma fundamentada e fidedigna.

Analisámos as diferentes sessões tendo em conta as três grandes dimensões que a sensibilização à diversidade linguística e cultural procura desenvolver, segundo Candelier, as quais, no nosso entender, se devem constituir como a base de uma educação para a diversidade, as quais explicitámos anteriormente: *atitudes e comportamentos face às línguas*; *cultura linguística* e *competência metalinguística* (2000).

Após uma análise da implementação de cada sessão, tendo em conta as três categorias de análise que definimos para o nosso trabalho, pudemos concluir que as crianças desenvolveram uma cultura linguística e uma competência metalinguística que foram visíveis ao longo da implementação do nosso projeto e manifestaram atitudes positivas em relação à diversidade linguística, bem como às atividades por nós apresentadas.

Verificamos que as crianças reconheceram a diversidade linguística como uma mais-valia e assumiram atitudes positivas em relação à mesma, valorizando os conhecimentos dos colegas alófonos, pedindo-lhes que falassem a sua língua materna. Por outro lado, revelaram vontade em tentar ler as palavras nas diversas línguas e adivinhar o seu sentido. As crianças encararam as atividades seriamente mas de forma lúdica e com prazer e revelaram-se recetivas ao trabalho proposto, demonstrando muito interesse e entusiasmo. Este indicador foi visível aquando da análise da grelha de avaliação do projeto, onde as crianças afirmaram, na sua maioria, ter gostado de realizar todas as atividades propostas.

No que diz respeito à *cultura linguística,* que se manifesta nos conhecimentos que as crianças foram adquirindo ao longo de todo o projeto, podemos afirmar que os alunos reconheceram a existência do alfabeto Latino e de algumas línguas que o utilizam, fixaram os nomes das línguas abordadas, sabendo que o Chinês que aprenderam é o Mandarim e identificaram o significado de algumas palavras escritas em Inglês e Espanhol. Reconheceram também que a escrita chinesa, em contexto português, só é utilizada em contextos e situações específicas (comércio e restauração), identificando e situando a diversidade linguística na cidade de Aveiro sem se surpreender. Por

outro lado, reconheceram diferentes tipos de escrita e revelaram ser capazes de traduzir, sem qualquer dificuldade, os carateres chineses abordados.

Por fim, em relação à *competência metalinguística*, podemos concluir que os alunos reconheceram as caraterísticas do alfabeto Latino, identificando sem hesitar o Português, o Espanhol e o Inglês como línguas que o utilizam, e compararam as línguas entre si. Para além disso, desenvolveram a capacidade de discriminação auditiva e visual no que se refere à capacidade de observar e comparar particularidades linguísticas e utilizaram os empréstimos linguísticos, distinguindo-os perfeitamente do Português.

Tendo em conta o que acabamos de explicitar, podemos afirmar que o projeto desenvolvido, mesmo que reduzido no tempo, proporcionou uma experiência interativa e estimulante aos alunos, através da qual estabeleceram o contacto com diferentes línguas e culturas. Tal permitiu o desenvolvimento de alguns conhecimentos e competências mas, principalmente, uma consciencialização dos alunos para as diferenças linguísticas e culturais do Outro, perspetivando-as como fonte de enriquecimento e conhecimento mútuo (quer entre as crianças alófonas, quer entre as crianças alófonas e as nativas).

5.Conclusões / recomendações

Ao tomarmos consciência dos resultados obtidos com a implementação deste projeto podemos afirmar que este permitiu, por um lado, que as crianças alófonas se integrassem mais no grupo-turma, uma vez que as atividades realizadas incentivaram a sua participação de forma constante, e, por outro lado, permitiu que as crianças nativas ficassem sensibilizadas para a diversidade linguística presente na sua turma e na sociedade em geral, desenvolvendo relações positivas em relação à mesma. Explorar e valorizar os repertórios linguístico-comunicativos dos alunos, principalmente das crianças alófonas, contribui para o despertar para a diversidade linguística mas permite essencialmente uma igualdade de oportunidades. Pelo que esta igualdade de oportunidades passa pelo conhecimento das várias culturas e línguas em presença na turma e pela criação de relações de harmonia, compreensão intercultural na sala de aula, na escola e na comunidade e, principalmente, com o acesso a todos à Língua Portuguesa seja ela língua materna ou língua estrangeira. Com a implementação de suportes didáticos de sensibilização à diversidade linguística e cultural, procura-se que as crianças desenvolvam atitudes de abertura e de respeito, vontade de conhecer o Outro e de se envolverem em intercâmbios linguísticos e culturais, assumindo-se como futuros cidadãos comprometidos em aprender a ser e aprender a viver juntos, dois dos grandes pilares da educação definidos por Delors (1996). Ao encontro desta perspetiva, Starkey afirma que "citizens in a democracy need intercultural skills for living in communities where cultural diversity is the norm" (2002).

Nesta linha, a sensibilização à diversidade linguística e cultural constitui, sem dúvida, um desafio à capacidade das escolas e dos professores em prepararem os seus alunos para o contacto, a compreensão e a valorização de outras formas de ser, de estar e de falar. Ao integrar a diversidade linguística e cultural nas aulas do 1º CEB, permite, por um lado que as crianças alófonas revelem as suas competências linguísticas e desenvolvam a aprendizagem da Língua Portuguesa. Por outro lado, as crianças nativas desenvolvem atitudes de abertura e respeito face à diferença e, a partir da comparação entre particularidades das diferentes línguas, desenvolver a sua competência metalinguística na Língua Portuguesa.

A lusofonia é o conjunto de identidades culturais existentes nos países e, neste momento, Portugal apresenta uma identidade cultural partilhada por diferentes línguas e culturas que é necessária não só respeitar como também integrar nas salas de aulas, nos currículos, para que a lusofonia possa ser um direito e não apenas privilégio de alguns.

6. Bibliografia

ANDRADE, A & ARAÚJO E SÁ, M. H. (1995). *Processos de Interação Verbal em aula de Francês Língua Estrangeira* (vol. I). Aveiro, Universidade de Aveiro. Tese de Doutoramento.

ANTUNES, P.; DIAS, C. & SÁ, S. (2007). "Vem conhecer… a minha língua e os alfabetos" In ANDRADE, A. & MARTINS, F. (Coord.). *Abordar as línguas, integrar a diversidade nos primeiros anos de escolaridade.* Cadernos do LALE. Série propostas. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 43-100.

BANKS, J. (2004). Teaching for social justice, diversity and citizenship in a global world. In *The educational forum.* vol. 68, pp. 289-298.

BASTOS, J. & BASTOS, S. (1999). *Portugal Multicultural: situações e estratégias identitárias das minorias étnicas.* Lisboa: Fim de Século.

BRANCO, R. (2001) (Org). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.* Porto: Campo das Letras. (edição portuguesa).

CANDELIER, M. (2000). *L´introduction de l´éveil aux langues dans le curriculum*. In www.ecml.at (consultado a 17 de maio de 2006).

CONSELHO DA EUROPA (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação.* Porto: Edições ASA.

COUTO, J. (2001). *Língua Portuguesa – Perspetivas para o Século XXI*. http: / / www.instituto-camoes.pt / bases / lingua / portugues.htm (consultado na Internet em 2 de dezembro de 2004).

DABÈNE. L. (2000). Pour une didactique plurielle. Quelques éléments de réflexion. In *La didactique des langues dans l´espace francophone: Unité et diversité.* Actes du 6e Colloque Internacional de ACEDLE, Grenoble, pp. 9-13.

DELORS, J. (1996). (Org.). *Educação um tesouro a descobrir.* Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições ASA.

DE PIETRO, J. (1999). S´ouvrir aux langues. In *Babylonia,* n.º 2. (disponível também em http: / / babylonia.romsem.unibas.ch / Babylonia / Baby299.html)

FARIA, H. (2002). Ensino precoce de línguas estrangeiras. In *Educação e Comunicação.* Publicações do centro de estudos e de investigação, nº 7, pp. 10-18.

FERRÃO-TAVARES, C. (2001). «Former des enseignants plurilingues dans de cadre de l'enseignement précoce: des enjeux aux propositions d'action». In *Langues Modernes*. Paris; APLV.

GOMES, J. (2004). "Depoimento" in *Jornal de Notícias*, 10 de dezembro de 2004.

INSTITUTO CAMÕES (2004). "*Português é a sexta língua materna mais falada no mundo".Disponível em* http: / / www.instituto-camoes.pt / arquivos / lingua / sextalingua.htm

MARTINS, F; ANDRADE, A; & BARTOLOMEU, I. (2002). As línguas da criança e as línguas do mundo: aspetos da gestão da competência plurilingue em alunos do 1º ciclo do E.B. In *I Encontro Nacional da SPDLL - A Didática das Línguas e Literaturas em Portugal: contextos de emergência, condições de existência e modos de desenvolvimento,* Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

MENCHÚ, R. (2002). El sueño de una sociedad intercultural. In IMBERNÓN, F. (Org). *Cinco ciudadanías para una nueva educación.* Barcelona: Editorial GRAÓ, pp. 63-82.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*. Lisboa: DEB.

PNUD (2004). *Relatório do Desenvolvimento Humano. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Queluz: Mensagem-Serviço de Recursos Editoriais.

STARKEY, H. (2002). *Democratic Citizenship, Languages, Diversity and Human Rights*. Strasbourg: Council of Europe.

SÁ, SUSANA & ANDRADE, ISABEL (2007). "A diversidade linguística e cultural: um pilar na educação para a cidadania?" In *Atas do Congresso Educação e Democracia – representações sociais, práticas educativas e cidadania.* Aveiro: Universidade de Aveiro – Departamento de Ciências da Educação, pp. 398-404.

SAMPAIO, J. (2004). "Bloco de Notas do Presidente da República" in *Jornal de Notícias*, 7 de dezembro de 2004.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. Disponível em www.sef.pt

ZARAGOZA, F. (2001). *Un mundo nuevo.* Barcelona: Galáxia Gutemberg.

31. **NEUSA M.ª OLIVEIRA BARBOSA BASTOS,** Universidade Presbiteriana Mackenzie

32. REGINA HELENA DE BRITO, Universidade Presbiteriana Mackenzie

IDENTIDADE LUSÓFONA E GLOBALIZAÇÃO,

- Refletiremos, neste trabalho, sobre a problemática da identidade, que tem suscitado interesse crescente e mobilizado estudiosos de diferentes campos das ciências humanas e sociais, oferecendo-se de forma privilegiada à interdisciplinaridade.

Por estar a noção de identidade sob questão, passa-se a convergir os estudos para a identidade lusófona abrangente e ligada ao tão propalado processo de globalização. Neste contexto turbulento de quebra dos sistemas culturais, a identidade, transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos circundam, apresenta-se ainda mais aberta e provisória.

Os sentidos de espaço e tempo se encontram de tal forma alterados que se trabalha com a ideia da desterritorialização das realidades simbólicas tanto no que tange à hibridização cultural em sentido "lato", voltando o olhar para o mundo, quanto em sentido "strictu", voltando o olhar para os falantes de Língua Portuguesa.

> *Minha infância explica muita coisa. Eu tive uma infância de menino pobre nas favelas de Luanda, chamadas musseques, com todos os meninos da minha idade, branco, preto, mestiço, português, angolano. Isso deu o caldo cultural que me fez uma criança irrequieta, com um determinado tônus cultural diferente do dos filhos da burguesia colonial.*
>
> *(Luandino Vieira, escritor angolano, em entrevista ao Jornal da Tarde[97], de São Paulo, jan. 1987)*

> *[...] Encantava-me o conhecimento e a possibilidade de haver paraísos na Terra, prometidos, uma vez que o outro, o verdadeiro, me estava vedado em vida. Foi no ano da minha quarta classe que descobri o caminho do retorno dos descobrimentos. Macau e a Cidade do santo nome*

[97] Entrevista a Leo Gilson Ribeiro. "A África de Luandino Vieira". Jornal da Tarde. Caderno de Programas e Leitura, p. 5, 03 jan 1987.

de Deus. Goa, Damão e Diu, Índia chorada. Moçambique comprido como a girafa do parque do Gorongosa. Angola grande dos diamantes das Lundas e do petróleo de Cabinda. São Tomé e Príncipe do Mário Lopes e do cacau. Guiné e o arquipélago dos Bijagós. Cabo Verde e a morna do Mindelo. A Madeira e o arquipélago dos Açores. Brasil e o grito do Ipiranga. A metrópole e o Entroncamento onde se cruzavam todos os comboios do mundo. Às vezes tinha dúvidas sobre a existência destas terras, lembrando as suspeitas da minha mãe. Mas o encanto fazia-me acreditar em tantas coisas distantes como no paraíso perdido pelo Adão e ganho pela morte. Eu deveria acreditar também em paraísos terrenos mais próximos e mais vivos.

(Luís Cardoso, escritor timorense, na obra memorialista Crónica de uma travessia, 1997, p. 58)

Pela língua portuguesa, parte indissociável do imaginário lusófono de angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses, timorenses (para referirmos apenas os espaços de expressão oficial portuguesa [98]) nos unimos e nos separamos, nos fazemos iguais e nos fazemos diferentes, somos nós, sendo outros, constantemente.

Tomemos, agora, um trecho do moçambicano Mia Couto, em Terra *Sonâmbula* (1992) - considerado um dos doze melhores livros africanos do século XX - que bem exemplifica que o léxico, frequentemente utilizado para invocar e exprimir pertencimento, desvenda, ao mesmo tempo, as identidades dessemelhantes que um mesmo sistema linguístico pode abarcar,

O desparecimento de meu irmão treslouqueceu toda nossa casa. Quem mais mudou foi meu pai. Aos poucos, foi deixando as demais ocupações, alvorando e anoitecendo na beberagem. O barco dele dormia na duna, vela entornada, com nostalgia do vento. Meu velho se embebedava encostado no barquito. Era como se os dois, embarcação e pescador, esperassem uma viagem que nunca mais chegava. O estado dele se foi reduzindo até ficar menos de uma lástima: carapinhoso, aguardendo nos bafos. A sura era seu único conteúdo. Um dia lhe encontramos tão repleto, já nem falava. Borbulhava espuma vermelha pela boca, pelo nariz, pelos ouvidos. Foi vazando como um saco rompido e, quando já era só pele, tombou sobre o chão com educação de uma folha. (Couto, 2002, p. 22)

Mia Couto, um dos nomes mais importantes da nova geração de escritores africanos que escrevem em língua portuguesa, afirmou, certa vez, que a riqueza cultural de seu país provinha da disponibilidade de seu povo em efetuar *trocas culturais* com os outros - ***"não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma."*** (2003).

Ao discorrer a respeito da profunda diversidade e das complexas mestiçagens do continente africano afirmava que um dos maiores e mais valiosos patrimônios dos africanos residia nas longas e irreversíveis misturas de culturas, que esse mosaico de diferenças podia ser visto como uma verdadeira magia, ***"essa magia nasce, sim, da habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens."*** E concluía, em seguida, "***Essa magia nasce da capacidade de sermos nós, sendo outros"*** (Hanna, 2006).

Ao discutirmos os efeitos dos encontros culturais, "das profundas trocas de alma", das mudanças constantes e cada vez mais aceleradas que enfrentamos nas sociedades modernas, entram em pauta, definitivamente, as transformações culturais exacerbadas que acontecem na mesma proporção em que lugares

[98] Sobre o espaço da lusofonia, reafirmamos nossa posição conforme Brito e Bastos (2006, p.72-3): No entanto, não se pode restringir a lusofonia ao que as fronteiras dos territórios nacionais delimitam. Antes, é preciso considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada "diáspora lusa" e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de "uso", na verdade, ela seja minimamente (se tanto) utilizada: Macau, Goa, Diu, Damão e Malaca Além disso, Lourenço (2001) – o intelectual que, com certeza, mais tem pensado criticamente a matéria - assinala, com rigor, que a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza: [...] é o espaço galaico-português onde, com a língua que é ainda a nossa, eclodiu o primeiro e nunca acabado canto que dará à cultura portuguesa [...] um lugar à parte na constelação poética da romanidade. [...] Quer dizer, como imaginar o espaço lusófono, e na medida em que ele é o horizonte onde inscrevemos a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, sem incluir nele a Galiza? [...] dado o contexto histórico-político da península a que pertencemos, não se estranhou que a Galiza não tenha estado presente e fosse incluída na nova *comunidade* de referência lusófona a que se deseja dar, além da vida formal, vitalidade e futuro. Mas isso significa, pelo menos, que o espaço da lusofonia e o da comunidade de referência lusófona não coincidem. (Lourenço, 2001: 178)

diferentes do globo se interconectam, acarretando ondas de transformação social que atingem potencialmente toda a superfície da terra.

Anthony Giddens (1990), sociólogo britânico, define as descontinuidades que separam as instituições modernas das tradicionais anotando que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas - numa eterna mudança cada vez mais rápida, abrangente e contínua (p.38). O resultado das experiências de convivência com essas mudanças é visto como uma das principais distinções entre as sociedades 'tradicionais' e as 'modernas' (Hall, 1999, p. 15).

O fenômeno da globalização do mundo levanta uma série de questões fundamentais sobre a atualidade, na medida em que exige que consideremos novas construções e revisões críticas da modernidade, crescentemente marcada por uma perspectiva pós-nacional, e por uma série de diálogos transnacionais.

Epistemologicamente, a 'modernidade' refere-se à organização e aos modos de vida que emergiram na Europa desde o século XVII em diante e que, subsequentemente, influenciaram quase que o mundo inteiro.

O século XX abriu-se para uma nova era em que as Ciências Sociais, supostamente, predominariam sobre todas as áreas de conhecimento e nos levariam para além da modernidade.

Com o intuito de elucidar a transição para uma modernidade tardia surge uma ampla variedade de termos que se propõem a explicar a emergência de um novo tipo de sistema social - 'sociedade da informação', 'sociedade de consumo' são apenas alguns deles; a pós-modernidade, o pós-modernismo, a sociedade pós-industrial, o pós-capitalismo, o pós-colonial, o pós-nacional, o pós-estruturalismo são outras denominações que procuram se concentrar nas transformações institucionais, sobretudo no que se refere à mudança de um sistema baseado na manufatura, para um outro mais centrado na informação.

O filósofo francês Jean-François Lyotard (1984), responsável pela popularização do termo 'pós-modernidade', definiu o Pós-modernismo como um movimento que desacredita as metanarrativas legitimadoras da Modernidade, vistas como histórias totalitárias sobre a história e os objetivos da raça humana, que fundamentam e corroboram os conhecimentos e as práticas culturais. Há, em outras palavras, uma deslegitimação de fontes tradicionais, um descrédito em relação a significados universalizantes e transcendentais, uma fragmentação e descentramento das identidades culturais e sociais.

Quase um consenso entre os teóricos do pós-modernismo, a ciência perde seu lugar privilegiado como fonte definitiva da verdade - o tempo atual é de pluralidade de conhecimentos em permanente construção, uma nova ordem, uma realidade ambígua, multiforme, em que o individualismo, o hedonismo, o consumismo, a fragmentação do tempo e do espaço são uma constante.

Woodward (2000), ao discorrer sobre a conceptualização de identidade e a fluidez e mutações que envolvem as tensões existentes entre concepções construcionistas e essencialistas, questiona as identidades em suas formas fixas, fluidas e cambiantes em relação ao seu lugar no 'local' e no 'global'. Ela sustenta que,

> *A globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local (...) A dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares (Wooward, 2000, p. 21-22).*

A não unificação de identidades é um fato que leva as contradições e as discrepâncias entre o nível individual e coletivo a serem obrigatória e constantemente negociadas. Hall (2000) assim define os novos significados que o conceito de identidade vem recebendo, não aquele essencialista, mas sim estratégico e posicional,

> *Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, as identidades são cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma*

historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (Hall, 2000, p. 108)

A preocupação com tais reconstruções e revisões vêm redefinindo os rumos dos Estudos Lusófonos nos últimos anos, o que nos leva a discutir a multiplicidade de identidades, em sua complexa articulação de tradição e modernidades em continentes heterogêneos, em que coexistem lógicas múltiplas de desenvolvimento.

A tentativa de acomodação de ocorrências globalizadoras, com consequências de efeito local, é uma constante, não só entre os teóricos já citados, como entre aqueles que avaliam o binarismo tradição / modernidade - progressivamente comprometido, uma vez que, apesar das culturas tradicionais colonizadas permanecerem distintas, elas acabam se tornando pretendentes à modernidade (Hall, 2003).

Ao ponderar sobre a ideia de modernidade em contraste com a tradição, é necessário fazê-lo enfatizando a combinação do moderno e do tradicional em ambientes concretos, como os que vivemos em Portugal, no Brasil multifacetado, na África-mosaico de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, no longínquo Timor-Leste.

A tradição não pode ser vista como um todo estático, mas sim como um meio de manipular o tempo e o espaço e que sobrepõe quaisquer atividades ou experiências particulares à continuidade do passado, presente e futuro, e estes, em contrapartida, são estruturados por práticas sociais recorrentes (Giddens, 1990).

É nesse contexto que assistimos à emergência da promoção das relações dos países lusófonos na contemporaneidade, em que a preferência pelo hibridismo, pela mistura, pelo cruzamento de fronteiras culturais e identitárias, pela celebração da contingência e da não permanência apresentam-se como perspectivas de análise numa perspectiva do Pós-Modernismo. Nas palavras de Benjamin Abdalla Júnior (2006, 13):

O nacional se abre ao comunitário, no caso à comunidade dos países de língua portuguesa, sem descartar situações nacionais plurilinguísticas. Nossos países têm especificidades e, num mundo de fronteiras múltiplas, a partir do solo de cada estado-nação, podem ser estabelecidas fronteiras de cooperação pautadas pela solidariedade. Na língua portuguesa, está traduzida toda uma experiência histórica que não pode ser apagada. Uma experiência compartilhada por muitos povos...

Sob esse ponto de vista, a tradição tem de ser reinventada pelas novas gerações no momento em que assumem a responsabilidade do recebimento da herança cultural das mãos daqueles que as antecederam. Nessa discussão, a globalização da cultura redefine, igualmente, o significado de tradição, uma tradição moderna, que se opõe ao sentido de permanência a um passado distante e que, igualmente sugere uma memória internacional-popular, cujos elementos composicionais têm de ser sempre reciclados; o passado se mistura com o presente e determina novas concepções de mundo, novos comportamentos e, ao mesmo tempo, cria novas raízes para o homem globalizado em permanente mobilidade (Ortiz, 1994).

Cabe, aqui, a advertência do linguista australiano Geoffrey Hull quando se discutia a oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste[99] independente:

Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional. (Hull, 2001: 39)

[99] Colônia portuguesa desde o século XVI, Timor-Leste esteve ocupado pelo Japão durante três anos, na altura da Segunda Guerra Mundial, e sofreu com o domínio da Indonésia de 1975 até 1999. Vítima de brutal repressão, os invasores indonésios forçaram o ensino de sua língua, o bahasa indonésia, proibiram o uso da língua portuguesa e minimizaram o uso da língua nacional, o tétum. Com a independência e a constituição da República Democrática de Timor-Leste, em maio de 2002, a língua portuguesa assume o estatuto de oficial, ao lado da língua tétum.

Neste caso, é relevante ouvir a voz de jovens timorenses registradas, em 2004, quando concluíam a participação no Projeto Universidades em Timor-Leste:

> *Para mim, a língua portuguesa é muito bonita, muito importante e assim como os nosso herança (riqueza) que a gente tem que desenvolver. Então quem amar do seu país tem que amar da sua Língua oficial, por isso que eu queria estudar muito com língua português com vocês.*
> *(jovem timorense, 20 anos, de Díli)*

> *A Língua Portuguesa significa para mim porque em primeiro lugar língua portuguesa é língua oficial do nosso país através de isto a língua portuguesa também é uma língua histórica sobre a nossa cultura em Timor Leste. Para mim pessoalmente escolhi estudar língua portuguesa na faculdade ciência da educação porque eu quero ser uma boa professora portuguesa para ensinar o povo de Timor Leste.*
> *(jovem timorense, 25 anos, de Díli[100])*

Nos últimos anos, o campo dos Estudos Lusófonos tem se tornado cada vez mais interdisciplinar e aqueles que o estudam têm debatido constantemente a sua nomenclatura e ampliado as discussões relativas à uma abordagem plural, como define Moisés Martins, "*o espaço cultural da lusofonia não pode deixar de ser hoje senão um espaço plural e fragmentado, com uma memória igualmente plural e fragmentada*" (2006, p. 57).

Os envolvidos nessa interpenetração cultural, impulsionados pelas mesmas forças globalizadoras – culturais, tecnológicas, econômicas e políticas – entrecruzam-se num mundo de fronteiras porosas em que ideias, pessoas e produtos partilham identidades e renovam a produção de novas práticas culturais.

Ao examinar as tensões no interior multifacetado e multicultural dos países da comunidade lusófona, os Estudos Lusófonos interagem com os *Cultural Studies*, ensejando uma análise do momento pós-colonial, pós-nacional, pós-estruturalista, pós-moderno. A condição de provisionalidade, que gera identidades múltiplas, induz ao imperativo de ultrapassar as narrativas de subjetividades originárias para focalizar momentos ou processos produzidos na articulação de diferenças culturais, nas experiências intersubjetivas e coletivas da nação. Os valores culturais, negociados nos 'entre-lugares' conferem autoridade aos hibridismos culturais, cujos significados podem se apresentar intermediativos, consensuais ou antagônicos.

O assentimento, nas últimas décadas, dos Estudos Culturais, para darmos conta de entender a realidade plural e contraditória do que carrega a ideia de Lusofonia, ajuíza, nessas interações, os intercâmbios que contribuem para a renovação dos referenciais teórico metodológicos tradicionais da pesquisa sobre cultura, e a acepção a ela atinente. O foco no transnacional, através de estudos comparados, tende a privilegiar as "zonas de contato" hemisféricas em todos os níveis: do discursivo até o das práticas sociais.

A cultura é vista não só como um conjunto de obras, algo inativo, mas como um conjunto de práticas, como um intercâmbio de sentidos entre os membros de uma sociedade ou de um grupo. Mais do que um conhecimento recebido ou uma experiência passiva, a cultura revela uma enormidade de intervenções que contam uma história vivida e se responsabilizam por ingerências futuras. (Grossberg, 1997)

A expansão dos Estudos Lusófonos tem sido espacial e também temática, conforme constatado nos últimos encontros sobre Lusofonia realizados em várias partes do mundo. A crescente fragmentação e especialização, inerentes aos objetos que ambas as áreas examinam, pode ser justificada com propostas de adoção de uma visão polifônica que traduz a complexidade dos encontros e interações culturais, e que, consequentemente, incorpora várias línguas e pontos de vista, realçando, ao mesmo tempo, as perspectivas comparativas.

[100] Alunos do Projeto *Universidades em Timor-Leste*, "Canção Popular e Música Brasileiras em Timor-Leste", desenvolvido em Timor-Leste de agosto a dezembro de 2004, em ação bilateral, congregando universidades e governos de ambos os países.

Esta tem sido a tônica das discussões relativas à instituição de cursos universitários, à criação de núcleos de estudos, de lançamento de periódicos e de literatura correlata – etnicidade, racismo, arte, literatura, memória social, moda, preconceitos, sexualidades, jornalismo, geografia cultural, linguagens, políticas culturais, cidades, etc. fazem parte das coletâneas de textos em revistas especializadas e periódicos.

A análise do momento pós-colonial, pós-nacional, pós-estruturalista tem sido objeto de estudos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros e as origens históricas de determinadas culturas e práticas adotadas por indivíduos ou grupos nos oito países Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), observadas *pari passu* com aqueles valores e crenças formam realidades políticas e sociais dentro e além das fronteiras lusófonas. Novas abordagens privilegiam o estudo do hibridismo naqueles países e de outros hibridismos em relação à sua diversidade, que amplia o senso de identidade e admite ainda mais outros hibridismos, uma vez que as identidades são construídas através de relações das diferenças, sem uma hierarquia imposta.

O encontro com o 'novo', implica, igualmente, a ideia de **tradução cultural** - a de que no interior de todas as culturas existe a sujeição à formação intrínseca de tradução, ou seja, todas as formas de cultura estão relacionadas, de um modo ou de outro.

Além disso, todas são formadoras de símbolos e compostas de temas, portanto, articuláveis - nenhuma cultura se completa em si mesma, as outras tantas podem contrariar sua autoridade; o original, se existe realmente algum, estará sempre aberto à translação, é sempre inconclusivo, é sempre passível de imitação, poderá ser "simulado, reproduzido, transferido, transformado, tornado um simulacro", como garante Bhabha (1996, p. 36), - a pureza intrínseca e a originalidade das culturas são injustificáveis.

A Tradução Cultural é também entendida como um termo lógico para que se perceba as diásporas multiculturals do mundo pós-colonial e, uma das razões da preferência em utilizá-lo, reside no fato de que seus participantes têm um sentimento de 'estar dentro / estar fora,' pois implica um processo interminável de apropriação, assimilação, adaptação, acomodação, além de, talvez o mais difícil, o processo de *negociação* das diferenças do outro.

Tais diferenças levam-nos a considerar a cultura lusófona como a totalidade dos padrões comportamentais transmitidos socialmente: artes, crenças, instituições e todos os outros produtos do trabalho humano e pensamento característicos de uma comunidade ou população que, refletidos na língua portuguesa, influem não só na cultura, mas também nas diferenças linguísticas. Entendendo dessa forma, é que estaremos aptos a criar uma nova moldura de referência em relação aos povos que pertencem às comunidades lusófonas, o que nos levará a compreender os diversos aspectos linguístico culturais que se cruzam numa rica diversidade (Hanna, 2006).

A própria hipótese da existência de uma vasta fronteira cultural lusófona, com mais de 200 milhões de falantes, em absoluta descontinuidade geográfica, implica na ocorrência do hibridismo cultural que não delimita os contatos, mas o promovem, onde a identidade, a língua e o espaço devem estar em constante intercâmbio num ambiente de respeito às suas idiossincrasias.

O processo de hibridação cultural suscita algo diferente, algo novo e irreconhecível, uma nova área de negociação de sentido e representação, tal qual uma tradução. Ao negar o essencialismo, de uma cultura precedente, o ato da tradução cultural admite que todas as formas de cultura se encontrem num *continuum cultural*, num sucessivo processo de hibridação, que constituem um 'terceiro espaço', um 'entre-lugar' (Bhabha, 1996, p. 36).

Do mesmo modo, devem ser considerados os choques de fronteira, no que se refere à diferença cultural, que podem ser, consensuais e conflituosos ao mesmo tempo. As contradições da modernidade encontram, igualmente, as culturas locais reivindicando a autenticidade dos localismos, fazendo surgir os ideais de pertencimento e procurando adequar e combinar alteridades e identidades, dessemelhanças e homogeneidades. Bhabba assim complementa a ideia de habitar nos interstícios,

> *o trabalho fronteiriço da cultura exige encontro com 'o novo' que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do*

novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou presente estético; ela renova o passado refigurando-o como um 'entre-lugar' contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O 'passado-presente' torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (Bhabha, 2005, p. 27).

Uma visão multidimensional de cultura cria abordagens desafiadoras no âmbito dos Estudos Lusófonos porque exigem respostas para novas questões a respeito de quem fala, quem define, quem controla, quem está incluído ou excluído de tais processos.

A Europa da União Europeia, a África, a América, assim como todas as culturas, é multifacetada e em constante transformação, portanto, deve ser questionada e examinada com os instrumentos mais apropriados, num diálogo constante – que se espera surja de histórias de diferenças emergentes que requerem diferentes maneiras de contá-las, que não obedeçam a um padrão exclusivo. Nós, lusofalantes e estudiosos da Lusofonia, devemos estar dispostos a aceitar essa pluralidade de vozes, compartilhar e aprender com colegas do mundo todo os desafios do transnacionalismo, lembrando-nos do artificialismo das fronteiras nacionais e de muitos equívocos que existem entre o local e global.

Devemos ter consciência de que as ideologias, as representações, o poder, o discurso, a hegemonia e a identidade são fatores constituintes na construção da Lusofonia, como uma comunidade multifacetada, cuja identidade se apresenta como um problema de 'ser', assim como de 'vir a ser' e que pertence ao futuro tanto quanto ao passado, não como algo que já existe, mas que transcende lugar, tempo, história e cultura e que se sujeita às brincadeiras da história, cultura e poder (Campbell, 1997).

As identidades têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e das culturas para a produção não daquilo que não somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões de "quem nós somos", ou "de onde viemos", mas muito mais com as questões *"quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios (Hall, 2000, p. 107).*

A ideia da desterritorialização das realidades simbólicas, conforme iniciamos esta reflexão, tanto no que tange à hibridização cultural em sentido "lato", quanto em sentido "strictu", revelam o momento de trânsito num mundo Pós-Moderno em que espaço e tempo se encontram para produzir figuras complexas de diferença e identidade - os 'entre-lugares', excedentes da soma das partes da diferença, passam a ser o lugar da formação dos indivíduos.

Reitere-se aqui que processos conflitantes da contemporaneidade frequentemente desestabilizam ou rompem com noções preestabelecidas de cidadania e de pertencimento a determinados territórios. O interesse comunitário ou o valor cultural são negociados nos interstícios, lugar em que a necessidade de suplantar as narrativas de subjetividades originárias faz com que se enfatize o resultado da articulação social das diferenças culturais, atribuindo, assim, autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (Bhabha, 2005).

Ver a comunidade lusófona do ponto de vista do hibridismo cultural, como um processo que permite trocas, disseminação, dispersão de significado e, novamente, reunião de todos os opostos, um lugar de fusão e antagonismos, que reúne, mas também mantém a separação, uma mistura de vozes diferentes que lutam para serem ouvidas, parece ser o objetivo da maioria dos trabalhos sobre o assunto – busca-se um "terceiro espaço", que procura evitar uma política de polaridade ou um binarismo cultural; mais ainda, pretende-se um espaço em que os valores culturais sejam negociados continuamente, que resulte num reconhecimento cultural da diferença e contribua para uma produção de uma 'cultura internacional', justamente baseada na articulação do hibridismo cultural.

Referências Bibliográficas

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. (2006) Apresentação. In: BRITO, RHP; FACCINA, RLS; BUSQUETS, V.L. *Sensibilizando para a comunicação em língua portuguesa. Uma experiência em Timor-Leste*. São Paulo: Ed. Autor / Mackpesquisa.

BRITO, Regina Helena Pires de & BASTOS, Neusa Maria Barbosa. (2006) Dimensão semântica e perspectiva do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In: MARTINS, M.L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (eds.) *Comunicação e lusofonia*. Porto, Campo das Letras. pp., 65-77.

BHABHA, Homi. (1996) *O Terceiro Espaço* (entrevista conduzida por Jonathan Rutherford) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 24. PP. 35-41.

_____. (2005) *O Local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

CAMPBELL, Neil & KEAN, Alasdair. (1997) *American Cultural Studies. An Introduction to American Culture.* London: Routledge.

CANCLINI, Nestor Garcia. (2003) *Culturas Híbridas.* 4a. ed. São Paulo: Edusp.

CARDOSO, Luís (2002) *Crónica de uma travessia. A época do Ai-Dik-Funam*, Lisboa: Dom Quixote.

COUTO, Mia. (2004) *Terra Sonâmbula.* 8ª. Edição Lisboa: Caminho, outras margens.

GEERTZ, C. (1973) *The Interpretation of Cultures.* Nova Iorque: Basic Books.

_____. (2000) *Local Knowledge, Further Essays in Interpretative Anthropology.* Nova Iorque: Basic Books; 2nd edition.

GROSSBERG, Lawrence. (1997) *Bringing it all back home. Essays on Cultural Studies.* Durham: Duke University Press.

GIDDENS, Anthony. *(1990) The consequences of Modernity.* Cambridge: Polity Press, em Stuart Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: D.P. & A Editora. 1999.

HALL, Stuart. (1999) *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: D.P. & A Editora.

_____. (2000) *Quem precisa de identidade?.* In *: Silva, Tomaz (org.), Hall, Stuart. Identidade e Diferença – a Perspetiva dos Estudos Culturais.* Trad. Tomaz Silva. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (2003)*Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais.* Belo Horizonte; Editora UFMG, 2003.

HANNA, Vera L. Harabagi. (2007) *Américas: Intermediações Culturais*, Artigo na Revista de La Asociación Chilena de Estudios Americanos. PP. 77-85. Santiago, Chile.

_____ & BASTOS, Neusa M. de Oliveira. (2006) *Estudos Culturais: uma visão pluralística de 'ser outro constantemente'.* Atas do Colóquio Anual da Lusofonia 2006 – CD-ROM, do IV Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, Portugal. Editor: Colóquios Anuais da Lusofonia.

Hull, Geoffrey (2001) Timor Leste – Identidade, língua e política nacional. Lisboa, Instituto Camões.

LYOTARD, Jean-Francois. (1984) *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge,* trans. Geoff Bennington and Brian Massumi. Manchester: Manchester University Press.

MARTINS, Moisés Lemos. (2006) *Lusofonia e luso tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In* BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa, Reflexões Lusófonas.* São Paulo: Editora PUCSP. 2006. PP. 49-62.

ORTIZ, Renato. (1994) *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense.

SILVA, Tomaz Tadeu. (2000) *Teoria cultural e educação, um vocabulário crítico.* Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, Tomaz (org.), (2000) Hall, Stuart. *Identidade e Diferença – A Perspetiva dos Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Silva. Petrópolis: Editora Vozes.

Silva, Tomaz. (2000) *A Produção social da identidade e da diferença.* Em*: Silva, Tomaz (org.), Hall, Stuart. Identidade e Diferença – a Perspetiva dos Estudos Culturais.* Trad. Tomaz Silva. Petrópolis: Editora Vozes. P. 73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu *(org.)* (2006) *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica.

WOODWARD, Kathryn. (2000) *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual.* In Silva, Tomaz (org.), Hall, Stuart. *Identidade e Diferença – a Perspetiva dos Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Silva. Petrópolis: Editora Vozes. P. 7-72.

33. VILCA MARLENE MERÍZIO, Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, ACADEMIA DE LETRAS DE BIGUAÇU, **vilca_merízio@hotmail.com**

"EU TAMBÉM ESCREVI CARTAS DE AMOR",

Fernanda Leitão, no artigo "O meu Amigo da Criação Velha" (*Açoriano Oriental*, 2002), poucos dias após o falecimento de José Martins Garcia, ao exaltar-lhe a coragem de outrora, refere-se ao depauperamento físico em que encontrou o escritor açoriano, dezoito meses antes do seu falecimento: a "*palidez, os olhos inundados de amargura, a linha dos ombros a gritar desamparo. Como se tivessem passado sobre ele 30 anos de trabalhos forçados*". E indaga: "*Que tratos de polé teria sofrido o artista, homem de superior inteligência e retidão de caráter, sabe Deus a que mediocridade teve de obedecer em silêncio*".

E o silêncio, sabemos nós, rondou a sua alma. Diante de mim, junto com quase tudo que JMG publicou, ressaltam poemas inéditos e 65 cartas por ele a mim confiadas. Numa delas, registra:

> " [...] (*que horror, o que se passa aqui, neste 10 de outubro de 1998! A humidade é tanta que as mãos sujam o papel e a esferográfica não quer deslizar. Dizem que caminhamos para o FIM EM ESTUFA... Gostaria de ver-te antes do FIM...) Gostaria de restituir-te a imagem de há dez anos (vou tentar usar um lápis): a imagem da menina de caracóis louros [...] Sempre disse que não gostava desse penteado. Inconscientemente andei a mentir-te. É dessa imagem que guardo, sem o ter sabido, uma SAUDADE, saudade, saudade. Saudade, que me leva a não saber mais nada de palavras*". Última página: "*vontade de <u>não CRER</u> em mais nada! Quase uma vontade de autodestruição! Tanta Amargura, tanta! Agora não posso escrever mais. Há uma revolta contra não sei quê, contra mim certamente".*

No final, um X, trêmulo, como se realmente ali alguém que não o professor-poeta devesse assinar. Quem assinaria? O homem? O amante? O poeta-fingidor? Não! Não tenho resposta. Mas, baseada na sua obra, tentarei uma explicação.

Nasce um poema
E ao contrário dos regulamentos
Sei porquê
O porquê dum nascimento
Misterioso quanto um sedimento
De longo amor e desejo
JMG, julho de 1992

Era outubro de 1987. Nove de outubro. Num restaurante, em Ponta Delgada, minha família e eu fomos apresentadas pelo Reitor da Universidade dos Açores, Prof. Doutor Machado Pires, ao Prof. Doutor José Martins Garcia (JMG)[101], que, durante cinco anos, na mesma universidade, iria me conduzir aos caminhos da perceção literária, instigando-me, com coragem e perseverança, a transcender os mistérios que permeiam mar, céu, terra e gente das ilhas açorianas. A chave capaz de abrir as portas imateriais das ilhas, descobri mais tarde, não estava com ele, não estava comigo, mas pairava dentro de nós, e sobre nós, na palavra dita, no olhar hospitaleiro, nos gestos de amizade de toda a comunidade que me recebia.

A constatação, depois a compreensão, de que, entre brasileiros e açorianos existiam maneira diferente de pensar, a aceitação de um silêncio que, às vezes, dizia mais que um discurso, e a imersão na arte de viver dos quantos, amando ou odiando estes cumes emersos do Atlântico, aqui viviam e repartiam comigo fraternalmente a mesa e, carinhosamente, os laços de família, deram-me a conhecer, principalmente, a poesia destas ilhas. Mas foi com JMG que aprendi a ver os Açores com o distanciamento necessário para que nele coubesse Portugal com sua história e conquistas, mas também com seus desvios e desvarios, levando-me a amar a Literatura Portuguesa, incondicionalmente, a partir de leituras a que só ele era capaz de me fazer ascender.

Antes de vir para os Açores procurei no *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa* (1984) informações sobre o professor-orientador com quem iria trabalhar nos dois anos de pesquisa, pensava eu, que teria pela frente. Lá estava, à página 282: JMG, "*ficcionista de largos recursos, polemista de temível mordacidade e ensaísta de sólida preparação humanística*", para além de autor de "exegeses inovadoras".

A par disso, ainda no Brasil, o Prof. Machado Pires já havia advertido: "*JMG é o melhor professor que temos no âmbito das Letras, mas o mais complexo, o mais difícil de se lidar...*" No entanto, JMG professor apresentou-se com tanta solicitude e amabilidade, que o receio que eu sentira antes de conhecê-lo pessoalmente desapareceu diante do homem extremamente gentil que se colocava à disposição para auxiliar-me naquela longa trajetória de meia década de permanente orientação nos estudos da cultura açoriana e da literatura portuguesa.

Muitos dos que me davam as boas vindas referiam-se ao Prof. Martins Garcia como um profissional altamente qualificado, mas de uma sensibilidade que o levava a perder frequentemente a paciência em razão da sua forte tendência à irritabilidade. Contavam-me sobre a contundência de suas críticas, a veia satírica de suas personagens de ficção, a linguagem quase sempre direta e acutilante dos seus narradores e sobre a ironia que constantemente o acompanhava nas suas falas.

Na ocasião, senti o quanto os seus colegas, apesar da descrição um tanto severa, admiravam-no, respeitando a sua maneira de ser, e quanto alguns dos seus alunos, talvez por não o conhecerem suficientemente, temiam-no. Contudo, no meio acadêmico, era comum a todos que com ele conviviam, o reconhecimento de sua gentileza e de sua cordialidade no trato. "*Conversava amenamente, fossem os interlocutores simpáticos e tivessem com ele afinidades. Mas era raro vê-lo engajado numa troca*", escreve Onésimo de Almeida (2001 / 04: 33). Diz ainda: JMG

> "*Quedava-se frequentemente pelo assentimento reverencial nas aparências, na maior parte das vezes em polidez retraída*". A respeito da permanência do poeta nos Estados Unidos, Almeida relata: "*Precedido*

[101]Também escritor, poeta, contista, romancista, ensaísta e crítico literário. Sobre JMG, David Mourão-Ferreira escreveu: o "escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou" (Jornal ***Signo***, 1987).

pela fama de senhor de uma têmpera de ebulição frequente, forte e em pouca água, nunca ninguém viu Martins Garcia levantar a voz, zangar-se, polemizar, maltratar quem quer que fosse. De uma lisura impecável, chegava a parecer subserviente no seu saudar de cabeça inclinada e pasta na mão. As secretárias conheciam-no por 'São Tomás de Aquino".

E assim, JMG, um "intelectual em estado puro", como o definiu Machado Pires[102], era um complexo misto de serenidade e de vulcão à flor da pele[103], escondido por trás da amabilidade de um comportamento social impecável e de um caráter profissional que provocava inveja. O seu mundo particular "era mesmo de um outro reino" (Almeida, 2001 / 04:115), não importando se vivesse nos Açores - Pico, Faial e São Miguel, se em Lisboa, França ou Estados Unidos, lugares que, de algum modo, fizeram parte do seu universo literário.

JMG mesmo justifica-se: "*a ficção, sendo distinta da realidade, tem profunda relação com a realidade*", talvez, passasse a impressão de uma procura constante de uma outra vida, de um outro lugar. A esse respeito, Vamberto Freitas (1992:34) confirma:

> "*quanto mais andou, mais sobre si se fechou*", embora essa solidão voluntária tenha sido a origem de "*uma das mais enclausuradas mas originais, vibrantes e desmistificadoras obras literárias portuguesas da atualidade [...]. "É no ato de escrever que Martins Garcia volta à sua comunidade"* (Freitas, 1992: 37).

De volta aos Açores, em 1984, seu último refúgio, JMG não reconheceu nas ilhas o seu mundo original. Então foi cada vez mais se "fechando no seu imenso mundo interior", aceitando a situação de exilado: exílio criado por ele mesmo, como costumava dizer. E se em *Contrabando Original* dá voz a um personagem que diz: "*Sim, nasci numa ilha e perdi-me no mundo",* é numa entrevista concedida a Vamberto de Freitas que confirma: "*Sou um exilado, é certo. Mas um exilado por temperamento*". Logo depois, confessa: *"[...] eu próprio criei o meu exílio. O mundo circundante não bastava... Permanecer nele seria resignar-me à monotonia. Sair dele seria (como foi) uma aventura marcada por muito sofrimento. [...] de certo modo, quis fazer coincidir a vida com a imaginação. Claro que isso é impossível. O resultado, quer me acredite quer não, foi o divórcio entre a minha vida quotidiana e os mundos que inventei. Rigorosamente falando, não há nada de autobiográfico nos meus romances, nos meus contos [...] Só na poesia 'lírica' o 'eu' que sinto se exprime sem a invenção de um médium* (Freitas, 1992:119).

E esse exílio procurado pelo homem foi traduzido pela dor da ausência, no signo da saudade que o poeta dizia sentir. Por isso, diz a Freitas (1992:127) "*estou aqui, mas não me encontro aqui*". (E teria vivido no Brasil, não tivesse ido tão cedo, embora para os amigos mais próximos, depois da sua aposentadoria (2001) afirmasse não mais poder viajar.)

Talvez, o que o fizesse afastar-se das suas ilhas fosse a têmpera inflamada que, à falta de compreensão dos conterrâneos, fazia-o crer que o problema da não-aceitação dos seus livros, da indiferença, ou mesmo do esquecimento sobre o que havia escrito – poucas foram as críticas publicadas e menos ainda as frontalmente orais – devia ser relegado à estética da receção.

Na ilha, esse mundo limitado, mas infinito, como define Fernando Aires, também outros amigos foram percebendo que JMG abrigava-se, sozinho, no seu imenso mundo interior. Onésimo (2001 / 04:43) observa que nesse mundo de (aparente) paz e sossego parecia ser feliz e, "*quando desse mundo interior emergia, tinha uma enorme facilidade em entrar em colisão com o dos outros".* Envolvia-se, por vezes, com o público (chegou mesmo a ser Vice-Reitor da UA, mas isso lhe exigiu tremendo esforço), lecionando ou proferindo palestras com erudição e prazer. A acutilância da sua inteligência extravasava em brilho nos momentos serenos, ou explodiam em sarcasmo cruel quando algo o acicatava.

[102] "Intelectual: talvez também aquilo a que o seu mestre Nemésio chamava 'o intelectual em estado puro' – o que se refugia no luminoso percurso espiritual das ideias e das palavras, com alheamento total dos prazeres 'terrenos' das máquinas e das tecnologias, que não sabe mexer em aparelhos, não tem carta de condução, não se importa com inventos e últimos modelos do que quer que seja" (Pires, Machado, 2001/04:177).

[103] Ler a obra de JMG, segundo Vamberto Freitas (1992:33) "é ler com sorrisos na cara ou então a rir a sério. São páginas que contêm, sempre, uma espécie de escuridão cômica, de onde o medo nunca se retira por completo, e na qual nada e ninguém é sagrado, tudo e todos são alvos a atingir, inclusive o próprio narrador. Está-se aqui no inferno, mas sem nunca se perder o humor – é a vingança (aterrorizadora) do homem pensante e artista moderno.

De todas as maneiras, "*Os alunos bebiam-lhe o verbo e os ensinamentos*", disse dele Onésimo (2001 / 04:44), e confirmo eu.

Bem, naquele nosso primeiro encontro, nem mesmo havíamos acabado o almoço (ele sentou-se à minha frente) e questionou-me a respeito do tema da tese que eu pretendia escrever. Falei do meu interesse em estudar uma autora açoriana (Natália Correia, evidentemente). Ele sorriu, sem aprovar ou contradizer a minha ideia. Do que ele me disse, ficou na minha memória mais ou menos isso:

> *Escrever sobre a Literatura Açoriana é árduo demais para quem não viveu em Portugal. O ser açoriano, na sua complexidade existencial, exige que o pesquisador observe mais do que hortênsias, bandeiras do Espírito Santo e marchinhas de São João. Um bom trabalho de pesquisa exige tempo e dedicação exclusiva. Se você veio para voltar antes de cinco anos (eu pensava ficar dois), nem procure saber onde fica o interruptor de luz da sua casa. Volte. Quem está aqui só de passagem não conhece as ilhas nem os açorianos e muito menos conhecerá a sua literatura*.

Adiei o estudo sobre a Natália e fiquei. Fiquei, não só cinco anos, mas muito mais e cá ainda estou...porque, como diz Daniel de Sá, é saindo das ilhas que nelas se permanece.

A primeira lição recebida de JMG surtiu efeito: para falar da exuberância de hortênsias, que embelezam os Açores, há de se, antes, amar o solo em que elas vicejam e reverenciar as mãos que as transplantaram; para saber da sua essência, é preciso igualar-se à seiva que as fazem florescer pelos caminhos tortuosos, como se cascatas de luz abençoassem as escarpas negras destas ilhas. É preciso amar, mesmo com toda a dureza e negritude, "estes ricos penhascos", como dizia a Sra. Dona Lili Pavão. Então, aprendi que os Açores não eram somente a beleza das curvas ao longo da costa onde o mar disputa atenção com a estrada ladeada de plátanos a ensombrar camélias, beladonas e azáleas. Os Açores não significam apenas a presença das criptomérias, alinhadas pelos campos e montes, onde vaquinhas pretas com manchas brancas, também alinhadas, ficam pastando, sempre igual, a ruminar despedidas...

Ficar na ilha, não era somente ser o viajante maravilhado diante dos pores de sol cheios de magenta, dourado e cíclame... Não, os Açores não eram, e não são, só vento, só mar (e aqui lembro Antero)... Umidade excessiva, austeridade. Aqui existe angústia... Solidão! Se é de despedidas que a sua gente se constrói, mantêm-se, os que aqui ficam, de re-encontros, de alegrias, de felicidade por se estar junto, de conversas longas nas mesas de uma esplanada ou de um café, das histórias mil vezes recontadas... Sem pressa, com ternura, olhos nos olhos... Coração aberto, mão estendida...

E para quem chega, herança dos que daqui partiram, os Açores também não são o "cativeiro geográfico" que tanto se promulga. São antes, o ponto de repouso, o abastecimento da alma que anseia por silêncio e cultura. A certeza de que a *Terra de Lídia* se estende por todo o arquipélago faz o estrangeiro ir ficando, ou quando obrigado a regressar, retornar às ilhas porque os laços se estreitaram e o coração já não mais abandona o seu novo paraíso.

A alegria que hoje o estrangeiro percebe nos açorianos, essa agitação interna que os leva, entre eles, a conversar alto, a dizerem da sua vida, o seu tom irônico, as observações aguçadas, a franqueza, mas também a solicitude, a amizade franca e hospitaleira, apontam, hoje, uns Açores mais abertos ao progresso e de mãos dadas com a evolução que determina a sua identidade. JMG tinha razão.

De nada adianta o pesquisador preocupar-se apenas com as variantes linguísticas de cada ilha nem com o que lhe é familiar na cultura. Isso não garante a açorianidade. Para se ter uma literatura que fuja do regional é preciso mais. É preciso universalidade sem deixar de ser original.

Os aspetos geofísicos e históricos contam, mas acrescem-se a eles a psicologia individual e coletiva das pessoas que habitam a região, a filosofia de vida, a moralidade e os costumes, a sua abundância e a sua miséria, é aí, então, que se solidifica a identidade integral do território que se abre à globalidade das pesquisas. E a sua literatura assim pode ser lida e apreciada por todo o mundo porque contém, para além da sua especificidade, os mesmos códigos da universalidade humana.

E foi refletindo sobre tudo isso que consegui compreender o que José Martins Garcia pretendia que eu alcançasse a fim de que pudesse me sentir preparada a melhor estudar a Literatura. Senti, então, ser necessário à pessoa interessada no tratado da alma portuguesa, presente na consciência das ilhas, um tornar-se resistente e leve como a lava e, ao mesmo tempo, sensível e doce como a aragem que passeia, no verão, entre as faias e o louro. Mas também suportar a umidade e os vendavais. E as distâncias. E as saudades. Se as ondas do mar beijam as rochas e se perpetuam na espuma, é no movimento das marés que o planeta se compõe e recompõe.

Apreciar a Literatura Açoriana, que não deixa de ser portuguesa, por sua universalidade, é saber ir e voltar. É saber que ainda há homens no mar... e sereias em volta das ilhas. É aspirar no ar da madrugada a alegria de quem volta e sabe que há alguém à espera. É apreciar o verde e o azul, mas também o negro. É rir e chorar. É ter na polarização natural da vida o contraponto do sonho. É resistir... Mantendo, não na vida, mas apenas na memória, a dor do isolamento e a nódoa da partida. E, então, pela literatura, voltar a esse tempo mágico onde tudo é permitido, porque expressão de alma sofrida, vivida.

E essa luz dos Açores, tão inconstante e variada, a mesma luz que cativa o estrangeiro é mesma que, às vezes, perturba o ilhéu. Essa luz das ilhas, esse tempo baço incomodava JMG. Ouçamo-lo:

> *A luz dos Açores, mesmo em dias de sol, é uma coisa aquosa, um derrame que pesa nas pálpebras. Melhor do que eu o escreveu Raul Brandão, encantado, sim, mas farto dessa atmosfera de limbo. Essa atmosfera pesa na escrita. O clima não explica nada, claro! Mas quem nos garante que não tem a sua quota-parte de responsabilidade na atmosfera social dos Açores? E, por conseguinte, na escrita cercada por essa sociedade? (Garcia, 1999:68)*

Para pouco mais adiante explicar: "*Não é o efeito direto do clima; é a translucidez das muitas teias que se acumulam em torno da privacidade*"[104] que me fazem querer respirar o ar de fora. Referia-se ele ao convívio das ilhas, ao conhecimento natural, quase obrigatório: ler um escritor conterrâneo e contemporâneo era quase ver devolvidos nas páginas escritas os reflexos da vida comunitária[105].

Questiona Onésimo Almeida (2001 / 04, p. 42):

> *"Mas ou a literatura é só fingimento ou há uma ligação profunda* (obviamente nem sempre coincidente) *entre as vozes dos narradores da ficção de MG, do poeta e de* JMG *himself*." Tzvetan Todorov mesmo dizia que "*uma leitura ingênua dos livros de ficção confunde personagens e pessoas vivas*" (Mourão-Ferreira, 1976: 89).

Carlos Ventura (2001 / 04:190), ao lembrar o primeiro encontro com JMG, em Lisboa, aponta os possíveis riscos que se pode incorrer na procura de "*homologias, entre a produção de um autor e a personalidade do homem*" que escreve.

No caso de Martins Garcia diz ser possível encontrar muito da voz docente coincidindo com o cerne, por exemplo, de *Linguagem e Criação* (1973). E eu digo que muitos pensamentos do ensaísta estão revelados sob forma "quase teórica" em *(quase) teóricos e malditos* (1999).

O fato de JMG afirmar que os seus livros vão se fazendo, sem um plano estruturado, é conceito conhecido das pessoas que com o professor tiveram o privilégio de dialogar sobre o processo literário de criação.

A mim, por diversas vezes, ele confessou construir suas obras passo a passo, sem esquemas a cumprir, a escrita fluindo ao sabor da memória. Muitas vezes, ouvi-lhe dizer que o "texto *quis ser* assim e eu não pude contrariá-lo",

[105] "As marcas da vida do sujeito empírico, dissimuladas pelo artifício de que dispõe a literatura, procuram evidenciar-se, sem que, no entanto, cheguem a impor a sua soberania. Contudo, elas lá estão, interferindo na escrita, deixando impressas as vivências do criador" (Duarte, 2001/04:109). E na mesma linha, o parecer de Rui Dores (1987: 4): "a ficção de Martins Garcia situa-se entre uma dimensão da vida vivida e uma dimensão da vida recreada. O que prova, pelo menos, que o ofício de escrever é indissociável do ofício de viver" (Idem: 125)

justificativa que deixou registrada em seu último livro no capítulo "Uma aposta em três postas" (1999:61) em que se refere à POLIFONIA (destaque do autor[106]), recurso amplamente utilizado no romance *Imitação da Morte* (1982).

"Eu também fui revolucionário... ´Eu também escrevi cartas de amor'..." Assim começa JMG um dos parágrafos do capítulo "Sobre Crítica Literária", da sua última publicação em vida, o *(quase) teóricos e malditos* (1999:27), a lembrar Allain Robbe Grillet (a destruir a 'alma' da burguesia) e Fernando Pessoa, (talvez mais para justificar a sua incapacidade revolucionária do que pelas cartas de amor de Fernando a Ofélia).[107]

Mas, pelo sim, pelo não, achei aí o argumento, o filão que me levaria a desenvolver estas páginas, cujo objetivo único é o de revelar o caráter digno, leal e compreensivelmente humano, de um açoriano torturado pela distância, pelo isolamento voluntário a que se dispunha e, segundo o seu sentir, pela falta de reconhecimento público à arte do seu trabalho literário[108].

Um homem que, durante a minha permanência em Portugal como sua orientanda, soube conservar-se ao leme do processo que me levaria ao doutorado. Ao cabo da árdua tarefa oficial, quando eu já retornava à minha pátria, tornamo-nos grandes amigos, a ponto de confiar-me alguns dos seus segredos, que, sabia ele, sei eu, iriam ser revelados com o tempo. Por isso, sinto-me à vontade, já que a mim pertencem, por doação do autor e autorização expressa da destinatária, dar a público algumas das cartas assinadas por JMG, no período que vai de novembro de 1992 a outubro de 1998.

Fernanda Leitão, no artigo "O meu Amigo da Criação Velha" (Açoriano Oriental, 7 / 12 / 02:16), poucos dias após o falecimento de JMG, ao exaltar-lhe a coragem política de outrora, refere-se ao depauperamento físico em que encontrou o amigo, dezoito meses antes do seu falecimento: a "*palidez, os olhos inundados de amargura, a linha dos ombros a gritar desamparo. Como se tivessem passado sobre ele 30 anos de trabalhos forçados*".

E indaga, deduzindo: "*Que tratos de polé teria sofrido o artista, homem de superior inteligência e retidão de caráter, sabe Deus a que mediocridade teve de obedecer em silêncio*". E a solidão, sabemos nós, rondou a sua alma, principalmente nos últimos anos de sua existência.

Assim é que lendo algumas das suas cartas particulares, fortalece-se a impressão e a (quase) certeza do seu imenso esforço em continuar em Ponta Delgada em razão dos abalos emocionais sofridos na década de noventa, da debilitação física que lhe foi corroendo a capacidade de escrita, do isolamento a que se permitia, da alma em sobressalto por razões muito pessoais.

A primeira carta é datada de 4 de novembro de 1992, e aqui a transcrevo com o sublinhado e as caixas altas do autor, suprimindo apenas o nome próprio da destinatária, em respeito à memória de JMG, que a todo custo manteve, por muito tempo, esse relacionamento em segredo.

> *Minha querida; meu Amor [...] – só no fim reparei que só te chamei de meu Amor)*
>
> *As duas páginas lamurientas que te escrevi – e destruí – estavam datadas de 1 e 2 do corrente. Ontem, 3, após um dia de imensa angústia, ouvi a tua voz. "Deus te proteja!", também to digo. Lembras-te do dia de agosto em que formulaste este mesmo voto?... Há quanto tempo, meu Amor!*
>
> *O que torna tão difícil o ato de escrever-te resulta certamente da inquietação que me atormenta de maneira contínua. Queria enviar-te umas palavras onde houvesse algo belo... e não consigo, não vou conseguir. E, contudo, eu recordo momentos belos cujo centro és tu. Mas agora, dada a tua ausência, tudo parece irreal, amargo, sonho desmentido por um despertar cruel, frio, solitário – talvez como o tempo e as pessoas que me rodeiam.*
>
> *E é isto. Recaio no mesmo estilo. Para ser coerente, deveria destruir estas linhas. Mas, então, nunca te enviaria uma única carta. Tenho o espírito desmantelado, o coração... Ah, o coração! Que é que posso dizer dele?...*

[106] [...] "POLIFONIA (caixa alta quer dizer que não é o que julgam...)." (Garcia, 1999: 61).
[107] Ver Mourão-Ferreira, 1978.
[108] Onésimo Almeida (2001/04: 35) confirma: (Martins Garcia queixava-se do silêncio a que o votavam, a ele e a seus livros).

Há uma semana ainda aqui estavas. Gostaria de dar-te algum ânimo porque sei que vives momentos atribulados. E no entanto só sei queixar-me porque não te tenho junto de mim. Creio que ultrapassei o Amor e que estou apaixonado. Ou tonto de todo. Os apaixonados não serão egoístas, ao contrário dos amorosos? Eu, apaixonado, volto-me para o meu sofrimento.

Quero dizer: volto-me principalmente para o sofrimento causado pela tua falta. E acho que pratico uma terrível injustiça, porque afinal o meu amor por ti te coloca acima (deveria colocar acima) dos problemas da minha vida íntima. Ou será que não consigo fugir ao paradoxo? Ou será que não digo, de perturbado, coisa com coisa?

O teu rosto, as tuas mãos... As águas, a luz, as ondas (sete?), a rosa... Mas quando foi tudo isso?... Sinto doer o coração. Sinto os olhos teimosamente húmidos. Em vez de reter a beleza das recordações... Lá estou a bater na mesma tecla!

Meu Amor! Afinal é o que gosto de exclamar: meu Amor! Sei que, por mais ruas que percorra, não há agora um acaso que me faça cruzar contigo.

Por favor, perdoa este tom. Gostaria tanto de imaginar o teu regresso. Tenho esperança, mas não tenho imaginação para tanto. É horroroso o quase nada das nossas duas vidas!

Queria falar-te de tanta coisa... Mas – agora reparo! – há uma espécie de "censura" a impedir-me as palavras que te queria dedicar. Ou então amo-te demais: um sentimento tão grande e profundo (e tão "acorrentado" ao longo de tanto tempo) não cabe na escrita. Não se conforma com a tua ausência.

Tenho de dizer-te: AMO-TE, AMO-TE, AMO-TE... Tenho de dizer-te que não imagino o futuro longe de ti. Beijo-te as mãos, os olhos, os lábios, beijo-te. Quero-te. E tanto que o próprio querer (ou desejar) também se enovela em sofrimento.

Um abraço. Mil beijos. Imensa saudade.

Como assinar? José? → MA?

NÃO VOU DESTRUIR. VOU PÔR NO CORREIO PARA [...]

Escolhi entre as cartas que seguem uma sequência cronológica.
Esta é de 15 de agosto de 1993:

Domingo, 15 de agosto de 1993.

Minha Querida, meu Amor:

Na última sexta-feira era enorme a minha angústia. Por isso telefonei. Ontem o teu telefonema, se por um lado me trouxe a tua voz, não pôde dissipar a minha ansiedade. Vivo (?) em saudade angustiada. E os dias de julho e agosto em que me deste a tua presença contraem-se agora numa espécie de momento, um clarão breve.

Neste estado de espírito, pesa muito, sem dúvida, a inquietação resultante da tua presente situação. Mas há outra coisa aflitiva, a um nível mais egoísta: esta ilha sem ti, é dum imenso tédio. Ontem, sol, Hoje, nuvens. É igual. Os dias, contigo, voam. Sem ti, os dias voltaram a ser imensos. Regressei a esta "penitência" de lutar (?) contra o tempo. Lutar?... Não sei o que digo. Sinto o peso do tempo, físico, implacável. O relógio, o relógio... As pedras de Ponta Delgada. A cidade deserta. O horror destes fins de semana!... Seria tão bom abraçar-te, ou saber pelo menos que poderias surgir algures, por uns instantes... Nada! Vou deter esta triste prosa. Intervalo... O que esta palavra me lembra! Tenho de parar.

15h, 30 min do mesmo dia

Almoçar no "Sagres", naquela mesinha, sem ter à minha frente os teus olhos, os teus lábios, o teu rosto, o teu ser... Quando nos re-encontrarmos, estarei feito outra vez pele e osso, que a comida não passa na garganta. E começo a reinventar fugas... Por exemplo, tomar Lorenin para enganar o tempo até sabe Deus quando. Ou então: marcar passagem para fugir a isto, nem que seja por dois ou três dias. Será que mais alguém nota o pavor desta ilha condenada? Ou sou eu, "doente", a não poder viver sem ti? Amo-te tanto, tanto, que me parece nunca ter amado outra...

22h do mesmo dia

Meu Amor:

Amo-te duma forma que, infelizmente, só posso classificar de desesperada. Pensava não tornar a inscrever no TEMPO expressões tão desanimadoras, mas o presságio invade-me e pode mais que a minha vontade. Vontade?... Em mim, uma contradição: débil, raivosa, mole e tensa. Quereria resolver tudo num instante em que as minhas mãos te

arrebatassem à distância geográfica que nos mata e do passado que nos sufoca. Peço-te que me ajudes, a esta hora, a lutar contra o Mal que nos persegue...

Amo-te, amo-te, amo-te, amo-te, meu Amor, minha Vida, minha Ressurreição, meu Amor doce com fundo de TÍLIAS e muito MAR... Será que gosto desta sílaba de cativeiro?... Quem me dera poder pintar, desenhar, desleixar estes pobres vocábulos... Sofro! Imenso! Nunca imaginei sofrer assim por uma separação! Oxalá isto signifique alguma coisa boa no futuro! Amo-te, quero beijar-te as mãos, os pés, a alma! Quero-te ! E não posso continuar...

Mas continuo alguns minutos depois. Lembro-te com tanta intensidade que me faz doer. Há neste sentimento qualquer coisa que tenho de moderar. Há um sabor de fim em cada uma das nossas despedidas. Claro que é um fim. Claro também que a esperança não nos traiu. Mas, meu Amor, há sempre tanto tempo, tanta lonjura entre nós! Perdoa! Eu resistirei! Peço-te que resistas. Peço-te por tudo quanto creias que resistas! BEIJO-TE. Amanhã continuo.

Nessa mesma época José Martins Garcia escreveu numa folha A4, comum, branca:

No momento em que sinto que a vida passou / Sobre mim como onda que não pude beber / No momento em que o excesso abortou / Na minha pobre e podre poesia de nada obter / No momento em que me ferem feitas apenas dor / As estrelas do Sul e uma gaivota saída destes penedos / No momento em que até o Verbo me abandonou / Para me deixar nuvens de vertigens várias e segredos / De corpos mal cumpridos no contato do sonho

Mulher / Tu que foste minha amante e minha mãe / E minha filha nos beijos com que te cerquei / Tu que vieste sem culpa (que eu te não chamei) / E voltaste a ser virgem nos meus braços viajeiros

Mulher / Escuta / Faz-me chegar ao coração vencido / O perdão que uma só vez na vida / Se concede (quando a alma é grande / Para o conceder) / Perdoa-me e escuta o sangue tão culpado e vil / Que em mim bate por ti / (Por mais ninguém)[109]

Difícil é escolher, dentre tantas afirmações e confirmações do depauperamento de JMG, os excertos mais significativos. A evolução progressiva para um fim próximo evidencia-se. A letra torna-se diferente, as ideias desconexas, o esforço da rememoração agiganta-se. E, aqui, a consciência de que também estou chegando ao fim (deste texto), igualmente me angustia.

Mas, vamos lá:

Ano de 1994, 8 de julho:

Faz hoje precisamente dois anos que, em Lisboa, sozinho, fugindo a não sei quê fantasmas. Falei muito comigo mesmo, tentando tomar precauções para me defender duma grande angústia. Fui falando comigo mesmo, sempre só, ao longo do dia, ao longo da noite. Creio que regressei no dia seguinte a Ponta Delgada. Parece-me que então compreendi que fugir da ilha não me tinha ajudado a resolver coisa nenhuma. O problema viajava comigo, a angústia estava por dentro; não havia fuga de mim para nenhum lugar. Desculpa, meu Amor – beijo-te as mãos! – [...] Às vezes, tenho a impressão, de que o perpassar do tempo é uma coisa descontínua. O passado volta – mentalmente, só isso! – com uma intensidade angustiante. Saio da angústia como que impelido por alguma grande força. Recaio depois na angústia, noutra angústia, noutra angústia, com todos os sintomas da depressão. Uma enorme inércia. Uma vontade de ficar deitado, sem projetos, sem rumo, morto-vivo à espera do fim. Depois, revolto-me, reajo...e assim sucessivamente.

8 de setembro de 1994:

Depois da tua voz vem a consciência aguda de que me faltou o teu ombro, a tua mão, o teu calor, o teu cheiro. Sob o pouco de azul que este dia me oferta, outra ausência se sobrepõe à presente ausência e torno a ligar-te para Lisboa e mando-te música pelo telefone... Lembras-te?

[109] Publicado em *1ª Antologia Poética.* Florianópolis, Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, 1966: 34, juntamente com mais três poemas inéditos em Portugal: "The Legend of Cutty Sark" (O fim silenciado) - escrito num café de Ponta Delgada; O poeta (diz-se) palpa o lado palpável do signo – escrito em Estoril, em 1993 – e um poema sem título, escrito nos Mosteiros, Açores, em 1994, cujo primeiro verso é "Era a terra de verde permanente".

[...] É igualmente certo que os "últimos" dias sempre os sinto como catástrofe, Junto ao mar, à lagoa, num aeroporto, sobre a berma dum passeio.

Aeronave. Encontro muito antigo / Devolvido a minutos de altitude / Inigualável. E o primeiro rito / Comentário carnal e clandestino. / Areias e palmeiras e o teu corpo

Na alcatifa repleta de infinito / Desejo. Hora aérea no teu rosto. Conta-gotas suspenso. Nosso o ardor.

Súbito a brecha. Algures o luar / Reacendia a contagem do interdito / Tempo nosso. E em lugar da aeronave / Quatro paredes de noturno espaço.

[...] Beijo-te mil vezes. Torno a dizer-te que foste o mais carinhoso dos seres que conheci na minha vida. Quero beijar-te os olhos. Sinto-me de novo tão triste. Apagado, obrigado a circular como um autômato. Gostaria de falar de fé e esperança. Talvez amanhã. Amo-te. Amo-te...

21 de abril de 1995:

Meu doce Amor: Apenas um murmúrio de saudade. Recebi a tua carta, abafou-a uma nuvem, passei mal dois ou três dias. [...] Além disso, que é quase uma doença, vivo (?) tenso, coma sensação de muitas feras de dentes à mostra, todas dispostas circularmente à minha volta. Meu doce Amor, és tão de céu e mar e sol e beleza! Precisamente o que não me pode se consentido. Se te disser que me dilacero, não vais acreditar, nem sequer aprovar. [...] Não ouso implorar perdão, Nada faz sentido nas minhas palavras. Eu estou enredado por algo que não consigo decifrar. E continuaria um lamento com muitos "sês". Não, não pode ser. Beijo-te as mãos, dou-te a minha alma.

Em 21 de julho de 1995:

[...] Acredites ou não, o facto de hoje se oficializar o novo Reitor causa-me um enorme mal-estar, uma dor. É assim uma espécie de "fim de ciclo" Pergunto-me o que aconteceu, o que fui, o que fiz, o que foi aquela minha vice-reitoria (um ano e poucos meses), as circunstâncias que lhe marcam o fim. [...] Devem existir momentos em que, sem razão nenhuma, uma pessoa sente que está 'embarcando' numa grande infelicidade.

[...] nunca mais escrevi uma obra... Obra?... Nunca mais escrevi um texto que valha a pena. Talvez se salve algum fragmento. Fragmentos... às vezes tenho a impressão de ser só fragmentos. Um resto. Um resto. Claro que o meu mundo onírico é de fragmentos. Repete-se a tua despedida, é sempre outubro. O cenário é que varia. As personagens também. É angústia, é culpa, é dor.

Bem mais tarde, em 20 de fevereiro de 1997:

O meu tempo de escrita pessoal está quase reduzido a zero. O que se passa na Univ. dos Açores obriga-me a um desgaste imenso. [...] Assim, tendo recebido a tua mensagem de Ano Novo (que me confrangeu – o remorso, o pesar, a desventura...) e, ontem, o fax referente ao meu aniversário, respondo, só agora, com gratidão angustiada, com um afeto indefinível e com a perturbação inerente à mudança de habitação, a que sou obrigado [...] Perdi um 'teto', perdi os meus livros... Vou sobreviver, talvez... [...] E sinto-me cansado, desalentado com a memória a perseguir-me (na vigília e no sono). Não te esqueço; não vejo nenhuma luz que nos envolva. [...] Um beijo. Uma saudade... Um cerco de sombra permanente. Rezar?! – Oh Deus! Um beijo.

Quase dez meses depois, em 27 de novembro de 1997:

Acabo de receber a tua carta. Um solavanco na minha (parcial) apatia. Escrevo 'apatia', muito subjetivamente, quando afinal o diagnóstico da psiquiatra diz 'depressão reativa' – do mesmo tipo de moléstia de que fui vítima na Guiné-Bissau nos meus tempos de militar. Custa crer! Quase trinta anos depois!... Mas sinto agora uma enorme vontade de viver. Contigo. Falas de Fé; eu acrescento ESPERANÇA. Às vezes, julgo que os meus últimos anos foram passados em pavoroso absurdo, um desgaste estúpido, um sonho mau. [...] Cumpri as determinações médicas escrupulosamente. Sinto-me mais forte, mas incapaz de escrever ficção. (Tinha entre mãos dois capítulos de um romance, que têm de aguardar...) Fui aconselhado a escrever, mesmo que

tudo me desagradasse depois. Assim fiz: rabiscos sem importância. Mas – imagina! Há dois ou três dias planeei uma crônica humorística. Escrevi uma páginas apenas, meditei no que faltava (umas seis ou sete páginas) e senti-me muito cansado. Ainda não!

[...] Sabes que, ao imaginar a normalização da minha vida, me parece renascer?... Aulas de novo (antes isso que a inércia psíquica), livros, tu... Será possível, meu Deus?

Quero-te junto a mim. Quero tornar a olhar, contigo, junto de mim, os 'nossos' lugares, o 'nosso' mundo. Quero que me olhes e sorrias sem ressentimentos... Não será exigir de mais?[...]

Desculpa a minha letra. Deves achar diferenças. Resultado dos medicamentos? Resultado da profunda emoção que a tua carta me trouxe? Cansaço ainda?...

Peço-te que creias no meu amor. Com infinita saudade e um milhão de beijos, o teu [e assina].

Numa outra carta, assinada em outubro de 1988, JMG escreve um trecho a caneta com tinta azul, outro a lápis e, novamente a caneta:

Aceita, por favor, esta desorganização do que não posso exprimir corretamente. [...] (que horror, o que se passa aqui, neste 10 de outubro de 1998! A humidade é tanta que as mãos sujam o papel e a esferográfica não quer deslizar. Dizem que caminhamos para o FIM EM ESTUFA... Gostaria de ver-te antes do FIM...) Gostaria de restituir-te a imagem de há dez anos (vou tentar usar um lápis): a imagem da menina de caracóis louros [...] em Ponta Delgada. Sempre disse que não gostava desse penteado. Inconscientemente andei a mentir-te. É dessa imagem que guardo, sem o ter sabido, uma SAUDADE, saudade, saudade, Saudade, que me leva a não saber mais nada de palavras [fim do parágrafo com traços que parecem ter sido grafados com a mão a cair pesadamente sobre o papel].

Num trecho mais adiante: "*SEMPRE QUE MAIS PRÓXIMO ME SENTIA DE TI, TU PARTIAS... E SABES – agora, deves saber! – COMO É A DOR DA SOLIDÃO? Convive-se, dorme-se... por solidão, não é? É um deserto, sem ser bem deserto, esse horror chamado solidão*!" E conclui, páginas adiante: "*Santo Deus! Há muito anos que não escrevia (sem obrigação 'académica') tantas páginas ... assim... assim. Mas desabituei-me. No fundo, já não sei quem ÉS. Seria melhor pensar se QUEM SOU ainda faz sentido*".

Na última página da mesma carta, refere-se a um telefonema recebido seis meses antes:

"*Que horror de telefonema, de madrugada, eu em Lisboa... E que vontade de não CRER em mais nada! Quase uma vontade de autodestruição! E foi o que fiz! E foi o que viria a ser o meu caminho de amargura! Tanta Amargura, tanta*!"

E termina: "*Agora não posso escrever mais. Há uma revolta contra não sei quê, contra mim certamente. Fiz da vida uma coisa sem conteúdo, sem sentido, sem perdão... Alguém me escutará? [...] Queria exprimir tanta ternura, esperar por perdão; sentir... O quê? Que não estamos mortos? Que vais pensar DISTO? Não penses Mal*!"

No final da carta um X, marcado com linhas trêmulas, como se realmente ali alguém que não o poeta-professor devesse assinar. Quem? O homem? O amante? O poeta-fingidor? Não, não tenho resposta.

E na data referida ao telefonema "maldito" (30 / 10 / 1996), em outro envelope para a mesma destinatária, duas páginas em papel-cartão amarelo, com timbre do Hotel Dom Carlos, de Lisboa. Uma página:

Todo o vivido é irreversível. E mais intensamente irreversível quando mitificado. Tu és um ser recortado naquele tempo, que abrange vários tempos e lugares. Tu sabes a diferença que marcou os teus dois regressos. A ternura e a gratidão são indestrutíveis em mim. A vida problematiza o prolongamento. Que destino? Rezo sempre, cada vem com menor convicção. Um abraço. Um beijo.

Na outra página, depois da invocação, um poema:

Nem o mínimo deus a menor gota
De bálsamo ou da fórmula sancionada
Legitimam o espanto da memória

Acordada em acorde repentino
A meio da noite onde

A lisura dum lago determina
Um círculo de mar que falsamente
Quebra nas cristas de invernia
Remetidas ao bojo de outro tempo
A nódoa viva da espera

Que era de lodaçal impresso numa aresta
Bico de garça ou nome passageiro
Proa matriculada no sargaço
Farol exausto sem sol que mesmo assim
Nublado indicativo prometia

Talvez carta mais tarde talvez núpcia
Entre um olhar insaciado e crédulo
E o sonho de água Límpida
Ido e retornado dedos
Modulando na ausência todos os possíveis

Talvez tenha sido esse o último poema do grande escritor açoriano.

Pelo que sei dessa história, o escritor e a destinatária se re-encontraram em Lisboa, alguns anos depois. JMG disse que ainda a amava e que não passou dia desde a última despedida em que não houvesse pensado nela. Abraçaram-se. Ele chorou. Ela também. Ambos seguiram o seu destino.

Encontrei-me, pela última vez com o Prof. Doutor JMG, em Ponta Delgada, em março de 2002. Surpreso, ele me disse, com os olhos marejados de lágrimas, quase fechados, dando a impressão que assim me veria melhor, e em tom de queixa: "*não consigo mais escrever. Não escrevo mais*". Indagou por que vinha eu falar de paz num tempo de guerra.

Deixou que eu percebesse uma aliança no seu anular esquerdo. Últimas palavras que dele ouvi: *"Escreve-me!"*

Não escrevi. Oito meses mais tarde, exatamente sete dias antes do meu retorno aos Açores, falecia o grande poeta e escritor açoriano, meu grande Mestre e Amigo. Dele, a luz da escrita permanece, fazendo da Literatura Açoriana um marco da universalidade embebida nos traços da açorianidade atlântica.

Aqui ainda permanecem "hortênsias no colo das ilhas" a simbolizarem os seus poetas e a gente dos Açores.

Pudesse eu, dizer a JMG, o que já disse Armando Cortes Rodrigues, numa última homenagem prestada à ("Ode à) *Solidão:*

> *Homem! Sacode o pó do teu caminho / Serena a dor que tens nos olhos teus, / E humilde e confiante e pobrezinho, Regressa à Solidão, regressa a Deus.*[110]

Com certeza, JMG voltou. Está em Deus. Assim espero.

Referências Bibliográficas:

Almeida, Onésimo (2001 / 04) "Coração Despedaçado a *Morrer Devagar*' Da experiência americana de José Martins Garcia". In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores, 29-45.

ARQUIPÉLAGO (2001 / 04) Línguas e Literaturas. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores.

Dores, Victor Rui (1987). "*Contos Infernais* ou a efabulação do poder". In Signo. Jornal de Letras e Artes, 16, 4.

Duarte, Noélia (2001 / 04) "David Mourão-Ferreira e José Martins Garcia: o 'ofício de escreviver". In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores, 109-131.

Mourão-Ferreira, David (1978) *Cartas de Amor de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática.

Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa (1984) Lisboa: Instituto Português do Livro.

Pires, A. Machado (2001 / 04) "José Martins Garcia um 'intelectual em estado puro". In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores: 171-177.

34. WALCIR CARDOSO

35. MARIA GETTY CONTENTE, UNIVERSIDADE Concordia

O APAGAMENTO DO (U) DE FINAL DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS FAIALENSE: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA,

[110] *Canção da Vida Vivida* (1991).

MARIA GETTY CONTENTE E WALCIR CARDOSO, CONCORDIA UNIVERSITY, CANADÁ

Utilizando metodologia sociolinguística laboviana para a coleta de dados e análise, este trabalho examina o fenômeno variável do apagamento do (u) de final de palavras (por exemplo, gat / u / => gat[ ] 'gato') na variedade de português falada nas regiões Horta- Feteira-Capelo no arquipélago dos Açores. Em termos labovianos, esta variável linguística é considerada um marcador (Labov, 1972) e, como tal, portadora em potencial de informação social (Silva, 2005; Bulhões & Cardoso, 2007).

Neste estudo, falantes nativos do português faialense (PF), imigrantes em Montreal (Canadá), completaram uma série de entrevistas gravadas em áudio, seguindo protocolos sociolinguísticos padrões no intuito de obter-se uma hierarquia estilística de fala variável. As entrevistas incluíram listas de palavras e frases lidas em voz alta, nomeação de imagens, e uma conversa informal com um dos investigadores, um falante nativo de PF.

Os resultados estatísticos (via Goldvarb X) indicam que falantes de PF apagam mais frequentemente a variável (u) quando engajados em entrevistas menos formais (por exemplo, em conversas com o investigador), semelhante ao que se atesta na literatura sociolinguística para fenômenos estigmatizados. Surpreendentemente, os resultados também indicam que o gênero do falante desempenha um papel significante no fenômeno variável sob investigação: As mulheres apresentam uma tendência para apagamento maior do que os homens, um exemplo mais comumente encontrado em fenômenos em que a forma inovadora (o apagamento do / u /) é a variante mais prestigiosa (por exemplo, Smith, 1979; Coates, 1993). No contexto dos falantes de PF vivendo em Montreal, nós interpretamos estes resultados como indicação de que as mulheres, em contexto de diáspora, mantêm uma afiliação de grupo à língua materna maior do que os participantes do sexo masculino.

1. Introdução

Este estudo oferece uma análise sociolinguística variacionista (laboviana) para examinar o apagamento variável do (u) de final de palavras em sílabas átonas (ilustrado em (1)) na variedade de português falada no arquipélago dos Açores nas regiões Horta-Feteira-Capelo. A esta variedade de português nos referiremos como "português faialense (PF)".

(1) Apagamento do (u) no PF:

gat / u /	→	gat[ ]	'gato'
bol / u /	→	bol[ ]	'bolo'

Em termos labovianos, esta variável linguística é considerada um marcador (Labov, 1972) e, como tal, portadora em potencial de informação social (por exemplo, Silva, 2005; Bulhões & Cardoso, 2007). Para investigar os fatores que influenciam o fenômeno de apagamento do (u), incluímos neste estudo uma série de fatores extralinguísticos (por exemplo, estilo e gênero do falante) e linguísticos (ambiente fonológico seguinte à variável sob investigação). Este estudo relata a produção oral de três falantes nativos de português faialense vivendo em Montreal em situação de diáspora, de grupos de idades diferentes, e de formação acadêmica distintas.

Os dados desta pesquisa provêm de entrevistas gravadas segundo metodologia e protocolos sociolinguísticos padrões no intuito de obter-se uma hierarquia estilística de fala variável. As entrevistas incluíram tarefas que de níveis estilísticos formais (por exemplo, leitura de palavras e frases) e informais (por exemplo, conversas informais onde pouca atenção era dedicada à produção de fala). O entrevistador era falante nativo de PF e é o autor principal deste estudo.

O restante deste artigo é composto de cinco partes. Na seção seguinte, procederemos a uma breve discussão sobre os estudos prévios sobre o apagamento do [u] como marcador social, onde listaremos os fatores sociais e linguísticos que serão considerados no nosso estudo, e onde também exporemos os questionamentos e hipóteses. A terceira seção dedica-se à metodologia, onde discute-se as tarefas de coleta de dados e os participantes. A quarta seção apresenta e discute os resultados estatísticos e qualitativos do estudo. Finalmente, a seção intitulada "Conclusões" apresenta os nossos comentários finais e recomendações para estudos futuros.

2. O apagamento de vogais no português: Estudos prévios e fatores relevantes

Embora haja ainda uma escassez de estudos sobre o apagamento do (u) na variedade de português falado nos Açores, parece haver um consenso entre investigadores sobre o apagamento de vogais em geral no português europeu (PE): Observações referentes ao apagamento e à elisão da vogal no português, por exemplo, podem ser encontradas em Mateus (1982) e Silva (1998).

O fenômeno de apagamento do (u) deve-se primeiramente ao enfraquecimento de sílabas não-acentuadas no PE e na maioria de seus dialetos, exceto a que é falada no Brasil. Essa é uma das caraterísticas das línguas classificadas como "stress-timed", onde o ritmo da fala é marcado por sílabas tônicas que ocorrem em intervalos aparentemente irregulares. Em consequência, os segmentos de sílabas atônicas, como é o caso do / u / de final de palavras, tendem a se enfraquecer. Por exemplo, a representação subjacente da variável (u) é de fato / o /, que se enfraquece e, como resultado, é realizada foneticamente como [u]. Nas variedades do português falado nos Açores, esse enfraquecimento é ainda submetido a outros fenômenos fonéticos: O apagamento total (mas variável) da vogal ou o seu ensurdecimento.

Mateus & D'Andrade (2000) notam que certos domínios prosódicos, tais como o domínio da palavra, produzem um número mais elevado de apagamento do (u) do que a de outras vogais do português. Silva (1997) focaliza também nos fatores prosódicos que são favoráveis ao apagamento de vogais no português faialense. Utiliza, por exemplo, a frase "as mulheres de Coimbra, cantavam um fado" para ilustrar a hipótese de que o apagamento tende a ocorrer principalmente à margem direita da enunciação fonológica, especialmente quando a vogal em questão é / a / ou / o / (por exemplo, Coimbra e fado). Na mesma linha de investigação, Silva (1998) oferece uma explicação detalhada sobre o apagamento variável de vogais no PF. Informa-nos que, ao contrário da redução da vogal, o seu apagamento é um processo variável. Seu raciocínio é baseado no princípio de que o português açoriano tem um processo de redução de vogais que é categórico, aplicando-se no domínio da palavra fonológica.

Baseado nas pesquisas de Silva (1997,1998) e influenciados pelos trabalhos mencionados acima e outros da literatura sociolinguística, incluímos os seguintes fatores linguísticos e extralinguísticos na análise do apagamento variável do (u) no PF:

(1) Contexto fonológico seguinte à variável (u). Vários estudos comprovam que o contexto fonológico é relevante para a produção de certos segmentos (por exemplo, Silva, 1998; Cardoso, 1999; e Cardoso & Bulhões, 2006). Para este estudo, incluímos três ambientes fonológicos seguintes: Vogal, Consoante, e Pausa. A lógica por traz da inclusão destes contextos se baseia no fato de que, se a vogal [u] é acompanhada de uma outra vogal, seria mais provável o seu apagamento porque a forma resultante constituir-se-ia de uma sequência não marcada CV (por ex. "fa.d / u / . ótimo" → "fa.dó.timo"; onde um ponto "." indica domínios silábicos). Se a mesma vogal for acompanhada de uma pausa ou consoante, a nossa previsão é a de que a vogal seria mais provável de ser apagada porque a forma resultante, uma sílaba de formato CVC, seria mais marcada do ponto de vista silábico (por ex. "fa.d / u / . triste" → "fad . tris.te").

(2) Nível de formalidade, dividido entre várias tarefas de elicitação de dados com o intuito de coletar o maior número possível de dados variáveis. Porque constatou-se que a diferença entre essas quatro tarefas era de natureza dual (Formal: Leitura de palavras e texto; Informal: fala oral espontânea), estas tarefas foram mais tarde reagrupadas em dois níveis estilísticos gerais: Formal e Informal. A literatura sociolinguista é repleta de estudo que reportam o efeito de estilo ou registro em processos variáveis, o qual já foi documentado em estudos sobre o português faialense (Silva, 1998), no qual tarefas menos formais eram mais propensas a conterem maiores ocorrências de apagamento de vogais. Para detalhes sobre esses efeitos, sugerimos a leitura de Labov (1972) e a de vários outros estudos sociolinguistas e variacionistas.

(3) Gênero do falante: Masculino ou Feminino, um fator que está diretamente ligado ao grupo de participantes, visto que cada participante pertence a um dos dois grupos relacionados a gênero. A inclusão deste grupo de fatores cabe às observações e aos estudos sociolinguísticos que atestam que, em geral, participantes do sexo

feminino tendem a utilizar formas prestigiosas mais frequentemente do que membros do sexo masculino (por exemplo, Smith, 1979; Coates, 1993). A nossa hipótese é de que o mesmo padrão seja observado no apagamento do (u) no PF e, consequentemente, o participante de sexo masculino se sobressaia na sua produção oral.

Devido ao fato de Silva (1998) não ter encontrado nenhuma correlação entre a idade e a propensidade para o apagamento de vogais átonas em português, não consideramos a priori o efeito que a idade dos participantes pudesse ter no apagamento do (u). No entanto, podemos facilmente avaliar o seu efeito neste trabalho, visto que cada participante está diretamente relacionado a uma idade e, consequentemente, a um grupo de gênero: Participante 1 = 16 anos, feminino; Participante 2 = 75 anos, masculino; e Participante 3 = 73 anos, feminino). Com respeito ao fator idade, e baseado na hipótese de que o fenômeno de apagamento sob investigação seja um processo variável de mudança em progresso em tempo aparente ("apparent time" em termos Labovianos; Labov 1972), especulamos que a falante de 16 anos se sobressaia no fenômeno, assim indicando que o apagamento seja um processo de mudança em progresso.

Os estudos e discussões reportados acima nos levam aos seguintes questionamentos:

(1) Qual é o efeito do contexto fonológico no processo variável do apagamento do (u)?

(2) Como é o apagamento representado na fala dos três participantes, dos dois gêneros, e das duas faixas etárias incluídas?

(3) Qual o efeito de estilo (ou atenção prestada à fala) no fenômeno sob investigação?

3. Metodologia

A coleta de dados foi realizada em Montreal, Québec (Canadá), envolvendo três falantes nativos de PF. Participante 1 (feminino, 16 anos) nasceu em Montreal, e fala PF desde o seu nascimento com familiares e membros da comunidade açoriana em Montreal e, por isso, é considerada como falante nativa da variedade sob investigação. Participante 2 (masculino, 75 anos) nasceu e criou-se em Feteira até imigrar para Montreal na década 70. Por último, Participante 3 (feminino, 73 anos) nasceu no Capelo e imigrou para Montreal aos 33 anos de idade. Dos três participantes, Participante 3 é a única que fala exclusivamente PF.

Os dados para esta pesquisa foram coletados nas residências dos participantes e, tanto quanto possível, tentamos minimizar os efeitos do "paradoxo do observador". As entrevistas, que duraram aproximadamente uma hora e meia por participante, foram gravadas usando um gravador de áudio portátil, as quais foram depois transferidas para um computador para transcrição e codificação de tokens para subsequentes análises estatísticas. Para a análise, utilizou-se os seguintes grupos e fatores: (1) Variáveis dependentes (Apagamento do (u), Forma padrão contendo o / u / subjacente); (2) Contexto fonológico seguinte (Consoante, Vogal, Pausa); (3) Estilo / nível de formalidade (Formal, Informal); e (4) Participantes / Idade / Gênero (1, 2, 3). As entrevistas codificadas como "formais" consistiam de duas tarefas: Uma envolvendo a leitura de 91 palavras terminadas em [u] átono (por ex. vas<u>o</u>, queij<u>o</u>; 24 itens irrelevantes foram incluídos para distrair a atenção dos participantes), e outra envolvendo a leitura de frases e textos contendo 35 palavras e contextos propícios ao apagamento do (u). As entrevistas "informais" consistiam também de duas tarefas: Uma envolvendo a nomeação de 45 imagens contendo itens relevantes ao fenômeno sob investigação (por ex. bolo, o numeral "5"), e uma outra tarefa que consistia em uma entrevista de estilo livre, geralmente com temas comuns do dia-a-dia como preferências, trabalho, comida, etc.

4. Análise, resultados e discussões

Na coleta de dados descrita acima, foram coletados 1.021 tokens de itens relevantes ao apagamento do (u). Para a verificação da confiabilidade na codificação dos dados, um segundo pesquisador (um especialista em língua portuguesa) foi contactado e constatou-se que 98% dos tokens estavam corretamente codificados. Somente os itens que não apresentaram dificuldade de classificação ou ambiguidade foram considerados na análise estatística.

Para a análise quantitativa dos dados, utilizou-se Goldvarb X (Sankoff, Tagliamonte & Smith, 2005), um pacote estatístico geralmente usado na análise

de fenômenos sociolinguísticos variáveis. Os resultados de uma análise através do Goldvarb contêm vários dados para análise (por exemplo, percentagem de aplicação do fenômeno, número de tokens em cada fator, peso / probabilidade, probabilidade de input, nível de significância, etc.).

Devido às limitações de espaço, seguiremos diretamente aos resultados probabilísticos (peso), a medida que prevê com maior acurácia a influência que cada fator tem no processo sob investigação.

No contexto deste estudo, valores próximos a "1" favorecem a aplicação do apagamento do (u), enquanto valores próximos a "0" devem ser interpretados como não tendo um efeito positivo em relação ao fenômeno.

Note que os resultados apresentados abaixo correspondem aos grupos selecionados na análise "binomial, up and down" do Goldvarb X, o que indica que a contribuição desses fatores no apagamento variável do (u) é estatisticamente significativa, ao nível $p < .05$. Nos resultados abaixo, para efeitos de ilustração, os resultados que favorecem o apagamento do (u) estão em negritos e em espaços sombreados.

(3) Apagamento do (u): Resultados da análise via Goldvarb X – Probabilidades

Grupos	Fatores		
Contexto fonológico	Vogal .42	Pausa .45	Consoante .56
Nível de formalidade	Formal .35	Informal .62	
Participantes (Idade, gênero)	1 (16, Fem) **.54**	2 (75, Masc) .38	3 (73, Fem) **.56**

Em geral, os resultados acima indicam que o apagamento do (u) é mais provável de ocorrer quando o contexto fonológico seguinte for uma consoante (.56), em níveis de formalidade informais (.62), e na fala de participantes do sexo feminino (.54 e .56 respetivamente para as participantes 1 e 3). Observe que das hipóteses levantadas na seção 2 acima, somente a que corresponde ao grupo nível de formalidade foi confirmada: De fato, é mais provável que os participantes apaguem o [u] átono em final de palavras quando engajados em tarefas de comunicação que requerem menos atenção à fala – nível informal (peso:.62). Como discutimos anteriormente, esses resultados se conformam a estudos prévios em que estilo ou nível de formalidade foram levados em consideração: Falantes tendem a preservar na produção mais cuidadosa os elementos mais fiéis à representação subjacente (por exemplo, Cardoso, 2003, 2007; John, 2006; Oostendorp, 1997).

Uma interpretação que podemos fazer a partir desses resultados é propor que essa tendência a diminuir a propensidade de apagamento do (u) em estilos mais formais seja um sinal de que o fenômeno ainda seja considerado estigmatizado consciente ou inconscientemente por seus falantes. Essa hipótese se conforma com a assunção de que formais mais formais requerem formas de maior "prestígio" (Cardoso 2007; John, 2006; Labov, 1966; Oostendorp, 1997, e a maioria dos estudos sociolinguísticos). O status do apagamento do (u) como estigmatizado e marcador de prestígio pode também ser constatado nos processos de hipercorreção encontrados nos dados analisados. Por exemplo, ao nomear a imagem ilustrando o objeto "anel" (neste caso, usado meramente para distrair a atenção dos participantes), Participante 1 pronunciou esta forma acompanhada de uma epêntese vocálica [u]: anel[u]. Para concluir, se o apagamento do (u) já tivesse obtido um status de prestígio dentro da comunidade açoriana em questão, não anteciparíamos diferenças significativas favorecendo seu apagamento em falas espontâneas e menos formais, como observamos nos dados analisados.

A hipótese de que os falantes do PF apagariam mais frequentemente no contexto de uma consoante ou vogal seguinte não foi confirmada. De fato, os resultados apresentados aqui nos mostram exatamente o contrário: O apagamento é mais provável de acontecer no contexto de uma consoante seguinte (peso: .56) do que nos contextos em que a vogal é acompanhada de uma pausa (.45) ou vogal (.42). Prevíamos, pelo contrário, que o ambiente de consoante e pausa seguintes gerariam o maior número de apagamentos porque a forma resultante constituir-se-ia de uma forma marcada, com uma coda fechando a sílaba. Por exemplo, o apagamento do [u] na frase "fa.d / u / ótimo" resultaria em "fa.dó.timo", no qual o apagamento gera uma sílaba não-marcada sem o encontro vocálico "u-ó" e, mais importante, sem a coda "d". O português não tem codas oclusivas e muitas de suas variedades (como o português

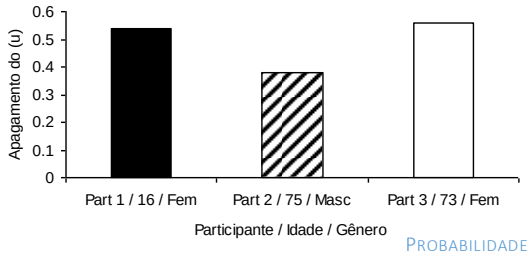
brasileiro) seguem uma tendência a evitá-las em final de palavras através do apagamento da consoante ilícita, ou através de epêntese vocálica (ver Cardoso, 1999, 2007).

Compare a forma discutida acima com a seguinte, no qual a palavra relevante é seguida de uma consoante (o mesmo raciocínio se aplica às formas cujo ambiente seguinte é uma pausa): "fad.triste". Neste exemplo, a forma em que o / u / foi apagado é fechada pela coda "d", gerando assim uma forma que é não somente marcada do ponto de vista tipológico e de aquisição (codas só são adquiridas em estágios avançados de aquisição), mas também uma forma que não é caraterística sui generis do português em geral. Uma explicação plausível para esses resultados inesperados possa talvez provir do fato de que há um número desproporcional de palavras nos três diferentes contextos fonológicos. Enquanto palavras acompanhadas de consoantes e pausas constituem 33.2% (n=339) e 49.8% (n=508) respetivamente dos dados codificados, o número de palavras com vogais seguintes é de apenas 17% (174).

Muito embora essa disparidade pareça acidental, acreditamos que isso não seja o caso neste estudo. Mesmo que fizéssemos um controle maior de contextos seguintes, é natural que o número de palavras iniciadas por vogais seja consideravelmente menor do que o de palavras iniciadas por consoantes. Uma possível explicação para essa disparidade é o fato de que há uma tendência universal para que línguas obedeçam a um padrão CV silábico no qual o primeiro elemento da sílaba é uma consoante silabificada como "onset". Esse comportamento é observado em aquisição de linguagem e em várias línguas adultas. Essa tendência ao padrão CV enfatizando onsets é comumente descrita como uma restrição que impõe a ocorrência de onsets na estrutura silábica (ver Prince & Smolensky, 2003 para uma discussão desta restrição).

É possível que esses dois fatores tenham colocado o contexto de vogal seguinte em desvantagem em relação aos outros contextos. Um detalhe mais importante ainda é o fato de que o contexto de pausa ocorre mais frequentemente no estilo mais formal da entrevista: a leitura de palavras. Se palavras em que o apagamento não tenha ocorrido são mais prováveis de ocorrer no contexto de leitura de palavras isoladas (formal), e consequentemente seguidas de pausa, é justo que o ambiente de pausa não seja considerado propenso ao apagamento. Uma alternativa para esse impasse seria a exclusão de todos os tokens com pausa como contexto fonológico. Essa alternativa, no entanto, reduziria consideravelmente o número de tokens utilizado na análise. Por limitações de espaço e tempo, exploraremos essa possibilidade numa versão futura e atualizada deste estudo. No que concerne à idade dos participantes, nossos resultados indicam que esse fato não parece afetar significativamente o apagamento da variável (u), desconfirmando assim a nossa hipótese inicial de que possivelmente o fenômeno sob investigação pudesse indicar indícios de mudança em progresso em tempo aparente ("apparent time"). Surpreendentemente, e contrário aos estudos de Silva (1998) sobre o português açoriano micaelense, a mais jovem participante (16 anos) apresenta resultados relativamente comparáveis ao da Participante 3 de 73 anos de idade, a favor do apagamento do (u). Para a facilitar a exposição dos resultados referentes aos grupos interativos de participantes / faixa etária / gênero,

ilustramos abaixo os valores estabelecidos pelo Goldvarb X:



PROBABILIDADE DE APAGAMENTO DO (U) POR PARTICIPANTE / IDADE / GÊNERO

Finalmente, passamos agora à discussão dos efeitos do fator "Gênero", intrinsecamente incluído no grupo de fatores "Participantes". Como mencionado anteriormente, os resultados estatísticos indicam que o gênero do falante desempenha um papel significante no apagamento variável do (u) no PF. Enquanto as participantes 1 and 3, ambas do sexo feminino, apresentam uma tendência para o apagamento (.54 e .56 respetivamente), participante 2 demonstra uma tendência oposta em que o apagamento é menos provável de ocorrer (.38). Estes resultados vão contra a um corolário de nossa hipótese: a de

que, em processos variáveis em que a forma inovadora não é de prestígio (como atestamos acima na discussão dos efeitos de estilo no processo de apagamento do (u)), membros do sexo feminino tendem a esquivar-se da variante com menor valor social, como constatado nos estudos de Smith (1979), Coates (1993), e Milroy (1998). Paradoxalmente, no contexto dos falantes de PF vivendo em Montreal, nós interpretamos estes resultados como indicação de que as mulheres, em contexto de diáspora, mantêm uma afiliação de grupo à língua materna maior do que os participantes do sexo masculino. Provavelmente, esses resultados são indícios da existência de uma correlação entre prática linguística e afiliação de grupo ao português faialense, cujas caraterísticas moldam as práticas sociais e linguísticas dos membros do grupo (Goffman, 1959; Eckert, 2000).

5. Conclusões

Neste trabalho, propusemos uma análise sociolinguística / variacionista preliminar para o fenômeno do apagamento variável do (u) átono de final de palavras na variedade de português falada nas regiões Horta- Feteira-Capelo no arquipélago dos Açores. Por sua natureza de fenômeno linguístico marcador de informação social, propusemos uma investigação e análise ao fenômeno levando em consideração não somente fatores linguísticos como também fatores de cunhos sociais com o intuito de desenvolver uma "linguística socialmente realística" (Wilson & Henry, 1998) ou, nas palavras de Pennington (2002), uma "fonologia real de língua" em que todos esses elementos possam interagir. Como é costumário em estudos variacionistas, este estudo incluiu várias tarefas com o objetivo de elicitar níveis variáveis e distintos de formalidade dentro de uma análise sincrônica da língua. Mais especificamente, este estudo utilizou-se de metodologia sociolinguística variacionista para responder aos questionamentos relacionadas ao efeito do contexto fonológico no processo variável do apagamento do (u), aos efeitos de gênero e faixa etária dos participantes, e ao efeito do fator estilo ou registro sobre o fenômeno.

Três falantes nativos do português faialense, imigrantes em Montreal (Canadá), participaram deste estudo sobre o apagamento do (u) variável no PF, que consistiu de quatro tarefas que foram mais tarde associadas a dois níveis de formalidade: Formal (leitura de palavras ou textos) e informal (fala espontânea). Os resultados estatísticos do Goldvarb X confirmaram a hipótese de que a frequência de apagamento do (u) aumenta como função do aumento de formalidade, semelhante ao que se atesta na literatura sociolinguística para fenômenos estigmatizados. Surpreendentemente, os resultados também indicaram que o gênero do falante desempenha um papel significante no fenômeno variável sob investigação: Membros do sexo feminino apresentaram uma tendência para o apagamento do (u) bem maior do que os do sexo masculino. Tal comportamento é paradoxal porque estudos prévios sugerem que as mulheres, em geral, lideram no uso de formas inovadores como o apagamento do (u) somente quando a variante em questão é uma forma de prestígio.

Tais resultados nos levaram a formular a hipótese de que, no contexto dos falantes do PF vivendo em Montreal, mulheres em contexto de diáspora são mais propensas a manter uma afiliação de grupo à língua materna do que os participantes do sexo masculino. Finalizamos este artigo reconhecendo as limitações de um trabalho de abrangência reduzida. Mas como diziam os navegantes de outrora: "navegar é preciso".

6. Referências

Bulhões, Elizabeth, & Cardoso, Walcir (2006) "Variable (u)-deletion in São Miguel Portuguese" in *Proceedings of the Atlantic Provinces Linguistic Association* (APLA).

Cardoso, Walcir (1999) "A quantitative analysis of word-final / r / deletion- in Brazilian Portuguese" in *Linguística Atlântica*, 21: 13- 52.

Cardoso, Walcir (2003) *Topics in the phonology of Picard*. PhD thesis, McGill University. Published by the McGill Working Papers in Linguistics.

Cardoso, Walcir (2007) "The variable development of English word-final stops by Brazilian Portuguese speakers: A stochastic optimality theoretic account" in *Language Variation and Change* 19, 1-30.

Coates, Jennifer (1993) *Women, men, and language: A sociolinguistic account of gender differences in language*, London: Longman.

Eckert, Penelope (2000) *Linguistic Variation as Social Practice: The Linguistic Construction of Social Meaning in Belten High*, Oxford: Blackwell.

Goffman, Erving (1959) *The Presentation of Self in Everyday Life*, New York: Doubleday.

John, Paul (2006) *Variable h-epenthesis in the interlanguage of francophone ESL learners*. MA thesis, Concordia University.

Labov, William (1966) *The social stratification of English in New York City*, Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.

Labov, William (1972) *Sociolinguistic Patterns,* Philadelphia, PA: University of Pennsylvania.

Labov, William (1994) *Principles of Language Change,* Cambridge: MA, Blackwell.

Lin, Yuh-Huey (2003) "Interphonology variability: Sociolinguistic factors affecting L2 simplification strategies" in *Applied Linguistics*, *24*: 439-464.

Major, Roy (2004) "Gender and stylistic variation in second language phonology" in *Language Variation and Change, 16:* 169-188.

Mateus, Maria H. (1982) Aspetos *da fonologia portuguesa*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Cientifica.

Mateus, Maria H., & D'Andrade, Ernesto (2000). *Phonology of Portuguese*, Oxford: Oxford University Press...

Milroy, Lesley (1988) "Gender as a speaker variable: The interesting case of the Glottalised stops in Tyneside", In *York Papers in Linguistics 13: Selected papers from the sociolinguistics symposium*.

Oostendorp, Marc van (1997) 'Style levels in conflict resolution'. In F. Hinskens, R. van Hout & W. Wetzels (eds.), *Variation, Change and Phonological Theory*, Amsterdam: John Benjamins. 207-229.

Pennington, Martha (2002) "Real language phonology: Optimality Theory meets sociolinguistics: A review of McMahon's (2000) Change, Chance, and Optimality" in *Journal of Sociolinguistics*, 6, 418-448.

Prince, Alan, & Smolensky, Paul (2003) *Optimality Theory in phonology*. In William Frawley (ed.), *International Encyclopaedia of Linguistics*, Oxford, England: Oxford University Press.

Sankoff, David, Tagliamonte, Sali. & Smith, Eric (2005) *Goldvarb X*: *A variable rule application for Macintosh and Windows* [Computer Software]. University of Toronto.

Silva, David J. (2005) "Vowel shifting as a marker of social identity in the Portuguese dialect of nordeste Sao Miguel (Azores)" in *Luso Brazilian Review, 42*: 1-20.

Silva, David J. (1998) "Vowel elision in Sao Miguel Portuguese" in *Hispania*, *1*: 166- 178.

Silva, David J. (1997) "The variable deletion of unstressed vowels in Faialense Portuguese" in *Language Variation and Change, 9:* 1-15.

Silva, David J. (1988) 'Sociolinguistic variance of low vowels in Azorean Portuguese'. In K. Ferrara et al. (eds) *Austin Linguistic Change and Contact: Proceedings of NWAV XVI*, Austin, TX: Department of linguistics. 336-344.

Silva, David J. (2007) 'Traços fonéticos sobreviventes no falar micaelense de alguns imigrantes açorianos em Greater Boston". *Atas do colóquio da lusofonia.* São Miguel, Açores.

Smith, Phillip (1979) 'Sex markers in speech'. In K. R. Scherer & H. Giles (eds.), *Social markers in speech*. Cambridge: Cambridge University Press. 109-146.

Wilson, John, & Henry, Alison (1998) "Parameter setting within a socially realistic linguistics" in *Language in Society*, 27, 1-21.

3. Índice COLABORADORES REVISTA 0 2008 ITEM 10

NOME	Título do trabalho
36. Alexandre Banhos	O Caso Galego Um Modelo De Crioulização?
37. Álvaro A. Caretta	As Variações Linguísticas Da Língua Portuguesa Na Canção Popular Brasileira
38. Anabela Mimoso	António Vieira – Autor Expresso De Obras Alheias
39. António Gil Hernández	Crioulo Institucionalizado Contra Português Galego Reflexões Desde O Nome Dado À Galiza
40. Artur A. Novelhe	Um Novo Olhar Sobre A Poesia Galega
41. Carla Guerreiro	Mia Couto E O Gato E O Escuro - A Escrita "Brincriada"
42. João Craveirinha	Variação Diatópica Do Português Europeu Em África
43. Edma A. Satar	A Importância Da Recolha Do Léxico Das Línguas Nacionais De Moçambique
44. Edson F Martins **45.** Mª João Marçalo	Diversidade Linguística E Identidade Nacional Em Monteiro Lobato: Contributos Para O Estudo Do Português Do Brasil E Do Português Europeu
46. Elis Almeida Cardoso	O Léxico Da Periferia: Uma Análise De Um Dos Dialetos Do Português Brasileiro
47. Gislane Siqueira	Organização Discursiva: ontem E Hoje
48. Helena Lima Afonso	A Língua Portuguesa E Os Fenómenos De Interferências Linguísticas Em S. Tomé E Príncipe
49. H. Salles Da Fonseca	Ética Lusófona E Sentido De Estado
50. Irenilde P Dos Santos	Atlas Linguísticos Brasileiros E Atividade Discursiva: Contribuições Ao Ensino Da Língua Portuguesa
51. José Manuel Barbosa	Alguns Aspetos A Salientar Da (Pré-)História Da Língua
52. Mª Do Céu Fonseca, **53.** Mª João Marçalo	A Tradição Da Univ. de Évora Na Expansão Da Língua Portuguesa
54. Mª D'Ajuda A Ribeiro **55.** Gisane S Santana	Uma Língua, Várias Culturas: O Ensino Da Literatura Da Região Sul-Baiana Como Forma De Preservação Cultural
56. Mª Helena Anacleto-Matias	O Papel Do Ensino Do Português Como Língua Estrangeira Na Defesa Do Multiculturalismo
57. Mª José Reis Grosso	A Língua Portuguesa: Espaço De Reflexão Sobre Outros Modos De Estar E De Ser
58. Mª Zélia Borges **59.** Regina H. De Brito	O Português Do Brasil: Uma Variante Do Português Lusitano
60. Márcia Regina Encarnação	Estudos De Fatos Linguísticos Em Regiões Litorâneas Brasileiras
61. Mary Cerutti-Rizzatti	Apropriação Da Escrita E Cultura: Uma Discussão Sobre O Letramento Escola**r.**
62. Rosário Girão **63.** Manuel J. Silva	Evocação Plural De Vitorino Nemésio: Se Bem Me Lembro

36. ALEXANDRE BANHOS CAMPO

O CASO GALEGO UM MODELO DE CRIOULIZAÇÃO? CARATERIZAÇÃO DE CRIOULOS.

1 - Como nascem os crioulos:

Durante os séculos XVI a XVIII, as potências coloniais europeias no novo mundo, estabelecerom sistemas de trabalho intensivo, com muita mão-de-obra importada, e dedicadas de jeito fundamental ao monocultivo exportador para as metrópoles. Essa mão-de-obra que chegava basicamente do continente africano sob um regime de escravatura tinha na sua origem múltiplas línguas distintas entre sim, ainda que a imensa maioria delas eram pertencentes à família Bantu e por suposto que eram absolutamente desconhecedores das línguas dos seus amos, línguas que iam ser as de comunicação e das ordens no âmbito das fazendas.

Os novos trabalhadores não tinham condições favoráveis à aprendizagem da língua de poder no novo continente, e a proporção das pessoas que conheciam bem a língua dominante, é dizer as populações europeias colonizadoras, não ia nunca ao além, nessa altura de estarem entre o 10 e o vinte per cento da população. Os contactos linguísticos eram muito restritos e sem grande amplitude e as línguas da mão-de-obra eram suficientemente numerosas e distintas para dificultar a aparição dum crioulo Bantu ou sistema de língua franca entre a mão-de-obra. A crioulização não é um fenómeno restrito e próprio das populações africanas da América, é um fenómeno universal e que se estende a todas as etnias e culturas que se achem em idêntica situação, sejam chineses, japoneses, ou coreanos trazidos as ilhas Havai, ou população europeia submetida a idênticas situações.

Os crioulos nascem nesse ambiente em duas etapas, a dos primeiros falantes, o que em inglês se denomina pidgin; etapa com grande variabilidade interna dum falante a outro e no que se integram as palavras da nova língua que mal se adquire, e nalgumas ocasiões montam-se sobre as estruturas linguísticas que os indivíduos têm das suas línguas originárias.

Os falantes de pidgin são pessoas grandes limitações comunicativas e a sua comunicação limitada é de grande pobreza. O crioulo propriamente dito, corresponde-se a segunda ou mais bem terceira geração de falantes de filhos de falantes pidgin.

As línguas as pessoas aprendem-nas de crianças e apreende-se a língua do meio no que se nasce, e na que os adultos se exprimem com devida competência. As crianças nesse ambiente das fazendas têm umas dificuldades incríveis para interiorizarem uma forma de língua, de aí a variabilidade vocabular que se produz entre crioulos com muito iguais estruturas simples. O elemento de construção - socialização do crioulo procede da interação das crianças nas suas atividades criando uma koiné comunicativa. As línguas crioulas têm semelhanças estruturais, a sua simplificação estrutural e da grande igualdade entre todas as línguas crioulas no mundo, independente de qual seja a língua inicial. Esta simplificação estrutural e semelhança foram apontadas por Hugo Schuchardt no século XIX. No XX especialmente desde os anos 60 são muitos os professores que tem dedicado esforço ao estudo dos crioulos, mas destacaram sobre todos os discípulos de Jakobsen e Noam Chomsky, ante o facto de achar-se ante estruturas que pareciam corresponder a um estádio originário da língua que inicialmente não resultava muito doado de explicar.

Os gramáticos transformacionais vierom a demonstrar que sendo como são as estruturas das línguas crioulas no mundo, mais semelhantes entre sim umas as outras, que as estruturas de qualquer outra língua, há que acabar afirmando que os crioulos forom os inventos dos filhos dos falantes dos pidgin, e que as semelhanças dado o isolado dumas a respeito de outras só pode se dever a condições criativas inatas da mente humana.

2- Os crioulos não são o resultado da imposição linguística, mas da sua falta. As potências coloniais não tinham todas o mesmo comportamento na imposição linguística a respeito das populações nativas e da mão operária fazendeira:

Povos como os ingleses ou os castelãos figerom grande esforço em incorporar a todas estas pessoas a língua standard do dominador que pronto funcionou como língua teto do crioulo e espelho no que este se olhava, por pôr

um exemplo, a fundação de centros de ensino, universidades o estabelecimento da imprensa, na colonização Castela da América, está presente quase desde o primeiro momento[111]. Isso fez que se produziram curiosas divergências no campo dos crioulos de base portuguesa com respeito a outros crioulos, de aí que para alguns dos primeiros estudiosos da crioulização, o português seria o antepassado comum de todos os crioulos por umas caraterísticas genéticas especiais que se lhe supunham a nossa língua.

3- Os crioulos como língua:

Nos crioulos o primeiro a estudar e se estes tem uma língua que funciona como teto dos mesmos e na qual eles se miram, e se nessa relação dialética o crioulo funciona como língua subordinada familiar, e ao dar-se, o processo da escola, inicia-se não poucas vezes o caminho para a extensão a toda a população da língua padrão, e o que está a passar no Cabo Verde depois da independência, onde ao darem ao português a condição de língua nacional, no sentido que este termo tem depois da revolução francesa, faz retroceder o crioulo apesar da sua vitalidade, cousa que não fizera nunca o Salazarismo e nem se quer formulara a possibilidade.

Os crioulos desde o ponto de vista da eficácia comunicativa e da capacidade para exprimir o mais complexo pensamento, são línguas ótimas que no tem nada e invejar a nenhuma outra língua; que os crioulos acabem convertendo-se de facto em línguas próprias, independentes da língua a que fazem referência na base vocabular, depende de questões de facto alheias aos próprios falantes, como são o prestígio, o posicionamento da elites crioulas no âmbito da cultura dominante, é dizer na medida em que as elites formam parte da língua teto, e se sentem inseridas nela; eis o modelo do Haiti que funcionou ao contrário do citado anteriormente de cabo Verde, de facto em Haiti não ficou elite que conhecera o francês ao além dos padres.

4- Que se passa quando o crioulo fica sob uma língua nacional distinta daquela a que fazia referência:

O caso mais estudado atualmente dentro da nossa língua é o do crioulo chamado *papiamento* de Curaçau; a língua teto sob a que se encontra e o holandês. Que se passa com o *papiamento*: que é uma língua que incorpora cada dia termos em holandês, língua na que chegam as novas realidades do dia-a-dia.

O *papiamento* segue a ter a vitalidade mas não como língua universal de toda a população e sim como língua restrita a um modo de vida tradicional, na medida na que esse modo de vida vai entrando em crise ou é destruído, o papiamento esvaece-se. Quando sobre um crioulo se estabelece uma língua teto distinta da língua teto com a que tinha uma relação criativa o crioulo, se caminha sempre cara duas vias:

a) O aparecimento dum movimento nacionalista ligado ao crioulo que reclama este como língua nacional, frente a língua teto do poder imposto.
b) Ou um processo diglóssico não estritamente fergusoniano, onde o crioulo fica reduzido ao modo de vida tradicional e na medida em que o âmbito cultural desse sistema de vida tradicional é vivo, o crioulo continua a viver, mas sempre com a espada de Demoles da crise desse sistema de vida. Crise que não é por ser crioulo mas por não ser língua universal, ou língua teto referencial no processo de "convívio" de línguas com separação funcional, seja do castelhano e o inglês, do lapão e finês, do ossétio e russo, ou do português da Galiza e o espanhol.

5- Podem os crioulos se converter em língua de seu, em língua nacional

Não há nada que empece a um crioulo se converter numa língua de seu, numa língua "nacional" e com as condições que são próprias duma língua nacional, dos crioulos mas conhecidos que tem alcançado esta situação, o mais

[111] A primeira universidade foi fundada em 1538 na espanhola, atual Santo Domingo, 1551 e Peru, México; 1595 Filipinas, 1610 Córdova Argentina, 1653 Rosário Argentina, 1728, Havana Cuba. No Brasil a primeira universidade fundada com continuidade foi a da Bahia fundada no 1808. A primeira imprensa começou a funcionar em 1536 na América castelhana, e pronto haveria casas de impressores em todas as províncias e vireinatos; a primeira do Brasil começa em 1807, http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/cpa/spring05/missa/souza.pdf e HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/IMPRENSA_NO_BRASIL Antes de 1600 há já literatura em castelhano realizada por nativos americanos da que é um bom exemplo o Inca Garcilaso, um dos alunos da Escola de índios nobres do Peru. De esses processos vem não pouca da lama que se dá nas relações portuguesas-brasileiras.

próximo dela é o de Haiti, ainda que o autoódio que se tenham para sim próprios, os mulatos dirigentes do país, e a insegurança na sua condição de elite, faz que o francês ainda jogue algum papel. Há muitas línguas que nas suas origens eram muito próximas estruturalmente a um crioulo, ou um crioulo, por ex. a língua inglesa.

6- É o galego um crioulo? Poderíamos falar das falas portuguesas da Galiza como uma forma de crioulo.

O galego nom é um crioulo, é dizer nom tem as caraterísticas de crioulo, nom foi criado por falantes dum pidgin, foi o resultado da criação original dos moradores do noroeste da Península Ibérica com o fermento do latim, ao longo de quatro séculos até que este aparece como uma língua perfeitamente estruturada no século X. Esse galego, que é o português mesmo na origem não é uma língua de estruturas simples que carateriza aos crioulos e sim uma língua bem complexa. Porém hoje em dia pode-se falar de crioulização da língua, de erosão forte e constante a respeito da língua teto dominante, o castelhano; de perda de estruturas complexas e de simplificação das mesmas, de incorporação e de naturalização maciça de termos castelhanos que são naturalizados como próprios.

7- Como está o português da Galiza, perspetivas de futuro:

O português da Galiza acha-se com certa vitalidade no mundo tradicional, nos escassos restos que ainda ficam do mesmo; com grave crise no resto do espaço social, na medida em que os mundos culturais em que se desenvolvem a língua popular e a imposta por Espanha (Castela) são distintos, adquirindo, a cada passo mais, o castelhano, uma grande universalização e interiorização. Como nos casos dos crioulos com outra língua teto distinta da língua geradora na origem do crioulo, gerou-se um elemento "nacionalista" que regionalizado no estado espanhol, apresenta o modelo de língua regional, é dizer o diglóssico e "crioulizado" como proposta de modelo de língua nacional, ainda que resulte inviável por muitas razões, e a primeira e mais importante por que nele nom se sentem refletidas nenhumas elites.

O Português da Galiza tem um desafio muito grande ante ele, reintegrar-se no espaço comum da língua, a começar pola sua imagem externa, a sua farda ortográfica, gerar um modelo urbano culto no que se podam inserir as elites regionais, vivificar-se com o português internacional que não é mais que o galego mesmo, e assim aí poderá conservar grande parte da sua fasquia original que muito pode aportar ao português internacional e a lusofonia toda. De nom apanhar este caminho a sociedade galega, a Galiza será em não muito tempo um território onde o espanhol simplex estará plenamente interiorizado, e o português da Galiza ficará sem espaços sociais que se exprimem nessa língua, e nom passará muito além dum remorso, nem mais nem menos que o que se vive com o occitano atualmente na Provença.

8- Na Galiza há planificação LINGUÍSTICA? Tem um FIM?

Para qualquer postura e ação de sucesso a respeito do futuro do português da e na Galiza, e fundamental o que se chama Planificação linguística (Language Planning), e nesse sentido é fundamental saber que é o que se está fazendo na Galiza, e que forças estão detrás duma opção ou de outras.

Vou responder contundentemente a questão: Na Galiza existe planificação linguística, inserida no sistema legal espanhol e adaptada a este onde o reconhecimento de línguas distintas do castelhano está cheio de pejas, pois a única língua que tem caráter oficial no estado é o castelhano. Na Galiza produz-se uma planificação, que vem tendo lugar desde praticamente os primórdios da autonomia; planejamento que foi definido polo sociolinguista catalã Lluis Aracil como modelo estupefaciente de substituição linguística.

A sociedade da Galiza aceita que se faz muito "sobre e *para* a língua dos galegos e galegas" entrementes se substitui sem pausa. A cousa chegou a ser tão irreal tão problemática que essa substituição estupefaciente é aceite por as forças nacionalistas galegas com mais incidência social (Bloco Nacionalista Galego), que esquecerom as palavras de Castelão *de que a Galiza é o que é, única e somente por razão da língua.*

9. Bibliografia:

Andrade, E., D. Pereira & A. Mota. (orgs.) 2000 *Crioulos de Base Portuguesa*. Braga: APL

. António Gil 1989: O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação" (artigo elaborado juntamente com o Prof. Dr. Henrique Rabunhal), in: Nós, núm.13-18 (janeiro - dezembro), Ponte Vedra - Braga, 27 págs.

Arends, J. & al. (eds.) 1995 *Pidgins and Creoles. An Introduction*. Amsterdão: John Benjamin's Publishing Company.

Baxter, A. 1996 "Línguas Pidgin e Crioulas".In I. H. Faria & al. (orgs.). Introdução à linguística Geral e Portuguesa. Lisboa: Ed. Caminho, pp. 535-549.

Cooper, Robert and Fishman, Joshua. 1974. "The Study of Language Attitudes" *International Journal of the Sociology of Language.* 3: 5-19.

De Camp. David. 1971. "Toward a Generative Analysis of a Post-Creole Speech Community." *Pidginization and Creolization of Languages.* Hymes, Dell (ed.) Cambridge: Cambridge University Press.

Denison, Norman. 1977. "Language Death or Language Suicide?" *International Journal of the Sociology of Language*. 12: 13-22.

Dimmendal, Gerrit J. 1989. "On Language Death in Eastern Europe." Investigating Obsolescence: Studies in Language Contraction and Death. Nancy Dorian (ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Degraff, M. (org.) 1999 Language Creation and Language Change – Creolization, Diachrony and Development. Cambridge: The MIT Press.

Dorian, Nancy. 1981. Language Death: The Life Cycle of a Scottish Gaelic Dialect. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

Ferguson,Charles.1959."Digllosia"Word is pp 325-340

Fishman, Joshua. 1964. "Language Maintenance and Shift as Fields of Inquiry" linguistics 9: 32-70. 1985, The rise and Fall of Ethnic Revival: Perspectives on Language and Ethnicity, Berlin, Mouton

Herzfeld, Anita. 2002. Mekaytelyuw: la lengua criolla de Limón. Costa Rica: Universidad de Costa Rica

Holm, John, Pidgins and Creoles, Cambridge, Cambridge University Press, 1989,

Jones-Jackson. Patricia.1987. When Roots Die: Endangered Traditions on the Sea Islands. Athens Georgia: University of Georgia Press.

Língua Portuguesa", coord. por M. H. Mateus e A. Villalva. Lisboa: Caminho.

Purcell, Trevor.1993. W. Banana Fallout: Class, Color and Culture among West Indians in Costa Rica. Los Angeles: Center for Afro-American Studies Publications, University of California.

Romaine, Suzanne.1989. Bilingualism. Oxford, England: Blackwell

Romaine, Suzanne. 1988 Pidgin and Creole Languages. N. York: Longman.

Rougé, J.-L. 2004 Dictionnaire étymologique des créoles portugais d'Afrique. Paris: eds. Karthala.

Sapir, E. (1921) A Linguagem. Introdução ao Estudo da Fala. RJ.: Livr. Acadêmica, 1971.

Tarallo, F. & Alkmin, T. Falares crioulos: línguas em contato. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

Weinreich, Uriel. 1968. Languages in Contact: Findings and Problems. The Hague: Mouton.

2000 "Pidgins e Crioulos de Base Portuguesa". Site de História da Língua Portuguesa coordenado por Ivo de Castro. Instituto Camões. Edição on-line.

37. ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL)

AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CANÇÃO POPULAR BRASILEIRA

Este trabalho tem como objetivo estudar as variações linguísticas da língua portuguesa no cancioneiro popular brasileiro. Sabe-se que a canção popular é uma das manifestações mais expressivas de uma língua. A canção brasileira, particularmente, é um gênero em que a língua portuguesa manifesta, além de sua beleza sonora, a sua riqueza linguística

A diversidade de gêneros musicais da canção popular brasileira concorre com a variedade linguística presente em suas letras. As variações histórica, geográfica e social estão impressas nas letras dos antigos sambas, dos baiões nordestinos e do funk carioca.

Adotando um ponto de vista discursivo sobre esse fenômeno sociolinguístico, observaremos como essa variedade linguística, relacionada ao gênero musical, é representativa também de um posicionamento ideológico do enunciador.

Na canção, o casamento com a melodia confere à língua um caráter artístico, logo fundamentalmente estilístico. O estilo do enunciador é determinado por suas escolhas lexicais, pela relação do elemento linguístico com o melódico e pela entonação. Esse processo revela uma avaliação social da parte do enunciador, que estabelece um posicionamento discursivo.

A canção popular brasileira é uma das formas mais representativas da lusofonia, não só por disseminar a nossa língua pelo mundo, mas também por guardar essa rica diversidade linguística, histórica, geográfica, social e, principalmente, ideológica. Nas canções, a língua cantada veste-se de gala para encantar.

1) 22 De abril de 1500

Os livros de História contam que ela atravessou o vasto oceano e, nessa data, desembarcou em terras indígenas de além-mar, levada nas caravelas, pela boca dos homens. Daquele Porto Seguro, na Ilha de Vera Cruz, Pero Vaz de Caminha manuscreveu-a em uma carta a El-Rei. Mas não foi apenas por meio da fala ou da escrita que a Língua Portuguesa desceu a terra. As canções entoadas pelos portugueses trouxeram-na envolta em belas melodias lusitanas. Em terras brasileiras, a Língua Portuguesa descreveu uma singular trajetória. Hoje, após cinco

séculos, como língua materna de mais de 180 milhões de falantes, (em um país de grande diversidade cultural e social), apresenta uma admirável riqueza, seja falada, escrita ou cantada.

2). As manifestações da língua

A língua pode manifestar-se basicamente de três formas: pela fala, pela escrita ou pelo canto. Como se sabe, a fala é oral, enquanto a escrita é visual. Já o canto, apesar de ser oral, apresenta caraterísticas bem peculiares, visto que se trata de uma expressão artística sincrética que relaciona a língua e a música. A língua falada é exercida nas atividades prosaicas do dia a dia: conversas familiares, bate-papos de bar, transações comerciais etc. Realizada por meio de uma expressão sonora, ela é frequentemente mais informal, por estar "na boca do povo", e apresenta uma variedade bastante grande. A língua escrita não é apenas uma representação gráfica da fala como fora na sua criação. Ela adquiriu caraterísticas próprias em consequência de seu uso em diversos campos de atividade, como o jornalístico, o científico, o jurídico e, principalmente, o literário. A língua cantada é veiculada por meio de canções, enunciados artísticos compostos por letra e música. Muito cultivada na poesia dos trovadores, ela perdeu prestígio frente ao avanço da poesia e da prosa escritas. No entanto, já no século XX, com o advento da gravação sonora, a língua cantada ampliou a sua área de atuação social. Hoje ela está presente em diversos campos da atividade humana: na música, no cinema, na teledramaturgia, na publicidade, nos cultos religiosos, no cotidiano, etc.

3) A língua portuguesa na canção popular brasileira

A canção popular brasileira constituiu-se fundamentalmente pela fusão dos ritmos africanos, que chegaram ao Brasil nos porões dos navios negreiros; e europeus, importados através das danças, como a polca no século XIX. Nesse século, o lundu e a modinha foram os primeiros gêneros musicais brasileiros que obtiveram sucesso. A consolidação da canção popular brasileira ocorreu na primeira metade do século XX, com o samba, graças ao advento do disco e do rádio.

Os compositores populares brasileiros das primeiras décadas do século XX foram mestres em relacionar a prosódia da língua portuguesa ao ritmo sincopado das melodias brasileiras. A origem popular desses cancionistas impedia-lhes o acesso irrestrito à língua e à poesia cultas. A matéria-prima mais próxima era a própria língua falada no cotidiano. A poesia romântica e a parnasiana, modelos na época, não se adaptavam às caraterísticas sincopadas dos ritmos populares, como o maxixe e o samba, que exigiam temas e linguagem prosaicos. Esses compositores, entre eles Sinhô e Noel Rosa, viram na fala do cotidiano um repertório ilimitado para a letra de suas canções, ou seja, por meio de um trabalho artístico musical lapidavam a pedra bruta e transformavam-na em joia.

O modelo poético da letra de canção e da poesia tem caraterísticas próprias. O cancionista busca a adequação do texto linguístico ao melódico, pressuposto que orienta o trabalho artístico com a letra; já o poeta tem como fim a própria língua. Apesar de a letra buscar na oralidade a sua matéria-prima, a canção exige um tratamento poético da fala. Nos diálogos cotidianos, o componente sonoro da língua é tratado em função da significação desejada; já na canção, ele deve ser obrigatoriamente artístico, determinado pelas caraterísticas rítmico-melódicas do componente musical e pelas formas poéticas: rimas, assonâncias e aliterações. Pelo fato de os compositores buscarem na língua falada grande parte da matéria-prima para suas letras, a canção popular brasileira apresenta uma riqueza linguística representativa das variantes linguísticas do português falado no Brasil. Como já identificara Noel Rosa, no samba "Não tem tradução": "Tudo aquilo que o malandro pronuncia, / com voz macia, / é brasileiro, já passou de português".

4). As variantes linguísticas

Os estudos sociolinguísticos demonstraram que a língua apresenta variações determinadas por condições temporais, espaciais, socioculturais e estilísticas. As marcas linguísticas que apontam a época, o local, o contexto social e o estilo da enunciação podem ser observadas, entre outras caraterísticas, na escolha lexical e na pronúncia das palavras por parte do enunciador. As variantes temporais ou diacrônicas são perceptíveis no uso de vocábulos e expressões em determinadas épocas. Por exemplo, a expressão "subir a serra", em meados do século XX, era usada para dizer que uma pessoa ficou bastante irritada com algum fato. Atualmente ela pode significar voltar do litoral ou visitar uma cidade nas montanhas. As variantes espaciais ou diatópicas aparecem nas marcas linguísticas de regiões distintas. Certos vocábulos são utilizados ou pronunciados diferentemente em regiões diversas. A ocorrência do vocábulo "mandioca", em São Paulo, enquanto no

Rio de janeiro usa-se “aipim” e no Nordeste brasileiro, “macaxeira”, é um exemplo. Na pronúncia das palavras, a variação espacial é bastante evidente. Enquanto em determinadas regiões urbanas, como na cidade de São Paulo, pronuncia-se “porta” com o fonema /r/, nas regiões rurais desse mesmo estado pronuncia-se de forma retroflexa e no Rio de Janeiro com o fonema /R/.

A variação sociocultural ou diastrática refere-se às categorias indicadoras dos diferentes grupos sociais, segmentados por faixa etária, nível de instrução escolar, posição social, profissão etc. As gírias mostram de forma bastante evidente esse processo. “Tereza” é um nome próprio feminino, mas no contexto social dos detentos nomeia uma corda utilizada em fugas. As variações estilísticas ou diafásicas marcam o estilo do enunciador. Os recursos da comunicação linguística são manipulados segundo as condições oferecidas por sua intenção, pela situação de comunicação, pela relação com o ouvinte e pelo gênero do enunciado. Como exemplo, podemos contrapor o estilo de uma conversa ao telefone com um amigo íntimo ao estilo de uma confissão frente a um padre.

5). As vozes sociais

Segundo as propostas de Mikhail Bakhtin (1993), podemos compreender como “vozes sociais” ou “línguas sociais” os sistemas semiótico-sociológicos com os quais um determinado grupo humano diz o mundo. O pensador russo compreendia a linguagem não como um sistema de categorias gramaticais abstratas homogêneo, mas como uma realidade axiologicamente saturada e estratificada. A estratificação da linguagem não se refere apenas às variantes temporais, espaciais, sociais e estilísticas dos falantes. Ela é estabelecida também pelos índices sociais de valor, pela saturação da linguagem pelas axiologias sociais.

Segundo Faraco (2003: p.56):

> *(...) o Círculo de Bakhtine, na década de 1920, vai apontar para uma estratificação não propriamente e apenas de formas gramaticais (o signo pode ser materialmente o mesmo), mas para uma estratificação dada por diferentes axiologias, dada pelo processo sociohistórico de saturar a linguagem de índices sociais de valor.*

Pensando-se dessa forma, o sistema da língua é atravessado por valores sociais advindos das diferentes realidades sócio-históricas dos falantes. Assim, as variantes da língua podem ser compreendidas como vozes sociais que estão em constante diálogo, apoiando-se, contrapondo-se, mesclando-se, compondo o que Bakhtin designou como heteroglossia.

6) A língua e os gêneros musicais

A canção é um gênero discursivo constituído fundamentalmente pela relação entre uma letra e uma melodia. O componente melódico é determinado pelo gênero musical escolhido – samba, baião, marcha, frevo, funk etc. - que determinará vários aspetos da canção, como o ritmo, a linguagem e os temas trabalhados pelo cancionista. A letra e a melodia devem ser compatíveis, logo o componente linguístico adapta-se às características do gênero musical. Uma característica da relação entre os gêneros musicais e a língua portuguesa é o fato de as letras das canções apresentarem variantes linguísticas compatíveis com o local, a época e o grupo social de onde provém o ritmo. Por exemplo, o samba nos morros cariocas nos anos 30, o baião nordestino da década de 50 e o funk das favelas nos anos 90 apresentam letras que expressam as variantes linguísticas e a visão de mundo própria dos falantes da língua portuguesa desses locais, dessas épocas e desses grupos sociais.

Os gêneros musicais são portadores de um discurso - o samba é a voz do morro; o baião, a do sertão; e o funk, a das favelas, logo as variantes linguísticas presentes nas letras das canções são representações linguísticas desses discursos.

6.1 O samba

A partir de 1850, na Cidade do Rio de Janeiro foi crescendo uma população de negros e mestiços vindos de várias partes do Brasil, principalmente da Bahia. As “tias” baianas, descendentes dos escravos, tiveram um importante papel na perpetuação da cultura negra, principalmente do candomblé e do samba. O vocábulo "samba" é uma corruptela de "semba", dança de origem africana, provavelmente do Congo ou de Angola, de onde vieram a maior parte dos escravos para o Brasil. Entre essas tias baianas, destaca-se a figura de Tia Ciata que residia na Cidade Nova entre os anos de 1899 e 1924. Vários sambas foram realizados em sua casa, nos quais os cantadores improvisavam versos, entre eles os que foram

gravados, no ano de 1917, por Donga e Mauro de Almeida, sob o título de "Pelo telefone", considerado o primeiro samba lançado em disco.

Por volta de 1925, no bairro Estácio de Sá, surgiu um novo estilo de samba, criado para ser cantado nos desfiles dos blocos carnavalescos. Sua característica principal era uma rítmica sincopada diferente do samba amaxixado da casa de Tia Ciata. Os sambistas do Estácio, entre eles Ismael Silva e Bide, juntamente com outros compositores e cantores, como Noel Rosa e Francisco Alves, incumbiram-se de levar esse novo samba para o rádio. Com o sucesso atingido, suas composições tornaram-se um modelo para os sambistas de todas as épocas. Podemos observar algumas características linguísticas dos sambas da década de 30, na canção "Eu vou pra Vila", de Noel Rosa, gravada em 1931.

Eu Vou Pra Vila
Não tenho medo de bamba
Na roda de samba
Eu sou bacharel
Andando pela batucada
Onde eu vi gente levada
Foi lá em Vila Isabel...

Na Pavuna tem turuna
Na Gamboa gente boa
Eu vou pra Vila
Aonde o samba é da coroa.

Já saí de Piedade
Já mudei de Cascadura
Eu vou pra Vila
Pois quem é bom não se mistura

Quando eu me formei no samba
Recebi uma medalha
Eu vou pra Vila
Pro samba do chapéu de palha.

A polícia em toda a zona
Proibiu a batucada
Eu vou pra Vila
Onde a polícia é camarada.

Nesse samba, o "Poeta da Vila" faz um tributo ao seu bairro natal, Vila Isabel. O caráter prosaico da letra já pode ser percebido na expressão que dá título à canção, "Eu vou pra Vila". A ocorrência da forma "pra", resultado de uma apócope da vogal /a/ na preposição "para", é uma marca do português falado no Brasil. Consta na literatura biográfica de Noel Rosa que essa expressão foi extraída da língua coloquial, como mostram Máximo e Didier (1990: p. 137):

> *"Noel explica que tem um compromisso importante (...)*
> *- Pra onde você vai? Pergunta alguém.*
> *- Eu vou pra Vila.*

Já a caminho de casa, num banco vazio do Vila Isabel-Engenho Novo, suas próprias palavras ficam a martelar-lhe a mente: '*Eu vou pra Vila...eu vou pra Vila*...' Começa a cantarolar uma melodia, música e versos saindo-lhe ao mesmo tempo, no bonde, tarde da noite. No dia seguinte, com a ajuda do violão, fará um novo samba." As escolhas lexicais do enunciador revelam a intenção de inserir o seu discurso no interdiscurso do samba carioca na década de 30, que tinha na apologia da malandragem um de seus temas preferidos.

Com o uso de gírias, o enunciador delimita e ocupa um espaço discursivo no contexto social e musical da época. No primeiro verso "Não tenho medo de bamba", aparece o vocábulo "bamba". Segundo o Dicionário Aurélio, esta palavra provém de "mbamba", do quimbundo. Em 1930, nos morros cariocas, era uma gíria que designava o homem valentão, ou ainda, aquele que era autoridade em determinado assunto. Ao rimar "samba" com "bamba", no segundo verso, o enunciador remete a uma relação social valorizada entre os sambistas. Essa variante estilística e sociocultural da língua, a rima de "samba" com "bamba", é reveladora não só do estilo dos sambistas da década de 30, mas também de uma ideologia que orienta a axiologização do universo do samba. O bom sambista deve ser bamba para ter prestígio no seu grupo social. Noel Rosa vai mais além, afirmando ser "bacharel".

Outras palavras ainda remetem às origens africanas do samba brasileiro, como "batucada", que designa uma reunião popular, geralmente nas ruas, onde se toca o samba em instrumentos de percussão, com ou sem acompanhamento vocal. Expressões populares da época estão presentes na letra, como "turuna", de origem tupi, que designa um negro forte, poderoso e valentão; "gente levada" e "gente boa": Importa observar que o enunciador procura situar o seu discurso no contexto

de um determinado grupo social: o bambas do samba à época. Para isso, utiliza o ritmo do samba em sua composição e seleciona palavras do léxico desse grupo social. Essa competência musical e linguística atribui-lhe autoridade para pronunciar o seu discurso e, mais ainda, mostrar que Vila Isabel é um reduto de sambistas de respeito, onde o samba é "da coroa", em referência à Princesa Isabel.

Ao posicionar-se em concordância com o discurso dos "bambas", naturalmente o enunciador situa-se em oposição ao discurso da ordem instituída. No começo do século XX, os sambistas e os batuqueiros eram duramente reprimidos, o que levou a um estigma de que esses artistas populares eram vadios e malandros. No entanto, Noel Rosa subverte essa oposição e mostra que em Vila Isabel até a polícia é camarada.

6.2 O Baião

Essa dança popular nordestina era inicialmente executada pelos sanfoneiros nos forrobodós do sertão. O baião consagrou-se na música popular brasileira urbana por meio de Luiz Gonzaga. Em 1946, esse ilustre fruto do sertão pernambucano gravou o primeiro baião, chamado simplesmente de "Baião", em parceria com Humberto Teixeira, cuja letra dizia, "Eu vou mostrar pra vocês/ Como se dança o baião/ E quem quiser aprender/ É só prestar atenção". Tratando de temas do homem nordestino, o baião tornou-se em pouco tempo uma moda avassaladora. Em 1949, dizia o periódico Radar, "A ordem agora é baião - coqueluche nacional de 1949", e o Diário Carioca afirmava, "o baião vem fazendo estremecer todo o vasto império do samba, e já agora não se poderá mais negar a influência decisiva desse gênero musical na predileção do povo". Por ser um gênero musical popular nordestino, o baião incumbiu-se de disseminar as características da língua portuguesa falada no Nordeste brasileiro, como podemos observar na canção Vozes da Seca, de 1953.

Vozes da Seca (Luiz Gonzaga / Zé Dantas)

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nóis escuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chuvê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê
Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage
Livre assim nóis da ismola, que no fim dessa estiage
Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage
Se o doutô fizé assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nóis pensa em seca, vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso distino mercê tem nas vossa mãos

O tema trabalhado nessa canção é bastante recorrente na cultura nordestina: a seca. O enunciador, representado por um nordestino, dirige-se a um deputado chamado de "seu dotô". O uso desse vocativo, pronunciado dessa forma, expõe uma hierarquia social. A expressão "seu dotô" é bastante comum na língua falada, tanto no Nordeste quanto no Sudeste do Brasil, devido à migração, e expressa uma relação de respeito ou até de submissão. A outra forma, "vosmicê", usada para dirigir-se ao político, é um arcaísmo, ainda presente em algumas poucas regiões rurais. O enunciador, por meio de sua variante linguística, estabelece também uma oposição entre o seu discurso e o dos habitantes do sul do país, "os sulista". Vemos nessa construção duas ocorrências linguísticas interessantes: a ausência da desinência "s", indicadora de plural, no substantivo, característica da língua falada; e a escolha do substantivo que divide o Brasil em Norte e Sul. Em verdade, essas características são representativas de uma saturação linguística das axiologias de um grupo social. O termo "sulista" pode designar os habitantes da região sul do Brasil, no entanto, "os sulista" pronunciado por um falante nordestino pode, como no contexto dessa canção, trazer outros significados: os privilegiados pela bonança, os solidários com os desprovidos pela seca ou os donos do poder.

A letra dessa canção é repleta de marcas linguísticas dos falantes da região Nordeste. A sequência de apócopes nas palavras "pudê", "cumê", "chuvê" e de desnasalizações em "barrage", "estiage", "açudage" e "corage", estabelecendo rimas, mostra bem a característica das canções populares de trabalhar com a língua falada de forma poética. O uso das variantes linguísticas da língua oral da região nordestina é um traço do discurso do enunciador dessa canção que, juntamente com o manifesto desejo de não querer depender das "esmola" dos "sulista", concorre para a imagem de homem sofredor, mas batalhador e orgulhoso. Esse

discurso, condensado nas expressões "seu dotô" e "os sulista", variações linguísticas da região Nordeste do Brasil, é típica de gêneros musicais nordestinos como o baião.

6.3 O funk

De origem americana, no Brasil o funk adquiriu características bem particulares. A partir da década de 80, no Rio de Janeiro, os bailes funk realizados nas comunidades das favelas começaram a fazer sucesso e foram lançadas músicas em português. As letras de funk abordavam temas do dia a dia nas favelas: violência, pobreza, tráfico; porém, devido à repressão da polícia e às exigências do mercado fonográfico, as músicas tornaram-se mais dançantes e as letras, mais sensuais. Essa nova fase do funk tornou-se sucesso em todo o país e conquistou lugares antes dominados por outros ritmos. Entre os estilos de funk, existe o "proibidão", que surgiu durante a década de 90 nas favelas do Rio de Janeiro. Comercializado, divulgado e distribuído de forma clandestina, esses funks exaltam os chefes do tráfico, o consumo de drogas, as fações e os atos criminosos. A canção com que trabalharemos, "Rap das Armas", faz parte da trilha sonora do filme "Tropa de Elite", lançado em 2007, que tem como tema a atuação do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar carioca), no combate à criminalidade nas favelas.

Rap das armas (Cidinho e Doca)

Parapapapapapapapapa
Parapapapapapapapapa
Paparapaparapapara clack bum
Parapapapapapapapapa

Morro do Dendê é ruim de invadir
Nóis, com os alemão, vamo se diverti
Porque no Dendê eu vô dizer como é que é
Aqui não tem mole nem pra DRE
Pra subir aqui no morro até a BOPE treme
Não tem mole pro exército civil nem pra PM
Eu dou o maior conceito para os amigos meus
Mais Morro Do Dendê também é terra de Deus

Fé em Deus, DJ
Vamo lá

Parapapapapapapapapa (...)

Vem um de AR15 e outro de 12 na mão
Vem mais um de pistola e outro com 2 oitão
Um vai de URU na frente escoltando o camburão
Tem mais dois na retaguarda mas tão de Glock na mão
Amigos que eu não esqueço nem deixo pra depois
Lá vem dois irmãozinho de 762
Dando tiro pro alto só pra fazer teste
De ina-ingratek, pisto-uzi ou de winchester
É que eles são bandido ruim e ninguém trabalha
De AK47 e na outra mão a metralha
Esse rap é maneiro eu digo pra vocês,
Quem é aqueles cara de M16
A vizinhança dessa massa já diz que não aguenta
Nas entradas da favela já tem ponto 50
E se tu toma um pá, será que você grita
Seja de ponto 50 ou então de ponto 30
Mas se for alemão eu não deixo pra amanhã
Acabo com o safado dou-lhe um tiro de pazã
Porque esses alemão são tudo safado
Vem de garrucha velha dá dois tiro e sai voado
E se não for de revólver eu quebro na porrada
E finalizo o rap detonando de granada

Parapapapapapapapapa, valeu
Paparapaparapapara clack bum

Esse funk é chamado de "rap das armas" devido à sua semelhança com o rap por explorar mais a dicção falada do que a cantada e por tratar de temas políticos e sociais. O refrão dessa canção é uma sequência de onomatopeias que reproduzem o som de disparos de metralhadora, cujo som é compatível com a rítmica do funk produzida por DJs.

A interrupção "clack bum" imita o engatilhamento e o disparo de uma arma de grosso calibre. No verso "Nóis, com os alemão, vamo se diverti", inicialmente notamos a presença da gíria "alemão" que designa os policiais. A escolha desse termo deixa implícito o conflito entre os habitantes dos morros, em sua maioria de cor parda, com os policiais, chamados de "alemão". Alemão, em regiões onde prevalecem habitantes de ascendência africana, serve para designar a pessoa de ascendência europeia, devido à pele, os olhos e os cabelos serem claros.

A ocorrência dessa gíria, que guarda uma forte carga ideológica, é uma variante linguística advinda da língua oral desse grupo social. A pronúncia das formas "Nóis" (ditongação), "vamo", "diverti" (apócopes) e, principalmente, a concordância informal de "vamo se diverti" são marcas da língua falada nessa canção. Outra característica linguística do gênero funk proibidão é o uso de siglas referentes ao universo policial: "BOPE" e "PM".

O nome de armas também é bastante recorrente no léxico do funk: "AR 15", "762", "AK47", "M16" (tipos de fuzil), "12" (espingarda de grosso calibre), "oitão" (revólver calibre 38), "ponto 50" (metralhadora antiaérea), ponto 30 (tipo de carabina), Glock (tipo de pistola automática), "metralha", "ina-ingratek", "winchester", "pisto-uzi" (neologismo que se refere a um tipo de pistola), "garrucha" "granada", entre outras.

A proliferação desses termos é um indicador da realidade dos habitantes das favelas onde o narcotráfico impera. A valorização do discurso da criminalidade e do poder por meio da violência é manifesta no funk, que amplifica a voz das favelas cariocas.

7. Considerações finais

Pelo fato de os compositores populares buscarem na língua falada grande parte da matéria-prima para suas letras, a canção popular brasileira apresenta uma riqueza linguística representativa das variações do português falado no Brasil.

Nas canções com que trabalhamos, vimos que gêneros musicais distintos, característicos de regiões e épocas específicas, lidam com um material linguístico próprio. Isso se deve ao fato de que a canção trabalha fundamentalmente com a língua falada, advinda das situações do cotidiano.

A partir do pressuposto de que a língua é mensageira de um discurso, procuramos reconhecer, nas variações linguísticas presentes na letra de canções populares desses gêneros, as diferentes vozes sociais.

Enfocando a seleção lexical e a pronúncia das palavras, vimos que essas características linguísticas, além de constituírem variantes espaciais, temporais, socioculturais e estilísticas, são representativas de uma axiologização do mundo por parte dos falantes.

Esse aspeto pode ser observado na comparação entre três vocábulos presentes nas canções analisadas: "bamba", no samba, "Seu dotô", no baião e "os alemão" no funk, palavras e expressões com características linguísticas particulares e portadoras de uma ideologia de determinados grupos sociais.

Desde aquele dia 22 do mês de abril de 1500, até os tempos hodiernos, a Língua Portuguesa diversificou-se bastante em terras brasileiras. O feliz casamento com as melodias das canções populares possibilitou-lhe ser, ao mesmo tempo, espontânea como na fala e artística como na poesia.

Bibliografia

Bakhtin, Mikhail. (1993) Questões de Literatura e de Estética (A teoria do romance). São Paulo: Editora Unesp.

Dreyfus, Dominique. (1997) Vida do Viajante: A Saga de Luiz Gonzaga. São Paulo: Editora 34.

Faraco, Carlos Alberto. (2003) Linguagem e Diálogo: as Ideias Linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições.

Essinger, Sílvio. (2005) *Batidão: Uma História do Funk*. Rio de Janeiro: Editora Record

Máximo, João; Didier, Carlos. (1990) *Noel Rosa: Uma Biografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Pretti, Dino. (1977) *Sociolinguística: os Níveis de Fala.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____ (2004) *Estudos de Língua Oral e Escrita.* Rio de Janeiro: Lucerna.

Severiano, Jairo. (2008) Uma História da Música Popular Brasileira das Origens à Modernidade. S. Paulo: Editora 34.

Tatit, Luiz. (1996) *O Cancionista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2004) *O Século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial.

---

38. ANABELA BRITO MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

ANTÓNIO VIEIRA – AUTOR EXPRESSO DE OBRAS ALHEIAS

Durante a cruzada levada a cabo contra a Inquisição, foram atribuídos ao Pe. António Vieira alguns escritos que circularam com o seu nome, nomeadamente as Notícias recônditas do modo de proceder a *Inquisição em Portugal com os seus*

prezos, documento histórico valiosíssimo para percebermos os meandros do funcionamento dos cárceres inquisitoriais. Pretendemos explorar em que contexto foram feitas estas atribuições a Vieira. Teremos em conta, sobretudo, o conteúdo desta obra, relacionando-o com a biografia do seu presumível autor, bem como com o momento histórico vivido então.

1.

Como é sabido «Vieira foi um *homo universalis*: calcorreou a Europa, como político; congeminou salvar economicamente Portugal com o retorno dos judeus e seus bens a Portugal; pregou na corte de Cristina da Suécia, em Roma; carteou-se com personalidades de grande relevo e conhecia como poucos a sociedade do seu tempo; foi pregador áulico e missionário no Brasil» (BELCHIOR; 1997: 17). Foi ainda um incansável escritor até ao fim da vida, conforme João Lúcio de Azevedo reconhece na Introdução da sua edição das *Cartas*: «Aos 90 anos, valetudinário, cego e quase surdo, dita ainda cartas onde o inquieta a morte iminente de Carlos II de Espanha, e dá arbítrios sobre a situação económica do Brasil» (1997: IX). Da sua extensa obra, alguns textos chegaram até nós escritos pelo próprio autor. «Em autógrafo guardam-se alguns capítulos da *História do Futuro*, alguns fragmentos do *Livro Anteprimeiro da História do Futuro,* a *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício* completa e, por fim, a impressionante coleção de cartas, tão meritoriamente editadas por João Lúcio de Azevedo» (Smulders; 1997: 54).

No entanto, se a atribuição das *Cartas* parece consensual, a fazer fé nas palavras de Lúcio de Azevedo, também delas «corriam já particularmente cópias manuscritas, conservando essas fielmente as impressões e confidências do autor» (1997: XI). Há, porém, outro grupo de cartas de que não se sabe se são do próprio punho do jesuíta, ou de alguém que terá passado a limpo algum rascunho ou a quem Vieira terá ditado o texto. Para além do mais, dado que a sua caligrafia era incerta (Azevedo; 1997: XIV) a atribuição de textos manuscritos a Vieira torna-se algo difícil de estabelecer.

Particularmente difícil é a atribuição dos sermões, pois deles não chegaram até nós autógrafos. De facto, ainda em vida de Vieira circulavam obras impressas que lhe eram atribuídas, sem que ele fosse responsável pela sua criação. É o caso curioso dos sessenta sermões apógrafos publicados em Madrid em tradução castelhana em 1662, 1664 e 1678 (recorde-se que a edição *Prínceps* dos sermões, preparada pelo próprio autor, data de 1679 – Lisboa, Miguel Deslandes).

Segundo o próprio Vieira esclarece, desses, apenas nove lhe pertenciam:

> «*Estes sermões reconhece o autor por seus, mais pela matéria que pela forma, que em muitos está totalmente prevertida [sic] e adulterada […] E assim nestes, como nos demais há muitas cousas diminuídas, muitas acrescentadas, muitas mudadas, não falando em infinitos outros erros, ou do texto, ou da tradução, ou da sentença e sentido natural*» (apud Smulders; 1997: 55).

Daqui se depreende que em vida de Vieira circulavam com o seu nome vários sermões que pouco deviam ao seu autor. Estas versões poderiam ter sido manuscritas por quem assistia às suas pregações (ou delas ouvira falar) ou poderiam ainda ter como base os apontamentos que Vieira usava na pregação (veja-se sobre o assunto o artigo citado de Smulders). Mas, como diria Mª de Lourdes Belchior: «A obra [do Pe. António Vieira] é imensa; a vida longa» (1997: 13), pelo que ainda sobra lugar nelas para a inclusão de textos de autoria duvidosa.

Tanto mais que Vieira foi também um homem empenhado na situação social dos menos favorecidos, como está bem patente nestas palavras de João Marques: «*Inclinado por um imperativo de natureza psicológica atraída pela ação, o que seduzia o P.e António Vieira era a intervenção combativa no "mundo do mundo", embora sem nunca perder de vista a finalidade última do orador evangélico: transformar espiritualmente o "lodo da terra" pela força metanóica da palavra sagrada. Se nas voltas dos desvairados caminhos, por onde se repartiu, nunca pôde "professar o ofício de pregador" de forma continuada, sempre manteve essa agudíssima atenção às realidades do tempo, como pretexto e em seus contextos, que a roda da fortuna o pressionou a conhecer e a envolver-se*» (1997: 117).

Aliás, as preocupações de António Vieira com a política do seu tempo são visíveis na sua epistolografia, nos sermões, nos tratados teológicos e políticos que estão pejados de informações históricas que não têm sido suficientemente exploradas. O período em que esteve em Roma (1669-1675) é particularmente

fecundo, como provam as muitas cartas de cariz político escritas ao amigo Duarte Ribeiro de Macedo.

Os tempos também propiciavam esta incursão nos destinos do país e na defesa de condições de vida de certas minorias. Sobretudo na dos judeus. A coroação de D. João IV em 15 de dezembro de 1640 e a restauração da monarquia nacional que se lhe seguiu não trouxeram boas expetativas à causa judaica. Efetivamente, durante a monarquia dual tinham-se os castelhanos revelado bem mais benévolos que os portugueses. Depois da aclamação do novo rei, muitos judeus haviam encontrado refúgio em Espanha, onde o Santo Ofício era menos severo. Por cá, os patriotas não se cansavam de denunciar as calamidades provocadas pelo apoio aos judeus, dado nesses tempos: a perda das armadas que tinham sido equipadas com o dinheiro dos perdões, a perda da honra de quem tinha sido favorável à causa judaica eram razões mais que evidentes de que Deus reprovava os favores às gentes "da nação". Basta lembrar o livro do Pe. António Carvalho de Parada, *Justificação dos portugueses sobre a ação de libertarem seu reino da obediência a Castela* (1643), sobretudo os capítulos VIII (Quis introduzir neste Reyno a Ley de Moysés) e IX (Continua-se a sem razão de quererem meter neste Reyno Judiarias), bem como a *Filippica Portuguesa contra la invetiva castellana* (1645) de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Foi neste estado de espírito da nação que se reuniram as Cortes de 1641. Vários capítulos foram aí apresentados contra os Judeus, nomeadamente pelo Braço popular. O Estado Eclesiástico e o Estado da Nobreza foram mais comedidos nas suas reivindicações. Paralelamente a Inquisição opunha-se ao édito da graça, tão ansiosamente aguardado pelos cristãos-novos, acusando estes de posições antipatrióticas, como as de auxílio aos holandeses na guerra do Brasil e as de apoio militar a Filipe IV em troca de regalias, apontando-os como responsáveis pela conjura de 1641 contra o novo rei. Este ato de traição tinha sido, efetivamente, perpetrado pelo arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, que nunca vira com bons olhos a Revolução do 1º de dezembro. Conseguiu aliciar o marquês de Vila Real, o conde de Armamar e muitas outras individualidades, nobres ou não, incluindo o próprio Inquisidor Geral. Foi o contador da fazenda, Luís Ferreira de Barros, contactado por Pedro de Baeça, tesoureiro da alfândega, quem acabou por denunciar a conjura.

Não se deveria andar muito longe da verdade na denúncia da implicação dos judaizantes nesta traição, já que o dito Baeça, alegadamente em conluio com mais dois cristãos-novos, teria oferecido um milhão e trezentos mil cruzados para a sedição. No entanto, para além de Baeça, mais nenhum cristão-novo foi formalmente julgado de conspiração. Também não há indícios de que D. João IV tenha visto neste ato uma posição coletiva dos filojudeus. A realidade é que D. João IV parecia inclinado se não a favorecer os judeus, pelo menos a não os oprimir em demasia. O que é compreensível, atendendo à sua posição política ainda periclitante. De acordo com o seu caráter, o rei mostrava-se evasivo nas suas respostas, dúbio nas suas ações. De facto, os judeus de Lisboa tinham oferecido apoio financeiro à nova monarquia em troca de proteção, conforme se poderá inferir da denúncia feita por apoiantes da nova monarquia como, por exemplo, António de Sousa Macedo na *Lusitania Liberata* (Londres, 1644). Por isso mesmo, em Roma, os emissários aí enviados pelo rei, se bem que sem sucesso, para prestarem em seu nome obediência ao Papa esforçavam-se por desmentir que o novo rei tinha a intenção de atrair a Portugal os judeus exilados.

Chegado da Baía em 1641, logo em 1642, um conflito, aparentemente inócuo, haveria de fazer saltar para a ribalta António Vieira. Os jesuítas tinham à terça-feira um mercado em que superintendiam. O comprador da Inquisição desentendeu-se com o almotacé (estudante da Universidade), apresentou queixa e o almotacé foi preso e julgado. O litígio que opunha a Universidade aos inquisidores durou, chegou mesmo a Roma, pois o rei tomara o partido dos inquisidores. Ora, quando em conselho, na presença do próprio rei se discutia quem teria razão, António Vieira tomou então a palavra em nome dos jesuítas. Tinha acabado de arranjar um poderoso inimigo. A ação política de António Vieira começa então. No ano seguinte (1643) recebe o rei um escrito anónimo, supostamente da autoria do jesuíta, chamando-lhe a atenção para a necessidade de recorrer ao poder económico dos "de nação":

> «*Portugal não se pode conservar sem muito dinheiro, e, para o haver, não há meio mais eficaz que o do comércio, e para o comércio não há outros homens de igual cabedal e indústria aos de nação. E porque são duas as cousas que desnaturalizaram deste reino os homens de negócio – ou as culpas de que estão acusados na Inquisição ou o receio com que as cousas de fé se tratam em Portugal -, para que com segurança possam*

tornar para ele, Vossa Majestade lhes deve dar real palavra de procurar admitir o perdão que eles alcançaram do papa acerca do passado, e para o futuro a moderação do rigor que Sua Santidade julgar ser mais conveniente se guarde nas Inquisições deste reino, como se tem feito em outros da Cristandade, principalmente no de Castela» (apud H.P., 1934: 392).

Mas o escrito foi recolhido pelo Santo Ofício e o rei não ousou dar-lhe deferimento. Paralelamente dá início a uma ação em favor da criação de duas companhias de comércio: uma para o Brasil e outra para a Índia. Em 1646 é enviado em missão diplomática a França e Holanda. Das boas relações que Vieira tinha com os judeus, nomeadamente os que viviam na Holanda, nos dá conta a Carta VI (ed. de João Lúcio de Azevedo), de 20 de abril de 1646:

«*Foi tão igual a grande mercê que VV. M.cês me fizeram, e tão igual o afeto que em todos experimentei, que, quando particularmente considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento a diversas cartas, porque a diferença de palavras não argua desigualdade na obrigação. Conforme este conhecimento me têm todos e cada um de VV. M.cês, tão desejoso como obrigado a seu serviço, esperando e pedindo a VV. Mcês me queiram ocupar em tudo que for dele, estando mui certos que, até onde chegar o pouco que possuo, mostrarão as obras a verdade deste meu ânimo»* (1997: 88).

Promete-lhes conseguir o regresso dos judeus, logrando da parte deles apoios para a guerra com Castela. Quando regressa é chamado a dar o seu parecer sobre um memorial em que os judeus apresentavam as suas principais reclamações - dispensa de confisco, abolição do segredo de testemunhas, igualdade de direitos às dignidades e benefícios, criação das companhias de comércio. Em 1649, logra, finalmente, ver aceite a sua ideia da criação da Companhia Geral do Estado do Brasil que, embora tivesse caráter económico, assumia obrigações militares, na medida em que a Companhia tinha a obrigação de aprontar 36 navios de guerra com que daria comboio aos barcos mercantes que transitavam entre o Brasil e a Metrópole. Embora tivesse tido uma vida acidentada e os seus capitais tivessem sido incorporados na coroa em 1664 (já no reinado de Afonso VI), a sua criação revela bem o poder persuasivo de Vieira sobre o novo rei.

Finalmente o aparecimento de um édito proibindo o confisco dos bens dos presos da Inquisição, embora tenha tido um resultado pouco significativo para os cristãos-novos, em muito veio contribuir para acicatar os ânimos dos inquisidores que logo procuraram que o papa o anulasse. Efetivamente, o papa enviou uma bula ao rei em que lhe conferia apenas o direito de apontar para quem reverteriam os bens confiscados aos presos. D. João IV declarou que deles fazia doação aos familiares dos presos (Azevedo, 1989: 132). Valeu-lhe a excomunhão depois de morto.

Morto D. João IV, em 1656, António Vieira e a causa judaica perderam o apoio que tinham. Por outro lado, o restabelecimento da pena dos bens confiscados não melhorara a situação económica do Santo Ofício, sendo comum o recurso aos bens que os presos tinham deixado em depósito, pelo que quando os réus eram inocentados raramente recuperavam os bens apreendidos. É nesta conjuntura que as vicissitudes políticas iriam dar aos inquisidores o ensejo para apanharem o seu grande opositor, António Vieira. Em 1662 seria ele desterrado para o Porto por ter participado na conjura para colocar no trono o Infante D. Pedro. Em pouco tempo (1663) seria chamado a Coimbra pela Inquisição. O escrito *Esperanças de Portugal, quinto império do mundo, primeira e segunda vida de el-rei D. João IV*, texto profético, inspirado nas profecias de Bandarra, constituiria a base jurídica que sustentaria a perseguição de António Vieira pelo Santo Ofício. Seria condenado em 1667 à reclusão em umas das Casas da Companhia, «com privação de voz ativa e passiva para sempre» (Azevedo, 1989: 288).

O golpe de estado e a regência de D. Pedro (1667) não vieram melhorar muito a situação de todos os que eram apanhados nas malhas da Inquisição. De uma consulta feita ao Desembargo do Paço resultou um violento libelo contra os judeus que conduziu ao decreto de 22 de junho de 1671 que, de acordo com as aspirações populares, visava a expulsão de todos aqueles a quem tinha sido dada a liberdade depois de terem confessado e abjurado. Abrangia este decreto três gerações de cristãos-novos: todos os que tinham saído em autos, desde o último perdão geral, seus filhos e netos. As vítimas protestaram por escrito. Este escrito, como outros de idêntico teor, é atribuído ao Padre António Vieira (que desde 1669 estava de novo

em Roma): *Papel que fez o Padre António Vieira, estando em Roma, a favor dos cristãos-novos*. Porém, o decreto de 22 de junho não favorecia a Inquisição que protestou, pois via assim perdida uma grande parte da sua clientela. Acabou por não entrar em vigor.

Logo no início de 1673 constou ter aparecido a ideia de um perdão geral que, uns diziam ter sido obtida em Roma por António Vieira. A sugestão tinha partido de um outro jesuíta, Baltasar da Costa, e fora feita ao confessor do rei, ele próprio também da Companhia. Visava a medida obter em troca o apoio financeiro dos cristãos-novos. Houve levantamento popular nas ruas de Lisboa e o Conselho Geral do Santo Ofício, obviamente que a recusou. Os cristãos-novos não estavam parados. Em Roma faziam-se valer de todas as influências para obterem do papa um indulto. A Inquisição reagiu e pretendeu também para si o direito de enviar delegados à corte pontifícia e lograr a submissão de D. Pedro aos ditames dos Conselhos do Santo Ofício. Desta decisão resultou mais um protesto e mais um escrito também atribuído a António Viera – *Memorial a favor da nação hebreia*.

Este escrito, no parecer de Lúcio de Azevedo, será da autoria de algum jesuíta interessado também na defesa dos direitos dos cristãos-novos (1989: 304). Esta luta de influências na cúria romana iria ser acérrima. A Santa Sé pede contas sobre o modo como são julgados os cristãos-novos em Portugal. Ora, é precisamente neste contexto que irá aparecer um outro documento também atribuído a António Vieira: *Notícias recônditas do procedimento das inquisições de Espanha e Portugal com seus prezos.*

2.

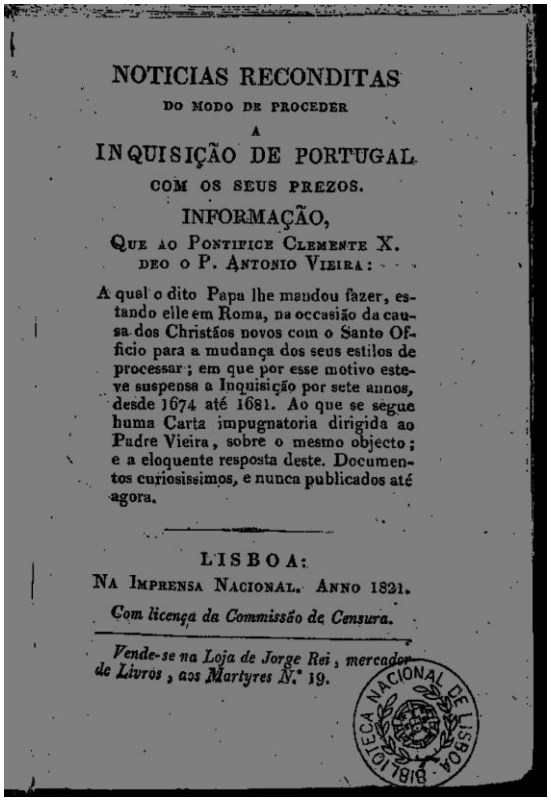
As *Notícias* foram divulgadas em muitas cópias, e seriam impressas em Londres, em 1722 (1). A obra terá sido levada para Roma por David Neto, rabino de origem portuguesa (Azevedo, 1989: 308). Circulou sempre com o nome de António Vieira e acreditou-se que era dele. De facto, durante vários anos, algumas contestações escritas lhe foram feitas, sempre dirigidas contra Vieira. No entanto, a edição que se conserva na Biblioteca Nacional, embora de 1821, dá-se como edição *Prínceps*, conforme se poderá ler na capa que a seguir se inclui. Segundo Inocêncio (1973: 293), haverá ainda, pelo menos, uma outra edição datada de 1750. Este bibliófilo esclarece também:

> «*Devo declarar, que em algumas antigas collecções manuscriptas de obras attribuidas ao P. Vieira anda na verdade o referido opúsculo, indicado como tal, ao passo que em um livro que possuo, copiado em 1748, e que contém várias composições com o nome do dito padre, e muitas outras não suas, vem esta como anonyma, e de auctor desconhecido*» (ibidem).

Donde se conclui que em meados do séc. XVIII a sua autoria já não era pacificamente aceite.

Escrita depois de 16 de novembro de 1673 (última data referida no seio da obra), provavelmente, dever-se-á à pena ou à ideia de Pedro Lupina Freire. Este conhecida por dentro a Inquisição, já que tinha sido seu colaborador. Aliás, tinha mesmo sido degredado por cinco anos para o Brasil, como castigo por haver divulgado segredos do Santo Ofício. Despeitado, conhecedor dos segredos da casa, podia ser muito útil à causa dos cristãos-novos em Roma. Aí se encontrava com Vieira em 1673 (e aí escreverá a *Clavis Prophetarum*). O facto de não ser muito dotado para a escrita, não obsta a que tivesse sido ele a fornecer alguns dados que outro(s) depois terá (terão) polido.

Esse outro poderia ser Vieira ou um cristão-novo qualquer. Ou um certo Lampreia, Promotor na Inquisição de Évora, conforme o bispo do Pará, D. Frei João de S. José de Queirós, conta (Azevedo, 1989: 310). Mas teremos também de considerar que Vieira não desconhecia propriamente os meandros da Inquisição, não só pela sua experiência direta em Coimbra, como também pelo relato de muitos cristãos-novos, familiares e apoiantes que com ele terão contactado.



NOTICIAS RECONDITAS
DO MODO DE PROCEDER
A
INQUISIÇÃO DE PORTUGAL
COM OS SEUS PREZOS.
INFORMAÇÃO,
QUE AO PONTIFICE CLEMENTE X.
DEO O P. ANTONIO VIEIRA:

A qual o dito Papa lhe mandou fazer, estando elle em Roma, na occasião da causa dos Christãos novos com o Santo Officio para a mudança dos seus estilos de processar; em que por esse motivo esteve suspensa a Inquisição por sete annos, desde 1674 até 1681. Ao que se segue huma Carta impugnatoria dirigida ao Padre Vieira, sobre o mesmo objecto; e a eloquente resposta deste. Documentos curiosissimos, e nunca publicados até agora.

LISBOA:
NA IMPRENSA NACIONAL. ANNO 1821.
Com licença da Commissão de Censura.

Vende-se na Loja de Jorge Rei, mercador de Livros, aos Martyres N.° 19.

A obra terá tido bastante repercussão na Cúria, pois, em 1674, o Papa envia um Breve aos inquisidores em que os intimava a suspender os autos de fé, sentenças e processos, tréguas que duraram sete anos. Esta medida suscitaria mais escritos: o *Desengano Catholico sobre a causa da gente da nação hebrea*, que seria atribuído também a Vieira, e que suscitaria resposta da parte dos seus adversários: *Engano judaico contra desengano catholico de um reo enganoso e enganado*, texto cheio de alusões a «vieiras». A esta resposta surgiu uma contrarréplica que, segundo Lúcio de Azevedo, também não deve ser imputado a Vieira, bem como não deve ser o *Memorial proclamatório a Innocencio XI,* igualmente incluído nas obras inéditas de Vieira. Em aditamento às *Notícias* circulou um escrito em que se denunciavam muitos abusos da Inquisição – *Reflexões sobre um papel intitulado Notícias recônditas* – documento este mais tardio. O facto é que regressado Vieira em 1675, morto Clemente X, em 1676, os cristãos-novos perderam a sua causa.

3.

Conforme consta da capa a obra está dividida em três partes: em 165 artigos se dão "notícias" da facilidade com que uma denúncia levava à prisão qualquer pessoa, judaizante ou não, cristã-nova ou cristã-velha, das torturas aí padecidas, das precárias condições de encarceramento e dos simulacros de julgamento; segue-se da carta "impugnatória" - um libelo contra os judeus – dirigida por «um amigo» a Vieira e, finalmente, a contra resposta alegadamente de Vieira, que é um interessante exercício de retórica que visa demonstrar que a Inquisição não defende o país da heresia, antes prejudica todos: judeus, cristãos-novos e cristãos-velhos.

Não admira que o texto incomodasse muita gente, pois põe a nu, desde a primeira hora, a fragilidade da "justiça" do Tribunal:

> «*Pronunciando-se hum homem no Santo Officio, o mandão prender, tratando-o como se já estivera convicto; porque na mesma hora que o prendem, lhe põem na rua a mulher, e filhos; atravessão-lhe as portas; fazem o inventario de todos os bens; e como se a mulher não tivesse parte nelles, fica despojada de tudo sem nenhum remédio» (p.4). Denuncia-se a ignorância dos familiares: «os familiares deputados para estas levas (regularmente falando) principalmente fóra da Côrte, são pessoas ordinárias, que são as mais, e homens de pouco porte, rústicos, e officiaes. Estes, que mal se sabem benzer, e que, se lho perguntarem, não hão de saber explicar, que cousa he ser Christão nem o que he ser judeu*» (p. 8).

Depois:

> «*Chega o Familiar com o seu prezo, ou prezos, que leva, á Inquisição. Vem logo hum Secretario da Meza tomar a entrada, com dous Guardas; e todos estes começão a persuadir aos prezos, que confessem para se usar misericórdia com elles, e sahirão para suas casas; e como a vida, e a liberdade he tão amada, os mais tomão aquelles conselhos, e vão confessar o que não fizerão*» (p. 9).

Nos cárceres começam todos os seus males, desde a tortura, à falta de alimentos e de higiene:

> «*Nestes cárceres estão de ordinário quatro, e cinco homens; e ás vezes mais, conforme o numero de prezos que há; e a cada hum se lhe dá seu cântaro de agoa para oito dias, (e se se acaba antes, tem paciência) e outro mais para as necessidades, que tambem aos oito dias se despejão: e sendo tantos os em que se conservão aquella immundicia, he incrivel o que nelle padecem estes miseráveis, e no verão, são tantos os bichos, que andão so carceres cheios, e os fedores tão excessivos que he beneficio de Deus sahir dalli homem vivo*» (p. 24).

Presos durante anos, sem que entretanto nada se faça para serem julgados, muitos acabam por morrer assim, em grande sofrimento. Quando ouvidos, nas vezes em que são chamados à mesa, as incongruências do processo levam ao desespero. Instados a dizerem as orações requeridas, mesmo revelando o seu conhecimento, são encaminhados para instrução religiosa. Muitos só ouviram falar aos inquisidores nos rituais judeus. De cada vez que vão à Mesa são aconselhados a confessar e a denunciar.

É evidente que têm direito a defensor, mas este tem de ouvi-lo perante um contínuo que tem como missão dar conta à Mesa de tudo o que se passar entre réu e defensor. Aliás, este letrado *«que tem nome de Procurador, mas nem procura nem requer o que pelos fundos de Direito entende, porque, não póde usar do Direito, nem exceder os termos alli praticados»* (p. 76), pouco adianta ao réu.

Escolhido pela Mesa, não pode consultar o processo, nem assistir ao interrogatório - limita-se a ouvir o preso. Depois de redigido o libelo, o preso tem de apresentar seis testemunhas fidedignas (cristãos-velhos) para cada artigo. Finalmente, assina. Claro que o procurador não "procura" as testemunhas arroladas ou, achadas estas, dificilmente elas darão informações que não contradigam as declarações do preso, já que as não conhecem.

A confissão é assim dada por nula, o preso castigado por ter apresentado falsas testemunhas. Deste modo se levam à fogueira bons cristãos, alguns cristãos-velhos, pois ninguém está a salvo das denúncias dos presos pressionados a delatar para salvarem a pele. E, pasme-se! tantos são os processos que correm naquele labirinto que «*resulta delle infamar-se geralmente a Nação Portuguesa, a qual sendo tão Catholica, vulgarmente entre as mais Nações da Europa, se equivoca Portuguez com Judeo, e assim, he o Reino desacreditado*» (p. 83).

De facto, «Entre tantos mil prezos, não houve hum que merecesse ir para casa com triunfo, e honra, como em Castella se vê; ou ao menos pela porta travessa sem infâmia!» (p. 103). E «Ainda quando lhes estão apertando os cordéis do garrote, sempre se lhes vão ouvindo nomearem, com huma notável devoção, os nomes suavíssimos de Jesus, e Mª, e já quando não podem fallar, nas ações manifestão a mesma devoção, e assim espirão, com signaes evidentes de que te, a Fé no coração, e nella morrem contritos, e penitentes, como poderão affirmar os Padres da Companhia de Jesus, que lhes assistem até ao fim» (p. 123). Um sistema que não distingue heréticos de bons cristãos não serve, pois, a religião. E os jesuítas estão em boa posição para o saberem, pois são os únicos que entram nos miseráveis e infetos cárceres para ouvirem em confissão os presos.

Mas este texto é também um interessante manual sobre usos, costumes e códigos, linguísticos e não só, da Inquisição. Nomeadamente sobre os diversos "graus" ou estados dos acusados. De facto, não bastava confessar a culpa. Para a confissão ser considerada aceitável era necessário que o confitente acertasse com a culpa que lhe fora atribuída pelos seus denunciantes. Ora, as denúncias eram secretas e até favorecidas e apreciadas. Nomeadamente as dos parentes, sobretudo se efetuadas durante a tortura, pois eram consideradas sinceras, conforme o Inquisidor, João de Melo, elucida (Lipinier, 1999: 67).

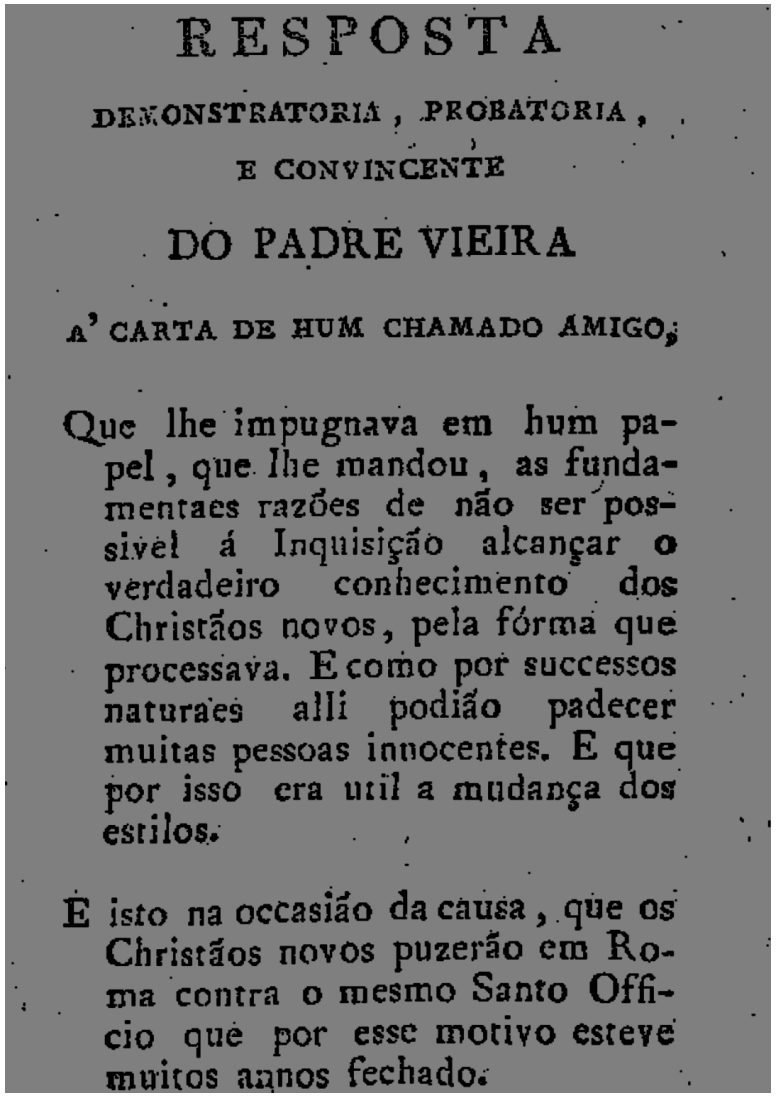
Poderiam ainda ser acusados de ser **diminutos**, se não confessavam a culpa por inteiro, (o que viria a suceder, muitos anos volvidos deste escrito, com António José da Silva acusado de não ter revelado aos inquisidores as práticas judaizantes de sua mãe e de suas tias). Nas *Notícias* distinguem-se três espécies de diminutos: os que confessam antes de serem sentenciados, os que confessam depois de lhes ser lida a sentença de relaxação, os que confessam de mãos atadas estando já entregues aos padres.

Como estes são obrigados a acertar com todos os que juraram contra eles, sem lhes faltar nenhum, para não incorrerem na agravante de diminuição, iam nomeando o maior número de pessoas – todas as que conheciam. Havia ainda os **negativos** (os que negavam totalmente as culpas) e os **afirmativos** (os que não confessavam nem negavam, antes diziam acreditar nas heresias por que estavam pronunciados). Estes últimos eram levados a cumprir a pena de mordaça na boca para que o público não ouvisse heresias contra a fé católica. Para cada caso são apontados casos concretos, confirmáveis pelos nomes dos envolvidos que aí figuram.

No final desta sentida denúncia, figura então a carta de «um amigo» e a resposta que lhe é dada. Se bem que a intercalação de textos pertencentes a outro género sejam frequentes na escrita barroca, se bem que seja vulgar na época o jogo de aparências autorais, sendo assim possível que a carta e a resposta nunca tenham existido autonomamente e, logo só haja um autor em toda a obra, num artifício que suscita mais movimento, logo mais interesse, à leitura, não parece que este seja o caso.

De facto, se é verosímil que as *Notícias* datem de finais de 1673 ou de inícios do ano seguinte, pois elas, escritas a solicitação do papa, conforme se diz no texto, terão despoletado a suspensão do Santo Ofício, a carta e a resposta referem-se a essa suspensão, pelo que serão posteriores, apensas aquando da impressão do texto.

Pela leitura deste preâmbulo também se vê que a denúncia feita não é contra a Inquisição em si, mas sim contra a forma como ela funcionava no nosso país. O próprio Vieira, em carta a D. Rodrigo de Meneses, datada de 1672, afirmava: «*A Inquisição é um tribunal santíssimo, e totalmente necessário, mas não pode ser santo, nem tribunal, governando-se com estilos ou injusto ou injustamente praticados, com irremediáveis danos, não digo já do temporal do Reino, mas da inocência da verdade e da mesma fé*» (*Cartas*, vol. II), apresentando como modelo a de Roma. É este, pois, o propósito da obra: denunciar os arbítrios da Inquisição portuguesa.



RESPOSTA

DEMONSTRATORIA, PROBATORIA, E CONVINCENTE

DO PADRE VIEIRA

A' CARTA DE HUM CHAMADO AMIGO;

Que lhe impugnava em hum papel, que lhe mandou, as fundamentaes razões de não ser possivel á Inquisição alcançar o verdadeiro conhecimento dos Christãos novos, pela fórma que processava. E como por successos naturaes alli podião padecer muitas pessoas innocentes. E que por isso era util a mudança dos estilos.

E isto na occasião da causa, que os Christãos novos puzerão em Roma contra o mesmo Santo Officio que por esse motivo esteve muitos annos fechado.

4.

Sendo um de vários textos atribuídos a Vieira, como *A Arte de Furtar*, alguns sermões, várias cartas e a série sobre os judeus nascida no tempo da sua estada em Roma, este reveste-se, sem dúvida, de um elevado valor histórico. E, se bem que não seja uma obra literária de valor, coisa que um libelo também não é suposto ser, a Resposta torna-se uma interessante peça do ponto de vista retórico pela lógica da sua argumentação. Além disso, é um texto muito documentado, sentido e coerente, uma veemente denúncia por parte de quem conhecia a Inquisição por dentro.

Valendo-se das suas ideias militantes e das vicissitudes da vida de António Vieira, é óbvio que a atribuição que lhe é feita dessas obras tem em vista o aproveitamento comercial do seu prestígio, mas é também o aproveitamento da força que o seu nome daria a uma causa, neste caso a dos judeus.

Nota:

(1) No entanto, há um original na Biblioteca da Ajuda datado de 1720: Notícias Reconditas do Procedimento das Inquiziçoens de Espanha e Portugal, com seus Prezos. Por António Vieira, Missionário Apostolico da Companhia de Jesus. Em Villa-Franca, 1720 (Cod. 49-IV-18). A descrição que Lúcio de Azevedo faz do exemplar parece coincidir com este (Vila Franca é Londres, terra de liberdade, segundo explicação do próprio Lúcio de Azevedo).

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, J. Lúcio (1989). *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Clássica Ed.

BELCHIOR, Mª de Lourdes (1997). Vieira revisitado. *Vieira Escritor.* (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.

PERES, Damião (1934). *História de Portugal* (ed. de Damião Peres). Barcelos: Portucalense Ed., vol. VI

LIPINIER, E. (1999). Terror e linguagem – um dicionário da santa Inquisição. Lisboa: Círculo de Leitores.

MARQUES, João Francisco (1997). A cronologia da pregação de Vieira. *Vieira Escritor.* (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.

MENDONÇA, J. Lourenço e MOREIRA, A. Joaquim (1980). História dos Principais Atos e Procedimentos da Inquisição em Portugal. Lisboa: IN-CM.

SILVA, Inocêncio Francisco (1973). *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: IN-CM vol. I

SMULDERS, Frits (1997). Tradições *Manuscritas* na obra de António Vieira. *Vieira Escritor.* (org de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.

VIEIRA, António (1997). *Cartas* (ed. de João Lúcio de Azevedo). Lisboa: IN-CM, 2 vols.

VIEIRA, António (1821). *Notícias Recônditas…*Lisboa: Imprensa Nacional

39. ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, Liceu Salvador de Madariaga, Acrunha, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA [GALIZA]

CRIOULO INSTITUCIONALIZADO CONTRA PORTUGUÊS GALEGO (OU PORTUGUÊS DA GALIZA): REFLEXÕES DESDE O NOME DADO À GALIZA PELAS INSTITUIÇÕES DO "REINO DE ESPAÑA"

A Conselharia da Cultura da "Junta de Galicia" (denominação castelhana) elevou consulta, não muito oportuna, acerca do nome da Terra à RAG. O "informe", resposta, do "plenário" da RAG, datado em 29 de março de 2008, diz:

«a) Galicia e Galiza son formas históricas lexítimas galegas no sentido filolóxico. As duas circularon na época medieval, pero só Galicia mantivo un uso ininterrompido ao longo da historia na língua oral. –

b) A *denominación oficial do País normativa e xuridicamente lexítima é Galicia*.» A questão não é menor porquanto os académicos misturam caoticamente critérios díspares para "construir" o que denominam "galego normativo" ou "língua de seu", na realidade um certo crioulo hispano-português. Compendio os critérios aludidos nos seguintes, por ordem de importância:

1.º O critério político. "Galicia" é o nome castelhano da "región" ou "comunidad autónoma". Mas a RAG impõe-no como válido filologicamente, contra a história da língua "propia" e contra as análises sociopolíticas da situação em que essa língua se acha.

2.º O critério da oralidade. Não se considera corretamente que as falas galegas se acham muito interferidas pela "lengua nacional" (escrita) do "Reino de Espanha", sobretudo no léxico culto, em geral, e no jurídico, em particular; neste coloca-se o nome da Terra.

3.º O critério da vontade do povo. Desde faz bem poucos anos diz-se expressa na elaboração diferenciada da "lengua propia de Galicia". Mas acontece que o povo galego, como em geral todo o povo, é antes ágrafo do que escritor. Menos ainda requer uma norma gráfica para redigir os textos por ele gerados. Ao contrário, são as instituições do estado as que impõem tanto a língua "correta" quanto o seu uso em âmbitos bem determinados, quase todos controlados ou controláveis pelos

poderes legislativo, executivo e judicial. Portanto, a elaboração diferenciada da "lengua propia de Galicia" não deriva da consciência popular, mas da imposição estatal.

0.- INTRODUÇÃO: REPRESSÃO

Inicio, pouco academicamente, o artigo por algumas citações do livro de María Antonio Iglesias[112]:

> *Também trouxe uma biblioteca para o colégio. Chegou aqui [à Baleira, Lugo] um inspetor de ensino primário e ficou espantado. Fazíamos obras de teatro, porque ele [o mestre Arximiro Rico Trabada] pensava que o teatro era uma parte da educação* [...] (IGLESIAS 2007: 43)

> *Cantávamos tudo em galego, canções galegas. Não é que fosse particularmente galeguista. Era como o somos todos os que nascemos na Galiza, mas então não havia Partido Galeguista, politicamente falando não havia nenhuma organização*. [...] (IGLESIAS 2007: 44)

> *Era do melhor que se pode falar. Lembro-o ante este quadro a explicar matemáticas, álgebra e trigonometria. Era um bom mestre. [...]. Quando o mataram estávamos todos a tremer, porque a mim também me perseguiram, e a meu pai também, e cada um tínhamos bastante com o nosso, mas ele era como da família; a sua morte sentimo-la como se fosse um familiar*... [...] (IGLESIAS 2007: 45)

> *[...]. Começou o seu calvário. Começaram de o martirizar, subiram-se de cavalo nele, tornando-se até ao alto da Serra da Ferradura, que é onde o mataram: cortaram-lhe os testículos, meteram-lhos na boca, cortaram-lhe a língua e tiraram-lhe os olhos... E tudo isso vivo, claro. Afinal, terminaram matando-o a paus e a tiros de escopeta. Não havia nem feridas de bala de fuzil nem nada, eram tiros de escopeta porque a cabeça estava desfigurada.* (IGLESIAS 2007: 49)

Eram tempos de guerra, crus e imesicordes: os executores, galegos como Arximiro, ficaram impunes, porquanto era o exército sublevado e os seus sustentadores os que forneciam àqueles cobertura ideológica e legal, para além da dispensação de toa a responsabilidade.

1.- REPRESSÃO DA COMUNIDADE LUSÓFONA

Seguiram-se quase 40 anos de ditadura e dela procede, sem quebra, a «transición democrática», o atual regime do *Reino de Espanha* [RdE], em que hoje se acha inclusa a *Comunidad Autónoma de Galicia* [CAG]. Nos tempos presentes, não de guerra, mas de paz, aquela repressão continua, mas doutro jeito. O RdE não atenta contra a integridade física das pessoas; porém, está a desconjuntar a integridade cultural, linguística, dos indivíduos e dos grupos na Comunidade lusófona da Galiza. É processo acelerado e impune, segundo evidenciam os inquéritos (RAG-SS 2003: 185-189); também efetivado por galegos, que a ideologia nacionalista dominante no RdE nutre e dispensa de toda a responsabilidade.

[112] Relação de mestres fuzilados na Galiza: «Os mortos do 36.- O professorado: Gerardo Abad Conde (morto polos guardas de assalto em Madrid), Segundo Abal Padín, Juan Abramo Dios, Xermán Adrio Mañá, Pedro Almazán Ramos, Juan Alonso Pérez, Enrique Alonso Teijeiro, Rafael Alonso Rodríguez, Joaquín Antonio Álvarez Álvarez, Rodrigo Álvarez Gantes, José Ambrós Gordillo, Fernando Barcia Beiras, Luís Barrio Rey, Manuel Barros Fernández, Manuel Barros Pérez, José L. Bouzas Fernández, Frutos Burgos Ramos, Ángel Caamaño Villaverde, José Caballero Rubio, José Caldas, Antonio Caneda Rodríguez, Eugenio Carré Naya, José Mª Cortés Fernández, José Costa Pardo, José María Díaz y Díaz Villamil, Antonio Dopazo Fernández, José R. Fernández Barral, Rafael Fernández Casas, Marcelino Fernández Prado, Ángel Fraga Orosa, Víctor Fraiz Villanueva, Hipólito Gallego Camarero, José García Fernández, Juan Ramón García Niebla, Francisco Gómez Blanco, Constantino Gómez Rodríguez, Xosé Gómez Gayoso, Julio González Álvarez, Juan González Del Valle, Julián Hermida Montoya, Manuel Iglesias Filgueira, Francisco Iturralde Cabeza de Vaca, David Labrador Zuil, Antonio Lafuente Gimenez, Amadeo López Bello, Xosé Losada Castelao, Gonzalo Martín March, Leonardo Martínez Novo, Bernardo Mato Castro, José Meis Martínez, Eugenio Meizoso Núñez, Antonio Mojón Vázquez, Luís Morillo Uña, Eduardo Muiños Bua, José Novás, Paulo Novás Souto, Elixio Núñez Muñoz, Camilo Palmeiro Pazos, Manuel Pedreira Pazos, Luís Pérez Amil, José Pérez Sanmartín, Justo Prada López, Vicencio Prieto Ramos, Luís Rastrollo Fernández, José Ramos López, Rufino Redondo Senrra, Benigno Rey Pavón, Arximiro Rico Trabada, Manuel Rodríguez Castelao, Longino Rodríguez De La Iglesia, Alfonso Rodríguez Méndez, Mercedes Romero Abella, Vicente Sáez Ruíz, Félix Salgado Del Moral, Víctor Sánchez Martil, Jacinto Santiago García, Alvaro Santos, Reinaldo Sarria Delgado, Francisco Sierra Rodríguez, Juan Antonio Suárez Picallo, Apolinar Torres López, Víctor Trabazo Serapio, Xosé Vázquez Grela, María Vázquez Suárez, Narciso Vidal Fraga, Nicanor Villa Martínez, Eduardo Villot Canal.» (COSTA RICO 2007: 128-129)

Comprovo-o no "ditame" da *Real Academia Gallega* [RAG] sobre o nome da CAG, "Galicia" contra GALIZA, aliás, evidencia nada mascarável:

Texto do Ditame

Dna. Ánxela Bugallo
Conselleira de Cultura e Deportes
Xunta de Galicia

En resposta ao seu escrito de data 19 de setembro de 2007, recibido na RAG o 11 de xaneiro de 2008, no que solicita unha aclaración sobre a pertinencia ortográfica do topónimo "Galicia" para denominar o noso País, á luz da modificación das Normas ortográficas e morfolóxicas de 2003, a Real Academia Galega, no seu Plenario do día 29 de marzo de 2008 acordou emitir o seguinte ditame:

a) Galicia e Galiza son formas históricas lexítimas galegas no sentido filolóxico, As dúas circularon na época medieval, pero só Galicia mantivo un uso ininterropido ao longo da historia na lingua oral.
b) A denominación oficial do País normativa e xuridicamente lexítima é Galicia.
A Coruña, 29 de marzo de 2008
Asdo.: Xosé Ramón Barreiro / Presidente da Real Academia Galega.

Aconteceu que a conselheira da Cultura, do BNG, partido nacionalista galego, motivada por perguntas parlamentares do PP, partido nacionalista espanhol, consultou à RAG se **GALIZA** é nome legítimo da CAG. E a entidade académica responde o que acima consta, reunida de vez em "plenário"[113].

Para tão curta viagem não eram necessários tantos alforges.

Com efeito, a RAG transcreve, mal, um excerto da secção 9.1 das **Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego** [NOMIGa]: «*Entre estas palabras [terminadas em -cia] está Galicia, voz lexítima galega, denominación oficial do país e maioritaria na expresión oral e escrita moderna. Galiza é tamén unha forma lexitimamente galega, amplamente documentada na época medieval, que foi recuperada no galego contemporáneo*.» Contudo, a RAG, tão procuradamente precisa nas «*notas, impresas en letra mais miúda*» (NOMIGa 2003: 13), abandona essa precisão em ambos os textos:

1.º O art. 2.º dos **Estatutos**, publicados no «Anexo» do **Real Decreto 271/2000, de 25 de febrero, por el que se aprueban los Estatutos de la Real Academia Galega**, não inclui entre as "finalidades" da RAG nem fixar nem lembrar sequer a condição oficial de palavra nenhuma.

2.º Mormente, a legitimidade do nome **GALIZA** diverge da que assiste ao nome "Galicia". Aquela assenta na história e nas ciências da linguagem; esta apenas deriva da oficialização do nome castelhano no RdE[114].

1.1. LONGA HISTÓRIA: O QUE IMPÕE O RdE

Tal submissão das autoridades académicas e universitárias aos textos ao acordado pelas autoridades governativas ou administrativas do RdE vem de longe. Assinalo alguns factos ou fitos nesse curioso e paradoxal processo último (desde a «Transición» de 1975), em que os ditados da política se impõem aos achados da filologia:

[113]Cumpre acrescentar um facto curioso e contraditório, nada menor: O Presidente da RAG diz "plenário" ao órgão de governo denominado estatutariamente "Pleno". cf. Art. 13: «*Los órganos de gobierno de la Real Academia Galega son de dos tipos: colegiados y unipersonales. Son órganos colegiados: el Pleno y la Comisión Ejecutiva. [...]» "Pleno" é «denominación oficial», como evidencia a tradução galega, igualmente publicada no BOE («[...] Son órganos colexiados: o Pleno e a Comisión Executiva. [...]*»). Seguindo o razoamento do "plenário" da RAG no seu «Ditame» a respeito de Galiza, se "pleno" é o nome legítimo e oficial, por ser o usado na versão castelhana, "plenário"não é nem legítimo nem oficial e, porém, é usado tanto no «Ditame» quanto no próprio «Regulamento de Regime Interno».

[114]Permito-me assinalar duas semelhanças, *mutatis mutandis*, entre os "filóloxos" fautores das NOMIGa e os tribunais franquistas do pós-guerra: Para além de *esperpénticos*, eram *arbitrários*. Ou por *esperpénticos* eram *arbitrários*. Em GIL HERNÁNDEZ 2008 evidencio a inconsistência teórica dos "principios" e "esixencias" expostos na «Introdución» às NOMIGa; a mesma arbitrariedade assiste às justificações "filolóxicas" das escolhas normativas, que veremos no ¶ 2.2.

a) Fala-se de uma reunião secreta de Pío Cabanillas Gallas, então ministro da UCD[115], com Ramón Piñeiro sob o patrocínio de Franqueira em Ourense. Parece que a reunião teve lugar nos primeiros anos da «Transición».

Não consta o nela tratado, mas um dos assuntos seria o "galego", já no nível primário do ensino desde a **Ley Villar Palasí** (1970) e disciplina do ensino não universitário mercê dos denominados **Decretos de bilinguismo** (por volta de 1979). Não tratariam do galego em geral, mas de «que galego na escola?», tema discutido anos mais tarde nos I ENCONTROS LABACA (3-5 de junho de 1983)[116].

b) Nas **Atas do COLÓQUIO DE TRÉVERIS** (1980), publicadas em 1982, pela CONSELLERÍA DE CULTURA da "XUNTA DE GALICIA" [XdG] evidencia-se o intento dominante entre os assistentes, resumido esclarecidamente pelo atual catedrático de "galego" na USC, Ramón Lorenzo Vázquez, no fim da «*Mesa redonda. Sobre a posibilidade de establecemento dunha lingua culta galega*», que presidia Walter Mettmann.

À pergunta de Harri Meier: «*¿Para um futuro ensino do galego nas escolas há uma autoridade escolar que se expressa sobre a norma que é preciso aplicar?*», responde o Prof. Lorenzo: «*Hai a Xunta de Galicia e neste momento vai chegar á conclusión de que nada de lusismo, nada de portuguesismo, senón galego*.»

E imediatamente escusa-se porque, apesar de dizer o que diz, «non estou contra o portugués.» (1980: 248). As intervenções do citado professor, junto do reformado Alonso Montero, foram tão contrárias ao sustido pelos saudosos Prof.[es] Rodrigues Lapa e Carvalho Calero, quanto evidenciadoras do "galego" decidido pelas autoridades políticas para ser ensinado no ensino não universitário.

A razão "científica", sustida acirradamente até hoje por um e por outros isolacionistas, é a exprimida em nota a rodapé pelo Prof. Santamarina (1980: 171) na sua comunicação:

> «*Entendemos convencionalmente por Galicia a que queda ó occidente das isoglosas de porta / puerta, pedra / piedra; pola parte meridional a que queda ó N do seu limite administrativo» ou, dito pelo seu nome, «ao norte da fronteira portuguesa*.»

Não preciso chamar a atenção para o critério díspar, tomado arbitrariamente (o autor diz «convencionalmente»), sem explicação filológica razoada nem razoável. É a fronteira estadual entre o RdE e a República portuguesa a que marca o que "filologicamente" é "galego" e não é "galego". Afinal Ramón Lorenzo torna explícita a autoridade "filolóXica" última: a "Xunta de Galicia", as instituições administrativas do RdE.

c) No meu **Silêncio ergueito** (1996: 99) lembro uma reunião de que dá conta Victoria Armesto em **La Voz de Galicia** (29 de junho de 1983): «*[...] yo creo que fue el 28 de agosto de hace dos años [1981] cuando se celebró aquella comida en la casa* [grande] *de Xanceda apareciendo Manuel Fraga en un pequeño coche que conducía su hija Pipo. Con Fernández Albor llegaron los profesores Constantino García y Ramón Lorenzo máximas autoridades en lengua gallega*.

> »*Era un día caluroso y pesado. No se habló en absoluto de política y sólo se trataron temas universitarios y culturales siendo el entendimiento entre el profesor Fraga y el resto de los profesores y doctores muy armonioso.*»

Acho que são ociosas as interpretações ao caso.

d) Se forem necessárias, basta com ler a resposta de Fraga numa entrevista, publicada em **La Región** (4 de setembro de 1981), que também transcrevo em **Silêncio ergueito** (1996: 99-100): «Yo creo que el gallego es, como todo, una creación de la historia y habiendo nacido antes que se produjeran las grandes unificaciones nacionales, siguió un camino literario brillantísimo hasta finales del siglo XV. Entonces eran las regiones portuguesas quien lo desarrollaron, pero desde

[115] Pio Cabanillas Gallas (Ponte Vedra 1923-Madrid 1991), político espanhol de centro-direita, impulsou a organização do primeiro PARTIDO POPULAR (1976); uniu-se à UNIÓN DE CENTRO DEMOCRÁTICO. Homem forte da UCD na CAG, com o apoio de Eulógio Gómez Franqueira, foi deputado no CONGRESSO entre 1977 e 1989, Ministro da Cultura (1977-1979), Ministro-adjunto ao Presidente (1980-1981), Ministro da Presidência (1981) e Ministro da Justiça (1981-1982).

[116] Em julho de 1982 foram aprovadas as primeiras NOMIGa e publicadas em outubro desse ano, mas não "oficializadas" até ao 20 de abril de 1983. Na realidade nunca foram oficializadas, mas apenas assumidas pelas instituições do RdE.

la independencia de Portugal, *hay un destino que sigue la lengua gallega*, que se convierte en la lengua popular de Galicia, *conviviendo con el castellano en un bilingüismo que nunca ha creado problemas*. Esta no sólo es una *opinión* mía; lo es también *del ilustre catedrático de Santiago, Lorenzo, quien ratifica que el gallego hay que dejarlo como es, no inventarlo de nuevo, ni mucho menos si esta invención, no sólo no es filológica, sino también política*.» (O itálico é meu).

Parece como se Fraga, então presidente da "XdG", ecoasse a conversa da casa de Xanceda e confirmasse o acordado nela.

1.2. CONFIRMAÇÃO: "PIÑEIRO" CONTRA CARVALHO

Confirma o acima apontado, também do ponto de vista simbólico, o facto de a RAG dedicar a Ramón Piñeiro o «Dia das Letras Galegas» de 2009.

As motivações foram publicadas na imprensa diária: «a dedicación, total e desinteresada, da sua vida na defensa de Galicia e da sua cultura, que debe ser unha referencia moral indiscutible e necesaria cara às novas xeracións».

Pode ver-se em **LVG**, 06/07/2008: 34; também nas edições digitais de **Galicia Hoxe** e de **El País**. Porém, calarão que foi o "endireitador" principal do movimento galeguista "interior", então, na ditadura franquista e, posteriormente, durante os primeiros anos da «Transición».

Saliento a apresentação do ILG e a resenha de Gallego 1, que, como académico, lhe publicou, em 1971, a revista **Grial** (Vigo), de que era responsável. Esses textos evidenciam que a oposição entre a RAG e o ILG, cenificada por alguns média naqueles anos, não foi tal; antes, desde o lançamento do ILG houve sintonia discursiva e de objetivos com os homens "fortes" do grupo Galáxia: o citado e García Sabell, senador por nominação do rei e posteriormente Delegado del Gobierno de la Nación, com UCD e nos primeiros anos dos governos do PSOE, ao tempo que exercia a presidência da RAG.

Contudo, hoje parece-me mais interessante o facto, altamente simbólico, de a RAG preferir o Piñeiro ao Prof. Carvalho Calero, mesmo em razão dos apelidos, a denominarem árvores presentes no país, a novidosa face à tradiional; mesmo na grafia, o Ñ: castelhano face ao **LH** galaico. Curiosa é a explicação que, numa entrevista, aduz o presidente da RAG ao caso:

P. Conhecia a campanha a favor de dedicar o Dia das Letras a Carvalho Calero? Nom foi Ramom Pinheiro umha proposta contra Carvalho?

XRB.- Claro que conheço, nom vou conhecer! Recebim-nos aqui duas vezes, e dixem-lhes claramente as poucas possibilidades que havia, ainda que eu ia jogar essa carta, porque tem apoios. Precisamente polo tinglado este da Lusofonia [em relaçom ao debate parlamentar sobre o Acordo em Lisboa] dixo-se: 'Nom é o momento', porque ia ser interpretado como que a Academia lhes cede um espaço, assim de claro cho digo. (**Novas da Galiza**, 15 de julho de 2008; **PGL**, sábado, 16 agosto 2008).

2.- O DENOMINADO GALEGO NORMATIVO[117]

Os posicionamentos «oficialistas» precisam uma teoria que com posterioridade, não apenas cronológica, mas elementarmente lógica, «justifique» a sua prática «isolacionista», desenvolvida tanto sobre o *corpus* quanto sobre o *status*.

[117]No artigo, texto da comunicação apresentada a um **Simpósio** organizado pelo «Consello da Cultura Galega», cujas Atas nunca foram publicadas, prometia uma segunda parte, de que adiantava o esquema. Acha-se na nota 25 (p. 381) de «"Isolacionismo" e constrita desgaleguização da Comunidade Lusófona na "Comunidad Autónoma de Galicia". Congruência do "autonomismo bien entendido" com o *Language Planning*, dito "possível" e "realista", permitido pela legalidade fundamental espanhola» (in **Nós. Revista da Lusofonia** 1990.1991, Ponte Vedra/Braga, núms. 19-28: 368-382). O artigo prometido trataria da *Hypotheseos formulatio: "lingua per elaborazione"*, crítica dessa «proposta isoladora». Eis o esquema em causa:

1. «Lingua per elaborazione» e L.P.

1.1. «Lingua per elaborazione» é conceito tipificador para explicar as diversas situações sociolinguísticas

1.2.- Distinção de diferentes fases na dimensão enunciadora desses processos.

2. «Lingua per elaborazione» e N.I.

2.1.- Enunciação inicial, diretiva: expressa na *CE* (1978) e no *EAG* (1980), no *«Decreto de bilinguismo»* (M.E.C., 1979) e no segundo *«Decreto de bilinguismo»* («Xunta de Galicia», 1982).

2.2.- Enunciação medial, não diretiva: expressa nas NOMIGa (1982.1995.2003).

3.- Enunciação conclusora, diretiva. Expressa na *Lei 3/1983, de normalización lingüística* (1983) e legislação dela derivada, e no *Decreto 173/1982, de normativización da lingua galega* (1982).

Ao *V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Vigo, 14 de novembro de 1996) apresentei uma comunicação, ainda inédita, que intitulei. «O "galego normativo" da "Xunta de Galicia": (quase) *crioulo castelhano* com sanção administrativa». Nas secções 4.1. e 4.2. proponho uma redefinição do conceito de crioulo.

Nesta última dizia:

> *Decerto o crioulo pode ser definido histórica ou geneticamente. Contudo, na sua estrutura ficam os traços da língua crioulizadora, que estimo não apenas interferências neutrais, como por hábito se consideram e estudam, mas sobretudo estigmas da escravidão, cultural, social, política e económica, a que os utentes da língua de origem foram submetidos pela potência dominante e, portanto, denominante*. (Vid. L-J Calvet 1974: 56-60).

Se examinarmos com atenção a língua de seu, que lhes dizem às falas galegas, quer na oralidade espontânea, quer sobretudo na formalização que as Instituições espanholas alcunham de "galego normativo" ou " galego normativizado" e a grande maioria dos nacionalistas galegos consideram, paradoxal e erroneamente, "normativa oficial", advertiremos que as marcas da escravidão são tantas e tão caraterizadas que com adequação podemos definir esse "galego" como (quase) crioulo castelhano ou, singelamente, espanhol em virtude dos traços precisamente crioulizadores que o conformam.

Fundamentalmente são duas as notas caraterísticas do crioulo:

1.ª A simplificação da língua crioulizada, à partida, inferior, sob o modelo da língua crioulizante, à partida superior.

2.ª A re-estruturação da língua crioulizada igualmente sob o modelo da língua crioulizante.

Ouso afirmar que os processos crioulizadores são inversos dos processos normalizadores:

Nestes a variedade Superior da língua conforma e abrange as variedades Inferiores, enquanto nos crioulizadores a língua crioulizada acaba desaparecendo no seio da língua crioulizadora.

Apenas me detenho numas considerações ao caso.

2.1. JUSTIFICAÇÕES JURÍDICO-"FILOLÓXICAS" GERAIS

a) Primazia da fala
b) Língua per elaborazione.
Contudo, apenas fico nalgumas anotações

2.2. Casos particulares

a) Sufixos
b) *Dicir* (NOMIGa § 16.3.5., pp. 138-142)

3.- RESULTADO: Crioulização institucionalizada vs. Português galego:

4. BIBLIOGRAFIA:

REAL ACADEMIA GALEGA-INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (2003), **Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego**, Vigo.

REAL ACADEMIA GALEGA. SEMINARIO DE SOCIOLINGUÍSTICA (2003), O galego segundo a mocidade. Unha achega às actitudes e discursos sociais baseado en técnicas experimentais e cualitativas, Crunha.

CARVALHO, A. M.ª (ed.) (2008), **Português em Contacto**, Frankfurt/Madrid: Vervuert / Iberoamericana.

COSTA RICO, A. (2007): **Revista Galega de Educación**, n. º 37

Real Decreto 271/2000, de 25 de febrero, por el que se aprueban los Estatutos de la Real Academia Galega BOE de 4 de março de 2000, pp. 9146-9149 (para a versão castelhana) e BOE de 31 de março de 2000. Suplemento n.º 5, pp. 424-427 (para a versão galega).

FUNDACIÓN LABACA (1984), Que galego na escola? Ponencias dos I Encontros Labaca, Sada, Eds. do Castro.

GIL HERNÁNDEZ, A.P. (1984), «Que galego na escola? Anotaçons para umha proposta de Planificaçom Linguística na Galiza. Tese reintegracionista», in FUNDACIÓN LABACA 1984: 49-153.

GIL HERNÁNDEZ, A.P. (1996), Silêncio ergueito. Apontamentos sociopolíticos sobre questões aparentemente idiomáticas (Infelizmente certificados apenas dez anos depois), Sada Eds. do Castro.

GIL HERNÁNDEZ, A.P. (2008), «Uma análise dos "principios" e "esixencias" a fundarem as *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*», in CARVALHO, A. M.ª (ed.) 2008: 359-384.

IGLESIAS, M.ª A. (2007), **Maestros de la República. Los otros santos, los otros mártires**, 11.ª ed., Madrid, La Esfera de los Libros.

KREMER, D.-LORENZO, R. editores (1982), **Tradición, atualidade e futuro do galego. Atas do Colóquio de Tréveris (1980)**, Santiago de Compostela, Consellería de Cultura.

40. ARTUR ALONSO NOVELHE, CLUBE DOS POETAS VIVOS

UM NOVO OLHAR SOBRE POESIA GALEGA. BREVE ESTUDO COMPARADO DO POETA GALEGO CONTEMPORÂNEO CARLOS QUIROGA

Desde os primeiros povoadores de estas Atlânticas terras, passando pela poesia medieval, os séculos escuros, ressurgimento, e mais tarde o modernismo e a poesia contemporânea, a alma galega tem inserido no centro um extenso jorrar de múltiplas experiências, emoções e formas de vida. Tendo como fio condutor estes fatos, este estudo pretende dar a luz através dos escritos de três novas figuras da poesia galega escrita inteiramente em português, as novas perspetivas e retos de uma cultura que luta por não morrer e a mesmo tempo vivenciar uma realidade que tão própria como universal: seu direito a pertencer ao mundo da Lusofonia, do qual sem dúvida é ator principal.

> "*Uma cultura – como a democracia - não é um feito, senão um processo; não é um sistema estático, senão uma estrutura dinâmica que se produz e reproduz, em constantes processos dinâmicos de estruturação e desestruturação, ao longo do tempo histórico*" (Xosé Manuel Beiras – Jornal "Galicia Hoxe", 17/08/2008)

1. Introdução

A poesia galega desde o início documentado pelas cantigas medievais, tempo no que constitui um dos referentes da literatura europeia da época com nomes tão resenhados como: Meendinho, Martim Codax, D. Dinis, Arias Paez, Joám de Requeixo, Afonso O Sábio, e outros, passando pelos séculos escuros onde a poesia ficou resguarda de maneira popular, trás a conhecida "Doma e Castração do Reino da Galiza", tornando-se numa variedade de cantares rimados de diversa forma, e que preenchiam de algum modo as necessidades lúdico festivas da comunidade, ou bem os trabalhos a realizar num entorno puramente rural onde aparecem os Cancioneiros de Ruada, de Desafios, de Lugares, mesmo de Maldizer (excetuando algum escrito destacável como o "Pranto de Fonseca", anónimo, etc.); passara mais tarde a obter de novo a luz e o lugar que lhe foram próprios no chamado "Rexurdimento" com nomes ilustres que tornam sua consciência espelho do sofrimento e adormecimento dum povo, obrigado a viver de costas a sua história e a sua identidade.

Rosalía de Castro, Eduardo Pondal, Curros Enríquez, Aurélio Aguirre, e outros conseguem de novo situar a Galiza no mapa literário que lhe é próprio, mas ainda ficando difuso internacionalmente pela pressão derivada de um centralismo unificador, contrario a toda diferencia e riqueza plural, que associado à falta dum marco nacional referencial, impede a difusão adequada de uma literatura de tão alto valor moral e qualidade.

Este novo nexo criado pelo "Rexurdimento", após um período de descimento, veiculará a chegada do século XX, e infringirá ainda maior força aos novos vultos da, por assim dizer, épica galega corajosamente trabalhada ao longo dos séculos.

Antonio Noriega Varela aportara a estes inícios de século a proximidade do saudosismo português, para logo Ramón Cabanillas influenciado pela corrente modernista acometer a mudança necessária que levara a lírica galega a pesquisar outros horizontes; mas será a partir de 1916 com a fundação das "Irmandades da Fala" que a literatura galega renascera novamente, pois as próprias Irmandades preocupar-se-ão de estender sua influência por todo o país, dando-lhe a vez um impulso vital a literatura como motor transmissor e gerador de dinâmicas tanto políticas como de pensamento. De aí seguindo uma evolução muito lógica aparece em 1920 a importante Revista Nos, onde figuras tão destacadas como Vicente Risco, Otero Pedrayo e Castelao abriram o broto dum universo cultural tão ativo que vai permear as inquietudes de toda a intelectualidade. E no ano 1923 surge o "Seminário de Estudos Galegos" onde futuros poetas como Carvalho Calero ou Xosé Filgueira Valverde vão deitar os seus esforços com o intuito de conseguir que este foro se converta na Universidade em língua galega, da qual a nação carece.

A poesia se alimentará também de este nutriente com assombroso vigor e é neste contexto que Noriega Varela inicia o seu "paisagismo humanista" ou aquele em que Cabanillas desborda a sua verba torrencial que emana das águas doces subterrâneas da mítica Rosalía, do amado Curros e o heráldico Pondal. Da mão de estes e outros autores também entrará como janela aberta ao impossível o Esoterismo, a filosofia oriental, e mesmo os escritos de Nietzsche neste recanto do Nordeste Peninsular afastado do mundo. Porém escuros anos se aproximarão neste

florescer do momento, neste percurso pelo que iminentes promessas sulcarão forçosamente a terrível travessia da Guerra Civil Espanhola, e o martírio de milheiros de homens e mulheres que alumiavam um futuro promissório para uma Galiza com um maior e mais certo conhecimento de si mesma.

Parte da vitalidade galega marcha para exílio e ilustres como Eduardo Blanco Amor começam a editar revistas, livros e diverso tipo de impressões, com o ânimo de alicerçar uma cultura ameaçada no interior pelo regime fascista. Nem a longínqua ubiquação, nem as dificuldades editoriais, nem a procura dum público escasso, fazem desistir no seu propósito a estes lutadores pela essência que todo povo precisa preservar, e esta mesma situação importara essas carências e teimas a seus poemas mais profundos, dando a esta literatura do exílio um caráter peculiar.

Luis Seoane e Emilio Pita dinamizam a poesia social, Lorenzo Varela reedita a visão gloriosa dum passado que o centralismo espanhol apagou. Eles darão argumentos ao exílio interior para acometer novos retos que a sobrevivência da poesia galega terá de sortear da mão de Celso Emílio Ferreiro que desenha no título de seu livro “Longa Noite de Pedra” o epitáfio histórico para um período escuro que assim se passará comummente a denominar para a Galiza mais consequente do seu estatuto e lugar. Sendo com Xosé Mª Alvarez Blazquez, de novo Ricardo Carvalho Calero e outros que a ideia milenar dum sonho galego não morre, e o relevo tímido mais esperançado vai chegando a Bernardino Graña, Manuel Mª, Mendez Ferrín...como filhos prediletos duma nova geração com muitas mais possibilidades, mais alternativas e maior especa, entre outras as de publicar seus trabalhos, desde 1950, importante ano da fundação da Editorial Galáxia. A partir dos anos 60 se começa a ganhar um lugar social ainda que cativo dinamizado e catalisador, mas que será promissório de uma determinada orientação que acompanhará a literatura em língua galega ate os nossos dias.

Depois o Estatuto de Autonomia do ano 1980 e da Normativa Ortográfica do idioma galego, desenrolada pelo Decreto de Normativización da Língua Galega de 17 de novembro de 1982, e a seguir pela Lei de Normalización Lingüística de 15 de junho de 1983, abrirá e consolidará um debate sobre o modelo mais idóneo e efetivo de desenvolvimento da língua galega, pois nesse mesmo ano a Associação Galega da Língua publica o seu “Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfológicas do idioma galego”, que contradiz as teses, já oficiais, chamadas de “isolacionistas”, por um modelo paralelo que prime por um achegamento aos modelos oficiais dos países de falas irmãs e ao mesmo tempo um papel mais relevante no cenário internacional da língua da Galiza. Por este caminho surge em 1986 a "Comissão para a integração da língua de Galiza no Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro", durante um encontro dos PALOP, decorrido no Rio de Janeiro.

Com este panorama também a poesia galega fica definitivamente inserida neste debate, entre os defensores de uma e outra normativa, decorrendo do mesmo confronto um desigual resultado prático: pois enquanto aqueles autores que se situam no âmbito da normativa oficial contam com o apoio governamental e administrativo, as editoras mais prestigiosas, assim como uma melhor cobertura comunicativa, os autores que optam pelo caminho da reintegração vem-se na realidade menosprezados no seu trabalho e que fazer diário, por falta de um apoio efetivo das Instituições, ao mesmo tempo que editorial, logrando de algum jeito ancorar a este coletivo numa clandestinidade, que precisa de elementos inventivos e novas resoluções para poder dar a luz a sua criatividade.

2. Objetivo

Precisamente este trabalho pretende desde uma ótica, o mais desapaixonado possível, aderir à parcialidade, e demonstrar que a nova poesia galega veiculada em português, e dizer no galego internacional, têm uma vitalidade e energias próprias emergentes precisamente de essa especial caraterística de viver ao transluz da clandestinidade oficiosa, remando em contra de ventos não propícios, e mares muito fundas; que preserva um fio condutor sobre a mesma, lhe da assas libertarias que confere a falta de tutela e lhe brinda uma oportunidade única de interagir com o mundo irmão que a rodeia criando laços que repercutem em uma corrente continua, que voga em variadas direções e proporciona uma experiência e intercambio que lhe assentam uma qualidade constatada nos seu que fazer artístico.

Baseando este pequeno estudo, que com o tempo se acrescentará e enriquecerá com novas pesquisas, novas procuras e novos autores; em um dos autores galegos que o meu modo ver mais tende a influenciar as gerações futuras, resumiremos baixo uma análise detalhada, aqueles elementos que desde a minha perspetiva são fundamentais para dar a conhecer uma das líricas mais inovadoras que a literatura galega tem gerado em anos: a poesia galega na sua variante

ortográfica de galego universal que é dizer em português. Desenrolando um primeiro contacto com o autor contemporâneo, que desde a minha ótica, tem exprimido da forma mais volumosa e diversa as caraterísticas de qualidade e universalidade, tentaremos em sucessivos estudos desvelar a riqueza dos diversos autores que, a dia de hoje, formam parte de estas novas gerações de poetas que sem dúvida há dar literatura galega um novo pulo, uma nova visão e uma maior presença no plano internacional do qual a literatura galega injustamente, tem ficado afastada, por motivos referenciais periféricos dentro do Estado Espanhol.

Um novo olhar é precisamente uma nova focagem, uma nova situação no plano, uma nova iluminação e observação do mundo que, desde a minha perspetiva, fornece à poesia galega em português um enriquecimento nacional e universal, como parte do acervo global que cada povo aporta à humanidade. Deitar luz sobre este facto, que por falta de eco inato à situação de confronto linguístico que hoje se esta a viver na Galiza, é sem dúvida o motivo primórdio de este pequeno trabalho, a expandir-se em anos sucessivos, que hoje por falta de tempo e a delimitação consequente a um colóquio no que tantos outros trabalhos serão redigidos, fica pelo momento como um pequeno bocejo de esta pujante realidade.

3. PONTO 1: Entorno Atual

A) Marco referencial

Chegados a este ponto é necessário refletir sobre o rico legado histórico da nossa nação, sobre a diversidade universal do conhecimento que por diversas vias chegou ate as nossas costas é que de uma ou outra forma tem influenciado neste primeiro poeta objeto de estudo.

Ainda sendo a poesia um género minoritário sofre de por si com mais rudeza estes embates: Um por ser parte do mundo ocidental interconetado, dois porque estas dinâmicas a afetam a maiores pelo resultado da sua literatura estar obrigada a viver de costas ao mundo cultural que por tradição pertence, cortando-lhe uma janela para o mundo e uma capacidade natural de expandirem-se, três porque dentro do mundo Hispano no que é obrigada a instaurar-se não tem consistência na língua vernácula, nem tem peso especifico que devidamente a possa afinal situar, nem por médio de uma adequada política de aproximação pode desenvolver um papel mediante decente; ao ser considerada esta literatura, dentro do seu próprio Estado, de periférica e residual. Ainda no caso muito custoso de uma promoção adequada, através de diversas traduções, para consumo no interior do mercado Espanhol, a quota de mercado reservada a mesma é tão cativa, que mudar esta realidade em médio prazo considerar-se ia muito elevada, e fora de lugar.

A tudo isto tem de acrescentar a realidade das redes culturais galegas, que devido em parte a uma necessidade Institucional de criar cabida a uma literatura galega minorada na sua pátria de origem e em médio de uma luta desigual com o concorrente literário castelhano mais poderoso, e este sim assente numa cultura hispana global; tem optado pelo registo fácil de produzir sem medir, devido, por outra banda também ao oportunismo editorial desejoso de não deixar escapar fundos fornecidos pela Administração Autonómica, e somado ao desejo de certas áreas de influência desejosas de uma rápida solução, nem sempre os produtos apresentados reúnem a qualidade e pujança necessária para sua comercialização: grão parte de essa literatura fica esquecida nas estantes das bibliotecas municipais ou bem é lida graças a ter um acesso a ensino primário ou secundário, do que a literatura no português da Galiza (a partir de agora falaremos em galego reintegrado) carece.

Sendo assim, de este jeito os critérios a seguir, a literatura veiculada em reintegrado vive na procura contínua de difusão e distribuição, que amiúde, lhe afasta dum público mais amplo, que de a conhecer, sem mediar prejuízos falsamente estabelecidos, poderia valorizar com melhor conhecimento e maior rigor, a capacidade da mesma. Muitas vezes estes e outros aspetos tem sido uma trava para impulsionar a leitura e hábitos culturais circundantes num espetro artístico mais amplo, com denominação galega na essência.

Por outro lado a Normativa Ortográfica Oficial de hoje, fecha um importante espaço de difusão internacional, que obriga aos autores com mais sucesso, a difundir a sua obra pelo contínuo cultural hispano, gerando interações que a miúdo desembocam em perpetuar um subsídio linguístico, no que o galego é concebido como uma língua para relacionar-se no âmbito familiar, e o castelhano a língua franca com que não só relacionar-se no mundo, senão nos círculos mais cultos e amplos do espetro social mais elevado. O caso de alguns de estes autores passarem a desempenhar trabalhos em castelhano para jornais de difusão estatal ou internacional, ou bem empreender um novo caminho criativo elaborado

integramente a partir do castelhano, mostra ate que ponto a normativa oficial desenha um marco muito reduzido para salvaguardar a saúde de uma língua integrada num processo de sinergias e interações globais. Além disso, temos de verificar o já mencionado trabalho em condições de quase clandestinidade que marcam com estes e outros aspetos a matriz social na que na atualidade lidam os criadores poéticos que tem escolhido esta senda reintegracionista, no meu entender mais adequado para escrita galega, numa vertente universal mais enriquecedora e fornecedora de mais capacidades para a nossa língua.

Neste contexto vamos observar, a travesso da voz dum escritor comprometido com seu tempo e a sua realidade, alguma das diferentes estratégias que o referenciado reintegracionismo procura, como movimento, para viver seu sonho criativo e dar a ver seu íntimo pensamento arquitetado acima duma constante mudança de práxis e estilo.

B) Estratégias para a Sobrevivência

Acredito que ser um escritor em galego reintegrado na Galiza, não é fácil, senão mais vem impossível, ou, no melhor dos casos, muito difícil. Diz Carvalho Calero: "*Uma manifestação deste cego estatismo levou e leva ao mundo oficial ao menosprezo do que nasce, ergue e bole à sua margem*" (Ricardo Carvalho Calero, "Uma Voz na Galiza". Sotelo Blanco Edicions, 1992.)

Aqui um nexo comum a todos os autores que lutam contra corrente: a fé no seu trabalho, a fé nas mudanças, nos processos lógicos de desenrolo.

> "... *Porque de um jeito revolucionário ou de um modo evolutivo, as estruturas caducas cedem às novas forças representativas da necessidade de câmbio, as quais acabam por calhar em novas estruturas*"... "... *O que ontem era revolucionário é hoje reacionário*" (Carvalho Calero, "Uma Voz na Galiza", Sotelo Blanco Ed. 1992).

Outra forma de ressarcimento é a valoração dentro do entorno: "*A literatura é assim valorizada como uma atividade numa sociedade*" (Joel Gómez, Atas do VII Congresso Internacional de Sociedade Española de didática de la Lengua y la Literatura. Tom. 1. pág. 325).

Mas também a literatura é valorizada desde a ótica da solidariedade, e o entorno imediato exerce também a função solidária de reconhecimento e apoio em meio, do que ele considera, como uma injustiça injustificável. A ilusão no sentido da resistência. A frescura da inocência que ainda é capaz de manter o poeta, como dizia Goethe: *"A poesia é um estado de infância que se conserva".*

A capacidade de desenvolvimento de alternativas certas. Os movimentos sociais que tem o galego reintegrado como pilar primórdio se têm multiplicado na Galiza, ainda que uma escala cativa esteja a servir de áudios onde a poesia galega nesta normativa tem uma voz presente, nem sempre oferecem o espaço necessário nem a necessária difusão para tornar apreciável um movimento de tanta qualidade, mas pelo menos alentam, dão um pulo alternativo ao silêncio oficioso que a rodeia. Revistas com mais tradição como AGÁLIA, jornais mais recentes como NOVAS DA GALIZA, além de uma produção alternativa de pequenas folhas culturais, vizinhais ou com ajudas de câmaras municipais, etc., são órgãos adequados à expressão de uma literatura que também deseja chegar a ser conhecida a nível popular.

C) O relacionamento com exterior.

Uma das grandes vantagens da norma reintegracionista é a projeção exterior dos seus autores, no entanto, criar redes fora da Galiza tem sido um trabalho muito difícil levado a cabo durante décadas desde o ilustre poeta Guerra da Cal, ate aos mais novéis autores. Só nos últimos anos podemos contar já com uma estrutura assente que começa a dar frutos, mas que tem de ser muito mais entusiasta e melhorada, com profunda vontade por parte de ambos os parceiros para seguir na senda correta de um relançamento da cultura galega no âmbito lusófono.

As novas tecnologias também têm deixado notar o seu efeito, e a internet se tem transformado numa arma de difusão que penetra imediatamente, sendo construtora experimental da arte galega nos países irmãos, da mesma fala. Porém é preciso ainda criar redes de difusão editorial que permitam a chegada de livros galegos com possibilidade de venda, primando a ligação direta, ao caminho que passa pelos marcos estabelecidos que em nada favorecem a difusão do intercâmbio entre a arte Galego e o dos seus sócios linguísticos Primar dentro do mundo luso aos autores reintegracionistas não só é uma maneira lógica e coerente de agir, senão

que o único modo de fomentar um renascimento cultural dentro da Galiza que ajude a veicular energias de aproximação do país no seu conjunto ao mundo da Lusofonia.

4. PONTO 2: CARATERÍSTICAS COMUNS DA POESIA GALEGA EM PORTUGUÊS

Unidade Ortográfica

Uso de uma ortografia comum, com algumas divergências produto duma forma mais achegada ou menos ao português. Em este momento eu advogaria ainda ao risco de levantar mais polémica, por uma subscrição de todo o movimento literário ao Novo Acordo Ortográfico Luso – Brasileiro, por ser a meu modo de ver um cerne da necessária unidade que um mundo global reclama para vigorar e otimizar recursos.

Peso Histórico

De forma contraditória e diferente a historia do país e o desenrolo próprio do género literário tem influenciado os poetas e ao poeta motivo de este estudo, mas este peso joga ser um fato essencial em todos eles por serem a Galiza, em palavras do escritor José Craveirinha: "um país que ainda não existe:

O sentido de Pertença

Um fio emotivo que se desenrola com transfundo diverso dentro de cada autor, que tem mais a ver com seu desenvolvimento humano, experimental e de percurso vital, e que assimilado de diversa forma esta presente no pensamento poético, do momento, como um nexo, uma raiz, com essa pátria amada, que desde o exílio interior ainda se vislumbra ao longe.

A originalidade

Que da firmeza a sua obra, que cada autor manifesta com uma plasticidade única, sua, uma oralidade nova, uma marca referencial propicia as leituras e instintos evolutivos de cada um, de cada uma, mas sendo marcado elemento de todo o mundo reintegrador.

A qualidade

Cada um com seu volume de obra, mas todos e todas com uma evolução que os vai assentando degrau a degrau na escada de valores, que elas, eles constroem, afirmando essa vocação que o espírito humano guarnece desde tempos imemoriais, para dar expressão a esse universo vital com um domínio técnico e estilístico muito aceitável.

A Versatilidade

Géneros diversos, estilos diferentes, capacidade para abranger muito espetro literário, mais um comum poético desenrolado em todos os textos vem sejam estes prosa, relatos, contos, artigos, ensaios, poesia e suas variantes...fornece ao conjunto de um elo primário, que embala e engrandece seus escritos.

A Humanidade

Sentimento expressado como corresponde a cada autor, dentro da sua variante, mas inserido em toda a obra, como um todo que reflete em múltiplas direções: interação com médio, busca interior, relacionamento entre os seres...

A dignidade

Expressada através de um compromisso que não se compra nem se vende, que permanece fiel a seu enfoque e visão primogénita, como firme propósito de mudar uma realidade na que não se reconhecem e a aspiram a transformar por médio da palavra.

A Expressividade

Capazes de criar uma oratória que flui do espírito, do centro da sua alma, e enlaça com tradição de flexibilidade argumental que plasmam os seus escritos, herança do rico passado lírico que se aflorou como um rio na sua pátria de origem.

5. O Autor: Carlos Quiroga

5.1. Análise da Trajetória

Carlos Quiroga foi diretor da Revista Galega de Criaçom O Mono da Tinta (1987-1991) e Professor de Língua e Literatura Galegas no Ensino Secundário. Foi também Chefe do primeiro Departamento de Português em E.O.I. (Escola de Línguas) na Galiza. Foi bolseiro de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian (1991-1992), bolseiro do ICALP, atual Instituto Camões (1992-1993), e prémio extraordinário de doutoramento. Atualmente é professor titular de literaturas lusófonas na Universidade de Santiago e Diretor de Redação da Revista AGÁLIA, (Wikipédia, A Enciclopédia Livre)

Desde os seus primeiros poemas até aos mais recentes, um fio condutor navega, como si tal vez o poeta tivesse tido sempre madura a semente inata do processo criador bem assente, como si desde o germe, início da sua poesia até o broto mais trabalhado duma colheita mais estimulada, simplesmente tiveram como diferença isso: um acrescentar maior solvência realizadora, maior experiência a hora de realizar, maiores recursos para com acerto construir, um léxico melhorado fruto

do mesmo evoluir, lento, pausado. Mas surpreendentemente desde o primitivo verso ao verso que ainda deve estar a eclodir, a presença essencial de que todo estava preparado desde um início, nos interroga.

Este é o trajeto a percorrer: uma escrita que tem vida própria, desenrolada a partires dum caminho inicial que o autor percorre com a própria obra, dialogando consigo, com ela, fazendo madurar desde a sua maturidade, assomando uma relação muito clara com o mundo "surrealista", a as intimas influencias de autores como Alexandre O'Neill, ou Mário Cesariny, ate outros afluentes que hão encharcar a sua poesia de águas muitos diversas

5.2. A criação como arte

- Ler Carlos Quiroga é abrir a mente a um mundo polivalente, onde real e fictício unem suas formas, a certeza e incerteza vão de mãos dadas pela senda dum mundo onírico formado desde as profundezas do eu, desde as margens do desespero ate os submundos da solidão, e o fluir da luz da esperança. A dúvida é uma constante e a sensação como se caminhássemos por ruas não asfaltadas, por um chão que treme e não tem consistência, nos obriga a olhar de esguelha, a rever as formas uma e outra vez, sendo parte de um todo que se constrói e deforma, com diversas manifestações de uma origem comum: O uno e sua diversidade.

- O poema não se acomoda, o tempo se assume na lenta perspetiva de múltiplas possibilidades, probabilidades: "O que aqui será dito assenta no pressuposto de que todo e qualquer processo educativo não se esgota em si próprio nem tem a si mesmo como finalidade" (Leonor Santos/ Ana I. Andrade. "Competência plurilíngue, Competência de autoaprendizagem e intercompreensão". Universidade de Aveiro)

A aprendizagem que não se esgota tem esse valor nos textos de este autor. Ele sabe que: "...*Qualquer conclusão experimental pode ser questionada ou mais frequentemente ignorada*" (José Manuel C, Belo "Ensinar a Língua ou Ensinar sobre Língua". Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), por isso na sua linguagem todo o lugar experimental dos diferentes planos em que se encontra o ser com a realidade, deve ser exposto: "*Escrevo para mim sem querer que me leiam. Como quem remexe nas vísceras do corpo que arrasto por meus nos anos dados para entender para que nos deram"* (De Gong. "Passagem", pág. 59. Fundação Artabria, ed. Ferrol, 1999.)

A falta de vírgulas e outros sinos de pontuação revelam esse universo de leituras paralelas que o autor nos deixa adrede para convergir com alma de quem lê, escuta, inicia com ele essa aprendizagem.

- Uso de jogos gramaticais, morfológicos e de sintaxe, dão profundidade, focagens múltiplas sobre o ser desde o interior, ou desde o exterior: podem provocar asfixia: "às vezes sinto-me encerrado num templo mais vasto que os templos nepalis". Atingir o místico ser: "*Comecei a viver com a suspeita de levar o sacerdote dentro, e de ser o seu designo errado*" (Gong. Oriental 2. pág. 57) para duvidar se tal vez a palavra dada ou herdada não contem em sim a semente do erro.

> "*A final chegar é voltar do Cabo Nom era tentar apenas o domínio do comércio do ouro na sua própria origem. Afinal ouro. E eu que queria olvidar-me do ansiado metal, guardar apenas o símbolo da lenda*". (O Regresso a Arder – viagem ao Cabo Nom / 3. AGAL & Quase Editora, 2005)

- Marca a interseção entre o mito e a realidade. Os sonhos dos homens são justapostos a suas necessidades de domínio, a realidade do Império que invade as parcelas humanas, destrói a ilusão, constrói sendas para rumos novos pelos que a força há que trilhar. Pelos que avança a história.

5.3. Elementos de influência

Contra a esperança que para o poeta Rupert Brooke (morto na campanha de Gallipoli na Iª Grande Guerra) representava a contenda como renovação espiritual; para Quiroga o confronto entre a velha Galiza, encalhada na negação de si, e a nova Galiza por construir, tem um significado de reencontro como povo, e a vez uma distância marcada por uma atitude mais cética, que lembra o Charles Sorley (também participante na Iª Guerra Mundial), desiludido e consciente das consequências Como ele, Quiroga se torna consciente dos danos e sofrimentos inevitáveis em todo combate. Mostra as fases claras de adormecimento narcótico a que o poder submete as sociedades na procura de uma maior manobra para levar adiante seu projeto ate o fim: "*Moro num palácio maravilhoso para te acolher de*

nunca partires, ali tenho um espelho mágico para do palácio num relance nos vermos nós e todas as terras, império simbólico de sonho onde nom existem pobres, nem ladrões, nem assassinos, nom existem avarentos, nom existe gente falsa, lisonjeira" (Regresso a Arder, pág. 17. Edições Quasi & ed. Laiovento, 2002). Maldizendo a vez a falta de lógica para pela qual o conflito encoberto não explora, como única saída para apaziguar a trovoada, sentir a chuva em forma de chuva, enfrentar o que seja preciso para abandonar a falsa ilusão, e ao mesmo tempo o temor a batalha inevitável: "*Cuspidores de fogo e malabaristas, acrobacias de encantadores, discussões resolvidas na ponta da espada, tudo isso já quase inexistente salvo para os turistas*". Contrastando a realidade hipnotizada, e refugiando-se o ser na negação de si mesmo, na realização de si mesmo no espaço da vivência: "*A minha e nossa aventura é a nossa e a minha desde a ilha da terra simbólica". Reclama como a literatura contemporânea de princípios de século uma nova moral, uma nova ética, para deitar a mascara e descobrir a verdade sepultada. Assumindo, sem embargo, as contradições atuais entre o progresso tecnológico e controle político e económico "Aprende a perpetuar as pestes*" (O Regresso a Arder. Santiago de Compostela, 2005). "*No século XXI o gz da Europa entra com peste e fundos FEDER. E nós estamos agora no centro de esse mundo, apestado, a mortandade arrasa os amigos, o país vai ficando deserto".* (O Regresso a Arder)

A influência da filosofia oriental, desde poesia taoista a zen, conjugada com a psique surrealista, herdada em parte do grande movimento português, que afunda no inconsciente Quirogano, dotando de um significado esperançado aquele que sabe aguardar, sabe da renovação do ciclo da vida, confia no poder transformador que ainda lhe resta ao sonho e a palavra, como relatam estes versos: "*mas apesar de o ar apodrecerem feixes de caules vulcânicos os nossos desejos eles ainda sustentam os mundos"*

Contempla o mundo desde a advertência de Huxley em 1932, no "Maravilhoso Mundo Novo", e a frustração consequente de quem se achega à iluminação, entende e tenta assimilar o que fica por trás do cenário:

"e anda dentro em volta um tormento denso misterioso por insondável e nom visível onde só empedernida a dor poderia caber"

Como T.S. Elliot, cultiva versos não portadores de falsos sonhos e triviais escapismos, senão de emoções arriscadas e despertadas pelo tempo que a um lhe toca viver: "*Nada do que se espera se vir iguala aquilo esperado quando há desejo em alvoroço e se cifra na esperança firme à alegria toda*" (O regresso a arder). Misturando esta realidade com o mundo onírico do que forma parte outra realidade escondida no recôndito da insinuação, do inconsciente que atua a par.

5.4. Campo criativo

- Desenvolve uma linguagem própria, um modelo adequado para navegar pelo mundo que cria e recria. É um guia, um druida, o homem que não procura modelos. Toma emprestado o conhecimento das fontes onde bebeu, se abre a novos mares, lugares comuns que ele fabrica na consciência e no inconsciente.

A genialidade de Quiroga reflexa uma aposta pessimista como a de Gerhart Hauptman em "Os tecedores" ("Die Weber", 1892), mas paralelamente refrescada por um simbolismo novo na composição: distinto cenário, no que converge a linguagem neosurrealista, um relevo às vezes Kafkiano, com Santiago de Compostela no lugar que o checo dera a Praga, e vozes que surgem do fundo moral, nesse termo corretor rememorado do "Reino de Deus esta dentro de Si" do Tolstoi mais pedagogo, didático e filosófico.

Kafka, segundo testemunho de seu amigo Gustav Janovch:" leia *nas paredes das casas velhas a história da sua cidade",* Quiroga segundo expressa ele mesmo, o faz na chuva que elas mesmas derramam:" há *lugares miragem/onde a pedra é de água/ e proliferam algas nas paredes",* (De Regresso a Arder. Quasi Edições & AGAL, abril 2005) a espera da transformação em húmus.

5.5. As raízes

- Com Carlos Quiroga se inicia a meu modo de ver um novo modelo, desenrolo lógico da riqueza cultural a que a literatura galega tem em lógica evoluído, tomando emprestado um rico acervo cultural Ocidental e deixando fendas abertas para penetração da não menos importante e rica visão do universo criativo Oriental, mesmo as narrativas americanas, e a recolha da oralidade nativa das múltiplas regiões do mundo; e que em uma ou outra medida tem penetrado em ele para enriquecê-lo: como poeta e ser.

Este novo movimento que eu humildemente denominaria de "**Novo Espiritualismo Galego**", tem inicio, a meu entender, no mesmo Carlos Quiroga, avançando, em parte graças a mesma influência de este autor, a autores que prosseguirão neste estudo, é que pronto, espero serão novas realidades do panorama literário galego, como Concha Rousia, Paula San Vicente, Belém de Andrade e outros...

Mas até que ponto influencia a poesia galega o que fazer dum Quiroga contemporâneo e vanguardista? Em 1928, Manuel António, publica seu único livro de poemas "Catro por Catro". Este temário quebra o modelo tradicionalista e ruralista da poesia galega, marcando um antes e um depois na literatura do país. Poemas escritos por Manuel António entre 1926 e 1927, embarcado no "Constantino Candeira", descrevem uma viagem a nenhures.

Marcando a distância que se instala entre os dois autores, liberada a poesia de Quiroga do léxico marinheiro de Manuel António, as Viagens por vários volumes "ao Cabo do Nom", são em grande medida o regresso vanguardista de uma ida a nenhures; recolhendo essa viagem ao incerto de Manuel António, para o retorno continuo a nenhum porto da travessia quirogana.

> *"escancarado na duna o sol/ derrete-me a alma em sal/ som uma barca de areia/ que só pode sonhar o mar".* ("A Espera Crepuscular. Viagem ao Cabo Nom/1, pág. 61)

O hilozoísmo, segundo Carvalho Calero, que denomina a escola pontevedresa como "Neorromântica", essa escola rural que homenageia os pequenos espaços, as cousas ínfimas, cujo máximo representante foi Luís Amado Carballo, em uma primeira focagem pareceria contraria a nova poesia de Quiroga, mas esta também acede ao mundo próximo, urbano tal vez, mas rural em substrato. Tomando forte presencia nela os aromas dos objetos, as coisas ínfimas que brotam do imaterial ao material, os pequenos espaços:

> *"Fum. O espaço do gabinete retangular. A luz do flexo um alvo cogumelo sobre a mesa atravessada no meio do lado a lado. Quase ocupando todo. Ela atrás dela, levantado os olhos quando abrim a porta entreaberta"* (Gong, Fundaçom Artabria, Ferrol 1999. pág., 50)

Lirismo na natureza. Como em Luís Seoane, poeta no que se marca a ausência da anedota, onde o poeta e a natureza se encontram sós. A ausência da anedota, se afirma de outra maneira em Carlos Quiroga, porem não estando tão longe como em aparência da poesia de Seoane, afirmando-se em muitos versos a solidão do poeta frente a uma paisagem própria por ele mesmo recriada, onde a anedota fica apagada para dar passo a fundo criador que através da palavra se recreia: "*Somos em pedra no gesto que agora exibimos e temos o tamanho do tanque. O nosso gaguejo impercetível balança no ar e na queda vai esmagar todo o tanque, splah. Na consciência do tanque vai-se instar todo o peso da pedra*". A imagem se desenrola por ela mesma, mas perde notoriedade, volta-se fundo: névoa, de onde surge com luz o inquietante mundo filosófico que acompanha esta anedota, suprimida pela força de essa incógnita luz.

Do Celso Emílio, fundamental da "Longa Noite de Pedra", onde a temática de miséria social das classes trabalhadoras, a emigração, a opressão política, mesmo a ânsia de liberdade permeiam para a linguagem de Quiroga, não com a clareza direta do bate de Cela Nova, mas com a mesma riqueza de símbolos:

> *"Às vezes da pena ser comportadinho em sociedade, padecer por dentro a imbecilidade, passar por esses magnos lugares de faustos culturais compostelanos para ver capítulos, fogos artificiais a preencher vazios". "Nom vomitei porque havia um canto discreto para adormecer engolindo saliva, palavras, calando a boca que raramente está legitimada e nunca no lugar certo"* (O Regresso a Arder. AGAL & Quasi ed., 2005, pág. 115)

Mensagem política adequada aos novos tempos, transfundo social de novas realidades.

Vive Quiroga, como todo o reintegracionismo, no mundo das dificuldades editoriais, da extraterritorialidade que lembra a geração das Irmandades da fala. Tem como eles o exílio interior, às vezes gostaria ter como alguns deles, mais tarde, o exílio exterior. E como eles ser predecessor da Galiza que se avizinha.

5.6. As Imagens como Presença Viva. Lembrança, raiz do ser.

Desde a paisagem Atlântica que se insinua na sua obra: "10:01 horas da manha de um abril cinzento que ameaça chuva" (De Regresso a Arder, pág. 135), ao local comum onde o observador observa, misturado com os símbolos estereotipados:

"Há uma mulher jovem na esquina da Reitoria ao Obradoiro, recolocando os seus pequenos botafumeiros de prata fingida para vender aos turistas, e o polícia velho de cabelo todo branco, que deve levar anos naquela esquina"...

As realidades que convergem com uma evolução coletiva peculiar: "a nossa língua é cristal e metal, é pessoal e social, / a nossa língua é dental e dorsal, é ducal e gremial/ a nossa língua é mineral, passional, / e matéria espiritual, helicoidal, espiral"...

Sendo aqui a língua a essência e ao mesmo tempo o fluxo onde os caminhos viram encruzilhados. Raiz ao cabo como elemento condutor e raiz ao fim como elemento transformador que a pode salvar, e se ressalta na imagem que fica aderida a nossa psique.

5.7. A GENIALIDADE

"Um doado comercio entre velho e novo. / A palavra comum exata sem vulgaridade,
a palavra formal precisa mas não pedante. /O completo tudo dançando em conjunto"

Assim a poesia de Quiroga parece responde a essa precisão, essa noção que T.S. Elliot tem do fazer poético, e que expressa de forma clara em estes versos. Também levanta o nosso autor sobre sim mesmo o objetivo, que foi tão intenso e preocupante na poesia de Cernuda: *como habitar a poética a solidão do ser? "como llenarte soledad, si no contigo misma?".*

O nosso poeta resolve este mistério enchendo a poesia de ela mesma, afrontando a solidão como mundo imaterial que devem a matéria através do processo criador, conduzindo-se pelas suas próprias réguas. Como Pessoa esta nova poesia vanguarda planeja questões iniludíveis, questões que afetam ao princípio do pensamento no seu cerne. Pessoa é o filósofo da poesia, Quiroga retoma o impulso pessoano e inscreve seu mundo paradoxal em similares coordenadas.

A genialidade do autor emana pois de ser esponja dos influxos que vem de tempos passados, de absorver em si, de certa forma, o conhecimento essencial de anteriores movimentos de vanguarda, tanto do mundo galego e português, como Europeu e universal; e com esse acervo saber dar consistência a uma nova forma de pensar, conhecedora do ser mas enraizada na alma, essa nova forma de fazer poesia, que encarna e forma o primeiro degrau da nova poesia espiritual, veiculada em português, que esta a nascer na Galiza.

6. BIBLIOGRAFIA ESTUDO: "UM NOVO OLHAR SOBRE A POESIA GALEGA"

Historia Universal de la Literatura, - Ediciones Orbis, S.A., 1.990.-

Forjadores del Mundo Moderno, - Biografias Ganmdesa, México D.F., 1960. -

Atas del VIII Congres Internacional de la Sdad. Española de Dialética de la Lengua y La Literatura. Tomos I y II. (Compostela, 29/11/2002)

Literatura Século XX, (Mª Victoria Moreno e Xesús Rábade. ed. Galáxia, 1995)

Letras Galegas, - Ricardo Carvalho Calero, AGAL ed. 1995.-

Uma Voz na Galiza, - Ricardo Carvalho Calero, AGAL ed. 1984.-

Comentários de Textos Literários, - Alhena Ediciones, S.A. 1986. -

As regras da Arte – Génese e Estrutura do Campo Literário, - Pierre Bourdieu. ed. Presença, 1996. -

As Bandeiras do Corsário, Sobre poesia e poetas (Ramón Fonte, ED. Nigra, SL, ISBN: 84-87009-44-3)

Folla Brica. Poesia Galega Completa, - Ed. Crítica e estúdio de Ricardo Polín (ed. Xunta de Galicia, A Coruña 2002)

Xograres do Mar de Vigo, - Xosé Ramón Pena, ed. Xerais de Galicia, S.A., 1998. -

A Voz Dun Tempo (Luis Seoane: O Criador Total), - Xavier Seoane, Edicions do Castro, Sada/A Coruña, 1994.

7. LIVROS REVISADOS DO AUTOR PARA ESTE ESTUDO

O Regresso A Arder, Viagem ao Cabo Nom/ 3, - AGAL & QUASE Edições, abril 2005. -GONG, Mais de 20 poemas globais e um posfácio esperançado, - Fundaçom Artabria, ed. Ferrol, 1999. -

A Espera Crepuscular, Viagem ao Cabo Nom/ 1, - Laiovento Edicions & QUASE Edições, 2002. –

41. CARLA ALEXANDRA FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO,
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA,

MIA COUTO E O GATO E O ESCURO - A ESCRITA "BRINCRIADA" DE UM AUTOR LUSÓFONO

Propomo-nos, com a nossa comunicação, refletir sobre a escrita de uma das vozes da lusofonia mais traduzidas em todo o mundo, o escritor moçambicano Mia Couto.

Porque a nossa área de investigação e especialização é a literatura para a infância, escolhemos a obra: *O Gato e o Escuro*, uma incursão do autor, ao que sabemos sem continuidade, no mundo da literatura destinada aos mais novos.

Através da análise temática e técnico compositiva desta obra, pretendemos fazer uma sensibilização para a escrita criativa deste autor, plena de neologismos e recursos expressivos, o que faz com que ele seja responsável por uma "reinvenção" da língua portuguesa, que é simultaneamente una e múltipla, pois que se encontra espalhada por vários continentes.

Pretendemos, também, com a nossa breve reflexão, sublinhar a importância assumida pela literatura para infância, como uma área autónoma da criação literária, eleita também por autores consagrados, tal como o escritor por nós escolhido.

"*-Dentro de cada um há o seu escuro. E nesse escuro só mora quem lá inventamos.*
Somos nós quem enchemos o escuro com os nossos medos."
Couto, 2006: p16

António Emílio de Leite Couto, de seu nome completo, viria a adotar o nome literário de Mia Couto, em parte porque o seu irmão, quando pequeno, tinha dificuldade em pronunciar o seu nome completo e o chamava pelo diminutivo "Mia", mas também porque este escritor sempre nutriu uma enorme paixão por gatos. Tendo, ainda criança, no seio da família, chegado a manifestar o seu desejo de ser um deles. Mia Couto é moçambicano, tendo nascido na cidade da Beira em 1955, filho de uma família de emigrantes portugueses. Ele é considerado um dos nomes relevantes da nova geração de escritores africanos que escrevem em português. Este estatuto foi conquistado, não só pelo modo como descreve e trata os problemas e a vida quotidiana do Moçambique contemporâneo, mas principalmente devido à criatividade poética da sua criação literária, numa constante descoberta de novas palavras que resultam num processo de "mestiçagem", como ele próprio refere, entre o português erudito e as várias formas e variantes dialetais introduzidas pelas populações moçambicanas. Há quem o considere uma espécie de mágico da língua, porque no ato criativo apropria, recria e renova a língua portuguesa em novas direções. Quanto ao seu percurso foi desde 1974, durante alguns anos, diretor da Agência de Informação de Moçambique, seguidamente dirigiu o jornal Notícias de Maputo e a revista Tempo. Posteriormente, estudou Medicina e Biologia e atualmente é biólogo.

A escrita tem sido sempre a sua paixão, envolvendo, desde a poesia, em que se estreou em 1983 (A Raiz do Orvalho), até à escrita jornalística, presente no livro que reúne as crónicas escritas para o jornal Notícias de Maputo, passando pela prosa e a ficção. As questões do modo ou do género literário em que se exprime não são para o autor decisivas, uma vez que ele escreve basicamente "*pelo prazer de desarrumar a língua.*" (Couto, 2002)

As suas obras foram traduzidas e publicadas em 23 países para além de Moçambique, constando entre eles, os países de expressão lusófona: Portugal, Brasil, Angola, bem como, Inglaterra, Espanha, Eslovénia, Noruega, Suécia, França, Itália, Croácia, República Checa e África do Sul, entre vários outros, que seria fastidioso estar a referir.

Da sua vasta bibliografia, destacaremos:
A Raiz do Orvalho (1983);
Cronicando (1986);
Vozes Anoitecidas (1987);
Cada Homem é uma Raça (1990);
Terra Sonâmbula (1992);
Estórias Abensonhadas (1994);
A Varanda do Frangipani (1996);
Contos do Nascer da Terra (1997);
Mar me Quer (1998);

Raiz de Orvalho e Outros Poemas (1999);
Vinte e Zinco (1999);
O Último Voo do Flamingo (2000);
Na Berma de Nenhuma Estrada e Outros Contos (2001);
O Gato e o Escuro (2001);
Um Rio chamado Tempo, uma Casa chamada Terra (2002);
O Fio das Missangas (2004);
O Outro pé da Sereia (2006);
Venenos de Deus, remédios do Diabo (2008)

Encontramos, desde logo, dois aspetos que se nos evidenciam ao elencar as suas principais obras, sendo o primeiro, a curta periodicidade com que edita uma nova obra e, o segundo, o jogo de palavras ou trocadilho que quase todos os títulos encerram.

Entre prémios e outras distinções foi agraciado com:

- Grande Prémio de Ficção Narrativa de Moçambique (1990);
- Prémio Nacional de Jornalismo areosa Pena (1989);
- Prémio nacional de Ficção da Associação de Escritores Moçambicanos (1995);
- Prémio da Associação de Críticos de arte de S. Paulo (19969;
- Prémio Vergílio Ferreira (1999);
- Menção Especial do Prémio Nacional de Ilustração IPLB/APPLIJ
- Prémio Literário de Ficção Mário António (2001) – que distingue autores e obras dos países africanos lusófonos e de Timor-Leste, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian.

As questões mais importantes presentes na sua obra literária são as que se relacionam com a vida do povo moçambicano, que saiu há trinta anos de uma guerra civil e ainda evidencia as terríveis cicatrizes deixadas por qualquer conflito e onde ainda persiste uma tradição de transmissão da literatura, saberes e costumes, por via da oralidade.

Mia Couto envereda por uma escrita que liga a tradição oral africana á tradição literária ocidental. Alguns autores intitulam-no de "escritor da terra" precisamente porque na sua expressão única, original, descreve as próprias raízes do mundo, explorando a natureza humana e a sua relação umbilical com a terra. Deste modo, o autor tem-se vindo a tornar um dos nomes moçambicanos mais traduzidos, conseguindo a sua linguagem, rica em neologismos, transmitir-nos a sua interpretação da beleza interna das coisas. Ao inventar palavras está a adivinhar a natureza secreta daquilo a que se refere e percebemo-las como se nenhumas outras as pudessem substituir. O escritor leva-nos para universos fantásticos, paralelos ao mundo que conhecemos. Os universos do sonho e das histórias…

1. Mia Couto e a reinvenção da língua portuguesa em O Gato e o Escuro

Este conto nasceu de um "acidente de percurso". Em 1998 foi-lhe solicitado um conto para a infância, numa revista de Educação. Acerca do nascimento deste texto diz o autor: "*Quatro anos mais tarde, a editora (Caminho) chamou-me e mostrou-me ilustrações lindíssimas, da Danuta Woijciechowska. Aos poucos fui dando conta que aquele era o meu texto, aquele de que já me havia esquecido.*"

Mia Couto reconhece que sentiu alguma estranheza no momento de decidir pela edição de *O Gato e o Escuro*.

"Fiquei, primeiro, em pânico face à ideia desse texto poder sustentar um livro. Pedi um tempo para revisitar a história e dei-lhe mais consistência. Apesar dos receios o livro acabou por avançar, dando a conhecer uma escrita brincriada." (Couto, 2001).

Para o autor, a divisão estabelecida entre literatura para adultos e para crianças não faz muito sentido. "Não sei o que é isso de escrever para crianças. A literatura, toda ela, tem essa função de nos inventar uma infância. É isso que faço ao pretender moldar a língua, colocá-la em estádio de infância. (Couto, 2001)

No entanto, esta incursão do escritor por um universo mais infantil acaba por ter o sabor de um regresso ao passado, aos tempos em que na Beira ouvia as

histórias de João Joãoquinho, um menino negro que com ele foi criado, recheando o imaginário e a infância de contos que ainda hoje se refletem na sua escrita.

Embora estreante, a forma como o autor se inicia na escrita para crianças é simultaneamente amorosa e convicta, porque o seu discurso é pautado por uma delicadeza evidente, o que se comprova através de uma criação textual, em muitos momentos, lúdica, que se manifesta na escolha vocabular e no ritmo da narrativa, ambos, claramente, ao serviço de um público infantil. Na história assistimos à efabulação de um cenário maravilhoso que encerra inevitavelmente um conjunto de mistérios. Situamo-nos na fronteira entre o dia e a noite, entre a luz e o escuro e é a este espaço abstrato que é atribuída uma espécie de fisicidade, permitindo que um gato, elemento do mundo concreto, o percorra ou invada livremente. É, no fundo, uma transgressão que se afigura, em última instância, como reflexo de uma ânsia de conhecimento, de atração pelo misterioso ou pelo proibido. "*Entrar na noite é voltar ao indeterminado, onde se misturam pesadelos e monstros. Ela é a imagem do inconsciente e, no sono da noite, o inconsciente se liberta.*" (Chevalier e Gheerbrant, 1998: 640)

O Gato e o Escuro conta a história de um gatinho, o Pintalgato, que protagoniza o medo que quase todas as crianças e adultos têm do escuro ou do desconhecido. A temática principal do conto é tudo o que está para além do horizonte, ou simplesmente da porta da nossa casa, até onde a vista dos nossos pais nos consegue alcançar ou onde chega o braço protetor da nossa infância. Esta estória fala também nos riscos da desobediência, aspeto que entra em conflito com a crescente necessidade de autonomia infantil. Reflete-se, enfim, sobre o desejo da descoberta e o gosto pela aventura, mas também sobre o receio em relação àquilo que desconhecemos.

Mia Couto só podia escolher um gato para construir a sua personagem principal. Um animal doméstico, que as crianças adoram, traquina e brincalhão, dotado de um misto de tentadora curiosidade e afoiteza, comum aos felinos. "*Depois da sagacidade e engenhosidade vem, nos gatos, o dom da clarividência*." (Chevalier e Gheerbrant, 1998: 463)

O gato "Pintalgato" é fruto de um certo imaginário infantil, contendo simultaneamente sabedorias profundas e uma relação plena de criatividade para com a língua. Os olhos que "pirilampiscam" no escuro, onde ele se move, foram inspirados nos dos seus filhos: Rita, Madyo e Luciana. "*Na infância não levamos o mundo tão a sério. O universo inteiro pode ser convertível num assunto de brincar. E isso é uma postura que ganhei e ainda ganho com eles.*" (Couto, 2001) Apesar de o gato viver na presença do escuro, a estória em causa fala da luz, fala dos matizes que se revelam no fundo da noite quando os olhos temem em se "despersianar". Um aspeto importante que, em nosso entender, contribui para validar a hipótese de O Gato e o Escuro se destinar, num primeiro momento, às crianças, reside na própria indeterminação da situação temporal, no entanto, Mia Couto não cria este conto exclusivamente para um público infantojuvenil, mas para todos aqueles que escutam a criança que trazem dentro de si, fazendo com que este livro se destine a todas as idades.

Sobre esta obra, o escritor contou que tinha dado um autógrafo a uma criança a quem a tinha lido e que lhe perguntou se ela tinha medo do escuro, ao que esta lhe respondeu afirmativamente, questionando-o se ele, Mia, também tinha medo do escuro. O autor respondeu-lhe: "-Também." Então, o autor refere que aconteceu algo de extraordinário, que o menino se sentiu na obrigação de o consolar e para isso cito-lhe uma frase do livro, como se fosse da sua autoria: "*Somos nós que enchemos o escuro com os nossos escuros.*"

Mia Couto refere ter sido o melhor prémio recebido até hoje. A história é narrada num tom coloquial, estabelecendo uma proximidade discursiva para os com o narratário: "*Vejam, meus filhos* (…) (Couto, 20003:1), mas o encanto poético que encontramos nas frases, na sua cadência, no ritmo a elas associado têm o condão de seduzir também os adultos, enfeitiçando-os com a musicalidade das palavras, restituindo-lhes a infância, quando se recordam de que, quando pequenos, na hora de deitar, os pais lhes contavam uma história para dormir, espanando, deste modo, os medos do escuro.

Os neologismos de Mia Couto, inteligentemente introduzidos nos pontos fulcrais da narrativa, enriquecem este conto de uma forma decisiva, através da aglutinação de, por exemplo, substantivos com verbos, como é o caso de: "trespassagem" (Couto, 2003:1) "pirilampiscavam" (*Idem, ibidem*: 6) "tiqueaqueava" (*Idem, ibidem*: 11). Atente-se também na palavra "ataratonto" (Idem*, ibidem*, 19), resultado da simbiose entre os termos: atarantado e tonto e na

palavra "estremolhado" (*Idem, ibidem,* 22), que resulta da mistura entre: "estremunhado" e "molhado". Nos exemplos: "despersianar" os olhos (*Idem, ibidem*: 12) e "arco-iriscando", assistimos à transformação de substantivos em verbos.

Na construção da tessitura textual, o autor também utiliza a transformação de adjetivos em verbos, tal como: "amarelavam" (Couto, 2003:16) ou um substantivo em verbo: "noitidão" (Couto, 2003:11)

Existe também a construção frásica atípica em relação à norma linguística portuguesa, evocando em nós a voz de um feiticeiro com um poder encantatório sobre os mais pequenos: *"faz mais de conta o pôr-do-sol fosse um muro. Faz mais de conta os pés felpudos pisassem o poente."* (Couto, 2003: 4).

A fuga à norma, no que toca à construção gramatical é aqui utilizada como um recurso expressivo, uma forma de vestir a personagem do narrador, que adquire verosimilhança pelo tom poético das imagens escolhidas, que transportam para o imaginário do leitor.

Esse imaginário é ilustrado pela artista plástica Danuta Wojiciechowska que recebeu o Prémio Nacional da Ilustração de 2003, tendo sido igualmente distinguida com menções especiais do Júri em 1999, 2000, 2001 e 2002. A ilustradora foi a candidata portuguesa ao prémio Hans Christian Andersen, em 2004.

As ilustrações de Danuta representam com uma excecional precisão a expressividade do texto de Mia Couto, dotando as cenas deste conto de grande beleza. Escolhendo uma paleta de cores quente que abarca os ocres, o azul e o índigo, a ilustradora confere à estória um caráter muito especial. Inerente à narrativa sobre a qual refletimos, julgamos também estar presente um certo pendor didático, evidenciado, ainda que veladamente, na contemplação de valores como a tolerância, o direito à diferença e a importância do autoconhecimento e da autoaceitação.

"O escuro ainda chorava:
- Sou feio. Não há quem goste de mim.
- Mentira, você é lindo. Tanto como os outros.
-Então porquê eu não figuro nem no arco-íris?
-Você figura no meu arco-íris.
- Os meninos têm medo de mim. Todos têm medo do escuro.
-Os meninos não sabem é que o escuro só existe é dentro de nós. (Couto, 2003:16)

Deparamos, todavia, com a valorização de alguns aspetos temáticos ou de certos motivos que nos levam a pôr em causa, de algum modo, a hipótese de esta ser uma narrativa explícita e exclusivamente vocacionada para um público infantil. O facto é que em certos momentos, não só a mensagem subjacente a esta história parece possuir um maior alcance, como também o próprio registo discursivo se revela mais intrincado, mais adulto.

Atentemos, a título de ilustração, na seguinte passagem textual:

> *"Pintalgato fitou o fundo dos olhos da sua mãe. De rompante, quase se derrubou, lhe surgiu como que um relâmpago atravessando a noite (…). Chamou pela mãe. Ela se aproximou e ele notou seus olhos, viu uma estranheza nunca antes reparada. Quando olhava o escuro, a mãe ficava com os olhos pretos. Pareciam encher de escuro. Como se engravidassem de breu, a abarrotar de pupilas*." (Couto, 2003:22)

De qualquer forma, e independentemente dos destinatários preferenciais de *O Gato e o Escuro*, o importante é que, uma vez mais, o autor nos presenteia a todos, crianças e adultos, com conto belíssimo, marcado por uma grande sensibilidade, que nos obriga, também a nós a "despersianar" os olhos e que nos coloca o coração a "tiquetaquear".

Bibliografia:

Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, 1982, Dicionário de Símbolos, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
Couto, Mia, 2003, *O Gato e o Escuro*, Lisboa, Caminho.
Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina Macário, 1998, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina.
Silva, Sara Reis, 2005, *Dez Reis de Gente…E de Livros*, Lisboa, Caminho.

42. JOÃO CRAVEIRINHA ESCRITOR, ARTISTA PLÁSTICO, CONVIDADO 2008 [MOÇAMBIQUE]

ENSAIO SOBRE VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) EM ÁFRICA

1. DIACRONIA

1.1. Introdução

"*E reconhecer que, além disso, em África, se acham em formação uma variante moçambicana e uma variante angolana, que precisam de determinadas condições sociais para ving*ar." (Castro 2006:12 apud Guião 10/1 LC – DLGR 2006/2007).

No entanto permita-nos fazer um pequeno reparo: na década de sessenta (do século XX), durante o período da luta armada contra o sistema colonial português, em Angola e Moçambique, da parte dos intervenientes africanos surgiria a necessidade de um elo de comunicação neutro face à diversidade étnico – linguística, territorial. Seria assim adotada a língua portuguesa (a do ocupante) como oficial. No caso de Moçambique a partir de 1962, essa necessidade surgiria mais forte após a fusão dos três movimentos nacionalistas africanos do território[118] (Unami, Udenamo e Manu).

Sem dúvida a grande expansão da língua portuguesa na África *soit disant* portuguesa deveu-se não à administração colonial portuguesa mas aos próprios movimentos de libertação africanos. Essa expansão linguística de tipo P.E, penetraria para além dos centros urbanos e periurbanos, alcançando zonas remotas até então sem expressão da língua portuguesa precisamente pela ausência de agentes diretos utilizadores da língua portuguesa (locais ou alienígenas europeus). As populações africanas, em muitas dessas regiões do interior do sertão africano, pela primeira vez teriam contacto com um cidadão português europeu (ibérico), através da guerra e na pessoa de um soldado de arma em punho. Isto na década de 60 do século XX. Angola sofria uma influência acentuada da Francofonia, a norte, fronteiriça ao Congo (Kinshasa) e do inglês a sul com o Sudoeste Africano ocupado pela África do Sul (atual Namíbia) e a leste com a Zâmbia.

Moçambique por seu lado estava rodeado por vizinhos anglófonos a saber: a norte a Tanzânia, a ocidente o Malawi e a Rodésia de então e a sul com a Suazilândia e a África do Sul. Do lado oposto mais a oriente, através do canal de Moçambique, situa-se a grande ilha de Madagáscar, francófona, no entanto devido ao obstáculo da travessia do canal nenhuma influência linguística a ser registada. A caraterística comum desses territórios africanos nas influências linguísticas tem a ver com a situação histórica de ocupação colonial pela Inglaterra, Portugal e França. A partilha de África pela Europa, na Conferência de Berlim em 1885[119], traçaria as fronteiras geográficas com as consequentes zonas de influência das citadas línguas europeias. Foram esses fatores diacrónicos que moldariam não só algumas línguas e dialetos baNto mas afetando o português falado em alguns casos.

Temos em Moçambique o caso do termo "maningue[120] nice" para dizer muito bom. No xi-ronga, idioma local, da atual região de Maputo alguns termos práticos são inclusive de origem alemã, exempli gratia: (*dyi*) *Hembe*[121] para (a) camisa, corruptela de *Hemd*[122]. No entanto é no inglês (e afrikaans/flamengo) e no português onde a interação linguística se nota mais pendendo atualmente (2007) para o português pese embora a adesão de Moçambique, em 1996, à Commonwealth.

[118]Entrevista do fundador da UNAMI – o Enfermeiro Baltazar da Costa "Chagonga" (22 de junho de 1974). Semanário Voz Africana da Beira, Moçambique. Hemeroteca de Lisboa.
[119]Diciopédia 2004. Porto editora.
[120]Maningue; conotação discutível com a palavra inglesa "meaning" segundo dicionário da Porto editora.

[121] Pe. Antº Lourenço Farinha (1917). Elementos de Gramática Landina (SHIRONGA), pág.140. Imprensa Nacional, Lourenço Marques.
[122]Dicionário alemão (1966). Langenscheidts Portugiesisch - Deutsch. Berlim und München.

1.2. O Caso de Moçambique

Em relação às línguas e dialetos de Moçambique tem havido alguma confusão sobre as definições do que é idioma e o que não é. Não concordamos com Mateus Katupha quando segundo citação diz*: "Por exemplo, podemos considerar o changana, o ronga e o tswa dialetos do tsonga, segundo a classificação de Mateus Kaptupha" apud* Irene Mendes (2000) pág. 33. Esta contestação provém do facto que não se teve em consideração aspetos diacrónicos e da sua evolução segundo estudos comparados da história no tempo e modo.

A seguinte citação é elucidativa: Sanches Osório de Miranda (1895) *apud* João Craveirinha (2001:111): «(…) *E a grande verdade é esta, que a maioria nos julga (aos portugueses) ainda machangana, isto é, vassalos do Gungunhana, enquanto não lhe dermos a valer demonstração da nossa força*[123]….» Dentro deste e de outros considerandos (fora do âmbito deste trabalho) se infere que a denominação de nomes fora classificada muitas das vezes segundo o preconceito e maior ou menor comodismo dos missionários[124] deturpando a verdadeira origem das línguas. É o caso do missionário suíço, Junod: «*Esta apelação não é amada pelos Tongas, mas não conheço outra que lhe seja preferível*». Severino Goenha (a contribuição da Missão Suíça) *apud* J. Craveirinha (2001: 112).

Com a trajetória histórica a variante do P.E., em África, em particular em Moçambique, influencia as línguas nativas e por sua vez sofre desta também alguma influência no vocabulário ou léxico. A estudiosa moçambicana, Irene Mendes (2000:35-36), considera pertinente que se considere a existência de um P.M., português de Moçambique, porque esta língua (a portuguesa) devido a vários fatores inovadores desenvolveu "*caraterísticas peculiares, tornando-se, deste modo, diferente das outras variantes da língua portuguesa*."

A autora enfatiza várias alíneas (7) principais que teriam contribuído para tal fenómeno:

1. Participação de Moçambique em África.
2. Mudança política.
3. Aspetos de câmbios socioeconómicos.
4. Modernização tecnológica.
5. A expansão da língua portuguesa nos meios suburbanos, rurais e as migrações do interior para as cidades.
6. Maior importância pelas línguas nacionais.
7. Aspetos culturais de recuperação da tradição.

Dentro destas análises encontramos aspetos já por nós referidos na introdução deste trabalho com a influência "geopolítica" anglófona e diatópica nas línguas (e linguagem) em Moçambique, incluindo a língua portuguesa simultaneamente com as línguas moçambicanas[125]. Dentro de uma perspetiva política *versus linguae*, Moçambique passou por várias etapas adaptando consoante o *momentum* desses períodos de mudanças estruturais. Estas situações poderiam ser ordenadas do seguinte modo:

[123] 1º Tenente Sanches Osório de Miranda (12/1895). Relatório Militar do Comdt. do Posto de Lhanguene. Arquivo Histórico militar de Lisboa *apud* João Craveirinha (2001:111). Moçambique, Feitiços, Cobras e Lagartos (capítulo XVI: Origens de Nomes Étnicos).

[124] Henry Berthoud (1896:171-172) apud João Craveirinha, pág. 112. «Este povo não possui um nome nacional, mas é contudo mais rico em nomes de clãs ou de tribos: são as nações vizinhas que lhe deram a apelação de Tsonga sob a qual devem agora ser conhecidos cientificamente.»

[125] Poderíamos considerá-las "nacionais" num contexto de pertencerem à Nação apesar de estarem circunscritas mais às suas regiões.

1. Período não muito anterior à Independência (1972) com um P.E. norma/padrão mais equilibrado nas zonas urbanas e suburbanas das vilas e cidades de Moçambique.

2. Período de Transição (1974/1975) em que se adaptam formas de locução em consonância com as palavras de ordem "revolucionárias"[126]. Esta fase seria indiciadora das transformações que aconteceriam no P.E em Moçambique[127].

3. Termos "revolucionários" são introduzidos no quotidiano da língua e linguagem em português quase em "delírio" de se demonstrar estar-se "engajado"[128].

4. Outras formas de variantes do P.E., de Moçambique foram se estruturando com maior especificidade local ou numa intervenção mais diafásica, distanciando-se da norma padrão do português europeu[129].

Todas as situações no sentido evolutivo de um pretenso P.M., passam a envolver todos os campos de atividade socioprofissionais (diastratia) em que paulatinamente surgiriam formas socioletais de expressão oral em língua portuguesa ainda que na ortografia se mantenha vinculada ao P.E., padrão, ao contrário do P.B.

1.3. Epílogo. Pode-se falar de um P.M?

Concluindo e recapitulando poderíamos classificar as fases de transformações "naturais" do P.E., de Moçambique em 7 períodos (todos relacionados com mudanças políticas de fundo):

1. Pré independência (1972/74), divido em duas partes:

a) O português falado e escrito no exterior (exílio em países africanos).

b) No interior da colónia de Moçambique.

2. Transição (a mobilização e o "engajamento").

3. Independência (25.06.1975) contra os "reacionários".

4. Contra a oposição armada 1976/1992: (os chamados bêás de bandos ou "bandidos"armados).

5. Período dos Acordos de Paz de Roma (1991) e dos acantonamentos dos militares da ONU. O termo "acantonado" passou a ser popular para designar estar em compasso de espera.

6. Período de implantação do multipartidarismo.

7. Atualidade da continuidade do sistema político.

Dentro dos enunciados apresentados sucintamente a questão subsiste: Pode-se falar de um P.M[130]? Ou será mais a nível do léxico que as transformações são mais visíveis?

No entanto um aspeto parece se salientar: estarmos perante uma evolução mais rápida do previsto da utilização do P. E., sem deixar de ser uma língua portuguesa é todavia notório o avanço para uma "nova" língua portuguesa a exemplo do P.B[131]., a que se chaMª de PM., português de Moçambique. O tempo o dirá mas as condições já se encontram presentes e em movimento para uma VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) em África em particular em Moçambique.

2. Bibliografia

António Enes (1895). A Guerra de África. Lisboa.

(Pe.) Ant.º Lourenço Farinha (1917: 140). Elementos de Gramática Landina (SHIRONGA). Imprensa Nacional, Lourenço Marques. Moçambique.

Irene Mendes (2000). O Léxico No Português de Moçambique (Aspetos Neológicos e Terminológicos). Promédia, Maputo.

João Craveirinha (2001). Moçambique, Feitiços, Cobras e Lagartos (M.F.C.L). Crónicas romanceadas também sobre etno-história. Texto editores, 2ª Edição (2002). Lisboa.

Dicionário alemão (1966). Langenscheidts Portugiesisch-Deutsch - Berlim und München.

Revista Tempo nº 1390 (14/06/1998).

Severino Goenha apud J. Craveirinha (2001: 112). História da Educação em Moçambique: a contribuição da Missão Suíça.

1º Tenente Sanches Osório de Miranda (12/1895) apud João Craveirinha (2001: 111). M.F.C.L, 2ª edição. (Relatório Militar do Comdt. do Posto de Lhanguene. Arquivo Histórico Militar de Lisboa).

[126]Terminologia de "engajamento", "camarada", "comício", linha correta", etc.

[127]"O futebol já se organizou para os festejos da Independência, assumindo assim o papel que, agora, podia desenvolver. Por outras palavras: respondeu à chamada." Suplemento Revista Tempo nº 246 / (15/06/1975: 60).

[128]O Poeta José Craveirinha "indispunha-se" com a palavra "engajado", porque não gostava de "gajos".

[129](Saara Ocidental) "Processo anda lento, mas seguramente": Revista Tempo nº 1390 (14/906/1998:37). Maputo.

[130]P.M., que seria a variante moçambicana do P.E. (português europeu).

[131]P.B., português do Brasil variante do P.E., fruto de uma idiossincrasia própria.

2.2. Sítios

Zol: http://www.zambezia.co.mz
http://www.littlememberstart.org/british-commonwealth-member-states.htm
http://en.wikipedia.org/wiki/Mozambique
http://www.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=59548

4.1. Anexos 1

Correspondência na Internet

(Em fórum de moçambicanos da nova geração pós-multipartidarismo de 1992 em diante):

"DOIS HERDEIROS DOS BA´s" **Res: Res: [mocambiqueonline]**

Entrevista de Sebastião Chapepa da Renamo - Enviado por: "Leonel Paulo Ivo" nitoivo@nitoivo; Sáb, 17 de Fev. de 2007 7:13 am:

"Caros,

Meu ponto de vista é apenas como simples cidadão que sou. O Senhor Sebastião Chapepa não traz nada de novo nessa entrevista. Ele, Sebastião Chapepa tal como Dhlakama, **são dois herdeiros dos BA´s**."_____

" DONA DO MARIDO " *Correio eletrónico direto de Ana Gomes <ana.gomes@* escreveu:

"Esta notícia de Moçambique, até parece uma anedota... Leiam, saiu hoje na Sapo Noticias. Achei graça ao termo " **dona do marido** "... eh eh eh...http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/VzekFQSGVnlzNXCWijwjWA.html (site desativado em agosto 2008)

Resposta de João Craveirinha em 2006:

Atenção minha cara:

Dona do marido (no sentido de pessoal, legítimo). Não parece anedota. É mais sério:- é a dinâmica da evolução diatópica da língua portuguesa pelo mundo.

Na análise lexical da língua portuguesa dentro da disciplina da Linguística geral..."dona do marido" pode ser enquadrada como uma forma diatópica do emergente PM (português de Moçambique) ...para se referir cônjuge... (assim como "**dono da mulher para esposa**"...**dono do filho** *et cetera*) e da mesma forma que existem outras expressões idiomáticas distintas do PB e do PE (português brasileiro e europeu respetivamente)...

A língua portuguesa na sua expansão geográfica adquiriu expressões próprias adaptando léxicos alheios (palavras de outras línguas) à estrutura clássica do padrão do português europeu (Coimbra). Poderá ter também a ver com o ritmo expressivo dos falantes de cada quadrante, **neste caso Moçambique, como um país baNtófono em 1º lugar e só depois lusófono.** Daí a adaptação do português a partir das expressões locais idiomáticas e etnodialetais (diatópicas). _____

"Moçambicanos devem promover o conhecimento de domesticar a água no esforço de combate a fome. Apela Armando Guebuza, nos encontros populares que orientou durante a sua última visita a Província de Sofala, no Centro do País. **Beira (Jornal O Autarca) –** O Presidente da República, Armando Guebuza, defendeu na sua recente visita a Província de Sofala, a importância dos moçambicanos promoverem o conhecimento visando domesticar a água." **Ano VIII – Nº 1598, quarta-feira, 27 de agosto de 2008**

4.2. Anexos 2

Fonte: Devida vénia à Rádio Vaticano (A voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo) *home* > *Cultura e sociedade* > notícia UNESCO DENUNCIA: SEIS MIL LÍNGUAS AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO 17/12/2005 19.46.43

Paris, 17 dez (RV) - Quase seis mil línguas catalogadas em todo o mundo estão ameaçadas de extinção, segundo denúncia da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Dentro de 100 anos poderão reduzir-se a vinte, preveem os estudiosos. O desaparecimento de todas essas línguas poderia representar uma espécie de fim

da "torre de Babel" e, portanto, facilitar a comunicação entre as pessoas? Seria, portanto, um fato positivo?

Os especialistas respondem que não, e seria uma perda irreparável para a humanidade, do ponto de vista histórico, ecológico e sobretudo da autonomia cultural. E até mesmo do progresso científico.

Um exemplo clássico se deu na Austrália. No norte desse país difundiu-se uma epidemia de úlcera de pele, absolutamente refratária aos medicamentos. A única terapia eficaz estava descrita numa língua tradicional, que bem poucos conheciam.

Os aborígenes advertiram uma enfermeira e a ajudaram a interpretar a receita e preparar a solução obtida de uma planta medicinal. O antigo medicamento cicatrizou as úlceras e a epidemia passou.

Esse exemplo, referido pelo grande linguista Stephen Wurm (1922-2001), da Universidade Nacional Australiana, serve para compreender porque é necessário salvar as tantas línguas do mundo, substituídas, muitas vezes, pelo inglês e por outras línguas que se impuseram graças ao fenómeno da globalização.

Se tivéssemos que julgar a utilidade de uma língua pelo número de quantos a falam, 96% das línguas do mundo deveriam morrer: são faladas apenas por 3% dos habitantes do planeta. Ou ainda: 97% da população humana fala 4% das línguas do mundo. As outras não teriam mais razão de existir. Em particular aquelas 600 línguas singularmente tomadas, 10% das quais são conhecidas por menos de 100 pessoas. Mas também as línguas com as quais se comunicam entre si poucas dezenas de pessoas em duas minúsculas ilhas da Polinésia são depositárias de valores que poderão ser úteis. Com frequência volta o tema da "guerra das línguas". E como os ecologistas não aceitam a destruição da diversidade biológica, os linguistas se opõem à extinção da diversidade dos idiomas. Eles esperam obter melhores resultados que os biólogos e botânicos: as espécies mortas não podem ser ressuscitadas ou reanimadas, mas as línguas sim. Algumas delas voltaram a viver depois de séculos. O caso mais famoso é o da língua hebraica, que se tornou a língua viva da Palestina no final do século XVIII, graças a Ellezer Ben Yehuda (1858-1922) e hoje falada em Israel.

Em tempos mais recentes, no Reino Unido, foi retomada a língua da Cornualha: em 1777 morrera o último inglês que falava a língua; hoje, mais de duas mil pessoas a falam, e os pais a ensinam aos filhos. Mesmo quando a morte de uma língua está decretada, vale a pena tentar reanimá-la: a língua rama, na Nicarágua, por exemplo, acabou morrendo, mas os jovens conhecem muitas palavras, eles sabem que era uma verdadeira língua.

Em geral, na América Latina, as crianças que aprendem a língua materna (nativa) estão, depois, em condições de aprender mais facilmente o espanhol. A transmissão de pai para filho é, segundo alguns linguistas, a verdadeira prova da vitalidade de um idioma. Há boas razões para salvar uma língua mesmo quando apenas um indivíduo a sabe falar.

Como as espécies vegetais e animais, também as línguas nascem, crescem (isto é, se difundem), definham e morrem. As razões históricas são tantas. Quase sempre o fator determinante é a violência exercida sobre minorias linguísticas, para privá-las da sua identidade e integrá-las mais facilmente.

No século XVIII, nos Estados Unidos e Austrália, as crianças que falavam uma língua nativa eram punidas.

O mesmo aconteceu no País de Gales e na Irlanda, onde eram esmagadas as línguas célticas.

Há línguas históricas, mortas há milhares de anos, que nunca mais se conseguiu interpretar. É o caso do etrusco, eliminado pelos romanos, que invadiram a península com o latim. As populações do leste da África acabaram abandonando as línguas tribais e adotando o suaíli, para conseguir o desenvolvimento e se inserir num mundo mais amplo.

Os países europeus estão cada vez mais preocupados por suas línguas: o inglês acabou se impondo como idioma comum no Velho Continente. O inglês vai aparecendo como segunda língua falada no mundo, depois do chinês, evidentemente.

Mas o que acontecerá dentro de algumas décadas, quando os "Tigres asiáticos" se tornarem mais agressivos e mais temidos? Limitando-nos às relações demográficas, o atlas mundial coloca o inglês depois do chinês, o hindu-urdo em terceiro, e o árabe para disputar o quarto lugar com o espanhol. (MZ).

Fonte: http://www.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=59548

43. EDMA ABDUL SATAR132, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação [PORTUGAL], Moçambique

A IMPORTÂNCIA DA RECOLHA DO LÉXICO DAS LÍNGUAS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE

A minha contribuição neste 7º Colóquio Anual da Lusofonia não se relaciona diretamente com o tema da *crioulização* por razões que aqui serão apresentadas, mas pela vontade de contribuir para a recolha de algum léxico elementar de uma língua minoritária existente em determinada região de Moçambique, onde é marcante a influência dos antecedentes históricos no séc. XIX, relacionados com o mapa cor-de-rosa e a presença dos ingleses nessa região.

Apresentadas as razões que contribuíram para o fenómeno de reestruturação da língua após o período colonial, quer por motivos sociais e históricos que justificam a diversidade dos termos das línguas nacionais moçambicanas por um lado, quer pela influência dos árabes nos aspetos morfológicos e sintático-gramaticais em alguns locais por outro, considera-se importante registar o aspeto lexical das variedades linguísticas moçambicanas. Reconhece-se a forte herança dos colonos portugueses na preservação de muitos aspetos na cultura moçambicana, onde não existem sinais de *crioulização,* considerando o conceito de "crioulo" como a língua resultante do contacto de um sistema linguístico originário com o sistema linguístico indígena que se verifica, por exemplo, no crioulo cabo-verdiano, no das Antilhas ou mesmo no Afrikaans.

Apontam-se possíveis causas para a inexistência deste fenómeno linguístico relacionadas com a política portuguesa nas antigas províncias ultramarinas. O testemunho oral de um moçambicano parece confirmar as razões deste facto, sendo incontestável a inexistência de conflitos interétnicos ou intergrupais no país. Possivelmente, porque cada comunidade linguística conseguiu preservar a sua língua e a sua cultura, não favorecendo o fenómeno. Não existe "crioulo" em Moçambique, embora sejam várias as línguas nacionais pertencentes ao grupo etnolinguístico africano dos falantes da língua Bantu, a par com a língua portuguesa. Constata-se que, contrariamente ao desejo de alteração da língua oficial do país pelo inglês, a língua portuguesa continua bem viva. A mudança da língua portuguesa pela língua inglesa devido à adesão de Moçambique à Commonwealth ficou por se concretizar, apontando-se como fatores que para isso contribuíram, a situação político-económica e social do país que, dificilmente podia suportar os custos de formação da língua inglesa em todo o país, a herança colonial portuguesa bem marcante na comunicação e expressão tanto nos adultos como nas crianças, travando o seu abandono em prol da língua inglesa.

Por outro lado, a evolução dos meios de comunicação e informação, particularmente a televisão, com programas televisivos moçambicanos que permitiam um acompanhamento dos similares difundidos em Portugal, onde o sucesso dos concursos de canção do tipo "chuva de estrelas", concursos de moda de trajes regionais, faziam a delícia das populações que começaram a ter acesso à televisão, no limiar do novo século.

Apresentam-se exemplos da influência da língua inglesa nos termos da variante da língua xiSena e Chinandja, na região da Alta Zambézia, e defende-se um estudo aprofundado do léxico local, com vista à fixação lexical e elaboração de um dicionário elementar, para o caso de vingar o projeto do uso das línguas locais na educação básica das crianças em idade escolar.

0. Introdução

Assistimos, nos nossos dias, ao fecho de um ciclo que se iniciou com as descobertas e expansão portuguesa. É como um retrocesso no tempo, ou por outra, um regresso às origens, em todos os campos, desde a aprendizagem de algo, às trocas de ideias ou de conhecimentos em novos ambientes. Como nómadas que andavam de terra em terra, os portugueses buscavam melhores terras onde se pudessem estabelecer, em busca de melhores climas ou por querem alargar os horizontes ou ainda, por desejarem difundir a religião.

O encontro com outras gentes facilitou as trocas comerciais e culturais, ao mesmo tempo que divulgavam a sua língua. É no âmbito do ensino da Língua Portuguesa como forma de preservação cultural, que esta comunicação pretende

[132]Técnica Superior de Biblioteca e Documentação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Correio eletrónico: esatar@fpce.ul.pt

debruçar-se sobre todas as questões que um tema desta natureza suscita nos campos político e socioculturais.

Em primeiro lugar, apresentamos uma breve exposição das situações que colocaram Portugal como pioneiro na abertura de novos horizontes quer por via terrestre quer por via marítima. Sabe-se da História, que os portugueses percorriam até ao Mediterrâneo, Ásia e Américas em trocas comerciais com genoveses, árabes ou latino-americanos. Das mesmas fontes se pode informar como se lançaram "por mares nunca de antes navegados", chegando às terras mais longínquas e estabelecendo contactos com diversos povos.

A maneira como estabelecem a interação com todos, o modo como se adaptam às situações e como trabalham para engrandecer o país, faz dos portugueses o povo mais *sui generis* da humanidade. Misturou-se com os nativos dessas terras longínquas, no Brasil e de costa a costa do nascer ao pôr-do-sol. Contribuiu para a mestiçagem, misturando-se, adaptando-se, criando.

Neste processo intervieram vários grupos sociais, que merecem particular relevo, os missionários que, como evangelizadores, antropólogos e médicos desenvolveram a ciência com os seus contributos, estudando muitos ambientes, dando a conhecer nova fauna e flora. Não se deve também esquecer a sua participação na elaboração de manuais das línguas por onde passavam e se fixavam, chegando a elaborar gramáticas e dicionários elementares das línguas nativas.

Em seguida, veremos como este povo, pouco a pouco foi impondo a sua cultura, às vezes por métodos menos corretos, nas terras que colonizava e como consegue recompor-se das desventuras que a sorte lhe reserva e das vicissitudes por que passa, sempre reconstruindo e recomeçando. São talvez estas caraterísticas que fazem do povo português "andarilho" criaturas desejadas e aceites por onde passa. Basta comparar o seu saber-estar com o dos franceses, espanhóis ou ingleses nas colónias que dominaram.

E, embora a descolonização portuguesa tenha sido o maior desastre e vergonha deste povo, por razões que, quem foi contemporâneo conhece, nem por isso foram odiados ou mesmo escorraçados, e os de ontem acabam por vir, de novo, abraçar em conjunto o novo projeto de desenvolvimento.

Não se pode comparar a colonização portuguesa com a de outros povos, que deixaram miséria, tribalismo e situações como a que assistimos em alguns países africanos, colonizados por outros. Talvez não seja por acaso que países que pertenceram a outros colonos queiram fazer parte da CPLP.

1. Antecedentes históricos

Como resultado da expansão portuguesa por "mares nunca de antes navegados", os portugueses alargaram o império territorial, fundando feitorias por onde passavam e, ao mesmo tempo, misturando-se com as populações que encontrava. Essas misturas não se limitaram a simples convívios e intercâmbios entre culturas, mas a casamentos, originando sociedades mestiçadas. Podemos entender o fenómeno da expansão portuguesa como um propósito de alargar o território, buscar novos mercados, defender a religião e conhecer novos mundos, ações que acarretaram uma dinâmica social que deu frutos.

Este intercâmbio entre culturas não se verificou apenas na questão étnica, mas na influência da arte, da pintura, gastronomia e, principalmente na música.

O contributo dos portugueses para o alargamento das fronteiras e abertura de outros caminhos pelos cinco continentes marcaram o início do que hoje denominamos por interculturalidade, multiculturalidade e globalização. Interculturalidade, na medida em que, ao interagir com a nova cultura do povo colonizado, se estendeu na multiculturalidade dos costumes, sem perder a sua própria cultura.

Comercializou na globalização dos seus estados sem perder de vista os horizontes que ele próprio desbravara. É desta maneira que se assistiu, como consequência, ao movimento do norte-sul com a imigração dos europeus que buscavam terras onde pudessem investir no campo económico, comercial e na agricultura, semeando uma riqueza que mal puderam colher, por sua culpa ou pressão de outros.

Mais recentemente no séc. XIX, o fim da segunda guerra mundial proporcionou aos países ocidentais o alargamento territorial e económico com as

possessões em África. Foi neste quadro que Portugal se debateu para manter as regiões que ligavam as províncias portuguesas de Angola e de Moçambique, o que lhe daria um domínio alargado da África Austral, mas a vitória de Rhodes[133] sobre a região, acabaria por dar aos ingleses a supremacia da região ocidental de Moçambique.

Olhando para o mapa deste país e, particularmente, a zona noroeste, verifica-se a influência dos povos fronteiriços, tais como o Malawi a norte, o Lago Niassa, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, que constituíam o antigo mapa rosa, a Suazilândia e África do Sul.

Este mapa mostra-nos ainda como as costas ocidentais de Angola estão è mercê dos povos que a cobiçavam por esse lado, assim como as costas orientais de Moçambique, assoladas pelos árabes, vindos do Oceano Índico. Estas migrações na direção Norte-Sul acabaram por ser colonizadas até aos anos sessenta e setenta. Presentemente, a ordem inverteu-se, verificando-se um movimento migratório do Sul para Norte, com os imigrantes dos países africanos em busca de conhecimento, a sofrerem de problemas relacionados com a legalização e integração social, a diversidade sociocultural, as dificuldades de integração escolar.

A falta de escolas e universidades obrigam os africanos a procurarem onde seguir cursos universitários, na Europa.

A falta de trabalho obrigam-nos a procurar sustento em trabalhos precários e mal pagos. Só uma quota-parte de imigrantes que trabalham na construção civil se consideram melhor pagos.

2. A influência da língua inglesa

Cada colónia possuía, no país colonizado, uma relação com as populações, sendo famosa a relação que os ingleses mantiveram com outros povos, principalmente com os africanos. Talvez por esse motivo, a influência da língua se tenha resumido a empréstimos, o que não aconteceu com a língua francesa ou mesmo com a portuguesa.

Mesmo assim, verifica-se grande diversidade. Pode-se explicar a diversidade linguística de Moçambique pela influência dos árabes vindos da costa oriental e dos ingleses na costa ocidental e sul do país.

Constatada a influência da presença dos ingleses nesta zona, delimitamos a região que é objeto deste estudo, a região da Zambézia[134] e confirmamos os seus limites com outras províncias. Esta delimitação não diz apenas respeito à situação geográfica, mas também étnica.

A província da Zambézia confina a Norte com a cidade de Nampula, que tem como língua nacional o Emakwa, a noroeste a cidade de Milange separa-a do Malawi, e a sul, tem como fronteira a região de Sofala, onde se fala o XiSena. Na Alta Zambézia, assim como em quase todo o território, as fronteiras linguísticas não são muito bem definidas, podendo encontrar-se vocábulos nas zonas limítrofes.

[135] ILUSTRAÇÃO Nº 1 – A ZONA DO MAPA COR-DE-ROSA

[133] Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira [v. XVI: 197]

[134] Limites geográficos e étnicos da província da Zambézia. Consultado em http://www.kanimambo.com/kan9_inf0.htm

[135] Consultado em 30/07/2008 em http://www.luventicus.org/mapaspt/africa/ilhaeuropa.html

ILUSTRAÇÃO Nº 2 – OS LIMITES DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

É curioso verificar-se a existência de muitos empréstimos da língua inglesa na língua nacional, na região da Zambézia central, como por exemplo os vocábulos "shuka"[136] possivelmente proveniente de "sugar", "sispez"[137] de "six pence", referindo-se à antiga moeda portuguesa de 2$50. O meu conhecimento leigo sobre esta matéria despertou-me para a necessidade de um levantamento linguístico de expressões e vocábulos, a fim de que se possa recolher num léxico. As línguas nacionais sofreram alterações por influência dos países colonizadores e as alterações resultaram nas várias grafias ou pronúncias como podemos constatar na própria denominação das quatro línguas nacionais de Moçambique. Encontramos, por vezes, a designação "emakwa" em vez de "makwa", xi-changana em vez de chanagana", etc.

.

3. Necessidade de fixação do léxico

Moçambique não tinha ainda condições para erguer e concretizar um projeto sobre algumas ideias que se discutiam quase à porta fechada por alguns indivíduos que frequentavam a "Associação africana"[138] ou o que se lia no "Brado Africano"[139]. De entre as ideias mais discutidas constavam a expressão em língua nacional nos programas de rádio, num jornal regional e nas escolas do ensino elementar, na altura, designadas de escolas primárias. Começaram-se a difundir programas em línguas nacionais nas principais cidades do país, onde alguma publicidade já era em língua nacional.

O programa "O que me agrada ouvir" que dava voz a uma conhecida e simpática locutora, era o passatempo do fim da tarde, a publicidade a alguns produtos nacionais arrancava comentários agradáveis e até se conhecem comentários sobre expressões usadas pelos professores das escolas elementares que empregavam a língua nacional como suporte de aprendizagem da leitura. É digno de registo nesta situação, o apoio procurado por um professor de uma zona rural numa aula de português, a ensinar do seguinte modo: J (jota) na O (o) = JO; S (esse) na E (e) = JOSE; na mukwaye acento (') JOSÉ. Este facto mostra como era importante aos professores das zonas rurais estabelecerem a ligação entre a língua materna e a língua portuguesa.

As dificuldades no processo de escolarização dos moçambicanos na época colonial fizeram emergir sentimentos de revolta pela situação de inferioridade criada pelo então governo, vedando o ensino para além do elementar. Os moçambicanos eram afastados, assim que faziam a antiga quarta classe. O sistema educativo, fazendo eco do sistema político impedia os moçambicanos de seguir estudos mais avançados.

[136]. Esta pode não ser a grafia correta
[137]Esta pode não ser a grafia correta

[138]Associação cultural existente na cidade de Quelimane, onde se reuniam muitos africanos conhecidos como "revolucionários".
[139]Jornal Moçambicano que divulgava notícias de cariz político-social, onde colaboravam alguns dos políticos moçambicanos mais controlados pelo Estado Novo no país

Tinha-se criado mesmo a cultura do seguimento dos estudos no ensino liceal para os europeus e no ensino técnico para os naturais. Nas escolas técnicas comerciais e industriais, os alunos seguiam o que hoje se designa por ensino politécnico, com a vertente para a vida profissional. Saíam mecânicos, serralheiros, eletricistas ou boas donas de casa, para enfrentarem a vida no comércio e na indústria. Os mais teimosos ou os que já tinham uma consciência política aventuravam-se em ir mais longe.

Todos sabiam que sem estudos não conseguiam "singrar na vida". Como dizia Honwana, era uma "crença na magia do livro"[140] como a esperança de um futuro melhor, um futuro onde todos os moçambicanos pudessem beber da mesma fonte de sabedoria, dos livros, sem constrangimentos e em liberdade. Tinha razão o autor, pois o livro era o único instrumentos que poderia levar os moçambicanos a resgatar "da condição geral de servidão" [141] e reconhecer alguns direitos de cidadania.

Embora tenha havido interrupção na educação moçambicana devido a fatores históricos e sociais ao longo destes quase trinta anos do período de pós-independência, os programas de educação elementar exigem hoje uma revisão das estruturas linguísticas e um programa de aprendizagem da língua nacional ou como língua principal ou como segunda língua, com fixação gramatical e lexical.

As línguas moçambicanas que já na época colonialista eram ensinadas nas escolas, foram sempre mal-aceites pelos governos de então. Por esse facto, não se fomentou a elaboração de manuais de apoio, quer fossem simples libelos ou amostras de gramáticas e de léxico.

Embora a política colonial de ensino no tempo de Caetano tivesse começado a despertar, foram a base das transformações que o país vinha exigindo, mas que foi interrompido pela guerra no período pós-colonial. A guerra após a independência de Moçambique contribuiu também para o atraso no desenvolvimento do país, destruindo o que em 1979 era prosperidade ^, arrastando a destruição da rede escolar, da estrutura pré-universitária e universitária que já era uma realidade. Mas, tudo faz parte da história e os moçambicanos, sem esquecerem o passado, terão que construir o futuro com todos os instrumentos com que sonharam os "revolucionários" que construíram o país novo.

As interrogações proferidas por Honwana quanto à concretização dos seus sonhos adiados só serão ultrapassados quando todos os moçambicanos, qualquer que seja a origem, conseguirem abraçar a igualdade de cidadania, quando se conseguir respeitar a diversidade cultural que implica também saber gerir as identidades próprias, numa cultura de paz e de solidariedade.

A ajuda externa é de primordial importância, pela troca de experiências vividas tanto dos que ficaram no país como pelos que de lá forçosamente saíram, pelos sonhos que ficaram por concretizar, pelo amor à terra. Há muito para se fazer.

Conhecem-se alguns projetos de estudo das línguas moçambicanas, como a NELIMO[142] que, segundo Pöysä, se dedica à recolha de bibliografia das línguas bantu, à descrição destas línguas procurando uniformização ortográfica e elaboração de dicionários (Pöysä, 2007)[143]. Mas, este processo de desenvolvimento poderá vir a sofrer.

A indecisão do governo moçambicano quanto à fixação da língua nacional é um facto grave que pode vir a ter sérias consequências na futura língua do país. Em minha opinião, a adesão de Moçambique à Commonwealth expressa a vontade de o povo moçambicano abraçar a língua inglesa como língua oficial. A expressão "Commonwealth" já reflete usufruto e partilha de bens comuns no quadro da globalização mundial. Traduzindo literalmente, é na verdade uma "riqueza comum". Mas poderá haver riqueza comum sem uma língua comum?

Quanto tempo levará o país para substituir a língua portuguesa pela língua inglesa? Será que estas interrogações poderão fazer parte dos sonhos adiados? Será que a língua de Camões, com as alterações que se propõem colidirão com as alterações que poderão verificar-se nas línguas naturais moçambicanas, igualmente necessitadas de fixação? As várias grafias e pronúncias que encontramos em algumas línguas nacionais moçambicanas devido à proximidade das ténues fronteiras, alertam para a necessidade de fixação do léxico.

[140]HONWANA, L. B. [cf. 1992: 70]
[141]Ibidem, p. 71]

[142]O Projeto tem sido desenvolvido pelo Núcleo de Estudo das Línguas Moçambicanas, segundo Pöysä
[143]PÖYSÄ, Anna Erika [2007: 47]

Encontramos vocábulos, por exemplo, "funa" [n'funa ni? = o que queres?], que pode ter vários significados ou grafias com prefixos diferentes. Não será fácil construir e organizar o que deveria ter sido feito historicamente por um processo natural linguístico. A diversidade cultural e linguística, fruto ou herança de um passado que interrompido por causas que conhecemos, longe de ser um motivo de discórdia deve ser um motivo de união, porque só um trabalho consciente e em união poderá reorganizar, re-estruturar e fazer prosperar, não a ação isolada de um investigador ou linguista curioso.

A necessidade de partilhar conhecimentos, trocar experiências pode fazer crescer um país, que aprendeu a viver em diversidade respeitando a identidade de cada grupo etnolinguístico, sejam os naturais, os descendentes dos lusos, dos asiáticos ou dos chineses.

Esta caraterística multicultural e multilingue que vai começando a marcar tanto os países europeus como americanos, sul-americanos será uma realidade nos países africanos, no mundo global em que se construirá por si, qualquer que seja o tipo de resistência.

Arriscamos a afirmar que podem ser desígnios divinos. Vai ser tão claro como a água. E não haverá outras hipóteses de mudar. A "cultura suburbana", citando ainda Honwana, que se formou e desabrochou em cultura nacional, internacionalizar-se-á, fazendo de Moçambique um país com futuro e muito desejado.

5. Alguns exemplos do léxico elementar moçambicano

Passamos a apresentar alguns exemplos de expressões, pronomes pessoais, adjectivos e numerais da região da Baixa Zambézia:

Expressões:

Hoje – ddabuno[144]
Amanhã – mangwana
Depois de amanhã – dahyo
Ontem – n'zilo
Anteontem – n'zhana
Aqui – venevah/okhono
Ali - okhuli

Pronomes pessoais:

Eu - myo
Tu - wheyo
Ele/ela - yhene
Nós - yo'nethene
Vós - n'uho
Eles/elas - ab'ahole

Verbos:

Beber - m'whe
Comer - odja
Dar - adivahe
Deixar - o'thya
Dizer - om'wadhile
Falar – ologha
Gostar - o'zhive
Ir - o'doha
Ouvir - di'wha
Perguntar – n'pangha /on'ovusa

Numerais ordinais:

1. Modha	6. Tana modha	11. Khwmi na modha	16. Khwmi na tana modha
2. Bilí	7. Tana bilí	12. Khwmi na bilí	17. Khwmi na tana bilí
3. Tarru	8. Tana tarru	13. Khwmi na tarru	18. Khwmi na tana tarru
4. Nahy	9. Tana nahy	14. Khwmi na nahy	19. Khwmi na tana nahy
5. Tano	10. Khwmi	15. Khwmi na tanu	20. M'khwmelí

Adjetivos:

Alto - o'lahpah
Baixo – o'khivah
Bonito – okhodelah
magro - ohódha
gordo – o'khwmah
feio - o'tahkalah

144

Alegre - diziveh/oziwehlwah triste - o'nokubanyah

5. Conclusões

Parece que Moçambique enfrenta de novo o problema criado com o desenho do chamado "mapa cor-de-rosa" que delimitava as fronteiras terrestres e linguísticas do país. Presentemente, coloca-se a questão da continuidade da língua portuguesa ou a sua substituição pela língua inglesa e conhece-se a ponderação desta questão no quadro dos países da CPLP. Embora o país esteja rodeado por falantes de língua inglesa e se verifiquem empréstimos de vocábulos em línguas nacionais, não é fácil mudar a língua de uma nação, quando intervieram fatores histórico sociais marcantes, que contribuíram para a sua fixação.

Em tom de conclusão, atrevo-me a expressar a minha opinião. Em primeiro lugar, não vai ser fácil escolher, de entre as línguas principais nacionais, a que pode vir a ser oficialmente declarada, sem o levantamento dos bairrismos das províncias principais, que reclamam a primazia.

Em segundo lugar, julgo difícil fomentar a expressão da língua inglesa desde o berço até à idade adulta, por fatores económicos e culturais. E finalmente, é indiscutível a influência dos órgãos de comunicação social no impacto que têm na televisão e na imprensa moçambicana. Para além disto, o mais importante é que os moçambicanos têm uma forte herança portuguesa: pensam mais como portugueses do que como ingleses. É claro, que os ingleses ficariam muito contentes por reaverem uma parcela perdida, de grande importância e estratégia geopolítica.

Do ponto de vista educativo, as diferenças culturais sustentadas pela diversidade linguística influenciam o sistema escolar moçambicano, tornando difícil a compreensão entre os professores e os alunos na relação regional e nacional, isto é, entre professores e alunos falantes de determinada língua regional e os professores e alunos de determinada língua nacional. Embora a UNESCO defenda o uso das línguas maternas nacionais como veículo de comunicação nos primeiros anos escolares, e o exemplo acima apresentado como suporte de aprendizagem da língua portuguesa na fase elementar, pode fomentar-se o risco de setarização das populações, ao se criarem desigualdades linguísticas e sociais, que podem ter graves consequências na interação social e que podem provocar rivalidades bairristas, a xenofobia entre as regiões.

O uso das línguas nacionais a par com a língua portuguesa impõe um estudo científico dos chamados "dialetos" ou línguas nacionais moçambicanas, com fixação em gramáticas e léxicos. Seriam então necessárias quatro gramáticas e quatro tipos de dicionários, correspondentes aos principais grupos de línguas, o XiRonga, o Xichangana, o XiSena. Após séculos de domínio colonialista e imperialista, o império português passou por um período difícil de descolonização, desmembramento do território e, vendo-se só, viu-se obrigado a abraçar o projeto da Comunidade Europeia. Mas já houve que afirmasse, que Portugal "não tem vocação nem raízes europeias".

O modo como tratou e lidou com o africano levá-lo-á ao ponto em que o obrigaram a deixar as colónias, não como neocolonizador, mas como auxiliar numa construção que tanto os moçambicanos como portugueses desejam. Sou suspeita, pois a minha alma é duplamente moçambicana e portuguesa. Sou uma luso moçambicana. A viver trinta anos em Portugal, é inquestionável sentir como gostaria de ver o país em que nasci tornar-se um país de diversidades e irmandades, ao som de uma língua que me viu nascer, crescer e chegar onde cheguei.

6. Referências Bibliográficas

COSTA, João Paulo Oliveira e; LACERDA, Teresa (2007) *A interculturalidade na expansão portuguesa (séculos XV-XVIII)*. Coordenação de Roberto Carneiro, 159 p.

GONÇALVES, Perpétua (2004) Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese, *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 19:2, 225-259.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (S.D.) v. xvi. Ilustrada com cerca de 15.000 gravuras e 400 estampas a cores. Lisboa: Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda.

GUSMÃO, Neusa Mª Mendes de (2004) Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação. Lisboa: ICS, 361 p.

HONWANA, Luís Bernardo (1992) Do livro aberto aos sonhos adiados, *Colóquio Educação e Sociedade, 69-79.*

PÖYSÄ, Anna Erika (2007) *Development and consequences of the language situation in Mozambique.* Supervisor Ana Mª Martinho. Master's thesis. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculty of Social and Human Sciences. Department of Portuguese Studies.

SATAR, Edma A. (1998) *As regras de jogo na educação técnico-profissional*. Atas do 8º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalista, Aveiro, 4-6 de maio.

44. EDSON FERREIRA MARTINS Universidade de Évora (Portugal) /Universidade Federal de Viçosa (BRASIL)
45. Mª JOÃO MARÇALO Departamento de Linguística e Literaturas [PORTUGAL]

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E IDENTIDADE NACIONAL EM MONTEIRO LOBATO: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS DO BRASIL E DO PORTUGUÊS EUROPEU

O presente trabalho visa analisar, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto intitulado *O colocador de pronomes*. Escritor versátil, mas também editor, educador, almejando-se um reformador da cultura brasileira, Lobato desejava promover uma modificação na forma de se conceber língua e gramática no contexto do ensino brasileiro da primeira metade do século XX, fazendo convergir em seu texto certos movimentos que apontam para a valorização das divergências linguísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira.

Na análise, buscamos demonstrar em que medida os condicionamentos históricos linguísticos e literários influenciaram a produção deste texto lobatiano, enfatizando a relevância dada por Lobato a divergências presentes nos níveis lexical e sintático-semântico das duas variedades do português, tais como: a escolha lexical; o uso de *ter* por *haver*; a colocação pronominal; e a concordância na dita *voz passiva sintética*.

1. Introdução

Neste trabalho, pretendemos substancialmente analisar, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto gramatical intitulado *O colocador de pronomes*, escrito pelo autor em 1924, pertencendo ao livro *Negrinha.* Lobato se vale, no conto em questão, de uma verve que muito dá a pensar sobre as modificações que desejava promover na forma de se conceber língua (seja no uso literário, seja no popular) e gramática no contexto brasileiro das primeiras décadas do século passado, fazendo convergir em seu texto certos movimentos que apontam para a valorização das divergências linguísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira. Sobretudo a partir da caricatura da personagem Androvando Cantagalo, veremos como Lobato trata da questão da língua como manifestação de nacionalidade.

2. Prescrição versus descrição linguística

Monteiro Lobato apresenta ideias bastante inovadoras no texto em questão. Para se perceber este aspeto de modernidade no escritor paulista, deve-se observar primeiro que *O colocador de pronomes* foi escrito em 1920, época em que os estudos linguísticos de tendência descritivista-estruturalista estavam ainda em processo de formação.

Para se ter uma ideia mais clara do que isso significa, basta ter em vista que o *Curso de Linguística Geral* – obra póstuma do suíço Ferdinand de Saussure, considerada na história da linguística o divisor de águas da dita Linguística Moderna – tinha sido escrito, em francês, há apenas quatro anos. E, se falamos em "processo de formação" da linguística descritiva, isto é válido mais para os contextos europeu e norte-americano, pelos trabalhos realizados pelas escolas de diferentes correntes estruturalistas.

No que se refere ao contexto brasileiro, os avanços científicos conseguidos pela linguística estruturalista demorariam algumas décadas a se fazer sentir, em que pesem as investigações do génio pioneiro de um Mattoso Câmara Jr.[145]

Entre nós, começava a se esboçar um saber gramatical brasileiro, construído desde finais do século XIX, por autores como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (também 1887) e Eduardo Pereira (1907), que escreveram obras com uma "tendência gramatical de clara inspiração positivista".

[145] Para uma apreciação global da contribuição de Mattoso Câmara aos estudos linguísticos brasileiros, veja-se o artigo de Carlos Eduardo Uchôa, publicado na Revista Philologus, ano 13, n. 38, com versão eletrónica disponível em: http://www.filologia.org.br Revista **Philologus Ano 13 N° 38 - Sup**

No mais, existiam as publicações consistentes, frutos da tradição de filólogos brasileiros da época, em que figuram, entre outros nomes, os de Said Ali e Antenor Nascentes. Na análise de Maurício Silva, que estudou especificamente o período da gramaticografia entre 1880-1930 (os anos por assim dizer da formação de Lobato), "tudo isso acabava por criar uma espécie de cultura normativista a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos do período". Lobato via com extremo descrédito a possibilidade de aprendizado da língua a partir desse tipo de tradição gramatical, apoiada no modelo do certo *vs* errado. Numa carta endereçada a Godofredo Rangel, escrita em 1915, relata uma experiência ruim que teve com o ensino gramatical tradicional (fora reprovado), que gerou nele "uma revolta surda contra gramática e gramáticos"[146].

3. A valorização da diferença linguística e do PB

O maniqueísmo com que a Gramática Normativa (GN) elabora as suas descrições elitistas do uso linguístico, consoante o modelo frágil do certo *versus* errado, tem a sua contrapartida na defesa da posição de que, nas línguas, não existem *deficiências*, mas sim *diferenças*. O legado do modelo sociolinguístico (LABOV, 1973), neste sentido, é bastante esclarecedor, ao propor que qualquer comunidade de fala comunga um sistema linguística estruturalmente complexo, dotado de todas as potencialidades expressivas de que o grupo de falantes necessita. Neste ponto de vista, não há *uma* língua, mas um conjunto de usos (variedades de língua) socio-historicamente determinados, perspetiva que valoriza o reconhecimento da coexistência de normas e, portanto, da *diversidade linguística*.

Se é verdade que a GN se utiliza deste maniqueísmo para cumprir uma função ideológica, como observa Marcos Bagno[147], valendo-se de suas definições de correto/incorreto como "um instrumento de legitimação das classes dominantes", o combate contra esta investida ideológica que visa impor usos linguísticos alheios deve ter na *norma linguística real* o repertório de onde se torna possível separar o que, de fato, é caraterístico de uma variedade linguística (do português brasileiro, por exemplo, ou do europeu, ou ainda pertencente ao português africano, ao asiático etc.) daquilo que representa uma mera *norma linguística ideal*. Enfocando a importância da língua como caraterística de cultura, Monteiro Lobato põe em evidência as diferenças linguísticas, ao buscar explorar na narrativa os conflitos gerados pelas diferenças entre o PE e o PB, partindo sempre das situações cómicas em que o malogrado Aldrovando lhe serve como cobaia para a expressão de uma pormenorizada caricatura verbal do modelo do *magister-grammaticus*. Definitivamente Aldrovando, o brasileiro de fala lusa, não se entende com os seus conterrâneos tupiniquins. Falavam e não falavam a mesma língua.

3.1 Português de estrangeiro: a caricatura de Aldrovando

O recurso à *caricatura* como técnica de produção literária é largamente utilizado por Monteiro Lobato. Esta é a conclusão a que chegou Lia Cupertino Duarte, estudando como o escritor taubateano se apropria do humor em sua obra. Segundo a autora, visto que a atitude humorística é desmistificadora por excelência, o perfil caricaturesco é a opção escolhida por Lobato como conceção de uma considerável parcela de suas personagens. Para o autor, a caricatura, indissociada da sátira, é uma forma de punição, de assepsia social e moral, com grande poder de transformação [...].[148]

Em *O colocador de pronomes*, a construção da personagem Aldrovando é desenhada plena de traços caricaturais. Estamos diante, entretanto, de um tipo de caricatura construída por meio de palavras, onde o processo dialógico da leitura ocorre numa dimensão diferente do que sucede com captação do sentido da imagem, isto é, com a caricatura visual. A personagem se constrói enquanto texto, resultando desta "costura" narrativa uma *caricatura verbal.* Como compreender, então, o delineamento destes traços? Neste jogo dialógico entre autor e leitor, para desvelar a tessitura lobatiana, é necessário observar cuidadosamente tanto a caraterização física (do personagem, mas também das coisas à sua volta, do "meio"

[146] São costumeiras na obra do escritor as qualificações pouco amigáveis para a figura do gramático e dos que cortejam a filogramatiquice. Além da caraterização de Aldrovando como sebento, há aquele trecho exemplar em que Emília define o rinoceronte Quindim, que tinha devorado a *Gramática Histórica* de Eduardo Carlos Pereira, como "um grandississimo gramático", com aquele seu "cascão gramatical" (cf. Uma ideia da senhora Emília. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 12 e também p. 42). Em outro lugar, compara os gramáticos a ratazanas (cf. Uma nova interjeição. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 94).

[147] cf. Bagno (2000: 22).

[148] cf. Duarte (2006: 269).

à maneira tainiana), mas sobretudo a linguagem da personagem. No conto em análise, para além das intervenções do narrador de 3ª pessoa, os discursos diretos dão o contorno definitivo da caricatura de Aldrovando; Lobato nos apresenta também os fatos biográficos do "mártir da gramática", mas é na língua, na expressão de formas e ideias, que Aldrovando Cantagalo se revela plenamente ao leitor. Nas subsecções seguintes, analiso algumas passagens em que Lobato usa do recurso verbal para traçar a caricatura de Aldrovando, pondo em discussão, simultaneamente, a diversidade da língua portuguesa, por meio do artificialismo deste idólatra dos torneios sintáticos e lexicais do PE. Procuramos separar didaticamente os tópicos que Lobato busca explorar no texto, donde se percebe a ênfase que o escritor deu às questões lexicais e sintáticas.

a) O léxico aldrovândico

A análise do vocabulário presente nos discursos diretos de Aldrovando revela, por parte de Lobato, um cuidado especial na escolha de um léxico nada popular (exceção ao qualificativo *alarve*) para a caraterização da fala deste personagem. O objetivo é dar contornos maximamente vernaculares ao seu idioleto, recheado de expressões lexicais que fazem parte mais do português literário europeu que da língua usual de Portugal. Destaco abaixo os principais léxicos utilizados no texto que o comprovam:

ALARVE – aparece desde 1344 na língua (allarve), arabismo de al-arab, "o árabe"; originariamente o nome dado aos mouros salteadores, hoje aplicado em linguagem corrente do PE no sentido de pessoa brutal, indelicada, rude, tola. Ex: "Amigo, disse-lhe pachorrentamente Aldrovando, natural a mim me parece que erres, alarve que és".

ALVEITAR – forma que data do século XV (alueitar ou alveytar), proveniente do árabe al-baitar, refere-se à pessoa que se emprega a tratar a doença dos irracionais, sem os necessários conhecimentos veterinários. No texto, ressalte-se o cómico de situação, em que o cliente do "consultório" de Aldrovando, é chamado, subtilmente, de animal. Ex: "Pois, amigo, errou de porta. Seu caso é ali com o alveitar da esquina".

ANTANHO – ocorre na língua pela primeira vez em 1543, o mesmo que "de antigamente". Ex: "Ai! Onde param os [sic] boas letras d'antanho? Fez-se peru o níveo cisne".

ASINHA – de origem controversa, forma adverbial de uso antigo, presente desde o século XIII na língua portuguesa, com o sentido de "sem demora", "rapidamente". Ex: "Toma lá. O mau bicho que tens no sangue morrerá asinha às mãos deste vermífugo".

BOFÉ – forma contraída da expressão adverbial à boa-fé, é dado como uso antigo por Houaiss, aparecendo na língua a partir de 1913. O mesmo que "em verdade". Ex: "Sei pelejar com todas as armas e irei até ao fim. Bofé!...".

DELETREAR – (1789), soletrar. Ex: "Cá está um desses galicigrafos. Deletreemo-lo ao acaso".

EMPÓS – de uso antigo, originário de em + pós. Ex: "Ir-lhes-ei empós".

EXPUNGIR – do século XVIII; sentido: fazer desaparecer (uma escrita) para substituí-la por outra (escolha lexical bastante apropriada para o sentido da narrativa, diga-se de passagem). Ex: "Naquela tábua um dislate existe que seriamente à língua lusa ofende. Venho pedir-te, em nome do asseio gramatical, que o expunjas".

FÉRULA – (1563), tipo de planta de cujo caule se faz uma vara de açoite; daí, por metonímia, "palmatória"; por metáfora, "rigor disciplinar" ou "severidade". Ex: "Fogem-me á cérula, os maraus de pau e corda?".

FILAR – usado diante da preposição por, com o significado de "segurar com força". Ex: "Ir-lhes-ei empós, filá-los-ei pela gorja... Salta rumor!".

GORJA – o mesmo que garganta, do galicismo gorge, possivelmente do latim gurges ("abismo", "voragem"). Ex: " [...] filá-los-ei pela gorja...".

INGRESIA/INGRANZÉU: o mesmo que inglesia, de etimologia controversa, provavelmente de ingrês a partir de inglês. Usado pejorativamente para significar "barulho". Exs: (1) "A ingresia d'hoje, declamava ele, está para a Língua, como o cadáver em putrefação está para o corpo vivo". (2) "E traduzi em latim o tal ingranzéu?".

MARAU – do século XVII, pelo galicismo maraud (pedinte), significando "indivíduo ignóbil", "espertalhão". Ex: "Fogem-me á férula, os maraus de pau e corda?".

SUASÓRIO – século XVII, o mesmo que persuasório. Ex: "Experimentemos processo outro, mais suasorio".

TARELO – sinônimo de "tagarela", com origem no século XIX. Ex: "Hei de influir na minha época. Aos tarelos hei de vencer".

b) O uso de ter por haver

Sobre a polémica linguística em torno do uso dos verbos *haver* e *ter* nas duas variedades, que Said Ali chega a listar como uma das "dificuldades da língua portuguesa" no seu famoso conjunto de ensaios, Mª Lúcia Sampaio (1978) nos traz uma realidade interessante. Em sua pesquisa, onde faz um estudo diacrónico dos dois verbos, cobrindo toda a história do português, a autora constata que, para expressar a ideia de posse, *haver* e *ter* concorrem na língua desde as origens do português (século XIII), com amplo predomínio de *haver*.

No sentido de "existir", a partir do século XVI, com o desgaste e o esvaziamento semântico das formas do verbo *haver* (hei, há, houve, haja etc.), o verbo *ter* invade a esfera da oração existencial[149], ainda que, pelo conservadorismo da escrita (norma literária), continue a aparecer nos textos em menor escala que o verbo *haver*. Como observa a autora, "com a nova criação da língua [o sentido existencial] surgiram duas construções que entraram em concorrência. A oração existencial com o verbo *ter* veio preencher um deficit da língua, cuja clareza de comunicação estava ameaçada pelo desgaste e consequente inexpressividade do verbo *haver*."[150]

A prevalência de *haver* sobre *ter* com sentido existencial vai se consolidando na norma literária do PE, no que é seguida pelos escritores brasileiros ao longo dos séculos, do seiscentos ao novecentos. O jogo começa a virar no PB em favor do verbo *ter* apenas no século XX, por meio do projeto de consolidação da cultura brasileira idealizado pelo movimento modernista. A evolução da competição diacrónica entre os verbos pode ser percebida no quadro abaixo, adaptado dos dados apresentados por Sampaio (1978), em que a autora analisa a frequência de usos por autor, no século XX:

Escritor	HAVER	TER
Cassiano Ricardo	99 %	1 %
Manuel Bandeira	80 %	20 %
Vinícius de Moraes	50 %	50 %
Mário de Andrade	50 %	50 %
Lygia Fagundes Teles	50 %	50 %
Carlos Drummond de Andrade	40 %	60 %
Guimarães Rosa	10 %	90%

Embora a autora não registe em seu estudo o número absoluto de ocorrências coletados em cada autor, os números permitem uma leitura bastante favorável sobre o peso do verbo *ter* como uma presença lexical forte dentro do que denominei de *norma linguística real* do PB do século XX.

Voltando ao texto de Monteiro Lobato, os dados quantitativos expostos acima também nos auxiliam a confirmar a imagem do escritor, pelo menos nos limites do conto analisado, como um precursor do modernismo, atento à premência de se valorizar a língua portuguesa falada e escrita no Brasil como parte de seu programa estético literário. A disputa lexical *ter x haver* não passou despercebida a Lobato, ao narrar o martírio de Aldrovando Cantagalo, que se encolerizava contra a "garabulha bordalenga", que estampavam os jornais brasileiros. É assim que ele se revolta, pinçando aleatoriamente numa publicação um uso de *ter*. Curioso é que o purismo do homem era tamanho, que na ocorrência não se trata do uso clássico de ter no sentido de existir; tem-se, na verdade, o verbo seguido do substantivo "lugar", com que forma uma construção no sentido de "acontecer". Seja como for, era o bastante para lhe doerem os rins:

– Teve lugar ontem... É língua esta espurcícia negral? Ó meu seráfico Frei Luiz, como te conspurcam o divino idioma, estes sarrafaçais da moxinifada!

A caricatura do filólogo como fiel apóstolo do PE como língua santa ganha contornos nítidos para o leitor, quando Aldrovando usa em sua fala profética, construções como:

[149]Silveira Bueno, visando distinguir as criações linguísticas genuinamente brasileiras daquelas que são ecos de estágios antigos do PE aclimatados no PB, argumenta que o uso de *ter* por *haver* é um caso de falso *brasileirismo*, sendo de outra parte mais um dos traços conservadores da sintaxe do PB. O autor dá alguns exemplos como: "Apenas *tem* quinhentos homens naquela fortaleza" (J. Freire); e ainda: "Nos matos da costa *tem* muito brasil e pau prêto de que todos os anos se carregam mais de cem juncos para a China, Aimão, Camboja e Champa, e *tem* mais muita cêra, mel e açúcar" (Fernão M. Pinto).

[150]cf. Sampaio (1978: 67).

– Não **hei de** acabar, porém, antes de dar a prelo um grande livro, onde compendie a muita ciência que **hei acumulado**.

em que soa pouquíssimo brasileira a perífrase com haver, onde dizemos e escrevemos nós "vou acabar/terminar [...]" e "[...] que *tenho acumulado*"; e ainda esta outra:

– **Hei de** influir na minha época. Aos tarelos **hei de** vencer. Fogem-me á férula os maraus de pau e corda? Ir-lhes-ei empós, filá-los-ei pela gorja... Salta rumor! (negritos meus)

Novamente se constata o olhar atento de Lobato para as questões linguísticas, pois, como observa Said Ali (1950:185), *ter de* "é um neologismo consagrado na linguagem literária do século XVIII para cá". Até este período era usual apenas a variante *haver de*, largamente atestada no português arcaico e quinhentista.

c) A colocação pronominal

Esta última citação do texto dá margem a que especulemos sobre outra antiga polémica linguística que aflora do contraste PE x PB, a da colocação pronominal[151]. Vejamos os momentos privilegiados em que Lobato tematiza a questão.

Primeiramente, chama a atenção o uso recorrente que Aldrovando faz da *mesóclise*. Além dos exemplos que aparecem no fragmento supracitado, em mais uma outra ocasião Lobato põe a construção na boca de Aldrovando: "– Fá-la-ei imprimir á minha custa!", diz o gramatiqueiro, quando nenhum editor vem bater-lhe à porta, para bancar e prestigiar a edição da sua obra.

Na postulação da mesóclise, que algumas gramáticas referem bisonhamente como a ocasião em que o clítico é posto "no meio do verbo", pode-se ver o eco do prescritivismo gramatical segundo a regra de que "não se deve iniciar uma frase com pronome átono".

Em questão tão delicada, que envolve, entre outras coisas, ritmos de fala, sabidamente diferentes entre PE e PB, é sempre bom consultar a opinião de estudiosos como Said Ali (e estamos a falar também de um autor de *gramáticas*!), que observa[152], com letras capitais como segue aí, na sua *Gramática Secundária* (note-se a importância da conjugação de fatores prosódicos e sintáticos, na análise do autor):

> *A PRONÚNCIA BRASILEIRA DIVERSIFICA DA LUSITANA; DAÍ RESULTA QUE A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM NOSSO FALAR ESPONTÂNEO NÃO COINCIDE PERFEITAMENTE COM A DO FALAR DOS PORTUGUESES* (SAID ALI, 1969: 205).

Seria interessante contrapor à ortodoxia gramatical, a opinião de José Lemos Monteiro. O autor, que dedica um trabalho de peso à questão da reorganização do quadro dos pronomes pessoais no PB, atesta que a tradição gramatical em língua portuguesa, regista como possibilidades de colocação pronominal: a próclise; a ênclise; a apossínclise; e a mesóclise. Diante deste quadro "descritivo", o linguista nota, porém:

> a apossínclise (deslocamento à esquerda do pronome átono para antes de um advérbio: "eu o não vi") é absolutamente irreal para os brasileiros. E a mesóclise praticamente também já não ocorre entre nós. Dela só encontramos em nosso corpus raríssimos exemplos e, assim mesmo, em elocuções formais de falantes idosos.

Idoso o Aldrovando de Lobato também era, mas o intuito primeiro da caricatura pretendida não é esta, mas sim explorar o modelo arcaico de língua que Aldrovando tenta em vão professar, na sua fala e nos seus ensinamentos... Para

[151]Foge aos propósitos deste texto fazer um esboço histórico ou exaustivo do constituir desta "polêmica" relacionada à "correta" posição dos pronomes no PB, mas relembre-se o curioso caso filológico-literário da edição dos poemas de Gregório de Matos, feita por Afrânio Peixoto, em que o erudito e estudioso camoniano altera, em nome da boa moral e da boa gramática, sendo que "os seus pronomes (os pronomes da sua edição) são colocados mais à portuguesa e certas construções, que documentariam o processo linguístico do português do Brasil do século XVII são às vezes criminosamente alteradas de acordo com a ideologia estreitamente gramatical que dominava entre os velhos da década de 20 no Brasil."

[152]Mantenho na citação as letras capitais, presentes, claro esteja, no original.

Monteiro, "o problema da colocação ainda é variável e em certos pontos facultativa, conquanto se manifeste a tendência decisiva para a próclise na fala brasileira."[153]

As conclusões seguras deste linguista, profundo conhecedor da realidade da língua falada e escrita no Brasil, vêm confirmar mais uma vez o quanto há de modernidade no posicionamento de Lobato sobre as questões de língua. Sempre se apoiando no humor, na sátira, são tragicómicos os contornos em que o escritor nos narra a morte de Aldrovando, provocada como um carma, *in extremis*, pelo deslocamento impróprio de um pronome ("que sabe-me"). Noutra ocasião, num dos momentos mais hilários do texto, o escritor volta a tratar da questão pronominal. É a cena em que, tendo editado finalmente a sua obra máxima, "dois brutamontes de mangas arregaçadas" vem-lhe entregar "a primeira carroçada de livros":

> *– Me dá um matabicho, patrão!...*

Aldrovando severizou o semblante ao ouvir aquele "Me" tão fora dos mancais, e tomando um exemplar da obra ofertou-o ao "doente":

> *– Toma lá. O mau bicho que tens no sangue morrerá asinha às mãos deste vermífugo. Recomendo-te a leitura do capítulo sexto.*
>
> *O carroceiro não se fez rogar; saiu com o livro, dizendo ao companheiro:*
>
> *– Isto no "sebo" sempre renderá cinco tostões. Já serve!...*

Como se percebe pelo contraste de carateres, Lobato busca opor os carregadores de livros, (trabalhadores braçais, representantes aqui dos falantes de um português genuinamente brasileiro) à figura austera e bolorenta de Aldrovando. A ênfase do escritor, porém, não recai na diferença socioeconómica evidente entre os personagens; o que o autor procura explorar, na verdade, são as diferenças da língua, ou melhor, a valorização da diferença entre o que seja próprio do PE em contraste com o que seja legítimo e caraterístico do PB.

Além da sentença iniciada com o pronome átono – crime de lesa-língua para os puristas de plantão – repare-se no léxico "matabicho", o mesmo que "cachaça", escolha lexical própria de quem quer proclamar o abrasileiramento da literatura e da língua. Neste ponto, Lobato se põe como um precursor dos autores modernistas brasileiros.[154] Neste sentido, a punição do narrador à figura do gramático é sintomática da defesa da língua como expressão da nacionalidade brasileira.

Pode-se mesmo falar que, neste texto, Lobato defende uma interessante posição (e avançada para o tipo de ensino predominante da época) de que o destino da língua pertence a seus usuários:

> *– Chega de caraminholas, ó barata tonta!* ***Quem manda aqui, no serviço e na língua, sou eu****. E é ir andando, antes que eu o ferre com um bom par de ferros ingleses*! (negritos meus)

É assim, aos gritos, que Aldrovando quase apanha do brasileiríssimo ferreiro Serafim. Nesta passagem, o texto lobatiano advoga um caráter fundamental da língua, o da liberdade do falante frente ao código. Parafraseando Saussure, e retomando a crítica coseriana do *Cours*, a atitude de Serafim frente a Aldrovando significa, de fato, que a língua não se impõe ao falante, sendo antes este a impor naquela as suas marcas subjetivas.

Em termos de constituição histórica, apesar dos fatores que condicionam o existir concreto de uma língua com tradição escrita, o controle dos rumos de um idioma pertence aos usuários (aos brasileiros, por exemplo), e não às ditas "autoridades", que pretendem estigmatizar os falantes do PB, ou até mesmo frear a criatividade linguística inerente ao fenómeno da comunicação verbal. Tais "autoridades" perpetuam atitudes normativas milenares no saber gramatical do ocidente (pense-se no caso do *Appendix Probi*), não sendo difícil perceber a presença dos discípulos de Probo nos Aldrovandos dos dias atuais, que permanecem tendo voz na sociedade brasileira contemporânea.[155]

[153] A título de exemplo da diferença entre PB e PE quanto à colocação dos pronomes átonos, registro a diferença observada na propaganda televisiva de uma marca de energéticos, que em Portugal diz "Red Bull dá-te asas"; ao passo que, no Brasil, o texto publicitário é escrito "Red Bull te dá asas".

[154] cf. Lessa (1966: 58).

[155] Sobre a atuação maléfica das autoridades gramaticais no contexto de produção da mídia impressa e eletrónica atual, veja-se Bagno (2000) e Scherre (2004).

Com base no conhecimento acumulado sobre a natureza da linguagem humana, certamente se esperava que fosse possível se adotar uma postura mais crítica (menos anacrónica, inclusive, após o impacto da intensa produção da linguística brasileira no último século) em vez de repetir ideologias arcaicas e conservadoras. O entrave a esta mudança de comportamento está no fato de que, em termos de relações de poder, a língua é vista por seus usuários como uma questão essencialmente política.[156]

d) A dita voz passiva sintética

De acordo com a narrativa criada por Lobato, na sua fase de militância em defesa do vernáculo – convenhamos –, um fato inegável é que Aldrovando se mostrou um estratego dos melhores, ainda que suas ideias tenham-se perdido na relação dificultosa entre teoria e prática. Após seguidos insucessos, em que escreve ofícios ao Congresso, vira colunista de jornal, abre (vejam só!) um consultório gramatical, para cuidar da "grande enferma" (a língua), Aldrovando resolve, enfim, perambular pelas ruas, procurando "erros" de linguagem, para saná-los, a eles e a seus feitores.

Nesta atitude inédita de um heroico-gramático-ambulante, Lobato cria uma cena absolutamente significativa para compreendermos a visão aguçada do autor sobre a diferença entre prescrição e descrição gramaticais, em que põe em destaque, de um lado, o papel da criatividade linguística do falante, e de outro a natureza da variação e da mudança linguística no diálogo travado entre Aldrovando e o ferreiro Serafim. Lobato se vale deste episódio para fazer uma crítica à análise gramatical tradicional do sintaticismo denominado de *voz passiva sintética*.

O tema costuma ser abordado nos compêndios gramaticais normativistas na seção que trata da concordância verbal nas construções com *se*, em que o clítico é tido por um *pronome apassivador* ou *partícula apassivadora*. Como se sabe, o ponto intocável da postulação da regra de concordância na visão normativista, conforme prega a catequese "aldrovândica", é o de que o sintagma nominal presente nas frases é *sujeito sintático*; daí decorreria a necessidade de adequação na categoria de *número* entre verbo e sujeito.

Monteiro Lobato, ao que parece, demonstra ter conhecimento de um ensaio pioneiro sobre a análise da construção em termos de postular o clítico *se* como sujeito em vez do sintagma nominal, que passaria a ser visto como objeto verbal. Trata-se de um texto publicado por Manuel de Said Ali, em 1908, em que o distinto filólogo demonstra a fragilidade da análise normativa, contra a qual insurge categoricamente.

No contexto da filologia em Portugal, José Mª Rodrigues também se pronuncia sobre esta querela, em 1914, num dos boletins publicados pela Academia de Ciências de Lisboa. Quer pela profundidade da análise empreendida, quer pelo tipo (livro) e local de divulgação, nos parece lícito pensar que Monteiro Lobato tenha sido influenciado pelo conhecimento do texto de Said Ali.

Unindo, de forma refinada e espantosa, conhecimentos linguísticos e literários, Lobato dá um tratamento, digamos, *poético* (lembre-se o sentido da raiz grega deste léxico) àquilo que Said Ali distinguira com olhos aquilinos. Vale lembrar que a questão da concordância verbal na dita *voz passiva sintética* viria a ocupar nas décadas seguintes, um lugar de destaque nas pesquisas linguísticas do português, e de outras línguas românicas, quadro que ainda permanece bastante atual, como demonstram as pesquisas atuais.[157]

Ao diálogo criado por Lobato entre o filólogo Aldrovando e ferreiro Serafim não há muito o que dizer, sob pena de só lhe tirar, sem nada acrescentar. Apenas fazemos uma ligeira observação, que visa descortinar mais uma faceta da ironia lobatiana, não explícita ao leitor.

[156]Adotamos aqui a definição de língua de Kanavilill Rajagopalan (2003: 176): "Para qualquer indiano, algumas respostas, tais como língua é instrumento de comunicação, língua é pátria, são chavões. Língua, pátria, nação são conversa fiada. Esses chavões não têm o menor sentido, porque para os leigos, que compõem a grande maioria dos usuários de uma dada língua, língua é, antes de mais nada e depois de tudo, uma questão política". Em que pese a menor variação dialetológica face à situação da Índia, não há motivos para se pensar que a "língua como pátria" etc. seja um chavão menos expressivo dentro do quadro plural das comunidades lusófonas.

[157]Para uma apreciação das abordagens sobre a questão do se veja-se Monteiro (1994) e Osório e Martins (2007:19-23).

Note-se que o ferreiro se chama Serafim. Tinha no nome um quê de anjo, cuja raiz lexical é a mesmíssima do adjetivo carinhoso com que o rabugento Aldrovando se dirige ao seu mestre maior da língua lusa: "Ó meu *seráfico* Frei Luís".

Emendando o sarcasmo lobatiano, poder-se-ia dizer que, aos olhos daquele malsucedido "Agente da Saúde idiomática", devia parecer uma heresia, punível com morte à fogueira, que um sujeito reles como aquele, verme abominável da gente de Sodoma e Gomorra, pudesse ter no nome qualquer relação com o cândido mundo habitado pelos anjos. Seu derradeiro e único júbilo talvez fosse que a glória dos mártires é medida pelo grau dos suplícios...

4. À guisa de conclusão

O colocador de pronomes demarca, de um lado, um momento de amadurecimento das ideias linguísticas de Monteiro Lobato. A correspondência trocada pelo autor com Godofredo Rangel demonstra que os anos anteriores à redação de Negrinha foram uma época de crise intelectual para o autor, que buscava a forma adequada de abordar a questão da língua dentro da perspetiva da afirmação do Brasil como nação (do que decorre a abordagem reformadora da língua e da gramática que o autor busca propor com a produção do conto), ao mesmo tempo em que Lobato necessitava elaborar formalmente a sua própria expressão como literato.

De outra parte, para além do seu valor literário inestimável, o conto funciona, por tudo o que se disse aqui (e quiçá pelo que não se disse) como um documento rico, plurissignificativo, para a compreensão do processo histórico de consolidação da língua literária brasileira, e, por conseguinte, da própria história do PB. Primeira formulação consistente do pensamento linguístico do escritor, a narrativa nos deixa perceber em Lobato um profundo conhecedor da realidade linguística brasileira, com um faro apurado para a compreensão do comum e do diferente nas encruzilhadas da constituição histórica – nada lineares – entre PE e PB. Obra de um homem para lá de multifacetado; moderno, se não modernista; entusiasta do progresso; pensador das grandes questões culturais do país, da educação popular, pondo em primeiro plano a educação literária e linguística.

Fez isso, inclusive, a um só tempo, sem ter de prescindir desta ou daquela abordagem da linguagem, postura que talvez mereça a atenção de alguns profissionais de Letras dos dias atuais que, por um excesso de positivismo ou cientificismo, pretendem ver estudo linguístico e estudo do literário como a querela neoapocalíptica entre Deus e Mefistófeles. Eis aí mais uma via de leitura que o autor/texto nos abre.

5. Referências Bibliográficas

ALBIEIRI, T. M. (2005) *Lobato: a cultura gramatical em "Emília no país da Gramática"*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.

BAGNO, M. (2001) *Dramática da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

CAUDAS AULETE, F. J. (1948) *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Parceria António Mª Pereira.

COSERIU, E. (1979 [1958]) *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística* Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo.

GOH, S. S. (2004) *Metalinguagem e marcas de oralidade em Monteiro Lobato*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

LABOV, W. (1973) The logic of non standard English. In KEDDIE, N. (org.) *The myth of cultural deprivation*. Penguin.

LEON, L. M. M. (2004) A teoria gramatical na colocação dos pronomes oblíquos átonos. In *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: s/d. Disponível em: http://www.filologia.org.br/revista/artigo/10(28)04.htm

LESSA, L. C. (1966) *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

LOBATO, M. (1935) *Emília no país da Gramática*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

____. (1950a) *A barca de Gleyre*. vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense.

____. (1950b) Prefácio ao *Dialeto Caipira*. In *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense.

____. (1956) O colocador de pronomes. In *Negrinha.* São Paulo: Brasiliense.

MONTEIRO, J. L. (1994) Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC.

OSÓRIO, P. J. & MARTINS, E. F. (2007) *A sintaxe das construções com se no Português do Brasil*. 2ª ed. Alpiarça: Zaina Editores.

RODRIGUES, J. M. (1914) Sobre um dos usos do pronome se: as frases do tipo vê-se sinais. In Academia das Ciências de Lisboa, Separata do Boletim da Segunda Classe, vol. VII, pp. 1-14. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SAID ALI, M. (1950) *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

____. (1969) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 8ª ed. São Paulo. Melhoramentos.

SAMPAIO, M. L. P. (1978). Estudo diacrónica dos verbos ter e haver, duas formas em concorrência. Assis: Tipografia Nigro.

SILVA, M. (2006). A gramática brasileira novecentista: uma história. In Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 3, n. 4, 1º semestre de 2006.

XAVIER, A. C. & CORTEZ, S. (eds) (2003). Conversas com linguistas – virtudes e controvérsias da linguística São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

46. ELIS DE ALMEIDA CARDOSO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O LÉXICO DA PERIFERIA: UMA ANÁLISE DE UM DOS DIALETOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal mostrar quais os processos de formação neológica que aparecem em "Dialeto local" - dicionário divulgado em uma página da internet (www.capao.com.br), que registra o léxico de um bairro periférico da cidade de São Paulo (Capão Redondo) e é alimentado com base na sugestão de moradores do bairro e de internautas em geral. O portal, criado em 2000, surgiu com o objetivo de mostrar que no bairro do Capão Redondo não existe só criminalidade, mas também uma cultura e um dialeto próprios.

A linguagem da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, apresenta caraterísticas próprias principalmente no que diz respeito ao léxico. Por serem áreas onde impera a violência e o tráfico de drogas, muitas dessas novas palavras que integram o léxico da periferia associam-se justamente a esses universos.

Carregados de ideologia, os neologismos surgem com o objetivo de marcar território e de delimitar grupos sociais. O bairro do Capão Redondo, situado na zona sul da capital paulista, tem 203 mil moradores, divididos em 99 quilômetros quadrados e 584 favelas. 9% dos chefes de família não possuem nenhum rendimento e é registrado um homicídio a cada dois dias.

Com base nos estudos da criatividade lexical, de Louis Guilbert, pretende-se analisar os processos de formação do léxico utilizado por um determinado grupo da sociedade brasileira. Por meio das escolhas e formações lexicais, objetiva-se verificar, com base na estilística e na sociolinguística variacionista, a visão de mundo e a ideologia de uma das muitas comunidades lusófonas.

O que acontece na comunidade do Capão Redondo, bairro situado na região sul de São Paulo, uma das mais violentas, também ocorre em outras regiões periféricas. Por meio de um léxico próprio, preservado pelo uso, cria-se uma espécie de convenção, e a obediência a essa norma própria acaba por condicionar os indivíduos – jovens, sobretudo -, que já apresentam comportamentos semelhantes, a manifestarem linguisticamente seu pensamento de forma muito parecida.

O objetivo principal do "Dialeto local" é, portanto, mostrar que na periferia das grandes cidades brasileiras existe uma comunidade que elege determinados hábitos linguísticos para expressar seu modo de viver. Aqui se pretende analisar de que maneira a criação do léxico especial, formado principalmente por gírias, atende às necessidades desse grupo social tais como autoafirmação, desejo de originalidade e de se fazer entender apenas por indivíduos do grupo.

2. As escolhas lexicais: reflexo de visões de mundo

"A língua é uma instituição social de adoção obrigatória a todo indivíduo pertencente a uma mesma comunidade para se fazer entender" (Claret, 1979:32).

Desde que nascemos, diz Preti (1977:1), "um mundo de signos linguísticos nos cerca e suas inúmeras possibilidades comunicativas começam a tornar-se reais a partir do momento em que, pela imitação e associação, começamos a formular nossas mensagens". Em nossa trajetória comunicativa, é comum nos depararmos com itens lexicais que não fazem parte do nosso repertório linguístico. Do enorme conjunto lexical, dominamos apenas uma parte.

O rol das palavras que compõem o vocabulário de cada indivíduo está diretamente associado à sua experiência acumulada e às práticas sociais e culturais adquiridas. Delimitam, portanto, as escolhas lexicais o momento histórico, o lugar, a idade, o sexo, a profissão, o grau de instrução, o status socioeconômico e muitos outros fatores. Com o passar do tempo, o léxico vai sofrendo alterações e é muito comum que palavras usadas em um determinado momento sejam esquecidas ou ganhem nova significação. Pode-se tomar como exemplos *almocafre* - espécie de enxada; *infido* - infiel; *furriel* - militar de baixa categoria; *broslar* - bordar, ornar, etc. Escolhas como essas lembram, sem dúvida, tempos passados.

Os regionalismos, palavras que evocam regiões específicas, podem simplesmente passar despercebidos, mas, caso o ouvinte-leitor não seja da região, ao se deparar com a palavra não habitual, poderá não compreendê-la. Da obra de

Graciliano Ramos, autor que privilegia vocábulos nordestinos, citam-se: *tangerinos* (tocadores de gado), *cassaco* (trabalhador de estrada ou de engenho), *copiar* ou *copiá* (do tupi *copiara*, varanda da casa), *caritó* (pequena prateleira escavada na parede), *quengo* (cabeça), *emboança* (lorota), *zuruó* (atarantado, aturdido), *gastura* (mal-estar, aflição), *cadência* (jeito, inteligência), *sarapatel* (barulho, confusão), etc. É claro que por conta dos fatos históricos, culturais e também pela distância, o português brasileiro distancia-se do português europeu. Em relação ao léxico, percebe-se, por exemplo, que o *comboio* em Portugal é *o trem* no Brasil, *o autocarro* em Lisboa é *ônibus* em São Paulo; *bonde* (Brasil) corresponde a *elétrico* (Portugal); a *aeromoça* brasileira é a *hospedeira* portuguesa.

Classes sociais e grupos etários também são marcados pelas escolhas de diferentes itens léxicos. Martins (1997:88) lembra que dentre essas linguagens especiais, "é a gíria a que oferece maiores possibilidades expressivas, traços afetivos mais intensos". Para Preti, na linguagem cotidiana espontânea, "a gíria constitui um recurso simples para aproximar os interlocutores, quebrar a formalidade, forçar uma interação mais próxima dos interesses das pessoas que dialogam" (2004:65).

Já a gíria de grupo é, muitas vezes, usada por falantes que desejam comunicar-se com seus interlocutores sem serem compreendidos por outros. "Preservada, portanto, a significação dos vocábulos, a gíria torna-se uma linguagem secreta, somente compreensível aos iniciados", lembra o autor (2004:67). Tanto pode ser uma forma de defesa da população marginal, como uma manifestação de agressividade da juventude, um reflexo do conflito das gerações.

O vocabulário inicialmente restrito a um grupo pode, entretanto, generalizar-se, passando então a fazer parte do dialeto social popular. Por conta da frequência de uso, as gírias se desgastam muito facilmente e tendem, mais rapidamente do que outras palavras, ao esquecimento. É justamente por causa da renovação que ocorre com as gírias que se nota que elas marcam épocas. Pode-se falar em gírias dos anos 50, 60, 70, etc.

Percebemos, dessa forma, que as escolhas lexicais podem revelar não só o meio em que o indivíduo está inserido, mas também seus valores ideológicos e suas visões de mundo. A linguagem da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, apresenta características próprias principalmente no que diz respeito ao léxico. Por serem áreas onde impera a violência e o tráfico de drogas, muitas dessas novas palavras que integram o léxico da periferia associam-se justamente a esses universos. Carregados de ideologia, os neologismos surgem com o objetivo de marcar território e de delimitar grupos sociais.

3. Sobre o "Dialeto local"

O portal **www.capao.com.br** teve início em 27 de março de 2000 e surgiu pela necessidade dos irmãos Leonardo Lopes e Allan Lopes, que nasceram e cresceram no bairro, de mostrar o lado bom do Capão Redondo que poucos conhecem. Esse bairro, situado na zona sul da capital paulista, tem 203 mil moradores, divididos em 99 quilômetros quadrados e 584 favelas. 9% dos chefes de família não possuem nenhum rendimento e é registrado um homicídio a cada dois dias.

O objetivo dos idealizadores era oferecer informações a respeito do bairro, mostrando principalmente que no Capão Redondo não existe só criminalidade, mas que há "muita coisa boa, uma cultura diferente, uma forma totalmente original de encarar a vida". Com o passar do tempo o site passou a oferecer também informações sobre comércios e serviços de utilidade pública, além de sugestões de atividades culturais.

Como a receptividade foi muito favorável, o portal passou a oferecer aos internautas a possibilidade de interação, enviando artigos, inserindo notícias, informando sobre atividades artísticas, etc. Pensando em mostrar que na periferia é utilizada uma linguagem própria, um dos *links* do site direciona o internauta ao "Dialeto local", um dicionário que apresenta o léxico da periferia elaborado com a colaboração dos moradores do bairro e usuários do site.

Até o presente momento o "Dialeto local" é constituído por 801 verbetes, organizados em ordem alfabética. Em cada verbete é apresentado o significado e a seguir a abonação, como mostra o exemplo:

▪**ALEMÃO** - Inimigo. Policial que invade a quebrada = *ai mano sujo os alemão tão na área*

Como os verbetes são elaborados por internautas, muitas vezes encontram-se marcas gráficas próprias da linguagem da internet e da oralidade. Não há cuidado com a ortografia, nem com a organização do verbete. Há também alguns verbetes repetidos.

Todos eles retratam a realidade da periferia: a criminalidade, o uso de drogas, o sexo, as relações sociais entre os habitantes.

Por exemplo, só para se referir à maconha, foram encontrados dezenove verbetes: chiclete, erva, bag, baga, bamba, bang, bauro, béck, berlô, bom-bom, catronca, coentro, fino, inquilino, kaya, kelly, paranga, perna-de-grilo, vera.

O "Dialeto local" é, sem dúvida, um dicionário que tenta mostrar as gírias e expressões desse grupo social, formado por jovens, moradores da periferia. Seu objetivo principal é divulgar esse código, a princípio secreto, para todos aqueles que se interessam por conhecer, por meio do léxico formado, sobretudo, por vocábulos gírios, os elementos que identificam essa comunidade.

Para Preti (1984:8), a gíria será sempre um elemento diferenciador e catártico a que alguns grupos jamais renunciariam. Caso contrário, perderiam uma das formas mais eficientes de marcarem sua presença na sociedade.

Estudar o léxico de um grupo significa adentrar nele e conhecer mais de perto suas estruturas sociais.

4. Análise do corpus

O objetivo desta análise é verificar quais são os principais processos neológicos que se apresentam na formação das palavras que compõem o "Dialeto local".

Segundo Guilbert (1975), um neologismo não existe realmente se não for aceito e utilizado pelo menos por um certo número de interlocutores. O neologismo virtual se torna efetivo em um ato de fala. Sua frequência pode ir crescendo ao longo do tempo, dependendo de sua aceitabilidade, e ele pode chegar a integrar a norma, passando por um processo de desneologização.

Para o autor, os neologismos podem ser formados pelos seguintes processos:

1. O neologismo pode decorrer da criação de um novo signo; será uma criação *ex-nihilo* que não recorre a lexemas ou gramemas já existentes no código;
2. O neologismo pode decorrer de uma alteração no significado, conservando-se o mesmo significante. Esse mecanismo gera a polissemia e a homonímia;
3. O neologismo pode decorrer da importação de um termo que pertença a outro sistema linguístico;
4. O neologismo pode resultar de uma transformação sintagmática em que não há mudanças e sim combinações inéditas de morfemas no plano do significante, com a consequente alteração no plano do significado.

Há, então, quatro formas de neologia: a neologia fonológica, a neologia semântica, a neologia de empréstimo ou alogenética e a neologia sintagmática.

Como as gírias são mais utilizadas na linguagem falada, é comum que muitas delas sejam resultados de alterações fonéticas, onomatopeias e abreviações. Mas são as alterações semânticas responsáveis pela grande maioria das formações.

4.1 Neologismos fonológicos

A neologia fonológica consiste na combinação inédita de unidades mínimas (fonemas). Pode ocorrer ou por uma sequência inédita de fonemas que imitam sons - onomatopeia -, ou por uma combinação arbitrária e inédita na língua - *ex nihilo*. Segundo Alves (1990:11), esse tipo de neologia é "extremamente raro em todas as línguas".

São poucos os neologismos fonológicos encontrados no "Dialeto local". Pode-se dizer que muitos deles imitam sons e assemelham-se a onomatopeias, sendo utilizados, sobretudo, para substituir um vocábulo. **Pam**, por exemplo, pode significar bonito – *Comprei um tênis **pam***. Além disso, a onomatopeia pode ser utilizada como afirmação de que algo acontecerá: *Aí eu chego e **pam**!* Já uma pessoa que gosta de aparecer é toda **pam**: *Ele chegou todo **pam**!*

Barará e **biriri** podem ter qualquer significado: Cadê o **barará**? Pegue o **biriri**.
Bibibi ou **iriri** têm o mesmo significado que *ti-ti-ti* (*mexerico*, *conversinha*).
Zóio, cujo significado é *moleque tonto, otário*, provém da união entre o artigo *os* e o substantivo *olho*. **Véi**, cujo significado é *amigo, mano* ou *truta*, é a forma como o vocábulo *velho* é pronunciado. **Bóbis** é uma outra forma de pronúncia de *bobo* e acaba sendo utilizado na expressão *ficar de bóbis* (*vacilar*). Assim como **lóki** (cujo significado passa a ser também *otário*), acaba sendo uma variante para *louco.* A interjeição **puts**, usada quando se erra, ou se lamenta alguma coisa é uma corruptela de *puta*. **Tinóquio** (indivíduo mentiroso, falastrão) provém de *Pinóquio* (personagem infantil).

A motivação fônica acaba resultando em vocábulos como **bazé.** Dicionarizado como *tabaco de má qualidade*, passa a significar indivíduo idiota, que fala coisas sem sentido. De origem obscura é provável que se trate de uma corruptela de *banzé*, cujo significado é confusão.

Outros exemplos:

BITA	mesmo que seca, não conseguir ficar com mina nenhuma.	véi ce ta na BITA hein! xavecando até aquela pé de barro.
BIRICUTICO	só tenho um pouco de cocaína /maconha	ai vei so sobro um biricutico
BOCOIÓ	Aquele cara vacilão, manezão	Ih mano, vai vendo...ele mó bocoió. não sabe de nada...
CORROIÓ	Palavra chula pra ânus	
PÓCA	bater punheta	
TRILILI	bem loco de cachaça, maconha e o que vier	E ae mano, fui pra quebrada ontem e fiquei trilili
UÓ	coisa brega, ridícula, ultrapassada, etc.	O cabelo da silania é uó
TCHARLADO	Bem loco, locão	ai mano se ta tcharlado hein???
TCHOPA	o mesmo que bicha!	Olha so mano aquele cara e mo"tchopa"!
TCHUSKA	sai fora/to fora	(pessoa a):olha akela mina... mó horrorosa (pessoa b): tchuska
TIFRUCIO	doença	gripe, resfiado...
TILANGA	mina interesseira, mais bonita, saí com você pensando no seu cifrões e na marca do teu carro	Sabe aquela tilanga da faculdade, me deu maior prejuízo ontem
TOBÓ	uma pessoa idiota bobona	aquela mina é mó tobó

As inversões silábicas também são utilizadas na linguagem da periferia para se estabelecer uma espécie de código: **chabi** é *bicha* (*homossexual masculino*). Daí a formação de **chabilândia** (local em que há muitos homossexuais – *viados*). **Zabri** é *brisa* (estado em que fica o indivíduo após consumir maconha).

4.2 Neologismos semânticos

Por oposição à neologia fonológica, a neologia semântica pode ser definida pelo aparecimento de uma nova significação a um mesmo segmento fonológico. Esse tipo de neologia ocorre quando se verifica uma transformação no conjunto de semas da unidade lexical, ou seja, no plano do conteúdo. Figuras de linguagem como a metáfora e a metonímia são, em alguns casos, responsáveis por essa nova unidade lexical formada. A conversão, isto é, a mudança de categoria gramatical de um vocábulo dá origem a uma classe particular de neologismos semânticos.

Os neologismos semânticos são muito numerosos e extremamente criativos. Para apresentá-los iniciamos pelos metafóricos.

A comparação entre seres humanos e animais sempre foi comum. Utilizar as chamadas metáforas zoomórficas na referência a pessoas é uma prática da vida cotidiana. Essas metáforas, muitas vezes, são bastante positivas. Características presentes nos animais como a beleza, a força ou a sagacidade acabam sendo

transferidas para os humanos. Um homem muito atraente é um **gato**, já um muito forte e fogoso é um **touro**. Mas é na expressão da pejoratividade que os nomes dos animais acabam por ser utilizados, com muita frequência, referindo-se a características físicas e psicológicas dos humanos. Nas construções do tipo HUMANO é ANIMAL costuma-se encontrar um prato cheio para as ofensas: Aquela mulher é uma **galinha**! Este homem é um **cavalo**!

Do *corpus* retiramos os seguintes exemplos: **cabritão** é o safado; **camarão,** o idiota; **ganso** é o intrometido; **gralha** (**graia**) é o que vacila; **lagartixa** é o indivíduo que dança rebolando; **lagarto** é o que se aproveita dos outros; **marruá** é a mulher com quadril grande; **sapão** é o pilantra; **rato** ou **verme**, o policial. **mula** é o indivíduo que leva droga no corpo; **truta**, nome de um peixe, passa a ser o amigo, camarada, irmão e **bactéria** é simplesmente mulher. Os nomes de animais substituem outros objetos: **camelo** ou **marreca** é bicicleta; **coruja** é cueca; **pitbull** é a viatura da polícia. Também aparecem em expressões: **dar um boi** significa dar chance e **estar de bode** é estar cansado.

As frutas também aparecem com outro significado: **laranja** é o que assume uma bronca por outro, **mexerica** (*mixirica*) é o "mano firmeza" e **moranguinho**, o homossexual masculino. Outros alimentos também ganham novos significados: **farinha** é cocaína, **linguiça** é o tonto, **pipoca** o que fica com a mulher do outro e **açúcar**, o covarde; **vinagre** significa *lixo* e é usado na expressão *ir para o vinagre*.

Certos objetos passam a ter outros significados. Dentre os meios de transporte, **barca** é designação para a viatura da polícia, **bonde** passa a ser sinônimo de ônibus e **aviãozinho** é o leva e traz.

Objetos do desejo recebem outras designações para se reforçar o código: relógio de pulso é chamado de **bobo** ou **cuco**, colar de prata é **corda**, tênis é **quadra**, óculos escuros, **lupa**.

Verbos metafóricos são muito comuns no "Dicionário local". O verbo **aguentar** ou **guentar** é utilizado como sinônimo de *roubar*. Com o significado de *matar*, encontramos **apagar, jantar, fritar, queimar, zerar**. **Levantar** e **sapecar** passam a significar *atirar em alguém*. No universo das drogas, **apertar** e **cochar** têm o sentido *de enrolar um cigarro de maconha*. **Carburar** e **fumaçar** significam consumir a droga.

No "Dicionário local", **filmar** é *observar*, **bombar** é *encher de gente*, **trombar** é *encontrar alguém* e **vazar** é *ir embora*.

Dentre as metonímias encontradas, chamamos a atenção para as marcas usadas não só pelo produto, mas também por extensão de significado do produto. **Bosch** é o nome de uma marca de furadeiras e outros equipamentos.

No "Dicionário local", bosch é o nome dado à menina furadeira, menina promíscua.

BOSCH	mina metelona, furadeira	Essa mina é maior bosch

A marca *Bombril* (esponja de aço) se fez conhecer com o slogan "mil e uma utilidades". **Bombril** na expressão gíria é o indivíduo que faz de tudo.

Gardenal é o nome de um medicamento utilizado sobretudo como anticonvulsivo. No léxico da periferia, **gardenal** é o indivíduo *louco, lerdo, doidão*.

Nomes próprios de pessoas ou entidades conhecidas também ganham novos significados.

A dinastia de *Bourbon* na França dá nome a um tipo de uísque (*Bourbon*). No "Dicionário local", **burbom** (essa é a grafia) qualifica uma pessoa boa, amiga.

BURBOM	um cara muito sangue bom	ta venu akele cara ali ele eh mo burbom

O tenor Pavarotti, os psicanalistas Freud e Pinel e até mesmo Buda têm seus nomes transformados em substantivos comuns, que ganham novos significados:

PAVAROTTI	Pessoa que só fala, tipo tratante, só agita...	E awe mano, vc é mó pavarotti...falou q ia com os mano..
FROIDH	Pessoa problemática, complicada	
PINEU	tu ta loko não tem noção	você é um pineu ai sem noção
BUDA	mó pela saco mó xato	puts aqle kara é mó buda

Outros nomes próprios também são utilizados como substantivos comuns:

Personalidades da mídia brasileira como o apresentador Sílvio Santos e a cantora Gretchen são lembrados:

SILVIO SANTOS	Pessoa que só vive dando risadas	Aquele cara e o maior Sílvio Santos
GRETCHEN	indivíduo afeminado, bichona	fulano é pura gretchen

Dentre outros nomes próprios que são usados como comuns e ganham novos significados citamos os seguintes: **lucas** é uma pessoa gaga; **malachias**, uma pessoa chata (*mala*); **marcolino** é o indivíduo *vacilão*; **jão** ou **jhon** (João) é uma forma de se chamar a um amigo; vartão (Valter) é o indivíduo que estuda demais, *nerd*; **kelly** e **vera** são sinônimos de maconha; **marica** é uma espécie de piteira utilizada para fumar maconha e **marusca** é uma mulher bonita, vistosa.

4.3 Neologismos alogenéticos

A neologia por empréstimo ou alogenética, isto é, a introdução de um termo estrangeiro em um sistema linguístico, não é, segundo Guilbert (1975:100), um ato de criação linguística A neologia por empréstimo consiste apenas na adoção de determinado signo. Trata-se de um transplante de um termo criado em outro sistema linguístico, de acordo com suas regras fonéticas, sintáticas e semânticas. Os empréstimos podem ser *denotativos* ou *conotativos*.

Os denotativos são as designações de produtos criados no país estrangeiro. Provêm, frequentemente, da língua do país responsável pela dominação econômica e científica. Os empréstimos conotativos resultam de uma adaptação à concepção da sociedade e ao modo de vida. Penetram por intermédio de filmes, da imprensa, da literatura e por contatos turísticos.

São considerados o produto de um mimetismo que se desenvolve em razão do prestígio exercido por um tipo de sociedade - a sociedade de consumo dominada principalmente pelo poder do dinheiro e pela moda. Na periferia também há a valorização, principalmente do produto importado.

Do inglês americano, encontramos **but** (boot = bota) que substitui *tênis*. Cumpre notar que **but** é um tênis de marca, moderno e alvo do desejo. A forma **dread**, cujo significado no "Dicionário local" é *cabelo com tranças*, é uma importação do inglês.

O cabelo **dread** é muito usado pelos cantores de *reggae* provenientes principalmente da Jamaica. O costume chegou ao Brasil e o nome foi mantido.

Dentre outros anglicismos, **roots** substitui *raiz* e **dropar** (*to drop* = derrubar) significa *vencer, enfrentar.*

A forma composta **white hands** (*mãos brancas*) refere-se no léxico da periferia aos playboys que se acham melhores do que os outros por dirigirem carro importado e se apresentarem com boas roupas e uma loira do lado.

Já a forma **black hands** (*mãos pretas*) é utilizada como um elogio na referência aos amigos, parceiros, irmãos.

4.4 Neologismos sintagmáticos

O princípio da neologia sintagmática reside basicamente, na formação de novas unidades lexicais por composição e por derivação - dois processos de formação de palavras em que uma determinada língua utiliza seus próprios morfemas.

No *corpus* encontramos derivação sufixal, derivação regressiva, composição por justaposição, além das formações por siglas e das abreviações.

4.4.1. A Derivação sufixal

Dentre os principais sufixos responsáveis pelas formações neológicas encontradas no "Dicionário local", destaca-se o sufixo *–ado*, além dos sufixos de grau *–ão* e *–inho*.

O sufixo –ado aparece nas seguintes formações: **bolado** (*chateado*), **chegado** (*amigo*), **maquinado** (*armado*), **grilado** (*preocupado, nervoso*), **noiado** (*maluco*).

Os sufixos *–ão* e *–inho* aparecem nos seguintes casos: **miolão** (bairros chiques próximos ao centro), **oitão** (revólver 38), **opalão** (carro), **vacilão** (medroso), **botinho** (cigarro), **carinha** (um pouco), **mãozinha** (ladrão), **meiguinho** (homossexual).

4.4.2.• Derivação regressiva

Dentre os deverbais regressivos encontrados no *corpus*, citamos: **aplique** (mentira), **arrebenta** (briga, discussão), **arrego** (dinheiro dado à polícia), **corre** (correria, agitação).

4.4.3• Composição

São muitas as lexias compostas encontradas no "Dicionário local". Dentre as composições, destacam-se as formadas por substantivo + preposição + substantivo, substantivo + adjetivo e verbo + substantivo:

Substantivo + Preposição + Substantivo: **asa-de-frango** (cocaína), **bico-de-luz** (pessoa que presta atenção na conversa alheia), **cabeça-de-poeta** (indivíduo que consome drogas e fala muito), **cidade-de-madeira** (favela), **modelo-de-favela** (menina da periferia), **dedo-de-gesso** (dedo-duro), **pé-de-bota** (policial), **pé-de-breque** (indivíduo que fala muito e não faz nada), **pé de pato** (indivíduo que faz justiça com as próprias mãos), **pé-de-urso** (indivíduo abordado pela polícia constantemente), **perna-de-grilo** (cigarro de maconha).

Substantivo + Adjetivo: **canela-seca** (revólver calibre 38), **cachorro-louco** (motoboy), **bolo-doido** (correria), **chapéu-atolado** (indivíduo medroso), **clínico-geral** (ladrão que faz de tudo), **mão-branca** (agente de segurança), **nega-véia** (mulher promíscua), **pipoca-murcha** (pessoa sem estilo, sem humildade), **tanga-atolada** (indivíduo que atrasa o outro), **tanga-frouxa** (indivíduo que "pula fora do esquema"), **tanga-melada** (indivíduo medroso, covarde).

Verbo + Substantivo: **caga-massa** (vidraceiro), **chupa-sangue** (indivíduo sem dinheiro que não paga nada para ninguém), **cola-brinco** (tapão na orelha), **paga-pau** (pessoa invejosa), **pela-saco** (indivíduo vacilão), **rala-peito** (hora de ir embora), **rouba-brisa** (indivíduo que anda pela rua louco de droga).

4.4.4.• Sigla

Do ponto de vista da criatividade lexical, o que importa é perceber, lembra Guilbert (1975), que a sigla representa uma forma linguística de transição entre o enunciado sintagmático e a contração da palavra. Essa redução do sintagma ocorre para que o processo da comunicação se torne mais simples e eficaz.

Para que haja realmente a economia no ato da comunicação, a sigla deve ser compreendida pelos receptores. Pode funcionar como uma espécie de código. Para isso, diz Alves (1990:57), "o neologismo formado por sigla, ao ser empregado pela primeira vez, apresenta-se frequentemente explicado por meio de todo o sintagma ou de sua definição". Cumpre notar que algumas siglas popularizam-se a tal ponto que o significado da sequência que lhes deu origem passa a ser completamente desconhecido. Muitas delas podem, inclusive, mudar de significado. É o caso de **BO** (*boletim de ocorrência registrado em distritos policiais*) que no léxico da periferia passa a significar *confusão* ou *treta*. Seguem alguns exemplos:

FPS	Família pé na saca, essa família é a família dos manos vacilão	aí mano vão zarpar tá chegando os FPS..... mina jú..
ML	Muitcho LOUCA, ou melhor MAIKALOUCA	essa mina é firmeza, 100 comentários, vários piercing, tatoo e tererê, show de bola, com olhos coloridos e tudo *Tipo assim ôÔÔô, dahura !!!!*
PCO	Cara que só faz o basicão... PCO: Pão com Ovo	Tipo o carinha lá é nadavê... mó PCO
UDS	Sigla dos manos da sul que quer dizer União dos Sujos, união da qual tem como objetivo beber e catar as nega veia	É A UDS MANÉ

4.4.5.• Abreviação

Processo distinto da derivação regressiva, a abreviação vocabular ou truncação consiste no emprego de uma parte da palavra pelo todo. *Su*, por *sucesso*, *expô*, por *exposição*, *cerva*, por *cerveja* ou *níver* por *aniversário* são alguns exemplos que podem ser encontrados, tanto na linguagem oral, quanto na escrita. No "Dialeto local", verifica-se a ocorrência de várias abreviações que reforçam o caráter de oralidade. Da mesma forma que as siglas, as abreviações também são responsáveis pelo estabelecimento de um código. No *corpus* encontram-se algumas abreviações comuns como **bus**, **busão**, **busu** (ônibus), **mina** (*menina*).

Retirando-se o sufixo ou terminação, **maloka** é maloqueiro (ladrão), **motoka** é motoqueiro (motoboy), **firma** é firmeza (cumprimento), **futri** é futriqueiro, **colê** é coleguismo, **into** é intuição, **raja** é rajador (indivíduo que picha muros, pichador), **bag**, por sua vez, é abreviação de bagulho, sinônimo de maconha. **Vagal** é vagabundo e **brow**, usado como vocativo, abreviação de *brother.*

Bura é abreviação de camburão e refere-se à viatura de polícia.
Safra, de salafrário, é o indivíduo safado.
Noia, de *paranoia*, é o indivíduo dependente de drogas, também chamado de **noinha**.

A união de expressões de baixo calão como *filho da puta* e *se foder*, resultam respectivamente em **fela** e **sifu**.

5. Considerações finais

Pelos exemplos apresentados na análise percebe-se que o léxico da periferia constitui-se por um conjunto de vocábulos ligados à vida e à cultura de um grupo social. Sua função como uma linguagem fechada ultrapassa o limite da comunicação, atingindo o objetivo de defesa e preservação de uma classe social. É evidente, entretanto, que esse vocabulário, restrito em um primeiro momento, irradia-se pelos veículos de comunicação, sendo a mídia responsável pela transformação da gíria de grupo em gíria comum. Mesmo assim, diz Preti (1984:67), "a *gíria comum, com seus contornos vagos, ainda guarda muita afinidade com a alma popular, servindo para traduzir as condições de vida impostas pela sociedade ao homem do povo".*

Em qualquer época os neologismos gírios representam uma visão de mundo, sob a perspetiva das classes oprimidas. Por meio do léxico da periferia, pode-se observar a miséria, a insegurança, a revolta, a humilhação, o medo, o conflito de classes, a opressão, o desprezo pelas classes opressoras, o mundo das drogas. A vida da maioria desses neologismos é curta, uma vez que a cada momento novas palavras são formadas por tratar-se de um léxico em constante renovação.

9. Referências Bibliográficas

Alves, I. M. (1990) *Neologismo - Criação Lexical*, São Paulo: Ática.
Claret, J. (1979) A Ideia e a Forma – Problemática e Dinâmica da Linguagem, Rio de Janeiro: Zahar.
Guilbert, L. (1975) *La Créativité Lexicale*, Paris : Larousse.
Martins, N.S. (1997) *Introdução à Estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz.
Preti, D. (1977) Sociolinguística*: Os Níveis da Fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
Preti, D. (1984) *A Gíria e Outros Temas*, São Paulo: T.A. Queiroz.
Preti, D. (2004) *Estudos de Língua Oral e Escrita*, Rio de Janeiro: Lucerna.

47. GISLANE APARECIDA MARTINS SIQUEIRA, Instituto Educacional Teresa Martin (UNIESP) / Universidade Presbiteriana Mackenzie [BRASIL]

ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: ONTEM E HOJE

Este trabalho tem por objetivo comparar a organização discursiva do documento Jurídico Petição Inicial cujo teor básico se encontra disciplinado pelo Código de Processo Civil (CPC), atualmente organizado em requisitos por juristas/Linguistas, com a menção da organização discursiva de um Sermão, citada pelo Pe. Antônio Vieira, na VI parte de seu ***Sermão da* Sexagésima,** onde compara as partes de uma árvore às partes de um sermão.

Sob a luz dos estudos do linguista Van Dijk (2004), sobre superestrutura**,** confrontou-se os elementos da árvore, indicados por Vieira, com os do Sermão e com os da Petição Inicial, chegando-se à conclusão de que a menção feita em 1655 no "Sermão da Sexagésima" em que é estabelecido o que deve conter um sermão, para que a prédica atinja o objetivo pretendido, aplica-se, atualmente, na Petição Inicial, documento que tem por objetivo convencer o juiz, por meio da argumentação, da necessidade de reparar a violação de um direito alheio.

Sob a luz dos estudos do linguista holandês Van Dijk sobre estrutura esquemática (superestrutura), confrontou-se a organização discursiva do documento Jurídico *Petição Inicial* e a menção da organização discursiva de um Sermão, citada pelo Pe. Antônio Vieira, na VI parte de sua obra *Sermão da Sexagésima*, em que compara as partes de uma árvore às de um sermão, elucidando o que deve conter um sermão para que a prédica atinja o objetivo pretendido.

0. ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: ONTEM E HOJE

Sob a luz dos estudos do linguista holandês Van Dijk sobre estrutura esquemática (superestrutura), confrontou-se a organização discursiva do documento Jurídico *Petição Inicial* e a menção da organização discursiva de um Sermão, citada pelo Pe. Antônio Vieira, na VI parte de sua obra *Sermão da Sexagésima*, em que compara as partes de uma árvore às de um sermão, elucidando o que deve conter um sermão para que a prédica atinja o objetivo pretendido.

1 - As Macroestratégias e Estratégias Esquemáticas

Van Dijk (2004:23) propõe um "*caminho de um modelo estratégico de processamento de discurso" e afirma* que as estratégias fazem parte do conhecimento geral de cada pessoa e "*necessitam ser aprendidas e reaprendidas antes de se tornarem automatizadas."*

Acrescenta que, à medida que vão surgindo novos tipos de discursos e novas formas de comunicação, podem surgir, também, novos tipos de estratégias. Quanto à compreensão dos tipos de estratégias, afirma que ela dependerá da maturidade de quem a interpreta. Assim, estratégias como compreensão de palavras e orações são adquiridas por pessoas com pouca idade, já a inferência do tema, é adquirida um pouco mais tarde e as estratégias como as esquemáticas, de compreensão da estrutura de artigos psicológicos, são adquiridas somente por meio de treinamento especial.

O autor (29) afirma que um conjunto de macroestratégias constitui um componente central de seu modelo, acrescenta que as estratégias inferem macroproposições da sequência de proposições exibida pelo texto, podendo também, as macroproposições ligarem-se a sequências. Ressalta ainda, que, em oposição às macrorregras abstratas, as macroestratégias são flexíveis e possuidoras de caráter heurístico, ou seja, as regras conduzem à inferência de pistas ao longo do texto. Corroborando essa afirmação assegura que:

> *De maneira geral, o usuário de uma língua não necessita esperar pelo final de um parágrafo, capítulo ou discurso para inferir do que trata o texto ou fragmento do texto.*
>
> *(...)*
>
> *Tais previsões serão sustentadas pelos vários tipos de informações, tais como títulos, palavras temáticas, sentenças temáticas iniciais, conhecimento sobre possíveis ações ou acontecimentos globais resultantes, assim como informação provinda do contexto. (30) Acrescenta que esta estratégia é oportuna, uma vez que é utilizada com variados tipos de informação, que não deixam de estar "individualmente incompletos ou insuficientes para se levantar a hipótese relevante*." (30)

O linguista (30-31) afirma que muitos tipos de discurso parecem mostrar uma estrutura esquemática tradicional, em outras palavras, uma forma global que organiza o conteúdo global do texto (macroproposição). Ilustrando sua afirmação, dá como exemplo as estórias, as quais são atribuídas um esquema narrativo estribado em uma estrutura hierárquica de categorias convencionais como Situação, Complicação e Resolução.

Enfatiza que, assim como a estória, outros tipos de textos também dispõem de seus próprios dados. A esses esquemas estruturais, ele denomina superestrutura, estabelecendo, a ela, a função de *fornecer* a sintaxe completa para o significado global do texto. Acrescenta que os usuários de uma língua utilizarão a superestrutura do texto de maneira estratégica, cabendo a eles tornar ativa uma superestrutura proeminente da memória semântica, assim que o contexto ou tipo de texto apontar a primeira pista, após isto, tal esquema poderá ser usado como um valioso recurso "top-down" de manipulação dos dados para a concessão de categorias superestruturais, fornecendo, simultaneamente, alguns delimitadores gerais acerca de possíveis significados locais e globais da base textual.

Corroborando o já asseverado acima, acrescenta-se a definição de superestrutura citada pelo autor 1978:49, *apud Koch 2005:94:*

> *Uma superestrutura pode ser caracterizada como a forma global de um texto, definindo a organização global do texto e as relações (hierárquicas) de seus respetivos fragmentos. Assim, uma superestrutura, mais do que a 'forma' sintática de uma oração, é descrita em termos de categorias e de regras de formação*.

Esclarece que essa estratégia é oportuna, uma vez que é utilizada com variados tipos de informação, que não deixam de estar "*individualmente incompletos ou insuficiente para se levantar a hipótese relevante."* (30)

Sobre o exposto, chega-se à inferência de que o usuário de uma língua pode contar com a superestrutura do texto para fazer inferências sobre ele, antes mesmo, de chegar ao seu final, porém evidenciará o conteúdo principal do texto somente com a leitura global, buscando compreender a cumplicidade entre as partes significativas do texto.

2 Apresentação e análises dos textos

2.1 Petição Inicial

A Petição Inicial é um documento que tem por objetivo convencer o juiz, por meio da argumentação, da necessidade de reparar a violação de um direito alheio. Salienta-se a rigidez da organização discursiva deste documento, uma vez que tem, como norma de elaboração, preceitos indicados pelo Código de Processo Civil (CPC), preceitos estes, atualmente organizados por juristas/linguistas em requisitos como os estabelecidos abaixo:

Requisitos apresentados pelo jurista Palaia (2007:22).

1º) A escolha do juízo competente: Entrega da ação ao juízo competente.

2°). As partes legítimas e suas qualificações: Identificação e qualificação das partes para efeito de individualização e esclarecimentos de circunstâncias pertinentes ao processo.

3º) A escolha da ação: Escolha da ação segundo o Código de Processo Civil

4º) A escolha do procedimento: ordinário, sumário ou especial.

5º). Os fatos e fundamentos jurídicos: Narração dos fatos e fundamentos jurídicos que compõem a causa de pedir ou *causa petendi.*

6º) O requerimento de citação: Invocação do réu ou do interessado a juízo, para defender-se da ação proposta contra ele.

7ª) O pedido: Petição **de** um bem jurídico material e da providência jurisdicional.

8º) O protesto por provas: Indicação das provas a fim de demonstrar a veracidade dos fatos apresentados.

9º) O valor da causa: Fixação, pelo autor, de um valor material.

Requisitos apresentados pelos juristas/linguistas Damião e Henriques (2007:202-204):

1º) Vocativo: Indicação do juiz ou tribunal a que se dirige.

2º) Qualificação do autor: Individualização dos dados do autor.

3º) Presença do verbo propor: Indicação da Ação e Rito a que se pretende dar início e seus dispositivos legais.

4º) Qualificação do réu: Individualização dos dados do réu.

5º) Narrativa dos fatos e fundamentos jurídicos do pedido: Exposição da *causa petendi* de forma clara e objetiva.

6º) O pedido e suas especificações: Indicação das providências a serem satisfeitas, incluindo os "consectários legais".

7º). As provas para demonstração do alegado: Sustentação, por meio de prova testemunhal, documental ou pericial, dos dados alegados.

8º) Requerimento para citação do réu: Informe ao réu do pedido articulado contra ele, para que o mesmo possa defender-se em juízo.

9º) Valor da causa: Fixação de valor, da qual dependerão providências e medidas a serem indicadas.

10º) Documentos para instrução da exordial: A Petição Inicial deverá ser instruída com os documentos indispensáveis a sua propositura.

Constata-se pouca alteração no teor dos dois conjuntos de requisitos apresentados. Este fato se dá, devidos os autores terem como base, para a elaboração da Petição Inicial, os preceitos indicados no Código de Processo Civil.

Nota-se que há correspondência exata entre a maioria dos itens, excetuam-se o item terceiro, apresentado por Damião e Henriques, "Presença do verbo

propor" que abarca "a escolha da ação" (3º) e a escolha "do procedimento" (4º) proposto pelo jurista Palaia; e, o item décimo, também apresentado por Damião e Henriques, em que os autores acrescentam aos requisitos um item não apresentado por Palaia, que é "documentos para instrução da exordial". Elucida-se que, embora o jurista Palaia não inclua este último item como requisito, relata a importância e a necessidade dele, ao abordar o assunto "distribuição do documento" (161).

Apresenta-se, a seguir, a Petição Inicial, corpus desta pesquisa, com seus requisitos especificados, segundo instruções dos autores acima mencionados.

Cumpre esclarecer, que na transcrição do documento, a seguir, foram substituídos nomes, datas e outras qualificações das partes que compõem o processo judicial, assim como do profissional que elaborou o presente documento, com o propósito de preservar sua identidade.

Esclarece-se que a coluna à esquerda, em caracteres menores, corresponde aos requisitos estabelecidos pelos juristas/linguistas, sendo o sinal (*) relativo aos requisitos propostos por Palaia e o sinal (), os propostos por Damião e Henriques.

PETIÇÃO INICIAL

*Escolha do juiz competente - 1º #vocativo – 1º → EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR, JUIZ DE DIREITO, DA VARA CÍVEL DA CAPITAL

*Partes legítimas e suas qualificações -2º #Qualificação do autor - 2º → CONDOMÍNIO GIRASSOL, situado nesta Capital, na Rua Saudades, 401, neste ato representado por seu síndico e por seu advogado, infra-assinado (docs. 01/02), com fundamento no art. 275, II, "b" e seguintes do CPC, vem respeitosamente à presença de V. Exa., propor a presente

*A escolha da ação – 3º
*A escolha do procedimento/ rito -4º → AÇÃO DE COBRANÇA COM PROCEDIMENTO SUMÁRIO

*Partes legítimas e suas qualificações -2º #Qualificação do réu - 4º → contra LUMINÁRIA INDÚSTIA E COMÉRICO LTDA., CNPJ 72. 727.277/0001-17, com sede na Rua Saudades, 100, loja 01, pelas seguintes razões de fato e de direito:

* # Fatos e fundamentos jurídicos– 5°/5º →

1- A Ré é proprietária da loja 01 do Condomínio-Autor, encontrando-se em atraso com as taxas condominais vencidas de 01.09.04 a 01.01.05, que corrigidas até fevereiro 2005 e acrescidas de juros de mora e multa, perfazem o valor de R$ 3.520,94 (três mil, quinhentos e vinte reais e noventa e quatro centavos)

2- Apesar de cobrada, não efetuou os pagamentos, razão pela qual é proposta a presente.

* # Requerimento de citação – 6º/ 8º

*O pedido 7º # O pedido e suas especificações -6º

3- Assim, **requer** digne-se V. Exa. determinar a **citação** da Ré, através de seu representante legal, para comparecer em audiência de conciliação a ser designada, ocasião em que poderá oferecer resposta, sob pena de confissão, devendo a presente, afinal, ser julgada procedente, condenando-a a pagar o valor acima mencionado, corrigido monetariamente e acrescido de juros, à partir do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, além de custas processuais e honorários advocatícios.

4- Requer, ainda:

*O pedido 7º # O pedido e suas especificações -6º

a) que V. Exa. arbitre os honorários advocatícios tendo em vista o pequeno valor da causa, nos termos do art. 20, §4º do CPC.

b) a concessão dos benefícios dos artigos 172, parágrafo segundo e 290, ambos do CPC.

c) a juntada da inclusa diligência do Sr. oficial de justiça.

*Protesto por provas - 8º # Provas para demonstração do alegado/7º

5- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, esclarecendo desde já que deixa de juntar o rol de testemunhas e formular quesitos, por não pretender produzir tais provas.

* # Valor da causa 9º/9º

6- Dá à causa o valor de R$ 3.520,94.

Nestes termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2005

_____

XXXXXXXXXXXX

_____

Após a leitura do texto acima, observa-se que a estrutura do documento não apresenta apenas a função de organização estética, mas também, constitui um processo retórico ao conduzir o receptor a um caminho preestabelecido pela organização discursiva.

Assim, tem-se, na Petição Inicial, as partes como: a abertura do documento com uma invocação do receptor, ou seja, o uso do vocativo (requisito 1º), para logo em seguida, apresentar a qualificação do autor (requisito 2º) que irá propor a ação

e o rito que convém ao caso (requisitos 3º e 4º) contra o réu qualificado, na sequência (requisito 2º).

Após o vocativo e a apresentação das partes envolvidas no processo, passa-se à exposição, ao receptor invocado, dos fatos que ocasionaram o pedido e sua fundamentação jurídica (requisito 5º), apontando os motivos que impulsionarão o receptor a promover o requerimento da citação do réu (requisito 6º).

Depois da notificação dos motivos que originaram a causa, faz-se o pedido (requisito 7º) fundamentado na veracidade do exposto, em que o enunciatário alega ter sido violado o direito do autor, segundo fundamentos jurídicos apresentados. Corroborando o exposto, protesta-se por meio de provas, comprometendo-se, o autor, a apresentar provas, permitidas em direito, sobre o que foi alegado contra o réu (requisito 8º) e, finaliza-se com a exposição do valor material (requisito 9º), demonstrando que o motivo gerador do pedido ocasionou prejuízo. Acrescenta-se, junto à Petição, a documentação necessária, comprovando o mencionado no pedido (requisito 10º).

Nota-se que cada parte, em separado da Petição Inicial, possui um significado, porém esta mesma parte significativa isolada das demais não se configura em texto, tendo em vista que, no texto, os elementos significativos devem manter relação entre si e em relação ao todo, determinando a coesão.

Como propõe Van Dijk, o usuário de uma língua poderá contar com a superestrutura do texto para fazer inferências sobre ele, antes mesmo, de chegar ao seu final, porém levantará a hipótese relevante, somente com a leitura global do texto.

Retomando a coesão, citada acima, ela presente, na Petição Inicial, cumpre um importante papel, ao estabelecer uma relação de cumplicidade entre as partes significativas, gerando um elemento de recurso retórico, que se responsabiliza pelo encaminhamento do receptor ao fim almejado pelo enunciador.

2.2 Sermão da Sexagésima – Parte VI

Vieira organizou o discurso do *Sermão da Sexagésima* em X (dez) partes, possibilitando ao ouvinte melhor acompanhamento do raciocínio do enunciador ao longo do discurso, que a partir da parábola do semeador (Mateus XIII, 4-23) busca levar os homens a acreditar na palavra de Deus.

O autor fez uso da metalinguagem ao descrever, na parte VI do mencionado sermão, os procedimentos necessários para a tessitura de um sermão, em outras palavras, propõe uma estrutura esquemática como organização discursiva ao comparar as partes que compõem o sermão com as partes que compõem uma árvore:

> *Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la, para que se conheça, há de dividi-2- la, para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há 3- de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com 4- as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que 5- se devem evitar; há de responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades, há 6- de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois 7- disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar.*
>
> *Isto é 8- sermão, isto é pregar, e o que não é isto, é falar de mais alto. Não nego nem quero 9- dizer que o sermão não haja de ter variedade de discursos, mas esses hão de nascer 10- todos da mesma matéria e continuar e acabar nela.*
>
> *Quereis ver tudo isto com os olhos? 11- Ora vede: uma árvore tem raízes, tem troncos, tem ramos, tem folhas, tem varas, tem 12 - flores, tem frutos.*
>
> *Assim, há de ser o sermão: há de ter raízes fortes e sólidas, porque há 13- de ser fundado no Evangelho; há de ter um tronco, porque há de ter um só assunto 14- e tratar uma só matéria.*
>
> *Deste tronco hão de nascer diversos ramos, que são diversos 15- discursos, mas nascidos da - mesma matéria e continuados nela. Estes ramos não hão de 16- ser secos, senão cobertos de folhas, porque os discursos hão de ser vestidos e ornados 17- de palavras.*

Há de ter esta árvore varas, que são a repreensão dos vícios; há de ter 18- flores, que são as sentenças; e por remate de tudo, há de ter frutos, que é o fruto e o 19- fim a que se há de ordenar o sermão.

De maneira que há de haver frutos, há de haver 20- flores, há de haver varas, há de haver folhas, há de haver ramos, mas tudo nascido e 21- fundado em um só tronco, que é uma só matéria.

Se tudo são troncos, não é sermão, é 22- madeira. Se tudo são ramos, não é sermão, são maravalhas.

Se tudo são folhas, não é 23- sermão, são verças.

Se tudo são varas, não é sermão, é feixe.

Se tudo são flores, não é 24- sermão, é ramalhete.

Serem tudo frutos, não pode ser; porque não há frutos sem árvore.

(Vieira, 2000:37,38)

No fragmento anterior (linhas 12 a 19), percebe-se as analogias estabelecidas entre: as ***raízes*** e o *evangelho*; o ***tronco*** e a *matéria*; os ***ramos*** e os *diferentes discursos imanentes da matéria*; as folhas e as *palavras*; as **varas** e a *repreensão dos vícios*; as **flores,** que segundo Platão e Fiorin (1998:297) estão relacionadas ao *ornamento* de uma boa organização discursiva; o **fruto**, *o sermão ordenado e organizado, e* a *finalidade do discurso alcançada*.

O enunciador da prédica explicita ainda que, se o sermão não tiver todos esses itens enunciados, não será sermão, assim como, se uma árvore não tiver tais elementos, não será árvore. Acrescenta que, embora tudo nasça do mesmo tronco e seja fundado nas mesmas raízes, somente o conjunto dessa prescrição resultará no sermão, assim como na árvore. Apenas um elemento do conjunto não é sermão/árvore, e sim, outra coisa.

Analogicamente, no discurso jurídico, as **raízes** fortes e sólidas são fundadas nas Leis Jurídicas; o **tronco** equivale à matéria que corresponde ao assunto da Petição Inicial; os **ramos** equivalem aos vários discursos permeados entre os requisitos; as **folhas,** às palavras com suas cargas significativas; a **vara**, tem sua equivalência no pedido de justiça e suas especificações, visando repreender e reparar o erro; as **flores** equivalem às partes ou requisitos da Petição, ornando a organização discursiva; o **fruto** corresponde à organização do documento, ou seja, às partes unidas e organizadas que formam o todo, o produto final da árvore, o documento completo, pronto para atingir seu objetivo.

Assim, se a árvore não tiver tais elementos mencionados, não será uma árvore, o documento jurídico, também não será uma Petição Inicial se não tiver todos esses elementos, a ausência de um desses elementos pode implicar o fracasso do documento.

Embora tudo nasça do mesmo tronco e seja fundado nas mesmas raízes, somente o conjunto dessa prescrição resulta na Petição Inicial.

Retomando a parte VI do Sermão da Sexagésima, far-se-á a comparação dos passos que deve seguir o enunciador do sermão e os passos a serem seguidos pelo enunciador do documento jurídico em questão.

"Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la, para que se conheça, há de dividi-la, para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, "

Compara-se a *matéria* citada por Vieira com o assunto da Petição Inicial que é a Ação de Cobrança o qual, para melhor ser distinguido e compreendido, foi dividido em requisitos.

Enquanto no discurso religioso, o Pe. Antônio Vieira busca respaldo nas escrituras do Livro Sagrado (Bíblia), o discurso jurídico, em especial o documento em questão, respalda-se nas escrituras jurídicas como Códigos e documentos legais, uma vez que, no discurso jurídico, assim como no religioso, nada é mais importante como argumento de autoridade que o contido nas escrituras que os respaldam.

"há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, há de responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades, há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar."

Acredita-se que uma pessoa que não saiba de onde provém o fragmento acima, de primeiro impacto, o relacionaria ao discurso jurídico, antes mesmo do religioso, devido às expectativas e à imponente expressividade apresentadas nesse trecho.

Este fato se dá também, por ser exatamente estas relações linguísticas esperadas na postura do enunciador jurista. Ele deverá declarar os fatos acontecidos com justeza e razão, apontando as causas que culminaram no efeito da transgressão da lei.

Por meio da retórica e da eloquência explorará o que lhe for conveniente, assim como repugnará o que lhe for inconveniente. Escolherá o que deve ser exposto e o que deve evitar-se expor.

Elaborará bem a exposição dos fatos a fim de responder as dúvidas e satisfazer as dificuldades, não deixando lacuna para questionamentos, e, finalmente, concluirá, propondo que a justiça seja feita, segundo os ditames da lei.

Como fechamento, mostrará seu caráter idôneo, apontando valor financeiro da causa, a partir do qual serão adotadas providências e medidas.

Confrontando-se os elementos constitutivos da Árvore com os do Sermão e com os da Petição Inicial tem-se o seguinte quadro:

ELEMENTOS DA ÁRVORE	ELEMENTOS DO SERMÃO	ELEMENTOS DA PETIÇÃO INICIAL
Raízes	Evangelho	Leis Jurídicas
Tronco	A matéria: assunto religioso	A matéria: assunto jurídico
Ramos	Diversos discursos, nascidos da mesma matéria	Discursos permeados entre os requisitos.
Folhas	Palavras	Palavras
Vara	Repreensão dos vícios	Pedido de justiça visando a repreender e reparar o erro
Flores	Sentenças, ornamento da organização discursiva	Partes, requisitos da Petição que ornam a organização discursiva
Fruto	O sermão ordenado e organizado. Finalidade do discurso alcançada	União e organização das partes formando o todo. Documento completo, pronto para atingir seu objetivo

3. Considerações finais:

O *Sermão da Sexagésima* foi pregado na Capela Real, em Portugal, no ano 1655, enquanto a matéria linguística do documento jurídico *Petição Inicial* foi elaborada em 2005 para um Foro da cidade de São Paulo - Brasil.

Embora, um discurso seja religioso, e outro jurídico e haja um espaço de tempo longo entre a produção de um e de outro, é possível notar que possuem pontos em comum como o argumento de autoridade.

Ambos recorrem às escrituras: o primeiro, à Bíblia; o último, aos Códigos e Documentos Legais.

Outro ponto em comum, é matéria motivadora de nossa pesquisa: a superestrutura (organização discursiva).

Este elemento da Semântica Textual, como vimos, consta na Petição Inicial e é citada, pelo Pe. Antônio Vieira, ao estabelecer o que deve conter um sermão.

Fecha-se estas considerações com a reflexão de que, em 1655, o Pe. Antônio Vieira, sem ter preocupação com o termo linguística, já propunha um estudo sobre esta nova ciência ao mencionar as partes que deveriam compor um sermão para que a prédica atingisse o objetivo almejado.

4.Referências Bibliográficas:

1- *BÍBLIA SAGRADA*. (1983) Traduzida da Vulgata e anotada pelo Pe. Matos Soares. 12ª ed. São Paulo: Edições Paulinas.

2. DAMIÃO, Regina Toledo e HENRIQUES, Antônio (2007) *Curso de Português Jurídico.* 10. ed. São Paulo: Atlas.

3. DIJK, Teun Adrianus Van. (2004) *Cognição, discurso e interação.* São Paulo: Contexto.

4. FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH Ingedore G. Villaça (2005) *Linguística Textual: Introdução.* 7. ed. São Paulo: Cortez.

5. FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. (1998) Lições *de texto: leitura e redação.* 3. ed. São Paulo: Ática.

6. PALAIA, Nelson. (2007) *Técnica da Petição Inicial.* 10. ed. São Paulo: Saraiva.

7. VIEIRA, Padre Antônio. (2000) *SERMÕES problemas sociais e políticos do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cultrix.

* Registra-se o agradecimento ao apoio financeiro do Fundo Mackenzie de Pesquisa – MACKPESQUISA – sem o qual, não se daria a apresentação e divulgação deste estudo.

48. HELENA LIMA AFONSO (S. TOMÉ E PRÍNCIPE), FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

A LÍNGUA PORTUGUESA E OS FENÓMENOS DE INTERFERÊNCIAS LINGUÍSTICAS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Ao iniciar a presente exposição, gostaríamos, antes de mais, de manifestar o nosso apreço por poder apresentar os nossos pontos de vista sobre uma questão que muito nos interessa e preocupa.

Em busca de linhas de orientação para a abordagem de tema tão vasto e abrangente como o que subjaz à realização deste Colóquio, reputamos como domínio interessante de análise as relações entre a língua portuguesa e os seus crioulos, cujas afinidades linguísticas, aliadas a fatores histórico sociais determinam o jogo de interferências mútuas que os tornam cúmplices.

Consequentemente, abordaremos a problemática da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe, onde, por razões históricas bem determinadas, a língua portuguesa ganhou uma implementação significativa[158], assumindo-se como uma língua de comunicação de grande parte da população, não obstante a parceria com os crioulos locais, de forte predominância, sobretudo nas zonas rurais e nas populações urbanas menos letradas.

Não pretendemos, de modo algum, apresentar soluções definitivas para questão tão problemática. Constitui principal objetivo apresentar o resultado das nossas pesquisas e reflexões sobre o assunto, compartilhar as nossas preocupações e acima de tudo, colher deste auditório opiniões, propostas e recomendações que de algum modo possam contribuir para uma melhoria da problemática linguística em S. Tomé e Príncipe.

Tentaremos, embora de forma sucinta, dar conta dos fenómenos de variação relativamente à norma europeia que aí ocorrem no discurso oral e escrito dos falantes que usam o Português como língua segunda e cuja língua materna ou é um dos crioulos, ou como habitualmente acontece, uma variante oral da língua portuguesa, de cunho popular, que disseminada por quase todo o território nacional se apresenta como lugar de eleição dos fenómenos de variação, aproveitando também a ocasião para proceder a uma breve reflexão das implicações decorrentes deste facto para o ensino.

1.

Entrando diretamente no tema começaremos por dizer que a realização da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe, pequeno país insular, situado no golfo da Guiné, na costa ocidental de África cuja superfície ronda os 1001 km quadrados e cuja população é estimada em cerca de 150 mil habitantes, se dá numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e de bilinguismo (nível individual[159]).

Concorrem para a constituição do quadro linguístico nacional, as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas – que em regime de coabitação interagem com o português – língua de origem europeia. Porém, esta convivência não se tem revelado pacífica[160] (principalmente nas três últimas décadas) e a prová-lo o atual estado de "caos" linguístico que impera no país.

[158]Tomamos como referência os dados estatísticos referentes ao Censo de 1991 (o mais atual, visto que o de 2001 não contempla a situação das línguas). De acordo com estes dados, que apresentamos com alguma reserva, pois consideramos não serem muito fiáveis, 99,8 % da população declara saber falar português.

[159]Embora os dados estatísticos atestem a existência de um bilinguismo maioritário Português/Crioulo Forro (99,8 %/73,5 %), a prática demonstra-nos que muitos dos falantes que se assumem como bilingues não o são verdadeiramente visto não possuírem o domínio de duas línguas. Tomamos como definição de bilinguismo uma situação linguística em que se veiculam duas línguas e cujos falantes sejam proficientes nas quatro capacidades: produção oral e escrita e compreensão oral e escrita. Porém não muitos são-tomenses se podem incluir nesta situação, pois uma grande parte dos falantes não detém um domínio de duas línguas que se manifeste quer numa competência comunicativa, quer numa competência linguística.

[160]Por convivência pacífica entenda-se o facto de as línguas poderem "viver" simplesmente em contacto, uma na vizinhança das outras, lado a lado, sem interferências sistemáticas e profundas, resguardando, portanto as suas fronteiras individuais.

Neste país arquipelágico, a língua portuguesa, adotada como língua oficial desde a independência tem vindo a são-tomensizar-se, consequência da coexistência deste idioma com as outras línguas faladas no país: o Forro, um dos crioulos falados na ilha de S. Tomé; o Lungwa Ngola, falado na parte oriental desta mesma ilha; o Lung'ié, crioulo da ilha do Príncipe, para além do crioulo de Cabo Verde, levado pela população que fora para a ilha em regime de contrato.

Sendo uma língua viva, o seu processo evolutivo sofre nesse país arquipelágico constantes e rápidas modificações motivadas não só pelo facto de que a mesma deixa de ser diretamente influenciada pela norma portuguesa dado o seu afastamento geográfico e político, como também porque S. Tomé e Príncipe continua a viver uma nítida época de transformação social e política.

Aliados aos fatores especificamente linguísticos, outros fatores extralinguísticos, entre eles, ambiência geográfica, solo, hábitos específicos dos seus habitantes, consistentemente diferentes dos portugueses, influenciam e orientam o desenvolvimento da língua portuguesa falada em S. Tomé e Príncipe para direções diferentes, distanciando-a progressivamente da norma-padrão europeia.

Com efeito, os dados do quotidiano evidenciam, sem sombras para dúvidas, a existência de um Português são-tomense, pois a influência dos novos contextos cultural, social e linguístico na são-tomensização do português é há muito evidente, caraterizando-se por alterações morfossintáticas, fonéticas e lexicais.

Estes fenómenos são bem evidentes nas seguintes expressões em português, produzidas por falantes são-tomenses, falantes do forro com baixos níveis de escolaridade:

1-- Eu dei ele ele (significando eu dei-lho, por interferência de N de ele;

2- João jogou parede com pedra (com o significado de O João atirou a pedra à parede por influência do crioulo Zon zuga paledê ku budu,);

3 -Eu já fiz sopa em vez de Eu já fiz a sopa (do crioulo N fe sopa za), ou ainda

4- As piquena, vamo de nós em substituição de Meninas, vamos embora, por influência do crioulo Inem mina, bon non.

Muitos outros exemplos poderiam ainda ser dados:

5- Eu levanto oito hora por Levanto-me às oito que em crioulo forro se diz N ga lanta ôto olá.

6- Eu comi dente, em substituição de Zanguei-me por decalque da expressão crioula N kume dentchi;

7- Ele deu cabeça fundo em vez de Ele mergulhou

Os supracitados exemplos atestam a existência de fenómenos de interferência, fruto de fatores vários decorrentes de uma situação de contacto de línguas entre a língua portuguesa e as outras línguas faladas no país, línguas crioulas, (resultantes da miscigenação do Português e das línguas africanas postas em contacto nos primórdios da ocupação do arquipélago).

Nascidas num contexto de relações comerciais e de escravatura em que o Português era a língua dominante, uma vez formadas, as línguas crioulas mantiveram-se durante séculos à sombra da língua de maior prestígio, o português.

Dada a política glotofágica adotada pelo colonizador, que permitia apenas o uso da língua de colonização não só na escola, como em todas as outras situações de domínio público, sem tomar em consideração a cultura das populações, diversa e expressando-se em crioulo (capaz de favorecer a harmonia da sociedade e o respeito pelas diferenças étnicas, culturais, religiosas ou linguísticas), o português foi durante o período colonial a única língua usada na administração, na imprensa, na religião, na escola.

Porém, a língua portuguesa nunca conseguiu neutralizar o uso das línguas crioulas e manter-se como única língua de comunicação. Deste modo, desde os primórdios da sua história, a coexistência linguística sempre foi uma realidade, embora tal processo tenha conhecido matizes diferenciados em cada um dos grandes períodos históricos do país – o colonial e o pós-colonial.

No período colonial cada sistema linguístico era representativo de um determinado estatuto social. Assim, o sistema linguístico estava em proporção direta para o seu utilizador, correspondendo a cada classe social um determinado sistema linguístico.

Deste modo, os crioulos eram sobretudo a língua exclusiva da população analfabeta e rural, enquanto os são-tomenses com um certo grau de instrução e pertencentes à elite urbana ou a ela aspirante utilizavam como meio de expressão o Português, embora entendessem (e até falassem bem) o crioulo (cf. Inocência Mata: 1998). Esta estrutura, porém, foi alterada no período pós-independência com a democratização da língua portuguesa.

Logo após a independência constituiu intenção do governo são-tomense eliminar qualquer vestígio de conteúdo diferenciador de classes sociais que a utilização da língua portuguesa assumira no tempo colonial.

É assim que neste período histórico se assiste à implementação de políticas que visavam acabar com a divisão étnicossocial e a estigmatização de certos grupos que até então a utilização da língua portuguesa assumira. Em prol desta política se proclamou ser o Português a língua de todos os são-tomenses.

Vítimas de discriminação no passado por não falarem português, a língua de prestígio, quando o governo incentiva a população analfabeta e de baixo nível de literacia ao seu uso, sem que para tal sejam criadas condições necessárias e suficientes para a sua aprendizagem, fica desde logo assegurada socialmente a base para se desencadear o processo de nativização e consequente formação da variedade são-tomense do português.

Com efeito, é neste contexto que o Português ganha significativa implementação, assumindo-se como língua de comunicação de grande parte da população, embora em regime de coabitação com os crioulos locais de forte predominância sobretudo nas zonas rurais e nas populações urbanas menos letradas.

Esse processo de democratização social visando a eliminação da segregação social[161] permitiu a miscigenação linguística entre os vários grupos etnoculturais da jovem República. Porém, se tal processo permitiu uma melhoria das relações interpessoais, foi, no entanto, muito prejudicial no campo linguístico pois as línguas em presença muito perderam.

Como afirma Inocência Mata "a *perversa ausência de margens numa sociedade em que os padrões foram deliberadamente destruídos (sem serem substituídos) criou espaços nebulosos em que os dois sistemas existem, mas sem se radicarem ativamente*" (1998:32). Tendo sido proporcionada a união entre os vários grupos etnolinguísticos obviamente se proporcionou a união entre as línguas.

Porém os pré-requisitos de cada grupo no tocante à língua, à cultura, à competência e à performance diferiam entre uns e outros, facto que não foi devidamente equacionado. Defrontados com a necessidade de se expressarem em Português, fazem-no com a ajuda dos conhecimentos que possuem das suas línguas maternas.

Neste panorama duas situações se nos apresentam:

- quem tinha o crioulo como língua materna, de um modo geral, analfabeto, começou a falar o Português traduzindo o crioulo;
- os que tinham o Português como língua materna, ao falarem crioulo faziam-no traduzindo o Português.

Desta dinâmica, resulta, pois, a interinfluência linguística, deixando marcas notórias em cada um dos sistemas em presença. Como resultado desta, assiste-se a uma progressiva crioulização do português e a uma descrioulização do crioulo.

Assim muitos vocábulos que até então eram de origem africana tendem a ser substituídos por palavras de origem portuguesa.

[161] À heterogeneidade etnossocial que caraterizava a sociedade e consequentes designações para cada um dos grupos (forros, angolares, tongas e minu yé) daria lugar a uma caraterização grupal homogénea – os são-tomenses.

Apresentamos a título exemplificativo alguns destes vocábulos, amostras claras de descrioulização do Forro*: mursegu; gosta; fumu; lodilha; abelha; kota; spalha; gemio; lismunga; pwela; galafa; bana; laspa; klôpo; nglosa; dezeja; bulôlo; buchecha, cujas palavras crioulas de origem africana são, respetivamente, ngenbu; gôgo; igligu; ikili; vunvun; sasa; wanga; ingleva; ngungunu; tunbu; lodoma; kitchiba; kloko; ubwê; kutu; mêse; mutu; ubwami*.

Porém, se em relação às línguas crioulas, da situação de contacto decorre uma gradual descrioulização provocada sobretudo pelo recurso cada vez maior ao léxico de origem portuguesa em detrimento do léxico de origem africana (portanto às contribuições de substrato na formação dos crioulos), no que concerne ao Português esta interinfluência é muito mais expressiva pois o impacto do Forro neste sistema é muito mais significativo.

Assiste-se a uma progressiva crioulização desta língua motivada sobretudo pela contaminação exercida pela introdução de estruturas das línguas crioulas.

Em consequência a proliferação de uma língua "híbrida" (cf. Albertino Bragança, 1.º Colóquio internacional sobre as línguas nacionais de S. Tomé e Príncipe) e que se apresenta como lugar de eleição dos fenómenos de interferência.

São exemplos:

1- " Se ela vai sair de bariga chea" (P S.T)
chi ê s'ka chê di bega chá (Crioulo)
Se ela vai sair de livre e espontânea vontade (P.E);
2- Dor de bariga que eu estou com ele (P.S.T.)
Dôlo bega ku N sa kwê (Crioulo)
As dores de barriga com que estou (P. E);
3- Chuva choveu quatro dia intero (P.S:T.)
Suba sobe quatlo djá ntêlo (Crioulo Forro)
Choveu por quatro dias consecutivos (P.E.)
4- "Eles foram para mato de lenha" (P.S.T.)
Inen ba matu nha (crioulo)
Eles foram ao mato procurar (apanhar) lenha;
5- "O senhor daria-me um lado de palácio" (P.S.T.)
Sun ka da um uã lado palachu (crioulo)
O senhor oferecer-me-ia metade do palácio;
6-"Quilabu deu a casa fogo" (P.S.T.)
Quilabu da ke fogo (crioulo)
Quilabu ateou fogo à casa (P.E.)
7- "Mas sem para a tartaruga saber" (P.S.T.)
Maji sê pa tataluga sebê (crioulo)
Mas sem que a tartaruga soubesse (P.E.)

Como se pode observar pelos exemplos supracitados esta língua evidencia de forma clara toda uma lógica gramatical, mais ainda, toda uma estrutura de pensamento peculiar ao crioulo.

Inocência Mata põe em evidência este facto ao afirmar "*dir-se-ia que a «programação mental» dos falantes desse «português deturpado» continuava linguisticamente crioula; daí que na sua realização essa língua se manifeste mais do que com interferências, como verdadeiras traduções diretas do forro para o português, com uma estrutura e uma semântica que não correspondem às solicitações do nível de utilização de uma língua oficial*" (1998:33)

Possuindo uma estrutura morfossintática própria, profundamente enraizada no conhecimento subjetivo da população geral, o Forro intervém na elaboração do "falar são-tomense", provocando uma certa distanciação das suas estruturas morfossintáticas em relação à língua portuguesa.

Por outro lado, esta língua oral, que do ponto de vista lexical se identifica com o Português, em muitos casos, pouco mais faz do que isso.

Tome-se como exemplo os enunciados:

" Toda lenha molhou chuva"
" Eu estou a pensar você muito"
"Porquê que você vai matar tua vida?"

Em qualquer um dos enunciados o léxico é o pertencente à língua portuguesa. Porém, para um interlocutor que não partilhe uma mesma competência

sociolinguística[162], alguns destes enunciados certamente o induzirão a uma situação de falsa inteligibilidade ou até mesmo de total ininteligibilidade aquando da descodificação das respetivas mensagens.

Senão vejamos:

O enunciado da frase 1), pondo em causa as regras de seleção categorial e semântica de que resulta a agramaticalidade da frase em português, leva a que a asserção possa ser tomada como um facto irrisório. Relativamente ao enunciado da frase 2) o interlocutor decerto não o interpretará como sendo uma manifestação de preocupação para com alguém, mas provavelmente como uma simples lembrança ou recordação. Por sua vez, no que diz respeito ao da frase 3), naturalmente o tomará como uma inquirição em que o locutor interpela o seu interlocutor sobre o motivo que o leva a atentar contra si próprio, quando na verdade o significado literal é outro (por que razão te vais sacrificar tanto?)

São numerosos e de fácil captação exemplos como os que acabamos de descrever e que nos permitem dar conta das alterações que a língua portuguesa vem sofrendo em S. Tomé e Príncipe devido ao contacto com as línguas crioulas. As produções linguísticas ora apresentadas, embora em número restrito, tipificam a variante do português que se fala no país, ao mesmo tempo que ilustram algumas das dificuldades na captação das regras de produção do português.

Como se pode observar o processo de diferenciação passa pela progressiva penetração da gramática do Forro, na estrutura quer oral, quer escrita do Português então falado na ilha. Quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita, no momento de enunciação as regras gramaticais de formulação dos enunciados implícitos são as da(s) língua(s) crioula(s), muitas das vezes observáveis mesmo em falantes são-tomenses de nível médio. Tal fenómeno radica, segundo cremos, no facto de nenhum dos sistemas chegar a ser suficientemente dominado por este tipo de falantes.

A este propósito, porque consideramos esclarecedora e pertinente para explicitação da ocorrência deste tipo de fenómenos, não nos furtamos à tentação de transcrever a seguinte citação: "*A mudança que decorre de situações de contacto de línguas é diferente da mudança inerente que qualquer língua regista ao longo da sua história, a nível dos respetivos subsistemas. A mudança decorrente do contacto é realizada pelos falantes que, em contacto com as outras línguas, tendem a aproximar-se progressivamente destas, com eventual extensão a estruturas dessas línguas. Por sua vez, algumas das estruturas das línguas maternas dos falantes poderão, numa fase não estabilizada do conhecimento das outras línguas, criar interferências quer a nível do léxico, quer das estruturas específicas dos subsistemas linguísticos que se encontram em contacto*" (Mateus et al., 2003:36).

No que diz respeito à realidade linguística são-tomense, os desvios face à norma europeia da língua portuguesa, assumem-se como diferenças que o uso impôs com certo caráter normativo, o que dificulta a perceção do erro por parte dos falantes. Para ilustrar esta situação apresentaremos de seguida alguns exemplos, caraterísticos do "desvio da norma", os chamados fenómenos de interferência:

A- "Eles iam deixar filhos com quem? Não tinham quem para deixar com ele"
B- "Eu vi ele no dia que eu ia viaja. Eu vi ele mas eu nom podia para pa fala com ele"
C- Ao telefone:
A- "Vocês ta em casa memo? Vocês ta em casa é qui vocês não ta atendê téléfone?
B- …
A- "Teu bebé calça quanto?
B- …
A- "Eu dê Tininha recado pa da ocê. Ela non deu?
B- …
A- "Qual mochila que ela tá vi com eli?
B- …
A- "É pa mandamu bastante folha micócó"

[162]Consiste na sensibilidade para as convenções de uso da língua que são determinadas por aspetos do contexto específico do seu uso, habilitando o indivíduo a desempenhar funções da linguagem de maneira apropriada a um dado contexto. Assim, dentro do âmbito da competência sociolinguística se situam as seguintes habilidades: sensibilidade às diferenças de dialeto ou variedade, às diferenças de registo e à naturalidade e ainda à habilidade de interpretar referências culturais e figuras de linguagem (cf. Lyle Bachman, *Fundamental Considerations in Language Testing*, Oxford University Press, p. 94-95).

D - " eli non ta milho ainda. Eli é temoso. Eli tomô todo desse remédio, cabô com eli todo. Eli non qué i pá centro saúde. Nesse dia eu tava doente, ê fui pá centro saúde, cheguei lá só, gente deu mu uma jenção eu non sei onde que dor foi deli"

E- "essa hora eu tava jantado já. Eu cheguei só, peguei aquela banana, esprêmi limão pô neli, comi".

É este Português oral, que interage nas escolas, nas repartições e nas ruas com a língua portuguesa, norma europeia, que é oficialmente a norma que deve ser utilizada.

Como é evidente, dada a falta de estudos científicos, esta variedade não apresenta ainda um padrão e o grau de desvio em relação à norma oscila de acordo com o meio e o nível sociocultural dos seus usuários, constituindo-se como instrumento de comunicação de uso massivo.

Objeto, porém, de uma abordagem meramente descritiva na linguística, esses fenómenos de interferência arrastam problemas complexos e de difícil resolução quando passamos para o ensino.

3. A problemática linguística em S. Tomé e Príncipe e seus reflexos no ensino

Embora se tenha partido do princípio que em S. Tomé e Príncipe se aprende Português em situação de imersão linguística, somos de opinião de que na prática esta questão não deve ser vista de forma tão linear. Apesar de o português ter sido durante largos séculos a língua oficial do país, só uma pequena minoria falava corretamente esta língua.

Para a grande maioria que tinha como língua de comunicação um dos crioulos ou o português "deturpado" impunha-se uma (re)aprendizagem do Português, não em contexto informal, mas sim em contextos formais de ensino/aprendizagem, isto é, em instituições oficiais de ensino. Não descuramos de modo algum os esforços despendidos pelo governo são-tomense na luta contra o analfabetismo. Pretendemos, sim, chamar a atenção para uma questão deveras importante: o facto de se iniciar a população nas primeiras letras, a dizer, alfabetizá-la, não constituiu, por si só, meio suficiente para a aprendizagem da língua.

É sabido que logo após a independência se dá início ao novo programa do governo, visando a eliminação do analfabetismo. A partir de uma política virada para a gratuitidade e massificação do ensino, se pretendia que a língua portuguesa passasse a chegar à população mais recôndita do país. Um facto, porém, foi negligenciado – uma alfabetização eficaz exige do país condições necessárias para se evitar a sua regressão (textos, dicionários, gramáticas, jornais, livros vários), de modo a que o alfabetizado encontre tudo quanto possa, pela escrita, alimentar-lhe a curiosidade ou a necessidade de continuar a aprender, aprendizagem essa que o conduzirá a um saber-fazer, isto é, a um desenvolver de competências que se irá materializar na prática linguística.

Ora, vejamos: em S. Tomé e Príncipe, o que se passa? Não obstante alguns esforços realizados no período pós-independência, o país carateriza-se por um elevado índice de analfabetismo. É certo que muita gente teve e tem tido acesso à escola. Mas será que ser analfabeto implica apenas a mera incapacidade de descodificação de um código escrito, a dizer a impossibilidade de juntar letras de forma a formar palavras? Cremos que não. Não saber ler não passa apenas pela mera incapacidade de descodificação de um código escrito; é algo mais. Apoiamo-nos em Inês Sim Sim que citando Gray, nos elucida sobre este assunto. Diz a autora que em 1956, no âmbito da UNESCO, é proposto que se considere como *funcionalmente alfabetizada* toda a pessoa "que adquiriu um nível de perícia de leitura e escrita que a torne capaz de desempenhar com êxito todas as atividades que, no seu grupo de pertença, requeiram tal capacidade (1989:62).

Com base nesta definição de analfabetismo, somos levados a afirmar que em S. Tomé e Príncipe existe uma elevada percentagem de analfabetos pois o que se verifica é que não só a nível da leitura como também e sobretudo a nível da escrita muito poucos se podem incluir neste grupo. Embora se tenha avançado com ações imediatas para a erradicação do analfabetismo, não foram desenvolvidos esforços para se evitar o analfabetismo regressivo.

É certo que muitos são-tomenses se predispuseram a frequentar as campanhas de alfabetização, cientes de que saber ler e escrever são mais-valias na

sociedade. Uma vez iniciados no processo de leitura e escrita, este facto poderia e deveria constituir-se como uma mais-valia no processo de aprendizagem da língua portuguesa.

Porém, se as pessoas adquirem a capacidade de ler mas posteriormente não dispõem de meios que permitam a sua familiaridade com tal universo para que possam aprofundar conhecimentos, enriquecer a linguagem, desenvolver competências (no caso concreto, competências comunicativas), isto é, elevar-se culturalmente, de pouco lhes servirá pois dificilmente conseguirão fazer uma leitura mais completa, isto é, ultrapassar o nível de simples alfabetizados para que se possam transformar em potenciais leitores, ou seja, adquirir o domínio de técnicas que lhes permitam, quer atualmente, quer na sua vida futura, um melhor desempenho no processo de (auto)aprendizagem. Considerando-se o elevado número de falantes que se inserem neste quadro, é evidente que este facto se vai repercutir na dinâmica linguística.

Por outro lado, é hoje do conhecimento de todos, o papel determinante que desempenha o contexto social no desenvolvimento da capacidade linguística dos falantes.

Tal significa que, havendo em S. Tomé e Príncipe muitas crianças que na fase inicial do seu desenvolvimento são privadas do contacto com o material escrito ou por falta de recursos económicos dos pais e/ou de outras pessoas que os tenham a seu cargo, ou por mera ignorância por parte destes da importância do material impresso para o normal desenvolvimento psicolinguístico e metacognitivo da criança, tal facto irá repercutir-se na sua expressão linguística.

A criança não lê, ou se lê, é muito pouco; não desenvolve capacidades e competências linguísticas. Para completar este quadro, o meio social em que a criança se move é um meio em que a língua de comunicação ou é um dos crioulos ou um Português já muito impregnado de interferências.

Á falta de meios adequados ao desenvolvimento linguístico pode acontecer (e geralmente acontece) que, muitos dos falantes (de Português), mesmo atingindo um determinado nível de escolaridade formal, fazem-no sem terem adquirido as competências correlativas.

Fernanda Pontífice nas suas reflexões acerca da problemática da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe, evidencia este facto ao afirmar existirem alunos que, numa fase já avançada de escolaridade, não possuem as aptidões desejadas e, por conseguinte, condicionam toda a planificação e impedem a turma de avançar no ritmo desejado (cf. Fernanda Pontífice, 1991:87).

A agravar esta situação refira-se à elevada percentagem de crianças e jovens que ainda em idade escolar abandonam a escola, indo engrossar o já elevado índice de população com baixo nível de escolaridade e que como não poderia deixar de ser, vai refletir na dinâmica linguística.

Reflexo de toda uma conjuntura económica, social e política (a grande maioria da população vive em situação de pobreza extrema; aliada a esta situação, um cada vez maior interesse por bens materiais em detrimento de uma formação contínua e progressiva e a adoção de deficientes políticas educacionais), quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita, na interação social, irá reproduzir-se essa realidade linguística, situação que só será revertida com a adoção de uma nova e eficiente política linguística.

Concluindo: O Português em S. Tomé e Príncipe vem sofrendo mudanças determinadas por fatores sociais e linguísticos, caraterísticos do meio em que esse sistema linguístico é adquirido e usado.

Dado o fenómeno de interferências linguísticas, torna-se evidente que em S. Tomé e Príncipe devemos ter sempre esta caraterística que marca o país: a coexistência de duas variedades do Português:

- *o Português europeu, a norma que pode ser considerada para uma grande parte da população uma língua segunda;*
- *o Português local, um falar de caraterísticas fonológicas e morfossintáticas próprias, cujos desvios em relação à norma são significativos, em que se assiste a uma tendência cada vez maior para a contaminação do código*

escrito pelo código oral e que é usado pela grande maioria da população.

Pelo exposto, pode-se inferir que a grande maioria das crianças ao ingressar na escola usa uma língua "diferente" daquela que é utilizada nos manuais escolares e supostamente pelo professor e consequentemente um dos principais responsáveis pelo insucesso escolar.

Num tempo em que é unânime a consideração segundo a qual o aproveitamento escolar é um tanto maior quanto mais próximo do quotidiano dos aprendentes torna-se urgente a adoção de estratégias de ensino muito específicas. Não que sejamos apologistas de que esse português oral, fortemente eivado de interferências deva vir a ser utilizado no ensino.

Todavia, defendemos que uma maior atenção deverá ser dada às realidades linguísticas das crianças e para aqueles que tenham como língua materna o "falar são-tomense" ou o português como língua segunda porque não seguir as sábias palavras do eminente político Amílcar Cabral e ensinar às crianças a relação de parentesco entre o crioulo e o português se, como defendem os especialistas, isso permitiria às crianças ganhar mais facilmente consciência das diferenças entre elas e deste modo desenvolvê-las autonomamente?

Impõe-se também proceder-se à formação de pessoal docente, pois um facto que não devemos olvidar é o de que maus modelos geram maus produtos.

Tendo em conta que em S.Tomé e Príncipe, principalmente nas zonas rurais ou classes mais desfavorecidas a exposição à língua portuguesa é praticamente da responsabilidade da escola e do professor e que quanto maior for a exposição a essa língua, nas suas vertentes quer oral, quer escrita, maior é a probabilidade do sucesso na aprendizagem, criar condições para que os alunos possam estar mais tempo expostos à língua, fornecer-lhes material escrito, quer na escola, quer fora dela devem passar a fazer parte das preocupações dos professores e entidades governamentais.

Só proporcionando às crianças o acesso a todas as formas de contacto assíduo com esses materiais se poderá despertar nelas mecanismos internos de extrema importância na formação e desenvolvimento dos esquemas mentais que lhes darão aceso à competência linguística e comunicativa.

4. Referências

BRAGANÇA, Albertino, "A língua portuguesa e o fenómeno de interferências linguísticas em S. Tomé e Príncipe" in 1.º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais em S. Tomé e Príncipe, Ministério da Educação e Cultura, S.Tomé e Príncipe s/d.

CALVET, Louis-Jean, *Linguistique et Colonialisme: Petit Traité de Glottophagie*, Éditions Payot & rivages, Paris e Germain, 2002.

FERREIRA, Manuel, "Numa perspetiva cultural. Que Futuro para a língua Portuguesa em África?", in *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo,* vol. II, Lisboa, 1983.

FONTES, Carlos de Sousa Ferreira, Estudo do Léxico do Sãotome com Dicionário, Faculdade de Letras, Coimbra, 2007 (completar)

GARTNER, Eberhard, "Particularidades Morfossintáticas do português de Angola e Moçambique, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua portuguesa, Separata, s/l., s/d.

GONÇALVES, Perpétua, *Português em Moçambique. Uma variante em formação*, LUFL da U.E.M., Maputo, 1996.

HAGEMEIJER, Tjerk, As Línguas de S. Tomé e Príncipe (documento policopiado)

LEIRIA, Isabel, Léxico: Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua não Materna (dissertação de Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

LOPES, Armando Jorge, Política Linguística: Princípios e Problemas, Livraria Universitária, UEM, Maputo, 1997.

MARÇALO, Mª João, "A dinâmica da língua - implicações num estudo sincrónico, in *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*," Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, Lisboa, 1994.

MARQUILHAS, "Mudança linguística", in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, (org.) Isabel Hub Faria et al., Caminho, Lisboa, 1996.

MARTINET, André, *Conceitos Fundamentais de Linguística*. Presença, Livraria Martins Fontes, Portugal/Brasil, s/d.

MARTINHO, Ana Mª, a língua Portuguesa em África: Educação, Ensino, Formação, Editorial Pendor, Évora, 1995.

MATA, Inocência, "A língua portuguesa em São Tomé e Príncipe", in Língua e Cultura, Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa, 1998.

MATEUS, Mª Helena Mira, *A face Exposta da Língua Portuguesa*, INCM, Lisboa, 2002.

MATEUS, Mª Helena Mira, (coord.), *Uma Política de Língua para o Português*, Colibri, Lisboa, 1998.

MOTA, Mª Antónia Coelho da, "Línguas em contacto e variação", in V*ariação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*, Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, Lisboa, 1994.

NEGREIROS, António de Almada, História Ethnográfica de São Thomé, Lisboa, Bastos, 1895.

PEREIRA, Dulce, "Fala Crioulo Papia Português", in Kultura, 2001

PEREIRA, Dulce, Crioulos de base portuguesa, Caminho, Lisboa, 2006.

PONTÍFICE, Fernanda, " A língua portuguesa no ensino", in Revista Internacional de Língua portuguesa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1991.

PONTÍFICE, João, "Os meandros da cumplicidade crioula", in Revista Internacional de Língua Portuguesa, Associação das Universidades se Língua Portuguesa, 1989.

SANTO, Carlos do Espírito, "Situação atual da Língua Portuguesa nas ilhas de S. Tomé e Príncipe," in *Atas do Congresso sobre a Situação atual da Língua Portuguesa no Mundo, vol. I*, Lisboa, 1985.

SIM-SIM, Inês," Literacia e alfabetização: dois conceitos não coincidentes", in Revista Internacional de Língua Portuguesa, n.º 2, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1989.

49. HENRIQUE SALLES DA FONSECA, AUTOR DO BLOGUE "A BEM DA NAÇÃO"

"ÉTICA LUSÓFONA E SENTIDO DE ESTADO"

- Onde está a Ética? - O ponto da nossa partida - Chegada à filosofia do poder
- Rumo ao futuro - Exigências comuns de uma educação ética
- Desvios do comportamento - O sentido e o controlo da responsabilidade

1. ÉTICA, O QUE É?

Moral é a questão dos princípios; Ética, a dos factos.

Para **Aristóteles** era a virtude implícita nos costumes; para **Espinosa**, a conformidade com as leis eternas, as da Natureza, com a determinação divina; para **Kant** era o dever e para **Hegel** a obediência. Hegel foi mesmo ao ponto de afirmar que *a ética não resulta de um contrato social mas sim de um crescimento natural que surge na família e culmina, no plano histórico e político, no Estado. A história do mundo* – escreveu ele – *consiste em disciplinar a vontade natural incontrolada, conduzi-la à obediência de um princípio universal e, nesse enquadramento, facilitar a liberdade individual*.

Ou seja, estamos perante um conceito do comportamento social conforme aos costumes virtuosos, às leis naturais, à Fé, ao voluntarismo e à disciplina.

Mas há uma outra fonte que atualmente não podemos ignorar: a razão. Nesta circunstância é de esperar que a ética assente no pensamento racional. E como este varia consoante a sociedade de que emana e da época em que é gerado, temos que reconhecer a ética como um valor relativo, não absoluto nem definitivo.

Eis como podemos e devemos conceber uma **Ética Lusófona para o séc. XXI**. Podemos pelas razões referidas; devemos porque a isso nos obriga a História.

2. DONDE VIEMOS …

Desde que os homens vivem em sociedade – ou seja, desde sempre – que a regulação moral da conduta se mostrou necessária ao bem-estar coletivo. E se certas normas só se impuseram pela ameaça da ira divina, outras houve que nasceram da vontade profana de líderes políticos. Assim nasceu uma perene miscigenação entre os poderes temporal e religioso. Assim foi nas mais antigas civilizações (egípcia, suméria, chinesa, grega), assim foi até há bem pouco tempo com os Luíses franceses a justificarem o seu poder na origem divina, com a Inquisição que em Portugal só foi extinta em 1821.

E apesar da Revolução Francesa, da laicização progressiva da sociedade, da revolução bolchevista e respetivo processo de ateização sistemática, assim é ainda hoje na Arábia Saudita e no Irão por onde não passaram essas vagas revolucionárias e onde vigoram verdadeiras teocracias monopolistas. Pior: unicitárias, punitivas e vingativas. Do nosso lado da Civilização temos a teocracia vaticana que, limitada geograficamente a uma ínfima parcela da laica Roma, define o dogma da Fé e orienta a moral de uma parte importante da Humanidade já sem a Inquisição e seu mais temido instrumento, a pira.

Ao percorrermos a História deparamos com uma plêiada de pensadores, todos circunstanciais, sendo que nem sempre os eternos e universais assumiram em vida os papéis mais relevantes. Quantas e quantas vezes o sofisma se fez passar por dogma, a falácia vingou como verdade absoluta, os facínoras foram louvados como heróis.

Nem sempre foi rápido o reconhecimento do mérito e com frequência o foi apenas a título póstumo. Contrariamente aos Prémios Nobel, é com muita cautela e demorada ponderação que se proclamam os Santos da Igreja Católica e num nível bem mais prosaico, é com a apreciação de toda a vida das personagens que se cria a toponímia da cidade de Lisboa.

Seria fastidioso senão mesmo impossível resumir aqui o percurso da Humanidade pensadora pelo que bastará referir que foi por violentas convulsões, idealismos mais ou menos platónicos e por mares duramente navegados que...

3. … CHEGÁMOS À FILOSOFIA DO PODER

Uma filosofia em que o objetivo mais elevado é o poder e que resulta claramente de um espírito de permanente competição. Como cada vitória tenderá a elevar o nível dessa mesma competição, o final lógico de tal filosofia é o poder ilimitado e absoluto. Aqueles que buscam o poder podem não aceitar as regras éticas definidas pelos costumes, a tradição e, pelo contrário, adotam outras normas e regem-se por outros critérios que os ajudam a obter o triunfo. Tentam mesmo convencer as outras pessoas de que são éticos no sentido do objetivo supremo por eles definido tentando conciliar o poder e o reconhecimento da moralidade.

Assim foi que se sentaram na cadeira do poder muitos daqueles para quem a ética dos costumes virtuosos, das leis naturais, da Fé, do voluntarismo e da disciplina é palavra vã. Daí ao poder absoluto, à ausência de regras consensualmente construídas, à ausência de Direito e à dissolução do Estado de Direito, vulgo o fascismo, não dista muito ou não dista mesmo nada.

Ignorados os princípios que definem o bem comum, instala-se o "salve-se quem puder", instala-se a razão da força em oposição à força da razão. Globalizado o império da competição e sacralizados os critérios da competitividade, não mais resta qualquer esperança de sobrevivência aos que não sejam campeões. E a alternativa para os não-campeões – em que o 2º classificado mais não é do que o 1º vencido – é unicamente a de serem servos. Servos mais ou menos mitigados, mais ou menos engravatados, numa gaiola mais ou menos dourada mas servos e apenas servos.

A aculturação das populações a um modelo *standard* e globalizado corta o acesso às raízes culturais mais endógenas e isso anula a **ética étnica**, essência da cultura mais endógena dos povos. A etnologia é hoje objeto morto de Museu escassamente visitado. Em simultâneo, quando esse desenraizamento conduz as pessoas para o mundo da globalização competitiva, então está-se a enviar populações inteiras para um mundo do «salve-se quem puder» em que tudo vale, incluindo tirar olhos.

Se a isto somarmos a atração que as cidades exercem sobre as populações rurais flageladas pelas guerras, pela inviabilização da ruralidade e pela apologia do urbanismo, compreenderemos por completo a selva urbana em que Luanda se transformou. O mesmo se diga do Rio de Janeiro, de Lisboa, Maputo, etc. quer por causa de guerras bélicas quer por causa de outros conflitos de género menos castrense mas igualmente punitivas das sociedades que se sentem cada vez mais desamparadas, desenraizadas e entregues a um mundo sem rei nem roque. E nem todas as vítimas têm que ter a pele escura, ao estilo africano.

E como diz Gilles Lipovetsky no seu livro "O crepúsculo do dever",

> (...) *A sociedade pós-moderna ou pós-moralista designa a época em que o dever se adocicou e tornou anémico, em que a ideia do sacrifício pessoal se ilegitimou socialmente, em que a moral já não exige que as pessoas se devotem a uma causa superior, em que os direitos subjetivos dominam os mandamentos. Na sociedade pós-dever, o mal transformou-se em espetáculo, o ideal pouco engrandecido. Se perdura a crítica do vício, o heroísmo do bem enfraquece. Os valores que reconhecemos são mais tidos como negativos do que como positivos. Por trás de uma falsa revitalização ética, triunfa uma moral indolor, último estádio da cultura individualista democrática.* (...)

Assim, neutralizadas tanto a moral como a ética, promoveu-se a competição. Tudo vale para subir na ostentação. E subir JÁ! A globalização fez isso aos países chamando-lhe competitividade. O que interessa é alcançar os objetivos. Como? Isso é o que menos interessa desde que eles sejam alcançados e, também nesta dimensão macro, JÁ!

Aqui chegados, urge perguntar que solução temos à nossa frente. Adotarmos a clausura monástica à espera que o perigo passe? Entregarmo-nos, à moda muçulmana, nas mãos do fatalismo indiscutível? Preconizarmos um regresso às origens étnicas, folclóricas?

Não me convencem atitudes de medo nem de recuo e não me parece que devamos cegamente obedecer à mão invisível ou à tutela anónima de um qualquer *big brother*. Pelo contrário, proponho que…

4. … PARTAMOS RUMO AO FUTURO…

… pois é natural a ânsia de progresso e o imobilismo não pode ser o centro do nosso panegírico.

Temos o direito de subir e temos a obrigação de promover a subida dos que nos rodeiam. Valorizemo-nos e deixemos que os outros se valorizem para podermos dizer como Nelson Mandela que "a educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através da educação que a filha de um camponês se pode tornar doutora, que o filho de um mineiro se pode tornar chefe de uma mina, que o filho de trabalhadores agrícolas pode vir a ser Presidente de uma grande nação. É o que fazemos do que temos, não o que nos é dado, que distingue uma pessoa de outra."

Mas façamo-lo cumprindo os valores da Ética.

Essa, a missão que se espera das elites e, mais concretamente, ao que devemos conduzir as elites lusófonas: a educar seguindo um conjunto de princípios éticos de inspiração universal mas sem descurar o enquadramento étnico tanto local como nacional de cada País de Língua Oficial Portuguesa.

Chamemos-lhe EDUCAÇÃO CÍVICA ou outro nome que possa ser mais consensual, discutamos o conteúdo programático duma tal disciplina curricular do Ensino Oficial mas não deixemos a juventude sem um rumo ético como sucede na atualidade. É que, mais perigoso do que viver numa sociedade imoral, é deixarmos que se forme uma sociedade amoral.

Esta questão é tanto mais grave quanto os pais se demitiram da função educativa dos filhos deixando essa tarefa para os professores, função para que estes não estão formalmente preparados e quando muitas vezes nem conseguem dar o programa curricular que lhes está consignado em matérias mais prosaicas do que éticas.

Professores que estão hoje no fio da navalha em que se transformou a sociedade atual. Lembram domadores de feras pois deixaram de ter como principal missão ensinar o programa oficial e passaram a ter que domar umas criaturas que os pais largaram na praça pública aos gritos de que tudo lhes é devido, que a tudo têm direito sem esforço.

Foi disso que os demagogos convenceram os pais e estes transmitiram aos filhos todas essas irresponsabilidades transfiguradas em direitos. É claro que agora o esforço de retorno à vida responsável, ao inadiável realismo, vai ser um processo muito doloroso e os primeiros a dar de frente com o problema são os Professores. E como os pais não perceberam que a vida de irresponsabilidade que o regime de laxismo lhes incutiu já acabou, revoltam-se e … vão às Escolas bater nos Professores. E quem não consegue bater-lhes, calunia-os, nomeadamente na Internet. Entretanto, conduzida a Justiça a um estado de evidente inoperância, isso sugere aos caluniados que não atuem pelas vias que seriam utilizadas numa qualquer sociedade em que a ética da responsabilidade fosse um valor no ativo.

Sem sombra de dúvida, educar é hoje uma missão muito difícil.

E como afirma Bento XVI, todos os pais se preocupam com o bem dos filhos. Sabemos que depende deles o futuro da sociedade e não podemos deixar de fazer o melhor pela formação das novas gerações. Temos que lhes dar uma forte capacidade de se orientarem na vida e de distinguirem o bem do mal.

A "rutura entre as gerações" de que tanto se fala, resulta da não transmissão de certezas e valores. Resulta da solução de continuidade que foi criada pela renúncia daqueles que deviam assumir a função educativa: os pais. Estão em causa as responsabilidades pessoais dos adultos, que são reais e não devem ser escondidas, mas também uma atmosfera difusa, uma mentalidade e uma forma de cultura que fazem duvidar do valor da pessoa, do próprio significado do bem. Então, torna-se difícil transmitir de uma geração para a outra, algo de válido e de certo, regras de comportamento, objetivos credíveis com base nos quais construir a própria vida.

Estas dificuldades são a outra face da moeda que é a liberdade e esta constitui uma relação biunívoca com a responsabilidade. A liberdade de cada um

de nós cessa onde começa a do nosso vizinho e se queremos ser livres, então temos que assumir a responsabilidade dos atos que livremente praticamos. Só é responsável quem é livre e a atual irresponsabilidade não é atributo por que devamos pugnar.

Contrariamente ao que acontece na engenharia ou na economia onde os progressos atuais se podem somar aos do passado, na formação moral e na prática ética não existe essa possibilidade de acumulação. A liberdade é sempre nova e, portanto, cada pessoa e cada geração deve tomar de novo, diretamente, as suas decisões. Também os maiores valores do passado não podem simplesmente ser herdados: devem ser assumidos tanto no plano individual como no coletivo.

Mas quando as bases são abaladas e faltam as certezas fundamentais, a necessidade desses valores volta a fazer-se sentir. E é disso que aqui tratamos: de uma educação que o seja verdadeiramente e não se limite ao simples débito de programas curriculares de mera base científica, sem qualquer orientação pró-ética. Felizmente há pais preocupados e muitas vezes angustiados com o futuro dos próprios filhos; muitos são os professores que sofrem com a degradação das escolas; a sociedade, no seu conjunto, vê postas em dúvida as próprias bases da convivência; e muitos são por certo os próprios jovens que não querem ser deixados sozinhos perante os desafios da vida. Por tudo isto, parece urgente assentar naquilo que devemos apelidar de …

5. … EXIGÊNCIAS COMUNS DE UMA EDUCAÇÃO ÉTICA

Cada verdadeiro educador sabe que deve transmitir algo de si mesmo e que só assim pode ajudar os alunos a superarem egoísmos. Há na criança um grande desejo de saber e de compreender que se manifesta nas suas contínuas perguntas e pedidos de explicações. A educação reduz-se à dimensão de mera instrução quando se limita a dar noções e informações deixando de lado a grande pergunta que pode servir de orientação na vida: **o que é o bem?** E há que distinguir entre o **bem individual**, o **bem plural** e o **bem nacional** que servem para a vida dos governados, os contribuintes. Mas a essas dimensões do bem há que juntar o **Sentido de Estado**, ou seja, o bem a que devem obedecer os governantes, os contribuídos, a quem cumpre gerir a definição da causa comum.

E se a causa comum resulta duma discussão democraticamente desenvolvida, ela tem que assentar em princípios morais que derivem linearmente do conceito de bem, tudo conjugado num edifício a que deveremos chamar **política de base ética**. Ou seja, no plano nacional, a Ética e o Sentido de Estado estão ligados numa relação íntima em que nenhum dos dois conceitos pode existir sem o outro.

Outra questão, aliás bem delicada, tem a ver com o **equilíbrio entre a liberdade e a disciplina**. Educação bem-sucedida é a que dá formação para o reto uso da liberdade e as regras de comportamento, utilizadas no dia-a-dia, formam o caráter. Só um caráter bem formado permite aos jovens a preparação necessária para enfrentarem as vicissitudes que não faltarão ao longo da vida. E é do disciplinado uso da liberdade que resulta com a maior naturalidade o sentido de **responsabilidade**, esse outro valor imprescindível para a harmonia e desenvolvimento social. A responsabilidade começa por assumir uma dimensão individual e é partir dela que construímos a responsabilidade plural, como residentes numa cidade, como membros de uma nação.

E as ideias, os estilos de vida, as leis, as orientações gerais da sociedade e a imagem que dela dão os meios de comunicação ao exercerem uma grande influência sobre todos nós – tanto para o bem como para o mal – impõem-nos que devamos cuidar da formação das novas gerações de modo a que elas saibam com exatidão distinguir entre o que devem escolher e o que devem rejeitar, sem se deixarem influenciar por motivações menos transparentes dos fazedores de opinião pública tantas vezes a soldo de interesses mais sinuosos do que aquilo que queremos para os nossos.

E dentre todos os meios de comunicação hoje ao dispor – e são muitos – a televisão é seguramente o que maior influência exerce nas populações, em especial nas mais frágeis. E quando digo as mais frágeis refiro-me às que não dispõem de capacidade de defesa contra as influências perversas que lhes possam chegar mais ou menos sub-repticiamente: incitação à violência pela apologia da competição como conceito global, exploração mediática do desespero do derrotado, incitação da revolta contra o dominador, esse que até

ao passo anterior era o deus da glória e assim sucessivamente num círculo contínuo de altos e baixos de euforia e desespero.

Ciclos tão úteis para a instalação de ambientes propícios às subidas e quedas das Bolsas internacionais, à manipulação de preços, à gestão dos interesses especulativos de quem quer comprar na baixa para logo de seguida vender na alta. E se os célebres ciclos de Kondratiev[163] não funcionam com o ritmo desejado, há que provocá-los pois não se pode perder tempo "à espera de Godot" ou, mais prosaicamente, "à espera da mulher da fava-rica". E porquê?

Porque os Fundos de Investimento têm que ser remunerados por taxas arrasadoras da concorrência que lhes é feita pelos outros Fundos de Investimento de que igualmente dependem as pensões de velhice de um número crescente de reformados, os tais que foram postos fora do mercado laboral por empresas que tinham que manter níveis de competitividade incompatíveis com ordenados elevados como os que têm os Quadros experientes e sabedores. E assim passaram à reforma compulsiva todos aqueles que já tinham regalias a mais.

Deram lugar aos novos que se lançam na vida ativa sem vínculo laboral, com a espada de Dâmocles do desemprego sempre suspensa sobre a 2ª feira seguinte com o posto de trabalho eventualmente ocupado por alguém que veio lá de longe. Vindo lá de paragens de desespero, sem reivindicações maiores do que o ordenado mínimo nacional ou...ainda menos. Assim se veem os jovens num «salve-se quem puder», num mundo em que tudo vale para manter a cabeça à tona e não ser cilindrado pela torrente do desespero. Num mundo amoral em que a Ética foi conduzida ao anonimato, quase mesmo à clandestinidade. E os mais velhos, votados ao ostracismo e sem mais saberem fazer do que o trabalho que tiveram toda a vida, entregam-se ao vazio desespero de matar as horas jogando às cartas na tasca lá do bairro até que as horas vazias os matem a eles.

Eis-nos chegados a um mundo sem sonhos, completamente manipulados por um "big brother" que efetivamente comanda a vida. E o mais grave é que nós, os que sabemos do que se está a passar, não temos sido suficientes para escapar a essa manipulação. Gente culta desesperada é hoje o pão-nosso-de-cada-dia porque o que está a dar é a apologia do sexo, da violência e do sensacionalismo. Voltamos ao velho pregão dos ardinas quando berravam *TRAZ O DESASTRE!!!*

Sim, também hoje os telejornais se acotovelam apregoando os maiores desastres que conseguem eleger porque «devemos oferecer às pessoas o que elas esperam».

Como podem dizer tal absurdo? Pelos níveis de audiência? E que opções alternativas são colocadas às pessoas? Como se comportariam os telespetadores se as alternativas o fossem efetivamente? Que leque de escolhas é dado aos telespetadores? Se esse leque fosse grande, como se comportaria o público? Mas se o leque variar entre programas sensacionalistas e violentos, o que restará como alternativa verdadeiramente construtiva? As telenovelas e o futebol? Serão estas as alternativas que se devem colocar a quem se perde num mundo sem esperança?

E quando a *vox-populi* é gerida num processo de climatização generalizada de vontades anónimas por uma mão invisível nunca identificável, então chegámos a uma situação em que até Karl Popper concluiu com tristeza ser a televisão um perigo para a democracia. Como é que um espírito superior – assumido politicamente como um democrata e liberal convicto na perspetiva económica – pode concluir de modo tão chocante e surpreendente? Só há uma resposta: a televisão é um perigo para a democracia por causa do mau uso que se lhe dá. E, contudo, ela poderia ser um portentoso instrumento educativo. Mas não o é porque sacrifica tudo aos níveis de audiência, os que pagam a publicidade que a financia. E para atingir esses níveis de audiência os realizadores de televisão não olham a meios, argumentam com o tal sofisma de que «devemos oferecer às pessoas o que elas esperam» e abdicam mesmo dos princípios éticos sempre que estes se apresentam como escolhos aos objetivos traçados.

Porque não educa e frequentemente deseduca de múltiplas formas e de um modo repetitivo faz a apologia da violência e da razão da força (ganham os bons porque vence o mais forte) em vez de pugnar pela força da razão (ignorando que o

[163]- Nikolai Kondratiev (1892-1938) economista russo que teorizou sobre os ciclos económicos

vencido poderia ser o dono da razão). A televisão revela-se como uma potente inimiga da democracia cuja mais sublime vocação é a de permitir aos cidadãos que se elevem aos superiores níveis da cultura e, portanto, da dignidade. Sim, já quase nos esquecemos deste objetivo fundamental da democracia pois estamos cilindrados pelo mais badalado – e praticado – que é o relativo aos mais elevados índices de conforto material. Contudo, «nem só de pão vive o homem».

Mas não nos quedemos pelo diagnóstico e pela acusação: temos que encontrar uma solução para o problema. E essa solução consiste no regresso a valores éticos que condicionem o exercício da profissão de jornalista e de produtor de televisão. A exploração sensacionalista dos telejornais para quem só há gatunos, corruptos e vilões expande o ódio, desilude os crédulos, vicia na denúncia. Não haverá outros cenários menos trágicos? Não haverá outros temas que nos suscitem a busca de soluções construtivas?

O mundo da comunicação social vai ter que mudar muito até que se transforme num instrumento de desenvolvimento das populações a que se dirige. Todos aqueles que participem na produção jornalística deveriam ser instruídos com nova formação específica – seguida de exame – com vista ao cabal desempenho dessa formidável função educativa. O objetivo desta formação seria levar os candidatos ao jornalismo – e em particular todos aqueles que produzam programas de televisão – a compreenderem que iriam participar num processo de educação de alcance gigantesco. Todas as pessoas que viessem a fazer televisão deveriam tomar consciência de que têm um papel de educadores pelo simples facto de a televisão ser vista por crianças e adolescentes. Nessa formação deveria ser abordado com especial atenção o risco existente para as personalidades vulneráveis de confundir realidade com ficção bem como os efeitos perversos que estas confusões podem desencadear. A autorização, licença ou carteira assim obtida poderia ser-lhes retirada definitivamente se alguma vez agissem em contradição com os princípios éticos que urge definir. A instituição com poder para retirar essa licença seria uma espécie de Ordem.

6. E PORTANTO...

Se isto não acontecer e o poder dos órgãos de comunicação não for totalmente esclarecido, a democracia poderá não subsistir de forma verdadeiramente duradoura. Até porque enquanto prevalecer o critério de que «devemos oferecer às pessoas o que elas esperam», os programas serão cada vez mais medíocres e então, como Popper conclui, *(...) só nos resta ir para o Inferno! (...)*.

E se não quisermos ser cilindrados pelo fatalismo infernal, recordemos Hegel quando ele diz que é necessário disciplinar a vontade natural incontrolada, conduzi-la à obediência de um princípio universal e, nesse enquadramento, facilitar a liberdade individual. Por tudo isto eu digo que nos espera um século de glória ou de desespero conforme consigamos ou não dar esperança ao Mundo Lusófono...

... Trazendo de volta os valores éticos de base étnica na dimensão individual e na coletiva devidamente harmonizados na nossa convivência pluricultural e internacional;

Se conseguirmos definir um novo código ético de conduta para a comunicação social;

Se conseguirmos impor aos governantes lusófonos que se rejam por um inultrapassável Sentido de Estado.

E como Georges Steiner afirma, “despertar noutro ser humano poderes e sonhos além dos seus; induzir nos outros um amor por aquilo que amamos; fazer do seu presente interior o seu futuro: eis uma tripla aventura como nenhuma outra”.

Conseguiremos? Esperemos que sim pois, afinal, não faz sentido viver longe da utopia.

Tavira, 5 de agosto de 2008, Henrique Salles da Fonseca

BIBLIOGRAFIA:

Bento XVI – “Carta sobre a educação” – Libreria Editrice Vaticana, janeiro de 2008

Lipovetsky, Gilles – “O crepúsculo do dever” – Dom Quixote, 3ª edição, outubro de 2004

Mandela, Nelson – “Longo Caminho para a liberdade. Autobiografia de Nelson Mandela”

Monografias.com – Ética, http://www.monografias.com/trabajos5/etica/etica.shtmlintro

Mumford, Lewis – “História das Utopias” – Antígona, 1ª edição, 2007

Popper, Karl; Condry, John – “Televisão: um perigo para a democracia” – Gradiva, 3ª edição, fevereiro de 2007

Singer, Peter – “Um só Mundo – A ética da globalização” – Gradiva, 1ª Edição fevereiro de 2004

Sloterdijk, Peter – ‘Palácio de Cristal’, -Relógio d’Água, 1ª edição, fevereiro de 2008 (ética da responsabilidade)

Steiner, George – “As lições dos Mestres” – Gradiva, 2ª edição, outubro de 2005

50. IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS, USP/UNICSUL UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL [BRASIL]

ATLAS LINGUÍSTICOS BRASILEIROS E ATIVIDADE DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

No Brasil, em geral, a elaboração dos atlas linguísticos inicia-se pelo levantamento dos indicadores sociais e pelo mapeamento histórico-geográfico da área a ser pesquisa. Esse primeiro passo fornece os elementos para a constituição da rede de pontos, isto é, as localidades a serem investigadas.

Na fase seguinte, ocorre a seleção dos informantes/sujeitos, de acordo com determinadas variáveis sociais, a saber, gênero, faixa etária e escolaridade. Segue-se a coleta dos dados, que consiste na aplicação do questionário, em entrevista *in loco.* Em seguida, procede-se à transcrição dos dados e ao tratamento quantitativo dos itens relativos às respostas ao questionário.

Desse procedimento resultam listas, tabelas e cartas, que espelham a frequência e a distribuição dos fenômenos linguísticos na área pesquisada. Reproduzida dessa maneira, a pesquisa geolinguística parece restringir-se a um saber/fazer mecânico que parte do levantamento dos indicadores sociais e do mapeamento histórico-geográfico; passa pela seleção de pontos e informantes/sujeitos, procede à aplicação de um questionário; e, por fim, resulta na elaboração de listas, tabelas e cartas.

Na verdade, os atlas linguísticos não constituem apenas um retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, pois, por trás desses fenômenos, emerge uma intensa atividade discursiva, reveladora de um cabedal sócio-linguístico-cultural, que, com toda certeza, pode e deve ser posto a serviço do ensino de língua portuguesa.

Este trabalho tem por objetivo apresentar a manifestação da atividade discursiva subjacente ao saber/fazer geolinguístico com vistas ao ensino de língua portuguesa. Parte da Análise do Discurso e, por meio do exame de dados semântico lexicais extraídos de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, busca: (i) destacar elementos de cunho sociohistórico característicos da variante do Português do Brasil; (ii) apontar como esses elementos podem ser integrados ao ensino de língua portuguesa.

1 Introdução

Ao observador atento ao percurso da Linguística não passa despercebido o crescente interesse pelo saber/fazer geolinguístico. No Brasil e em vários outros países, ora inserida na temática de congressos científicos, ora intercalada em publicações, revela-se uma tendência que se vem acentuando no último decênio – a abordagem de tópicos de geolinguística.

Ao mesmo tempo, o exame da produção geolinguística mostra que as monografias dialetais e os primeiros esboços de pesquisa geolinguística da primeira metade do século XX cederam lugar a atlas linguísticos e estudos geolinguísticos altamente complexos. À primeira vista, esse movimento parece indicar que o legado tradicional encontrado nos primeiros trabalhos dialetológicos sucumbiu frente aos novos procedimentos teórico metodológicos da atualidade. Entretanto, a análise mais acurada da questão mostra que a nova feição que o saber/fazer geolinguístico vem assumindo nas últimas décadas se integra ao (s) caminho (s) percorrido (s) pela própria ciência linguística. Dito em outras palavras, não se trata de substituir uma orientação dita obsoleta por outra considerada mais moderna, mas de agregar ao saber/fazer geolinguístico atual os avanços da Linguística.

Este trabalho aborda justamente um ponto dessa questão. Voltado para uma das modernas correntes da Linguística atual, qual seja, a Análise do Discurso de linha francesa, tem por objetivo apresentar a manifestação da atividade discursiva subjacente ao saber/fazer geolinguístico com vistas ao ensino de língua portuguesa. Por meio do exame de dados semântico lexicais extraídos de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, busca: (i) destacar elementos de cunho sociohistórico característicos da variante do Português do Brasil; (ii) apontar como esses elementos podem ser integrados ao ensino de língua portuguesa.

2 Análise do Discurso e geolinguística: encontro (s) possível (eis)

A atividade linguística se efetiva na interação social. No dia a dia, a todo instante, os sujeitos utilizam a língua para os mais diferentes tipos de comunicação.

Por meio desse instrumento privilegiado, transmitem e reiteram significações e informações num processo contínuo, extremamente dinâmico a que se denomina discurso (Maingueneau, 2006; Brandão, 2007). Ao fazê-lo, os sujeitos expressam sentimentos, crenças e valores que, não sendo exclusivamente seus, revelam sua inserção em grupos sociais. Por conseguinte, diz-se que a atividade linguística se desenvolve na interação entre sujeitos, enquanto membros de determinados grupos que atuam na sociedade.

Entretanto, a interação social não se restringe aos sujeitos, pois eles estão necessariamente relacionados a um determinado tempo, inseridos numa comunidade de linguagens [164] e vinculados a um dado espaço. O tempo enfocado aqui é o sociohistórico. Não se trata do tempo cronológico, uma vez que, na fala dos sujeitos, sobressaem-se marcadores temporais que desvelam sentimentos, crenças e valores de uma determinada época, a saber, da época em que vivem. Além disso, enquanto membros de grupos sociais de uma época, encontram-se indiscutivelmente inseridos numa comunidade de linguagens. Aos elementos verbais se incorporam elementos não verbais, que, vistos numa perspetiva sociohistórica, fornecem pistas para a compreensão dos sentimentos, crenças e valores daquele grupo. Assim, não se trata simplesmente de uma comunidade de fala ou comunidade linguística, mas de uma comunidade que encerra uma mescla de linguagens.

O terceiro elemento, igualmente importante, é o espaço, que remete ao lugar ou à área em que nasceram ou habitam os sujeitos, o chamado espaço físico. Malgrado reportar-se a um dado concreto, a que os sujeitos podem ser relacionados com relativa estabilidade, não se restringe ao elemento físico. Como bem aponta a Geografia, não se resume ao chamado espaço físico ou à configuração espacial. Reportamo-nos particularmente a Santos (1966: 61) quando salienta que *"a configuração geográfica e paisagem – substituem frequentemente e equivocadamente a palavra espaço. Ora a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social"*. Da mesma forma que o tempo, o espaço supõe necessariamente a inserção dos grupos sociais que nele habitam. Em outras palavras, o espaço implica a presença dos sujeitos, os quais, ao expressar seus sentimentos, crenças e valores, participam de grupos sociohistórico.

Mais adiante, Santos (1966: 83) acrescenta que, diferentemente da paisagem, "um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. " Entende-se, portanto, que os sujeitos, inseridos no espaço, manifestam sentimentos, crenças e valores e participam de transformações sociohistóricas. Conforme se pode observar, hoje, é imprescindível que, ao analisar a atividade linguística, volte-se a atenção para a interação social. Esse enfoque, comumente encontrado nos textos de Análise do Discurso, pode ser igualmente percebido no saber/fazer geolinguístico, conquanto se afigure pouco perceptível à primeira vista. A nosso ver, a razão principal para que isso ocorra resulta da não compreensão do escopo da pesquisa geolinguística, principalmente dos atlas linguísticos

Em geral, a elaboração dos atlas linguísticos brasileiros tem início com o levantamento dos indicadores sociais e o mapeamento histórico-geográfico da área a ser pesquisa. Esse primeiro passo é essencial para o fornecimento dos elementos para a constituição da rede de pontos [165]. Em seguida, procede-se à seleção dos informantes/sujeitos, de acordo com determinadas variáveis sociais, a saber, gênero, faixa etária e escolaridade. Após a coleta dos dados, que consiste na aplicação de um questionário,[166] em entrevista *in loco*, efetua-se a transcrição dos dados. Faz-se, então, o tratamento quantitativo dos itens relativos às respostas ao questionário. Desse procedimento resultam listas, tabelas e cartas, que ilustram a frequência e a distribuição dos fenômenos linguísticos na área focalizada. O conjunto das cartas denomina-se atlas.

Descrita dessa forma, a pesquisa geolinguística parece ter seu fim último na elaboração de atlas, que, para muitos, espelha apenas a frequência e a distribuição de um fenômeno linguístico numa dada área. Quando, no verso das cartas, existem notas e observações dos sujeitos, transcritas pelo pesquisador, o fato é visto como um acréscimo que traz apenas particularidades da fala de uma região. Entretanto, a nosso ver, tal postura constitui uma visão não adequada da questão. Inicialmente,

[164] Expressão que utilizamos para indicar a pluralidade de sistemas de significação - verbais e não-verbais - que coexistem na sociedade.

[165]- Em Geolinguística, ponto é o termo utilizado para designar a localidade a ser investigada.

[166]- Desde o surgimento da Geolinguística, o questionário tem sido o instrumento utilizado para a coleta de dados. Há vários tipos de questionário - questionário fonético fonológico, morfossintático, semântico lexical e outros.

cumpre notar que os atlas linguísticos, enquanto documentos da fala de um determinado espaço – país, estado ou cidade, no caso brasileiro - não consistem em retratos da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos

Por trás dos fenômenos destacados nas listas, tabelas e cartas, existe uma intensa atividade discursiva. Anteriormente, alertamos sobre o tema, observando que

> "*o saber/fazer geolinguístico implica uma atividade discursiva que vai muito além do questionário, das cartas e de outros elementos frequentemente encontrados nos trabalhos de geolinguística*" (Santos, 2008).

Vale lembrar também que os elementos linguísticos que integram os atlas linguísticos, quer nas cartas, quer nas notas, expressam a atividade linguística desenvolvida por sujeitos que, como já observamos, estão relacionados a um determinado tempo, inseridos numa comunidade de linguagens e vinculados a um dado espaço. Assim, o objetivo da pesquisa geolinguística não se circunscreve ao retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, nem tampouco à elaboração do atlas. Como documento da fala de sujeitos localizados num dado espaço, ele reflete a atividade linguística de grupos que atuam na sociedade.

3 Atlas linguístico e Ensino de Língua Portuguesa: encontro (s) possível (eis)

Um atlas linguístico permite vários olhares. Dito em outras palavras, devido à natureza da atividade linguística, o exame de um atlas linguístico conduz a diferentes possibilidades de interpretação na interação social. Dentre o rol de possibilidades destaca-se a variação diatópica, objeto do presente trabalho, que mostra a fala de sujeitos, moradores de determinada(s) região(ões), em relação a um dado tempo e integrantes de uma comunidade.

Para ilustrar a riqueza e complexidade da variação diatópica no Português do Brasil, que deve ser posta a serviço do ensino/aprendizagem da variante brasileira, dentre os vários componentes da língua, optamos pelo lexical. Para tanto, enfocamos duas perguntas do Questionário semântico lexical – QSL -, instrumento largamente utilizado na coleta de dados lexicais na geolinguística. Essas duas perguntas dão origem a diversos itens lexicais, que constituem as várias respostas dos sujeitos, posteriormente distribuídas em tabelas e cartas semântico lexicais de estudos geolinguísticos elaborados no Brasil nas últimas décadas.

No presente trabalho, fazemos referência aos seguintes estudos:

- *Atlas prévio dos falares baianos* de ROSSI (1963), doravante denominado APFB.
- Atlas linguístico da Paraíba: v. 1: cartas léxicas e fonéticas e v. 2: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas de ARAGÃO; MENEZES (1985), doravante denominado ALPB.
- *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* de RIBEIRO et al. (1977), doravante denominado EALMG.
- *Atlas linguístico de Sergipe* de FERREIRA et al. (1987), doravante denominado ALS.
- *Atlas linguístico do Pa*raná de AGUILERA (1994), doravante denominado ALPR.
- Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspetos lexicais de IMAGUIRE (1999), doravante denominado ALISC.
- *Atlas semântico lexical da região do Grande ABC* de CRISTIANINI (2007), doravante denominado ASLeABC.
- *Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul* de OLIVEIRA (2007), doravante denominado ALMS.

A primeira questão focalizada traz a seguinte formulação - " (Como se chamam)...os últimos dentes, que nascem depois de todos os outros, em geral quando a pessoa já é adulta?" Trata-se da questão nº 98 do Questionário semântico Lexical do Projeto ALiB. O Comitê Nacional do Projeto ALiB prevê duas respostas possíveis: *dentes do siso* ou *dentes do juízo*. No ALISC, 54,83% responderam *siso*, enquanto os demais optaram por *dente do juízo*, *juízo*, *currumiu* e *currumilhu*. Já os sujeitos do ASLeABC preferiram *dente do juízo* que obteve 52,78% de frequência, vindo *dente do siso* logo após com 27,78 de frequência. Ainda no ASLeABC, apareceram outros itens lexicais de baixa frequência: *dente de leite*, *dente normal*, *dente queiro* e *panela*. *Dente do siso* é também o item lexical com a frequência mais elevada em outros atlas linguísticos brasileiros, a saber: o APFB, o ALS e o ALPR. Neste último, aparecem também *dente do juízo*, *dente queiro* e *curnio*. No ALMS, *siso* tem a frequência mais elevada – 19,53% -, índice baixo se comparado aos

índices das frequências mais elevadas encontradas nos demais atlas. Ainda aparecem no ALMS, dentre outros, *dente do juízo, juízo, pilão, dente quero, dentiqueira, quexá, quero, sensivu, dente de coelho* e *queixada*.

A seguir, pesquisamos as acepções dos verbetes referentes aos itens lexicais encontrados nos atlas em dois dicionários da língua portuguesa – o Dicionário Houaiss e o Dicionário Aurélio -, bastante utilizados no Brasil e que servem de referência para consulta e para o ensino da língua materna. Nosso primeiro desafio consistiu em encontrá-los nesses dicionários. O Dicionário Houaiss assinala que *siso* significa *"cada um dos terceiros dentes molares que surgem geralmente entre os 17 e os 21 anos de idade"* (Houaiss; Villar, 2003), podendo ser chamado *dente do juízo* ou apenas *siso*. O Dicionário Aurélio (Ferreira, 2004), acrescenta que o *dente do siso* também pode ser chamado apenas *siso*. Acrescenta que existem *dente queiro* e dente *queixeiro*. Para a primeira, utiliza a notação NE bras, indicando que é utilizada no Nordeste do Brasil; enquanto, para a segunda, diz tratar-se de um bras., que tanto pode ser brasileiro, brasileira ou brasileirismo, segundo o autor.

Quanto aos demais itens, dois despertam a atenção. O primeiro é *currumiu/currumilhu/curniu* [167]. O Dicionário Aurélio registra o verbete *colmilho* como *dente canino*, *presa*, que se origina do espanhol colmillo. Houaiss diz que significa *presa* e vem do espanhol *colmillo* 'dente canino', do lat. vulg. *colùmellus*, der. de *colùmella* 'coluna pequena; base, peanha da catapulta'; no lat. tar. 'nome popular para os dentes do cão', dim. de *columna,ae* 'coluna', em alusão à forma cilíndrica desses dentes; f.hist. c1596 *colmjlho.* Na verdade, os sujeitos de duas localidades diferentes – Ilha de Santa Catarina e Paraná – usaram para se referir a dente do siso um item lexical referente a dente canino.

O outro item lexical é *queiro* que o Dicionário Houaiss assinala ser um diacronismo que se reporta a *dente de siso*, *queixeiro*. Segundo o Dicionário Aurélio, ambos – *queiro e queixeiro* – reportam-se a dente. Nenhum dos dois dicionários menciona que se trata de um caso de variação diatópica. Afirmam tão somente que *queixeiro* se origina de queixo+eiro. O Dicionário Houaiss observa que *queiro* provém de *queixo* + *-eiro*, com sincope Não se encontraram registros dos demais itens lexicais referentes a *dente do siso* nos dois dicionários com o significado de "cada um dos terceiros dentes molares que surgem geralmente entre os 17 e os 21 anos de idade".

A segunda questão selecionada tem a seguinte formulação - " (Como se chama)... a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado? (Mímica)." É a questão nº 155 do Questionário semântico Lexical do Projeto ALiB. O Comitê Nacional do Projeto ALiB prevê como única resposta: *cambalhota*. Entretanto, nos atlas registrou-se uma multiplicidade de respostas. No ALISC um número diminuto de sujeitos respondeu *cambalhota*, tendo a maior parte optado pelo item lexical *carambota*. No ASLeABC, a frequência mais elevada coube ao item lexical *cambalhota* (66,67%), tendo aparecido, dentre outros: *cambota, piruleta, judô, carambota* e *cambaiola*. Nos demais atlas – APFB, EALMG, ALPB e ALPR – figuram também: *bunda canastra, canastra, cangapé, pirueta, salto mortal, boldando, canga, coqueiro, escambona, escambota, pulo mortal* e *tubi*.

Na consulta aos dicionários de língua portuguesa, verificamos que o Dicionário Houaiss explica que cambalhota é o "movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão" (Houaiss; Villar, 2003). Acrescenta que há outros itens lexicais que podem ser empregados - bagaço, cabriola, cambota. Entretanto, não menciona em que situação podem ser usados.

Além desses, aponta outros itens que podem ser utilizados, por extensão de sentido: 1) qualquer salto acrobático; 2) qualquer movimento em que algo gira ou rodopia sobre si mesmo; 3) reviravolta, queda espalhafatosa, desastrada, com os pés para o ar ou com movimento grotesco do corpo; 4) trambolhão. (Houaiss, 2003). Por último, remete a um sentido figurado do termo, qual seja, mudança repentina da condição ou situação de algo ou alguém. Quanto à etimologia, diz que o termo tem "orig.duv., prov. ligado a cambalear". (Houaiss; Villar, 2003). O Dicionário Aurélio acrescenta que, por extensão, remete a "salto acrobático", já mencionado pelo Dicionário Houaiss. Define-o como termo da ginástica que significa "acrobacia em que o atleta dá uma volta completa no ar, para diante, para trás ou para um lado, sem as mãos tocarem o chão" (Ferreira, 2004). Inclui, ainda, um brasileirismo,

[167] Como se trata de estudo voltado para o componente semântico lexical, não se considerou a variação fonético fonológica.

referente à capoeira – "golpe traumatizante em que o capoeirista, girando o corpo no ar, com apoio nas duas ou em uma das mãos, ou livremente, sem nenhum apoio, procura atingir o adversário com um ou dois pés." (Ferreira, 2004)

Com respeito a *cambota*, o Dicionário Houaiss indica dois verbetes. No primeiro, diz que o termo data de 1727 e tem a seguinte etimologia: [1]*camba* + *-ota*; ver *camb-*. Nas cinco acepções referentes a essa primeira etimologia, reporta-se a artefatos que têm uma curvatura, em geral, referentes à arquitetura.

À lista, acrescenta que, em Portugal, pode significar, nos motores a explosão, eixo de transmissão com uma ou mais manivelas, tratando-se de um regionalismo. Indica também que pode ser adjetivo e substantivo de dois gêneros no Brasil. Nesse caso, é um regionalismo encontrado nos seguintes estados brasileiros - Maranhão, Rio Grande do Sul – e significa *cambaio* ('de pernas tortas', 'coxo') (Houaiss; Villar, 2003). Esse significado aparece no ALMS.

O segundo verbete apontado pelo Dicionário Houaiss indica que *cambota* viria de *cambalhota*, talvez ligada a *cambalear*; tendo como regionalismo, no uso informal no Brasil: *cambalhota* ('movimento ou exercício', 'reviravolta'). O Dicionário Aurélio também indica *cambota* como brasileirismo familiar, acrescentando, ainda, cambaio. Em relação ao último, diz tratar-se de forma usada nos estados do Maranhão e Rio Grande do Sul.

Outros itens utilizados pelos sujeitos merecem atenção. Um deles seria *pirueta*, que no ASLeABC aparece como *piruleta*. Segundo o Dicionário Houaiss, vem do francês "*pirouette* (*pirouelle*) 'pião, carrapeta', (1611) 'volta ou meia-volta que se dá sobre si mesmo, sem mudar de lugar, apoiando-se na ponta ou no calcanhar de um só pé'; f.hist. c1750-1799 *piroeta*, 1858 *pirueta*". (Houaiss; Villar, 2003) tem as seguintes acepções: 1) rodopio realizado sobre um único pé; 2) giro do cavalo sobre uma das patas dianteiras; 3) salto, cabriola. (Houaiss; Villar, 2003). O Dicionário Aurélio acrescenta que pirueta se origina de o verbo intransitivo piruetar que significa: 1) fazer pirueta; 2) dar cambalhotas ou cabriolas; cabriolar, cambalhotar. Nenhum dos dois dicionários faz alusão à variação diatópica. (Ferreira, 2004)

Outro termo utilizado pelos sujeitos - *cangapé* -, segundo o Dicionário Houaiss, relaciona-se com *cambapé* e tem duas acepções, ambas classificadas como regionalismos. A primeira remete a um pontapé na panturrilha para fazer o adversário cair durante a luta; enquanto a segunda indica um pontapé aplicado dentro da água, em uma espécie de jogo de capoeira, sendo utilizada mais no Maranhão e em Alagoas, dois estados do Nordeste do Brasil. Também o Dicionário Aurélio indica os dois brasileirismos apontados pelo Dicionário Houaiss (2003).

Semelhante ao que ocorrera em relação a *dente do siso*, não se encontraram registros dos demais itens lexicais referentes a cambalhota nos dois dicionários com o significado de "*movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão".*

Se observarmos as respostas dadas pelos sujeitos às duas questões, verificamos que há uma série de itens lexicais apresentados nos atlas, que deveriam ser objeto de estudo.

Inicialmente, verificam-se que vários itens linguísticos utilizados pelos sujeitos não se encontram registrados nos dicionários - pilão, dentiqueira, quexá, sensivu, para *dente do siso*; bunda, bunda canastra, boldando, canga, escambona, escambota, tubi, para *cambalhota*. Isso ocorre em virtude de os atlas mostrarem efetivamente a língua falada por sujeitos em suas interações sociais, o que não ocorre com os dicionários. Por mais que tentem, os dois dicionários não conseguem resgatar os semas virtuais que expressam sentidos figurados, provenientes da dinâmica da atividade discursiva.

Dessa forma, em suas acepções, os dois dicionários buscam o registro de ocorrências, sem, entretanto, lograr apontar a variação diatópica. E quando tentam fazê-lo, a nosso ver, utilizam uma terminologia imprecisa, pois classificam itens lexicais como "brasileirismos" ou com alguma abreviatura referente a um estado ou região do Brasil, por exemplo, PR para Paraná, ou NE para Nordeste.

Considerando que muitos atlas linguísticos de estados brasileiros, o Atlas Linguístico do Brasil e os de outros países lusófonos ainda estão em andamento, como ter certeza de que um determinado item lexical é uma forma exclusiva de um

dado estado ou de um país? Como explicar o fato de um mesmo item existir em estados ou países diferentes, sem que se perceba um motivo para tal? Enfim, como explicar outros fatos da variação diatópica?

4 Conclusão

Ao longo do presente trabalho, buscamos mostrar que os atlas linguísticos não constituem apenas um retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, uma vez que repousam na atividade discursiva. Dito em outras palavras, eles vão além dos registros de itens lexicais das listas, tabelas e cartas, pois mostram a fala efetiva de sujeitos na interação social.

A partir da análise das respostas dadas por sujeitos a duas questões do questionário semântico-lexical, extraídas de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, pusemos à mostra a riqueza e complexidade da variação diatópica. Observamos que havia uma pluralidade de itens lexicais como respostas a uma dada questão, distribuídos nos vários atlas.

Na consulta a dois dicionários de língua portuguesa muito utilizados no Brasil, no ensino de língua materna, verificamos que ambos apresentavam apenas alguns desses itens lexicais. A nosso ver, como os atlas apresentam efetivamente a língua falada por sujeitos em suas interações sociais, desvelam os semas virtuais que afloram na atividade discursiva. Além disso, propõem-se a enfocar a variação da língua portuguesa falada no Brasil.

Ainda em relação aos dicionários, notamos que, quando tentavam classificar fenômenos de variação diatópica, usavam o termo “brasileirismo” ou abreviaturas referentes a algum estado ou região para se referir a um dado item lexical. Como dispomos apenas de alguns atlas de estados brasileiros, bem como dos países lusófonos, estando o Atlas Linguístico do Brasil ainda em elaboração, pode-se até afirmar que um determinado item lexical é usado em dado local, mas, em grande parte dos casos, é pouco provável que se consiga determinar sua trajetória.

Além desses elementos que o exame das respostas nos revelou, verificamos que os atlas constituem, na verdade, mananciais para outras pesquisas. Repositórios da fala de sujeitos, numa dada época, enquanto membros de comunidades localizadas em determinadas regiões, eles são o registro dos itens lexicais utilizados por aqueles segmentos sociais. Muitas vezes, como não constam de dicionários, glossários e livros, esses itens estão fadados ao desaparecimento.

Neste contexto, os atlas são documentos que contribuem efetivamente para o resgate e a preservação da língua portuguesa. Nesse sentido, são relevantes para o ensino/aprendizagem da língua portuguesa, sobretudo no tocante à elaboração e ao aperfeiçoamento de material didático.

Referências Bibliográficas:

Aguilera, Vanderci de A. (1994) *Atlas linguístico do Pa*raná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.

Aragão, Mª do S. S. de; Menezes, Cleusa P. B. de (1985) Atlas linguístico da Paraíba: v. 1: cartas léxicas e fonéticas e v. 2: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas. Brasília: UFPB/CNPq.

Brandão, Helena N. *Analisando o discurso.* Disponível em: <www.estacaodaluz.org.br>. Acesso 15 de jan. 2007.

Comitê Nacional do Projeto ALiB. (2001) *Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina.

Cristianini, Adriana C. (2007) Atlas semântico lexical da região do Grande ABC. São Paulo. 802 p. , 3 v. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ferreira, Aurélio. B. de H. (2004) *Novo dicionário Aurélio eletrônico.* Versão 5.0. Ed. rev. e atualizada. Curitiba: Positivo. 1 CD-ROM

Ferreira, Carlota. da S. et al. (1987) *Atlas linguístico de Sergipe.* Salvador, UFBa/FUNDESC.

Houaiss, A.; Villar, Mauro de S. (2003) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Imaguire, Lígia M. C. (1999) *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspetos lexicais.* 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Maingueneau, Patrick.; Maingueneau, Dominique (2006) *Dicionário de análise do discurso.* Coordenação da tradução Fabiana Comesu. São Paulo: Contexto.

Oliveira, Dercir P. de (2007) *ALMS – Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

Ribeiro, J. et al. (1977) *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais.* v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa.

Rossi, Nelson (1963) *Atlas prévio dos falares baianos.* Rio de Janeiro: INL; MEC.

Santos, Irenilde P. Dos (2008) Memória Coletiva, Geolinguística E Relações Textuais-Discursivas. (No Prelo).

Santos, Milton (1996) A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec.

51. JOSÉ MANUEL BARBOSA ÁLVARES, CLUBE DOS POETAS VIVOS [Galiza]

ALGUNS ASPETOS DA PRÉ-HISTÓRIA DA LÍNGUA

A língua galego-portuguesa é uma língua nascida na velha Gallaecia, de origem latino, mas com um substrato herdado duma língua anterior chamada polos cientistas de *Língua Galaico-Lusitana*. A filiação dessa língua substrática é discutida por muitos, mas os restos da mesma sinalam para uma possível origem céltica ou protocéltica.

Aliás, outro aspeto pouco tratado sobre a pré-história da língua é a sua situação por volta do século X quando na península o Gallaeciense Regnum era o reino cristão oposto à Espanha, também chamada de Al-Andalus. A língua do Gallaeciense Regnum é um elemento a tratar e investigar.

0. Introdução

O Reino de Portugal, e hoje a República Portuguesa, foi e é um Estado subversivo dentro da península Ibérica como tal Estado existente. Foi e é o único território fora do projeto nacional e político castelhano. Mas ainda isso ser assim, a narração dos factos históricos e linguísticos estão peneirados por uma visão que em poucas coisas se ajusta à realidade passada.

A historiografia portuguesa, assim como a linguística obviam muitas vezes que Portugal teve uma base originária no velho Gallaeciense Regnum criado pelos suevos na Gallaecia em 410-411, e foi lá onde surgira a língua que hoje é conhecida internacionalmente com o nome de "português", de base fundamentalmente latina mas também com um sustentamento substrático Galaico-Lusitano que lhe dá uma identidade acrescentada.

A maior parte das histórias da língua elaboradas tanto na Galiza como em Portugal, e ainda em outros países, começam na época das cantigas ou pouco antes, quando se tem conhecimento dos primeiros documentos escritos. Mas anteriormente, em épocas – vamos chamar-lhes - "pré-históricas" (anteriores aos primeiros documentos escritos galego-portugueses) também a língua que nos ocupa já existia de qualquer forma na vida diária dos seus utentes, forem estes galegos, portugueses ou de outros povos peninsulares.

O facto de a nossa língua ter sido usada em mais território peninsular do que atualmente, em ser usada antes das cantigas, em ter sido a língua do projeto unificador peninsular sob dirigência galaica e ainda a sua marcada personalidade atlântica e céltica (embora sendo língua de base latina) fazem da sua história e pré-história um repto à hora de reconstruirmos o seu percurso pelo tempo, bem pela sua importância que ela teve e ainda tem, bem porque nos dá conhecimento de que na península há um elemento tremendamente agressivo de signo castelhano que não se ajusta a realidade histórica sobre as origens, deturpa até onde o deixam e se pode, elimina se tiver oportunidade, com a única finalidade de ocupar todo o espaço ibérico numa Grande Castela com o falacioso nome de Espanha.

Há dous momentos na história ou pré-história da nossa língua que são fulcrais para a conformação da nossa personalidade: É o primeiro aquele no que o latim entra e se mescla com a nossa língua pré-romana conformando o que depois há de ser o galego-português; e o segundo, o momento no que o Gallaeciense Regnum hegemónico na península prepara um projeto de futuro Estado usurpado posteriormente por Castela mas de irrefutável importância tanto do ponto de vista historiográfico como do ponto de vista linguístico.

Neste trabalho vamos falar de tudo isto:

1. Momento 1º. O Galaico-Lusitano. Substrato do Galego-Português

Segundo os pre-historiadores e linguistas, a península Ibérica antes da chegada dos romanos estava conformada por várias línguas. Umas delas de origem indo-europeia, outras de origem mediterrânico.

A parte norte-ocidental corresponder-se-ia com uma língua que os cientistas denominaram com o nome de Lusitano ou como diz Ulrich Schmoll, Galaico-Lusitano por serem a Gallaecia romana e a Lusitânia originária (entendida como o berço do povo lusitano, não da província romana) a região na qual se falaria essa língua.

As provas que falam da existência deste Galaico-Lusitano estão em vários achados litográficos de época imperial romana. Ajustamos a época e deduzimos isto

último por estarem escritos com a ortografia latina. São estes achados os de Lamas de Moledo (Évora), Cabeço das Fraguas (A Guarda), Villalva de Villastar e Arroyo de la Luz (Cáceres).

O espaço que poderiam ocupar haveria que reconstruí-lo a partir, não só pela localização destas inscrições conhecidas mas também pela onomástica, a toponímia e a teonímica.

No que diz respeito são de grande ajuda os mapas elaborados pela professora Fdez-Albalat (1990: 422-427) e a opiniom de Rosa Brañas (1995: 211-253). Também nós quisemos elaborar um mapa desde a nossa modéstia.

Eis:

A língua galaico-lusitana poderia ser identificada como uma língua celta ou protocelta como nos comenta Armada Pita (1999: 260-263) mas ainda a ideia de ser a partir do conhecimento das línguas celtas donde pode ser possível a tradução dos textos conservados e/ou a compreensão dos mesmos reafirma o parentesco entre esta língua da que estamos a falar com o celta antigo.

Diz-nos a professora Fdez-Albalat (1996: 39):

"Segundo a minha opinião, estamos perante uma rama celta (possivelmente anterior à divisão entre goidels e bretões, ou bem uma terceira rama) de um tipo arcaico"

A identificação como língua celta é discutida por alguns autores argumentando que algumas palavras possuem um /p/ inicial inexistente neste grupo de línguas, tanto nas atuais como nas antigas. Mas é o professor valenciano Xaverio Ballester (1998: 65-82) quem nos diz:

"O problema na realidade não é a presença linguisticamente incorreta do /p/, mas a posição geograficamente incorreta dos lusitano. Se essa mesma documentação que possuímos para o lusitano, tivesse aparecido, por exemplo, em alguma zona próxima aos Alpes, previsivelmente a linguística indo-europeia tradicional consideraria tal documentação uma testemunha da primeira rama separada da árvore céltica, dessa fase ainda com /p/ que, por ser língua indo-europeia reconstruímos como céltica"

Atendendo ao trabalho de Robert Omnès (1998: 247-268) professor da Universidade de Brest, o galego-português tem uns importantes elementos substráticos celtas que determinariam a nossa língua como um "patois" celtolatino.

Alguns desses elementos seriam os seguintes:

Léxico:
(Ver o apêndice n.º 1 da "Gramática elemental del gallego comum" de Carvalho Calero)

Semântica:
Preferência polo verbo Ser em vez de Ter em frases possessivas do tipo:

O jardim é meu (Gal-Port)
Y mae gardd gennuf i (Galês)
Uso da forma "Levantar" ("Sevel" em bretão) com o sentido de "construir"
Levantei uma casa (Gal-Port)
Sevel eun ti (Br)

Por exemplo em francês seria "construir une maison" ou no espanhol "construir una casa"

Fonética e Fonologia

O /k/ implosivo devém num yod ante /t/ explosivo como em irlandês
NOCTEM>Noite; OCTO>Oito

Em Gal-Port os ditongos descendentes são os mais numerosos, o que se explica pelo modelo silábico céltico

Evolução dos grupos /KL/, /PL/, /FL/ iniciais: CLAMARE>Chamar; PLORARE>Chorar; FLAGRARE>Cheirar.

A metafonia que Rafael Lapesa (1991:44) identifica como celta:

TENEBAT>Tinha Mestr (Sg)/Mistri (Pl): Mestre em Bretão
MOLINUM>Moinho Bran/Brini: Corvo em Bretão
Morfossintaxe

A repartição dos géneros: Os nomes das árvores são femininas em Gal-Port e em bretão.

A cal, o labor, o nariz, o sal, o mel, o leite, o sangue, o cume...como em bretão (por exemplo em outras línguas latinas como o espanhol são palavras femininas)

A mesma forma pode ser utilizada pelo adjetivo qualificativo e o advérbio tanto em bretão como em Gal-Port

Henned a labour mad (br) (ele trabalha bem (como sinónimo de muito))
Tem bem anos (Gal-Port)
O durativo no infinitivo:
Estou a trabalhar (Gal-Port)
Rydw i'n gweithio (Galês)
Emaonn o labourad (Br)
Taim a(g) dul (estou a ir) (Irl)

O Galego-Português é a única língua romance que partilha esta caraterística com as línguas célticas.

Perguntas e respostas:

Em Gal-Port as respostas não são "sim" ou "não"
-Rapaz, tens fome? -Ydy'r bwyd yn barod?(Está o jantar pronto?) (Esc)
-Tenho! -Ydy! (Está!)

2. Alguns textos Galaico-Lusitanos

-Texto de Lamas de Moledo

"Rufinus et Tiro scripserunt: Veaminicori doenti angom lamatigom crougeai magareaigoi petranioi radom porgom ioveat Caeliobrigo".

Este texto datado já em época romana (no século I d.C.) com introdução em latim viria significar o seguinte segundo a tradução de André Pena Granha, arqueólogo galego:

"Rufino e Tiro escreveram: Os Veaminicori (conjunto de jovens solteiros em idade militar) dão um anho lamático (de Lamas de Moledo, entende-se) para o altar de Petranioi (o oficiante), um grosso porco para o Júpiter do Castro de Caelio"

-Texto da Pedra de Cabeço das Fráguas

"Oilam trebopala indi porcom laebo commaiam iccona loiminna oilam usseam trebarune indi taurom ifadem (...) reve Tre(barune)"

Texto também de finais do Império com latinismos como "Porcom" (com P inicial aparentemente não céltico) e redigido na pedra para um ritual de tipo "suovetaurília" com o fim de proteger a Treba (território político sob a influência do povo que oferece o ritual).

A sua tradução segundo Pena Granha:

"...uma ovelha para trebopala (protetora da Treba) e um porco para Laebo (divindade feminina), uma égua para a luminosa Iccona (deusa dos cavalos), uma ovelha dum ano para trebarune (a deusa protetora do país) e um touro dum ano para Reva, senhora da Treba."

3. Momento 2º. O Proto-romanço Galaico

Segundo o professor Eugênio Coseriu (1989:793-800) o latim da Gallaecia tem procedência bética e penetrou na Gallaecia através da Lusitânia. Isto gerou um latim hispânico ulterior diferente do citerior que ocuparia a Cartaginense e a Tarraconense. Este latim hispânico ulterior acabaria vendo-se determinado pela chegada do cristianismo -que levaria a cabo o seu projeto ideologizador em latim - e a criação do reino suevo, assentando-se como língua franca entre galaicos e suevos de fala germânica e dando-lhe caráter diferencial dentro dos limites dessa Gallaecia tardo-romana e proto-medieval.

Ao mesmo tempo, com a chegada dos muçulmanos à península, acrescentar-se-ia este facto, delimitando-se um território como o nome de Gallaeciense Regnum segundo as fontes historiográficas tanto andalusis, como carolíngias, papais, escandinavas, anglo-saxónicas e grande parte das peninsulares segundo nos informa o professor Lopez Carreira (2005:111-141). Esse latim hispânico ulterior da Gallaecia é denominado por Cosériu (1989:793-800) de língua galaico-asturiana; por Carvalho Calero (1983:15-27) de **Galaico**, pré-romanço galaico ou galeco, enquanto Rodrigues Lapa (1981:54) nomeá-lo-ia de **Romanço Galaico** como Carvalho.

É o professor Ricardo Carvalho quem nos comenta o facto de ser esse Galaico o proto-romanço do qual surgem inicialmente tanto o galaico ocidental ou galego-português quanto o galaico oriental ou asturo-leonês indiferenciados entre si num começo que ele identifica por volta dos séculos IX e X.

Do **Galaico**, mas do asturo-leonês neste caso, surge na sua parte mais oriental o que posteriormente seria o castelhano sob substrato basconço e importante influência navarro-aragonesa. O próprio professor espanhol Rafael Lapesa (1991: 162) reconhece que as Glosas Silenses e Emilianenses do Mosteiro Riojano de São Milhão de La Cogolla não estão num primitivo castelhano como se nos ensina habitualmente, mas num originário navarro-aragonês o qual não é em absoluto estranho se temos em conta que a Rioja é uma região originariamente basconça e navarra.

Todo o protagonismo político da Alta Idade Média lhe corresponde ao **Gallaeciense Regnum** até o momento no que Castela colhe força política e militar. A língua desse reino começa a desenvolver-se com a força que lhe dá um poder político forte e soberano e um prestígio na Europa que reconhece a Galiza como um dos três impérios do momento: O Império Bizantino, o Sacro Império Romano Germânico e o Gallaeciense Regnum segundo nos diz o Professor Mundy (1991: 40).

"in 1159 the northern annals of Cambrai spoke of three empires: the Byzantine, the German and of the Galicia (St. James of Compostela)"

Portanto os limites da língua dos galaicos nessa altura histórica seriam os limites desse Gallaeciense Regnum - que tanto negam os historiadores pró-castelhanistas - até o ponto de Roger Wright dizer (1991: 21-22):

"antes do milénio e quiçá antes do século XIII desterremos também os conceitos distópicos pouco úteis e anacrónicos tais como galego, leonês, castelhano(...); todos esses conceitos modernos estorvam à vista clara. A península (aparte dos que falavam basco, árabe, hebreu, etc.) *formava uma grande comunidade de fala, complexa, mas monolíngue"*

Mapa linguístico peninsular no Século X

Do nosso ponto de vista quiçá não monolíngues em tudo o âmbito peninsular, mas sim monolíngues no que diz respeito ao território do Gallaeciense Regnum por ser esse ***galaico*** provavelmente diferente já nesta altura do latim citerior que teria originado as falas catalano-aragonesas. Intuímos, com isto, que o complexo catalano-ocitânico provavelmente conformasse outro núcleo linguístico diferente ao do Reino Galaico.

Entre os séculos IX ao XII vai dar-se uma etapa na história da língua na que o seu uso vai ser fundamentalmente oral enquanto as formas escritas pelos letrados daquela época vão ser um jeito de latim medieval cheio de giros que havemos de reconhecer como próprios do atual galego-português. Pouco a pouco o galego-português vai ser empregue como língua normal em todas aquelas funções que uma língua tem num país normalizado e soberano sem distingos sociais. Todas as funções, exceto a internacional que é reservada para o latim.

Esta situação é também normal na Europa da altura histórica da que estamos a falar embora gere uma situação de diglossia galego/latim que não oferece obstáculos nem anormalidades no Orbe cristão europeu que se exprime basicamente em Latim como língua franca continental. É, portanto, esta língua romance a língua de todos os galegos - incluindo neste gentilício nesta altura também os portugueses e também os asturo-leoneses -, mesmo dos reis de Galiza, forem estes coroados em Compostela, Oviedo ou Leão. Os reis falavam galego e mesmo os filhos dos reis eram criados por tutores da aristocracia galega que marcavam o caráter dos futuros monarcas, marcavam a política e mesmo a diplomática da época, como nos comenta André Pena (1995:). Tal é assim que mesmo guardamos provas documentais quando ficam recolhidos os soluços do rei Afonso VI perante a morte do seu filho Sancho, herdeiro do trono, na batalha de Uclés no 1109. A língua na que chora o Rei não pode ser outra diferente da que o Monarca tinha por sua: o galego-português e não o castelhano.

Segundo nos conta S. Rico (1970: 219) numa crónica do Frei Prudêncio de Sandoval, historiador nado em Valhadolid no século XVI o Rei diz:

> *"...y en la lengua que se usaba dijo con dolor y lágrimas que quebraban el corazón:*
>
> *Ay, meu filho! Ay meu filho! Alegria do meu coraçom et lume dos meus olhos, solaz da minha velheçe! Ay espelho em que me soya veer, et com que tomava muy grand prazer! Ay meu herdeyro mor! Cavaleyros, hu me lo leixastes? Dade-me meu filho Condes!"*

Segundo Lopez Carreira (2005: 51) o vínculo originário entre o nosso idioma com o castelhano e a sua relação genética pode ficar intuído num comentário que faz este mesmo historiador castelhano do século XVII do que estamos a falar, Frei Prudêncio de Sandoval, quem numa História da Espanha redigida no século XIII e provavelmente traduzida ao galego-português no XIV diz-nos acreditando na sua antiguidade que está numa *"lengua castellana tan cerrada que parece portuguesa".*

Não é estranho, portanto que reis posteriores como Afonso o Sábio (Afonso X segundo o cômputo castelhano, mas IX segundo o cômputo galego) ou Fernando III empregassem o galego-português como língua veicular. Era a língua deles. Mas foram curiosamente estes dous últimos reis os que mudaram o sentido do projeto unificador peninsular. Dum projeto galaico passou-se a um projeto castelhano. É por isso porque a península ibérica de hoje está ocupada maioritariamente pela língua castelhana.

4. Conclusões

A história da península ibérica está contada pelo poderoso, pelo vencedor, neste caso, Castela, com uma valorização excessiva, desmesurada e por vezes irreal do castelhano face as outras línguas peninsulares, nomeadamente a nossa, o galego-português.

A falsificação na narração dos factos obedece a uma necessidade hegemonista e mesmo expansionista do projeto unificador castelhano que não hesitaria em eliminar quaisquer outras que pudessem supor concorrência ou resistência nesse projeto.

No caso de os Reis originariamente galaicos Afonso o Sábio e Fernando III não tivessem mudado a língua "oficial" dos seus reinos, provavelmente hoje a maior parte da península ibérica estaria ocupada polo galego-português. Quiçá também

sob um projeto imperial unificador tão indesejável como o castelhano, mas a realidade poderia ser essa.

Tendo em conta a importância do Gallaeciense Regnum e, portanto, da sua língua em época alto-medieval causa-nos sensação de estranheza que não sejam conhecidos documentos anteriores ao século XII. No caso de outras línguas romances como o francês ou langue d'oil existem documentos do século IX como são os Juramentos de Estrasburgo (842) ou a Sequência de Santa Eulália (881) que assentam esta língua como tal diferenciada do Latim.

Mesmo nos romanços italianos achamos os primeiros documentos em 960. Porque, portanto, o galego-português só tem textos desde finais do século XII? Quiçá dentro da luta pola hegemonia peninsular entre galego e castelhanos se chegasse ao ponto de ter-se produzido destruições de documentos antigos por razões políticas e interesses espúrios da mesma forma que temos constância de manipulações e de outras desfeitas conhecidas como é o caso do Bispo Pelayo de Oviedo, Ximenez de Rada, Lucas de Tui, e outros?

O castelhanismo historiográfico e linguístico quer fazer passar por real uma mitologia determinada para a sua língua, mas nega uma história real, mas oculta, umas vezes, evidente, mas subversiva outras, para a nossa. Isto tenciona negar a identidade galego-portuguesa com o fim de evitar reafirmações identitárias que seriam obstáculo para o seu projeto. Disso sabemos algo os galegos.

A historiografia lusitanista portuguesa tem sido uma defesa contra a agressão histórica de Castela, mas um vínculo com o galeguismo e a identificação de Portugal como o único território soberano herdeiro do velho Gallaeciense Regnum criado polo suevos em 410 abriria umas possibilidades de defesa e reforçamento do ocidente peninsular face o centro que seriam de ter em conta.

Dentro da reconstrução da história da nossa língua seria interessante incluirmos o facto de identificarmos as origens da nossa língua com o substrato galaico-lusitano vinculando-nos histórica e familiarmente com outros povos atlânticos europeus os quais nos poderiam supor um contorno parental amigo em qualquer caso e com interesses culturais (e mesmo económicos) comuns de qualquer ponto de vista. Já desde a pré-história a Galiza e Portugal conformavam um *continuum* etnolinguístico que deveria ser cultivado e acrescentado no presente e no futuro. O nosso destino desejável é em qualquer caso juntos e os nossos interesses os mesmos.

A lusofonia, ou galeguia, como foi denominado ultimamente por cientistas brasileiros, supõe mais uma porta aberta ao relacionamento galego-português com um conjunto de povos com quem partilhamos língua e que nos dá aos galegos um lugar de prestígio no mundo e a força necessária para agirmos quer contra agressões que procuram desidentificar-nos como povo, quer como forma de autoafirmação pelo facto de sermos a matriz dessa civilização formada por Portugal no transcurso da história.

É o pensamento galeguista e nomeadamente o reintegracionismo linguístico o que aos galegos nos abre essas portas para entrarmos no mundo lusófono que representa a sobrevivência do nosso ser nacional.

5. Bibliografia:

Armada Pita, X-L. (1999). Unha revisión historiográfica do celtismo galego. In "Os Celtas da Europa Atlântica Atas do I Congresso galego sobre a cultura celta". Ferrol. agosto. 1997. Ed. Concello de Ferrol.

Ballester, Xaverio. (1998-99): "*Sobre el origen de las lenguas indoeuropeas prerromanas de la Península Ibérica*" In Arse, 32/3. Conferencia pronunciada o 23/03/99 durante as XIV Jornadas de la Sociedad Española de Estudios clásicos (Valencia 22-27-III-1999) com o nome de "*La Filología clásica prerromana en España: pasado, presente, futuro*".

Brañas, Rosa. (1995). *Indíxenas e Romanos na Galicia céltica*. Ed. Libreria Follas Novas.

Carvalho Calero, R. (1983). *Da Fala e da Escrita*. Ourense. Galiza Editora. Ourense

Carvalho Calero, R. (1974). "*Gramática elemental del gallego común*". Galaxia. Vigo.

Coseriu, E. (1989): "El gallego en la história y en la actualidad" In "Atas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza". AGAL. Crunha

Garcia Fernandez-Albalat, Blanca. (1990). *Guerra y Religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Sada-Crunha. Edicións do Castro.

Lapesa, Rafael. (1991): "*Historia de la lengua española*". Madrid. Ed. Gredos. Biblioteca Románica Hispánica. 9ª Ed. Corrigida e acrescentada.

Lopez Carreira, Anselmo. (2005): "*O reino medieval de Galicia*". A Nosa Terra. Vigo

Mundy, John J. (1991): "*Europe in the High Middle Ages"*. Longman. Londres e Nova Iorque.

Omnès, Robert. (1999). "*Le substract celtique en galicien et en castillan*" In "*Les Celtes et la peninsule Iberique*". Triade nº 5. Université de la Bretagne Occidentale-Brest. pp. 247-268.

Pena Graña, A. (1985): "*O reino de Galiza na Idade Media"*. Revista Terra e Tempo 2ª época, 1,

Rico, Sebastián (1970): "*Presencia da língua galega"*. Ediciós do Castro. A Crunha, 1973, pp. 8-9 e Marcial Valladares: Elementos de Gramática gallega. Galáxia. Fundación Penzol. Vigo.

Rodrigues Lapa, M. (1981) : "*Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval*". 10ª Edição. Coimbra Editora Limitada.
Wright, R. (1991): "La enseñanza de la ortografía en la Galicia de hace mil anos". Verba, 18,

52. Mª DO CÉU FONSECA UNIVERSIDADE DE ÉVORA, [PORTUGAL]
53. Mª JOÃO MARÇALO UNIVERSIDADE DE ÉVORA, [PORTUGAL]

A TRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NA EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Universidade de Évora comemora, em 2009, os 450 da sua fundação (1559-2009). Atendendo ao papel de relevo que lhe coube no campo da linguística missionária, pretende-se, neste trabalho, percorrer alguns momentos desta diacronia, relativos à atividade da Instituição na expansão da língua portuguesa por países lusófonos.

Será contemplada a atividade gramatical que mestres e discípulos da Universidade de Évora (alguns mesmo alentejanos) desenvolveram no Oriente e no Ocidente, desde meados do século XVI, assim como a atividade do seu passado mais recente, empreendida em Angola, Brasil, Timor, e outros países onde o português é estudado e ainda em regiões lusófonas como Goa e Malaca, onde atuais docentes do Departamento de Linguística e Literatura têm desenvolvido atividades de investigação e de docência.

1. Introdução

O espaço europeu de ensino e de investigação científica na Universidade de Évora é um facto consumado. Na mesma direção da internacionalização, os órgãos de governo da Universidade de Évora têm lançado o repto, não apenas da consolidação das relações no seio dos PALOP, mas também do alargamento da cooperação ao espaço asiático das grandes potências – China, Japão e Índia –, que fazem parte da história da Universidade de Évora. "Abraçarmos este desafio não seria mais do que reatarmos com a tradição orientalista da antiga Universidade de Évora, cujos mestres chegaram ao Japão", eis o que foi uma proposta do atual Reitor Prof. Doutor Jorge Araújo (*Manifesto eleitoral*, 2005: 43), que a comemoração dos 450 anos da fundação da Universidade de Évora (1559-2009) poderá ajudar a concretizar, se para tanto for posto em relevo o que da sua história lhe confere o papel de interlocutor privilegiado. Nomes e factos dessa história não podem ser vistos apenas como um magno passivo de que se nutrem as efemérides comemorativas. Nomes e factos dessa história ligados à ação missionária da Companhia de Jesus no Oriente e Ocidente, constituem hoje um capital de mais-valias acumuladas de que se pode tirar partido para favorecer parcerias estratégicas bilaterais e a cooperação benéfica na área do ensino.

2. Universidade de Évora e expansão da língua portuguesa

Comece-se pelo princípio, que é o primeiro ciclo de existência da Universidade de Évora, fixado entre 1559 e 1759. Raramente a história se presta a periodizações *a quo* / *ad quem* tão esquadradas. Fundada em 1559, a Universidade de Évora foi então confiada à Companhia de Jesus (que desde 1553 respondia pelo ensino público da cidade no Colégio do Espírito Santo) e assim se manteve sob tutela jesuítica durante dois séculos, até à expulsão da Companhia pelo Marquês de Pombal, em 1759.

Para o assunto em apreço, dois aspetos da vigência destes duzentos anos são de ressalvar, ambos já assinalados por Augusto da Silva, s.j.: o facto de "os estudantes que frequentavam a Universidade de Évora, em princípios do séc. XVII serem, na sua maior parte, naturais de localidades situadas a sul do Tejo", em conformidade com um argumento de descentralização do ensino que fora aduzido para justificar a criação de uma segunda universidade[168]; e o facto de tais estudantes e mestres "em número considerável, terem vindo a ser missionários nas colónias portuguesas" (Silva, 1991: 14), circunstância que já inspirou o estudo do tema "Ação missionária da Universidade de Évora" (António Fernando M. Janela, *Alvoradas,* nº 14-22, 1960/62, p. 74).

[168]Entre as "Rezoens q dava o Infante [D. Henrique] pera fundar a Vniversidade", o Pe. Baltasar Teles refere a de que "*muytos do reyno do Algarve, & da Provincia do Alentejo, deyxavam de estudar por lhes ficar Coimbra muy afastada*" (1647: II, 336).

Manuel Álvares, na gramática, e Inácio Martins, na teologia, foram dos primeiros a trilhar este caminho: em 1594, é publicada, numa tipografia do Japão[169], a chamada gramática japonesa do célebre jesuíta madeirense, *De institvtione grammatica libri três. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica* (Amacusa, 1594), com um título ampliado da sua gramática latina; e ao nome de Inácio Martins (a par do de Marcos Jorge) liga-se o catecismo que foi modelo da evangelização jesuítica, a *Doctrina Christã*, traduzido em tâmul, concani e kikongo. *Dimidium facti, qui bene coepit, habet*. Os dois notáveis mestres, com larga fortuna editorial além-fronteiras, abrem o considerável elenco de personalidades (algumas alentejanas) da Universidade de Évora (cf. **Apêndice A**) que veio a envolver-se ativamente no plano do apostolado missionário que o Instituto de Loyola abraçava.

De forma indireta, através de ação diplomática, ou direta, através de produção científico pedagógica ou envolvimento em cargos eclesiásticos (caso de D. Pedro Martins, primeiro bispo do Japão), a ligação indissociável da Universidade de Évora à atividade missionária na Índia, China, Japão, Brasil e Angola marca a história do ensino jesuítico português, sobretudo no campo do precetorado da língua portuguesa e no da aprendizagem de línguas extra europeias, dois campos de ação desde a primeira hora articulados com intenções catequéticas. Reitera-se: ensino do português, por um lado, e, por outro, aprendizagem, quer das línguas que o P^e.^ Luís Fróis, primeiro historiador ocidental do Japão, qualificou de 'copiosas e abundantes de vocábulos' (Garcia, 1997: I, 416v), quer das que o P^e.^ António Vieira epitetou de "bárbaras e incógnitas" (1959: V, 382), referindo-se às ágrafas do Novo Mundo.

A necessidade de intérpretes e, por outro lado, as notícias carreadas pelos missionários sobre o poderoso meio de catequismo que era falar a língua indígena, condicionaram a política educativa ultramarina a agir nestas duas frentes, como medida profilática e europeísta de instaurar a comunicação para depois melhor se exercer o magistério. É disso elucidativo o testemunho do missionário P^e.^ Belchior Nunes Barreto (1520-1571*): "Hos que himos pera o Japão avemos de ter muyto cuidado de saber muito bem a limgoa, porque hé gramde meo [pera] – asi nós como os Padres que de Portugal vierem pera o Japão – poder muito fructifiquar, damdo-nos Deus Nosso Senhor aquella graça e espiritu que pera a empreza que nos imvia se requere"* (*apud* Wicki, 1948: III, 137). Longe de progredirem à margem uma da outra, as trajetórias das duas frentes confluíram no processo de sistematização gramatical das línguas extra-europeias – em gramáticas, vocabulários e catecismos –, primeiro agenciado no plano do apostolado da língua materna, mais tarde, passada a época mental da cruzada, valorizado *de per si* no quadro das atividades de missionários jesuítas (e demais ordens).

3. Atividade linguística

Foi no século XVII que se consolidou o momento decisivo da elaboração dos instrumentos pedagógicos destinados a fixar o uso das línguas de territórios do Oriente e do Ocidente, dispositivos de aprendizagem que foram as gramáticas e artes, os vocabulários e dicionários. Precedem-nos um primeiro momento editorial do género, por volta de meados do século XVI, a que pertencem os catecismos e cartilhas (ou cartinhas[170]), que, escritos nos próprios idiomas locais utilizados na missionação, permitiam pregar aos nativos na sua língua e, supletivamente, alfabetizá-los no português[171]. Impressas umas e deixadas outras manuscritas, estas obras, de que os missionários foram promotores, começam a surgir no momento em que a política de expansão e difusão da língua portuguesa se vê reforçada pela ação dos agentes de ensino em prol da aprendizagem de línguas orientais e ameríndias.

[169]Note-se que o estabelecimento da imprensa na Índia portuguesa (Goa) ocorreu em 1556. Cerca de três décadas mais tarde, missionários jesuítas levaram a imprensa europeia para Macau e, em 1590, foi transferida para Cancuza, Amacusa e Nagasáqui

[170]Segundo Mª Cândida Drumond Mendes Barros, "As 'cartinhas' eram uma versão reduzida de um catecismo ao reproduzirem as fórmulas orais obrigatórias da Igreja, como orações em português e latim (…). As cartinhas se diferenciavam de um catecismo por conter o alfabeto. A combinação de método de leitura e texto doutrinário define esse tipo de obra como um 'livro de exercitação de leitura com conteúdo moralizador'" (2003: 37).

[171]A sua precedência aos outros instrumentos pedagógicos, gramáticas e dicionários, não é fruto do acaso. As seguintes observações de Justino Mendes de Almeida relativas ao português valem também para outras línguas: "Pedagogicamente incipientes [as obras do tipo das cartinhas], continham na língua cristã os princípios fundamentais da cristã doutrina. Foram elas, sem dúvida, o início dessa ação nobilitante de expansão do nosso idioma. Seguiram-se-lhe, gradualmente, novos instrumentos linguísticos, entre os quais sobressaem os vocabulários e dicionários, os quais pressupõem desde logo um estádio mais avançado no conhecimento da língua" (1982: 550).

Ao nível do ensino gramatical, a Universidade de Évora sai favorecida com vários nomes. Comece-se pelo precetorado da língua portuguesa. Na medida em que tal ensino estava cometido a um grupo de missionários multinacionais do mundo católico, cuja língua franca era o latim, tornava-se imperativo facultar-lhes o acesso a textos gramaticais acomodados ao idioma culto internacional. Compreende-se assim que o estimado gramático da Universidade de Évora Bento Pereira, que aí, porém, regeu filosofia e teologia, tenha escrito em latim uma gramática da língua portuguesa, a *Ars grammatica pro lingva lvsitana addiscenda* (Leão, 1672), que, podendo servir aos "domesticis", visava diretamente acautelar o ensino do português às nações estrangeiras: "meus iste liber nuncupatur *Ars grammaticae* pro lusitanorum língua ab exteris nationibus addiscenda" (Pereira, 1672: a4). No prefácio "Ad lectorum", de que se apresenta tradução portuguesa no **Apêndice B**[172], o autor nomeia, quer os mercadores, agentes de intercâmbio linguístico, quer os missionários, agentes de alfabetização, os quais, facilitando-se-lhes a aprendizagem da língua portuguesa, assegurariam as suas refrações culturais.

No contexto da hegemonia do latim, destaca-se ainda o jesuíta madeirense Manuel Álvares, cuja célebre *Ars grammatica*, que alimentou muitas gerações de estudantes, fornecia métodos para a gramaticalização das línguas extra-europeias, como vinha acontecendo para os vernáculos europeus (ou línguas vulgares). O exclusivismo da gramática latina alvaresiana como livro único seguido nos colégios dos jesuítas, aquém e além-fronteiras da Europa, justifica que uma sua versão ampliada com a declaração japonesa, como acima se referiu, tivesse surgido da parte de um ou de vários religiosos do colégio de Amacusa.

Desta raríssima obra, cujos dois únicos exemplares conhecidos pertencem à Biblioteca Pública de Évora e à Biblioteca Angélica de Roma, as notícias dão-na, ou apenas como mais uma edição da gramática latina do P^e.^ Manuel Álvares, ou como a sua edição japonesa, embora a tradução se restrinja à conjugação verbal. A obra parece corresponder ao desejo de pôr ao alcance do leitor, reunidos num só volume manuseável, as regras da gramática latina, que por metonímia passou para os três livros *De Etymologia*, *De Syntaxi* e *De Prosodia* da arte de Manuel Álvares, e princípios da gramática japonesa, no caso, "De verborvm conivgatione" (1594: 12v), a partir da tradução de parte da matéria relativa à etimologia.

No âmbito da conjuntura editorial que a gramática do célebre mestre da Universidade de Évora alimentou durante vários séculos, é esta obra uma das suas versões produzida fora da Europa, com ampliação dos paradigmas das várias conjugações latina e portuguesa em mais uma terceira coluna para a tradução japonesa (cf. Fonseca, 2006: 222 e ss.). As línguas orientais, nomeadamente chinês e anamita, ligam-se, também, respetivamente, os nomes de Álvaro Semedo e Gaspar do Amaral, ambos discípulos da Universidade de Évora e ambos referenciados como autores de dicionários. A obra *Relação da grande monarquia da China*, de Álvaro Semedo, que, antes de impressa em português, saiu em espanhol, italiano, francês e inglês, teve mais sorte editorial que os seus dois dicionários manuscritos de português-chinês e chinês-português.

Embora de autoria comprovada em vários registos bibliográficos[173], desconhece-se a sorte que levaram, como se desconhece também o paradeiro de um dicionário da língua anamita atribuído a Gaspar do Amaral (em coautoria com o padre António Barbosa). Mas a sua notoriedade entre os "Portuguese Pioneers of Vietnamese Linguistics" (Jacques, 2002: 38) advém de obra mais conhecida. O dicionário de anamita-português-latim, *Dictionarivm annamiticvm lvsitanvm et latinvm* (Roma, 1651), publicado sob a autoria do jesuíta francês Alexandre de Rhodes (1591-1660), terá sido elaborado, segundo tudo leva a crer, com a colaboração dos padres Gaspar do Amaral e António Barbosa. Muito provavelmente, a redação da parte anamita e da parte portuguesa deste dicionário trilingue terá ficado por conta dos dois mencionados jesuítas portugueses, segundo as informações do preâmbulo "Ad lectorem", assinado por Alexandre de Rhodes:

> *For this work, besides what I have learned from the natives during the almost twelve years I have lived in these regions, both in Cochinchins and in Tonkin, and by listening from the beginning to the teachings of Father Francisco de Pina – he was a Portuguese member of our little Society of Jesus, and a true master of the language, the very first among us to*

[172]Agradece-se esta tradução ao Dr. Edson Ferreira Martins, doutorando em Linguística da Universidade de Évora e docente da Universidade Federal de Viçosa (Brasil).

[173]Entre outros, veja-se, por exemplo: "P. Alvarez Semedo (…) prepared a dictionary both Chinese-Portuguese and Portuguese-Chinese, but death prevented him from finishing it and it was never printed" (Couling, 1991: 302).

achieve a deep knowledge of this language and the first who could make use of it to preach – I drew mainly upon the works of Fathers Gaspar do Amaral and António Barbosa, who each composed a dictionary, the first starting with the Annamite language and the latter with Portuguese (trad. de Jacques, 2002: 12, n. 5).

Com Francisco de Pina à frente, pela antiguidade no tempo, os três missionários portugueses nomeados por Alexandre de Rhodes, terão sido destacados mestres de anamita, decerto com responsabilidades no processo de romanização linguística então operado no sistema de escrita chinesa.

Quanto ao envolvimento da Universidade de Évora na missionação do Brasil, onde a atividade linguística muito se distinguiu da empreendida no Oriente, por se tratarem de dois espaços de missionação histórica e culturalmente diferentes, cabe ao alentejano Luís Figueira um lugar cimeiro, graças à sua *Arte da lingva brazilica* (Lisboa, 1621). Os vinte e seis anos que a separam da primeira gramática do tupi, da autoria de José de Anchieta (*Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, 1595), são também mensuráveis em distância epistemológica, já que a obra deste discípulo da Universidade de Évora é didaticamente mais estimável que a sua primogénita. Não sofrem dúvidas os termos em que o Superior Manuel Cardoso assina a "Aprovaçam" desta gramática: *"& se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua brasílica costumaõ ter: naõ obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta, & confusa, como todos experimentamos*" (Figueira, 1687).

4. Dados sobre o presente da Universidade de Évora

Reservando para outro momento considerações mais desenvolvidas, adiantem-se alguns breves dados. Como se referiu no ponto 1, a Universidade de Évora, na atualidade, continua fortemente empenhada no fortalecimento das relações com os países de língua oficial portuguesa, bem como todos os interessados no estudo da língua, literatura e cultura portuguesas. Disso é testemunho a criação institucional de um comissariado para as relações com os PALOP, Timor-Leste e Brasil – atualmente a cargo do Prof. Doutor Diogo Figueiredo - , bem como os muitos convénios de cooperação que têm vindo a ser firmados com universidades daqueles países.

Acresce a atividade que, no âmbito da difusão e estudo da língua portuguesa, tem vindo a ser empreendida no seio do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Mencione-se, a título de exemplo, as várias missões de ensino de docentes da U. Évora, integradas no programa de apoio ao desenvolvimento da República de Timor-Leste, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), das quais se destaca a participação na Licenciatura em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade de Timor-Leste em cooperação com o Instituto Camões. Paralelamente, são desenvolvidas atividades de investigação no Brasil e em países do Oriente, nomeadamente na Índia (Estado de Goa). Quanto ao Brasil, merece relevo o recente I Simpósio Mundial de Estudos em Língua Portuguesa, coorganizado pelas Universidades de São Paulo (USP), Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Universidade de Évora, com a presença de mais de um milhar de investigadores de todo o mundo (São Paulo, 1 a 5 de setembro de 2008).

A existência de vários convénios com universidades brasileiras e africanas permite, entre outras atividades, a presença de mestrandos e doutorandos oriundos destes países, que na Universidade de Évora, cursam estudos de Língua Portuguesa, facto também testemunho da dinâmica que a Universidade tem vindo a imprimir neste domínio de investigação.

Referências bibliográficas

Almeida, Justino Mendes de (1982) "Missionação e difusão da língua portuguesa no mundo"" in *Presença de Portugal no Mundo*, 549-554, Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Álvares, Manuel (1594). De institvtione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica, In Collegio Amacvsensi Societatis Iesv.

Barros, Mª Cândida Drumond Mendes (2003) "Notas sobre os catecismos em línguas vernáculas das colónias portuguesas (séculos XVI-XVII)" in *Iberomania* vol. 57-1, 27-63.

Couling, Samuel (1991) *The encyclopaedia sinica*, Hong Kong: Oxford University.

Fonseca, Mª do Céu (2006) Historiografia linguística portuguesa e missionária. Preposições e posposições no séc. XVII, Lisboa: Colibri.

Garcia, José Manuel (dir.) (1997) Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreuerão dos reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des de anno de 1549 atè o de 1580, 2 vols., Ed. Fac-similada, Maia: Castoliva Editora.

Gomes, João Pereira (1960). Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1759, Évora.

Guerra, Mª Luísa (2005) A Universidade de Évora: mestres e discípulos notáveis (séc. XVI ~ séc. XVIII), Évora.

Jacques, Roland (2002). Portuguese pioneers of vietnamese linguistics / Pionniers portugais de la linguistique vietnamienne, Bangkok: Orchid Press.

Machado, Diogo Barbosa (1965-1967), *Bibliotheca lusitana*, 4 vols, Coimbra: Atlântida Editora.

Pereira, Bento (1672) *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda*, Lvgdvni: Sumptibus Lavrentii Anisson.

Rodrigues, Francisco (1917) *A formação intellectual do jesuita*, Porto: Liv. Magalhães & Moniz.

Silva, Augusto da (1991) "A segunda universidade portuguesa. A Universidade de Évora" in *Anais da Universidade de Évora* vol. 1, 13-31.

Teles, Baltasar (1647) *Chronica da Companhia de Iesv na provincia de Portugal* 2ª Parte, Lisboa: Paulo Craesbeeck.

Sousa, Francisco de (1978) *Oriente conquistado a Jesus Cristo*, Porto: Lello & Irmão.

Veloso, José Mª de Queiroz (1949) A Universidade de Évora. Elementos para a sua história, Lisboa.

Vieira, António (1959) *Sermões*, vols. I-XV, Porto: Lello & Irmão.

Wicki, José (1948-1988) *Documenta Indica*, vols. I-XVIII, Monumenta Historica Societatis Iesu, Roma.

APÊNDICE A
Personalidades da Universidade de Évora ligadas à atividade missionária, 1559-1759 (área das humanidades)

Afonso Mendes (1579-1656)

Alentejano, natural de Borba, recebeu a borla doutoral em Teologia na Universidade de Évora e aí regeu Escritura. Dele faz ilustre memória o Pe. Baltasar Teles na obra *História geral da Ethiopia*, que transcreve diversas cartas de Dom Afonso Mendes sobre as suas atividades apostólicas na missão da Etiópia, para onde fora ordenado como Patriarca. Muitas destas cartas manuscritas de D. Afonso Mendes, com relatos da pregação do evangelho na Etiópia, testemunhos das missões na Índia, notícias sobre a vida monástica no Oriente, instituidores e pregadores, podem ler-se na "Coleção das cartas anuais das Missões da Etiópia, pertencente ao Arquivo Distrital de Braga.

Álvaro Semedo (1585-1658)

Natural de Nisa, estudou Filosofia na Universidade de Évora e no Colégio de Goa.

A sua *Relação da propagação da fé no reyno da China e outros adjacentes* é o título original da obra que, traduzida em várias línguas, saiu em português com o nome *Relação da grande monarquia da China*. Sobre a obra lexicográfica deste Autor escreveu Francisco Rodrigues: "*Dois vocabularios copiosissimos um chinês-português e outro português-chinês compô-los o grande missionario Álvaro Semedo; mas nenhum delles, pela morte do auctor, logrou a boa sorte de vir á luz" (1917: 363).*

António de Magalhães (1591- …)

Mestre de Filosofia e de Teologia na Universidade de Évora, onde também se doutorou, os registos biográficos apresentam-no como professor de Teologia no Colégio de São Paulo de Goa.

António Francisco Cardim (1596-1659)

Nasceu em Viana do Alentejo, professou na Companhia de Jesus em Évora, e veio a falecer em Macau, depois de intenso apostolado no Oriente. Além da atividade de missionação, a sua extensa obra sobre o apostolado jesuítico no Oriente tem o valor de fonte histórica. Entre a abundante literatura de missionação escrita em português desde finais do século XVI e intensamente durante o XVII, figura o nome deste sacerdote jesuíta, que, a par de autores como Luís Fróis, João de Lucena ou Francisco de Sousa, registou em cartas, relações e relatos de viagem a gesta da Companhia de Jesus na China e Japão.

Baltazar Teles (1595-1675)

Mestre de retórica na Universidade de Évora (e noutros colégios da Companhia), de quem fez agradecida memória o discípulo D. Francisco Manuel de Melo, é autor de textos de importância maior: *História geral da Ethiopia a Alta ou Abassia do Preste Ioam e do que nela obraram os padres da Companhia de Jesus* (Coimbra, 1660), elaborada a partir de textos anteriores e de testemunhos de quem participou na missão etíope; *Chronica da Companhia de Iesv na provincia de Portugal* (Lisboa, 1645-1647).

Bento Pereira (1605-1681)

Natural de Borba, estudou e regeu várias matérias na Universidade de Évora, cidade onde viria a falecer. Foi notável cultor das línguas latina e portuguesa, com intensa atividade linguística no campo da lexicografia (veja-se a *Prosodia in vocabvlarivm trilingve latinvm, lvsitanicvm, et hispanicum digesta*, [Évora, 1634] e as suas várias edições eborenses), no da ortografia (*Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia* [Lisboa, 1666]) e no da gramática (*Ars grammatica pro lingva lvsitana addiscenda* [Leão, 1672]). Estas variadas facetas,

cada uma valorizada *de per si*, conferem também unidade à atividade pedagógica do mestre do Colégio do Espírito Santo de Évora.

Fernão Guerreiro (1550-1617)

Almodovarense de nascimento e estudante da Universidade de Évora, o Pe. Fernão Guerreiro, que missionou por vários anos em Portugal e nas Ilhas, deixou registada a gesta dos seus irmãos de ofício em 5 volumes de *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e do Brasil nos anos de 1600 a 1609* (Évora / Lisboa, 1603-1611). Aqui está patente, em diversos momentos, a preocupação com a aprendizagem das línguas autóctones, que decorria da própria atividade de missionação.

Francisco Barreto (1608-1663)

Nasceu em Montemor-o-Novo e recebeu a roupeta da Companhia de Jesus no Colégio do Espírito Santo, em Évora. Conhecido por "missionário do Malabar" (como, aliás, outros irmãos de ofício), publicou em italiano, em 1645, uma *Relação da Província do Malabar*, depois traduzida em francês.

Francisco Botelho (1648-1707)

De estudante da Universidade de Évora, passou a mestre de Filosofia e Teologia na mesma Universidade. Toda a sua atividade missionária foi desenvolvida no Brasil.

Francisco Dias (1575-1613)

Natural da região Alentejo (Vale do Peso, Crato), foi estudante e mestre na Universidade de Évora. Na Índia, teve iguais funções de lente no Colégio de São Paulo de Goa, onde faleceu.

Francisco Ferreira (1591-1649)

Aluno e mestre na Universidade de Évora, faleceu em Goa, onde missionou.

Francisco Garcia (1580-1659)

Natural da região Alentejo (Alter do Chão) e estudante da Universidade de Évora, esteve ligado ao Padroado no Oriente como reitor dos colégios de Baçaim e de São Paulo de Goa, e como arcebispo de Cranganor.

Gaspar Afonso (… -1618)

Natural de Serpa, ditou Teologia na Universidade de Évora durante vários anos. A Relação da viagem e sucesso que teve a nau S. Francisco em que ia por capitão Vasco da Fonseca na armada que foi para a Índia no ano de 1596 deste missionário navegador, que faz parte de um género peculiar da literatura de viagens – os relatos de naufrágios –, é a narração de uma atribulada viagem que, com destino à Índia, terminou nas "Índias de Colombo".

Gaspar do Amaral (1592-1645)

Estudou Teologia na Universidade de Évora e desenvolveu notável ação apostólica no Oriente, nomeadamente, em Macau, Japão, China e Cochinchina, onde terá elaborado, com António Barbosa, o *Diccionario da lingua annamitica* (cf. Machado, 1966: II, 332). Este dicionário, hoje desconhecido, corresponderá às versões portuguesa e anamita do famoso trilingue *Dictionarivm annamiticvm lvsitanvm et latinvm* (Roma, 1651), dicionário a três mãos, supondo que ao jesuíta francês Alexandre de Rhodes coube o acrescento da parte latina.

Inácio Martins (1531-1598)

Doutor em Teologia pela Universidade de Évora, tornou-se uma figura popular pela sua famosa *Cartilha*, conjunto de aditamentos ao catecismo *Doutrina cristã* do Pe. Marcos Jorge, cuja difusão nos domínios do padroado português ocorreu desde a segunda metade do século XVI e durante todo o primeiro meio do XVII.

Jerónimo Rodrigues (… - …)

Natural de Montemor-o-Novo, regeu Latim na Universidade de Évora. Missionário no Oriente (Japão, Tidor, Macau) durante a segunda metade do século XVI, tendo falecido em Macau, é-lhe atribuída a autoria de um catecismo malaio*: "& para instruir a todos compoz o Padre [Jeronymo Rodriguez] à imitação de S. Francisco Xavier hũa breve declaração da doutrina na lingua Malaya (…) e foi grande o fruto, que resultou desta obra" (Sousa, 1978: 1106)*.

João Cortês (1714-1784)

Natural da região Alentejo (S. Vicente, Elvas), foi aluno e mestre na Universidade de Évora, tendo exercido atividade apostólica no Brasil.

João de Brito, São (1647-1693)

Fez estudos em Évora e Coimbra.

É uma figura emblemática da evangelização jesuítica, cujos sacrifícios, tribulações e martírio lhe conferiram o epíteto de "o Francisco Xavier português".

João de Lucena (1550-1600)

Mestre de Filosofia na Universidade de Évora, é tido por clássico da literatura portuguesa, autoridade citada por Bento Pereira no seu *Thesovro da lingoa portvgvesa* (Lisboa, 1647), sob a rubrica *"Avthores portvgveses, os qvaes todos se leram pera fazer este Vocabulario".* A sua *História da vida do Pe. Francisco Xavier e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesus*, traduzida em várias línguas, tem servido de fonte ao estudo da missionação portuguesa no Oriente.

Luís Figueira (1585-1643)

Natural de Almodôvar e estudante da Universidade de Évora, é uma figura incontornável dos estudos linguísticos do tupi. A sua *Arte da lingva brazilica* (Lisboa, 1621) foi re-editada na segunda metade do século XVII, em 1687, alterado o título para *Arte de grammatica da lingua brasilica*, o que sugere o seu efetivo trânsito escolar. A licença de impressão da gramática de Luís Figueira (edição de 1687) foi assinada pelo Provincial Alexandre de Gusmão, que anuncia *"emendas, & additamentos", confirmados na aprovação de Lourenço Cardoso, mestre da língua tupi*: *"vi esta emenda dos erros que a impressão causou na Arte da lingua brasilica do Padre Luis Figueira de nossa Companhia: & achei estar no verdadeiro estilo da lingua brasilica, & com mais clareza tudo o emendado".*

Manuel Álvares (1526-1583)

Mestre de gramática na Universidade de Évora, cidade onde viria a falecer, pode considerar-se o mais célebre gramático português da língua latina, cuja obra *De institvtione grammatica libri três* (Lisboa, 1572) constituiu o regimento dos estudos latinos no período em que a disciplina pedagógica dos jesuítas se encontrava mais fortalecida e exclusivista. Com centenas de edições e uma legião de comentadores, glosadores e reformuladores, que ficaram conhecidos por "alvaristas", esta gramática foi parcialmente traduzida em japonês em 1594 (*De institvtione grammatica libri três. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica*) para uso dos missionários do Japão.

Manuel Soares (1596-1654)

Natural de Elvas, professou na Companhia de Jesus, em Évora, cidade onde veio também a falecer. O nome deste inaciano aparece ligado à obra catequística em África, nomeadamente como mestre do Colégio dos Jesuítas de Luanda.

Pedro Martins (1541-1598)

Mestre de Teologia na Universidade de Évora, missionou no Oriente, onde foi superior provincial e bispo do Japão.

Rodrigo de Figueiredo (… -1642)

Natural de Coruche, cursou Filosofia na Universidade de Évora e missionou na Índia e China. Atribuem-lhe os registos biográficos autoridade na língua chinesa.

APÊNDICE B

Ao leitor[174]:

Eis aqui, cândido leitor, [a obra] que, em outro tempo, ainda jovem, antes dos trinta anos, compus como Prosódia, e que recentemente, já com sessenta e três anos, denominei Gramática da Língua Portuguesa, que te ofereço para que aprendas — caso sejas estrangeiro —, ou para que te corrijas — caso sejas português[175].

A força que me levou a realizar a primeira obra é a mesma que me impeliu a [elaborar] esta. Impelido por ela, eu, que sempre ardi de amor por minha nação, entristecia-me deveras porque, enquanto quase todas as nações da Europa fossem já ricas em dicionários, só a nação portuguesa — que é fértil tanto na prática da guerra, como na da literatura — trabalhasse na falta daqueles e que, por conseguinte, nossa língua, que é certamente riquíssima de palavras, fosse julgada de maneira desonrosa como pobre.

[174]Tradução portuguesa do prefácio "Ad lectorum" de *Ars grammatica pro lingva lvsitana addiscenda* (Leão, 1672), de Bento Pereira.

[175]No original, o adjetivo usado *é domesticus.*

Verdadeiramente com o amor da pátria em mim, não deixando que a idade me arrefeça, senão que mais e mais me inflame, nestes últimos tempos, em que vejo Portugal de boa vontade repousar na paz, depois de ter guerreado venturosamente, e a relacionar-se com todas as nações que estão sob o céu, e o nome de Cristo ser louvado, muito lastimei faltar aos portugueses a arte[176] em que proponham aos estrangeiros aprender a sua língua.

De facto, é de se esperar um máximo proveito em assuntos espirituais e mundanos[177], pela facilidade de se aprender a nossa língua; para que os mercadores nos enriqueçam com seus meios e por nós sejam enriquecidos; para que cheguem até os confins da Terra os pregadores e o Império Português, e enriqueçam as nações bárbaras com os bens espirituais do Evangelho.

Às repetidas preces dos amigos, graças às quais não desanimei, juntou-se a interseção do nosso Reverendo Pai Todo-Poderoso, a quem foi necessário dar as mãos.

Devo confessar ter tido parte nesta obra, [de modo] não apenas importante, mas também especial, o Doutor Padre Emanuel Luís, de nossa Sociedade, que, como é do seu costume, com ferventíssimo zelo por toda a nossa Sociedade e pelo crescimento de todo o Portugal, mandou-me muitos e ótimos documentos, que certamente não estão longe das insignes obras sacras e humanas do Doutor.

Confesso também que, me propondo [a elaborar] esta obra, duas coisas, contrárias entre si, pudessem ter-me dissuadido: a saber, a dificuldade e a facilidade.

Com efeito, creio que postular regras corretas de falar a outra nação é tão difícil quanto fácil é apontar aquelas que se afastam do que é correto. Em verdade, se até os mais experientes, em se lhes dando normas, podem errar, que os inexperientes e, mais ainda, os meninos de sete anos, possam perceber seus erros na língua materna e escarnecer deles.

Decidi, entretanto, ousar, com amor pela pátria e pelo que é bom, desviando-me de qualquer medo de desonra. Advertido disso, douto e sincero leitor, gostaria que acrescentasses o que entendas estar faltando; que corrigisses o que julgares errado; e que perdoes a este sincero e inocente autor.

Adeus.

[176]Entendida aqui como *ars grammaticae*.

[177]*Temporalibus*, no original.

54. Mª D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ / UESC. – BAHIA/BRASIL

55. GISANE SOUZA SANTANA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ / UESC. – BAHIA/BRASIL

UMA LÍNGUA, VÁRIAS CULTURAS: DIÁLOGOS CULTURAIS NA LITERATURA DE JORGE AMADO.

No início vieram os tropeiros
Foram formando suas tendas [...]
Depois vieram os cangaceiros, os coronéis,
os retirantes e os posseiros
Plantando vida, fazendo história,
Colonizando o que tornou-se a gênese do lugar
Jorge Amado

1. Eu vou contar uma história, uma história de espantar...

Nos tempos áureos da lavoura cacaueira do Sul da Bahia construiu-se um imaginário que fomentou um discurso e um processo de identificação cultural de um povo, a *nação grapiúna.*

Contribui para a efetivação deste projeto identitário a literatura da Região do Sul da Bahia, também conhecida como Literatura do Cacau, que estabelecendo por temáticas as terras, o jagunço, o coronel e a *civilização* do cacau, figura um conjunto de obras e escritores como representantes do espírito do povo grapiúna dos tempos do cacau.

Situa-se nesses contextos a prosa de Jorge Amado, tornando as histórias sobre a nação grapiúna conhecidas através de várias obras: *Cacau, Terras dos sem fim, São Jorge dos Ilhéus, Gabriela, Cravo e canela e Tocaia Grande, Menino grapiúna,* Jorge Amado tem seu discurso autorizado, em que parte da história cultural dessas terras é representada pelo discurso da prosa ficcional amadiana. A ficção passa a ser a história e um dos elementos de identificação dos habitantes da Região do cacau.

Assim, literatura adquire o *status* de representação identitária cujo funcionamento age como fonte de significados e suscita a abordagem dos aspetos culturais da sociedade a que se refere. A partir dessa abordagem pode-se inferir que a construção de traços característicos que compõem as identidades são provenientes das representações que abarcam e sintetizam os elementos da cultura. Isso reforça também a ideia de que a nação é uma comunidade simbólica. Este trabalho se volta para a questão da *identidade cultural* (HALL. 1999).

Busca-se mostrar a construção ficcional da Nação grapiúna no romance *Terras do Sem fim,* obra do ciclo do Cacau de Jorge Amado.

Para isso, procede-se como recorte de leitura: a interação entre as múltiplas vozes sociais, a polifonia, vislumbrada na voz dos personagens e do narrador, na ideia dos espaços mítico e histórico das *Terras do sem fim*.

Com a finalidade de penetrar no universo discursivo e ideológico, o fulcro teórico deste artigo serão os estudos teóricos de: Bakhtin, 1988; Benveniste, 1988; Bhabha, 2003; Hall, 1999; Canclini, 2000, para serem trabalhados os conceitos *discurso, identidade cultural e operadores argumentativos no* intuito de estabelecer uma relação entre língua e cultura.

A literatura pode travar um diálogo interdisciplinar com outras formas de interpretação da linguagem e com outros ramos das ciências humanas, como a Semântica da Enunciação, a história, a Antropologia, a Sociologia. Entretanto, este trabalho não trata somente da perspetiva interdisciplinar, mas de uma (re) leitura da própria linguagem literária enquanto signo ideológico e representativo da realidade sociocultural da Região Sul da Bahia.

Assim, este trabalho aparece como uma oportunidade de articular literatura e análise discursiva – na concepção bakhtiniana – buscando agregar faces de um mesmo universo simbólico e significativo que é a linguagem. A abordagem discursiva dialógica fornecerá, possivelmente, várias possibilidades de leitura do texto literário, *Terras do sem fim*.

Neste romance, tem-se um conjunto de vozes sociais e formações discursivas que dialogam interdiscursivamente na estrutura da narrativa, ora configurando-se como uma monofonia, ora como uma estratégia de polifonia de vozes, de acordo com o sentido ideológico empreendido pelo autor, Jorge Amado.

2. A obra

A Literatura do Cacau, presente na prosa de Jorge Amado na trilogia – *Cacau, Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus*, tem como proposta contar a história da formação da Nação grapiúna durante o período do apogeu e declínio da monocultura cacaueira. Como delimitação do presente trabalho, procurar-se-á fixar a leitura no romance Terras do Sem Fim[178]. Neste, narra-se a história das lutas dos desbravadores da terra centrada na rivalidade do clã dos Badarós e do coronel Horácio da Silveira, pela conquista e posse das matas de Sequeiro Grande.

Considerada a melhor extensão para o cultivo do cacau, a Mata do Sequeiro Grande era o centro de cobiça e maldição dos exploradores, pois certamente quem a dominasse possuiria o poder político e econômico das terras do cacau. Personificada como uma mulher, o narrador compara a mata a uma virgem nunca antes conquistada, uma deusa que poderia continuar no seu mais profundo sono não fosse a ambição dos homens.

Assim, no intuito de se preservar da exploração humana, a mata guardava inúmeros mistérios, histórias e lendas. Segundo prosadores, velhas contadoras de histórias, nela habitavam personagens lendárias como o lobisomem, a caipora, mula de padre e o boitatá. Em meio a essas lutas, mortes e histórias de imaginação popular, cresce a monocultura cacaueira, fortalecida pelo desenvolvimento do comércio de exportação como também, nascem os primeiros núcleos formadores da nação Grapiúna.

O sistema social das terras grapiúnas, descrito no romance, é dominado pelo patriarcalismo. Neste predomina a estrutura social da grande família, na qual viviam todos em um mesmo ambiente, cabendo ao grande patriarca a posição de chefe e administrador dos bens e das decisões da família. No entanto,

[178]A partir deste momento T.S.F

as funções do patriarca transcendiam os limites do âmbito familiar. Afinal, o coronel era o grande patriarca, a voz que prevalecia neste sistema social, representada seja na figura de Sinhô Badaró ou na de Horácio da Silveira dispõe de um certo privilégio, pois ele possui um filho homem como sucessor dos bens e da posição de chefe da família:

> *- Quando o menino crescer – sempre chamava o filho de 'menino' – ele há de encontrar tudo isso aqui cheio de roça. Todo cultivado... Ficou mais algum tempo calado, por fim concluiu:*
>
> *- Meu filho não vai viver socado nas brenhas como a gente. Vou meter ele na política. Vai ser deputado e governador. Para isso é que eu faço dinheiro* (AMADO: 1987,62)

Além de apresentar uma fala impregnada pelos conceitos do paternalismo, a importância concedida ao filho do sexo masculino é formalmente marcada no texto. Isto porque, em sua formação discursiva, o personagem Horácio da Silveira identifica o filho apenas pelo substantivo "menino", a este não é atribuído um nome ou qualquer sentimento de afetividade.

Na intrusão da voz do narrador confirma-se tal afirmação, pois o mesmo utiliza um dêitico – o advérbio de tempo sempre – introduzindo o pressuposto de que era assim que Horácio *nomeava* o filho. O futuro deste já se encontra determinado pelo pai como seu continuador. Salienta-se, aqui, este ponto por ser relevante no sistema patriarcal – a sucessão pelo primogênito – pois é o filho, do sexo masculino, quem confirma o homem (o pai).

Os Badarós, ao contrário, tinham essa esperança somente em uma terceira geração, os filhos de Don'Ana: "Na hora que os recém-chegados foram se recolher, pela madrugada, Juca Badaró segurou a sobrinha e o amigo, recomendou-lhes rindo: - Quero um menino hein! Um badaró de lei!" (AMADO, 1987: p. 250).

A mulher, dentro dessa estrutura patriarcal é, por conseguinte, relegada ao silêncio. Prevalece o discurso masculino, vislumbrado na apresentação da natureza feminina sob vários estereótipos. Esses a qualificam ora como a santa, a mulher sensível e dona de casa submissa, ou a pecadora (Margot e as três irmãs prostitutas – Mª, Lúcia e Violeta), conforme os papéis sociais atribuídos a mulher no cenário local.

3. A terra adubada com sangue

O lugar do discurso dos coronéis revela-se pelo olhar que esses têm acerca da Terra. Olhar este que estabelece fios ideológicos, regendo as relações sociais entre os indivíduos formadores da nação grapiúna. Para isso foram elencados trechos do romance, nos quais arrolam os discursos rivais quanto à temática da terra:

> *Juca Badaró não via em sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor do mundo para o plantio do cacau. Via na sua frente não mais a mata iluminada pelos raios, cheia de estranhas vozes, enredada de cipós, fechada nas árvores centenárias, habitadas de animais ferozes e assombrações. Via o campo cultivado de cacaueiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos. Via as roças de cacaus se estendendo na terra onde antes fora mata. Era belo. Nada mais no mundo que as roças de cacau. Juca Badaró, diante da mata misteriosa (...) Nem via os homens com medo, recuando*. (AMADO, 1987,49).
>
> *- Toda vez que se mete na minha frente tem que sair para eu passar. Tu é meu irmão mais velho e é tu quem resolve das coisas da família. Tu que é pai que deixou tomando conta de tudo: das roças, das meninas, de mim mesmo. Tu é que ta fazendo a riqueza dos Badarós. Mas eu te digo, Sinhô, que se eu tivesse no teu lugar a gente tinha duas vezes mais terras* (AMADO, 1987, 64).
>
> *- Essa mata vai ser minha nem que eu tenha de lavar a terra toda com sangue...Seu doutor, se prepare, o barulho vai começar* (...) (AMADO: 1987,106).

Na primeira citação, a personagem Juca Badaró é introduzida pelo narrador balizando conflitos entre *sentimentos* individuais e a coletividade. O desejo de poder e dominação projeta-se formalmente pela marca verbal *via,* repetida enfaticamente ao longo da subsequência da narrativa. É o que

estabelece Eni Orlandi, em seu estudo sobre a colonização: "*Ver, tornar visível é a forma de apropriação. O que o olhar abarca é que se torna ao alcance das mãos*" (1990, p. 13). Nas demais citações, afasta-se a figura do narrador para expressar a voz das personagens Juca Badaró e Horácio Silveira, concomitantemente. Para tanto, são utilizadas marcas linguísticas que denunciam a presença do sujeito no discurso, além do uso do discurso direto pelo narrador que se traduz nos enunciados da fala do personagem. Sendo assim, à medida que o leitor processa a compreensão dos enunciados percebem-se, através de várias marcas, certos traços de argumentatividade e comprometimento por parte de quem o anuncia. No primeiro enunciado, identificam-se traços da subjetividade pela presença dos dêiticos. São elucidativos os operadores argumentativos *mas* e *se*. Os operadores argumentativos, inicialmente denominados pela Semântica de Ducrot, são de fundamental importância em uma visão sócio-interacional do discurso. Esses elementos apresentam-se se orientando a força e o sentido nos enunciados de uma língua e, inserindo outros conteúdos semânticos. Se papel é revelar a nível de discurso as intenções e os objetivos de quem o produziu.

O operador mas tem importância por se tratar do operador argumentativo por excelência, segundo Ducrot. "*Operadores y conetores argumentativos permiten El encadenamiento de los atos ilocutorios que, como los eslabones de uma cadena, constituyen el discurso"* (DUCROT, 1983, 445). O funcionamento dos dá-se de forma estratégica, apresentando argumentos favoráveis a uma segunda pessoa – o tu, porém finaliza a argumentação contrapondo-lhe com um argumento mais forte privilegiando sua voz na enunciação – o eu – Juca Badaró. Por outro lado, o operador se tem como papel introduzir conteúdos pressupostos. No contexto dessa enunciação de Juca Badaró este se introduz a pressuposição que ele é a pessoa mais autorizada para assumir a direção do clã dos Badarós e conduzir de forma mais energética e com mais sucesso, as ordens na posse da mata. Por sua vez, o segundo enunciado, apresenta traços da subjetividade relacionados a forma verbal imperativa, utilizando-se tanto no infinitivo prepare-se como futuro do presente na forma composta vai começar. Não obstante do tom de conselho da voz de Horácio. Importante salientar que na interação verbal caracterizada pelo verbo no imperativo há uma contiguidade maior entre eu que fala e o tu que escuta. Ou melhor, uma relação hierárquica sobrepondo a voz do primeiro pela do segundo. Sancionando-se pelo uso dos dêiticos – pronomes: essa, demonstrativo, e minha, possessivo de primeira pessoa - localizando-o contexto da sua fala e/ou enunciação.

Segundo Benveniste, na enunciação há um processo de seleção individual da língua, convertendo-a em discurso. Ou seja, na enunciação a língua, entidade eminentemente heterogênea e sujeita às diversas condições de uso, passa de forma, abstrata ou virtual, à de cada sujeito na enunciação, pois esses sujeitos não são apenas elementos necessários a interação comunicativa, mas locutores sociais.

Desta forma, numa enunciação há o seguinte esquema: enunciação = enunciado + contexto – lugar sociohistórico de onde falam os sujeitos, veiculando uma ideologia. Dentro desse través de interpretação, os discursos antagonistas das terras do cacau, embora partindo de diferentes posições, convergem para um mesmo espaço histórico social: a busca desmedida de poder e prestígio político-econômico oferecido pela conquista das erra de cacau.

Em resumo: quando se trata de cacau, poder e dinheiro as diferenças entre os discursos do capital apagam-se e ambos os discursos interagem mutuamente. A visão de prosperidade e de lugar de futuro sobrepõe, portanto, as histórias de morte e desgraça contadas sobre as terras, levantando um questionamento do narrador acerca da diminuição da singularidade da vida humana, face à violência e opressão social do mundo cotidiano de T.S.F: "*De quando em vez também chegava a notícia de que um morrera de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas que era a vida diante de tanta fartura?"* (AMADO: 1987,26).

Apesar desse embate de vozes, característico do discurso indireto livre, pode-se entrever a voz do narrador que surge sub-repticiamente nesse segmento narrativo através do vocativo final. De certo modo, ele propaga aos seus narratários (leitores virtuais) o possível destino de muitos que buscavam riqueza fácil nas terras grapiúnas, já no primeiro capítulo *O navio.* Os movimentos do navio e de seus tripulantes seguem em solene simpatia com os da natureza: "a lua agora começava a subir para o lato do céu, uma lua enorme e vermelha que deixava na negrura do mar um rastro sanguinolento" (idem, 24). Ademais, a

oposição vida/morte pode ser lida também no subtítulo do romance – *A terra adubada com sangue* – sinalizando uma pré-leitura do mesmo.

4. Considerações finais

No plano estrutural da narrativa, o texto amadiano apresenta-se com um discurso polifônico onde estão estampadas várias vozes sociais: o jagunço, o trabalhador rural, a mulher, o coronel, os prosadores, dentre outras. Contudo, opostamente, no plano monológico do romance, prevalece o discurso da exploração social, representado na figura dos coronéis do cacau e nos discursos de poder da Nação Grapiúna.

A voz dos oprimidos, dos marginais é somente recuperada na perspetiva da alteridade, ou seja, a partir das relações com outras vozes do texto. Além disso, essa polifonia de vozes se mostrou somente a nível interdiscursivo, mas fora do texto, no contexto sociocultural de sua produção.

Neste sentido, procurou-se identificar a voz autobiográfica do escritor interagindo com outras vozes do regionalismo modernista na identificação e redescoberta das faces que compõem a cultura brasileira. Deste modo, buscou-se fundamentar a hipótese que a construção ficcional da nação grapiúna em Terras do Sem Fim, articula-se com um projeto de afirmação de identidade nacional.

5. Referências

AMADO, Jorge (1987). *Terras do sem fim*. Rio de Janeiro: Recorde.

Bakhtin, M (1992). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

_____(2002). *Problemas da Poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BENVENISTE, Émillen (1990). *Problemas de Linguística Geral*. Campinas: Pontes,

DUCROT, Oswaldo (1983). Operateurs argumentatifs et viseé argumentative. CLF: França.

HALL, Stuart (1999*). A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (1990). Terra à vista - Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez.

56. Mª HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO, [PORTUGAL] HANACLETO@ISCAP.IPP.PT

O PAPEL DO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NA DEFESA DO MULTICULTURALISMO

As políticas atuais existentes a nível oficial para a implementação e defesa do ensino da Língua Portuguesa como Língua Estrangeira (L. E.) na Europa e no resto do mundo levam-nos a pensar que são, sobretudo, os casos isolados de leitores portugueses pioneiros, inspirados e marginais que na sua missão individual e afastada lutam pela implementação e defesa desta língua nos seus países de acolhimento.

Segundo Volfgram, "cabe ensinar a alguns que o multiculturalismo não está apenas na teoria e sim ao nosso redor, nos elevando realmente à condição de seres humanos" (2005), e o mesmo é dizer que o multiculturalismo começa nas suas bases pela aprendizagem desinteressada e não interesseira das crianças na sua mais tenra idade.

Não é impunemente que em países multiculturais como a Bélgica, a Língua Portuguesa ensinada como segunda língua ou como língua estrangeira desempenha um papel preponderante na defesa e na preservação do Português e, em simultâneo, pugna pela defesa incontestável da necessidade incontornável que o multiculturalismo é hoje.

É indubitável que a luta contra a xenofobia, a luta pela tolerância e o respeito mútuo, bem como o diálogo profícuo biunívoco não podem sobreviver atualmente sem uma consciencialização da importância das línguas minoritárias, da crioulização, da relação com as línguas maioritárias e da conquista da defesa do multiculturalismo *hic et nunc*.

Abordando algumas opiniões avisadas, esperamos trazer à discussão temas importantes, tais como, a necessidade de articulação de políticas de difusão da língua portuguesa na Europa e no Mundo concertadamente com o Brasil e outros Países Lusófonos, a necessidade de implementação de medidas concretas no terreno para defesa da Língua de Camões fora de Portugal, a sobrevivência do

Português que embora sendo minoritária na Europa é uma das línguas mais faladas no mundo, a necessidade da consciencialização para a crescente importância geoestratégica do Português paralelamente com o recrudescimento do multiculturalismo à escala global.

1 – Será o ensino da Língua Portuguesa enquanto L. E. fundamental na defesa do multiculturalismo?

Para responder a esta questão será importante compreender primeiramente que comunicar em qualquer língua estrangeira requer que se compreenda minimamente o quadro cultural em que essa comunicação decorre. Neste contexto, comunicar usando uma língua que não é a nossa materna implica sempre recorrer ao multiculturalismo. Daí que seja inevitável poder afirmar-se que o Ensino-Aprendizagem de uma L. E. é sempre uma causa e simultaneamente uma consequência do multiculturalismo. A sobrevivência de uma língua estrangeira e a sua recorrência ao multiculturalismo coincidem em paralelo. As Línguas Estrangeiras e o multiculturalismo são, por definição, interdependentes e concomitantemente intermutáveis.

Quanto às políticas atuais existentes a nível oficial para a implementação e defesa do ensino da Língua Portuguesa como L. E. na Europa e no resto do mundo, defendo que seria sem dúvida interessante Portugal fazer um esforço concertado conjuntamente com os outros países lusófonos, em benefício da nossa língua que nos une e que é o Português. "Na união reside a força", e, se pretendemos que a língua portuguesa (re)adquira um lugar cimeiro devido à sua importância geoestratégica na Europa e no mundo, então é fundamental que todos os países lusófonos se unam aos mais diversos níveis com o objetivo de promover a língua enquanto veículo de comunicação intercultural. Não estou a propor um regresso ao passado, qual Velho do Restelo, negando que o progresso é possível. Muito pelo contrário: sugiro que Portugal compreenda a sua missão moderna de servir como ponte de entendimento entre os diferentes continentes com os quais tem laços históricos inegáveis e colocando, assim, a sua vocação cosmopolita ao serviço do benefício de toda a Humanidade.

Não pretendo que Portugal regresse aos seus tempos áureos renascentistas, em que as viagens pelo mundo trouxeram consequências inimagináveis nessa altura. Muito pelo contrário, julgo fundamental que Portugal assuma a sua vocação dialogante entre nações e continentes e que passe, cada vez mais a assumir a sua posição de ponte entre culturas.

Refiro-me à posição privilegiada que Portugal pode assumir no diálogo Norte-Sul, entre países seus parceiros mais desenvolvidos e países em desenvolvimento; refiro-me à possibilidade que Portugal tem de ser cada vez mais um parceiro de negociações comerciais, culturais e diplomáticas entre o Ocidente e o Oriente, pela sua vocação histórica de contactos com essas regiões do mundo. Julgo que o diálogo é possível e que, sobretudo a possibilidade e a responsabilidade que Portugal pode ter está ainda a ser subaproveitada. Deve-se investir na capacidade negociadora que Portugal tem em termos de conciliação e de sanar conflitos pontuais e investir tanto no diálogo da Europa com África, como com as Américas e a Ásia. A importância geoestratégica cultural e diplomática de Portugal está subaproveitada e deve-se investir no esforço do diálogo e do papel mediador que o país pode e deve desempenhar.

No caso particular do uso do Português, o esforço conjunto é, talvez, ainda mais necessário, porquanto se torna fundamental que personalidades estrangeiras se consciencializem da importância do uso da língua a nível oficial nas mais altas conversações.

Por vezes assistimos a conversações em que os intervenientes portugueses, na sua ânsia de facilitar a comunicação e recorrendo à sua faceta mais ou menos desenvolvida de serem poliglotas, abdicam do uso da sua língua materna e passam a usar outras mais internacionalmente reconhecidas, nomeadamente o inglês e o francês. É uma atitude a ser modificada, pois apesar de prestigiante para o falante e ao mesmo tempo ser pragmaticamente mais eficaz, do ponto de vista político linguístico, não é mais sensata. O recurso sistemático a intérpretes competentes e reconhecidamente capazes deve ser, portanto uma constante, quanto mais não seja, para manter a comunicação nas devidas posições de reconhecimento mútuo.

Segundo informação recolhida durante uma entrevista informal à responsável pela formação linguística dos funcionários da Comissão Europeia nos seus cursos de verão em 2008, "Quem estuda Inglês, Francês ou Neerlandês em Bruxelas, é porque precisa; quem estuda Português, é porque gosta da língua." Esta observação é

notável se atentarmos na questão da motivação dos funcionários das Instituições Europeias para a aprendizagem do Português como L. E..

De uma certa forma e neste contexto, os professores de língua portuguesa podem considerar-se privilegiados no que toca ao seu trabalho enquanto formadores linguísticos, pois os seus alunos são atípicos na maioria dos casos. Um possível retrato-robô, se é que isso é possível de se traçar num contexto de investigação como o que proponho, seria talvez o seguinte: um aluno extremamente inteligente, sem dúvida dotado para as línguas, indubitavelmente exigente no que toca à qualidade, tanto consigo próprio, como com o professor e os colegas. Altamente motivado, maníaco do trabalho, anda sempre a horas e a um ritmo estonteantemente rápido…

Costuma-se dizer que "Depressa e bem, há pouco quem", querendo dizer que normalmente a boa qualidade, combinada com a alta velocidade é rara – não no caso dos aprendentes típicos de português nas instituições europeias, segundo a mesma fonte. Por aqui se pode inferir que o interesse na defesa da nossa língua entre aprendentes estrangeiros existe – há que aproveitar a motivação para implementar no terreno políticas de difusão mais radicais, mais seguras e que, sobretudo, produzam melhores efeitos e de mais concretas consequências ao nível da utilização do Português a nível oficial. Refiro-me à necessidade de se empregar Português nas conversações diplomáticas recorrendo aos serviços de intérpretes autorizados e competentes, como forma de exemplo inspirador para a defesa da língua enquanto entidade a ser preservada e difundida nos canais mais diversos da comunicação intercultural.

Por outro lado, fala-se da frequente necessidade de implementar políticas mais eficazes no terreno quanto à difusão de instrumentos culturais e de difusão da cultura, nomeadamente quanto ao livro. Tenho a convicção de que as editoras e os livreiros portugueses poderiam apostar muito mais fortemente no mercado da aprendizagem de língua portuguesa em Bruxelas, por exemplo, pois, com conhecimento de causa, posso afirmar que há falta de livros escolares de ensino de Português como L. E. na cidade. Os alunos têm dificuldades em encontrar livros – até os escolhidos enquanto manuais escolares para os cursos de língua portuguesa enquanto L. E., quanto mais livros sem serem didáticos!

2 – Mas até que ponto é que a política de divulgação e apoio à língua portuguesa no estrangeiro tem sido adequada?

Se atentarmos no portal do Instituto de Camões, em www.camoes.pt, poderemos verificar que o Centro Virtual Camões (CVC) propõe como fundamental "Aprender, Conhecer, Ensinar, Traduzir e o E- learning" enquanto grandes áreas temáticas que o estruturam.

Todos os conteúdos do CVC são de livre acesso, com exceção daqueles que fazem parte dos Cursos à Distância, ministrados através da plataforma eletrónica de aprendizagem do Instituto Camões, os quais estão sujeitos a um processo de candidatura. Na era das tecnologias de informação é fundamental que um portal apelativo faça o seu papel de marketer eficaz; com isto quero dizer que os cibernautas de hoje em dia necessitam de informação em linha suficientemente apelativa e cativante, para fazerem uma investigação continuada. Certamente que no meio de tanta informação, apenas aquela que é assaz apelativa será tida em conta, independentemente, por vezes, da sua qualidade (in)questionável. Pretendo dizer que, por vezes, apesar de as informações serem interessantíssimas, podem passar despercebidas, se não forem apresentadas de forma suficientemente cativante.

Além disso, a abertura ou o encerramento alternado de leitorados de português em universidades europeias e financiados por Portugal, tem sido um obstáculo à coerência, à coesão, à continuidade de escolas de ensino do pensamento luso, o que é, sem dúvida, uma pena. Mais uma vez reitero, que, a nível oficial deveria haver um maior estreitamento de esforços concertados entre todos os países lusófonos, para que o Português enquanto L.E. fosse cada vez mais divulgado, pois é um contributo importante para o multiculturalismo.

Numa reportagem sobre a Feira do Livro de São Paulo que a RTP apresentou numa emissão de agosto de 2008, foi focada a necessidade imperiosa da afirmação indiscutível da língua portuguesa na América Latina sob pena de ser ultrapassada largamente pela língua castelhana em termos de importância se os lusofalantes não estiverem atentos, já que a presença da literatura hispânica era avultada. Foi relatada ainda a questão do último acordo ortográfico do Português, focando que, embora as alterações fossem mínimas, haveria sempre uma manutenção das

práticas regionais, continuando a haver respeito por todas as variantes linguísticas do Português.

Enquanto professora de Português como L. E., posso afirmar que muitas vezes alguns alunos me pediram formação em Português do Brasil, tendo sido encaminhados muitas vezes para colegas cuja língua materna é proveniente dessa variante. No entanto, tive outros casos que, embora dominassem por uma ou outra razão a variante de Português do Brasil, tinham a ambição de aperfeiçoar o uso do Português Europeu, pelo facto de viverem, trabalharem e lidarem no seu dia-a-dia profissional com o Português de Portugal e assim terem mais facilidade em comunicar e (inter)agir a todos os níveis.

É imperativo que haja uma articulação concertada de esforços conjuntos entre todos os países lusófonos para o bem comum da língua portuguesa e da sua disseminação no mundo globalizado em que vivemos atualmente.

3 – O multiculturalismo, base da aprendizagem

O multiculturalismo começa nas suas bases pela aprendizagem desinteressada e não interesseira das crianças na sua mais tenra idade. Incontestavelmente que, como Volfgram afirmou, "muitos concordam que os jogos, além de possibilitarem a promoção do desenvolvimento da criança, podem facilitar a aprendizagem escolar. Porém, são poucos os educadores que se propõem a trabalhar tendo-os como recursos no processo Ensino-Aprendizagem". Estendo estas considerações à necessidade de aplicar a noção de jogo à consciencialização do multiculturalismo. Hoje em dia, é rara a escola portuguesa, pelo menos nas grandes cidades, onde não existam várias crianças de origens étnicas e culturais diferentes das da maioria. Essa diversidade multicultural é tanto uma vantagem enriquecedora para o meio envolvente como um desafio à capacidade do meio de absorver as mudanças, autovalorizando-se com essa diversidade, promovendo-a e ao mesmo tempo integrando-a nos modelos preexistentes.

Assim, proponho que os agentes de ensino, sejam eles professores, sejam eles educadores ou elementos de apoio à ação educativa se esforcem cada vez mais ativamente na formação multicultural dos aprendentes para que estes se tornem cada vez mais responsáveis na sua vida multicultural e na sua dimensão de cidadania responsável. Falo do respeito pela diferença, do reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e culturais em manter a sua identidade particular e do seu direito aos benefícios da integração; simultaneamente, falo também da revolução necessária a nível ideológico, para que a diversidade do multiculturalismo traga benefícios a todas as partes.

No século XXI, essa revolução é cada vez mais necessária, pois hoje em dia, ninguém está só, ninguém é uma ilha; os contactos interculturais são cada vez mais uma constante e como "De pequenino é que se torce o pepino", é fundamental que a educação para o multiculturalismo comece logo na primeira infância. E se a Escola tem um papel fundamental, não menos necessária é a ação concertada do papel da família na educação. Esta começa pela rejeição de estereótipos culturais facilitadores do preconceito, pela abolição das rotulagens enganadoras, pela prática do respeito por tudo o que é diferente de nós.

Mas a prática da tolerância deve ser articulada com a teoria; não bastas pregar aos convencidos, deve praticar-se a tolerância para, com aquele exemplo, inspirar as pessoas que nos rodeiam. Assim, não se deve dizer apenas que devemos ser tolerantes com o próximo; deve-se incutir o hábito do convívio interétnico sadio, com a troca de experiências desde a mais tenra idade até à idade sénior. É fundamental que se pratique aquilo que se prega e que se pregue aquilo que se pensa, não me referindo obviamente a um sentido missionário do termo, mas a uma posição ativa revolucionária nas ideias e concreta nas ações.

4 – A importância da Língua Portuguesa: multiculturalismo(s) e comunicação

Fred E. Jandt (2003, a) faz a diferença entre várias perspetivas para definir "cultura", nomeadamente: a perspetiva histórica – neste sentido, a cultura é o conjunto das tradições que são passadas às gerações futuras. Quanto à perspetiva behaviorista, poder-se-á dizer que a cultura será a maneira adquirida e partilhada de se comportar na vida; mas se adotarmos a perspetiva simbólica, poderemos definir a cultura como a forma arbitrária dos sentidos simbólicos que uma sociedade convenciona e que segue.

Há também a definição estrutural, e então a cultura poderá ser entendida como o conjunto de padrões, de ideias, de símbolos ou os comportamentos

relacionados com um grupo ou povo. Concluindo, para a perspetiva normativa, a cultura é tudo aquilo que deve ser adotado como ideal, os valores e regras de conduta em sociedade. No presente momento, adotarei o conceito de cultura numa perspetiva abrangente, isto é, cultura será tudo o que é aprendido para comunicar em sociedade.

Comunicar significa partilhar valores, ideais, mundividências, Weltanschauungen, como se diz em alemão. A comunicação é usada para um melhor entendimento entre uma comunidade, entre povos, nações e civilizações. Mas uma comunicação eficiente só pode somente acontecer quando há uma base comum de cooperação e entendimento. Uma comunicação mal conseguida pode ser a causa e a consequência ao mesmo tempo de desentendimentos e conflitos entre indivíduos e grupos.

Há a acrescentar que, para Sylvia Vlaeminck, "a comunicação não é só usar as mesmas palavras, sobretudo pretende-se que verse a compreensão e o respeito pelas outras culturas, os seus valores e costumes " (2003, minha tradução do inglês). Estou de acordo com esta afirmação.

Ainda segundo Jandt (2003, b), uma comunicação intercultural "está relacionada não só com a comunicação entre indivíduos, mas também com a comunicação entre grupos." No bestseller de Tom R. Reid, este afirma que "a Europa é hoje um lugar mais integrado do que em qualquer altura desde o Império Romano" (2005, minha tradução do inglês). A Europa é hoje, inequivocamente constituída por um conjunto de países diferentes, sendo que na diversidade há, no entanto, unidade.

O lema da União Europeia é, de facto, Unidade na Diversidade. Julgo haver uma identidade europeia, independentemente do facto de cada pessoa ou comunidade poder e dever ter as suas idiossincrasias. As peculiaridades, evidentemente, são apreciadas – o que torna a individualidade possível é a tolerância para com todos; e o que torna a Europa interessante é, de facto, a diversidade. Uma outra nova tendência na comunicação intercultural é o caminho para a paz estável e duradoura, o que é tranquilizante, se pensarmos em todas as disputas que assolaram a Europa nos séculos mais recentes.

Patrick Stevenson focou a questão das políticas relacionadas com a integração na Alemanha e que se baseiam nas premissas que ligam o conhecimento da língua local a uma "capacidade de integração" (Integrationsfähigkeit): "A Lei da Imigração passou no Bundestag e foi ratificada pela segunda câmara, o Bundesrat, em março de 2002"(2006, minha tradução do inglês). Esta questão pressupõe que os imigrantes têm de ser linguisticamente competentes no seu país de acolhimento na língua local como sinal de integração e bom relacionamento com os habitantes nacionais.

No entanto esta problemática leva-nos a pensar nas minorias linguísticas. Entre outros, Vanessa Pupavac e Sue Wright apontaram as implicações da categoria da minoria linguística (Pupavac, 2006; Wright, 2004, a). A língua é, neste contexto tida como um elemento integrante da identidade e da autoestima de uma sociedade e separar comunidades linguísticas diferentes pode levar a cisões sociais e a conflitos étnicos, bem como à exclusão social com a "ghettoisação".

Os estados de direito têm o dever cívico e a responsabilidade social de manter as línguas das minorias reconhecidas e protegidas nas comunidades envolventes – temos que ter em conta, no entanto, que este reconhecimento e identificação podem também ser uma causa para a discriminação com base na língua. Para Sue Wright, "é difícil ver como o multilinguismo pode ser apresentado como positivo ao nível da comunidade, como um sinal de vitalidade, diversidade e criatividade, mas a nível nacional é desagregador, economicamente desvantajoso e limitativo" (2004, a), minha tradução do inglês).

Este comentário leva-me a refletir quanto à União Europeia, em que apenas os falantes que dominam a língua do poder podem ser ouvidos se o seu interesse for lobbying, por exemplo. Não obstante, todos têm o direito de ver a sua língua reconhecida, de um ponto de vista do reconhecimento da legislação, pelo menos. Por outro lado, na prática, é verdade que só os mais aptos para se expressarem na língua do poder têm mais possibilidade de serem ouvidos pelas instituições vigentes.

Estou a constatar um facto, mas não a admitir que é a prática mais recomendável; muito pelo contrário: julgo ser capital que o reconhecimento oficial das minorias deve ser refletido na prática e ser assegurada a sua autodeterminação,

para que as línguas menos representativas em número de falantes (neste caso a nível Europeu) sejam no entanto, representadas institucionalmente e defendidas em todas as instâncias, para que não desapareçam e/ou não deixem de subsistir.

5 – Estudando Português enquanto L. E. em Bruxelas

Voltando à questão do ensino da língua portuguesa na Bélgica enquanto segunda língua ou como língua estrangeira, reafirmo que este desempenha um papel preponderante na defesa e preservação do Português e, em simultâneo, pugna pela defesa incontestável da necessidade incontornável que o multiculturalismo é hoje. Se atentarmos num questionário feito a aprendentes do curso intensivo de verão de Português como L. E. da Comissão Europeia, em Bruxelas, poderemos constatar que se alguns assinalam o facto de aprenderem Português por motivos pessoais, outros invocam os motivos profissionais como a principal motivação para a sua aprendizagem ou aperfeiçoamento da língua.

Quando lhes perguntei em que posição situavam a língua portuguesa no que toca à sua importância e utilização no dia-a-dia, tanto a nível profissional, como a nível pessoal, responderam entre o 1º, o 2º e o último lugares. Quando inquiridos acerca do que previam para o Português enquanto língua mundial, se viria a ser mais ou menos falada, as respostas situaram-se entre as variantes que afirmavam que o Português irá perder terreno, que será mais usado a nível mundial, principalmente a nível económico e comercial e que irá ser mais falado devido ao aumento da população que fala Português como língua materna.

Situaram a língua portuguesa entre muito importante e pouco importante, passando por importante até certo ponto, tendo em conta que é a quinta língua mais falada no mundo. Foi interessante notar as respostas à pergunta: "Acha que, a nível geral, as línguas servem para defende e manter o multiculturalismo?" Estas situaram-se entre o "Sim, muito" até ao "Não, rigorosamente nada", passando pelo "Sim, de certa forma", até ao "Sim, mas pouco".

Também foram inquiridos quanto a se achavam que o multilinguismo é uma forma de multiculturalismo. Também lhes perguntei que conselho gostariam de dar às entidades competentes para que a língua portuguesa continue viva e a ser cada vez mais estudada a nível mundial, não só como língua materna, mas também como L. E. e pedi-lhes para indicarem quais as representações ou marcas culturais que mais podem identificar, definir e / ou garantir a continuação, a conservação e a divulgação de uma língua. Também lhes foi pedido que dessem a sua opinião quanto à internacionalização da língua inglesa enquanto principal língua franca nos nossos dias e a influência que esta tem na língua materna deles, caso não seja o Inglês e se achavam que a língua inglesa deve ser estudada a partir do primeiro ciclo educativo na escola. Foi interessante ler as respostas à pergunta: "*Entre as línguas referidas – Castelhano, Chinês, Francês, Hindi, Português, Russo – qual seria a que tem mais probabilidades de vir a tornar-se uma segunda língua franca (além do Inglês*)?"

Também foram inquiridos quanto aos seus hábitos de cibernautas: com que frequência costumam pesquisar informação em língua portuguesa, em que variante costumam encontrar informação em português na Net. Quanto aos seus hábitos de leitura foram inquiridos acerca de da frequência e se leem livros, revistas, folhetos ou jornais em português.

De novo se perguntou se achavam que a língua e a cultura portuguesas deviam ser mais divulgadas a nível internacional, e se sim, como. Perguntou-se quanto à contribuição da União Europeia para a preservação do multilinguismo e do multiculturalismo e as respostas variaram entre o "Sim" e o "Não, nada", passando pelos "Sim, de certa forma" e "Um pouco".

Também se achou pertinente inquirir os alunos quanto à importância que atribuíam ao acordo ortográfico para que a língua portuguesa possa ter uma maior projeção a nível global e as respostas que vieram dos respondentes que provêm de países onde foram feitos acordos ortográficos recentes são invariavelmente favoráveis, enquanto as respostas dos falantes de países onde não foi feita essa reforma nos últimos anos foram basicamente contrárias.

Decorrente do facto de a amostra ser, deveras, de um tamanho reduzido, não se pode, certamente, elaborar uma teoria consistente; no entanto, posso reconhecer que este poderá ser o embrião de um estudo mais alargado de algum interesse.

Após a observação dos dados recolhidos, conclui-se que os objetivos referentes à aprendizagem do Português enquanto L. E. foram alcançados, ou seja,

conclui-se que o Português está relacionado com a afirmação do multiculturalismo na Europa, tal como os inquiridos o demonstraram consensualmente nas suas respostas.

Já Goethe dizia que "Quem não sabe línguas estrangeiras não sabe nada de si próprio" e no artigo "*Por que é importante estudar línguas e por que é que não estudamos*", o Professor Carlos Ceia observa que no Livro Branco lançado em 1995, Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva, a Comissão Europeia fixou um objetivo essencial para o desenvolvimento da comunidade europeia: os cidadãos deviam ser encorajados e ensinados a dominar três línguas europeias – a sua própria língua e duas estrangeiras.

Ora, podemos concluir que é deveras importante continuar a incentivar o estudo de línguas, não esquecendo a importância exponencial do ensino da Língua de Camões, e que quem não dominar línguas estrangeiras, sejam elas quais forem, será considerado funcionalmente iletrado nos dias que correm. Portanto, no âmbito do Projeto referido no Livro Branco supradito, foram concebidos dois instrumentos de grande importância e valor pedagógico, no contexto de uma política das línguas: Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas [QECRL]: Aprendizagem, Ensino, Avaliação e o Portfolio Europeu de Línguas.

Desta feita, tornou-se prática comum em Portugal utilizar o sistema europeu A1, A2, B1, B2, C1, C2 e os respetivos subníveis para qualificar o nível de proficiência nas línguas estrangeiras. Uma das propostas fundamentais do Conselho da Europa sobre o ensino de línguas é a criação do Portfolio Europeu de Línguas. Este é "*um documento pessoal, concebido e lançado pelo Conselho da Europa, que pretende contribuir para o reconhecimento das experiências linguísticas e culturais adquiridas ao longo da vida pelo seu portador, bem como promover o registo e controlo sistemático das aprendizagens pelo estudante.*"

Carlos Ceia comenta ainda que "*os passaportes europeus de línguas dos estudantes portugueses serão sempre os mais pobres em termos de aquisição de competências linguísticas, os menos competitivos em termos profissionais e os sistematicamente preteridos por não conterem trabalhos relevantes de valor internacional, quando comparados com os seus congéneres de outros países*."

Não tenho certamente uma perspetiva tão pessimista relativamente à proficiência dos alunos portugueses em relação às línguas estrangeiras; luto diariamente para alcançar esse objetivo incutindo, não apenas o gosto pelas línguas estrangeiras, como também ajudando a desenvolver as capacidades de desenvolvimento e sapiência autodesenvolvidas pelos aprendentes. Quanto ao Português enquanto L. E., a filosofia deve e tem de ser a mesma: desenvolvimento da proficiência nos falantes nativos estrangeiros, para que o Português seja cada vez mais uma língua reconhecida na sua capacidade de diálogo intercultural nas mais diversas instâncias de contacto multicultural.

Gostaria de finalizar referindo convictamente que os alunos estrangeiros, aprendentes de Português como L. E., indicaram que para o Português sobreviver ao mundo globalizado atual, deve começar a ser mais divulgado através da sua cultura, ou seja, da sua música, literatura e cinema, mas sobretudo pela criação de institutos ligados à promoção e estudo da língua, independentemente da sua vertente linguística; alguns focaram a abertura de mais centros Camões na Europa ou centros/institutos análogos.

6 – Conclusões

Michel Perez, Inspetor-geral da Educação Nacional francesa e responsável pelo ensino do Português em França, defende o Português como língua de comunicação internacional e como sendo um fator de unidade nacional em vastos países da África, da América ou entre as diferentes componentes de comunidades espalhadas pelo mundo.

A criação da CPLP em 1996, a Expo'98 e a consagração da língua portuguesa pelo Prémio Nobel de literatura atribuído a José Saramago são acontecimentos relativamente recentes que demonstram a vitalidade do Português, mas há que aproveitar os momentos históricos para implementar o reconhecimento merecido da importância do Português enquanto veículo de comunicação de dimensão internacional. É inegável que os valores isolados sobressaiam e é na responsabilização coletiva do individual que o progresso é efetivo.

Segundo Michel Cahen, o ensino da língua portuguesa em África estará condenado ao insucesso, se Portugal não adotar políticas interventivas mais

equilibradas no que toca à ideologia do respeito pelas línguas autóctones e crioulas das diversas nações:

> "*Uma defesa do Português bem feita deveria fomentar a alfabetização das crianças nas línguas africanas e crioulas, para ser de seguida, baseada numa aprendizagem psicopedagógica segura. Haveria as línguas do afeto e maternas e o Português deveria ser aprendido como segunda* língua" (1994: 25, minha tradução do francês).

A grande batalha que se deve ganhar é a do ensino do português como língua estrangeira, um ensino que sofre de uma falta enorme de meios pedagógicos ainda hoje, contrariamente à imensidão de meios para ensinar e aprender a língua inglesa, por exemplo. Alguns manuais de português como L. E. ainda são em número insuficiente ou ainda não estão totalmente adaptados às exigências específicas do ensino da língua estrangeira em determinado país e a nível global, consentâneos com os objetivos específicos dos aprendentes.

De facto, não existe nos países lusófonos uma tradição muito longa de ensino do português como L. E. e esse facto atrasou consideravelmente o impacto da língua portuguesa junto das populações não lusófonas. Quanto a mim, isso apenas implica que devemos redobrar os nossos esforços para que a qualidade e a quantidade de manuais e instrumentos didáticos seja aumentada.

Proponho que essas ferramentas sejam adequadas aos objetivos específicos dos estudantes de Português como L. E., adequadas às especificidades nacionais onde a língua está a ser estudada; adequadas igualmente aos objetivos de desenvolvimento das capacidades propostas pelo Quadro Comum Europeu de Referência e adequadas à reforma ortográfica em curso. Se esses esforços forem planeados em conjunto com os países lusófonos, serão muito mais profícuos e rentáveis.

Sem dúvida que a luta contra a xenofobia, a luta pela tolerância e o respeito mútuo, bem como o diálogo produtivo biunívoco não podem sobreviver atualmente sem uma consciencialização da importância das línguas minoritárias, da crioulização, da relação com as línguas maioritárias e da conquista da defesa do multiculturalismo hic et nunc.

Interessa-me, pois, trazer à discussão estes temas importantes, tais como, a necessidade de articulação de políticas de difusão da língua portuguesa na Europa e no Mundo concertadamente com o Brasil e outros Países Lusófonos, a necessidade de implementação de medidas concretas no terreno para defesa da Língua de Camões fora de Portugal, a sobrevivência do Português que embora minoritária na Europa é uma das línguas mais faladas no mundo e o recrudescimento do multiculturalismo à escala global.

Referências Bibliográficas:

Cahen, Michel (1994) "De Timor à Letícia, géopolitiques des mondes lusophones". In Lusotopie, Paris: L'Harmattan.

Ceia, Carlos (2006) "Por que é importante estudar línguas e por que é que não estudamos", disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/Educacao/aprender_linguas.pdf

Ginsburgh, Victor e Schlomo Weber (2005) "Language Disenfranchisement in the European Union". In Journal of Common Market Studies. 43 - 2, 273-286.

Jandt, Fred E. (ed.) (2003 a) Intercultural Communication: a Global Reader. Londres: Sage Publications Inc.

idem, (2003 b.) Intercultural Communication: Identities in a Global Community. Londres: Sage Publications Inc.

Moreira, Adriano (2001) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação. Coimbra: Livraria Almedina.

Nixon, Yumi e Peter Bull (agosto de 2006) 'Cultural Communication Styles and Accuracy in Cross-Cultural perceptions: a British and Japanese Study'. In Journal of Intercultural Communication, 12.

Nombela, Ramón Garrido e Miguel Á. Navarrete (2004) 'Traducción institucional: el caso de la Comisión Europea'. In Susana Cruces Colado e Ana Luna Alonso (eds.) La traducción en el ámbito institucional: autonómico, estatal y europeo. Vigo: Servizo de Publicacións, Universidade de Vigo.

Pupavac, Vanessa (março 2006) 'Language Rights in Conflict and the Denial of Language as Communication'. In The International Journal of Human Rights, 10-1, 61-78. Nova Iorque: Routledge.

Reid, Tom R. (2005) The United States of Europe – The Superpower Nobody Talks About – From the Euro to Eurovision. Reino Unido: Penguin Books Press.

Seleskovitch, Danica e Mªnne Lederer (2002) Pédagogie Raisonnée de l'Interprétation. França: Didier Érudition, Commission Européenne.

Silva, Manuela e Heloísa Perista (1995) As Portuguesas e a União Europeia – Prospetiva para a Ação, Lisboa in Cadernos Condição Feminina nº 44, Presidência do Conselho de Ministros.
Stevenson, Patrick (2006) 'National' Languages in Transnational Contexts: Language, Migration and Citizenship in Europe'. In Mar-Molinero, Clare and Patrick Stevenson (eds). Language, Ideologies, Policies and Practices – Language and the Future of Europe. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
Vlaeminck, Sylvia (2003) 'A European Strategy for Linguistic Diversity and Language Learning'. In Ahrens, Rüdiger (ed.). Europäische Sprachenpolitik - European Language Policy. Heidelberga: Universitätsverlag Winter GmbH.
Volfgram, Mª Lúcia Silva (2005) 'Memorial de Formação – Marcas da Educação', Campinas.
Wiiliams, Kinga e Rose Aghdami (janeiro de 2005) 'Managing Migration: The Applied Psychology of International Transitions'. In Journal of Intercultural Communication, 8.
Wright, Sue (2004 a) 'Language Rights, Democracy and the European Union'. In Freeland, Jane and Donna Patrick (eds). Language Rights and Language Survival, Sociolinguistics and Sociocultural Perspetives. Encounters vol. 4. Manchester, Reino Unido e Northampton, Ma, EUA: St. Jerome Publishing.
-----, (2004 b).Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

Webgrafia:

http://www.dgidc.min-edu.pt/serprof/le_eur.asp
www.coe.int/portfolio
http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/centro-virtual-camoes-2.0.html
http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/InnerPage.aspx?idCat=574&idMasterCat=363&idLang=1&idContent=852&idLayout=3&site=desenvolvimentosustentavel
http://www.cplp.org/docs/documentacao/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Constitutiva%20CPLP.pdf
http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm
http://www.linguateca.pt/branco/reorganizacao.html
http://www.uem.mz/grp/orgs.htmsadc
http://www.plataformaongd.pt/site2/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=58&tpl=section
http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/E1526376-AA68-4575-AF78-ADFC22BCE171/0/PIENDS_6.pdf
http://www.ac-versailles.fr/pedagogi/langue-portugais/enseigner/ig/Os_desafios_da_lusofonia2.doc
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_oit_lisboa_pt.htm
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/protocolocplp.pdf
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/acordoparceiros.pdf

57. Mª JOSÉ DOS REIS GROSSO UNIVERSIDADE DE LISBOA, [PORTUGAL]

A LÍNGUA PORTUGUESA: ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE OUTROS MODOS DE ESTAR E DE SER

A aprendizagem das línguas faz parte de uma educação intercultural que procura promover a interação e o diálogo entre falantes de línguas diferentes. É neste contexto, e seguindo as orientações da *UNESCO* (2003), que a aprendizagem de línguas não se deverá *limitar a simples exercícios linguísticos*, mas constituir-se como espaço de reflexão sobre outros modos de estar e de ser, outras mentalidades, outros costumes, valores, outras vivências.

Seguindo a perspetiva de Beacco (2000), apresentar uma língua estrangeira na sala de aula é, do ponto de vista linguístico, facilitado por elementos que, além do professor, podem ser "transportados", como os dicionários e as gramáticas; já o mesmo não acontece com os aspetos culturais, embora estes sejam dificilmente dissociados da língua, não são acompanhados de uma gramática cultural de referência, nem são facilmente descritos; além disso, a transmissão pedagógica de cultura /culturas é cada vez mais complexa na aula de língua estrangeira, não só porque o conceito de cultura é fluido e polissémico, mas também porque o que geralmente é apresentado nos materiais pedagógicos corre o risco de ser distorcido por estereótipos, generalizações marcadas temporalmente ou ligadas às representações mentais dos autores sobre língua ou sobre cultura.

A promoção do ensino e aprendizagem da língua portuguesa faz emergir a necessidade dum espaço de reflexão sobre outros modos de estar e de ser, como meio de consciencialização sobre o conhecimento do seu mundo e aceitação das manifestações dos diferentes saberes provenientes das diversas formas do conhecimento declarativo (Conselho da Europa, 2001:147), englobando o conhecimento do mundo resultante de várias fontes de informação e de modos de apropriação dos conhecimentos (empírico e/ou académico...), a consciência intercultural, o conhecimento sociocultural que integra inúmeros aspetos relacionados com a vida quotidiana, condições de vida, relações interpessoais, valores, crenças, atitudes, convenções sociais e ainda o conhecimento artístico, literário, científico, técnico ou outros. É desta rede complexa que resulta o entendimento intercultural e uma comunicação efetiva que ultrapassa as fronteiras geográficas.

Ao longo dos anos, a focagem sobre os fenómenos interculturais, as diferentes conceções de cultura, a par das teorias linguísticas, têm construído novos paradigmas de Ensino-Aprendizagem das línguas, ideologicamente marcados pela promoção da diversidade cultural e pela intercompreensão, modificando modelos e práticas pedagógicas que se centram em desenvolver no aprendente a vontade de viver em contextos pluriculturais.

Esta abordagem intercultural é interacional, autorreflexiva, crítica e construtiva e, de acordo com Defays (2003:78), aciona uma dialética entre o universal e o particular, permitindo coordenar e ultrapassar diferenças culturais. A construção deste novo olhar, desde há muito anunciado, faz convergir várias áreas disciplinares, prevendo-se uma conceção diferente de investigação e formas criativas de aprender-ensinar línguas.

O ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas passa por estádios de proficiência muitas vezes considerados *neutros* por corresponderem a frases ou sequências *que traduzem* determinadas necessidades de sobrevivência, correspondendo o primeiro nível às necessidades básicas de sobrevivência. O conhecimento do português nas suas dimensões múltiplas, em diferentes contextos, pertence aos últimos níveis de referência, os quais permitem a comunicação plena com transmissão de pensamentos e de sentimentos e a descodificação de implícitos que nascem dos usos em determinados contextos e que trazem ecos da mundividência e das especificidades do modo de ser de estar e de agir duma determinada comunidade. Esta noção de língua é plural e "enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português"[179], refletindo também valores de memória.

Macau, Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), é um diminuto território que tem aumentado de área devido aos sucessivos aterros, tendo atualmente, segundo fontes oficiais, 29,2 km^2, de acordo com os Serviços de Estatística e Censos, em junho de 2008, cerca de 552.0 00 habitantes, sendo a maioria de etnia chinesa (94%), falante de cantonês; prevê-se que a percentagem dos portugueses que vivem em Macau (RAEM) não ultrapasse os 2%.

É um espaço cosmopolita que mantém, depois da transferência de soberania de Portugal para a República Popular da China, em 20 de dezembro de 1999, não só as suas tradições culturais, mas também caraterísticas sociais e económicas, segundo o princípio "um país, dois sistemas" estabelecido na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

Este território é também, por excelência, o lugar da diversidade, *uma encruzilhada do passado e da modernidade* que ultrapassa em todas as esferas, designadamente no domínio arquitetónico e social, o imaginário dos portugueses que residiram neste território antes de 1999.

A composição étnica tradicional de Macau, portugueses europeus, chineses e macaenses (ou portugueses de Macau)[180] sofreu alterações profundas nas últimas décadas, sendo necessário captar as transformações e o aparecimento de novos públicos num outro tipo de estudo.

Desde o séc. XVI, Macau é um lugar singular de coexistência pacífica de diferentes línguas e culturas, com elementos de muitas proveniências, não só da China e de Hong Kong (Região Administrativa Especial da República Popular da China), mas também dos países da região (Tailândia, Filipinas, Malásia, Japão, Vietname, Coreia...) e de outras partes do mundo.

Com representações de várias culturas, algumas alicerçando-se principalmente na antiguidade de relações históricas e políticas com caráter mais permanente como o caso de Portugal com Macau (RAEM), outras de caráter transitório, resultando de situações militares em que o território se tornou um espaço de acolhimento, *um centro de refugiados aberto a todos os chineses e estrangeiros, independentemente de quaisquer preocupações de ordem política ou social, em momentos de aflição e necessidade*[181] *através* dos tempos, muitas

179cf. Lei n.° 107/01 de 8 de setembro de 2001. Disponível em http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n

180Segundo Amaro (1988:56), "o grupo dos macaenses detém alguns padrões bem demarcados do dos chineses e também do dos metropolitanos, fruto de aculturação de múltiplas etnias que convergiram naquele pequeno território".

181 cf. Estorninho (dir.), (1971:861).

outras relações culturais e de natureza vária nascem pelas mudanças económicas e políticas, independentemente da aproximação de vizinhança geográfica, proximidade cultural, pois são germinadas no mundo global da comunicação das relações económicas, turísticas, institucionais...

O motivo para aprender uma determinada língua tem um papel direto e significativo no contexto formal, a importância da motivação para iniciar a aprendizagem numa língua estrangeira está largamente documentada no Ensino-Aprendizagem das línguas (Ur, 1995), entre os grupos e subgrupos concetuais ligados a esta temática, é aludida a dicotomia entre motivação intrínseca e extrínseca conforme o incentivo é ou não exterior ao próprio indivíduo, geralmente explicitados por conceitos como motivação instrumental versus integrativa.

Entre as razões para estudar português em Macau era recorrente citar-se, na década de 80, que a aprendizagem da Língua Portuguesa era sobretudo por vantagens económicas e profissionais (motivação instrumental), como refere Ló (1989), estudam português para "encontrar melhor emprego, especialmente nos serviços do Governo"; já na década de noventa há uma motivação ligeiramente diferente surgindo a utilidade de aprender mais uma língua estrangeira (Filipe, 1995:362), ou estudar mais uma língua é útil (Grosso, 1999:227), motivo que, passados cerca de dez anos, mantinha um significado semelhante, contribuindo para um enriquecimento pessoal (Godinho, 2005) (motivos relacionados com a área profissional presente ou futura, respondendo às novas exigências do mercado de trabalho que valoriza o conhecimento e competências comunicativas em línguas estrangeiras).

Estes dados pareciam já estar em conformidade com o conteúdo dos textos emanados do Conselho da Europa, sobre a importância de saber línguas e as suas implicações na mobilidade internacional dos indivíduos e na cooperação em todas as esferas como a educativa, científica, comercial e tecnológica. Dos textos do Conselho da Europa, publicados em português (tradução), depois de 2000, sobressai a projeção e divulgação do Quadro Europeu Comum de Referência (2001); neste se recomenda a aprendizagem de línguas como forma de responder às necessidades multilingues e multiculturais, de modo a aproximar os povos pela comunicação, prezando a identidade e diversidade cultural, reduzindo as desvantagens do monolinguismo e o uso de uma só língua, causa de ostracismo e de desentendimento entre quem fala línguas diferentes.

A presença da língua portuguesa, embora muito discreta, sempre foi uma presença constante no território de Macau (RAEM); contudo, nunca foi sentida como tal; quem chegava a esta cidade ainda sob administração portuguesa, na década de oitenta ou noventa, transportava a representação da comunicação quotidiana duma cidade portuguesa, em que o português, principalmente a vertente da produção oral, que é o eixo da vida social, deveria ser ouvida regularmente na rua, nos espaços de convívio, e em todos os domínios sociais. Sucede, no entanto, que o *diálogo cultural* tantas vezes repetido na história do território dar-se-á *sobretudo* pelo silêncio e pela convivência pacífica entre a milenar civilização chinesa e os hábitos, crenças, instituições, técnicas e saber dos portugueses (Loureiro, 2005).

Neste âmbito, a comunicação oral em língua portuguesa, na vida quotidiana, vista de forma massiva, e entendida como base do diálogo e da interação para troca de ideias não teve representação significativa. Em situação não muito diferente, está a língua inglesa, embora haja um crescendo de falantes dessa língua que há muito está no território e é usada como língua de ensino em algumas instituições, e tem uma forte divulgação através dos média, como língua de negócios, de turismo, de atendimento ao público.

Mas a existência da língua na sua forma escrita (além de toda a documentação ligada ao direito, à administração e ao funcionalismo público), é visível nas placas com os nomes das ruas em português, *Rua da Felicidade, Rua da Praia Grande, Rua das Estalagens,* R***ua da Palha,*** *Rua dos Mercadores, Rua das Virtudes, Rua dos Vendilhões, Rua das Lorchas, Rua Camilo Pessanha,* nomes justapostos a outros em chinês e com outro significado que, neste espaço, parece não se identificar completamente com a explicação de Calvet (1988) para os traços linguísticos toponímicos da colonização, mas antes representando simbolicamente esta forma de união silenciosa de culturas em que a língua portuguesa se associa indubitavelmente a outras formas de ver o mundo e a outras formas de estar; aliás os nomes das ruas em português, juntamente com os nomes das lojas, dos anúncios e de outras formas publicitárias são, segundo Calvet (2002), também um instrumento de planificação/planeamento de política linguística para promoção,

imposição, defesa de determinada língua ou neste caso, para a evocação da presença de mais de quatro séculos da Língua Portuguesa no território.

Os letreiros de Macau (RAEM), frequentemente fotografados e lidos, referentes a estabelecimentos comerciais ou afins com o seu vocabulário já não usado em Portugal, trazem-nos à memória significados de realidades passadas que são reavivadas no contexto chinês, como é o caso de letreiros como Quinquilharias *Chap Cheong* (loja de artigos miúdos e variados); *Tchung King Casa de Pasto*; *Algibebes Fó Kei*, (Martins, 1993:185 -186) ou significados inusitados como o *Barraqueiro Chao Seng Hap* que "significa o homem que fornece e faz a montagem dos andaimes de bambu" (Oliveira, 1999:107), refletindo este uso da língua portuguesa aspetos ligados ao modo de viver e de pensar chinês; essa maneira muito particular de atribuir nomes às lojas e estabelecimentos em português em que se procura o que seria uma tradução literal da realidade (geralmente de forma não sintética) é manifesta também em Portugal em 2005, nas lojas chinesas; são exemplo alguns nomes das lojas de Aveiro como o *Super Bazar Vestuário loja*, o *Wang Te Comércio de Artigos Chineses*, o *Chinês Loja* e a *Casa China*, (Bendiha, 2005).

Por razões políticas, históricas, sociais e culturais, a prática efetiva de interação oral e do diálogo em português, como já foi referido, nunca foi implementado; as necessidades de comunicação, a nível da oralidade, foram tradicionalmente resolvidas pela comunidade macaense, bilingue.

A preocupação com a defesa da correção da língua portuguesa escrita foi, no entanto, objeto de campanhas que visavam *o português escrito correto*, como a que foi levada a cabo, em 1954, pelo Almirante Marques Esparteiro: "*pôr em português correto as muitas tabuletas, letreiros, nomes de casas comerciais e industriais, cujas palavras, por descuido ou ignorância dos seus proprietários, na sua grande maioria chineses, não se achavam escritas em grafia correta*".[182]

No património material, a representação da língua e da cultura portuguesa tem um peso significativo pela sua imutabilidade no tempo, sendo expressiva como produto duma vivência comum e dos diversos pactos de amizade e contactos culturais estabelecidos ao longo dos anos.

São testemunhos as Ruínas de São Paulo, conhecidas como símbolo de Macau (incluídas no Centro Histórico de Macau, que por sua vez foi incluído na Lista do Património Mundial da Humanidade da UNESCO em 15 de julho de 2005), e ainda muitos outros como o Farol da Guia (localizado, juntamente com a capela de Nossa senhora da Guia no interior da Fortaleza da Guia, séc. XVII), as Portas do Cerco, o Clube Militar, o Edifício do Leal Senado ("*Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, Não Há Outra Mais Leal*"), e ainda a calçada portuguesa; como património imaterial[183]é de salientar o patuá, termo que, segundo Baxter[184], poderá ter sido introduzido por religiosos no século XIX, quando se referiam *a vertentes de línguas coloniais faladas por não-europeus*.

Considerando este texto um contributo para a reflexão sobre a língua portuguesa como modo de ver outras formas de ser e estar centradas no território de Macau, é imprescindível uma referência, ainda que breve, a este crioulo macaense, também chamado de *patuá, doci papiaçam di Macau, língua maquista, papia cristam di macau, lingu nhonha*[185], que recebeu cada vez mais influência do chinês a partir do século XIX, apesar de se ter acentuado o desaparecimento progressivo na 1ª metade do século XX.

Com o aumento da escolaridade em português, *o patuá* foi socialmente secundarizado, tornando-se cada vez menos falado em Macau, resistindo, porém, durante algum tempo nas comunidades imigradas de Hong Kong e Xangai. Do crioulo ficaram textos escritos publicados e anotados por João Feliciano Marques Pereira na Revista *TaSsi, Yang-Kuo* e reunidos por Danilo Barreiros na revista *Renascimento* (Batalha, 1988:120).

182cf. Macau, Boletim Informativo da Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Secção de Propaganda e Turismo, ano I, n° 18 de 30 de abril de 1954, p. 6.
183cf. Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial (2003). Disponível em http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF-pdf

184 cf. "O Português na China dos Casinos" in Revista Língua Portuguesa - 07/2008 - Edição 33, on line, Disponível em http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11552
185 cf. Gaião (2007)

Foram ainda criados textos em crioulo por José dos Santos Ferreira, Adé, e reunidos em *Papiaçám di Macau*. Ressurgiu ainda, revitalizado, na década de 90 pelas atuações do grupo de teatro Doci *Papiaçam* di *Macau, dinamizado* pelo dramaturgo e encenador Miguel de Senna Fernandes. Derivado do crioulo de Malaca, e tendo influências malaias, chinesas, japonesas e indianas, era falado essencialmente no domínio privado, familiar, pelas mulheres; expressava uma cultura híbrida e refletia a realidade do espaço doméstico, sendo rico o léxico ligado à culinária.

Na base da riqueza vocabular do patuá esteve sempre, segundo Batalha (1988:7), o português da época, *que ao tempo já ganhara raízes na África, na Índia, e mesmo em Malaca donde passou a Macau;* a influência da língua chinesa no patuá, segundo a mesma autora, é significativa, mas relativamente recente, vindo a influência principalmente da mãe, da ama ou da serviçal doméstica; é esta a língua das pequenas rotinas quotidianas, usada em casa ou no círculo restrito de amigos, funcionando como espelho de uma cultura plural onde também estavam presentes aspetos duma matriz portuguesa.

No século XX, há uma aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa, com um maior número de casamentos entre as duas, a assimilação de comportamentos culturais chineses por parte dos macaenses e a adoção de muitos termos da língua chinesa que caraterizam, hoje, o falar macaense.

Dos bens que integram o património cultural, a língua portuguesa é um elemento essencial refletindo valores de memória, antiguidade, repositório de um longo e continuado diálogo com outras culturas; as palavras registadas em português são identificadoras duma realidade específica, única, com valor evocativo sem comparação no uso da língua.

Na conjuntura internacional, mudanças sociais, políticas e culturais criam a necessidade duma maior mobilidade de bens e de pessoas, necessidade também duma maior interação; as relações políticas e económicas entre a China e Portugal são também vistas pelo barómetro da motivação dos falantes de língua materna chinesa para a aprendizagem do português. No período pós-99, o interesse pela língua portuguesa ganhava novas facetas e podia ser visto por outros prismas, contribuía para uma identidade própria de Macau e de macaense, conceito este, lato e abrangente, podendo ser entendido agora como *todos aqueles que vivem ou gostam de Macau;* este novo conceito fazia da diversidade linguística uma nova família com muitas línguas, cruzada de culturas, mas partilhando um espaço comum e tendo traços da mesma.

Efetivamente, uma língua sem falantes ativos fica como essência, como memória e de facto quase tudo o que foi escrito sobre a presença da língua portuguesa em Macau apontava para o desaparecimento da língua portuguesa em Macau, tanto mais que, com a passagem da soberania para a China, em 1999, muitos portugueses regressaram a Portugal, havendo um conjunto de outros sinais que mostravam que a língua portuguesa, apesar de oficial por um período de 50 anos, era naturalmente secundarizada pelo mandarim, ou até pelo inglês, pois a tradução natural do cantonês para o português, era agora geralmente feita para o inglês; fatores referidos e anunciados desde os finais da década de 60, em Seminários e Encontros sobre o português em Macau, diagnosticavam, com objetividade e clareza, não só as questões relacionadas com o ensino/aprendizagem, mas também com as que diziam respeito à divulgação da língua portuguesa; as questões de natureza educativa tornaram-se lugar-comum pela frequência da sua repetição (o desconhecimento da realidade educativa por parte das autoridades educativas, a falta de planeamento linguístico, a falta de professores com formação na área do Português, língua estrangeira, a falta de materiais).

Todos estes fatores são importantes, mas ténues face a outros fatores; a divulgação e promoção de uma língua estão geralmente ancoradas em atividades económicas sustentáveis que mobilizem desenvolvimento científico e tecnológico, relações políticas, culturais, educativas.

Contrariamente às previsões anunciadas no período pós-1999, os jornais começaram a destacar o aumento do número de alunos que procuravam o português (face ao que se pensava ser o mercado de trabalho em inglês, já esgotado); não era só em Macau (RAEM) que o português era estudado, mas

também noutras cidades chinesas, em Pequim, Cantão, Xangai, Tianjin, Chengdu [186].

Novos tempos, novas mudanças despertavam o interesse pela língua portuguesa e não era pelo facto de a área jurídica continuar a suscitar grande atenção pela língua; a título de exemplo, e ainda segundo o jornal citado, da Universidade de Wuhan, técnicos de empresas chinesas com relações comerciais com os países africanos de expressão portuguesa iriam aprender a língua portuguesa em Macau.

Esta cidade, com um papel marcado para a cooperação e mediação na diversidade linguística e cultural, emerge como plataforma para o desenvolvimento da cooperação triangular da República Popular da China com os Países Lusófonos, plataforma facilitada, desde o final de 2003, pela criação do Fórum para a Cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Brasil, países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor).

Impelido pela força política, Macau como lugar de diversidade já referido, interage agora, pela língua portuguesa, como língua de vários povos espalhados por continentes diferentes, com outros modos de ser e de estar, do Brasil, de África e de Timor.

Referências bibliográficas

Amaro, Ana Mª (1988) *Filhos da Terra,* Macau: Edição do Instituto Cultural de Macau.

Batalha, Graciete (1988) Glossário do Dialeto Macaense, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas, Macau: Edição do Instituto Cultural de Macau.

Beacco, Jean-Claude (2000) Les dimensions culturelles des enseignements de langue, Paris: Hachette Livre.

Bendiha, Urbana Pereira (2005) *"Revisitando `os chineses de Aveiro` "* (2002-2005), Universidade de

Aveiro, texto policopiado.

Calvet, Louis-Jean (1988) Français go Home, Linguistique et Colonialisme, petit Traité de Glottophagie, 1974, France: Éditions Payot.

Calvet, Louis-Jean (2002) *Le marché aux langues*, France: Éditions Plon.

Conselho da Europa (2001) Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação (sigla: QECR), Porto: Edições ASA.

Defays, Jean-Marc (2003) L*e français langue étrangère et seconde*, Belgique: ed. Mardaga

Estorninho, Carlos (1971) *"Macau".* In Serrão (dir.), (1971), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II/ E-MA, Iniciativas Editoriais.

Filipe, Mário (1995) *"A Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira"*, in *Administração*, n. ° 28, (2° de 1995), vol. III, junho de 1995, pp. 359-369.

Gaião, Raul (2007) " Nhónha-nhónha – a reduplicação no crioulo macaense". In Inocência Mata e Mª José Grosso (org.) Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa, Homenagem a João Malaca Casteleiro, Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa (FLUL).

Godinho, A. P. Cleto de Oliveira (2005) A aquisição da concordância de plural no sintagma nominal por aprendentes chineses de português língua estrangeira, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.

Grosso, M. José (1999) O Discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.

Ló, Cláudio (1989) "*O Ensino do Português a alunos chineses*", in *Administração*, Revista da Administração Pública de Macau, nº 3/4 (1º e 2º de 1989), vol. II, Jun. 1989, Serviço de Administração e Função Pública, Macau, pp. 99-102.

Loureiro (2005) " *História de Macau "*. In Cristóvão (dir. e coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia,* ed. ACLUS. Texto Editores, pp. 663.666

Macau, Boletim Informativo da Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Secção de Propaganda e Turismo, ano I, N° 18 de 30 de abril de 1954, p. 6.

Martins, M. Aline de Sousa (1993) *"Babel, Torre de Silêncio"*, in *Atas – Encontro de Português Língua de Cultura*, Macau: Edição Instituto Português do Oriente, pp. 177-188.

Oliveira, P. Pinto de (1999) *Sopa de letras à moda de Macau*, Macau: Ed. Gabinete do governador de Macau.

Ur, Penny (1997) *A Course in Language Teaching*, Cambridge University Press, pp. 274-282

UNESCO (2003) *L´éducation dans un monde multilingue,* France : Organisation des Nations Unies pour l`éducation, la science et la culture.

Disponível em http:// unesdoc.unesco.org/ images / 0012/001297/ 129728.pdf

Outras referências

Lei n.˚107/01 de 8 de setembro de 2001.Artigo 2.º

Disponível em http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n

"O Português na China dos Casinos" in *Revista Língua Portuguesa* – 07/2008 – Edição 33 (on line). Disponível em http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11552

Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial (2003), 17 de outubro de 2003, Paris. Disponível em http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF-pdf

186 cf. Tribuna de Macau de 30 de janeiro, Terça-Feira, de 2007 Nº 2356 (Nova Série).

58. Mª ZÉLIA BORGES Universidade Presbiteriana Mackenzie, SÃO PAULO [BRASIL]
59. REGINA HELENA PIRES DE BRITO Universidade Presbiteriana Mackenzie, SÃO PAULO [BRASIL]

O PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA VARIANTE DO PORTUGUÊS LUSITANO

Acerca da variante diatópica de uma língua, salientava CAMACHO (1988: 31): "numa comunidade linguística relativamente extensa onde todos falam o mesmo idioma, notam-se variações que se traduzem na forma de pronunciar os sons, nas construções sintáticas e no uso caraterístico do vocabulário".

Essa consciência da diversidade linguística espacial, especificamente no caso do Brasil, vinha sendo discutida ao longo de nossa História, não apenas por filólogos e linguistas, mas também por vários escritores. Embora a preocupação com a língua nacional sempre existisse no Brasil, foi com o advento do Romantismo que a questão tomou vulto.

Desta forma, datam do século XIX os registros das primeiras manifestações, principalmente por parte de literatos, a respeito da necessidade de se afirmar a brasilidade de nossa linguagem na ocasião, – problema muito mais estilístico do que linguístico

A princípio, deparava-se com abordagens muito mais literárias ou políticas do que propriamente linguísticas – daí um bom número de textos de famosos romancistas, poetas, críticos, políticos e outros referindo-se ao «idioma», «dialeto» ou «língua brasileira», em detrimento de parcos textos de cunho científico. É o caso, por exemplo, de José de Alencar, primeiro escritor brasileiro a registrar como "dialeto" o português falado no Brasil. Deixou muitos artigos (1865 a 1875) defendendo a língua que usava. Na maioria das vezes, o romancista procurava justificar suas criações literárias: "O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português" (Apud Pinto, E. P. (1978) *A língua portuguesa no Brasil* (p.148).

O mesmo acontecia quando afirmava: "se a língua portuguesa não pode progredir, há de transformar-se para formar a língua brasileira" (Idem, p. 144.) Muitas polêmicas e discussões surgiram a respeito, muitas considerações foram feitas, até se chegar à febre do movimento Modernista. Nesse momento, os autores passaram a assumir claramente a defesa da "língua brasileira": Mário de Andrade, em 1922, afirmava no seu *Prefácio Interessantíssimo*: "escrevo brasileiro"; Menotti Del Picchia (1928), na *República dos Estados Unidos do Brasil*: "É assim nascente, /ágil, acrobática, sonora, rica e fidalga, /a minha língua brasileira" e mesmo o prémodernista (não tão "pré" como muitos o querem) " (Apud Pinto, E. P. (1978) *A língua portuguesa no Brasil* (p.148).

Monteiro Lobato, defendendo o "brasilino", em *Emília no país da gramática* (1934) (Idem, p. 144). Sendo o português do Brasil uma variante diatópica da língua de Portugal, Mattoso (1975:199) via como problema típico do Brasil a "*adaptação do instrumento linguístico de uma sociedade europeia, tecnicamente fechada, com a cultura consolidada há muitos séculos, a um novo ambiente geográfico e social, etnicamente aberto, a que aquela cultura teve de se adaptar por sua vez pouco a pouco, para resistir e continuar*".

Resumimos suas considerações sobre os cinco centros de maior interesse nos estudos feitos no passado e nos estudos feitos no tempo que chamou de presente:

Norma da língua literária
Teoria gramatical
A pesquisa filológica
Estudos fonéticos
Estudos dialetológicos

Mattoso classificou como estudos no passado os realizados entre 1888 e 1939 e de estudos do presente os realizados entre 1940 e 1966.

1 Estudos de 1888 a 1939

1.1 Norma da língua literária

A questão da norma literária apresentava três aspetos no Brasil: sua relação com a língua oral quotidiana, sua tendência conservadora e seu processo de adaptação de instrumento linguístico de uma sociedade europeia, etnicamente fechada e de cultura secularmente estável, a um ambiente geográfico e social etnicamente aberto. Havia os autores que postulavam uma língua própria do Brasil,

com uma escrita que representasse a fala daqui e não a de Portugal, como José de Alencar e Antônio Joaquim de Macedo Soares (1888).

Uma corrente maior, contudo, buscava identificação da língua literária do Brasil com a de Portugal. Foi o caso de Mário Barreto (1916, 1921, 1922, 1924, 1936), que buscava modelo nos clássicos portugueses, e defendia uma simplificação ortográfica segundo a proposta de Gonçalves Viana em Portugal. Foi também o caso de Rui Barbosa, que seguia um código rigoroso, preso ao formalismo e às convenções de línguas especiais. Assim continuou a norma literária até o começo do século XX. A partir de então, surgiram resistências acanhadas com Mário de Andrade (1926-1934) capaz de uma ou outra insubordinação mais corajosa e de João Ribeiro (1933), precursor de novas tendências na filologia, com artigos reunidos no livro A *língua Nacional*.

1.2 Teoria gramatical

Também apresentou três aspetos: a elaboração da teoria da frase, a introdução da gramática histórica no interesse dos estudiosos e até no currículo da escola secundária e a teoria da gramática descritiva. A teoria da frase se concretizou na «análise sintática» também chamada «análise lógica» por suas origens filosóficas. Fausto Barreto, pai de Mário Barreto, apontou as linhas gerais dessa análise; Otoniel Mota (1926) adotou um método de análise por meio de esquemas gráficos; José Oiticica (1938,1942) para ela voltou a maior parte de suas preocupações.

A reação a tal teoria não se fez através da busca de outros fundamentos ou processos de análise, mas sim com a minimização da análise e maior destaque para a redação e a leitura comentada, como queria Mário Barreto, Silva Ramos (1927) e Sousa da Silveira (1937), este mais voltado para o estudo do vocabulário. Para o interesse pela gramática histórica foi importante a obra de Adolfo Coelho, que fez aparecer a corrente filológica historicista em Portugal.

No Brasil, carente de Faculdades de Letras, a gramática histórica foi ensinada de maneira elementar e sem aprofundamento na escola secundária. Aqui se destacaram os estudos de Alfredo Gomes (1915); de Otoniel Mota (1917), na obra *O meu idioma*; de Antenor Nascentes (1933), com o quarto volume de *O idioma nacional*; e de Sousa da Silveira (1937), em *Lições de português*, cuja primeira parte apresentava uma gramática histórica resumida, mas cuidadosa.

Na teoria da gramática descritiva destacaram-se Maximino Maciel (1926), que cuidou sobretudo de uma nomenclatura abundante, associada frequentemente à terminologia botânica à moda schleicheriana, manipulando radicais gregos; e Said Ali (1930, 1931), que interpretou o condicional dos verbos como futuro do pretérito, estudou da partícula *se*, o valor dos tempos compostos, o emprego do infinitivo pessoal e debateu a importância da entonação na frase em português. Apareceu também João Ribeiro (1906, 1923, 1927,1960) opondo-se à neogramática e adotando o idealismo de Vossler, tornando-se assistemático e até contraditório, interessando-se pela etimologia, de maneira muitas vezes folclórica e anedótica.

1.3 A pesquisa filológica

Os estudiosos da norma linguística e da teoria gramatical na língua da literatura descuidaram-se da pesquisa filológica dos textos literários. Assim agiram Mário Barreto, Rui Barbosa, Said Ali e Joaquim Norberto. Fizeram-se, contudo, edições críticas de *Os Lusíadas* orientadas para a escola secundária. Delas se ocuparam Antenor Nascentes (1930) e Otoniel Mota (1930), que preparou uma edição cuidadosa das *Geórgicas* de Virgílio, em tradução portuguesa de António Feliciano de Castilho, com aparato crítico relativamente a aspetos históricos, religiosos e etnográficos da obra.

Dicionarizaram pormenorizadamente o poema Afrânio Peixoto (1924,1927) e Pedro A. Pinto (1924). Salientou-se na pesquisa filológica Sousa da Silveira, com edições críticas de poemas líricos de Camões, reunidos a textos de Antônio de Castro e de Gil Vicente, em um único volume (1945),

1.4 Estudos fonéticos

A exemplo de Portugal, embora carentes de apuro técnico, apareceram os estudos fonéticos no Brasil, favorecidos pela distinção entre realidade oral e língua escrita. Felipe Franco de Sá, na obra *A língua portuguesa* (1915), fez um quadro impressionista do vocalismo brasileiro e estudou a livre variação da sílaba tônica em palavras eruditas. Antenor Nascentes (1928, 1937) reviu os resultados de Franco de

Sá no quadro de vogais, estudou também o consonantismo e a fonética sintática. José Oiticica polemizou pontos de vista de Antenor Nascentes, no Primeiro Congresso de Língua Cantada, em São Paulo (1937).

Procurou firmar sua independência, às vezes um pouco hostil à fonética experimental de Rousselot, apreciada por Nascentes, e considerou Saussure um mau guia em fonética (1955). Imbuído de muita preocupação normativa, prescrevia uma pronúncia erudita, um pouco excêntrica. Alguns estudos de fonética regional foram objeto de comunicação no Primeiro Congresso de Língua Cantada: Sousa da Silveira (1931, 1937) apresentou observações sobre a pronúncia do Rio de Janeiro e Mário Marroquim (1934) também fez considerações fonéticas em trabalho de dialetologia.

1.5 Estudos dialetológicos

Iniciados com um levantamento dos léxicos regionais, desde o *Vocabulário de Beaupierre Rohan*, ressentiam-se, no princípio, de exagerada ênfase em particularidades de léxico, partindo-se da convicção de que nelas se encontrava o traço fundamental das diferenças entre regiões. Mereciam, contudo, maior crítica três aspetos: falta de limitação de área na coleta do vocabulário; ausência de transcrição fonética em todos os trabalhos, decorrente da convicção de que a grafia correta representava adequadamente a forma oral que se registrava; carência de configuração suficientemente apropriada das significações em contextos seguros, bem definidos e de antecedentes culturais da região. Acrescente-se a isto a falta de triagem minuciosa do que era, de fato, regional e também do que pertencia à língua coloquial em oposição à língua literária.

Tais defeitos não apareciam em todos os estudos: o *Dicionário de brasileirismos*, de Rodolfo Garcia (1915) manifestava cuidado na delimitação de área onde apareciam os vocábulos registrados; o *Vocabulário pernambucano*, de Pereira da Costa (1937) apontava características léxicas da língua coloquial em contraste com a literária. Foram obras com maior amplitude relativamente à gramática e à fonética: O *Dialeto caipira,* de Amadeu Amaral (1920), foi de fato um vocabulário, mas apresentava uma introdução que discutia a fonologia, a morfologia e a sintaxe do dialeto; *A língua do Nordeste,* de Mário Marroquim (1934), foi um estudo linguístico mais desenvolvido. Em estudos de maior perícia demonstrou-se mais atenção no tocante à diacronia. Foi o que fez, por exemplo, o estudo de Clóvis Monteiro (1933) a respeito dos cantadores nordestinos.

Analisava-se, mais cuidadosamente, a influência de substrato indígena ou de substrato africano, apesar de se enfatizar muito o tupi, considerada língua de intercurso, sem que se atentasse para outras línguas indígenas do Brasil nem se delimitasse línguas africanas específicas. Amadeu Amaral destacou a sobrevivência da língua popular arcaica do século XV e do começo do século XV nos falares regionais brasileiros. Antenor Nascentes, por sua vez, procurou delimitar melhor geograficamente a divisão dialetal do português no Brasil, com uma monografia sobre o linguajar carioca (versão 1: 1922; última versão: 1955).

2. Estudos de 1940 a 1966

Neste tempo, que Mattoso chamou de presente, analisou ele os mesmos tópicos do que chamou de estudos do passado.

2.1 Norma da língua literária

A partir de 1940, com a criação de Faculdades de Letras, mudou o paradigma de ensino de português que fora, até então, o do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Paralelamente, mudou o pensamento da sociedade, assinalado a partir de então pela perda de repercussão do ideal classicista; legitimação da linguagem coloquial (expressa nas instruções de 1941 para o ensino na época chamado de secundário); mudança, ainda que insatisfatória, na ortografia, em busca de uniformização em Portugal e no Brasil.

2.2. Teoria gramatical

Na análise sintática, Carlos Henrique da Rocha Lima (1956) dirigiu seu estudo para a frase discursiva; Cândido Jucá Filho (1953) e Jesus Belo Galvão (1954) introduziram o “fator psicológico” como dado de interesse; Madre Olívia (1954), via cada constituinte da frase como manifestação de estados mentais, escapando à análise linguística propriamente dita.

O ensino universitário valorizou a Gramática Histórica. Ismael de Lima Coutinho (1959) transformou obra anterior em *Gramática histórica* para nível superior. Serafim da Silva Neto (1952), em sua *História da língua portuguesa* enfatizou a história da língua dentro da história política e cultural, embora privilegiasse a língua arcaica, atento ao protoportuguês e romanço lusitano.

Com isto o ensino descritivo deixou de se desenvolver, salvando-se, neste sentido, a obra de Said Ali, embora ainda representasse ainda uma gramática tradicional na doutrina e no método de apresentação. O próprio Mattoso (1956 e 1969) buscou nova orientação em seu *Dicionário de fatos gramaticais* e *Dicionário de filologia e gramática*, Elaborou-se a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* no Ministério da Educação e Cultura (1958), embora sem doutrina gramatical coerente, que fez dela mais um empecilho que instrumento eficaz da gramática descritiva.

2.3. A pesquisa filológica

Fez-se promissora a esse tempo com os seguintes autores: Serafim da Silva Neto fez edição crítica de livro de Garcia de Rezende; no fim da vida (1961) esteve envolvido com edição crítica de *A Bíblia Medieval portuguesa*; antes (1956), doutrinou com um Guia sobre *Textos medievais portugueses e seus problemas*.

Padre Augusto Magne (1955) fez edição crítica da *Demanda do Santo Graal*, em manuscrito encontrado na Biblioteca Real de Viena.

Celso Cunha (1949,1956), trabalhou edições críticas de cantigas de trovadores medievais.

Sousa da Silveira (1940) fez notável edição crítica de obras de Casimiro de Abreu.

Gladstone Chaves de Melo (1948) trabalhou em edição crítica de *Iracema*, com estudo sobre a posição de Alencar ante a questão da língua literária nacional.

O Instituto Nacional do Livro, do MEC, patrocinou diversas edições críticas e apoiou uma comissão que publicou a obra de Machado de Assis, com normas traçadas por Antônio Houaiss (1959). O clima reinante propiciou o trabalho de editoras particulares com vários autores, em obras nem sempre merecedoras de confiança plena, pecando a respeito da fidelidade às intenções do autor quanto à grafia, estilística e prosódia.

2.4 Os estudos fonéticos

A fonética experimental interessou a Antenor Nascentes, que alertou para a necessidade de laboratórios fonéticos no Brasil. Um único se implantou na Universidade da Bahia (desde 1950), sob a direção de Nelson Rossi. Juntamente com Lacerda, seu mestre em Coimbra, estudou aspetos da pronúncia no Rio de Janeiro (1958), numa realização isolada.

Os estudos fonéticos passaram a ter caráter impressionista. Contudo, na Universidade de Brasília, realizou-se estudo metódico, sob orientação de Arion Dall'igna Rodrigues, com colaboração do Instituto Linguístico de verão, de Kenneth Pike, que trabalhava no Brasil, desde 1950, na pesquisa de línguas indígenas brasileiras.

Também Mattoso empreendeu estudo de fonemas vocálicos em sua tese de doutorado (1948), depois publicada separadamente, no *Boletim de filologia*, e, finalmente, em livro (1953). Antônio Houaiss elaborou monografia sobre o vocalismo do português no Rio de Janeiro (1958). Realizaram-se dois Congressos centrados em fonética, sob orientação naturalística: um na Bahia (1958) sobre a dicção no teatro e outro, no Rio Grande do Sul, sobre dialetologia.

2.5. Os estudos dialetológicos

Começou-se a aplicar a metodologia da geografia linguística em pesquisas regionais do português do Brasil. Nelas insistiram Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto. O primeiro foi encarregado pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa de estudos para um Atlas Linguístico do Brasil.

Com um tratamento geográfico combinado a descrição etnográfica, publicou-se o primeiro trabalho de geografia linguística no Brasil: o *Atlas prévio os falares baianos*, organizado na Universidade da Bahia, por Nelson Rossi (1963-5). Tentou-se resumir características dialetais brasileiras.

Assim foi um trabalho de Sílvio Elia (1963), ligado às ideias de Serafim da Silva Neto e um resumo de Gladstone Chaves de Melo (1943) em seu livro *A língua do Brasil*. Melo dá como causas da diferenciação do português do Brasil as influências africanas e tupi bem como a persistência de formas arcaicas. Insiste em que a diversidade no português do Brasil é superficial e secundária, tratando-se de "estilo", mas não de uma língua diferente. Serafim da Silva Neto (1950) caracterizou também o português do Brasil, sua história interna e externa.

Viu na primeira fase de nossa língua um português crioulo, do que discordava prontamente Mattoso. Mattoso encerrou este panorama dos estudos de português no Brasil feito em comunicação no VI Colóquio Luso-Brasileiro, em 1966, em Cambridge. Citamos pequena parte de suas conclusões:

> *De um ponto de vista geral, trata-se de duas nações de uma língua única, entendida a unidade linguística como coincidência de oposições linguísticas fundamentais. [....]*
>
> *há, tanto no Brasil, como em Portugal uma rede de falares regionais, mas numa divisão Brasil-Portugal com dois dialetos suprarregionais, que se pode considerar como o dialeto brasileiro e o lusitano [....]*

3 Estudos contemporâneos

Os estudos sobre o português do Brasil, a partir de 1970, se desenvolveram em extensão e profundidade de tal modo que nos alongaríamos demais nesta síntese. De outro modo falharíamos numa tentativa de visão suficientemente abrangente sobre o que se tem feito. Tal síntese será objeto de um outro trabalho. Por ora, fazemos muito breves referências. Alegra-nos constatar que, neste Colóquio, temos presentes autoridades incontestes na caracterização de nossa língua no Brasil.

No que toca à filologia e gramática, está Evanildo Bechara, mestre de todos nós, que nos brindou com sua presença também no Colóquio de 2007 e no Encontro de maio deste ano, nos Açores. A síntese de sua obra ocuparia um estudo considerável e seria, de certa forma, redundante, uma vez que sua obra está nas mãos de todos aqueles que se ocupam da língua portuguesa.

Nossa pátria se orgulha de ter Bechara, homem da Academia, pesquisador sempre e professor a toda hora, de contribuição permanente a universidades nacionais e estrangeiras, nunca se esquecendo da educação básica. Seu empenho em incentivar o estudo da língua portuguesa aparece bem nesta sua fala registrada no texto "Evanildo Bechara em primeira pessoa:

> *"Na Academia Brasileira de Letras, uma preocupação permanente minha tem sido incutir o estudo da língua. Desde a fundação da Academia, o amor à língua é cultivado, mas não estudo da língua, apesar de terem passado por ela grandes filólogos, como Celso Cunha e Antônio Houaiss, e grandes conhecedores da língua, como Aurélio Buarque de Holanda* (2008, p.27). No que se refere à geografia linguística, temos aqui Irenilde Pereira dos Santos, que tem orientado dissertações e teses sobre o assunto.

Tivemos oportunidade de participar de algumas bancas de mestrado e doutorado de alguns de seus orientados e também de alguns orientandos de Maria Vicentina de Paula Amaral Dick; o trabalho que se tem desenvolvido é apaixonante. No XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, realizado em Uberlândia, MG, em 2006, Irenilde apresentou um texto que noticia, com detalhes, estudos realizados na Universidade, a partir de 1999.

Por este texto ficamos sabendo da existência de Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais, Atlas Linguístico de Sergipe, Atlas Linguístico da Paraíba, Atlas Linguístico do Paraná, Atlas Linguístico da Ilha de Santa Catarina, Atlas Linguístico da Ilha do Marajó. Do Estado de São Paulo, relata estudos sobre a fala da capital, da região do Grande ABC, de Sorocaba, da Baixada Santista, agora chamada de Costa da Mata Atlântica, com os municípios de Bertioga, Iguape, Cubatão, Itanhaém, Monguaguá, Peruíbe, Praia Grande, Guarujá e São Vicente. Estudos sobre a cidade de Santos ficam a cargo da própria Irenilde, pois é sua cidade natal. Há ainda estudos sobre a Ilha Bela, no litoral norte; estudos que já se expandem para São Sebastião e Caraguatatuba.

Voltando à gramática, registramos estudos de Maria Helena de Moura Neves que desenvolve trabalho exemplar na gramática de usos do português do Brasil, baseada em vasto banco de dados recolhidos na UNESP, campus de Araraquara. Sua

gramática, inspirada na mais pura vertente grega, analisa o português falado e escrito, aqui e agora, nas plagas brasileiras. Restringimo-nos muito, ao citar apenas três obras bem recentes de sua vasta produção: *Gramática de usos do português* (2000), *A gramática: história, teoria e análise, ensino* (2002), *Texto e gramática* (2006).

De nossa parte, temos seguido mais de perto estudos sobre o léxico, dos quais temos dado alguma notícia nos dois últimos Colóquios de Bragança e nos três últimos Encontros dos Açores. Para tal, temo-nos abastecido de informações colhidas em estudos realizados por Yeda Pessoa de Castro (2001), *Falares africanos na Bahia*, José Horta e Margarida Petter (2002, org.), *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, Luiz Antônio da Silva (2005, org.), *A língua que falamos – português: história, variação e discurso*; isto restringindo-nos bastante no rol de obras de constante consulta para nós, que nos valemos também de estudos de Yeda Maria Alves, Dino Preti, Nelly Carvalho e Maria Aparecida Barbosa.

4. Referências Bibliográficas

CAMACHO, R. G. (1988) *A variação linguística*. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus; coletânea de textos.** São Paulo: SE/CENP.V.1. p. 29-42.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. (1975) **Dispersos.** Sel. e intr. por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

SANTOS, I.P.S. (1989) "A variação linguística". **Curso de extensão universitária: Linguística e ensino: teoria e prática.** [Coordenação: Edgard José Casaes}. São Paulo: FFLCH-USP. P.53-63.

5. BIBLIOGRAFIA – SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

AMORIN, L. C. de (1997) *Dialetologia e lexicologia*. In: PEREIRA, M. T. G. [org.] **Língua e linguagem em questão**. Rio de Janeiro: EdUERJ pp. 309-18.

Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo (1992). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

BECHARA, E. (1997). Os *diversos saberes*. In: PEREIRA, M.T. G. [org.] **Língua e linguagem em questão**. Rio de Janeiro: EdUERJ pp. 12-6.

BASTOS, Neusa Barbosa et al (2008) *Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna).

BRANDÃO, S. F. A. (1991) **A geografia linguística no Brasil.** São Paulo: Ática.

CALLOU, D. (1995) *Variação e norma*. In: **Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL.** Rio de Janeiro: UFRJ / CNPQ. P.79-83.

CAMACHO, R. G. (1990) *Norma, diversidade linguística e ensino.* In: ZAMBONIM, D. J. et GREGOLIM, M.R.F.V. [orgs.] **Perspetivas em sociolinguística** Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Ano IV, n.º 2. Araraquara: UNESP pp. 18-30.

CASTILHO, A. T. de (1988) *Variação linguística, norma culta e ensino da língua materna.* In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1¹ e 2¹ graus; coletânea de textos.** São Paulo: SE/CENP.V.1. p. 53-60.

CASTRO, I. (1991) A Língua Portuguesa no tempo e no espaço. In: Falar Melhor, Escrever Melhor. **Seleções do Reader's Digest**. 1ª ed. pp. 53-89

CASTRO, Y. P. (2001). **Falares africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks. (FAB).

COUTO, H.H. do (1988) O **que é português brasileiro**. São Paulo: Brasiliense.

CUNHA, C. (1977) **Língua portuguesa e realidade brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____ (1981) Língua**, nação, alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ (1986) *Conservação e inovação no Português do Brasil*. **O eixo e a roda** 5:199-230.

ELIA, S. (1940) O **problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti.

_____A unidade linguística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Padrão.

MATOS, L. (1991) L'éxpansion Portugaise dans la Literature Latine. Lisboa, FCG.

MELO, G.C. (1971) **A língua do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Instituto de Documentação.

MONTEIRO, C. (1959) Português **da Europa e Português da América**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

NEVES, M. H.M. (2000) **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP.

NEVES, M. H.M. (2002) A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNES

NEVES, M. H.M. (2006) **Gramática de usos do português.** UNESP São Paulo: UNESP.

NUNES, J.H./ PETTER M. (org.) (2002)- **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro.** São Paulo: FFLCH/USP: Pontes.

PEREIRA, M. T. G. (1996) *A linguagem como forma e força expressiva do pensamento.* **Revista Tempo Brasileiro: Leitura e Interpretação.** Rio de Janeiro: p.115-25.

PINTO, E. P. (sel. e apr.) (1981) O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1820 a 1920. Vol.1. São Paulo: EDUSP.

_____ (1981) O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1920 a 1945 – Fontes para a teoria e a história. V. 2. São Paulo: EDUSP

_____ (1990) **O português popular escrito**. São Paulo: Contexto.

ROBIN, R. (1977) *A Sociolinguística* In **História e Linguística.** Trad. De Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix.

SANTOS, I.P.S. (1989) "A variação linguística". **Curso de extensão universitária: Linguística e ensino: teoria e prática**. [Coordenação: Edgard José Casaes}. São Paulo: FFLCH-USP. p. 53-63.

_____ (2006) Trabalho apresentado no Simpósio Internacional de Letras e Linguística. Uberlândia, 2006 (mimeo).

SILVA, Luiz A. da (org.) (2005) A língua que falamos – português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo.

SILVA NETO, S. (1977) **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Presença.

60. MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, Universidade de São Paulo [BRASIL]

ESTUDOS DE FATOS LINGUÍSTICOS EM REGIÕES LITORÂNEAS BRASILEIRAS

Les langues sont comme la mer, elles oscillent sans cesse".
Victor Hugo

Esse trabalho traz como principal objetivo mostrar que a língua é uma manifestação social por excelência e que é nela que vamos encontrar os veios de seu caminho percorrido, traduzidos na relação língua-espaços físicos, língua-espaços sociais e língua-traços histórico-culturais da sociedade. Não se fala uma mesma língua do mesmo modo em todos os lugares e, essa é uma realidade que perpassa a história dos povos.

Essa pesquisa baseia-se em estudos dialetais feitos em quatro regiões litorâneas brasileiras, onde a linguagem possui um léxico comum, herdado das línguas indígenas, principalmente do tupi, e do português arcaico trazido pelos colonizadores no século XVI.

As variantes linguísticas foram recolhidas pelo método da geolinguística e formam um verdadeiro mosaico linguístico. A começar pelo registro toponímico, vimos que é no léxico das comunidades linguísticas que ficam documentados os múltiplos encontros entre povos e culturas.

São Sebastião, uma das cidades estudadas, chamava-se Boiçucanga. O topônimo é de origem indígena e, segundo Nascentes (1952, p. 47) *mboi,* significa cobra + *w'asu*, grande + *a'kang*, cabeça. O nome São Sebastião foi dado posteriormente pelos portugueses, coerentes com o ideal de colonizar e ao mesmo tempo difundir a fé católica.

As localidades revelam comportamentos linguísticos conservadores, o que nos ajuda a encontrar caminhos para o estudo do português do Brasil, tanto na sua dimensão histórica, quanto no seu momento atual. Na ótica dos estudos dialetais, a maneira de se reconhecer os fatos linguísticos tem sido a de reconhecimento das individualidades e de respeito por elas.

Pop (1950), reflete o pensamento de Grimm que, em 1812, já enfatizava a importância dos diferentes usos e a necessidade de reconhecer-se o que de particular, específico e único existe em cada dialeto, e, por essa razão, o dever de proteger cada um deles de qualquer tipo de violência, "pois, certamente, cada dialeto tem suas superioridades escondidas que se sobrepõem aos dialetos de maior expressão e socialmente mais reconhecidos".

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pesquisas linguísticas contemporâneas demonstram que a variação é um fato que se explica a partir da natureza da comunicação humana e se concretiza a partir da natureza variável das circunstâncias que cercam o fato linguístico. Os caminhos percorridos pelas línguas e que ocasionam as suas variações estão intrinsecamente relacionados, submetidos ao tempo e também a uma rede de circunstâncias internas e externas que as determinam e as tornam únicas.

Alguns desses caminhos podem ser traduzidos, de forma reduzida, nas seguintes relações:

> *A relação língua-espaços físicos que se dá pelas unidades/diversidades linguísticas entre comunidades fisicamente próximas/distantes umas das outras.*
>
> *São as chamadas variedades geográficas.*
>
> *É claro que esses condicionadores geográficos não deixam de estar ligados a fatores sociais, culturais e históricos.*
>
> *A relação língua - espaços sociais se dá, segundo Lemle (1978, p. 61) "pela divergência linguística entre diferentes subgrupos de uma comunidade local, sendo fatores potencialmente distintivos: a estratificação social, a faixa etária, o sexo, a ocupação profissional, o desejo ou interesse que têm em manterem características linguísticas que os demarquem". Os aspetos linguísticos da variedade social estão diretamente relacionados aos aspetos histórico e cultural.*

Para falar da relação entre língua - traços histórico-culturais, citamos Antunes (2007, p. 96), que nos diz que "*a língua é um grande ponto de encontro;*

de cada um de nós, com nossos antepassados, com aqueles que, de qualquer forma, fizeram e fazem a nossa história. Nossa língua está, pois, na trajetória de nossa memória coletiva. (...) Tudo isso porque linguagem, língua e cultura são realidades indissociáveis".

Na região pesquisada, essa relação ocorre desde a fase colonial, em que portugueses, índios e negros – três etnias de padrões culturais e linguísticos tão diversos – começaram a fazer a história desse país. Esse múltiplo encontro entre povos e culturas deixou profundas marcas no português do Brasil. Fazendo uma associação simplificada entre essas relações, podemos dizer que as mudanças linguísticas decorrem das mudanças históricas e culturais sofridas pelos grupos sociais nas localidades em que essas línguas são faladas.

2. A REGIÃO LITORÂNEA

A região escolhida para a pesquisa constitui-se em um território geograficamente delimitado, o que acabou gerando o desenvolvimento de aspetos linguísticos, geográficos, históricos e sociais que a individualizam e a distinguem de outras regiões. Por muito tempo, após o descobrimento, o litoral foi quase a única área de povoamento e, apesar da grande extensão, há elementos culturais e sociais comuns em toda a costa do Brasil, herdados de influências semelhantes na sedimentação das bases socioculturais de seus habitantes.

O local retrata hoje o resultado de um longo processo de ocupação humana e de transformação de espaços. Segundo vários estudos, o litoral se insere num contexto de ocupação que vai desde os povos dos sambaquis (pre-histórico), passando por fazendas, olarias e estaleiros (século XVI ao XIX), até a formação das comunidades recentes (século XX e XXI).

É formado pela mescla etnocultural de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, escravos africanos. Sua forma de vida baseia-se na agricultura itinerante, na pequena pesca, no extrativismo vegetal e no artesanato. Uma parcela da população litorânea habita áreas de grande biodiversidade que acabaram se tornando alvo de políticas governamentais de preservação, cujo objetivo é proteger o meio ambiente e livrá-lo de qualquer interferência, mesmo de moradores que estão ali há várias gerações.

Segundo Encarnação (2005), embora fundamental para a conservação dos remanescentes florestais do Estado, a forma de criação e implantação das unidades de conservação privilegiou aspetos físicos e biológicos, relacionados à fauna e flora, sem levar em conta a existência e mesmo ainda a opinião da sociedade local, inclusive daqueles diretamente afetados pelos decretos oficiais que alteraram seus modos de vida.

Muitos habitantes foram expulsos de suas casas e àqueles que ficaram, foi proibida a prática da agricultura e a retirada de recursos da mata. Diante dessa situação muitos moradores se viram obrigados a mudar do local. Um contingente cada vez maior passou a migrar para áreas suburbanas, nas quais o modo de vida tradicional está ameaçado, uma vez que seus descendentes vêm abandonando suas características e começando a incorporar hábitos, atitudes e falares dos grandes centros.

Essas profundas interferências na vida dos habitantes provocam também mudanças irreversíveis na língua.

3. A PESQUISA GEOLINGUÍSTICA

Para este trabalho, propusemo-nos a registrar alguns fatos linguísticos conservadores que ainda persistem na fala dos sujeitos dessa região, antes de desaparecerem, pois é certo que em curto espaço de tempo isso ocorrerá.

Para a recolha dos dados, utilizamos o método de pesquisa geolinguística, que visa à descrição da realidade dialetal, servindo para coletar, com bases geográficas, importante material de pesquisa para a interpretação histórica de fatos da língua.

Consiste na aplicação de um questionário a um conjunto de sujeitos com determinadas características, numa rede de pontos predefinidas, para que, posteriormente, os resultados sejam apresentados em cartogramas.

A reunião dos cartogramas corresponde ao atlas linguístico, que é o registro da distribuição e da frequência de um certo fenômeno linguístico em um determinado espaço geográfico estudado.

É imensurável a importância desse método, pois, com ele, torna-se possível a busca pelas peculiaridades do local, manifestadas nas escolhas lexicais dos sujeitos entrevistados. Seus falares podem determinar o grau de inovação ou de conservação linguística.

Essa pesquisa foi realizada *in loco* em quatro pontos: São Sebastião, Ilhabela, Ilha de Búzios e Ilha de Vitória e escolhemos sujeitos de ambos os gêneros com mais de 60 anos de idade, pois, segundo Espinosa, *apud* Silva Neto (1977, p. 160), " *como se trata de la recolección de restos de un fenômeno em vísperas de desaparición, mis sujetos pertenecen casi exclusivamente a la generación más vieja (...)*".

Foi utilizada a subárea intitulada *Fenômenos Atmosféricos*, do Questionário semântico Lexical (QSL) do Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, que traz, entre outras, a seguinte pergunta:

(Como se chama)? "... um clarão que surge no céu em dias de chuva?"

O Comitê Nacional do Projeto ALiB aponta *relâmpago* como provável resposta a essa questão, entretanto, a lexia *relampo* aparece com a maior frequência, seguida por *fuzil*.

4. ANÁLISE QUANTITATIVA

Para a apuração estatística, orientamo-nos pelos postulados da Linguística Quantitativa de Muller (1968), que afirma que qualquer manifestação de linguagem, um discurso qualquer, escrito ou falado, breve ou longo, literário ou não, não está livre do domínio numérico.

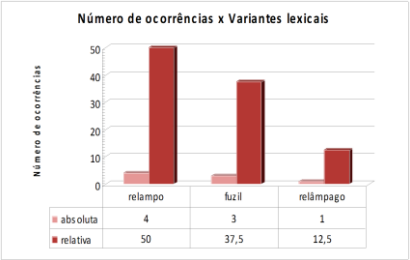
Ao nos referimos ao número exato das ocorrências no *corpus*, temos a "frequência absoluta" e quando esse número exato de ocorrências faz referência ao número total do *corpus*, temos a "frequência relativa". Nessa pesquisa, buscamos verificar a frequência absoluta e a relativa das lexias dadas como respostas pelos sujeitos inquiridos, conforme especificações no quadro 1:

Temos então, para um total de 8, ou seja, de 100% das respostas obtidas: 4 ou 50,00% para relampo; 3 ou 37,50% para fuzil; 1 ou 12,50% para relâmpago, registrado no histograma abaixo

QUADRO 1:

CAMPO SEMÂNTICO 2 - Fenômenos Atmosféricos		
(Como se chama)? "... um clarão que surge no céu em dias de chuva?"		
Respostas/ocorrências	Frequências	
	Absoluta	Relativa (%)
Relampo	4	50,00%
fuzil	3	37,50%
Relâmpago	1	12,50%
Total	8	100,00%

HISTOGRAMA 1:



5. UMA ABORDAGEM DE Aspeto semântico Lexical

O termo *lexia*, empregado neste trabalho, deve-se ao linguista francês, Pottier (1978) e designa qualquer unidade lexemática.

Procuramos dados esclarecedores para justificar a alta frequência da lexia "relampo" nas respostas dadas na questão: Como se chama "... um clarão que surge no céu em dias de chuva?" e vimos que essa é a forma que se popularizou no Brasil no século XVI e que nos pontos aqui estudados ainda é a mais usada.

Embora, Camões em *Os Lusíadas* (1572) escreva *relâmpados*, conforme as citações descritas abaixo, os seus contemporâneos Dom Frei Amador Arraes, em sua obra

Canto V, verso 16:
"Contar-te longamente as perigosas
Coisas do mar, que os homens não entendem:
Súbitas trovoadas temerosas,
Relâmpados que o ar em fogo acendem (...)
Canto VI, 78: *"Relâmpados do mundo, fulminantes"* e Canto VI, 84: *" Relâmpados medonhos não cessavam",*

Diálogos (1589,), Fernão Álvares do Oriente, em *Lusitânia Transformada* (1607) e João Franco Barreto, em *Eneida Portuguesa* (1664), escrevem *"relampos".*

Segundo Cascudo (2004), essa é a forma antiga, a que o Brasil recebeu no século XVI e ainda utiliza, uma vez que a lexia *relampo* - fiel aos étimos, *relampo*, de re + radical latino de *lampare*, 'fulgir', 'brilhar' - é a mais comum no Portugal aldeão, nas regiões cujos filhos povoaram o Brasil.

O povo não diz *relampadejar* ou *relampaguear*, e sim, *relampear e relampejar*. Ao registrarmos a lexia *fuzil,* de uso bastante frequente nos pontos abordados, percebemos que é uma lexia que nos remete a uma série de significados, quando não está manifestada no discurso-ocorrência do sujeito de nossa pesquisa.

Decidimos então, buscar a relação que existe entre a lexia *fuzil* e outras de significação afim - que apareçam em dicionários específicos, em dicionários gerais e, a título de ilustração, em citações de cunho literário.

Essa análise semântico lexical consiste em buscar o sema de relação de sentido entre vocábulos de significação muito próxima que permite muitas vezes que um seja escolhido pelo outro em alguns contextos, sem alterar o sentido literal da sentença como um todo.

Começamos, então, a examinar o verbete *fuzil* em alguns dicionários para registrar a relação de sentido que há entre as lexias dadas como respostas pelos sujeitos: Houaiss (2001) traz que etimologicamente *fuzil* é proveniente do latim vulgar *focile*, derivado do latim *focus, i* 'fogo', provavelmente abreviatura de *focilis petra* - 'pedra de fogo'.

Por analogia, mesmo que relâmpago ('clarão repentino'). O mesmo se dá em Ferreira (1999), em que encontramos: *Fuzil* - substantivo masculino, proveniente do francês *fusil*. Relâmpago.

Tomemos então o sentido de analogia como relação ou semelhança entre coisas ou fatos: Se *fuzil* e *relâmpago* possuem uma relação análoga de significados, podemos também buscar a lexia *"relâmpago"* nos dicionários e comprovarmos essa afirmação.

No Dicionário de Términos Geográficos (1978, p. 391) temos a seguinte definição para relâmpago: "iluminação difusa, semelhante a um manto de luz, produzida por uma descarga elétrica em uma nuvem ou entre duas nuvens".

Examinamos também em Caldas Aulete (1958, p. 4336) que traz a seguinte definição: "s.m. luz rápida e brilhantíssima proveniente da descarga elétrica entre duas nuvens ou entre uma nuvem e o solo; clarão que precede ou acompanha o trovão".

Vimos, então, que se trata de uma relação de parassinonímia definida em função da implicação recíproca, ou seja, em função da equivalência.

Nas citações:

"Por momentos um cúmulus compacto, de bordas acobreado-escuras, negreja no horizonte. Deste ponto sopra, logo depois, uma viração, cuja velocidade cresce rápida, em ventanias fortes. (...)

Fulguram relâmpagos; estrugem trovoadas nos céus já de todo bruscos e um aguaceiro torrencial desce logo sobre aquelas vastas planícies". (Euclides da Cunha, 1929)

"Os aguaceiros continuavam furiosos. O vento, os fuzis, os trovões não tinham a menor intermitência" (Virgílio Várzea, 1910).

Podemos perceber que nos textos, as lexias *"relâmpagos"* e *"fuzil"* estão empregadas com o mesmo valor semântico e que ambas remetem ao mesmo significado, da mesma forma como já encontramos com a aplicação da pergunta do campo semântico 2 - fenômenos atmosféricos.

No texto de Euclides da Cunha aparece "Fulguram *relâmpagos*; estrugem trovoadas", em que 'fulgurar' quer dizer emitir ou refletir luz, brilho intenso; luzir, brilhar, resplandecer, e esse precede a lexia 'trovoadas'; ou seja, primeiro o clarão, depois o estrondo.

No texto de Várzea aparece "o vento, os *fuzis*, os trovões", aparece uma gradação que mostra as sequências idênticas à anterior, primeiro os *fuzis*, refletindo luz, e depois os trovões, trazendo o estrondo.

O autor Virgílio Várzea (1862-1941) e os sujeitos da pesquisa coincidentemente estabelecem uma relação de proximidade entre o uso da lexia *fuzil* e a proximidade com o mar.

Ao estudarmos a temática de sua obra, vimos que está relacionada predominantemente ao mar, com o qual teve afinidade desde a infância. O escritor foi o primeiro na América Latina a se ocupar atentamente do mar, personagem central de toda sua obra. A vida no mar, as aventuras marítimas, a perícia ao navegar, a atividade pesqueira e os perigos do mar traiçoeiro são temas fundamentais de suas narrativas. Em função de sua experiência como marinheiro, tornou-se capaz de falar sobre o mar com muita autoridade e riqueza de detalhes. E, a dependência quase determinista de muitas personagens a seu meio ambiente revela a afinidade do autor com o modo de vida caiçara.

Essa proximidade da temática do autor com o modo de vida dos sujeitos da nossa pesquisa faz com que ocorra homogeneidade na escolha da lexia *fuzil*. A equivalência a que nos referimos quando tratamos da parassinonímia estende-se à equivalência diatópica: as isoglossas, nesse caso, apontam semelhanças em espaços geográficos, e aqui temos isoglossas diatópicas.

Ou seja: Espaço geográfico ⇒ Determinada lexia
↓ ↓
Proximidade com o mar ⇒ Fuzil

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a representação do universo cultural dá-se pelo uso da língua e é com ela que os sujeitos interagem no tempo e no espaço, de acordo com o funcionamento histórico social no espaço físico em que vivem.

É certo que a significação se constitui nos entrecruzamentos das ações humanas, produzindo diferentes efeitos de sentido e, ao mesmo tempo, inscreve os sujeitos/enunciadores no âmbito histórico-cultural da comunidade a que eles se integram.

Articula, também, os traços significativos do léxico nas diferentes zonas de sentido, cujos recortes dependem dos dados da experiência de mundo.

Essas situações circunstancializadas do uso da língua integram-se nos processos de produção de sentidos, uma vez que, é no grupo social que a voz do sujeito se faz presente e é nos enunciados formativos do saber que o sujeito constrói seu discurso, interagindo, como participante, no universo do conhecimento.

É no âmbito comunicativo, subjacente à enunciação, que se origina o processo de significação, uma vez que existe uma imbricação, ou seja, um processo de sobreposição parcial, entre o conhecimento dos sujeitos e o contexto em que atuam.

A eficácia da significação depende da contextualização dos fatos, das circunstâncias em que ocorrem e do engajamento histórico. E é assim que a língua revela o modo de ser do grupo que dela se utiliza, reconduzindo o universo social e político de sua história.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIB -Atlas Linguística do Brasil – Questionário, 2001.

ANTUNES, I. A língua e a identidade cultural de um povo. In: VALENTE, A. (org.) Língua Portuguesa e Identidade – marcas culturais. Caetés, Rio de Janeiro, 2007.

AULETE, F. C. de. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa em 5 volumes. 5. ed. Brasileira. Rio de Janeiro, Dele, 1958.

COSERIU, E. Sincronia, diacronia e história. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979a.

_____, E. Lições de Linguística geral. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1980.

ENCARNAÇÃO. M.R.T. Estudo geolinguística de aspetos semântico lexical nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela. 200 p. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

FERREIRA, A.B. de H. Dicionário Eletrônico Novo Aurélio século XXI. Versão 3.0-PC, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA CARDOSO, C. e S. A dialetologia no Brasil. São Paulo, Contexto, 1994.

HOUAISS, A. et al. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In: LOBATO, L. Linguística e Ensino do vernáculo. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1978.

LYONS, J. Introdução à Linguística Teórica. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Univ. de São Paulo, 1977.

MONKHOUSE, F. J. Diccionario de términos geográficos. Barcelona, 1978.

MULLER, C. Initiation a la statistique Linguistique. Larousse, Paris, 1968.

NASCENTES, A. Dicionário de dúvidas e dificuldades do idioma nacional. 3. ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1952.

POP, S. La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques, v. 1 e 2. Louvain, Chez l'auteur, Gembloux, Duculot, 1950.

POTTIER, B. Théorie et analyse en linguistique. Paris: Hachette, 1978.

VILELA, M. Estruturas Lexicais do Português. Coimbra, Livraria Almedina, 1979

_____. Estudos de Lexicologia do Português. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

~

61. MARY ELIZABETH CERUTTI-RIZZATTI Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC [Brasil]

APROPRIAÇÃO DA ESCRITA E CULTURA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O LETRAMENTO ESCOLAR.

Este estudo tematiza *ensino de língua portuguesa e preservação cultural,* focalizando o modo como práticas de letramento escolar contribuem para a legitimação ou para a segregação cultural de usuários do português do Brasil pertencentes a grupos sociais minoritários. A pesquisa buscou responder ao seguinte problema: O ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características?

O estudo foi desenvolvido em uma comunidade de desprivilegiamento socioeconômico e estigmatização cultural, na periferia da cidade de Florianópolis/SC/BR, em 2008. Foram analisados currículos escolares, materiais e práticas pedagógicas do ensino da língua portuguesa na escola pública do bairro, instituição cujos professores foram entrevistados. Paralelamente, houve visitação recorrente à comunidade e entrevistas com moradores, objetivando analisar suas concepções acerca dos usos sociais da escrita e sua avaliação da forma como a escola prepara os alunos para tal uso social.

As categorias de análise contemplaram *concepções sobre a língua escrita na escola e na comunidade, usos sociais da escrita prevalecentes no ideário escolar e no dia a dia da comunidade* e *expectativas da comunidade escolar em relação a eventuais decorrências de um maior ou menor domínio da língua escrita tal qual é ensinada pela escola.*

As bases teóricas do estudo foram Heath (1982), Street (1984) e Barton (1994). Conclusões sugerem incompatibilidade entre ideário escolar no que tange ao ensino de língua portuguesa e expectativas comunitárias acerca desse ensino, sinalizando para a incorporação de um discurso estereotípico, por parte da comunidade, que mascara suas reais concepções acerca do que efetivamente representa, para seu construto cultural, o ensino de língua portuguesa nos moldes do letramento escolar.

1 Introdução

Discutir relações entre *ensino de língua portuguesa e preservação cultural,* em um país como o Brasil, e optar por investigar como práticas de letramento escolar contribuem para a legitimação ou para a segregação cultural de usuários do português pertencentes a grupos sociais minoritários é um grande desafio. Empreender um estudo dessa natureza exige *ouvir* as *vozes da escola* tanto quanto *as vozes da comunidade* que a ela confia a educação em língua materna das crianças.

Com o olhar voltado para tal questão, esta pesquisa buscou responder ao seguinte problema: O ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características?

A relevância desse problema de pesquisa reside, em boa medida, na crença de que o papel da escola é *significar* no meio social de que faz parte, e isso, em se tratando da língua portuguesa escrita, implica conhecer os valores desse mesmo meio social, compreendê-los e contribuir tanto para sua salvaguarda quanto para o seu enriquecimento. Observar em que medida esse processo se instaura em uma comunidade de desprivilegiamento socioeconômico, no município de Florianópolis/SC/BR, é o que moveu o presente estudo.

A pesquisa fundamentou-se teoricamente em postulados de Street (1984), Barton (1994) e Heath (1982) e contemplou resultados de exames de proficiência em leitura realizados no Brasil, a exemplo do PISA – Programa de Avaliação Internacional de Estudantes –, e de índices de analfabetismo funcional, a exemplo do INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional.

2 Letramento: eventos e práticas de uso social da escrita.

Os estudos sobre *letramento* ganharam lugar no Brasil a partir da segunda metade da década de 1980. Mais precisamente, no ano de 1986, Mary Kato, conhecida psicolinguística brasileira, usou, desde a apresentação de sua obra intitulada *No mundo da escrita*, o termo *letramento*, fazendo-o em várias ocorrências ao longo do texto, com sentidos ligados ao domínio da escrita sob o padrão escolarizado.

Anos mais tarde, o termo foi incorporado em estudos de outros linguistas, assumindo uma conotação diferenciada, a exemplo do que fizeram Ângela Kleiman, Magda Soares e Leda Tfouni na década de 1990. Finalmente, no ano de 2001, o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa incorporou o termo com a nova conotação que o conceito assumia: "conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito".

Assumindo tal significação como base, este estudo concebe como *letrados* todos os cidadãos que, de algum modo, fazem uso social da escrita em suas vivências cotidianas, quer tais usos se afigurem em um nível maior ou em um nível menor de complexidade. Sob esse ponto de vista, cabe à escola conhecer as diferentes práticas de letramento que tipificam a comunidade em que se insere e, a partir delas, organizar os eventos de letramento que lhe compete empreender, na busca de um padrão de excelência no uso da língua materna escrita por parte das crianças. Agir desse modo requer da escola conhecimento acerca das práticas de letramento que têm lugar na comunidade e dos valores subjacentes a elas.

Cabe, aqui, com base em Barton (1994), aludir aos conceitos de *práticas* e *eventos* de letramento de modo que essa discussão se torne mais explícita. De acordo com o autor, os *eventos de letramento* implicam atividades humanas em que a escrita está presente, enquanto as *práticas* são formas culturais de fazer uso da escrita nesses *eventos*. Os *eventos de letramento* incorporam-se a ações da vida diária que envolvem a escrita, a exemplo de atividades pedagógicas, rituais religiosos em que há leitura, distribuição de panfletos informativos, troca de *e-mails*, além de um sem-número de outras ações do cotidiano.

Quanto às *práticas de letramento* dizem respeito às diferentes formas como as culturas lidam com esses *eventos*. É notório que um ritual religioso, ou mesmo uma aula, *eventos de letramento* corriqueiros em muitas culturas, assumem enquadramentos diversos de um lugar geográfico cultural para outro. Entendemos que agrupamentos culturais distintos lidam distintamente com os usos sociais da escrita, o que permite inferir que tais usos, ao se estabelecerem em um entorno

cultural, tendem a contribuir para a caracterização de tal entorno em sua configuração antropológica. Essa discussão remete a Street (1984) e sua proposição de *modelo ideológico de letramento*, conceito que possivelmente fosse mais bem caracterizado se denominado *modelo axiológico* de letramento, uma vez que envolve valoração cultural da escrita, o que decorre da funcionalidade e da importância que a língua escrita tem para diferentes comunidades.

Parece certo que todas as culturas, mais grafocêntricas ou menos grafocêntricas, de um modo ou de outro, fazem uso social da escrita e que esse uso responde a necessidades específicas desses grupos sociais, traduzindo, em boa medida, seus valores, suas crenças, suas formas de ver o mundo e de lidar com ele. Segundo Street (1984), *letramento* deve ser definido a partir de práticas sociais concretas.

Para o autor, modos de comunicação oral e escrita não devem ser dicotomizados de forma a suscitar estágios evolucionários do desenvolvimento humano; ao contrário, devem traduzir idiossincrasias culturais, dado que o uso da escrita apresenta variação espacial e temporal, atendendo a diferentes propósitos das relações interpessoais.

Muitas das generalizações que têm sido feitas sobre os impactos da escrita, no entendimento de Street (1984), não são sustentáveis como relações causais – o letramento sendo concebido como condição suficiente ou necessária para alguns estágios de desenvolvimento. Segundo ele, há outros fatores implicados nessa discussão: condições político-econômicas, estruturas sociais e ideologias locais.

O foco, no entendimento de Street (1984), deve estar no letramento como uso e não como tecnologia – contraposição a argumentos tecnológicos deterministas e universais, já que os usos da escrita são particularmente admiráveis –, não se trata de observar meramente a adoção da escrita em si, mas o que ela faz e que papel assume nas relações sociais em cada cultura. (CERUTTI-RIZZATTI, EUZÉBIO; GOULART, 2008, p. 7; grifos dos autores)

Essas considerações teóricas eliciam uma discussão particularmente importante: Se as diferentes comunidades apresentam *práticas* distintas de letramento, é dado à escola manter um *padrão* abstrato e imanente, como indicador do *letramento escolarizado*? Aliás, *letramento escolar/escolarizado* é uma expressão que adotamos aqui e que vem ganhando espaço no Brasil nos últimos anos, a exemplo de escritos de Signorini (2006). Mas talvez caiba perguntar: É legítimo haver *um letramento escolarizado?* Em que pese a concepção dos teóricos que têm usado o termo, os quais advogam em favor de diversos tipos de letramento, vale insistir: É de fato legítimo sustentar o conceito de letramento *escolar* ou *escolarizado* se a escola é uma instituição que se insere em uma comunidade específica e por isso singular, o que lhe coloca em uma configuração necessariamente idiossincrática de letramento? Não caberia à escola construir seu modelo de letramento *a partir de* e *com base em* práticas de letramento da comunidade da qual faz parte?

Essa reflexão tem-nos ocupado nos últimos tempos, sobretudo em razão da inferência de que o fracasso escolar no ensino da língua materna escrita, em boa medida, tende a evocar a artificialidade do *modelo escolar de letramento* no âmbito da maioria das comunidades escolares brasileiras, caracterizadas, em grande parte, pelo desprivilegiamento socioeconômico.

Assim, nas escolas públicas do Brasil, em que há largo contingente populacional marcado por tal desprivilegiamento, terá a escola o direito de manter *um modelo de letramento imanente, abstrato* e *único*, dado *a priori*? Novamente recorremos a Street (1984) e suas considerações sobre *modelo autônomo de letramento*, a contraface de sua proposta de *modelo ideológico* (para cuja denominação propomos a alternativa *axiológico*). O *modelo autônomo de letramento*, segundo o autor, dicotomiza *oralidade* de *escrita*, corporificando uma concepção de língua escrita marcada pela imanência, pela abstração, pela erudição. Em tese, esse seria o modelo historicamente adotado pela escola.

Escreve Kleiman (1995, p. 21):

> *A característica de "autonomia" refere-se ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado; o processo de interpretação estaria determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito* [...]

Sob essa perspetiva, à escola cabe o ensino da língua materna escrita com base em um padrão único, independentemente dos usos sociais que as diferentes comunidades emprestam a essa mesma língua escrita; ou seja, a despeito das *práticas de letramento* (BARTON, 1994) características de tais comunidades.

Heath (1982) mostrou, de modo emblemático, como incompatibilidades entre práticas de letramento da família e da escola podem estar implicadas no fracasso escolar. Seu estudo, em três comunidades norte-americanas com práticas distintas de letramento, evidenciou como crianças oriundas de núcleos familiares de uma das comunidades cujas *práticas e eventos de letramento* eram similares aos da escola obtinham maior êxito no processo de escolarização do que aquelas crianças oriundas das outras duas comunidades nas quais essa compatibilidade não se verificava de igual modo.

Parece legítima a inferência de que, ao manter um *modelo autônomo de letramento*, dado *a priori*, a escola privilegia determinados núcleos comunitários, exatamente aqueles que se constroem com base em uma dimensão axiológica muito semelhante à da escola. Este estudo pôde constatar a apropriação dessa inferência e reiterou, sob vários aspetos, os achados de Heath (1982), o que discutiremos a seguir.

3 Língua materna escrita: em busca da visão da escola e da visão da comunidade.

Nosso objetivo, neste estudo, foi identificar se o ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características. Para tanto, estabelecemos contato com uma instituição escolar, situada em um bairro de classe socioeconomicamente desprivilegiada, em Florianópolis, SC/BR, bem como com moradores do bairro os quais mantêm seus filhos na escola.

Trata-se de uma escola pública de Educação Básica, na qual se desenvolvem atividades com alunos de Educação Infantil até o atual quinto ano, ou seja, o que, no Brasil, chamamos de Educação Infantil e Séries Iniciais da Educação Básica. A instituição funciona em um bairro de praia, povoado por migrantes de municípios interioranos da região Sul do Brasil, que têm afluído a Florianópolis em busca de melhores condições de vida.

Os pais das crianças, em sua maioria, ocupam-se com ofícios de menor remuneração, havendo grande número de pedreiros, auxiliares da construção civil, pintores e similares. Há, no bairro, pequenos supermercados, oficinas mecânicas de menor porte, muitos bares, mercearias e afins, estabelecimentos comerciais mantidos por cidadãos que possivelmente não tenham conseguido ocupações atraentes em outros setores, como revela um dos moradores*:*

> *"Eu abri o bar porque cansei de trabalhar de pedreiro e não consegui arrumar um emprego melhor*."

Quanto às mulheres, em sua grande maioria, são serventes de escolas, creches, hospitais ou empregadas domésticas e diaristas. Muitas delas mantêm-se como donas-de-casa porque estão desempregadas. Trata-se de uma população em que prevalecem casais jovens com filhos pequenos. Há, no bairro, um condomínio popular, de pequenas casas de construção uniforme, nas quais vive uma população de baixa renda.

A escola funciona em um prédio precário, uma edificação de madeira já antiga, à beira da rua – uma rodovia movimentada que corta os pequenos bairros de praia. As condições de ensino são precárias.

Turmas de alunos praticam Educação Física, com toda a algaravia comum aos momentos de jogos, exatamente em frente a salas de aula nas quais crianças estão sendo alfabetizadas. Enquanto alguns jogam bola, outros, nas salas, olham os colegas pelas janelas, instituindo uma injusta disputa de atenção entre o prazer do jogo e a fala monocórdia das professoras, algumas das quais têm de gritar para serem ouvidas; outras sugerem, em suas atitudes, desconforto com a situação e, até mesmo, certa irritação no trato com os alunos.

Os professores, em sua maioria mulheres graduadas em Pedagogia, muitos dos quais com cursos de especialização *lato sensu* em Educação ou áreas afins, parecem, em boa medida, ter assimilado um discurso estereotípico que

possivelmente os exima de uma reflexão mais substantiva sobre o cenário em que se encontram.

Quando interpelados sobre *a importância do domínio da leitura e da escrita para as crianças da comunidade onde se situa a escola*, os professores entrevistados repetem falas historicamente legitimadas, a exemplo do que diz a Professora 7[187]:

> "*Quem se comunica bem, tanto na fala como na escrita, na maioria das vezes tem condições de ir mais longe, de passar em um concurso, de se apropriar dos conhecimentos e descobertas*."

Já a Professora 12 responde: "*O domínio da escrita é importante para que aconteça um crescimento da criança, para que ela faça parte da comunidade em que vive e que possa contribuir para o crescimento da mesma*." O Professor 6, por sua vez, enuncia: "*A importância do domínio da escrita é a criança sentir-se valorizada, útil no seu meio, elevando sua autoestima*."

Esse olhar remete às discussões de Graff (1995) sobre o mito do letramento, o poder redentor da escrita. A fala do Professor 1 é emblemática sob esse ponto de vista. À nossa pergunta sobre que *impacto o ensino de língua escrita tem na comunidade de que a escola faz parte,* tal professor responde: "[...] espera-se que as crianças tenham sucesso na vida."

O Professor 11, a seu turno, diz: *"[...] a escrita garante um futuro melhor, contribuindo na transformação da realidade, na solução dos problemas da comunidade."*

Se esquadrinharmos a fala desses professores, cotejando-a com a fala dos pais, a que faremos alusão a seguir, parece certo que o filtro pelo qual tais professores estão avaliando o impacto da escrita é um filtro de *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), ou seja, uma escola que, a partir de um padrão dado *a priori*, estabelece esse padrão na comunidade, envidando esforços, a seu modo, para implantá-lo, mas desconhecendo a expectativa comunitária em relação à ação escolar; nesse caso, em relação ao domínio da escrita.

As vozes de pais, mães e avós testemunham em favor da dicotomia em relação à fala da escola. Quanto questionados sobre a convergência entre a ação da escola na língua materna escrita e as expectativas que eles próprios detêm em relação a essa ação, a Mãe 1 responde: "*Eu não sei o que a escola está fazendo porque as crianças não sabem nem ao menos ler. Meu filho está no quinto ano e não reconhece as letras."*

A queixa de analfabetismo de crianças que já não mais estão na primeira série é recorrente na comunidade. Pudemos verificar que grande parte dos alunos, estando no terceiro, quarto ou quinto ano de escolarização naquela instituição, não se mostra inteiramente alfabetizada. A Mãe 6 enuncia essa queixa de modo mais radical: "[...] *tem crianças no quarto ano que ainda não leem, mal conhecem as letras e trocam letras. Isso é um absurdo*!"

Parece haver uma dicotomização bastante explícita entre o discurso incorporado pela escola e as expectativas reais da comunidade. Importa registrar, porém, que muitas opiniões dos pais ficam mascaradas sob a incorporação de um discurso prototípico sobre a escola. O Pai 4 diz: "*A escola ensina o que a gente tem que saber: ler e escrever, fazer cálculos, conhecer o país*." Já a Avó 7 enuncia: *"A escola tem que ensinar as crianças a se comportarem, a respeitarem os mais velhos. Ah, é preciso que aprendam a ler e escrever."* Há exemplos de extensão dessa estereotipia às raias do extremo: "*A escola deve ensinar as crianças a dar valor à Pátria, à questão da moral e cívica, cantar o hino nacional*", fala da Mãe 14, em um discurso clássico sobre o civismo.

Observamos que essa incorporação do discurso prototípico acerca do papel da escola, papel vinculado ao *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), mascara uma outra realidade também preocupante: o alheamento da comunidade em relação à ação da escola sob vários aspetos e, para as finalidades deste estudo, no que diz respeito ao trabalho com a língua materna escrita.

Professores denunciam esse alheamento familiar. O Professor 15 diz: "*Muitos pais não acompanham o estudo dos filhos.*" Já o Professor 9 fala: "*A maioria dos pais*

[187]Codificamos os informantes por números. Entrevistamos quinze professores da escola e quinze membros da comunidade: ou pais, ou mães, ou avós das crianças.

é analfabeta; não conseguem avaliar a importância da escola." Falas como esta última parecem eliciar o distanciamento da escola em relação aos valores da comunidade de que faz parte.

O alto contingente de pais analfabetos ou semi-alfabetizados, que pudemos verificar em nossa interação com a comunidade, testemunha os dados do INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional do Brasil – que, no ano de 2007, mostrou que somente 28% dos brasileiros que têm entre 15 e 64 anos dominam plenamente a leitura e a escrita. Essa realidade de analfabetismo ou de semi-analfabetismo faz prevalecer na comunidade em questão *eventos de letramento* de menor complexidade, efetivados sob *práticas de letramento* (BARTON, 1994) nas quais a escrita assume funcionalidade secundária.

Muitos dos informantes de pesquisa na comunidade revelam grandes dificuldades de responder à nossa pergunta acerca de *quais conhecimentos você gostaria que seu filho aprendesse através da leitura*.

A Mãe 13, analfabeta, diz: "*Eu não tive estudo. Não sei nem como responder pra você, professora*." Já o Pai 8 enuncia: "*Eu não fui à escola, não conheço a escola, não sei pra que ela serve*." Uma das informantes de pesquisa, a Mãe 2, recebeu-nos deitada em um sofá, sob um edredom, desculpando-se pelo mal-estar que a acometia. Essa interação foi particularmente marcante para nós porque, ao mesmo tempo em que revelou o desânimo da mãe em relação à escola, traduziu sua incapacidade de alimentar expectativas em relação ao papel da língua materna escrita na vida de seus filhos. Disse-nos ela: "*Eu sou muito agradecida à Diretora, porque ela conseguiu mudar o turno de aula dos meus filhos; antes, eles ficavam na rua e eu não podia controlar, mas meus três filhos não sabem ler [todos três em classes avançadas; nenhum deles em classe de alfabetização] e eu acho que deveriam saber, não é*? "Mais adiante, quando questionada sobre *suas expectativas em relação à escola*: "*Olha, professora, eu acho que a escola não deveria dar só sopa na merenda e só suco com bolacha, porque eles ganham dinheiro para merenda, então não deveria ser assim, não é*? "

A despeito de nossa insistência para que falasse sobre *o que gostaria que seus filhos aprendessem por meio da leitura*, o discurso dessa Mãe circulou sobre questões operacionais relacionadas ao tempo de permanência dos filhos na escola e o que lhes é oferecido para comer. Ao final, provavelmente exaurida por nossa insistência, arrematou: "*Eu acho que se eles aprendessem as letras estava bom*." Na casa dessa família, a exemplo de muitas outras, não pudemos ver nenhum material escrito, nem materiais disponibilizados para o ato de escrever. No entorno, não havia nem mesmo placas sinalizadoras.

Perguntamos às crianças se dispunham de livros, revistas, jornais, folhetos, brinquedos que envolvessem a leitura e obtivemos resposta negativa para a grande maioria desses itens. Se observarmos a contraface desse quadro, ou seja, a fala das professoras dessas crianças quando questionadas sobre *o que representa o ensino de língua escrita na escola*, obtivemos como resposta: *"Não é passar apenas informações, mas capacitar o aluno para a apropriação de conhecimentos em diferentes linguagens, para leitura, compreensão e utilização da simbologia dos códigos, signos e sinais*." E, ainda: "*A parte mais importante para a formação do educando é a leitura e a escrita, é o básico. É a base para o indivíduo fazer parte do grupo em que vive. É, sem dúvida, fundamental*."

Outra questão que merece olhar analítico em se tratando desse foco é a resposta dada pelos professores à questão *como você classifica o desempenho da maioria de seus alunos no domínio da leitura e da escrita*. Um total de treze dos quinze docentes entrevistados respondeu "desempenho satisfatório", havendo as seguintes opções: *plenamente satisfatório, satisfatório, pouco satisfatório* ou *insatisfatório.* Tais respostas permitem-nos constatar que esses professores estão satisfeitos com o desempenho de seus alunos no domínio da língua materna escrita.

Em nossa concepção parece haver várias possíveis interpretações para dissensões tão expressivas entre o que se verifica na comunidade e o que concebem os professores: Tratar-se-ia de um discurso docente padronizado, incorporado pela cultura, imanente e dado *a priori*, por isso surdo à realidade contextual, ou tratar-se-ia do desconhecimento docente dessa mesma realidade contextual e, quem sabe, do desinteresse em conhecê-la de fato, do temor em assumi-la ou da suposição de impotência em relação a ela?

Muitas explicações mantêm-se latentes; o que parece certo, no entanto, é que o discurso dos professores de crianças semi-alfabetizadas é um discurso de elevado apreço e de expressiva valoração pela língua materna escrita, mas os

resultados de sua ação, em tese, parecem não legitimar esse mesmo discurso e, ao que parece, não legitimar sua suposição de *desempenho satisfatório* dos alunos nesse campo do saber.

Evidentemente, variáveis de múltipla natureza podem estar implicadas na consolidação dessas dissensões, mas uma delas seguramente é a dicotomização entre concepções de escrita da escola e concepções de escrita da comunidade. O fato de a ação escolar não repercutir favoravelmente na comunidade, com impactos visíveis no comportamento infantil, seria uma das razões para a quase total ausência de expectativas em relação ao papel do domínio da língua materna escrita? E a ausência ou a denegação da ausculta aos anseios comunitários por parte da escola representaria um alheamento docente em relação ao impacto/não impacto do ensino de língua escrita na comunidade? Ficam as questões.

Importa que reiteremos, aqui, que essas dissensões remetem novamente a Street (1984): o *modelo de letramento autônomo*, de que a escola é herdeira, estaria, em tese, muito distante dos usos sociais da escrita que caracterizam o cotidiano da comunidade e que requerem da escola um olhar sob o ponto de vista do *modelo ideológico de letramento*. Os *eventos de letramento* (BARTON, 1994) que têm lugar na comunidade não parecem sofrer nenhum tipo de impacto efetivo decorrente do fato de existir ali uma escola. As *práticas de letramento* (BARTON, 1994) comunitárias endossam essa consideração.

Não parece haver, na comunidade, uma demanda mais efetiva pelo domínio da escrita em língua materna, ao mesmo tempo em que, essa ausência de demanda gera uma ausência de expectativas em relação à ação escolar. Círculo vicioso? Possivelmente.

Com relação aos materiais pedagógicos de que se vale a escola, o livro didático prevalece, tanto quanto as abordagens clássicas da narrativa, do poema, dos textos literários. Assim, os valores da comunidade, seus dramas, suas particularidades parecem não ter lugar no ideário escolar. As crianças caracterizam-se por uma vivência de empregabilidade instável dos pais, de semialfabetismo generalizado, de ausência de materiais escritos no entorno.

Na escola, por outro lado, o tratamento que recebem parece ser o tratamento estandardizado de educação em língua materna escrita. Teria sentido para elas tal tratamento? Ao que parece, não. Os estudos de Heath (1982) talvez nos autorizem a dizer que essa escola, do modo como está organizada, é uma escola para crianças de outros entornos sociais, que poderiam compartilhar valores ali vivenciados, fazendo das lides com a escrita em língua materna atividades significativas.

O discurso dos docentes, porém, não revela suspeitas de que tal fenômeno possa estar se dando ali. Quando interpelados sobre *os impactos que o ensino de língua escrita têm na comunidade*, reiteram o discurso prototípico. O professor 10 diz: "*A escola melhora as condições de vida do indivíduo, fazendo dele um ser pensante e atuante na comunidade*." Ou, como enuncia o Professor 2: "*O ensino da escrita pela escola contribui para que as crianças sejam agentes transformadores da comunidade.*"

Em contrapartida, a fala da Mãe 12 registra: "*Meu filho nunca traz um livro para casa para ler; não há incentivo para a leitura. Deveria haver mais trabalho com livros*." A Avó 5, escolarizada até o nono ano, diz: "*Eu ensino a meu neto as relações das letras com o som porque na escola eles não fazem isso. Meu neto está acabando a primeira série e não conhece as letras.*" Falas como essas são recorrentes.

A estada na comunidade termina por nos impregnar da sensação de que, contrariamente ao discurso docente, o impacto da escola está, em grande medida, na reprodução dos índices de semialfabetismo ali registrados. A maior queixa que ouvimos foi o fato de as crianças não saberem ler, o que circunscreve a expectativa comunitária em relação ao trabalho com a escrita em língua materna: a comunidade quer que as crianças, diferentemente da maioria dos adultos, sejam alfabetizadas.

Essa realidade remete aos resultados do PISA/20007[188], exame segundo o qual o Brasil está em 49ª posição, em um total de 57 países cujos estudantes foram testados, no que diz respeito à proficiência em leitura.

[188]O programa de Avaliação Internacional de Estudantes – PISA – é um exame realizado a cada três anos, considerado um dos mais importantes na área da educação. Esse programa resulta de uma parceria firmada entre as nações que compõem a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) e objetiva avaliar se jovens em fase final de escolarização obrigatória (média de quinze anos de

A fala de um dos professores, quando interpelados sobre *o que fazer para implementar o impacto da escola na comunidade, salvaguardando seus valores*, dá conta de questões infraestruturais mais amplas, mas termina por delegar ao aluno e à família a maior responsabilidade no processo de mudanças.

O Professor 2 diz: "*É preciso melhorar o trabalho pedagógico e a estrutura do ambiente escolar, melhorar as condições de trabalho e de formação dos profissionais.*" Essa é uma fala recorrente dentre os docentes entrevistados. Outra fala recorrente é a traduzida pelo Professor 4: "*É preciso resolver a falta de interesse dos alunos e o descaso dos pais.*"

São raras as falas que aludem à necessidade de a escola *conhecer* melhor a comunidade, o valor que a comunidade atribui à língua escrita, para planejar sua ação com base nisso. Na fala de poucos informantes, a exemplo do Professor 5, isso fica visível: "*É preciso aproveitar o que existe de bom na comunidade*."

4 Considerações finais

Este estudo, focado nas relações entre *ensino de língua portuguesa* e *preservação cultural* buscou identificar se o ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e se contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características.

A estada na comunidade objeto de investigação e a estada na escola apontou para uma dissociação entre tal ensino de língua e a preservação cultural sob vários aspetos, passíveis de tratamento em dois vértices distintos. O primeiro deles diz respeito à erudição em si mesma. A escola, herdeira do *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984) e comprometida com ele, parece não conseguir impor esse mesmo modelo, uma vez que seus *clássicos* objetivos de erudição não têm-se consolidado, segundo pudemos depreender da voz da comunidade em que se insere essa escola.

Ao assumir a apropriação da cultura erudita em língua portuguesa como ideal de ação, o que fica subjacente no discurso estereotípico dos professores e na priorização de textos literários, de poemas, de uma concepção de língua como norma clássica, a escola parece não ter êxito na escolha realizada, dado que um bom número de alunos em séries mais adiantadas não está ainda alfabetizado e muitos desses alunos sequer conhecem as letras, segundo denunciam pais e avós, os quais, por sua vez, não conseguem elaborar minimamente o significado que a escola tem para eles e as expectativas que nutrem em relação a ela.

Por outro lado, caso a escola optasse por assumir a preservação da cultura da comunidade em que se insere, teria necessariamente de conhecer essa cultura. Teria de entender em que os *eventos* e as *práticas* de letramento (BARTON, 1994) distinguem-se daqueles propostos por ela mesma e de que forma poderia compatibilizar essas dissensões de modo produtivo, contribuindo para que a comunidade tenha acesso à cultura erudita veiculada pela escrita em língua materna.

Tal contribuição, em tese, facultaria à comunidade valer-se da apropriação de novos padrões de uso da escrita para ressignificar sua própria formação cultural, sem se descaracterizar como comunidade, mas ascendendo a novas formas de contato com a escrita e podendo complexificar suas *práticas de letramento* graças ao domínio e consequente efetivação de *eventos de letramento* diferenciados e mais complexos.

Uma ação dessa natureza exigiria da escola rever sua opção por um *modelo autônomo de letramento*, entendendo em que consiste um *modelo ideológico* (STREET, 1984) e em que medida essa compreensão pode favorecer a redefinição do encaminhamento da escrita no letramento escolar. As culturas são idiossincráticas por natureza.

---

idade) estão capacitados para fazer frente aos desafios que a sociedade lhes apresenta. O foco do PISA é a aplicação de conhecimentos e habilidades em situações reais do cotidiano, independentemente do domínio de um currículo específico. A última edição do exame envolveu 57 países, dentre os quais o Brasil ficou em 49º lugar em se tratando das habilidades de leitura dos alunos. Esses resultados revelaram um cenário preocupante. O Brasil obteve um dos piores escores de desempenho, mostrando o desenvolvimento de capacidades e habilidades que permitem uma leitura superficial e privilegiam a recuperação da informação explícita.

Como, então, poderá a escola persistir insistentemente em uma concepção de escrita comprometida com uma formação cultural específica, a das elites escolarizadas?

Importa a ausculta aos valores comunitários para, a partir deles, construir um caminho que permita a todos, teoricamente, apropriarem-se dos bens culturais acumulados pela humanidade, perenizados por meio da língua escrita e passíveis de acesso por meio da língua escrita materna.

Por outro lado, essa mesma língua escrita materna viabiliza a todas as formações culturais levarem sua própria cultura para o mundo e para a história, de modo a impregná-los, também e legitimamente, com a sua visão de mundo e de vida, colocando em xeque a uniformidade erudita apregoada pelo discurso escolar historicamente.

Para isso, no entanto, precisam dominar a escrita.

5. Referências Bibliográficas:

Barton, D. *Literacy* **(**1994) An introduction to the ecology of written language. Oxford: Blackweell.

Cerutti-Rizzatti, M. E.; Euzébio, M. D.; Goulart, A. J.. (2008) Psicolinguística aplicada: categorização dos usos da escrita, letramento e inserção social. In: ReVEL, v. 6, n. 11.

Dicionário Houaiss de língua portuguesa**.** (2001) Rio de Janeiro: Objetiva.

Graff, Harvey J. (1995) Os labirintos da alfabetização: reflexão sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas.

Heath, S. B. (1982) What no bedtime story means: narrative skills at home and school. In: Language in Society, v. 11, p. 49-76

Kato, M. (1986) *No mundo da escrita***.** São Paulo: Ática.

Kleiman, A. (1995) Mod*elos de letramento e as práticas de alfabetização na escola*. In: _____. (org.) *Os significados do letramento:* uma nova perspetiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras.

Signorini, I. (2006) A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada contemporânea. In: Moita-Lopes, Luiz Paulo da. (org.) Por uma linguística indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, p. 169-189

Signorini, I; Cavalcanti, M.C. (orgs.) (1998) *Linguística Aplicada: perspetivas*. Campinas/SP: Mercado das Letras.

Soares, M. (2001) *Letramento*. Belo Horizonte: Autêntica.

Street, B. (1984) *Literacy in theory and practice.* Cambridge: CUP.

Tfouni, L. V. (1995) *Letramento e alfabetização.* São Paulo: Cortez.

62. Mª DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas [PORTUGAL]

63. MANUEL JOSÉ SILVA Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas [PORTUGAL]

EVOCAÇÃO PLURAL DE VITORINO NEMÉSIO: SE BEM ME LEMBRO…

Uma evocação plural de Vitorino Nemésio ou uma digressão pela sua obra multifacetada implica revisitar o criador do conceito de açorianidade, "um pioneiro da literatura comparada em Portugal" (ao quedar-se, como demonstrou Álvaro Manuel Machado, nas "fontes estrangeiras do romantismo português"), o exímio crítico de poesia (que tanto se deteve no Centenário das *Fleurs du Mal*, no "Pio Fauno" que foi Verlaine e nas *Poesias* do poeta romeno Mihail Eminescu, como no primado de Junqueiro, no relance de Gomes Leal e na apreciação de Teixeira de Pascoaes), o cronista 'itinerante' de notas de viagem e de breves ensaios coligidos no *Jornal do Observador* e o professor universitário (não pertencente à classe de "mochos") biografado por José Martins Garcia.

Retrato de Vitorino Nemésio, da autoria de um fotógrafo desconhecido, e considerado inédito até ser publicado no *Boletim Cultural* dedicado ao autor açoriano (1992:5)

Se há obra que convida a uma multímoda abordagem crítico-hermenêutica (nas suas vertentes sociológica, temática, psicanalítica, narratológica e estilística), a de Vitorino Nemésio, criador do conceito de açorianidade[189], surge indubitavelmente em primeiro plano. Açorianidade ou açorianidades, tendo em conta as distintas caraterísticas definitórias desse "puzzle" de ilhas integrando o Arquipélago?

Se entendermos por açorianidade a natureza específica da vida insular, isolamento[190] e abertura em

[189]"Um dia [...] tentarei um ensaio sobre a minha açorianidade subjacente que o desterro afina e exacerba." (Nemésio, *Insula*, 1932). Para Machado Pires (1988:59 e 67), que prefere a expressão "literatura de significação açoriana", a "questão da literatura açoriana não está necessariamente no facto de se saber se se deve chamar ou não açoriana: está na essência conferida pela qualidade literária, na procura consciente e voluntária pelos próprios açorianos, enquanto leitores, está na inserção no todo do fenómeno cultural do Arquipélago."

[190]Este conceito é definido por Vitorino Nemésio no seu ensaio intitulado "O poeta e o isolamento: Roberto de Mesquita" (1997:123): "Tomo aqui a palavra 'isolamento' no seu sentido etimológico: solidão de ilha. Um homem numa rocha e em volta o mar."

simultâneo, a essência caracterológica do ilhéu[191], paradoxalmente sedentário e *homo viator*, os seus regionalismos típicos, numa dupla perspetiva lexical e fonética, as suas peculiaridades idiossincráticas, moldadas por um processo histórico complexo e vazadas num *modus vivendi* psicologicamente assumido, fácil se torna deduzir que a escrita nemesiana se enraíza neste fenómeno cultural decalcado na "hispanidad" de Unamuno

Do mesmo modo, homenagear esta inesquecível figura carreia a análise, conquanto sucinta, de "La voyelle promise" (poemas escritos em francês), da ficção visceralmente insular que constitui *O Mistério do Paço do Milhafre* e dessa novela original que se intitula *A Casa Fechada*, cujo fechamento, estruturado sob o signo da morte, tentaremos cotejar, no âmbito da domoanálise e numa perspetiva intertextual, com *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá.

E que dizer daquele programa gravado semanalmente nos Estúdios do Lumiar? *Se bem me lembro...*

Defluindo do emparedamento[192] - transplantação, que veicula o périplo transoceânico com vista à almejada reintegração[193], assiste-se ao delineio progressivo de uma socialidade cujos vértices mais não são do que a tradição secular e a modernidade cosmopolita, o apego telúrico e a intrusão da novidade, conducentes à recorrência desse tema bem lusitano que é a Saudade[194].

Ao percorrer *Corsário das Ilhas*, obra prefaciada por Afonso Lopes Vieira[195], é-se confrontado quer com a dicotomia Continente-Ilha[196], que os deíticos *cá* e *lá* traduzem[197], quer com a caraterização do ser insular, encarado como um 'apátrida' votado ao exílio ou ao desterro - "*O depaisamento é mais duro e inflexível que o transplante." (1998:185) -, e imbuído, no regresso, de franca perplexidade face ao que era, mas deixou de ser. Esta antinomia tradição-modernidade está sobejamente patente nas elucubrações suscitadas pelo progresso[198], que Vitorino Nemésio menospreza - "ilha totalmente motorizada, - em terra, mar e ar,* - [...]" (1998:201) - em proveito da busca salvífica de uma "ilha perdida"[199], que "*funciona no mais profundo espírito do autor como um arquétipo - logo, como forma estática, intemporal, omnipresente na sua ausência*" (Garcia, 1978:83).

Assim é que de um roteiro[200] que, segundo o autor, "*não presta para nada, se não é o fio da saudade que o sustenta*" (1998: 100), emerge o novo mundo fustigado pelo humor (entretecido de fugaz revolta e de irónica desilusão), manifesto tanto na enumeração tão exaustiva quanto desnecessária dos transportes modernos - *"[...] a desconcertante profusão das marcas de carros ligeiros e a medonha variedade dos*

[191]"Sou ilhéu; e tanto ou mais do que a ilha, o ilhéu define-se por um rodeio de mar por todos os lados. Vivemos de peixe, da hora da maré e a ver navios..." (1998:167); " [...] (*o ilhéu não vê senão o seu palmo de chão e o mar que tudo envolve, transfigura e adivinha.) " (1998:130); "Não sou marinheiro, mas sou ilhéu e, portanto, embarcadiço*." (1998:121).

[192]"Não há nada que desenhe tão bem o emparedamento do ilhéu como esta constante referenciação do seu mundo abreviado aos outros pequenos universos rodeados de água salgada: [...]" (1998:93).

[193]"Estranhado ontem no exílio, - agora, que torna à sua terra, o alheio e o estranho é ele." (1998:185).

[194]"Gosto da Horta como de nêsperas! Tinha saudades do que fui, já nem sei bem como, aqui." (1998:99).

[195] "Lendo as suas prosas, cuido discriminar, através de todas elas, o interno tema condutor que as move e anima: - o sentimento da sua terra, terra que é quase o próprio mar, o arquipélago lendário, brumoso e desfiado no Atlântico como colar de pérolas desgarradas do continente arcaico que as sustinha." (Vieira, "Carta-Prefácio", 2002:37).

[196]"Um continente é uma coisa muito grande e incerta para mim. A ilha é mais curta. Sai melhor das águas." (1998:74); " [...] estas nossas portuguesas paragens, a que nós, os ilhéus, chamamos 'o Continente', de um ponto de vista telúrico que deve ter seu sentido em etnopsicologia." (1998:102).

[197] " Uma cabrinha de barro - (escreve Mateus Queimado), - um paliteiro de Barcelos que o acaso me pôs, de pesa-papéis, na pilha de papel *extrasstrong* ao lado da máquina de escrever, parece dizer-me do alto da sua pera preta e do assobio de barro:
Então, vais-nos deixar? Que vais tu lá fazer?
'Lá' - são as ilhas. 'Cá' - é o país da cabra de Barcelos: - 'o Continente', como diz todo o ilhéu, […]" (1998: 57).

[198]"O cavalo ainda é um dos maiores amigos do homem, mesmo depois que o cavalo-vapor o tenta expulsar da comunidade terrestre." (1998:201); "Nesta ordem chorosa de ideias percorro as poucas canadas da ilha que escaparam ao betão ou à calçada." (1998:204).

[199]Margarida Clark Dulmo cultiva, por vezes, a ilusão de ter encontrado a ilha perdida: "Escurecera de todo. Do lado da terra, enrugada e quase a pino sobre aquela nesguinha de litoral abordável, tinha-se a impressão de um ermo, uma promessa de chão ainda por firmar - quem sabe se até por descobrir…?" (2004:292); "E se fosse o tio Roberto que estivesse a morrer longe dela? … Que já tivesse morrido…? Talvez o navio de guerra que salvava mulheres com dores de parto numa ilha deserta ainda a viesse buscar." (2004:347).

[200]Não deixa de ser interessante cotejar este "roteiro" com aqueloutro de Júlio Verne, no que respeita sobremaneira à cidade da Horta: "Como esta [Horta], vista de perto, era menos atraente quê *[sic]* de longe! Compõe-se quase exclusivamente de uma única rua, bifurcada na extremidade." (Verne, 2003: 92); "Ao comprido da rua do Mar desenvolvem-se as casas; sobre a célebre rua única da cidade as travessas que descem da encosta trazem também a sua modesta contribuição de fogos e de trânsito." (Nemésio, 1998:99).

pesados: jipes, camiões singelos, camiões-tanques, camiões-comboios, autocarros, escavadeiras, fragonetas... [...]; "A tirania da celeridade jurou guerra de morte à locomoção a pé, - tanto à de pé do bípede como à de pé do quadrúpede." (1998:202-203) -, como na aliança de palavras - e sua imagética -, à partida e em princípio inconciliáveis: "*os grandes avejões metálicos*", os "*grandes albatrozes mecânicos*", bem como a patusca expressão "*aerovacas*", com que os micaelenses designam o aeroporto (1998:145 e 213-214).

O velho mundo, em contraponto, vê-se brindado por diminutivos hipocorísticos - "*Mas o tom do bairrozito [Corpo Santo] é fundamentalmente popular."* (1998:190) -, testemunhos de indelével ternura por um passado a ruir, que o antigo daguerreótipo e os pardacentos álbuns familiares emblematizam. Porém, ambos os universos, não assintóticos, se interpenetram paulatinamente, suspensos numa harmonia precária, facultando a constatação das suas respetivas mais-valias, posto que se "*a técnica moderna é poderosíssima, a velha tectónica e o vulcanismo ainda muito mais o são.*" (1998: 145 e 206).

Nesta ordem de ideias, as Julietas insulares desatam a aprender o americano (por influência do Aeroporto das Lajes), as obras de Camilo são assinaladas com retalhos de jornais em inglês, na penumbra da adega insinuam-se, por entre as novelas camilianas, "magazines" cromaticamente sedutores e a mamã começa a utilizar na cozinha certos frascos de mostarda e de fermento. E quando a saudade se torna premente e acutilantes a sensação de ausência e o sentimento do vazio, Nemésio, avesso a confessionalismos[201] gratuitos e ao extemporâneo lirismo, cede a palavra e empresta a pena a Mateus Queimado, cujo estatuto se revela ambivalente: um *alter-ego*?

Um narrador intradiegético e, subsequentemente, interposto? Longe de ser um heterónimo, porquanto desobediente à 'regra' da despersonalização, e até um pseudónimo, visto que coexiste pacificamente com o seu criador, Mateus Queimado tanto se socorre da oralidade, transmitindo a palavra mítica, como recorre à sua fixação por escrito, reclamando a autoria de certas histórias embutidas nos *Corsos* de Nemésio e de não poucas efabulações que o *Paço do Milhafre* (com "Mistério" ou não…) engloba.

Algumas divergências surgem, no entanto, óbvias entre o autor empírico e o ficcional narrador: se Nemésio, historiador e geógrafo, cicerone avisado e etnólogo erudito, peregrino assumido e "oficial de escrever e de falar"[202], reivindica o rigor científico como condição imprescindível de uma informação escrupulosa dada ao seu leitor, Mateus Queimado deleita-se a revisitar, arrimado à memória[203] - *"O Rosalgar não tinha, como Mateus Queimado, uma máquina de escrever saudades de águas passadas*" (1998: 117) -, o universo transato da infância (na Terceira) e da adolescência (na Horta) do seu inventor, o qual não se coíbe, por delegação, de traçar a genealogia e a envolvência da mítica personagem[204].

A mesma técnica de preenchimento do narrador-personagem se aplica a John Derosa, autor de *Memórias*, professor norte-americano de História do Canadá na Universidade de Maguelona (2002:291), "bisneto de portugueses sem vintém" (2002:292), sobrinho-neto, pelo lado paterno, de António Machado da Rosa, marido da Solidão nomeada Nanette (2002:300) e amante ocasional de Kate e da italiana Vera.

Enquanto John Derosa aparece esporadicamente, torna-se recorrente a presença de Mateus Queimado[205], que havia tido como mestre o João Grande, bem como o Aldino, não raro assombrado pelo seu duplo - à semelhança do distinto

[201]"Agora é o coração que se constrange. Vivi aqui e ali. [...] Desaforo expressivo... Excesso confissional... *[sic]* Vou-me conter. [...] Também eu vejo ao espelho do tempo que se foi o que me custa a envelhecer" (1998:110-111).

[202] "Mas já me desenganei; - pois, como oficial de escrever e de falar, tenho de me agarrar ao pronome antipático e ostensivo 'eu', 'eu' a torto e a direito …] A primeira pessoa do plural, aliás, também não fica bem a quem não apascente ovelhas de redil humano." (1998: 101 e 102).

[203]"Assim, o passado vale duas vezes o presente... Uma - porque vale o que foi, exatamente quando era; outra - porque torna a valer esse valor quando o puxamos à memória, agora que não é precisamente senão aquilo que foi..." (1998:119).

[204]O tio João, cuja bota naval se ouvia na escada (2002:243), a Madrinha com "uma saia ao Carmo" que parecia levitar (2002:243), a tia Quintanilha que "presidia aos ofícios" (2002: 243), o seu Pai ou o "rei dos Bem'sinados", como lhe chamava Mari-Constance (2002:247), o tio Pe Meneses que se não inibia de comentar a vida conjugal do Matesinho de S. Mateus e de sua Esposa (2002:248), a sua mãe D. Rosinha, amiga da mãe de Abílio (2002:254), a criada Malagrida que "se punha a bufar nas brasas ao dar trindades da noite" (2002:255), as tias proprietárias de um casarão "quase um palácio" (2002:261), o primo Rosendo "todo ginástica e água fria" (2002:264) e o Sr. Isaías, íntimo do progenitor, caído em "precárias circunstâncias" (2002:265).

[205]"Todos os meus caçaram bichos de pena e pelo: - só eu caço palavras sem sentido...além de apontar em vão à praga de saudades sem remédio. E até perdi a licença..." (1998:155).

médico Henry Jekyll que o assassino Edward Hyde assola - e conhecendo, por conseguinte, períodos de transe espoletados pela alternância existencial do *eu* e do outro. Interessante se afigura a demarcação de Nemésio no que respeita a Mateus Queimado, como se os relatos deste último se erigissem como atentado ao seu pudor e à sua intimidade.

Com efeito, os sintagmas verbais "Conta Mateus Queimado" e "Escreve Mateus Queimado" somam um elevado número de ocorrências, surgindo grafados, por vezes, entre parênteses no *incipit* de novelas de inspiração açoriana, onde desfilam, num repto autobiográfico, episódios anedóticos, casos familiares e peripécias infantis.

Quem se não lembra de "O Passarinho morto", tentativa de salvamento vão do canário da terra, verde e dourado, instalado numa cestinha forrada de lã e medicado a colherinhas de água com açúcar? Ou, então, de "O Espelho da morte", esse "desgraçadinho" filho da Catrina do Varau (da mesma idade do pequeno Mateus) visitado pelo Senhor dos enfermos no domingo de Pascoela? Ou, ainda, de "Cabeça de Boga", história de amizade de Mateus Queimado Gomes de Meneses (que passou com distinção) e de Abílio Cardoso de Aguiar, cujo suficiente no exame basta para que Lucinda, sua namorada, o deixe? - "*E foi nos olhos dele que eu me senti distinto.*" (2002:257).

Ou, por fim, de "A burra do Lexandrino" e desse seu coito sacrílego com o Fadistinha, garrano do Calceta, do qual nasce a mula do José Inácio "cor de café com leite" (2002:282)?

Assim surge o mito de Mateus Queimado[206], máscara/*persona* grata e aliciante disfarce de Nemésio, encarnação dos tempos despreocupantes da meninice cristalizados num cronótopo mítico: a infância do homem Vitorino mas, também, a infância do mundo...

De realçar, neste contexto, a relevância dos nomes próprios e dos apelidos[207], não ao acaso respigados num repositório nominal, mas mobilizados em função da sua simbologia não anódina: "Matesinho de S. Mateus" (2002:203) parece render preito tanto ao dia festivo consagrado ao Evangelista como à localidade epónima; Antonico Rato (2002:208) indicia, sem margem para dúvida, a caraterologia (mais a etopeia do que a prosopografia) da personagem: *"O Rato ficou calado comò nome que tinha*" (2002:208); Pirrilha (2002:253), irmão de Abílio, aponta inquestionavelmente (por analogia com pirralho) para um pequenito reguila; João Cachalote (2002:283) patenteia, por metonímia, a profissão de mestre trancador de baleias; quanto à vizinha Leandra (2002:261), o nome parece ter sido escolhido para efeitos de rima com "o seu dente de cana"...

O caso mais curioso dá a sensação de ser o do "Velhinho", que pressente, antes da largada para o mar bravio, a má sorte que o espreita: se a primeira referência à personagem veicula a informação de que "fizera seis anos de casado" (2002:228), incutindo, porventura, no leitor a errónea convicção de um matrimónio tardiamente contraído por um homem maduro, a última firma, mediante jogo irónico a desembocar na surpresa, a sua idade real. Com efeito, o "Velhinho" morre afogado aos vinte e nove anos de idade.

Nos antípodas deste processo, sonega Nemésio, por vezes, o nome à personagem, sobrelevando a topografia em detrimento da onomástica. É o caso do poema "*Jeune fille açoréenne à Marseille" (La voyelle promise*), que, tomada de empréstimo a Proust e sob a égide das proustianas *Jeunes filles en fleurs*, viaja no paquete das "Messageries", desembarca no cais de Marselha, apanha o comboio rumo ao "Collège de Jeunes Filles/À l'enseigne du Lis" e recorda, nostálgica, o mugido das vacas do solo pátrio que não mais mungirá: "*Alors je me suis occupée/A effacer la craie douanière/Et à faire taire, l'huile aidant, le mugissement des vaches/Que je ne peux plus soigner ni traire, hélas!/"* (1989:80).

A terra açoriana é, de novo, revisitada em "La nuit dans le port", na véspera da primeira partida (1989:84), assim como no poema "La bouteille à la mer", na pessoa, desta vez, de um tio que, nunca tendo saído da sua ilha, se apresta a viajar mentalmente em seu redor:

[206]"Pareceu-me então que a melhor maneira de entrar no espírito da instituição [Universidade de Aix-Marselha] seria falar de um mito [...] o mito do Sr. Queimado..." (1998:237).

[207]Embora não caiba no âmbito deste modesto trabalho uma análise denodada dos nomes, damos razão a José Martins Garcia no que respeita ao interesse desse estudo: "Quanta coisa interessante jaz silenciosa sob o simples 'nome próprio' colado às criaturas dum autor!" (1978:81, nota 2).

"Oncle Jean, […] J'ai 'saudades' de voyager avec toi,/Aux Açores, buvant la mer dans les carafes lointaines.//" (1989:96).

Não se afigura despiciendo realçar, embora de modo sucinto, o impressionismo dos títulos das *Histórias de Mateus Queimado*, bem como os intitulados de sabor marítimo das composições poéticas nemesianas, onde perpassam, numa escrita fluida, imagens líquidas conotadas com o mar.

Veja-se, a título de exemplo, "Le milan voyageur" (1989:76), "Thalassa à la Méditerranée" (1989:97) e "Les étangs d'aiguesmortes" (1989:98) de um Nemésio poeta que, confessando a impotência da sua musa (1989:83) - na senda, quiçá, daqueloutra "malade" de Baudelaire -, advoga, em "Art poétique"[208], e ao invés de Verlaine, a precisão, e, nos antípodas de Gautier, a naturalidade (1989:82), mais caraterística da prosa do que da poesia, dando primazia a primeira à sinédoque, privilegiando a segunda a linguagem metafórica.

É este o Nemésio ficcionista, autor de novelas como *Negócio de pomba* (verdadeira obra-prima[209]) e *A casa fechada*, na qual nos quedaremos doravante, cotejando-a, numa perspetiva temática, com *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá.

Passamos a resumir, a traços largos, a intriga de *A casa fechada*[210]: Luís, pai de Beto e de Mininha, viúvo de D. Margarida e marido de Mª Adelaide, regressa, três anos volvidos sobre o falecimento da primeira esposa, à casa das Penhas, "*um caixote de alvenaria com um corredor ao meio e três quartos de cada lado, incluindo a cozinha.*" (1995:157). À sua chegada, a empena cede com dificuldade, as portas estremecem "como fios arrepiados pelo ponto" (1995:158) e ouve-se o caruncho a roer subtilmente (1995:159).

Duas frases proferidas (uma delas eventualmente...) por Mª Adelaide revelam-se, a todos os títulos, proverbiais:

"Mª Adelaide, aflautando a voz, dissera que...era de mais...era de mais...mais lhe valera ter morrido também quando casara... [...] 'Nesta casa os mortos mandam mais do que nós.'" (1995:159).

Curioso se torna assinalar que as personagens são metonimicamente caraterizadas pelos objetos, cujo devir o advérbio **ainda** traduz:

"Este ano era preciso trazer o sogro às Penhas, pensou Luís. Na mesinha de cabeceira, a palmatória ***ainda*** *tinha o coto de vela derregado com que o velho lia até tarde. […]. Defronte [...] um cato de três orelhas num alguidar de faiança, de que* ***ainda*** *escorria um pingo estalado do fabrico*. [...]" (1995:158)[211].

Ao cair da noite, vai-se o universo familiar povoando de presságios: junto do "espelho mareado" vê-se "*uma blusa que o vento perturbou.*" (1995:159); do mesmo modo, o bizarro sonho de Luís constitui a "*transposição vital do seu amor por Margarida, acrescentado de um ciúme carnal que nunca tivera em vida dela*." (1995: 164).

O terceiro capítulo abre com a notícia da chegada às Penhas dos cunhados de Luís, Veva e Tomás, da Brites e do Sr. Conselheiro Neto: porém, na "*véspera da chegada - telegrama de Tomás confirmando, e Mª Adelaide doente*." (1995:169), doença a que se segue o ataque do pai de D. Margarida. A casa que, subitamente, começara a pulsar de outra maneira, como "se estivesse em ordem, cada quarto arranjado e com pessoas lá dentro" (1995:159), regride, com o repentino adoecimento de Mª Adelaide, ao seu fechamento mortífero - "*A casa ao anoitecer parecia outra vez em desordem, fechada há anos.*" (1995:170) -, permanecendo o quarto "silencioso e às escuras" (1995:169) e andando-se "na ponta dos pés" (1995:175).

[208]"L'imprécision, caresse d'or,/Fuit mes doigts trop grossiers/Et, sur les dalles, mes pieds/Refoulent tout le décor./" (1989:82).

[209]Ver, sobretudo, a dinâmica expressiva das comparações nemesianas: "Levantou-o [o candeeiro] como a um facho à beira-mar, [...]" (1995:85); "[...] depois a cal das casas, mas transfigurada e difusa como uma vela perdida." (1995:93); "Esta palavra saía da boca de Lusiário como se se tratasse de um filho muito inteligente, mas magrinho, [...]" (1995:112).

[210] Para David Mourão-Ferreira ("Introdução", 1995: 23), "não há dúvida de que a novela 'A Casa Fechada', além de ser efetivamente uma obra-prima, é uma das raras obras-primas que no domínio da novela entre nós se escreveram entre 1930 e 1940".

[211]O negrito é da nossa responsabilidade.

No período de hesitação sobre a identidade do prognóstico e subsequente vigília da enferma, Luís e Brites retomam a velha amizade que se iniciara com a agonia de Margarida:

> "*Mas Brites estava a mesma, com os olhos cada vez mais no fundo daquelas duas arcadas de indecisão misteriosa, [...] Era a única nota melancólica de uma das caras mais frescas e fortes que Luís conhecia em mulheres. Uma tolice: Luís pensava-a sempre com um recuo focal de arquiteto, o cimento armado com uma granulação de calcário, uma coisa tola e secreta...*" (1995:171).

Esta cumplicidade entre as duas personagens vai gradualmente adquirindo, mercê da repetição da situação, a intensidade que havia atingido há cinco anos: "*Há anos que não se viam assim, isolados na mesma casa, com uma vida a seu cargo num fio cada vez mais delgado*." (1995:176). É, verdade seja dita, a solidão estreitada pela partilha de temores no tocante à doença de Mª Adelaide que configura miticamente a casa como uma ilha habitada por mortos-vivos:

> *"Agora caíam a cada passo nestes exames fisionómicos, pondo-se diante um do outro como se tivessem aportado a uma ilha deserta*
>
> *[...] O território da ilha era o silêncio da casa, o torpor de Mª Adelaide na febre, o Sr. Conselheiro na sua planície paralítica.*
>
> *[...] E este afloramento do letargo do velho*
>
> *[...] parecia a Luís movido por uma mão misteriosa que executava um desígnio irresistível, substituindo pouco a pouco os mortos já bem mortos por outros um pouco menos mortos,*
>
> *[...]" (1995:177-178). Assim, ao fechamento da casa contrapõe-se a 'terra prometida', cujo horizonte é simbolizado pelo erotismo não pouco velado que os seios de Brites emanam:*
>
> *" [...] os olhos [...] saíam dos arcos ósseos, rijos e cheios de vontade, com a tal inflexão melancólica que parecia uma atenuante voluntária ao que havia de duro em todo o corpo, uma grande solidez nos seios, [...] " (1995:173);*
>
> *"Brites tinha os seios extremamente duros; [...] Eram duas durezas tope a tope, a da tábua e a da blusa; e uma resistência visual por cima dos seios da Brites, quebrável em certas condições..." (1995:176);*
>
> *"Tinha [a Brites] um vestido muito simples, de quadrícula amarela em fundo branco, quase perfurados pelos seios." (1995:179).*

Já no *explicit*, em aberto, os enfermos, Mª Adelaide e o Conselheiro Neto, regressam à cidade, na companhia de Luís, de seus filhos e da Brites, voltando a casa das Penhas a ser fechada:

> *"Luís [...] Voltou atrás para fechar a casa. Uma língua de escuro lambia o corredor. Ajustou os batentes com força, o trinco estalou*." (1995:181).

Cabe, pois, ao leitor hermeneuta a tarefa de preencher os pontos de indeterminação, os silêncios, os "brancos" ou as elipses da narrativa: recuperará Mª Adelaide da sua maleita ou conhecerá sorte idêntica à de Margarida? A conhecê-la... casará Luís em terceiras núpcias com a Brites? A tornar a casar-se... será que Brites adoecerá, à imagem de Margarida e de Mª Adelaide? Persistem as dúvidas e as certezas desfazem-se no espaço íntimo de leitura de uma narrativa que sobreleva o caráter cíclico em detrimento da pura linearidade.

Transitemos para uma breve exegese de *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá - autor de *Génese*, de *Sobre a Verdade das Coisas*, de *O Espólio*, de *A Longa Espera* e de *Um Deus à Beira da Loucura*, para mais não citar -, agraciado, no transato dia 10 de junho, com a "Ordem Infante D. Henrique"[212]: o protagonista Manuel Cordovão, desde criança apaixonado por Mª da Graça (que contrai matrimónio com o Torre Velha), acaba por se casar com Teresa[213], a qual regressa de França cancerosa, vindo a falecer na aldeia. Após a partida de Mª da Graça, viúva[214] e já com netos, Manuel Cordovão, pastor de ovelhas viciado na leitura,

[212]Estas informações em vídeo, bem como a nota biobibliográfica de Daniel de Sá, foram-nos disponibilizadas pelo Dr. Chrys Chrystello, Presidente dos Colóquios Anuais da Lusofonia, ao qual, desde já, manifestamos a nossa gratidão.

[213]"Casaram-se na ermida, com a Graça e o Torre Velha como padrinhos. [...] Manuel cuidou dela o melhor que pôde, e a Graça veio ajudar nos últimos dias, quando Teresa já mal podia sair da cama... [...] O tudo que a matou ao fim de três meses e meio de sofrimento partilhado." (2007:70 e 71).

[214]"Quando o velho enfraqueceu ao ponto de não poder sair da cama, Manuel Cordovão dispôs-se a cuidar dele como se fosse seu filho. Desde que os três tinham ficado sozinhos na aldeia que se iam valendo entre si. [...]" (2007: 15); "O Torre Velha finou-se calmamente, como se apenas tivesse entrado num sono mais profundo." (2007:14).

passa a ser "senhor da aldeia inteira" (Daniel de Sá, 2007: 95) e a pastorear "casas mortas", cujo despovoamento total se deve à emigração.

Atentemos, de ora em diante, nalgumas afinidades e divergências entre a nemesiana "casa fechada" e as "casas mortas" de Daniel de Sá.

Algumas Afinidades/Divergências	*A casa fechada* de Vitorino Nemésio	O pastor das casas mortas de Daniel de Sá
Data de publicação e contexto histórico.	1937 - Novela publicada durante o "Estado Novo" (pano de fundo histórico não explícito).	2007 - Recriação dos decénios 60 e 70 (regime salazarista bem explícito): Mª Angelina, afirmando que Salazar "livrara Portugal da Grande Guerra", atribui a Deus "as culpas da fome e de outras misérias, porque até Ele parecia poder errar, só o homem de Santa Comba é que não." (2007:84). Nos seus antípodas, Francisco Poços, no dia da morte do ditador, oferece um copo aos frequentadores da taberna (2007: 74 e 75).
Contexto social.	Cidade aldeia. A socialidade da novela é secundarizada em proveito da análise psicológica das personagens encarceradas nos seus destinos[215] e subsequentes percursos existenciais.	Deserção dos habitantes, desertificação da aldeia e desprezo pela cidade: "Visitara [Mª da Graça] algumas vezes os filhos, que viviam nuns emaranhados de cimento e asfalto em Lisboa e no Seixal, [...]" (2007: 13). A socialidade da novela é privilegiada em detrimento da psicologia das personagens (chegada da eletricidade, Bibliotecas Itinerantes da Gulbenkian, guerra em Angola, aerogramas).
Situação geográfica/toponímica.	As Penhas "tinham uma dúzia de casas espalhadas à volta da igreja, […] Mas ficavam longe do retalho do pinhal em que Luís abrira apenas o espaço necessário para a casa, […]" (1995:157).	A Aldeia Nova da Serra tinha "duas ruas; a primeira com cinco casas de um lado e quatro do outro, [...] com uma ermida rústica ao fundo, [...] a segunda a trepar na direção dos cumes, e com três casas somente à direita na subida" (2007:12).
Estado de abandono e/ou de decadência.	"Uma aranha tecera um véu ao canto da janela; [...] A aranha, como uma veia estrelada de fiozitos de sangue, garanhou na parede e sumiu-se. […] O cair da noite entrou, azulou a cama de tarja alta, o toucadorzinho irreconhecível do pó [...]" (1995:157 e 159).	Enquanto o berço de D. João Derradeiro se torna alvo de cobiça de "todas as aranhas da serra" (2007: 72), o relógio da casa do Manuel da Mota, embarcado para a Suíça, vê-se desautorizado "pelo pó, pelas aranhas, pelo tempo." (2007:77).
Função.	Casa (segunda) de férias, de vilegiatura.	Casas primeiras tornadas segundas casas devido à onda de emigração para a França, para a Alemanha, para o Luxemburgo e para a América.
Descrição no âmbito da domoanálise.	Estrutura fechada - envolvida pelo pinhal - sob o signo da morte de Margarida, primeira esposa do arquiteto Luís.	Estruturas fechadas - rodeadas pela serra - sob a égide quer do falecimento dos seus antigos habitantes, quer da morte simbólica de todos os que emigraram.
Simbologia do cenário.	Cenário de vigília de Margarida, numa primeira fase, e de Mª Adelaide, numa etapa segunda, aproximando Luís e Brites mediante erotismo não pouco velado.	Cenário de vigília de Teresa, esposa de Manuel Cordovão, e do Torre Velha, marido de Mª da Graça, aproximando as duas personagens por laços de amor datando de quase meio século.
Estatuto do objeto.	Palco onde proliferam os objetos que, reenviando metonimicamente à personagem, perdem a sua finalidade estética para	Endeusamento dos objetos figurando como títulos de capítulos ("XX – A cadeira; XXI – A cama; XXII – O Espelho; XXIII – O berço; XXIV – As Botas; XXV – O relógio; XXVI – O tear; XXVII – O terço), ponto de partida para a

[215]A este respeito, urge lembrar que Henrique Mendes havia solicitado a Vitorino Nemésio que gravasse uma "breve dissertação sobre as tradições perdidas do Natal". Queixando-se ao conhecido apresentador televisivo que tal dissertação exigiria um tempo preparatório de que não dispunha, Vitorino Nemésio foi falando da "deserção da província ou do campo pelas ondas de emigração ou então pela solicitação do trabalho do proletariado industrial nas cidades e nos centros... E então a província morre, desaparece.... Desaparecem a mamã e a titi e a avozinha, que ficaram longe; [...]". (2002:107). Ora, não será este o contexto social que subjaz à novela de Daniel de Sá?

[28] "Entretanto o grupo saído da venda do Catrino, e submissamente seguido pelo Simplício e pelo Tenente, abrigara-se na arcada da cadeia, que, como dissera o P.e António Vieira num sermão da Bahia, ficara de pé depois do terramoto de 1624 para escarmento dos mortais." (2002:192); "A Praia da Vitória entranha-se-me assim profundamente, com espigões mais rijos que as suas assentadas telúricas. Não era, aliás, muito firme. Em 1624 veio pela primeira vez abaixo, abalada por grandes terramotos, não ficando pedra sobre pedra senão na dita Misericórdia, no púlpito da Matriz e na Praça, na cadeia. O P.e António Vieira, que soube disso ao longe como Voltaire teve a notícia do terramoto de Lisboa, tirou, como é natural, efeitos patéticos do caso, num grande sermão de escarmento. Justiça, Verdade e Misericórdia nadam à de cima do Mundo: nada prevalecerá contra elas! Pouco mais ou menos assim extraiu a moral o pregador. […]. Ainda há quarenta anos a Praça era a Câmara que cá está, o Corpo da Guarda que se alteou, a casa de morgada vendida e carapuçada de cimento, a velha cadeia de Jerónimo Luís o *Mau* e do P.e António Vieira." (1998:128 e 130).
Eis a homenagem de Vitorino Nemésio ao Padre António Vieira- "Homenagem contra o esquecimento".

	enveredarem numa barthesiana "aventura semiológica".	rememoração dos seus possuidores, que a memória afetiva de Manuel Cordovão vai revisitando.
Antinomia abertura (vida) e encerramento (morte).	Casa fechada por um processo circular de fechamento/abertura (provisória) e reencerramento. Dependendo da recuperação ou do falecimento de Mª Adelaide... voltará a casa das Penhas a abrir-se?	Casas fechadas, mas redivivas por um processo dinâmico de desvitalização e de revitalização [porquanto 'pastoreadas' por Manuel Cordovão: "Depois o Torre Velha pedira: 'Tomas-me conta da casa como tomas das outras' [...]" (2007:13)]. O encerramento das casas transmuda-se em abertura, por iniciativa de Manuel Cordovão que decide acender, com rama seca de giesta, a lareira dos lares que por tantos anos guardara: "Subiu à serra e sentou-se ao pé da rocha grande. O vento soprava na direção do vale, mas os olhos ardiam-lhe como se o fumo os queimasse." (2007: 95).
Casa mítica.	O mito da ilha perdida.	O mito da ruralidade perdida - na senda de *As Cidades e as Serras* queirosianas e do neogarrettismo de Alberto de Oliveira? - e do tempo quase proustianamente reencontrado.

Para concluir, recordemos uma das emissões mais populares do "one man show", gravada no pequeno estúdio C do Lumiar, com uma duração aproximada de 22 a 24 minutos, em que Vitorino Nemésio cultivava a função fática, ao improvisar textos vários e ao controlar as reações do público (Listopad, 2002:104). Com efeito, *Se bem me lembro...* abordou os mais diversos temas em variegados domínios do saber.

Passamos a palavra ao professor universitário - mas não "inteiramente mocho", como confessa a José Régio numa missiva datada de 16 de agosto de 1937 (2007:44) -, ao crítico literário que tanto se quedou nas "leituras francesas prè-românticas *[sic]* e de românticos secundários" como escorçou a "Perspetiva portuguesa do romantismo francês. Madame de Staël e Chateaubriand" (1936:1 e 31), tendo-se tornado um "pioneiro da literatura comparada em Portugal" (Machado, 1998:662), ao estudioso do poeta romeno Eminescu, traduzido em português por Victor Buescu e Carlos Queiroz (1997: 34), ao cronista da "escola humana do instantâneo da rua e de bairro" na qual se fizeram os grandes pintores (1974:55), ao criador dessa figura inolvidável que é Margarida Clark Dulmo, cultora da ilusão da ilha perdida, ao estudioso do Padre António Vieira e ao comunicador televisivo por excelência…

Bibliografia

Boletim Cultural. Vitorino Nemésio (1992), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, VII série.

Garcia, José Martins (1978) *Vitorino Nemésio. A obra e o homem*, Lisboa: Arcádia.

Graff, Marc-Ange (1998) "*A poesia francesa de/e Vitorino Nemésio*" in *Vitorino Nemésio vinte anos depois*, Lisboa/Ponta Delgada: Edições Cosmos, 107-115.

Listopad, Jorge (2002) "Se bem me lembro de Vitorino Nemésio" in Nemésio, Nemésios. Um Saber Plural, Edições Colibri, 101-104.

Machado, Álvaro Manuel (1998) "Vitorino Nemésio: um pioneiro da literatura comparada em Portugal" in Vitorino Nemésio vinte anos depois, Lisboa/Ponta Delgada: Edições Cosmos, 661-667.

Mendes, Henrique (2002) "O professor Nemésio e a televisão" in Nemésio, Nemésios. Um Saber Plural, Edições Colibri, 105-107.

Nemésio, Vitorino [Mendes Pinheiro da Silva] (1936), *Relações francesas do Romantismo Português*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade/Cursos e Conferências de Extensão Universitária.

Nemésio, Vitorino (1974) *Jornal do Observador*, Lisboa: Verbo.

Nemésio, Vitorino (1989) *Poesia. Obras Completas* vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Nemésio, Vitorino (1995) *A casa fechada. Obras Completas* vol. VI, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Nemésio, Vitorino (1997) *Conhecimento de Poesia. Obras Completas* vol. XVII, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Nemésio, Vitorino (1998) *Corsário das Ilhas. Obras Completas* vol. XVI, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Nemésio, Vitorino (2002) *Paço do Milhafre. O Mistério do Paço do Milhafre. Obras Completas* vol. VII, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Nemésio, Vitorino (2004). Mau *tempo no canal*, Lisboa: Herdeiros de Vitorino Nemésio/SPA/Relógio d'Água Editores.

Nemésio, Vitorino (2007) *Correspondência com José Régio. Obras Completas* vol. XXIX, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Pires, A. M. B. Machado (1988) *Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, col. "Temas Portugueses".

Sá, Daniel Augusto Raposo de (2007) *O pastor das casas mortas*, Ponta Delgada: Ver Açor. Lda.

Se bem me lembro... [série de programas gravados a partir das retransmissões no canal *RTP Memória*]

Verne, Júlio (2003) *A Agência Thompson & C.ª*, Barcelona: RBA Coleccionables, S. A., col. "Biblioteca Júlio Verne".